

UFRRJ

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS
SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA
E SOCIEDADE**

TESE

**Ativismos alimentares do Sul e do Norte Global:
MST, *Slow Food* e os mundos da crítica em torno da
alimentação**

Jennifer Harumi Tanaka

2024



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**ATIVISMOS ALIMENTARES DO SUL E DO NORTE
GLOBAL: MST, *SLOW FOOD* E OS MUNDOS DA CRÍTICA
EM TORNO DA ALIMENTAÇÃO**

JENNIFER HARUMI TANAKA

Sob a Orientação da Professora
Maria de Fátima Ferreira Portilho

Tese submetida como requisito parcial
para obtenção do grau de **Doutora em
Ciências Sociais**, no Programa de Pós-
Graduação de Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade.

Rio de Janeiro, RJ
Dezembro de 2024

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

T161a Tanaka, Jennifer Harumi, 1992-
Ativismos alimentares do Sul e do Norte Global:
MST, Slow Food e os mundos da crítica em torno da
alimentação / Jennifer Harumi Tanaka. - Rio de
Janeiro, 2024.
266 f.

Orientadora: Maria de Fátima Ferreira Portilho.
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro, Programa de Pós-Graduação de Ciências
Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade,
2024.

1. Ativismo alimentar. 2. Movimento dos
Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). 3. Slow Food.
4. Sul Global. I. Portilho, Maria de Fátima Ferreira,
1967-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro. Programa de Pós-Graduação de Ciências
Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
III. Título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de
Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)

JENNIFER HARUMI TANAKA

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais.

Tese aprovada em 17/10/2024.

Prof.^a Dr.^a MARIA DE FATIMA FERREIRA PORTILHO (CPDA/UFRRJ)
(Orientadora)

Prof.^a Dr.^a CLAUDIA JOB SCHMITT (CPDA/UFRRJ)

Prof. Dr. DANIEL COELHO DE OLIVEIRA (UNIMONTES)

Prof. Dr. PAULO ANDRÉ NIEDERLE (UFRGS)

Prof. Dr. PAULO EDUARDO MORUZZI MARQUES (USP)



DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 1728/2025 - CPDA (12.28.01.00.00.80)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 04/02/2025 16:51)

CLAUDIA JOB SCHMITT
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptDAS (12.28.01.00.00.84)
Matricula: ###328#1

(Assinado digitalmente em 03/02/2025 16:25)

MARIA DE FATIMA FERREIRA PORTILHO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptDAS (12.28.01.00.00.84)
Matricula: ###503#5

(Assinado digitalmente em 30/01/2025 16:51)

DANIEL COELHO DE OLIVEIRA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: ###.###.886-##

(Assinado digitalmente em 05/02/2025 14:39)

PAULO EDUARDO MORUZZI MARQUES
ASSINANTE EXTERNO
CPF: ###.###.438-##

(Assinado digitalmente em 04/02/2025 18:30)

PAULO ANDRE NIEDERLE
ASSINANTE EXTERNO
CPF: ###.###.260-##

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/documentos/> informando seu número: **1728**, ano: **2025**, tipo: **DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**, data de emissão: **30/01/2025** e o código de verificação: **8dd328039c**

APRESENTAÇÃO E AGRADECIMENTOS

Dentre muitas possibilidades de temas de pesquisa, a escolha para este trabalho foi discutir os ativismos alimentares no Brasil e alhures. Possivelmente isto ocorreu como reflexo da minha própria busca por entender quais poderiam ser as contribuições teóricas que não apenas reforçassem o que as experiências e os intelectuais do Norte Global têm descrito, mas demonstrassem o caráter particular de como os temas alimentares são mobilizados no contexto latino-americano. Dessa forma, me parece justo compartilhar com a leitora e com o leitor os caminhos e as inquietudes que me moveram durante essa jornada, ao contar quem sou enquanto profissional, pesquisadora e autora, e poder demarcar a minha voz e o meu lugar de fala nas linhas que estão por vir.

Um fio condutor que une os meus interesses na vida pessoal e acadêmica é a ideia de que “comer é um ato político”. No tema da alimentação, depois de me tornar nutricionista, enfrentei a necessidade de voltar diversas casas do tabuleiro, para poder lembrar o que me levou a me apaixonar pelo assunto. Com isso, me provoquei nesses últimos anos a pensar e estudar sobre comida para além da perspectiva dos nutrientes, também pelo seu viés político.

Nesta busca pessoal e acadêmica, me encontrei no mestrado em Ciências Sociais do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Ali tive oportunidade de combinar as discussões que já me eram familiares sobre o consumo de alimentos, fortemente presentes no curso de Nutrição, com os debates referentes à esfera da produção, bastante difundidos nos Estudos Rurais. A interdisciplinaridade deste programa de pós-graduação expandiu os horizontes das minhas reflexões. Uma das conclusões da dissertação, baseada em um estudo de caso sobre o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)¹, foi que, especialmente a partir dos anos 2000, movimentos sociais do campo brasileiros passaram a posicionar a alimentação como parte importante de suas agendas e programas políticos.

Frente a isso, a proposta para a pesquisa de doutorado tinha como intuito expandir esse tema e abordagem. A princípio, redirecionei o enfoque da pesquisa, de um olhar focado na especificidade de uma experiência estadual do MPA para uma análise do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e sua recente estratégia nacional de politização dos temas alimentares. Essa proposição se mostrava profícua, pois oportunizava os acúmulos das reflexões advindas do estudo anterior, ao mesmo tempo que a realização de uma pesquisa mais extensa e robusta, permitiria ampliar o escopo das contribuições do mestrado. Além disso, as primeiras revisões bibliográficas que realizei, procurando intersecções entre o MST e os ativismos alimentares, me apontaram que este tema ainda era pouco explorado na literatura, com espaço, portanto, para novos debates e provocações.

Devido a conexões familiares, tive oportunidade de estar mais de uma vez na Itália, por períodos mais ou menos longos. No país onde o comer estrutura os mais diversos aspectos da vida e onde um dos ditados populares diz que “*a tavola non si invecchia*” (à mesa não se envelhece), conversar sobre comida não é apenas um ofício de pesquisadores, mas algo comum e corriqueiro a pessoas de diferentes idades, interesses e portadoras de opiniões profundamente

¹ A dissertação intitulada “Comer é um ato político: O Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) e a politização do consumo” foi defendida em 2019, no CPDA/UFRRJ, sob a orientação da Profa. Fátima Portilho, doravante citada como Tanaka (2019).

² Por casualidade, este ditado popular também é mencionado no *Manifesto Slow Food* (1989).

contrastantes. Do outro lado do oceano, algumas experiências me provocavam a pensar que seria interessante discutir na pesquisa a gama de acepções que o ativismo alimentar assume no Brasil, mas também em outros locais do mundo.

Assim como a vida é feita dos pequenos momentos, a pesquisa se nutre destes para trilhar os seus caminhos. Um deles foi a entrega de um *souvenir* a um querido amigo italiano, em quem encontrava companhia para acalorados debates sobre os modos como os alimentos vêm sendo produzidos, distribuídos e consumidos. Munida de um pacote de café orgânico produzido pelos Sem Terra de um assentamento do sul de Minas Gerais, estava convencida de que a experiência de compartilhar um expresso feito na *Moka* não podia comportar nada além de contentamento e uma série de elogios. Ao contrário, o comentário que emergiu logo de partida dizia que, independente de seus atributos *fair-trade*, orgânico etc, o que mais importava era o café ser gostoso. O meu querido amigo, sem pudor, justificava que ninguém bebe ou se alimenta de conceitos e ideias abstratas. A justiça social, a produção sem venenos e a menor emissão de carbono pouco se relacionam às sensações despertadas em nossas papilas gustativas. Neste momento, a lâmpada da antena de pesquisadora se acendeu.

No Brasil, entre amigos, outros ativistas e simpatizantes das causas defendidas nas redes alimentares alternativas eu nunca tinha ouvido algo do gênero. Foi mais de uma vez que presenciei, por outro viés, discussões sobre a importância de convencer o consumidor não pelo estômago, mas pelas narrativas que existem por trás dos alimentos. Como episódio contrastante, me lembro de uma história, desta vez com uma querida companheira militante de um movimento social do campo no Brasil, que contava sobre um lote de feijão que havia recebido dos agricultores, o qual, em sua opinião, apesar de “carunchado”, estava perfeitas condições para se comer. Ela me contava dos tempos da roça com seu pai e recordava-se, com apreço e respeito, do fato de que ele jamais teria deixado um feijão deste tipo ser desperdiçado.

Estas duas ocorrências ilustram o pano de fundo do qual foram depreendidas as questões que deram corpo às temáticas, aos estudos de casos, aos objetivos e aos capítulos desta tese.

A opção pelo foco no MST foi um dos pontapés impulsionou o projeto de cursar o doutorado. De partida, o caso nos chamou atenção por se tratar de um coletivo que não é costumeiramente enquadrado como parte dos ativismos e movimentos alimentares, embora para nós, após estudos dedicados aos processos de politização da alimentação por movimentos sociais do campo brasileiros (TANAKA, 2019; TANAKA; PORTILHO, 2020), seja nítido o protagonismo que o MST possui na cena nacional contemporânea.

Esta incongruência me fascinava e suscitava diversas reflexões. Se durante o meu percurso formal como nutricionista eu nunca tinha ouvido falar do MST, nos últimos anos vi uma relação de mão dupla nascer e se fortalecer. De um lado, assisti a participação de nutricionistas nas mesas de debates do MST. De outro, vi Sem Terras ocuparem o espaço das salas de aula da Faculdade de Saúde Pública da USP, onde concluí meu bacharelado e continuo a participar de núcleos de pesquisa e extensão até os dias de hoje. A luta de classes tem adentrado os debates sobre alimentação, e os ditos *experts* em alimentos se desafiam a entender as dinâmicas inerentes à luta pela reforma agrária. No fazer desta pesquisa, fui colecionando episódios, discursos e anedotas oportunas para a tese, mas que também, em alguma medida, colocavam a minha própria trajetória em perspectiva: uma nutricionista, doutoranda em Ciências Sociais, estudando o MST.

A seleção do *Slow Food* como um segundo caso de estudo veio a reboque. Pela robustez de uma pesquisa de doutorado, ficou claro que seria valioso contextualizar os eventuais achados sobre o MST em contraposição a outro movimento social. A comparação com o *Slow Food* me pareceu uma oportunidade ímpar de testar as impressões iniciais sobre o cenário italiano e enriquecer o debate acadêmico. Afinal, as pessoas, que conheci e com quem pude conversar

sobre alimentação na Itália, pareciam movidas por outros princípios. Elas falavam e tratavam de outros temas. As conversas informais levavam a discussões profundamente intrigantes e inusitadas, colocando em xeque a concepção *a priori* de uma eventual agenda global compartilhada por valores comuns capazes de atravessar nações, sotaques e temperos.

Em conversa com Fátima Portilho, orientadora desta pesquisa, a seleção do segundo caso de estudo foi prontamente acolhida. Com experiência prévia de orientação de um estudo sobre o *Slow Food* do Brasil (OLIVEIRA, 2014), ela ponderou que um olhar para este movimento social em seu contexto de origem se mostrava promissor, sendo considerado por ela como o “berço” dos ativismos alimentares em nível mundial. A pesquisa passou a ser composta, assim, também pelo caso de estudo do *Slow Food*, um dos coletivos mais citados na literatura sobre ativismo alimentar, e que se reivindica como “o” movimento alimentar do mundo. Pessoalmente, esta era uma oportunidade de unir as minhas raízes brasileiras com a literatura em língua italiana, construindo pontes entre o MST e o *Slow Food* através da análise de documentos e reflexões acadêmicas que circulam com maior facilidade do lado de lá do planeta.

Para além destas incursões inspiracionais com pessoas queridas que forneceram *insights* deliciosos para esta tese, cabe dizer que grande parte deste trabalho foi desenvolvido na eclosão da pandemia de covid-19. O isolamento, o luto e as incertezas fazem parte também dos ingredientes que compuseram a caldeirada que deu origem a esta tese.

Nesta retroalimentação da vida dentro e fora dos muros da universidade, acredito que, de forma não tão excepcional, uma porção das problemáticas e inquietudes que emerge na seara acadêmica acaba por deflagrar e ganhar vazão em novos percursos da vida pessoal. No meu caso, em meio à escrita da tese e à pandemia de covid-19, me mudei da cidade para o campo. Deixei para trás um apartamento na cidade do Rio de Janeiro para ser acolhida em um sítio, onde binômios como produção-consumo e campo-cidade adquiriram outros sentidos e contornos. Neste novo espaço, as discussões deste estudo também foram atravessadas por novos imaginários. Afinal, as discussões propostas em uma tese raramente cabem e se limitam ao texto em si.

Construir pontes capazes de conectar dois continentes separados por um oceano e de aproximar dois hemisférios foi um projeto, reconheço, audacioso. Passou longe de ser minha intenção oferecer soluções prontas e reforçar estereótipos genéricos. A criatividade, a ousadia e a tenacidade observadas nos coletivos estudados me serviram como inspiração e guia nesta empreitada. Como vi sendo feito por eles, espero ter cultivado um terreno fértil para trocas recíprocas, aprendizados e reflexões. Vali-me de um espaço seguro para examinar os denominadores em comum, e também para admitir e abraçar as singularidades, priorizando análises mais simétricas, inclusivas e interseccionais, vislumbrando um mundo onde caibam vários mundos.

No caso específico desta tese, a apresento como um convite para pensar os ativismos alimentares no plural. Este é o resultado de um distanciamento das definições aparentemente universais, que abrangem de forma desproporcional as experiências e as proposições de intelectuais localizadas no Norte Global, cujas lacunas implicam o problema crônico da sub-representatividade do trabalho de ativistas e pesquisadores do Sul. Neste texto, revelo, assim, meu esforço constante em valorizar de forma mútua as narrativas contestatórias alimentares do Sul e do Norte do mundo, representadas nas figuras do MST no Brasil e do *Slow Food* na Itália. Considerei que ambos são partes diferentes, porém interligadas e igualmente importantes, dos ativismos alimentares.

Exponho aqui minha opção por levar a sério, e fazer deles foco de pesquisa, alguns dos jargões que a cada dia vão ficando mais conhecidos, tais como “comer é um ato político” ou

“alimentos bons, limpos e justos”. E compartilho minha expectativa de ter conseguido ampliar as perguntas, para ter ao menos direcionado luz a questões elusivas, aquelas que são em alguma medida presentes, porém marginalizadas.

Dito isso, agradeço de forma objetiva e sucinta a todas e todos que me acompanharam até aqui. Felizmente, alguns puderam acompanhar mais de perto esta jornada do doutorado, outros, mesmo de longe, se fizeram imensamente presentes.

Deixo aqui o meu obrigado, não obstante conciso, profundamente terno à minha família e a meus amigos. Com vocês, o meu caminho é mais bonito. Da mistura que uniu o sertão de Pernambuco com a longínqua ilha do Japão, que misturou o interior do Paraná com a periferia de São Paulo, nasce a primeira Doutora da família. Dedico este diploma a vocês.

O meu sincero agradecimento também à comunidade CPDA, aos colegas de turma, aos funcionários, aos professores e, em especial, à minha orientadora. Enfrentar o isolamento em meio à pandemia de covid-19 foi difícil, mas com vocês foi menos pior. Para mim fica cravado na memória o nosso primeiro encontro *on-line*, permeado por pesar em formato de *bytes* e lágrimas que corriam em *pixels*. Em vocês, encontrei a companhia para levar esta tese a termo e a inspiração para fazer das coisas desimportantes importantes. Do CPDA, me sobram as boas memórias.

Como não poderia deixar de ser, registro o meu imenso apreço ao MST e ao *Slow Food*, por me inspirarem na vida pessoal, e por terem sido, na vida acadêmica, minha grande motivação. Vida longa àqueles que se movem pelo ímpeto de propor alternativas, que jamais serão perfeitas, e justamente por isso são tão revolucionárias e corajosas.

Aos professores participantes da banca de qualificação e defesa, expresso o meu agradecimento pelas trocas virtuosas. Como toda pesquisa, esta é resultado de um trabalho coletivo e vocês são parte deste.

A todas e todos, brasileiras e brasileiros, que contribuem e, mais do que isso, acreditam na importância do ensino e da universidade pública deixo o meu agradecimento. Com todas as suas contradições, o percurso do doutorado foi um moinho que moveu muito dentro de mim, e por isto sou profundamente grata.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. E, por fim, pela bolsa de estudos, agradeço também ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

*“Somos filhos da época
e a época é política.*

*Todas as tuas, nossas, vossas coisas
diurnas e noturnas,
são coisas políticas.*

*Querendo ou não querendo,
teus genes têm um passado político,
tua pele, um matiz político,
teus olhos, um aspecto político.*

*O que você diz tem ressonância,
o que silencia tem um eco
de um jeito ou de outro político.*

*Até caminhando e cantando a canção
você dá passos políticos
sobre um solo político.*

*Versos apolíticos também são políticos,
e no alto a lua ilumina
com um brilho já pouco lunar.
Ser ou não ser, eis a questão.*

*Qual questão, me dirão.
Uma questão política.*

*Não precisa nem mesmo ser gente
para ter significado político.
Basta ser petróleo bruto,
ração concentrada ou matéria reciclável.
Ou mesa de conferência cuja forma
se discuta por meses a fio:
deve-se arbitrar sobre a vida e a morte
numa mesa redonda ou quadrada.*

*Enquanto isso matavam-se os homens,
morriam os animais,
ardiam as casas,
ficavam ermos os campos,
como em épocas passadas
e menos políticas”.*

*Filhos da Época
de Wislawa Szymborska*

(Tradução: Regina Przybycien)

RESUMO

TANAKA, Jennifer Harumi. “**Ativismos alimentares do Sul e do Norte Global: MST, *Slow Food* e os mundos da crítica em torno da alimentação**”. 2024. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ. 2024.

Comer é direito, prazer, comunhão, ancestralidade. Hoje, ativistas e coletivos têm reivindicado o comer também como ato político, dado o seu potencial de fomentar novos caminhos para os sistemas alimentares. Neste contexto, o objetivo desta tese foi analisar e sistematizar a pluralidade das contestações alimentares e as particularidades dos activismos alimentares do Sul e do Norte Global, tendo como casos de estudo o MST no Brasil e o *Slow Food* na Itália. Para tanto, a pesquisa se utilizou de um quadro teórico interdisciplinar que uniu, de forma pouco convencional, a Teoria da Justificação, a Teoria do Sul, os Estudos Alimentares e os Estudos do Consumo. Somado a isso, foi realizada uma análise de documentos públicos veiculados pelo MST e pelo *Slow Food* desde a década de 1980 até os dias atuais. O foco de ambos nas diferentes apreensões do tema “terra” possibilitou evidenciar as disparidades geopolíticas e as especificidades dos activismos alimentares do Sul e do Norte Global. A ideia de *Terra Madre* (mãe-Terra em português) presente em grande parte das narrativas do *Slow Food* na Itália remete a um pressuposto de universalidade. Já o MST discute a terra à luz do período colonial, regionalizando as discussões, conectando pautas e suscitando contestações em prol da reparação histórica. Os processos de desfeticização da mercadoria são comuns a ambos os movimentos, porém, com qualificações baseadas em arranjos específicos entre os diferentes mundos da crítica em torno da alimentação. No Brasil, em processo de estetização da ética, o MST estabeleceu a produção de alimentos saudáveis como o novo paradigma da reforma agrária. Com raízes no Norte Global, o *Slow Food*, em tendência oposta, reestruturou seu programa político, a partir da eticização da estética, tecendo redes ao redor do mundo e consolidando sua agenda em defesa dos alimentos bons, limpos e justos para todas e todos. O trabalho demonstrou, ainda, que a politização do consumo alimentar é um fenômeno consistente nos dois casos, embora permeado por ambiguidades, tensões e negociações, e com agendas características a cada contexto. O MST por meio da rede Armazém do Campo fomenta o consumo político de massas. Já as Fortalezas *Slow Food*, visando a salvaguarda de alimentos e modos de preparo em risco de extinção, promovem produtos raros e exclusivos para consumidores afluentes. As conclusões desta tese evidenciam que, para superar a sub-representatividade na literatura dos activismos alimentares pujantes no Sul Global, é preciso não apenas enquadrá-los sob um grande guarda-chuva conceitual, mas explorá-los e qualificá-los segundo suas singularidades, fomentando agendas de pesquisas mais simétricas, inclusivas e interseccionais.

Palavras-chaves: Ativismo alimentar, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), *Slow Food*, Sul Global.

ABSTRACT

TANAKA, Jennifer Harumi. “**Food activism from the Global South and North: MST, Slow Food and the food’s worlds of critique**”. 2024. Thesis (PhD in Social Sciences). Institute of Human and Social Sciences, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ. 2024.

Eating is a right, pleasure, communion, ancestry. Nowadays, activists and collectives have also been claiming eating as a political act, given its potential to foster new paths for food systems. In this context, this thesis aimed to analyze and systematize the plurality of food struggles and the particularities of food activism in the Global South and North, using as case studies the MST in Brazil and Slow Food in Italy. To this end, the research used an interdisciplinary theoretical framework that unconventionally combined Theory of Justification, Southern Theory, Food Studies, and Consumption Studies. Based on the analysis of public documents published by the MST and Slow Food from the 1980s to the present day, the focus on the different understandings of the theme of “land” and similar notions (earth, soil, etc) made it possible to highlight the geopolitical disparities and the specificities of food activism in the Global South and North. For instance, the idea of *Terra Madre* (Mother Earth, in English) present in Slow Food narratives in Italy refers to an assumption of universality. The MST, on the other hand, discusses land in light of the colonial period, regionalizing discussions, connecting issues and raising challenges in favor of historical reparations. The processes of de-fetishizing commodities are common to both movements, but with qualifications based on specific arrangements between the different worlds of critique around food. In Brazil, in a process of aestheticizing ethics, the MST established the production of healthy food as the new paradigm of agrarian reform. With its roots in the Global North, Slow Food, in an opposite trend, restructured its political program based on the ethicalization of aesthetics. It weaved networks around the world and consolidated its agenda in defense of good, clean and fair food for all. The study also demonstrated that the political consumerism is a consistent phenomenon in both cases, although permeated by ambiguities, tensions and negotiations, with agendas that are characteristic of each context. The MST, through the *Armazém do Campo’s* network, promotes mass political consumption. Meanwhile, the Slow Food Presidia, aiming to safeguard foods and methods of preparation at risk of extinction, promotes rare and exclusive products to affluent consumers. The conclusions of this thesis show that, in order to overcome the underrepresentation in the literature of thriving food activism in the Global South, it is necessary not only to frame them under a broad conceptual umbrella, but to explore and qualify them according to their singularities, fostering more symmetrical, inclusive and intersectional research agendas.

Keywords: Food activism, Landless Workers' Movement (*Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST*), Slow Food, Global South.

RIPIELOGO

TANAKA, Jennifer Harumi. “Attivismi alimentari del Sud e del Nord Globale: MST, *Slow Food* e i mondi della critica intorno all'alimentazione”. 2024. Tesi (Dottorato in Scienze Sociali). Istituto di Scienze Umane e Sociali, Università Federale Rurale di Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ. 2024.

Mangiare è diritto, piacere, comunione, eredità. Oggi, attivisti e collettivi sostengono anche che mangiare sia un atto politico, dato il suo potenziale nel promuovere nuovi percorsi per i sistemi alimentari. In questo contesto, l'obiettivo di questa tesi era quello di analizzare e sistematizzare la pluralità delle contestazioni alimentari e le particolarità dell'attivismo alimentare nel Sud e nel Nord del mondo, utilizzando l'MST in Brasile e Slow Food in Italia come casi di studio. A tal fine, la ricerca si è avvalsa di un quadro teorico interdisciplinare che univa, in modo non convenzionale, la Teoria della Giustificazione, la Teoria del Sud, gli Studi Alimentari e gli Studi sui Consumatori. Basandosi sull'analisi dei documenti pubblici pubblicati dall'MST e da Slow Food dagli anni Ottanta a oggi, l'attenzione ai diversi approcci al tema “terra” ha permesso di evidenziare le disparità geopolitiche e le specificità dell'attivismo alimentare nel Sud e nel Nord del mondo. L'idea di Terra Madre presente nella maggior parte delle narrazioni Slow Food in Italia si riferisce a un presupposto di universalità. L'MST discute la terra alla luce del periodo coloniale, regionalizzando le discussioni, collegando le agende e sollevando contestazioni a favore della riparazione storica. I processi di defeticizzazione delle merci sono però comuni ad entrambi i movimenti, con qualificazioni basate su accordi specifici tra i diversi mondi della critica alimentare. In Brasile, nel processo di esteticizzazione dell'etica, l'MST ha stabilito la produzione di cibo sano come nuovo paradigma della riforma agraria. Con radici nel Nord del mondo, Slow Food, nella tendenza opposta, ha ristrutturato il suo programma politico, basato sull'eticità dell'estetica, tessendo reti in tutto il mondo e consolidando la sua agenda in difesa del cibo buono, pulito e giusto per tutte e tutti. Il lavoro ha inoltre dimostrato che la politicizzazione del consumo alimentare è un fenomeno coerente in entrambi i casi, sebbene permeato da ambiguità, tensioni e negoziazioni, e con agende caratteristiche di ciascun contesto. L'MST, attraverso la rete *Armazém do Campo*, incoraggia il consumo politico di massa. I Presidi Slow Food, con l'obiettivo di salvaguardare cibi e metodi di preparazione a rischio di estinzione, promuovono prodotti rari ed esclusivi presso i consumatori benestanti. Le conclusioni di questa tesi mostrano che, per superare la sottorappresentazione nella letteratura di un vigoroso attivismo alimentare nel Sud del mondo, è necessario non solo inquadrarli sotto un ampio ombrello concettuale, ma esplorarli e qualificarli in base alle loro singolarità, favorendo programmi di ricerca più simmetrici, inclusivi e intersezionali.

Parole chiave: Attivismi alimentari, Movimento Brasiliano dei Senza Terra (*Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST*), *Slow Food*, Sud Globale.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Crianças do MST marcham por direito à alimentação saudável em Santa Maria/RS, Brasil, 2016	30
Figura 2 –	Armazém do Campo, MST, João Pessoa/PB, Brasil, 2024	30
Figura 3 –	12º edição <i>Terra Madre Salone del Gusto, Slow Food</i> , Turim, Itália, 2018	30
Figura 4 –	Bandeira do MST, Brasil	71
Figura 5 –	Logotipo <i>Slow Food</i> , Itália	72
Figura 6 –	“O maior Congresso pela terra”, <i>Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra</i> (JST), MST, Brasil, 1985	84
Figura 7 –	Cartaz I Congresso Nacional do MST, Curitiba/PR, Brasil, 1985	85
Figura 8 –	VIII Congresso Nacional <i>Slow Food</i> , Riva de Garda, Itália, 2014	88
Figura 9 –	“IV Feira Nacional da Reforma Agrária em números”, MST, São Paulo/SP, Brasil, 2023	91
Figura 10 –	<i>Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra</i> , edições subsequentes aos Congressos Nacionais do MST, Brasil, 1985-2014	95
Figura 11 –	Seleção revistas <i>Slowfood</i> , Itália, 2004-2012	96
Figura 12 –	I Encontro Nacional dos Sem Terra, MST, Cascavel/PR, Brasil, 1984	101
Figura 13 –	Claudio Villa em protestos contra a abertura da primeira filial do <i>McDonald's</i> em Roma, Itália, 1986	106
Figura 14 –	Manifesto <i>Slow Food</i> , <i>Jornal Il Manifesto</i> , Itália, 1987	108
Figura 15 –	Carta dos Colonos Acampados em Ronda Alta, <i>Boletim Sem Terra</i> (1º ed.), Porto Alegre/RS, Brasil, 1981	112
Figura 16 –	I Congresso Nacional do MST, Curitiba/PR, Brasil, 1985	113
Figura 17 –	II Congresso Nacional do MST, Brasília/DF, Brasil, 1990	115
Figura 18 –	“Nossos Compromissos com a Terra e com a Vida”, MST, Brasil, 2000.....	123
Figura 19 –	Manifestação pela Reforma Agrária Popular, VI Congresso Nacional do MST, Brasília/DF, Brasil, 2014	128
Figura 20 –	Capa do livro <i>Buono, pulito e giusto: Principi di nuova gastronomia</i> (1º ed.), Itália, 2005	135
Figura 21 –	14º edição <i>Terra Madre Salone del Gusto, Slow Food</i> , Turim, Itália, 2022	138
Figura 22 –	“ <i>I’m a Slow Food Activist</i> ”, Site <i>Slow Food</i> Internacional, 2024	138
Figura 23 –	“ <i>What you can do: be part of the change</i> ”, Site <i>Slow Food</i> Internacional, 2024	139
Figura 24 –	João Pedro Stédile cozinha na comedoria da 35ª Bienal de Arte de São Paulo, São Paulo/SP, Brasil, 2023	175
Figura 25 –	Armazém do Campo, MST, Rio de Janeiro/RJ, Brasil, 2018	190
Figura 26 –	“ <i>Noi non consumiamo, noi scegliamo, noi siamo Slow Food</i> ”, site <i>Slow Food</i> , Itália, 2024	203

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Distribuição das cités segundo os modos de valoração	33
Quadro 2 – Coletâneas sobre processos de politização de temas alimentares, distribuídas em ordem cronológica, 2004-2018	64
Quadro 3 – Edições <i>Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra</i> consultadas, Brasil, 1985-2014	95
Quadro 4 – Edições da revista <i>Slowfood</i> consultadas, Itália, 2004-2012	97
Quadro 5 – Distribuição de quantidade de lojas <i>Armazém do Campo</i> do MST por estado, cidade e ano de abertura, Brasil, 2016-2024	191

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição de Congressos e Feiras Nacionais realizados por MST no Brasil e <i>Slow Food</i> na Itália, 1985-2024	83
Tabela 2 – Congressos Nacionais do MST, seus locais de realização, lemas e estimativas de público, Brasil, 1985-2014	87
Tabela 3 – Congressos Nacionais do <i>Slow Food</i> e seus locais de realização (cidade e província), Itália, 1986-2021	88
Tabela 4 – Feiras Nacionais da Reforma Agrária, seus números de feirantes, público e alimentos comercializados, São Paulo/SP, Brasil, 2015-2023	90
Tabela 5 – <i>Terra Madre Salone del Gusto</i> , seus lemas, números de delegados, exibidores e público, Turim, Itália, 2012-2024	92

LISTA DE SIGLAS

Abraleite	Associação Brasileira dos Produtores de Leite
Alerj	Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro
Apib	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
APS	<i>Associazione di Promozione Sociale</i>
BA	Bahia
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
BSE	<i>Bovine Spongiform Encephalopathy</i>
BVS	Biblioteca Virtual em Saúde
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CE	Ceará
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONAQ	Coordenação Nacional de Comunidades Quilombolas
Contag	Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares
Contraf	Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar
CPDA	Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CSA	Comunidades que Sustentam a Agricultura (<i>Community Supported Agriculture</i> , em inglês)
DF	Distrito Federal
DOI	<i>Denoninazione di Origine Inventata</i>
DOP	Denominação de Origem Protegida (<i>Denominazione di Origine Protetta</i> , em italiano)
ENFF	Escola Nacional Florestan Fernandes
ES	Espírito Santo
ETS	<i>Enti del Terzo Settore</i>
EUA	Estados Unidos da América
FAO	<i>Food Agriculture Organization</i>
Fetagri	Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Mato Grosso do Sul
FETAPE	Federação dos Trabalhadores da Agricultura Pernambuco
Finapop	Financiamento Popular de Alimentos Saudáveis
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
GAS	<i>Gruppi di Acquisto Solidale</i>
GO	Goiás
IA	Inteligência Artificial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGP	Indicação Geográfica Protegida
IRGA	Instituto Riograndense de Arroz
JST	Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

JURA	Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária
LPM	<i>Landless People's Movement</i>
MA	Maranhão
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MASAF	<i>Ministero dell'Agricoltura, della Sovranità Alimentare e delle Foreste</i>
MAST	Movimento dos Agricultores Sem Terra
MBST	Movimento Brasileiro dos Sem Terra
MCC	Movimento Camponês de Corumbiara
MLST	Movimento da Libertação dos Sem-Terra
MLT	Movimento de Luta pela Terra
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MPP	Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais
MS	Mato Grosso do Sul
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MT	Movimento da Terra
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto
MUST	Movimento Unificado dos Sem Terra
NT	Nota de Tradução
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OGM	Organismo Geneticamente Modificado
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PA	Pará
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PB	Paraíba
PE	Pernambuco
PENSSAN	Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
PF	Polícia Federal
PI	Piauí
PJR	Pastoral de Juventude Rural
Planapo	Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PR	Paraná
Pronera	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PT	Partidos dos Trabalhadores
RJ	Rio de Janeiro
RS	Rio Grande do Sul
RO	Rondônia
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SSAN	Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
SC	Santa Catarina
SE	Sergipe

SF	<i>Slowfood (Revista Slowfood)</i>
SP	São Paulo
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Unesp	Universidade Estadual Paulista
UNISG	<i>Università di Scienze Gastronomiche</i>
USP	Universidade de São Paulo
WFP	<i>World Food Programme</i>

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	20
CAPÍTULO I - TEORIA DA JUSTIFICAÇÃO E OS MUNDOS DA CRÍTICA EM TORNO DA ALIMENTAÇÃO.....	27
1.1 Sociologia da Crítica.....	28
1.1.1 Modelo de cités.....	29
1.1.2 Movimentos de contestação.....	38
1.2 Contestações Alimentares Justificadas.....	40
1.2.1 Foco nas aproximações sustentadas por justificações.....	41
1.2.2 Os alimentos como uma arena política de contestação contemporânea.....	43
1.3 Ativismos Alimentares.....	45
1.3.1 Revisão bibliográfica sistemática: Quem e onde se estuda ativismo alimentar?.....	46
1.3.2 Principais definições: O que é ativismo alimentar?.....	47
1.3.3 Movimentos alimentares	52
1.3.4 Definindo-os no plural: Por que ativismos alimentares?.....	56
CAPÍTULO II - COMO ANALISAR MOVIMENTOS SOCIAIS E ATIVISMOS ALIMENTARES EM DIFERENTES PARTES DO MUNDO?.....	58
2.1 Dois Pesos, Duas Medidas: Construção do Campo de Conhecimentos no Sul e no Norte Global.....	59
2.2 Estudo de Caso como Estratégia de Pesquisa: Diálogos Possíveis entre MST e <i>Slow Food</i> ?	69
2.2.1 Seres de grande grandeza: Relevância dos movimentos estudados.....	70
2.2.2 MST e <i>Slow Food</i> nas agendas de pesquisa acadêmica.....	74
2.2.3 A convivência dos mundos e o exercício comparativo e as novidade do ponto de vista analítico.....	77
2.2.4 Narrativas contestatórias como objeto de pesquisa.....	79
2.3 Análise Documental: Provas das Disputas Históricas e Públicas.....	82
2.3.1 Congressos Nacionais.....	84
2.3.2 Feira Nacional da Reforma Agrária do MST e <i>Terra Madre Salone del Gusto</i> do <i>Slow Food</i>	90
2.3.3 Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (JST).....	94
2.3.4 Revista <i>Slowfood</i> (SF).....	96
2.3.5 Outros materiais consultados: Documentos, livros, sites oficiais e entrevistas.....	97
CAPÍTULO III – NARRATIVAS CONTESTATÓRIAS AO LONGO DO TEMPO: AS NOVAS BANDEIRAS DO MST E DO <i>SLOW FOOD</i>.....	99
3.1 Um Pouco de Contexto: Da década de 1980 até os Anos 2000.....	99
3.1.1 As palavras de ordem que consolidaram a formação do MST: os valores cívicos e industriais.....	100
3.1.2 O manifesto fundador do <i>Slow Food</i> : a lentidão como alternativa à velocidade da civilização industrial.....	105
3.1.3 Em um hemisfério “o povo passa fome”, no outro se luta pela “devolução do gosto à mesa, e do prazer à boca”	111
3.2 “Dar um Passo a Mais”: Novas Bandeiras do Século XXI.....	120

3.2.1 O novo paradigma do MST: Produção de alimentos saudáveis de qualidade.....	131
3.2.2 Virada política do <i>Slow Food</i> : Bom, limpo e justo.....	112
3.2.3 A soberania alimentar faz com que todos concordem?.....	139

CAPÍTULO IV – ATIVISMOS ALIMENTARES DO SUL E DO NORTE GLOBAL...145

4.1 Marcas do Encontro Colonial: Diferentes Compreensões de “Terra”.....	146
4.1.1 Reforma agrária, democratização e terra para uma vida digna.....	151
4.1.2 <i>Terra Madre, pachamama</i> e casa comum.....	154
4.1.3 O protagonista ausente: “sem terra” como identidade e “ <i>senza terra</i> ” como sinalizador das novas tecnologias do sistema alimentar global.....	158
4.1.4 Reposicionando o período colonial da “pré-história” para a atualidade.....	162
4.2 Ética e Estética: Lutas por Direitos.....	164
4.2.1 <i>Slow Food</i> e o direito ao prazer.....	166
4.2.2 MST, direito à terra e direito à alimentação saudável.....	171
4.2.3 Convergências, alianças e novos modos de contestar.....	173
4.3 A Qualidade dos Alimentos: Desfetichização da Mercadoria.....	177
4.3.1 Dos banqueiros à indústria de alimentos: Ultraprocessado é mercadoria.....	178
4.3.2 Preços justos e acessíveis: seria esta uma nova pauta de luta para o MST?.....	180
4.3.3 Complexo industrial: o carrasco dos prazeres, saberes e sabores.....	181
4.3.4 Do <i>McDonald’s</i> à <i>Amazon</i> : uma atualização da agenda política do <i>Slow Food</i> na Itália?	184
4.3.5 Pluralidade nos modos de qualificar e valorar objetos	186
4.4 Consumo Político: os Armazéns do Campo e as Fortalezas (<i>Presidi</i>).....	188
4.4.1 Armazéns do Campo e o consumo político alimentar para as massas.....	190
4.4.2 Fortalezas: a filosofia (e as controvérsias) do <i>Slow Food</i> em forma de produtos.....	193
4.4.3 Consumidor: um ator elusivo.....	199
4.4.4 O consumo é assunto político para MST e <i>Slow Food</i> ?.....	201
4.5 Ativismos alimentares de Sul a Norte entre presente, passado e futuro.....	206

CONCLUSÕES.....209

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....217

APÊNDICES	242
Apêndice A – Trechos originais de artigos e obras consultados, distribuídos por ordem alfabética (autor e data de publicação).....	242
Apêndice B – Trechos originais dos documentos e páginas da internet consultados do <i>Slow Food</i> , distribuídos por ordem cronológica (nome e data de publicação).....	251
Apêndice C – Documentos e fontes consultadas referentes ao MST, Brasil, 1981-2024.....	254
Apêndice D – Documentos e fontes consultadas referentes ao <i>Slow Food</i> , Itália, 1986-2024.....	255
Apêndice E – Páginas e matérias do site oficial do MST consultadas, distribuídas por ordem cronológica (data de publicação, título, autor e <i>link</i>), 2011-2024.....	257
Apêndice F – Páginas e matérias do site oficial do <i>Slow Food</i> Itália consultadas, distribuídas por ordem cronológica (data de publicação, título e <i>link</i>), 2009-2024.....	261
Apêndice G – Obras consultadas sobre MST (Brasil) e <i>Slow Food</i> (Itália), 1999-2023.....	263
Apêndice H – Protocolo da Revisão Bibliográfica Sistemática.....	264
Apêndice I – Resultados da Revisão Bibliográfica Sistemática nas bases de dados <i>Scopus</i> e <i>Scielo</i> e no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, realizada em abril de 2024.....	265

INTRODUÇÃO

Água na boca, ruído na barriga. Estas são algumas das reações corporais em torno do ato de se alimentar que unem todos os seres humanos em nossa essência ordinária. Comer é um ato biológico elementar e onipresente que, tanto quanto a ação de respirar, ata nossa existência ao globo terrestre.

Comer é reconhecidamente um direito humano fundamental. Além disso, é prazer, comunhão, ancestralidade. Atualmente, ativistas e coletivos têm reivindicado o comer como ato político. A alimentação incita acordos e desacordos transversais às diferentes sociedades contemporâneas. Ela é comum a todos nós e somos todos, em alguma medida, *experts* no assunto. Somos todos capazes de mobilizar e defender justificações calcadas em uma ou outra ordem de grandeza, de forma articulada e engajada, bem como por meio de estratégias ambíguas e contraditórias.

Como bem resumido por Carlo Petrini (2016, p. 41, tradução nossa¹), um dos mais importantes e conhecidos ativistas alimentares da Itália e do mundo, “a comida é o principal meio de interpretação da realidade, do mundo que nos circunda*”. Seja na seara acadêmica ou na vida cotidiana, a comida, por suas características intrínsecas particulares, se consolida como uma lente para observar, experienciar e analisar a materialidade, as práticas, os discursos e as formas de resistências de uma miríade de atores, sejam eles, o Estado, o mercado, os movimentos sociais e os consumidores.

Os alimentos são símbolos poderosos das controvérsias que afligem as sociedades e seus atores. Eles permitem que temas abstratos, como as questões relativas à classe ou exploração, possam ser expressados e debatidos por meio de uma realidade material e visceral. Deste modo distintivo, o ato de comer abrange dimensões tangíveis (açúcares, grãos, temperos) e intangíveis (ideias, crenças, valores, incertezas). É interessante lembrar, por exemplo, o fato de que durante milênios nos nutrimos exclusivamente de plantas, outros animais, fungos, alguns seres microscópicos, bactérias fermentadoras, leveduras. Dos anos 70 do século XX para cá, se uniram ao cardápio cotidiano substâncias sintéticas: agrotóxicos, produtos transgênicos com organismos geneticamente modificados (OGMs), edulcorantes, conservantes, aromas, sabores e cores artificiais os quais abriram caminhos para outros estados corporais, emocionais e também políticos.

Como, onde, o que e em qual quantidade os indivíduos se alimentam nos diferentes cantos do planeta são também evidências das disparidades geopolíticas globais e das tentativas de sua mitigação. De dentro das cozinhas, em especial daquelas do Sul Global, observamos os efeitos do paradoxo global de uma produção de alimentos em quantidade suficiente que convive com as mazelas das desigualdades alimentares. De um lado, estão a fome, a má nutrição e a obesidade, realidades concretas para uma expressiva parcela de pessoas do hemisfério Sul. De

¹ Pelo número expressivo de citações traduzidas para o português pela autora, daqui em diante o uso da expressão “tradução nossa” é suprimido. Sempre que possível, o excerto original em língua estrangeira estará disponível para consulta nos Apêndices, e sinalizado ao longo do texto com um asterisco (*). O Apêndice A elenca os trechos originais de artigos e obras consultados. O Apêndice B apresenta os trechos originais dos documentos do *Slow Food*. Os demais casos serão apresentados em nota. Como diz um provérbio italiano, “*traduttore, traditore*” (tradutor, traidor). O exercício de tradução incorre no risco de trair os sentidos e as intenções originais dos autores. Sendo assim, embora fluente em inglês e italiano, registro aqui o esforço e as limitações frente ao desafio de aproximar narrativas que circulam em diferentes idiomas. No melhor do meu conhecimento, utilizarei traduções correntes adotadas por tradutores profissionais, o que também será informado em notas de tradução (N.T.). Para os casos de difícil tradução, apresentarei a expressão original entre parênteses no corpo do texto, com o intuito de preservar o sentido dado pelos autores na língua original da publicação.

outro, estão os compromissos globais firmados, por exemplo, na Agenda 2030 e nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) e os esforços, em diferentes escalas, nas políticas públicas por soberania e segurança alimentar nutricional (SSAN).

Estudar a alimentação é uma forma de interpretar os efeitos das dinâmicas locais e globais a partir de experiências e frustrações tangíveis que atravessam cotidianamente a vida das pessoas, nas mais diversas esferas. Pois, como todos nós somos testemunhas, as contestações políticas em torno da comida, raramente se reduzem à comida em si.

A pesquisa aqui apresentada é circunscrita aos ativismos alimentares contemporâneos e à pluralidade de suas expressões e trajetórias ao se consolidarem como arena política de contestação. A Teoria das Justificações, proposta por Luc Boltanski e Laurent Thévenot no início dos anos 90, permite exercitar uma perspectiva analítica cujo enfoque repousa menos nos alimentos, e mais nas relações entre os alimentos e a experiência humana. Nosso olhar se volta especificamente para as contestações justificadas de movimentos sociais envolvidos com os temas alimentares no Sul e no Norte Global.

A tese partiu de três pressupostos centrais: i) a efervescência da politização da alimentação, evidenciada pelo volume e diversidade de casos empíricos ao redor do mundo, seguida, no entanto, de um segundo pressuposto; ii) a assimetria do tratamento teórico dentro da literatura especializada, cujo conjunto de pesquisadores, teorias, estudos e experiências analisadas está concentrado e limitado à Europa e aos Estados Unidos da América (EUA), o que nos leva, por fim, ao terceiro ponto; iii) a sub-representatividade das especificidades dos ativismos alimentares do Brasil e da América Latina, no que se refere aos discursos, valores e práticas mais acionados nestes locais. Para afrontar e contribuir para esta discussão, abraçamos a oportunidade de ampliar a abrangência da pesquisa para além das fronteiras nacionais. Propomos colocar em diálogo as singularidades do cenário brasileiro com as de outros países, particularmente da Europa, região que concentra parte relevante dos debates acadêmicos da área.

O ponto de partida foram as reflexões oriundas da pesquisa de mestrado defendida no CPDA/UFRRJ (TANAKA, 2019). Com foco na atuação do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) na cidade do Rio de Janeiro/RJ, o estudo evidenciou como, nas últimas décadas, movimentos sociais do campo têm politizado o consumo alimentar de forma consistente, ainda que este seja um processo permeado por ambiguidades, tensões e negociações. A partir destes achados, meu interesse acadêmico se expandiu para as dinâmicas relacionadas à politização da alimentação no contexto nacional e a partir de outros movimentos sociais. Para isto, elegi o MST que, recentemente, adotou como parte de sua estratégia nacional a discussão sobre a qualidade dos alimentos, tornando-se um dos movimentos sociais mais eloquentes no Brasil nas discussões sobre os nexos entre política e alimentação.

Para além dos confins nacionais, as aproximações pessoais e familiares com a Itália e a fluência no idioma permitiram um contato preliminar com o movimento de origem italiana *Slow Food*, uma das organizações mais citadas e estudadas na academia quando o assunto é ativismo alimentar. A pesquisa, então, passou a ser composta por dois casos de estudo: o MST e o *Slow Food*. Esta redefinição dos contornos do estudo foi generosamente acolhida pela orientadora deste trabalho, Fátima Portilho.

MST e *Slow Food* são organizações proeminentes que mobilizam, a sua maneira, críticas ao sistema sociopolítico dominante, com contestações específicas ao sistema agroalimentar hegemônico global e de seus países de origem. Outro denominador comum aos dois movimentos é o fato destes defenderem a alimentação como pauta política. Para eles, as

contestações em torno do comer envolvem, por exemplo, as lutas por saúde, prazer, sustentabilidade, soberania e justiça social.

Ambos são coletivos de grande porte, veteranos e consolidados no seu campo de atuação. Dos anos 80 para cá, eles organizam e reúnem milhares de pessoas em torno de agendas que se tornaram globalmente conhecidas. Suas reivindicações têm repercutido as conjunturas da América Latina e da Europa, do Sul e do Norte Global, com influências mútuas, bem como desdobramentos para outros movimentos sociais e alimentares. Para nós, MST e *Slow Food* são partes diferentes, porém interligadas, da arena de contestações ao sistema alimentar hegemônico. Com efeito, não é intuito do nosso estudo acentuar a maior importância para as experiências do Sul ou do Norte Global. Ao contrário, nos interessa o diálogo entre contextos e projetos distintos, a fim de compor uma análise simétrica dos ativismos e movimentos alimentares de diferentes regiões, mas que, em especial, inclua as experiências do Sul Global, atualmente sub-representadas na literatura.

De um lado, temos o MST, o maior movimento social do campo do Brasil, fundado em 1984 e um dos pilares da Via Campesina², com fortes ligações com diversos movimentos sociais da América Latina. É considerado, por alguns atores, como “o mais importante movimento social do mundo”³.

Atualmente, o MST está presente em 24 dos 26 estados brasileiros. Segundo suas estimativas mais recentes⁴, cerca de 400 mil famílias conquistaram mais de 7,5 milhões de hectares em todo o país por meio da luta e organização dos trabalhadores rurais sem terra, onde se organizam em mais de 1.900 associações, 185 cooperativas e 120 agroindústrias que atuam na produção, beneficiamento e comercialização de alimentos. Além disso, outras 70 mil famílias seguem acampadas, reivindicando a reforma agrária.

Com atuação nacional, o MST é um movimento que, ao longo das últimas quatro décadas, tem conectado a luta pela terra com a luta na terra, desenvolvendo formas cooperativas de trabalho rural, produção de alimentos para o mercado interno e educação no campo. Novos arranjos e estratégias têm sido mobilizados nos anos mais recentes. Pautas como a produção e promoção de alimentos saudáveis e sustentáveis, bem como a soberania alimentar, têm ganhado notoriedade nas propostas e programas políticos da organização.

De outro lado, temos o *Slow Food*, um movimento fundado na Itália em 1986 e que, desde 1989, apresenta atuação internacional. É pioneiro na mobilização de críticas estéticas à modernização da alimentação. Desde sua fundação, reivindica a reintrodução de termos que, em geral, ficavam de fora das tensões políticas e econômicas, tal como a defesa do “direito ao prazer”, um dos pilares da “filosofia *Slow Food*”.

Segundo os dados da organização⁵, o *Slow Food* Itália possui quase 20 mil sócios, distribuídos em 18 associações regionais, mais de 240 associações territoriais e 330 comunidades dos alimentos espalhadas por todo o território italiano. Internacionalmente, está

² A Via Campesina se autodefine como um movimento internacional de base e de massa (*grassroots mass movement*), que reúne camponeses, trabalhadores sem terra, indígenas, pescadores, trabalhadores rurais migrantes, pequenos e médios agricultores, mulheres rurais e jovens camponeses de todo o mundo. Fundada em 1993, é um “movimento de movimentos composta por mais de 180 organizações locais e nacionais de cerca 80 países, totalizando aproximadamente 200 milhões de pequenos produtores. Ver mais em: <https://viacampesina.org/> Acesso em: 1 dez. 2024.

³ Noam Chomsky, linguista estadunidense, apontou, durante o Fórum Social Mundial de 2003, o MST como o “mais importante movimento popular do mundo” (CHOMSKY, 2003). Esta afirmação foi usada também por outros autores, tal como Patel (2007), que descreve o MST como o “mais importante movimento social do mundo”.

⁴ Dados e estimativas consultados no site oficial MST [39, 42].

⁵ *Balanço Social* (2022); *Balanço Social* (2023) e *Relatório Anual Fundação Slow Food* (2023).

presente em 160 países, e conta com mais de 1 milhão de apoiadores e 100 mil membros ao redor do mundo.

Junto a sua capilaridade global, o *Slow Food* mantém forte presença no solo italiano. É considerado embaixador e porta-voz da culinária típica da Itália e do convívio à mesa ao estilo italiano. O *Slow Food* Itália desempenha um papel norteador para sua ação internacional, sendo um precursor de novos desafios e novas fronteiras da vida associativa e da atuação como movimento social (*Programa de Mandato 2018-2020*). No contexto da Itália, o *Slow Food* é uma referência nos debates sobre alimentação. Seu sucesso é frequentemente associado ao crescente interesse por produtos de qualidades especiais, artesanais e locais, fenômeno conhecido na literatura como *quality turn*, virada para a qualidade.

No empreendimento de articular as experiências destes dois movimentos sociais aos pressupostos previamente apresentados, a interrogação central que organiza esta pesquisa é: Como as particularidades das narrativas contestatórias mobilizadas pelo MST no Brasil e pelo *Slow Food* na Itália contribuem para discutir e evidenciar a diversidade dos ativismos alimentares do Sul e do Norte Global?

Pesquisas centradas na construção da crítica têm sido consideradas particularmente pertinentes nos dias de hoje. O campo da sociologia pragmática considera, por exemplo, que a crítica e as contestações ocupam lugar central nas sociedades contemporâneas por serem um dos principais instrumentos de que os atores dispõem para navegar no mundo social. Em situações históricas marcadas por crises e movimentações sociais transformadoras, os atores podem se mobilizar para dar forma àquilo que os enraíza em suas experiências e práticas cotidianas e, assim, transmutá-lo em demandas políticas, de modo a tentar modificar, por meio da crítica, os contornos da realidade. Este contexto nos motiva a refletir sobre o campo de disputas atualmente pungente sobre os modos como os alimentos são produzidos, comercializados e consumidos, no qual os ativistas e os movimentos sociais se inserem em busca de transformação dos sistemas alimentares.

Pela lente específica da Teoria da Justificação, as críticas e as contestações, frutos de percepções de injustiças, de controvérsias e/ou de ruídos, são vistas como uma porta de entrada para a análise sociológica. À luz deste quadro teórico-metodológico, as disputas em torno dos temas alimentares articuladas por MST e *Slow Food* são interpretadas como os momentos em que esses coletivos buscam se situar e trazer argumentos e provas para justificar sua posição, além de expor posicionamentos que nem sempre estariam explícitos em situações estabilizadas ou pacificadas.

Para pensar como as diferenças das narrativas em torno das contestações alimentares são permeadas e forjadas pela instabilidade e pela heterogeneidade vivenciadas pelas organizações em termos de sua inserção nos contextos do Sul e do Norte Global, lançamos mão das elaborações da Teoria do Sul, proposta por Raewyn Connell. Neste empreendimento, fazemos também uso da noção de “ativismo alimentar” de forma analítica, problematizando se esta é uma categoria necessariamente nativa dos movimentos sob análise.

Este tipo de compreensão centrada nos momentos de disputas e acordos fornece uma sensibilidade analítica para as multiplicidades de “grandezas” de diferentes “mundos” que operam no curso de uma ação, considerando com igual importância atores e objetos. O caminho teórico-metodológico selecionado implica uma distância em relação a análises essencializantes, universalizantes e/ou homogeneizantes. No nosso caso específico, tal caminho implica na realização de uma investigação sociológica que busca superar tanto a perspectiva atomista sobre a ação política individual quanto a perspectiva coletivista e estrategista sobre movimentos sociais, deslocando a ênfase para as contestações em si.

A opção por seguir as contestações exige uma perspectiva que vá além de tipos ideais, evitando visões dicotômicas fossilizadas. No universo dos estudos da alimentação, algumas dualidades frequentes, das quais buscaremos manter distância, são as oposições entre boa comida e *junk food*, tradicional e moderno, alternativo e convencional, global e local, estrutura e agência, individual e coletivo, dentre outras. A adoção de uma postura analítica capaz de evitar e questionar fundamentalismos e anacronismos nos é muito cara, especialmente no que tange à avaliação de processos de politização de temas alimentares em dois contextos nacionais tão diferentes, como aqueles do Brasil e da Itália.

O objetivo da pesquisa é, por meio da Teoria da Justificação e da Teoria do Sul, analisar e sistematizar a pluralidade das contestações alimentares e as particularidades dos ativismos alimentares do Sul e do Norte Global, tendo como casos de estudo o MST no Brasil e o *Slow Food* na Itália.

A definição do tema e a combinação, pouco usual, das Teorias da Justificação e do Sul como arcabouço teórico da pesquisa se justificam por suas possíveis contribuições acadêmicas e também sociais. Ao considerar que as críticas em torno dos temas alimentares são movidas de acordo com uma variedade de grandezas, se espera contribuir com o debate presente tanto nas universidades quanto “nas ruas”, colocando sob análise formas de ação latino-americanas lado a lado de experiências de raízes europeias. Em particular, interessa investigar como os movimentos sociais em sua diversidade propõem mobilizações que colocam em interface alimentação, ativismo e política. Interessa, ainda, contextualizar este processo e suas repercussões de ordem teórica e também prática, abordando possíveis rumos dos sistemas alimentares.

Como objetivos específicos, esta pesquisa visa i) identificar e comparar como os movimentos sob análise articulam as contestações alimentares, ao longo do tempo, em termos das marcas do encontro colonial, das críticas éticas e estéticas e dos processos de politização do consumo; e ii) apontar possíveis particularidades dos ativismos alimentares do Sul e do Norte Global. Com efeito, a concentração desta pesquisa sobre o eixo das contestações é uma maneira de “ajustar o foco” para observar como os princípios de justiça e os mundos se encontram imbricados em determinadas situações e contextos geopolíticos.

Cabe reconhecer e admitir, de partida, o risco de que análises comparativas possam soar incongruentes, uma vez que buscam confrontar aspectos que parecem incomensuráveis, incompatíveis e, muitas vezes, incomparáveis. Contudo, avaliamos que o escopo proposto para este estudo, em vista do material teórico e empírico selecionado, pode, ao contrário, ajudar a capturar, explicitar e colocar em discussão a diversidade de princípios, tensões e ambiguidades que atravessam o mundo social, em especial no que diz respeito à seara dos temas alimentares e as particularidades dos ativismos do Sul e do Norte Global.

A seleção de dois casos dentro da miríade de movimentos sociais que se engajam com temas alimentares sugere a complexidade de tal tarefa, e o caráter inédito desta pesquisa. Como demonstra o levantamento bibliográfico apresentado nesta tese, na literatura que se debruça sobre ativismo alimentar, o *Slow Food* é um dos casos de estudo mais frequentemente citado e analisado, seja por intelectuais italianos, seja por outros pesquisadores localizados tanto no Norte quanto no Sul Global. Já as pesquisas focadas no MST circulam principalmente entre autores brasileiros e da América Latina, e, em sua expressiva maioria, não se dedicam aos temas alimentares. Elas se concentram em outras questões, tal como aquelas ligadas às políticas fundiárias, à organização dos movimentos rurais e à educação do campo. Quando aparece, a discussão sobre alimentação praticamente se concentra nos estudos no campo da saúde, principalmente aqueles sobre a condição de saúde dos assentados e acampados, com um número

reduzido de pesquisas, sobretudo recentes, que compreendem o MST dentro do contexto dos ativismos alimentares brasileiros.

Está longe de ser nossa intenção alegar que as atividades e agendas políticas dos movimentos sociais em questão representem a totalidade das experiências que, no Brasil ou na Itália, contestam os interesses e as dinâmicas características do sistema alimentar hegemônico. Tampouco deixamos de reconhecer e problematizar as limitações deste exercício comparativo, que busca colocar em diálogo organizações que, de um lado, se aproximam, ao mobilizar pautas alimentares de forma ativa, mas, de outro, apresentam particularidades na percepção das questões envolvidas em suas agendas e na intensidade e modos de interpelar os nexos entre alimentação, política e ativismo. Não deve restar dúvida de que este é um exercício parcial, limitado pela estratégia de pesquisa pelo o que os movimentos em questão escolhem “fazer ver” em seus documentos públicos, bem como pelos nossos próprios vieses pessoais.

De todo modo, um fator relevante que contribui para a delimitação do problema de pesquisa é a possibilidade de somar esforços com as pesquisas que contextualizam as causas, as motivações e as negociações que têm movido as agendas destes dois movimentos sociais, e suas transformações nos anos mais recentes. As pesquisas acerca da construção e consolidação dos novos mercados e das redes alimentares alternativas, como é o caso daquelas que enfocam no prestígio conquistado, ao longo dos anos, por alimentos e formas de alimentação associados ao *Slow Food* evidenciam a relevância do tema. No entanto, ainda há bastante espaço para análises que contextualizem, por exemplo, a construção de mercados por movimentos sociais para produtos identificados com causas sociais e ambientais. As ações, os posicionamentos e os discursos de movimentos sociais brasileiros, como é o caso do MST, compõem um campo fértil de reflexões, o qual ainda é analisado em poucos estudos.

Frente ao cenário de extrema polarização política e de ascensão de conjunturas autoritárias em diferentes partes do mundo, posicionar as críticas e as contestações no centro do debate reafirma a necessidade de perspectivas mais plurais e democráticas. Em um contexto de escalada de governos conservadores, observamos no caso brasileiro o desmonte de políticas públicas envolvendo a produção e o consumo de alimentos⁶ e o aumento dos ataques e da deslegitimação da agenda política de movimentos sociais. A instauração da “CPI do MST” em 2023⁷ é ilustrativa destes processos, para além da criminalização de suas lutas e do recrudescimento da violência contra seus militantes⁸. Em resposta, nos chama atenção como movimentos sociais, tal como o MST, têm estabelecido um projeto político mais amplo de formação e fortalecimento de alianças, compromissos e solidariedades com os consumidores urbanos para difundir e promover suas causas⁹. Destarte, nossa proposta busca expandir o foco analítico em direção a um olhar que vá além das formas tradicionais de participação política,

⁶ Sobre as mudanças institucionais e o desmonte de políticas públicas no Brasil, alguns estudos recentes e interessantes são aqueles de Sabourin *et al* (2020) no contexto das políticas públicas rurais e ambientais; de Grisa *et al* (2022) referente à desestruturação das políticas públicas para a agricultura familiar; de Niederle *et al* (2023) sobre as rupturas na transição agroecológica; e de Andrade, Milhorce e Parnes (2024) sobre os processos de desmonte e resistência no que tange às políticas públicas de SAN.

⁷ Em maio de 2023, foi instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a atuação do MST. Ao fim de seu tempo regimental, no entanto, a CPI não conseguiu produzir um relatório final para ser votado e aprovado pelos deputados. Ver mais em: *Carta sobre a CPI contra o MST e contra a Reforma Agrária* (2023).

⁸ Para pesquisas que abordam a criminalização dos movimentos sociais, ver Viera (2007); sobre a questão agrária e/ou os impactos nas políticas fundiárias de governos autoritários como o de Jair Bolsonaro, ver Alentejano (2020) e Fernandes *et al* (2020).

⁹ Em estudos anteriores (TANAKA, 2019; TANAKA; PORTILHO, 2019), discutimos a construção de alianças entre MPA e consumidores urbanos como forma de promoção da agenda política dos movimentos sociais do campo.

ou seja, aquelas que se direcionam ao sistema político *per se*, enfatizando outras formas tal como o ativismo e a politização dos temas alimentares.

Enfim, entendemos a presente tese como parte de uma necessária agenda de pesquisa, ainda em construção, sobre movimentos e ativismos alimentares. Como parte deste empreendimento, nos desafiamos a colocar em interface as contribuições dos Estudos Alimentares (*Food Studies*), dos Estudos do Consumo (*Consumption Studies*¹⁰), da Sociologia Pragmática e das Teorias do Sul.

A tese se divide em quatro capítulos, para além desta Introdução. O primeiro capítulo traz uma visão geral da Teoria da Justificação, mostrando sua empregabilidade para pensar os mundos da crítica em torno da alimentação no Brasil e na Itália. O segundo capítulo aponta caminhos para analisar ativismos alimentares em diferentes partes do globo, de modo que seja possível captar as suas particularidades, entrelaçando tais proposições à Teoria do Sul. O terceiro capítulo explora, por meio de uma análise histórica, algumas das transformações vivenciadas por ambos os movimentos na virada para o século XXI, com destaque para as suas novas bandeiras que incluem os temas alimentares. O quarto e último capítulo discute as particularidades dos ativismos alimentares do Sul e do Norte Global, em termos das marcas do encontro colonial, das críticas éticas e estéticas, dos processos de desfeticização da mercadoria, e da politização do consumo.

¹⁰ Aqui fazemos referência ao campo que toma o consumo, de forma sistematizada, como objeto de estudo e área específica do conhecimento, tal como proposto por Miller (1995).

CAPÍTULO I - TEORIA DA JUSTIFICAÇÃO E OS MUNDOS DA CRÍTICA EM TORNO DA ALIMENTAÇÃO

“Com o bucho mais cheio comecei a pensar que eu me organizando posso desorganizar que eu desorganizando posso me organizar”
Chico Science (1994)

Sob a noção de ativismos alimentares, nos interessa refletir sobre o que vem sendo denominado como uma nova arena de contestação contemporânea, a qual congrega, com formatos e intensidade diferenciados, a produção, a distribuição e o consumo de alimentos. Neste contexto, os temas alimentares têm se consolidado e sido reconhecidos como fonte de disputas, contestações, controvérsias e tensões entre indivíduos, famílias, movimentos sociais, Estados, conglomerados corporativos, médicos e nutricionistas, empresas de tecnologia e, ainda, entre pesquisadores e acadêmicos, para citar somente alguns dos atores sociais envolvidos nestas disputas.

Para analisar este ambiente de tensões e contestações, seguimos a provocação de Boltanski e Thévenot [1991]/(2020, p. 102) de que “é preciso se engajar mais profundamente na análise da sensação de injustiça que afeta os atores”¹¹. A partir do enquadramento da Teoria da Justificação, nossa análise se concentra nos questionamentos e nas críticas em torno da alimentação mobilizados por movimentos sociais, tendo como casos de estudos o MST no Brasil e *Slow Food* na Itália.

A Teoria da Justificação, elaborada no início da década de 1990 por Luc Boltanski e Laurent Thévenot, tem como ponto de partida a dificuldade dos seres humanos de “produzirem o comum”, percebida nos momentos de crise, desequilíbrio e/ou disputa. Uma das provocações dos autores que inspira e move esta pesquisa é: “Em que condições uma forma de equivalência pode ser comum, isto é, [pode] permitir uma qualificação de pessoas e objetos capaz de enquadrar um acordo ou servir de fundamentação em uma disputa?” (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2020, p. 126). Para dar cabo a questionamentos como este, a proposta dos autores é levar a sério as exigências de conciliação e resolução de contestações em geral, tratando acordo e crítica como momentos intimamente relacionados a um mesmo curso de ação.

Embora a Teoria da Justificação não seja originalmente direcionada para a análise de temas relacionados à alimentação, há um acúmulo interessante de estudos que propuseram interfaces deste tipo, tal como documentado por Niederle (2023). No Brasil, acreditamos que essa é uma abordagem teórica ainda a ser explorada, haja vista que apenas em 2020, três décadas após a publicação original, a obra foi traduzida para o português¹². Diante deste cenário,

¹¹ Quando relevante à nossa argumentação, apontaremos, na primeira citação a data de publicação original das referências junto à data da edição consultada. Por exemplo, a obra *De la justification: Les économies de la grandeur* foi publicada originalmente em 1991 na França. Utilizamos aqui a primeira edição publicada em português e no Brasil em 2020 pela Editora da UFRJ. Daqui em diante, nos referiremos apenas à edição consultada como Boltanski e Thévenot (2020).

¹² A título de curiosidade, a tradução para o inglês (“*On Justification: Economies of Worth*”) foi publicada em 2006 pela *Princeton University Press*, portanto, pelo menos 15 anos antes da edição brasileira.

optamos por iniciar pela apresentação deste referencial teórico-metodológico, seguida por uma discussão dos modos como seus conceitos e categorias centrais podem ser empregados para pensar os mundos da crítica em torno da alimentação.

Este capítulo se organiza em três seções principais. A primeira trata da sociologia da crítica e das atribuições de sentido feitas pelos atores em termos genéricos sobre o que é justo e o que é justiça, apresentando o modelo de cités e os movimentos de contestação, propostos por Boltanski e Thévenot. A segunda parte foca nas contestações alimentares justificadas, discutindo a consolidação dos alimentos como uma arena de contestação contemporânea. A terça e última seção é dedicada aos ativismos alimentares, explorando as suas principais definições, e indicando seu uso flexionado no plural.

1.1 Sociologia da Crítica

A abordagem teórico-metodológica das justificações, proposta por Boltanski e Thévenot, se fundamenta nas capacidades práticas colocadas em uso por pessoas e coletivos, quando eles são confrontados e/ou criticados e precisam responder e justificar seus julgamentos.

O foco de uma abordagem atenta às justificações repousa nos modos com que os atores qualificam suas concepções de bem comum. Sob este prisma, a ação humana situa-se em diferentes sequências nas quais as pessoas mobilizam competências diversas para se adequarem a uma situação apresentada. São levadas em consideração não somente a dimensão plural, processual e híbrida da composição dos sujeitos, mas também as dimensões morais que compõem os repertórios das ações e experimentações.

Uma de suas premissas é a dissolução da oposição entre as sociologias do consenso e aquelas do conflito, tratando, em vez disso, o acordo e a crítica como momentos intimamente relacionados de um mesmo curso de ação. A teoria aponta para um modelo geral que demonstra como diferentes concepções de bem comum integram, à sua maneira, a relação entre os momentos de acordo e os de questionamento crítico, sendo uma abordagem menos focada no ator humano em si e mais ligada às dinâmicas da relação entre este e seu meio.

Este quadro teórico propõe uma perspectiva diferente daquela oferecida pela oposição entre o coletivo e o individual, que orientam, por exemplo, a sociologia de inspiração durkheiminiana. Como afirma Moruzzi Marques (2013, p. 29), esta abordagem procura “quebrar uma assimetria entre sujeito e objeto, entre pesquisador e ator, assimetria apoiada notadamente na legitimidade da ciência”.

Esta sociologia da capacidade crítica desloca o projeto clássico de uma sociologia crítica, nos termos propostos por Pierre Bourdieu e outras correntes do pensamento sociológico e filosófico, para uma sociologia da crítica, sensível ao reconhecimento da importância e da validade da crítica para o funcionamento da vida social e política, sem considerar que o papel da sociologia se limite a criticar. Neste sentido, esta abordagem é vista como uma “passagem de uma sociologia crítica para uma sociologia da crítica” (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2020, p. 83). Neste cenário, as abordagens positivistas, que concedem um lugar privilegiado ao cientista social, como detentor da capacidade de desvelar a realidade, caem por terra, cedendo lugar a um princípio de simetria, no sentido usado por Callon (1986) e Latour [1991]/(1994). A divisão e a oposição entre operações cognitivas científicas e ordinárias, entre senso comum e conhecimento experimentado, entre qualificação jurídica e qualificação ordinária cedem lugar a um modelo analítico devotado a lidar com a continuidade, a modulação e a passagem entre estas operações e posições.

Nas palavras de Boltanski e Thévenot (2020, p. 26), “o cientista social, nesse caso, tem o papel de tornar inteligíveis essas formas e mundos, e não necessariamente de revelar uma ‘verdade’ sobre seus significados e propriedades”. Seguir os passos desta teoria tem implicações no trabalho de pesquisa, pois, do ponto de vista da análise, há o imperativo de levar a sério o modo como os atores qualificam suas críticas e seus sentidos de justo e de justiça. A problemática sociológica está nos procedimentos críticos implementados não pelo sociólogo, mas pelos próprios atores, conduzindo os pesquisadores a direcionar a sua atenção às disputas da vida cotidiana.

Para chegarem ao acordo sobre o que é justo, os humanos devem, então, ter conhecimento de um bem comum [...]. Para fazer um julgamento de maneira justa, é também preciso ser capaz de reconhecer a natureza da situação e de colocar em prática o princípio de justiça a ela correspondente (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2020, p. 258).

Esta capacidade, porém, não deve ser confundida com aquela exigida por teorias reducionistas, fundadas em biologismos ou economicismos, ou behavioristas, nas quais as condutas são determinadas por forças externas ou representam respostas mecânicas a estímulos. No modelo das justificações é imperativo dotar as pessoas da faculdade de fazer aproximações sensatas, o que implica em relações passíveis de serem explicitadas com algo mais geral, algo comum aos objetos associados.

Contudo, é válido precisar que esta abordagem desloca a atenção em direção às competências reclamadas pelos atores para identificar a natureza da situação, em vez de orientar o olhar para identidades sociais monolíticas, como o status, os papéis, as disposições ou o *habitus*. De modo ilustrativo, esse modelo teórico, nas palavras dos próprios autores, “se afasta da visão hegemônica em termos de classes sociais” em favor de um “esquema situacional” (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2020, p. 82). As exigências por justiça e legitimidade ocupam o primeiro plano na Teoria da Justificação, diferenciando-se de uma concepção em que estruturas e máscaras estariam escondendo, por exemplo, a dominação de classe. Com tal abordagem, o pesquisador é capaz de trazer à tona e examinar a pluralidade de oposições que atravessa os princípios de julgamento: material contra simbólico, positivo contra normativo, realidade contra valores, subjetivo contra objetivo, singular contra coletivo etc.

A seguir, com base na teoria do acordo e do desacordo e suas justificações, exploramos o modelo de *cités* e suas possibilidades analíticas para pensar os ativismos alimentares.

1.1.1 Modelo de *cités*

“Comer é um ato político”, “alimentação saudável é um direito de todos” e “comida boa, limpa e justa para todas e todos¹³” são algumas das palavras de ordem que permeiam o universo dos ativismos alimentares, incluindo aqueles localizados no Brasil e na Itália (Figuras 1, 2 e 3).

¹³ Em sua formulação original, em italiano, a mensagem amplamente difundida pelo *Slow Food* é: “*cibo buono, pulito, giusto per tutte e tutti*”. Ver mais em Petrini [2005]/(2016) e www.slowfood.it (Acesso em: 1 dez. 2024).

Figura 1. Crianças do MST marcham por direito à alimentação saudável em Santa Maria/RS, Brasil, 2016.



Fonte: Site oficial MST [6]

Figura 2. Armazém do Campo, MST, João Pessoa/PB Brasil, 2024.



Foto: Diego Rezende / Fonte: Site oficial MST [35]

Figura 3. 12º edição do *Terra Madre Salone del Gusto, Slow Food*, Turim, Itália, 2018.



Fonte: *La Repubblica*¹⁴

¹⁴ Disponível em: <https://www.repubblica.it/il-gusto/2020/10/08/news/terra-madre-salone-del-gusto-oggi-si-parte-ecco-gli-eventi-da-non-perdere-296195621/> Acesso: 1 dez. 2024.

Dado os contextos e os movimentos sociais selecionados para este estudo, nossa intenção é estudar e sistematizar a pluralidade das contestações alimentares que têm como ponto de partida Brasil e Itália, propondo um diálogo entre perspectivas e experiências originadas no Sul e no Norte Global.

Sendo assim, concordamos com Goodman, Dupuis e Goodman (2012, p. 14) sobre a necessidade de “rejeitarmos uma política que sustenta um modelo utópico ‘romântico’ ideal de sociedade e trabalha para mudar a sociedade para atender a esse padrão*”. Os modelos utópicos românticos e os padrões ideias de sociedade, na maioria das vezes, se ancoram em pressupostos monolíticos de justiça. Por outro lado, a Teoria da Justificação nos chama a atenção para o fato de que nas sociedades modernas e complexas diversos regimes de justificação podem coexistir dentro de um mesmo espaço social. O enquadramento teórico baseado em diferente cités¹⁵ analisa diferentes registros de ordens de grandeza, permitindo explorar a pluralidade do senso de justiça.

O modelo de senso de justiça proposto por Boltanski e Thévenot se utiliza de um conjunto de categorias e noções próprias para descrever os esforços de coordenação colocados em ação em situações cotidianas. Como acuradamente descreve Latour (1994, p. 48), a Teoria da Justificação oferece uma “gramática das nossas indignações”. Este modelo se baseia em um mapeamento dos modos pelos quais os acordos são construídos, organizando-os em mundos qualificados: as cités.

Em cada cité, a natureza é diferentemente qualificada e integrada a uma comunidade de humanos, de acordo com um princípio superior comum. O princípio superior comum é composto pelas noções de bem comum e grandeza característicos de cada cité, que ordenam as questões e os seres envolvidos a partir de referências comuns e orientam os usos práticos e correntes do que é considerado justo. Como resumido em poucas palavras por Boltanski e Thévenot (2020, p. 162, grifo dos autores), trabalha-se na “elaboração de um modelo de ordem legítima, designado como **modelo da cité**, que torna explícitas as exigências a serem satisfeitas por um **princípio superior comum** a fim de fundamentar as **justificações**”.

No início dos anos 1990, os autores descreveram seis cités: mercantil, inspirada, doméstica, opinião, cívica e industrial. Posteriormente, em outros estudos (LAFAYE; THÉVENOT, 1993; BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2020), foram exploradas a gênese da cité verde e da cité por projetos, cujas especificidades são abordadas a seguir.

Antes, porém, nos parece válido pontuar uma importante limitação desta abordagem, identificada pelos próprios autores. Embora a proposta de constituição das cités contenha um escopo geral, ela não se estende a todas as sociedades, sendo limitada àquelas marcadas por elaborações de alguns cânones da filosofia política moderna¹⁶.

A prospecção das cités e a caracterização de mundos se ancoram em um quadro teórico formado por um apanhado de obras da filosofia política – que apresentam formulações gerais e expressões sistemáticas de formas de bem comum – somado a um elenco de manuais práticos¹⁷

¹⁵ [Nota de Tradução (N.T.)] No que se refere ao uso de categorias e noções próprias da Teoria da Justificação, adotamos as traduções utilizadas na primeira edição publicada em português em 2020 pela Editora da UFRJ, onde, por exemplo, foi mantido o uso do termo “cité” como no original em francês, grafado sem o uso de itálico.

¹⁶ As seis obras canônicas selecionadas por Boltanski e Thévenot (2020), de acordo com cada uma das cités, são, nomeadamente: i) inspirada: “A Cidade de Deus” de Santo Agostinho; ii) doméstica: “Política” de Jacques Bossuet, iii) opinião: “Leviatã” e “Os elementos da lei natural e política” de Thomas Hobbes; iv) cívica: “Do contrato social” de Jean-Jacques Rousseau; v) industrial: “Sobre o sistema industrial” e “Sobre a fisiologia social” de Conde de Saint-Simon; e vi) mercantil: “A riqueza das nações”, de Adam Smith.

¹⁷ Seleção dos guias práticos, segundo os mundos: i) inspirado: “A criatividade na prática” de Bernard Demory; ii) doméstica: “Boas maneiras e promoção” de Pierre Camusat; iii) opinião: “Princípios e técnicas das relações

que situam, por sua vez, a colocação em prática de princípios superiores comuns e sua mobilização nos mundos com base em guias para a ação.

Boltanski e Thévenot (2020) sublinham que os textos clássicos da filosofia política não foram tratados por si mesmos, mas como um conjunto de obras sobre a gramática dos vínculos políticos úteis para justificar as apreciações sobre o caráter justo ou injusto de uma situação. Os clássicos da filosofia política foram tomados como instrumentos privilegiados para esclarecer esses imperativos de justiça e para explicitar os fundamentos que normalmente permanecem implícitos na trilha dos argumentos trocados pelos atores no calor do momento. Ainda que, caiba ressaltar que, com exceção das bases filosóficas da *cité* inspiracional, advindas de Santo Agostinho, os princípios superiores comuns das demais *cités* são fundamentados nas obras de filósofos europeus (sobretudo do Reino Unido e da França), todos homens que viveram entre os séculos XVI e XVIII. Ademais, os guias práticos, embora mais recentes, também são escritos por homens, com exceção do guia inspiracional, de autoria de uma confederação francesa de trabalhadores (*Confédération Française de Travailleurs*).

Os guias práticos foram considerados centrais por se valerem de descrições de situações típicas ou cenas modelares, apresentando fontes de enunciados identificados como característicos a cada um dos mundos. Este conjunto de obras contemporâneas apresentam conselhos práticos e soluções que Boltanski e Thévenot (2020) consideram “elegantes”, por serem simples, engenhosos e adequados às tensões que habitam os casos paradigmáticos. Em 1999, Boltanski em colaboração com Ève Chiapello, Boltanski retomaram o uso de manuais práticos, nesse caso de gestão empresarial, como referências para o desenvolvimento das reflexões presentes em na obra “O novo espírito do capitalismo” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, [1999]/2020).

Cada uma dessas filosofias e guias propõe um diferente princípio de ordem que permite detalhar do que é feita a grandeza dos grandes, e fundamentar um ordenamento justificável entre as pessoas. Evidentemente, isto não significa que os membros de nossas sociedades tenham tido acesso às essas obras para construir modelos de competência colocados em ação nas disputas cotidianas. O contato com as ordens formalizadas nas filosofias políticas ocorre em situações da vida cotidiana, quando as pessoas se apoiam em determinados ordenamentos para justificar suas ações ou sustentar suas críticas.

A proposição de uma variedade de *cités* demonstra que, ao contrário dos filósofos políticos que buscavam sustentar a ordem social em apenas um princípio, a Teoria da Justificação considera que, nas sociedades modernas e complexas, diversos regimes de justificação coexistem dentro de um mesmo espaço social, sendo mais ou menos pertinentes de acordo com os modos de valoração, a natureza dos objetos e as qualificações de cada situação. O Quadro 1 apresenta um esquema sintetizado das *cités* adaptado de Boltanski (2017).

públicas” de Christian Schneider; iv) cívico: “Guias Sindicais da Confederação Francesa de Trabalhadores” da *Confédération Française de Travailleurs*; v) industrial: “Produtividade e condições de trabalho: um guia de diagnóstico para entrar em ação” de Maurice Pierrot; e vi) mercantil: “O que não se ensina em *Harvard Business School*” de Mark McCormack.

Quadro 1. Distribuição das cités segundo os modos de valoração

	Inspirada	Doméstica	Opinião	Cívica	Industrial	Mercantil
Modo de avaliação (bem-comum)	Graça, o particular, o criativo	Estima, reputação	Renome	Interesse coletivo	Produção, eficácia	Preço
Informação pertinente	Emoção	Tradição oral, exemplos, anedotas	Sinais de renome	Formal, oficial	Medidas, critérios, estatísticas	Monetário
Objetos	O corpo que suporta as emoções, a arte, a religião	Patrimônios, parentesco	Meios de comunicação	Regras	Objetos técnicos, métodos	Bens e serviços mercantis
Relações essenciais	Paixão	Confiança	Reconhecimento	Solidariedade	Laços funcionais	Intercâmbio
Qualificações	Criatividade, autenticidade	Autoridade	Caráter célebre	Igualdade	Competência profissional, <i>experts</i>	Desejo, poder de compra

Fonte: Adaptado de Boltanski (2017)

Como vemos, cada cité possui uma conceptualização de bem comum, guiada por conjunto específico de objetos, a partir do qual são tecidas relações consideradas essenciais e emergem determinadas qualificações. O preço e os custos monetários são os princípios e os valores encarnados diante de uma situação de disputa e conflito. Enquanto, na cité cívica é o interesse coletivo que é usado para justificar os julgamentos dos atores, baseado em relações movidas pela solidariedade e igualdade. A seguir, descrevemos brevemente cada uma das cités.

A cité inspirada

A elaboração desta cité está fundamentada na obra histórica “A Cidade de Deus”¹⁸, de Santo Agostinho, datada do século V. O princípio da graça é aquilo que permite diferenciar a “grandeza inspirada” das demais. A busca por inspiração, muitas vezes, é expressa indiretamente pelas críticas a outras formas de produzir grandeza, denunciadas como interesses terrenos, cuja busca conduz à loucura e à discórdia.

Faz parte grandeza inspirada a renúncia de si em favor dos outros. Sem, contudo, conferir qualquer importância ao reconhecimento disso pelos outros e independentemente da opinião destes. Dentre suas formas privilegiadas de expressão estão a santidade, a criatividade, o senso artístico, a autenticidade. De acordo com essa grandeza, “a carne deve ser vencida” porque ela é o motivo pelo qual as grandezas próprias de outras cités, tratadas aqui como infortúnios, estabelecem-se de maneira mais irrevogável ao se fixarem nos hábitos e nos corpos das pessoas. Para essa grandeza, o corpo deve ser utilizado para acessar verdades elevadas.

¹⁸ Não se pode deixar de notar a recorrência do termo “cidade” em Santo Agostinho, assim como na Teoria da Justificação, pontuada pelos autores: “É para explicar essa tensão entre dois mundos e para a colocar em ação em uma história que, em Santo Agostinho, se prestam o uso do termo **cidade** – e a nós o termo **cité** – e a metáfora das duas cidades” (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2020, p. 184, grifo dos autores).

A cité doméstica

Nas construções clássicas da cité doméstica, a grandeza de uma pessoa depende de sua posição hierárquica em uma cadeia de dependências pessoais. Fundamentada na “Política”, de Jacques Bossuet, obra publicada no início do século XVIII, a cité doméstica retoma os ideais absolutistas e a concepção ancestral de que o rei ocupa no reino a mesma posição que Deus no universo.

Neste modelo imperam relações de subordinação e dependência, a partir das quais se determinam posições hierárquicas e se define quem exerce autoridade sobre quem. A virtude doméstica é medida pelo grau de pertencimento a uma casa, família, instituição ou território comum, sendo o indivíduo um elo em uma cadeia de seres, sendo os seres ordenados segundo a tradição. Porém, é essencial destacar que os laços sociais domésticos não são subordinados à expressão de desejos egoístas, os quais, ao contrário, devem ser abnegados e renunciados especialmente por aqueles de maior grandeza.

A cité opinião

A construção da grandeza da opinião e da fama está relacionada com a constituição de signos de convenção que condensando e manifestando a força gerada pela estima que as pessoas se atribuem permitem fazer a equivalência entre as pessoas e calcular o seu valor. Sua formulação se baseia nas passagens de Thomas Hobbes dedicadas à definição de honra, presentes nos livros “Leviatã” e “Os elementos da lei natural e política” do século XVII.

O valor ou a grandeza de uma pessoa nesta cité depende de seu renome e fama, isto é, da opinião dos outros, existindo de certa forma apenas por meio do olhar dos outros sobre ela. São as pessoas que conferem credibilidade e estima aos grandes. Por ser algo estabelecido pela opinião dos outros, a grandeza de uma pessoa é independente de sua opinião sobre si mesma. Os status mais altos de grandeza são alcançados quando uma pessoa domina a arte das relações públicas e se torna famosa, visível, reconhecida.

A cité cívica

A escolha do pleonasmo cité cívica descreve o foco dos cidadãos no bem comum baseado na obra “Do contrato social”, de Jean-Jacques Rousseau, do século XVIII. Para Rousseau, as relações justas não podem ser estabelecidas com base em interações concretas entre pessoas qualificadas pelas afiliações e pelos interesses. Em contrapartida, trata-se da possibilidade de estabelecer uma paz civil sem a dominação de uma parte pela outra, a chamada paz civil justa.

Adota-se uma oposição radical entre a vontade geral e a vontade de todos. A vontade de todos equivaleria a uma soma de vontade particulares, sendo considerada opressiva, uma vez que expressa interesses de caráter individual e privado. Enquanto, a vontade geral é aquela que se espera alcançar, pois manifesta o interesse comum, isto é, a vontade dos indivíduos na condição de cidadãos. O soberano da grandeza cívica é, assim, imparcial e desencarnado. Os cidadãos não são considerados grandes pela distinção dos talentos, mas pela sua virtude de escapar de uma condição egoísta e desafortunada, para ascender a um estado, no qual não consideram apenas seus próprios interesses, mas o de todos. As distinções atreladas às pessoas que servem a interesses maiores que a si próprias expressam o mérito cívico.

A cité industrial

A construção da cité industrial é elaborada a partir das contribuições de Conde de Saint-Simon, do final do século XVIII e início do XIX, presentes, entre outros textos, nas obras “Sobre o sistema industrial” e “Sobre a fisiologia social”. A grandeza industrial é marcada pela representação orgânica da sociedade e do corpo político, isto é, na descrição da sociedade com características de uma máquina organizada, cujas partes são órgãos cumprindo diferentes funções, opondo-se à definição de uma sociedade baseada nas vontades individuais.

A grandeza industrial funda-se na eficiência e determina uma série de capacidades profissionais. As situações não dependem de vontades individuais, nem dos hábitos ou crenças, sendo fundadas na objetividade das coisas. A força das coisas conduz produtores, comerciantes e fabricantes a conciliar a combinação do interesse geral com seus interesses particulares. As suas provas estão relacionadas além da eficiência, aos aspectos de escalabilidade e funcionalidade. Os grandes são aqueles que fizeram os melhores estudos de administração, os que trabalham para que as propriedades sejam as mais produtivas possível.

A cité mercantil

A grandeza mercantil tem como base a concepção de riqueza de Adam Smith, descrita em “A riqueza das nações”, publicada em meados do século XVIII. O mercado é o princípio superior comum que organiza as relações mercantis e constitui-se como dispositivo que coloca todas as pessoas em um mesmo estado de indivíduo.

As trocas mercantis tecem uma rede de pessoas e colocar em relação indivíduos cuja paixão comum é a posse de bens. Os bens exteriores demandam um desprendimento das pessoas e de si mesmo para que esses objetos possam servir de base às transações. O imperativo da escassez, a raridade do bem e o peso sobre sua partilha estão na origem da concorrência dos desejos que se realiza no mercado. Nesta cité, os grandes são aqueles de posse dos bens mais valiosos, o que constitui a riqueza por expressar os desejos não saciados dos outros. Eles se distinguem porque enriquecem oferecendo serviços e sabendo aproveitar as oportunidades em um mercado competitivo de comerciantes ávidos por comprar.

Outras cités

Embora o modelo das justificações possa parecer um tanto estático, dado que regimes de justificação derivados de filosofias políticas com origens em épocas tão diferentes são apresentados simultaneamente com seus usos contemporâneos, um aspecto importante a ser considerado é a possibilidade de surgirem novos mundos (LAFAYE; THÉVENOT, 1993; BOLTANSKI; CHIAPPELLO, 2020). Para a Teoria da Justificação é imperativo que os regimes de grandeza não sejam encarados como seres transcendentais inerentes à natureza humana em sua dimensão social, mas como seres históricos, dando origem a compromissos diferentes de acordo com as sociedades políticas em que se encontram encarnados (BOLTANSKI, 2017; BOLTANSKI; THÉVENOT, 2020).

Como seres históricos, os regimes de justificação estão sujeitos a mudanças temporais de acordo com modalidades relativamente contingentes, desencadeando assim um cruzamento de séries causais independentes. Eles podem aparecer e desaparecer na história (BOLTANSKI, 2017; BOLTANSKI; THÉVENOT, 2020). De fato, muitos debates posteriores à publicação do modelo das justificações ocorreram em torno do reconhecimento de novas cités.

Niederle e Wesz Junior (2018), por exemplo, comentam que, após a publicação da obra “*De la justification*”, no início dos anos 90, se instaurou uma busca à “procura da sétima cité”. Em 1993, Claudette Lafaye em colaboração com o próprio Laurent Thévenot, propuseram reflexões sobre a emergência de uma cité ecológica, o que também discutido por outros autores como Bruno Latour em 1995. Em 1999, Luc Boltanski, em colaboração com Ève Chiapello, na obra “O novo espírito do capitalismo”, teorizaram a formação da cidade por projetos.

A cité ecológica emerge da necessidade, observada por Lafaye e Thévenot (1993), de que o modelo de cités abarcasse as questões ambientais. Para os autores, já neste período era possível observar uma série de evidências que demonstravam a centralidade do argumento ecológico, tais como a realização da Conferência Rio92, as publicações de relatórios científicos acerca do tema e a emergência de organizações e contestações em torno da ideia de natureza.

Contudo, como problematiza Latour [1995]/(1998, p. 6), não é fácil demonstrar a existência de uma grandeza ecológica, uma vez que “qualquer um dos locais empíricos abordados pela política verde empresta seu princípio de justificação a uma das seis cités já existentes*”. Um exemplo é como as problemáticas relacionadas à água, às reservas naturais e às paisagens apresentam justificações que podem ser atribuídas ao mundo doméstico. Outras evidências são as disputas em torno da poluição e do lixo facilmente atribuídas à cité industrial. Já as aspirações trazidas pela globalização verde podem ser aproximadas em termos de valores cívicos.

Para encarar as questões ambientais, seria necessário questionar um dos principais axiomas da Teoria da Justificação, a saber, a noção de uma humanidade comum. Segundo Lafaye e Thévenot (1993), a maior ruptura da questão ecológica à gramática de um senso comum de justiça é a extensão da comunidade de referência para além da espécie humana. Segundo os autores:

A invocação da natureza, de fato, leva a uma ampliação da lista de seres envolvidos na avaliação do que é justo. Nos conflitos, vemos frequentemente intervir associações que não defendem indivíduos ou coletividades, mas que atuam como porta-vozes de animais ou plantas* (LAFAYE; THÉVENOT, 1993, p. 516).

A valorização da natureza foi um dos fundamentos para a elaboração de uma nova ordem de valor. Neste ponto, Latour (1998) chama a atenção para o fato de que o intento não é falar mais sobre natureza, ou sobre preservar a natureza, mas, sob a perspectiva da Ecologia Política, reconhecer a ecologia como uma grandeza em si, suspendendo nossas certezas sobre os bens soberanos, sobre humanos e não-humanos. Neste sentido, concordamos com o questionamento levantado por Latour (1998): “O que é de fato a humanidade ‘comum’?” Segundo o autor,

Boltanski e Thévenot se contentaram com a leitura usual oferecida pelos comentaristas canônicos da filosofia política que escolheram considerar. Eles tomaram como certo o humano desapegado oferecido a eles pela tradição humanista, o humano cujo risco final seria ser confundido com uma natureza não-humana. Mas não-humano não é desumano. Se a ecologia tem como meta a natureza e não os humanos, a conclusão seria que não pode existir uma cité ecológica. Mas se o objetivo da ecologia é ampliar a questão da humanidade, pode-se dizer, ao contrário, que há um 'sétimo regime'* (LATOUR, 1998, p. 16).

Para Latour, a questão aberta pelo “sétimo regime” é investigar o que seria do ser humano sem elefantes, plantas, leões, cereais, oceanos, ozônio ou plâncton? A resposta é que certamente não seria humano. Daqui, surge a ponderação de que “todos os outros regimes

pertencem claramente ao mundo da filosofia política. Todos são antropocêntricos. Somente o “sétimo regime” nos obriga a falar de ciência e a mergulhar os seres humanos naquilo que os torna humanos*” (LATOURE, 1998, p. 21).

Na publicação de 1993, Lafaye e Thévenot consideram que no mundo ecológico os seres grandes não são necessariamente pessoas, grupos, instituições ou mesmo as gerações futuras. Os seres grandes podem ser elementos naturais como a água, a atmosfera, o ar ou o clima, que devem ser protegidos da poluição, ou seres genéricos, como a flora e a fauna. Os seres grandes são ecológicos. Com as suas ações, eles comprovam seu compromisso com o meio ambiente e sua preservação. Os seres pequenos corresponderiam à poluição, aos gases de efeito estufa e ao plástico não reciclável, por exemplo, e também aos seres que incorporam valor na política industrial: o concreto, as rodovias, as usinas nucleares. Alguns seres indignos, como o lixo, podem mudar de status e se tornar dignos se forem recicláveis. Alguns bens de consumo também ganham valor no mundo “verde”, quando classificados como ecologicamente corretos e se mostram detentores de níveis mais baixos de poluição ao longo de seu ciclo de vida do que outros produtos da mesma categoria.

Ainda sob as lentes da Ecologia Política, Latour (1998) propõe complexificar o estado de grandeza deste sétimo regime. Para ele, a importância da emergência da cité ecológica repousa no fato de que a suspensão das certezas se torna imprescindível. Nesta cité, ser pequeno seria, então, afirmar com certeza se algo tem ou não tem ligação com outra coisa, e imaginar que o conhecimento seja absoluto, irreversível. Em contraposição, os grandes são aqueles que nunca tomam uns aos outros como simples meios e compreendem que, ao contrário, apenas existem mediadores.

A suspensão das certezas explica em alguma medida, parafraseando Latour (1998), a razão pela qual nesta cité tudo é complicado e toda decisão exige cautela e prudência, sendo que este “tudo” sequer pode ser reduzido ao termo “natureza”. Para Retière e Moruzzi Marques (2019), as ambiguidades são os traços típicos dos contornos poucos definidos de um mundo justo ecológico.

A identificação dos contornos da justiça ecológica tem se tornado foco de alguns estudos mais recentes que se dedicam, em particular, aos temas alimentares, como é o caso desta tese. Em termos de críticas e justificações em torno de alternativas agrícolas, estudos realçam notadamente a importância de referências de um mundo justo com contornos ecológicos para a construção de justificativas em defesa de alternativas pautadas na agricultura orgânica (VAN DAM; NIZET, 2014), na reforma agrária (MORUZZI MARQUES *et al*, 2017) e em processos de reconfiguração do rural (RETIÈRE, MORUZZI MARQUES, 2019), chegando a apontar, inclusive, a justiça ecológica como bússola das ações em favor da agricultura urbana e periurbana (MORUZZI MARQUES *et al*, 2021).

Junto às discussões acerca da emergência da cité verde, somam-se as elaborações sobre o surgimento de uma cité baseada na formação de redes. Foi em 1999, à beira da virada para o século XXI, que Luc Boltanski e Ève Chiapello observaram e descreveram a emergência de uma oposição contundente aos valores dominantes nas décadas anteriores. As transformações globais que ocorreram a partir de 1960 até o fim do século XX são analisadas pelos autores como mudanças no espírito do capitalismo, nos termos de Max Weber, e seu caráter sistemático apreendido pela gramática das cidades da Teoria da Justificação. Tendo como base textos de gestão empresarial, bem como as elaborações de autores como Gilles Deleuze e Mark Granovetter, Boltanski e Chiapello [1999]/(2020) identificaram um conjunto de valores específicos e inéditos, quando comparados com as características das cités descritas em 1991 em “*De la justification*”, sugerindo a emergência de uma nova cidade: a cité por projetos.

A novidade consiste em uma cidade cujo modelo de justiça deve adaptar-se num mundo reticular. Embora muitas vezes seja descrita, pelos próprios autores, como cidade conexcionista ou cidade reticular, cabe ressaltar que esta cité não se limita a ideia de "rede". Eles explicam:

Essa cidade baseia-se na atividade de **medição** posta em prática na formação das redes, de tal modo que ela seja dotada de valor próprio, independentemente dos objetivos buscados ou das propriedades substanciais das entidades entre as quais a mediação se efetua. Nessa perspectiva, a mediação é em si um valor, ou melhor, no quadro conceitual aqui empregado, uma **grandeza** específica da qual é capaz de prevalecer-se todo e qualquer ator quando "estabelece relações", "cria elos" e contribui assim para "tecer redes" (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2020, p. 138, grifos dos autores).

Apesar da formação de redes não ser uma condição incomum, a “novidade digna de atenção”, como descrevem os autores, é a autonomia que a atividade de mediação e a arte de tecer e utilizar os elos mais diversos e distantes atinge a partir do último terço do século XX. Na cidade por projetos, o equivalente geral (isto é, aquilo pelo que se mede a grandeza das pessoas e das coisas) é a atividade. Esta é entendida aqui como a inserção em redes e sua exploração com vistas a superar o isolamento e possibilitar relações com pessoas ou coisas cuja proximidade é capaz de gerar um projeto. Os grandes nesta cité são aqueles que sabem se engajar e se envolver em projetos (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2020).

Após a apresentação da gramática das cités, a próxima seção se debruça sobre a noção de contestação, central para orientar nossa argumentação, buscando aproximá-la dos processos de politização dos temas alimentares mobilizados por diferentes movimentos sociais.

1.1.2 Movimentos de contestação

Segundo Boltanski e Thévenot (2020), a contestação é um processo de questionamento do caráter factual de elementos que tenham sido mobilizados para estabelecer grandezas.

Em uma situação estável, os seres de um mesmo mundo estão agenciados em relações compatíveis com a natureza de seus estados de grandeza, demonstrando naturalmente sua justeza. Já em um litígio, isto é, em um desacordo relativo à regência de um bem comum emerge uma contestação relacionada à situação pré-estabelecida e uma demanda por um reajustamento de grandezas. Entretanto, vale dizer que a plenitude de uma situação estável não deve ser confundida com o “dado-como-certo tático” (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2020, p. 248). Ao contrário, uma situação estável é permanentemente suscetível ao julgamento e à prova.

Um eventual desacordo e o processo que o exprime conduzem a uma necessidade de comprovação da questão em debate, com a qual se almeja encerrar o desacordo, sobretudo por meio do estabelecimento de uma disposição justa de pessoas e objetos. A Teoria da Justificação enfatiza a relação entre as contingências e a pluralidade de mundos comuns, descrevendo que a contestação pode ocorrer em três movimentos distintos, uma vez que o resultado de um processo de comprovação frente a um litígio é sempre incerto.

O primeiro tipo de movimento de contestação se dá quando há evidências de desarmonias entre as grandezas das pessoas e dos objetos mobilizados, traduzidas em termos de *falhas* ou *defeitos*. A manifestação da insuficiência de uma grandeza é entendida, portanto, como um equívoco, uma injustiça. Essa carência de justiça resulta em uma discordância, exemplificada na forma “de uma pane ou de um descarte no mundo industrial, uma briga no mundo doméstico ou um conflito social no mundo cívico” (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2020, p. 245). A presença de distúrbios e inconsistências promove questionamentos, que podem

acabar por substituir objetos defeituosos e atribuir as falhas às pessoas, que podem deixar de ocupar o lugar que lhes cabe na situação.

No segundo tipo de movimento de contestação, a argumentação se concentra nas *controvérsias* dos processos. Neste caso, o foco repousa na discrepância entre os fatos legitimamente passíveis de serem mobilizados no processo de comprovação e em suas circunstâncias contingentes, que são, por sua vez, desprovidas de pertinência. A controvérsia deixa espaço para decidir se os seres falhos devem ser diretamente relacionados à constatação da falha ou, considerando essa percepção não conclusiva, a uma nova oportunidade a ser oferecida para a comprovação de sua grandeza. Esse tipo de contestação se assemelha às controvérsias científicas, com a diferença de que pode ter lugar em todos os mundos analisados e de que em cada um deles se reveste de formas muito diferentes.

O terceiro e último tipo de movimento de contestação registra a possibilidade do *caráter acidental* de uma determinada contingência. A discordância é reduzida através de uma comprovação que a absorva e a integre na natureza. Há a possibilidade de que a distribuição dos seres pelos estados de grandeza se modifique, porém mantendo a conformidade com o mesmo princípio, ainda que passe a abarcar traços de outras naturezas, que, neste caso, são reduzidos a ruídos circunstanciais. Essa modalidade de contestação reitera a incerteza sobre as grandezas. Afinal, conforme alertam Boltanski e Thévenot (2020, p. 246), “nenhuma situação, por mais pura que seja, pode eliminar totalmente a diversidade de contingências, cujo ruído se mantém nos limites do que está em ordem”.

Os diversos mundos e este três movimentos de contestação estão em permanente relação. Pensar os ativismos alimentares com este olhar nos permite, assim, analisá-los simultaneamente de acordo com as grandezas acionadas e os diferentes tipos de movimentos de contestação mencionados acima.

De fato, em uma análise dos sistemas alimentares sob as lentes da Teoria da Justificação, Moruzzi Marques (2013) reflete, por exemplo, sobre as contestações e as justificações mobilizadas em torno do modo de produção de alimentos:

Pensando no caso da agricultura moderna, sua prova de realidade se associa à sua eficácia, produtividade e rentabilidade, considerando aqui a primazia atribuída às provas de grandezas industriais e mercantis. Nossa hipótese admite o crescimento da contestação, com legitimidade crescente, da validade dos princípios de justiça que regulam a prova de realidade na qual a agricultura produtivista se revela insuperável (MORUZZI MARQUES, 2013, p. 34).

A hipótese em discussão coloca em xeque a concretização de valores característicos dos mundos industrial e mercantil nas práticas e nos resultados alcançados pela agricultura moderna. Tal hipótese de contestação se aproxima, como a maioria dos processos de politização dos temas alimentares, dos processos de contestação similares ao primeiro movimento de contestação acima descrito, distintivo pela identificação de falhas e defeitos. Neste caso, as contestações evidenciam injustiças e desarmonias desencadeadas pelo sistema alimentar hegemônico.

Todavia, entre as críticas ao sistema alimentar mostram-se presentes também contestações centradas em controvérsias, tensões e ruídos, típicas do segundo e terceiro tipos de movimento de contestação supracitados. Isto é ilustrado por Moruzzi Marques (2013) em sua proposta interpretativa das contestações contra a modernização da agricultura, a partir de outras ordens, para além daquelas mercantil e industrial, que são as marcas mais evidentes dos modos de produção dominante. Sua análise relaciona, por exemplo, as concepções de

agricultura natural ou biodinâmica à grandeza da inspiração; de agricultura familiar à justiça do mundo doméstico; o ganho de centralidade das mídias, tal como os meios de comunicação e as celebridades, ao mundo da opinião; e a defesa de uma agricultura cuja qualidade advém dos cuidados com a natureza enquanto bem público aos elementos da grandeza cívica.

De forma ainda mais interessante, a abordagem teórica das justificações permite observar que, nos ativismos alimentares, embora as contestações se associem às denúncias de injustiças, assim como comumente retratado na literatura, os processos contestatórios não são um universo que pode ser reduzido a primazia de um único mundo. Ao contrário, eles abarcam uma pluralidade de mundos. Um estudo sobre os ativismos alimentares não se limita, nesse sentido, a uma mera polarização em relação aos princípios industriais e mercantis, considerados como característicos do sistema alimentar dominante, por um lado, e das grandezas cívicas que inspiram projetos alternativos, por outro. Ao longo desta tese demonstraremos, por exemplo, que este tipo de pluralidade é presente nos jargões entoados pela defesa de alimentos simultaneamente “bons, limpos e justos”, como é o caso do *Slow Food* na Itália (Capítulo III, seção 3.2.2), e ainda no estímulo às ações de *buycott* de alimentos saudáveis, agroecológicos, provenientes de assentamentos da reforma agrária e disponibilizados pelo MST em diferentes unidades do Armazém do Campo em várias capitais brasileiras (Capítulo IV, seção 4.4).

De acordo com a Teoria da Justificação, contestações, tais como aquelas características dos ativismos alimentares, compõem um quadro mais amplo permeado por agenciamentos contínuos, isto é, um movimento de criação, por meio do qual o repertório de objetos de um mundo é expandido paulatinamente, ao passo que ocorrem as comprovações. Para Boltanski e Thévenot (2020, p. 246), são os ruídos do mundo que o fazem andar: é a permanência desse “zum-zum-zum”, parafraseando-os, que impõe a incerteza sobre as grandezas e uma reabertura constante de processos de comprovação. De outro modo, na ausência de um ruído exterior, um julgamento final prevaleceria, pressupondo uma distribuição permanentemente harmoniosa de pessoas e objetos que nenhum novo elemento recolocasse em questão.

Nesse sentido, esta abordagem teórico-metodológica se opõe à dos filósofos políticos que encontram na natureza o princípio da *cité*, identificando, na maioria das vezes, a primazia de um único princípio. A Teoria da Justificação exige a suspensão da crítica que deriva do conhecimento *a priori* de vários mundos, para, como sugerem os autores, “mergulhar em cada um deles como o faria se estivesse em uma situação na qual a sinceridade de sua adesão aos princípios fosse uma condição para justificar a sua ação” (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2020, p. 248).

1.2 Contestações Alimentares Justificadas

Grande parte da literatura dedicada aos temas alimentares se debruça, em algum grau, sobre as contestações contemporâneas em torno das esferas da produção, da distribuição e do consumo de alimentos. Não obstante, na maior parte das vezes, a abordagem teórico-metodológica dos estudos não lida com as controvérsias como categoria analítica, tal como proposto na presente pesquisa¹⁹.

Os títulos de obras contemporâneas importantes são eloquentes no que se refere ao interesse nos embates emergentes relacionados à alimentação. As tensões entre o sistema alimentar hegemônico e as experiências alternativas são narradas como “guerras alimentares” movidas pela batalha global por bocas, mentes e mercados (LANG; HEASMAN, 2004), ou analisadas em termos da “batalha implícita pelo sistema alimentar mundial” (PATEL; 2007),

¹⁹ Exemplos de estudos brasileiros que se utilizam das controvérsias como categorias analíticas são Moruzzi Marques (2013); Niederle e Wesz Junior (2018); e Rosa, Penna e Carvalho (2020).

ou, ainda, interpretadas sob a égide dos “impérios alimentares” (PLOEG, 2008). Em estudo recente, pesquisadores brasileiros construíram sua argumentação em torno da ideia de “sistemas alimentares em disputa”, discutindo especificamente as (re)configurações do ativismo alimentar em momentos de crise, tal como aquele vivido no início de 2020 durante a pandemia de covid-19 (CARVALHO *et al*, 2022b).

Embora a Teoria da Justificação não trate diretamente, em nenhum momento, de temas alimentares, no Brasil há na literatura sobre este tema um conjunto heterogêneo, relativamente recente, de análises acadêmicas que apresentam, com maior ou menor centralidade, uma orientação teórica e metodológica da sociologia pragmática, conforme indica o apanhado analisado por Niederle (2023).

Algumas das pesquisas que lançam mão da Teoria da Justificação no estudo de temas alimentares no cenário brasileiro versam sobre: i) as novas ordens alimentares, que aproximam a Teoria da Justificação da Teoria das Práticas Sociais, com atenção especial ao contexto brasileiro (NIEDERLE; WESZ JÚNIOR, 2018); ii) a transição para sistemas agri-alimentares sustentáveis²⁰, com casos de estudo no Brasil e na França (LAMINE, 2020); iii) um conjunto de estudos focados em críticas e justificações, no campo da Ecologia Aplicada, em torno de temas como alternativas agrícolas (MORUZZI MARQUES, 2013), na emergência de uma justiça ecológica (MORUZZI MARQUES *et al*, 2016; 2017; 2021), na aquisição de alimentos orgânicos (BUQUERA, 2021), e em experiências locais de produção e consumo de alimentos (SANTOS, 2021); iv) discussões sobre a pecuária e os mercados para alimentos de origem animal (LIMA NETO, 2017; MALAFAIA, 2007; MATTE, 2017); v) os projetos de indicação geográfica para vinhos no Brasil e na França (NIEDERLE, 2011); vi) as narrativas do agronegócio sobre SAN e alimentação adequada e saudável (POMPEIA; SCHNEIDER, 2021); vii) a economia solidária (COLOMÉ; MAYER, 2006); e viii) o veganismo no Brasil e no Canadá (COLOMÉ, 2018).

1.2.1 Foco nas aproximações sustentadas por justificações

Considerando que a alimentação é uma necessidade básica, trivial e idealmente cotidiana, quando se trata de comer estamos diante de situações relativamente estáveis para uma parte da população. Entretanto, um denominador comum deste apanhado de pesquisas supracitado é a instabilidade da questão alimentar dada a sua expressiva suscetibilidade à crítica nas sociedades contemporâneas. O desacordo de pessoas e coletivos é identificado em forma de reivindicações e/ou engajamentos com iniciativas e experiências alternativas ao sistema alimentar hegemônico, cujas justificações são características de diferentes ordens de grandeza.

Este caráter, digamos, tácito da alimentação nos leva a dialogar com uma ponderação inerente ao próprio modelo das justificações. Boltanski e Thévenot (2020, p. 121) sublinham que a abordagem por eles proposta reserva sua atenção “à capacidade cognitiva para promover aproximações a respeito daquilo que importa, para identificar os seres destacados das circunstâncias, para entrar em acordo sobre as formas de generalidade”. Isto porque “as pessoas não estão sempre obrigadas a explicitar suas aproximações e também não se encontram, a *fortiori*, obrigadas a fundamentar a generalidade de cada uma delas, e, com isso, temos que lidar com a possibilidade de haver aproximações não fundamentadas”. Em outras palavras, a Teoria da Justificação não se aplica por si só à “capacidade das pessoas de fazer aproximação” com os princípios e os valores característicos de uma determinada *cité*, uma vez que este é universo ilimitado composto por uma infinidade de aproximações. Sendo assim, o foco desta

²⁰ [N.T.] Em francês *systemes agri-alimentaires* é uma proposta de diferenciação da noção mais corrente de sistemas agro-alimentares. Ver mais em Lamine (2020) e Palm (2021).

teoria repousa exclusivamente nas aproximações com o modelo de valoração das *cités* “que sejam não apenas comuns e, portanto, comunicáveis, mas às que, além disso, sejam sustentadas por **justificações**” (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2020, p. 121, grifo dos autores).

Tendo essa condição em vista, nossa análise dos ativismos alimentares se concentra nas aproximações com os princípios e os valores característicos de uma determinada *cité* que são sustentadas por *justificações*. Por esse prisma, os ativismos alimentares são compreendidos como um conjunto heterogêneo de contestações formuladas por indivíduos ou grupos organizados em torno dos temas alimentares que são necessariamente fundamentadas. Aqui cabe reconhecer que uma das limitações desta abordagem é o foco na competência dos atores para realizar tais contestações, sem dedicar igual atenção aos fatores envolvidos na constituição destas competências. Apesar de não ser tema central desta tese, esta questão aparece, em certa medida, em nossa argumentação quando tratamos das disparidades dos contextos e das condições de elaboração das críticas enfrentadas por atores do Sul e do Norte Global.

Ademais, os aportes da sociologia pragmática se mostram oportunos para aproximar, como sugerem Boltanski e Thévenot (2020), situações consideradas micro e macrosociológicas, descrevendo-as nos mesmos termos e mostrando suas semelhanças, com base no fato de ambas serem habitadas por requisitos de justificação e comprovação.

Barbosa (2016, p. 117) avalia que “a alimentação, a comida e o comer de ingredientes da micropolítica da vida cotidiana e doméstica tornaram-se objetos de políticas públicas, de movimentos sociais e de militâncias as mais diversas”. Para a autora, o entrelaçamento entre as esferas pública e privada passou a conferir à alimentação e ao comer “uma dimensão macropolítica que antes era, predominantemente, circunscrita aos micropoderes da esfera doméstica” (BARBOSA, 2016, p. 98).

As considerações de Portilho, Castañeda e Castro (2011, p. 101) corroboram com esta discussão ao argumentar que “as ações e escolhas mais triviais e cotidianas são percebidas como podendo influenciar rumos globais, ao mesmo tempo que se tornam globalmente determinadas”, estabelecendo relações entre, o que os autores denominam como, o “microcosmo” das condutas pessoais e o “macrocosmo” dos problemas mundiais. Com base nas formulações de Beck (2011), os autores observam que “a vida privada torna-se o *locus* de um novo tipo de ação política em que o aspecto politizador se constitui no fato de que o microcosmo das condutas pessoais se inter-relaciona com o macrocosmo dos problemas globais” (PORTILHO; CASTAÑEDA; CASTRO, 2011, p. 101).

A sociologia pragmática da crítica oferece, assim, uma nova perspectiva sobre a sociedade contemporânea, permitindo compreendê-la como “uma sociedade na qual as operações de denúncia e de justificação tornaram-se necessárias, ocorrendo de maneira bastante ordinária, mesmo que os atores tenham condições muito desiguais, segundo notadamente seus recursos críticos, de modificar o estado do mundo” (MORUZZI MARQUES, 2013, p. 29).

Em suma, o emprego da sociologia das justificações tem sido considerado um quadro teórico promissor para a análise dos conflitos alimentares (MORUZZI MARQUES, 2013; RETIÈRE; MORUZZI MARQUES, 2019) e, portanto, dos movimentos e ativismos alimentares. Tal abordagem nos permite trazer para o centro da discussão o transbordamento das questões alimentares da esfera privada para a pública, e investigar como a alimentação têm se consolidado como fonte de contestação política.

1.2.2 Os alimentos como uma arena política de contestação contemporânea

Para Barbosa (2016), a centralidade e o protagonismo da alimentação nas sociedades contemporâneas se dão pela sua capacidade de conectar tudo e todos em uma única trama, permitindo discutir qualquer tema de relevância. Para a autora, “a alimentação, a comida e o comer se tornaram elementos metonímicos por excelência, aqueles que, ao serem mencionados, reconstróem todas as relações de contiguidade existentes no interior de uma série” (BARBOSA, 2016, p. 97).

Neste contexto, as contestações em torno da produção, da comercialização e do consumo alimentar também podem ser compreendidas, de acordo com Goodman, Dupuis e Goodman (2012), em termos de uma nova arena política de contestação contemporânea, a qual se encontra imersa em um campo mais amplo de disputas entre os sistemas de conhecimentos (*struggles over knowledges systems*). Para os autores, a emergência de uma nova política dos alimentos²¹ (*food politics*) coloca em foco o debate sobre a “política de produção de conhecimento” (*politics of knowledge-making*) e o “campo de conhecimento contestado” (*terrain of contested knowledge*).

Nesta nova política dos alimentos é sabido que alguns autores apresentam ressalvas ao uso da categoria “alternativo” para designar as ações contestatórias ao sistema alimentar hegemônico (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017; RENTING; SCHERMER; ROSSI, 2012, ROVER; DAROLT, 2021). Ainda assim, Goodman, Dupuis e Goodman (2012) enfatizam que, em sua visão, o surgimento das redes alimentares alternativas consolida a comida no centro desta nova arena de contestação, uma vez que as ações destas redes têm reconfigurado os valores, as relações tempo-espaço e as estruturas de governança do abastecimento diário de alimentos e do sistema comercial global.

Gazolla e Schneider (2017) expressam sua preferência por outros termos no lugar do adjetivo “alternativo”, por considerá-lo impreciso. Eles enfatizam que na prática muitos dos atores sociais circulam tanto no sistema alimentar hegemônico, quanto naqueles alternativos, tornando as fronteiras entre ambos difíceis de serem claramente identificadas. Sonnino e Marsden (2006) concordam com a necessidade um entendimento mais complexificado e permeado por nuances das relações entre alternativo e convencional. Entretanto, os autores são contundentes ao afirmar que as redes alimentares alternativas e aquelas convencionais não são esferas separadas e opostas. Ambas se constituem como searas altamente competitivas e relacionais, cujas ligações devem ser examinadas de forma cada vez mais crítica (SONNINO; MARSDEN, 2006).

Goodman, Dupuis e Goodman (2012), por meio de uma abordagem processual, sugerem a apreensão das contestações que estão na base das redes alimentares alternativas *vis-à-vis* às contradições e às complexidades da sociedade contemporânea, mantendo distância das visões universais e/ou idealizadas de transformações do sistema alimentar. Na opinião destes autores, porque as formas alternativas de organização garantem a sua reprodução social e disseminam os seus valores no contexto do neoliberalismo, elas são mais bem interpretadas como expressões híbridas dessa nova política dos alimentos.

A concepção de uma nova arena política de contestação contemporânea é promissora, a medida que considera que as redes alimentares alternativas coexistem, e podem coevoluir, com a sociedade capitalista contemporânea (GOODMAN; DUPUIS; GOODMAN, 2012). Esta última, por sua vez, reage às suas críticas, incorporando, circunstancialmente, os valores da contracultura (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2020) e aqueles defendidos por movimentos

²¹ [N.T.] Adotamos a tradução “política dos alimentos” (*food politics*) para diferenciá-la de política alimentar (*food policies*), assim como proposto por Maluf e Burlandy (2023).

sociais, o que pode ser observado, por exemplo, na endogeneização da crítica estética por diferentes atores, desde as indústrias alimentares (WILKINSON, 2006) até as cadeias de *fast-food* (FONTANELLI; LONARDI, 2011).

Outros pesquisadores, no entanto, apresentam reservas quanto às elaborações de Goodman, Dupuis e Goodman (2012)²², que dissertam sobre uma eventual "acomodação" (*accommodation*), no sentido de adaptação e ajustamento, das redes alimentares alternativas a uma economia de mercado industrial, capitalista e global.

Fonte (2013) considera que a cooptação dos valores alternativos pelo sistema dominante merece maior problematização do que aquela proposta por Goodman, Dupuis e Goodman (2012). Na opinião desta autora, seria interessante uma análise da especificidade do processo de convencionalização nos diferentes contextos, avaliando em que medida a reconfiguração resultante do capital é significativa no processo de concentração sistemática de poder e ordenação de significados pelo capitalismo.

Em direção semelhante, Delind (2013) problematiza a afirmação de Goodman, Dupuis e Goodman (2012, p. 186) de que “conhecimentos diferentes podem coexistir sem a necessidade de competir por domínio*”. Na opinião da autora, a ideia de uma coexistência, e possível coevolução, entre *mainstream* e alternativo, apresenta diversas imprecisões. Ela retoma que, de um lado, a relação entre estas esferas é descrita como uma forma de parceria e convivência mútua. De outro, o sistema alimentar *mainstream* é identificado como a causa de uma série de desigualdades e, conseqüentemente, como o gatilho de contestações e resistência. Para a autora, em uma hipotética parceria entre atores do movimento alternativo e do sistema convencional, seria esperado o compartilhamento do poder e a distribuição equitativa de recursos e bens. Contudo, segundo a análise de Delind (2013), quando a negociação se dá com alguém cujo controle é hegemônico, e apenas um dos lados se mobiliza ativamente para reduzir as discrepâncias de recursos e influência, torna-se impossível considerar a possibilidade de processos de hibridismos.

Goodman, Dupuis e Goodman (2012; 2013) se engajam com o conjunto de críticas que sua obra suscitou, enfatizando que, para eles, a proposição dos alimentos como uma nova arena de contestação não pressupõe modelos padronizados e perfeitos, na maioria das vezes calcados em visões dicotômicas e fixas sobre o que é ou não justo. Ao contrário, para os autores, trata-se de uma postura de rearticulação dos entendimentos: “nós rearticulamos a política dos alimentos em direção a uma **compreensão relacional e processual, no lugar de uma visão perfeccionista***” (GOODMAN; DUPUIS; GOODMAN, 2012, p. 6, grifo dos autores). O entendimento e a descrição acurada de uma arena contestatória dos temas alimentares se configuram, para eles, enquanto possibilidade, desde que se considere a política por trás da concepção de sistemas alimentares alternativos como um processo.

Para pensar a emergência desta arena contemporânea de contestação, propomos um diálogo com as considerações de Rosa, Penna e Carvalho (2020, p. 500) que, ao analisarem a organização em coletivos e suas causas, “em vez de tomá-los como prontos e estáveis e, logo em seguida, analisar os seus efeitos”, defendem que a pesquisa deve descrever “seu contínuo processo de formação”. Afinal, como advogam Goodman, Dupuis e Goodman (2012, p. 156),

²² Em 2013, o *The International Journal of Sociology of Agriculture and Food* dedicou uma seção a um conjunto de trabalhos de comentadores da obra “*Alternative Food Networks: Knowledge, Practice, and Politics*”, de David Goodman, E. Melanie Dupuis e Michael K. Goodman, publicada em 2012. A seção traz, no total, sete artigos (dentre eles, Fonte (2013) e Delind (2013) mencionados aqui). Um deles foi escrito pelos próprios autores, os quais foram convidados para esclarecer os pontos levantados pelos demais autores (GOODMAN; DUPUIS; GOODMAN, 2013). Ver mais em *The International Journal of Sociology of Agriculture and Food*, v. 20, n. 3, 2013.

“é essa ‘inconstância’ [*unfixedness*] que torna necessário manter os sistemas alimentares na ampla conversa cívica em andamento sobre como fazer um mundo melhor, o “melhor” definido de maneira diferente e reflexiva por pessoas diferentes*”. É o processo de construção deste mundo, apesar das diferenças de visões, que torna a dinâmica das contestações tão complexa e poderosa, além de desafiadora, do ponto de vista analítico. Os autores argumentam, ainda, que desenvolveram, baseado na noção de reflexividade

uma crítica ao perfeccionismo e aos movimentos alternativos perfeccionistas, argumentando que estes criam novas visões da “boa vida” ao construir novas categorias sobre o que é o comer e o viver puros. Todos os movimentos sociais baseados em pureza são intrinsecamente excludentes, estabelecendo fronteiras fortemente demarcadas entre o puro e o impuro. O livro, portanto, defende uma “política imperfeita” que rejeita as noções de pureza e suas dicotomias intrínsecas como ponto de partida da ação social positiva* (GOODMAN; DUPUIS; GOODMAN, 2012, p. 428).

Neste sentido, os atores dos sistemas alimentares – consumidores, produtores, ativistas, movimentos sociais, etc. – são percebidos como agentes “imperfeitos” que articulam justificações imperfeitas sobre alimentação. A constituição dos temas alimentares como uma nova arena de contestação extrapola a ideia de uma simples competição normativa pela definição do que poderia ser a alimentação verdadeiramente saudável, sustentável e/ou justa.

Uma das tônicas, neste sentido, é o imperativo de escapar em nossas análises dos ideais de uma política da perfeição, compreendendo a imperfeição como o produto de processos de negociação e contestação, que não reflete necessariamente um consenso entre diferentes grupos sociais (DUPUIS; GOODMAN; HARRISON, 2006).

Compreendemos as contestações alimentares que compõem esta nova arena política como instáveis, imperfeitas e, portanto, plurais. Como os autores resumem, o que parece ser mais importante é “não perdemos de vista que a grande questão é como criar um mundo melhor, apesar das diferentes ideias do que venha a ser este mundo melhor*” (GOODMAN; DUPUIS; GOODMAN, 2013, p. 428). Compreendemos, ainda, sob a ótica da Teoria da Justificação, que as contestações podem, inclusive, sobrepor princípios relacionados a diferentes cités, o que descrevem como o “enovelamento” de diversas grandezas e mundos (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2020, p. 61). Sendo assim, nosso interesse é mais do que apontar simplesmente o caráter alternativo (ou não) de certa iniciativa, mas analisar, sob a perspectiva das cités, como os coletivos contestam as narrativas que qualificam os alimentos e as formas de se alimentar.

A próxima seção é dedicada a pensar este novo aspecto político e politizador da alimentação sob a noção guarda-chuva de ativismo alimentar.

1.3 Ativismos Alimentares

O ativismo alimentar, segundo Azevedo (2017, p. 299), “ainda carece de estudos empíricos aprofundados que possam delimitar suas reais motivações, bem como conhecer as diferentes formas de ações utilizadas pelos ativistas, os atores envolvidos em cada instância política e sua abrangência e impacto na sociedade”. Portilho (2020) nota que, embora as discussões acadêmicas que articulam os temas alimentação e ação política sejam crescentes, poucos pesquisadores recorriam à noção de ativismo alimentar até o fim da segunda década do século XX.

Para aprofundar esta questão e contribuir para o entendimento de como o tema vem sendo abordado na literatura, apresentamos a seguir os resultados de uma Revisão Bibliográfica

Sistemática, bem como o apanhado das principais definições presentes na literatura e seus diálogos com a noção de movimentos alimentares. Concluímos esta seção, propondo e explicitando a nossa escolha pelo uso da noção no plural: ativismos alimentares.

1.3.1 Revisão bibliográfica sistemática: Quem e onde se estuda ativismo alimentar?

Em abril de 2024, conduzimos uma Revisão Bibliográfica Sistemática buscando investigar, de acordo com a gama de publicações disponíveis, quem e onde se estuda ativismo alimentar no mundo. O intuito foi identificar e discutir as principais definições empregadas, bem como quais são e onde se localizam as experiências pesquisadas e descritas nestes estudos. A busca sistematizada foi realizada na base de dados *Scopus* e *Scielo* e, ainda, no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, pesquisando no título dos estudos o descritor “ativismo alimentar” em inglês, português e italiano (Apêndice H). Não foram aplicadas restrições quanto à data de publicação, idioma ou país de origem do estudo. Ademais, a estratégia de busca não contemplou trabalhos nos quais o descritor fosse presente apenas no resumo ou entre as palavras-chaves.

No total, a revisão foi composta de 20 estudos, sendo 14 artigos nacionais e internacionais, e seis publicações brasileiras no âmbito da pós-graduação (cinco dissertações de mestrado e uma tese de doutorado). O elenco completo dos artigos encontrados nesta revisão estão disponíveis no Apêndice I.

Do total de artigos analisados (n=14), a grande maioria é originada e focada no contexto do Norte Global. A maior parte estudou experiências localizadas nos Estados Unidos (n=5; 36%) e Reino Unido (n=2, 14%). Outras localidades do Norte Global estudadas foram Canadá, Grécia, Itália e Suíça (Apêndice I).

Sem dúvida, a concentração de estudos originados e focados no Norte Global se relaciona com as restrições das formas de indexação e das métricas de citação adotadas por bases de dados internacionais, tal como a *Scopus*. Contudo, os resultados da Revisão Bibliográfica nas bases de dados regionais, como a *Scielo*, e análise das bases de dados de pós-graduação no contexto brasileiro, a saber o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, denotam que este é um padrão persistente²³.

As buscas na base de dados *Scielo* resultaram em apenas um único estudo correspondente às estratégias de busca adotadas para esta Revisão Bibliográfica (AZEVEDO, 2015). No caso do Catálogo da CAPES, foram encontrados seis trabalhos produzidos em programas de pós-graduação brasileiros (Apêndice I).

Sendo assim, apesar do nosso objetivo não ter sido realizar uma revisão exaustiva, o número ainda que limitado da amostra corrobora com a avaliação de Azevedo (2017) e Portilho (2020) em relação à existência de um número relativamente pequeno de estudos que recorrem à noção de ativismo alimentar, tanto na literatura nacional quanto na internacional.

De acordo com a nossa Revisão Bibliográfica Sistemática, o termo começou a ser usado com maior preponderância a partir de 2010, particularmente em estudos cujo trabalho empírico foi realizado nos Estados Unidos (CLICK; RIDBERG, 2010; TSUI *et al*, 2012; BLOCK *et al*, 2012). Dentre os estudos focados em experiências brasileiras, o artigo mais antigo de nossa

²³ A *Scielo* é uma base de dados avaliada positivamente por autores especialistas em cientometria, por sua boa cobertura, comparada a outras bases de dados, de estudos latino-americanos e da área das ciências sociais. Ademais, considera-se que a busca por estudos no contexto local de pós-graduação permite analisar com relativa segurança os padrões de concentração e dispersão da produção sociológica em distintos canais de publicação. Ver mais em Brasil Junior e Carvalho (2020).

amostra foi publicado em 2015 (AZEVEDO, 2015), e o primeiro trabalho disponível no Catálogo da CAPES é a dissertação de Ribeiro (2019), curiosamente focada no *Slow Food*. Nesta amostra, um dos estudos é também dedicado ao ativismo alimentar na Itália (GRASSENI, 2014a).

Percebemos, então, que embora o tema da mobilização política dos temas alimentares fosse já estudado, o uso da categoria “ativismo alimentar” é relativamente recentemente. De fato, alguns dos estudos encontrados analisam experiências e/ou fazem parte de projetos de pesquisas que emergiram no período anterior à publicação do primeiro estudo da amostra. A dissertação de Ribeiro (2019), por exemplo, teve como objeto de estudo o *Slow Food* no Brasil, cujas origens datam dos anos 1980 na Itália, e a atuação em território nacional remonta aos anos 2000. Ilustra também este caso a pesquisa etnográfica relacionada à alimentação dos povos Sámi²⁴ conduzida por Amanda Green na Suécia desde 2008, cuja publicação encontrada é de 2018 (GREEN, 2018).

Embora o denominador comum à totalidade dos trabalhos selecionados seja a presença da categoria “ativismo alimentar” em seu título e a maior parte dos artigos se concentre em experiências do Norte Global, há grandes diferenças entre eles no que se refere aos eixos temáticos, às escalas e às formas de engajamentos. Foram encontrados, por exemplo, estudos que tratam do ativismo alimentar dentro do debate mais amplo sobre soberania alimentar indígena (KEPKIEWICZ, 2015) até pesquisas mais específicas sobre técnicas de conservação de alimentos (feitura de conservas, congelamento e desidratação de alimentos) como “forma de subverter a lógica capitalista da indústria agroalimentar global” (CLICK; RIDBERG, 2010).

1.3.2 Principais definições: O que é ativismo alimentar?

Para definir o que são os ativismos alimentares, muitos dos estudos que compuseram a amostra da Revisão Bibliográfica Sistemática compartilham de referências bibliográficas comuns. Dentre elas, destacamos as citações à coletânea publicada por Carole Counihan e Valerie Siniscalchi em 2014 (GREEN, 2018; PRICE, 2021; LORENZINI, 2019; MACHADO FILHO, 2023; SANTOS, 2021). Ademais, temos também menções às elaborações de autoras como Julie Guthman (BLOCK, 2012; BROWER, 2013; GREEN, 2018; RIBEIRO, 2019) e Alison Hope Alkon (BLOCK, 2012; CHENNAULT, 2022), alguns citando a coletânea sobre ativismo alimentar publicada por Alkon e Guthman em 2017 (CHENNAULT, 2022). Na amostra dos trabalhos dos programas de pós-graduação brasileiros, parte das pesquisas se apoiam nas definições propostas por Schubert e Portilho em 2023 (LEANDRO, 2023; LIMA, 2023; MACHADO FILHO, 2023).

A coletânea *Food Activism: Agency, Democracy and Economy*, publicada em 2014 por Counihan e Siniscalchi, reúne diversas análises de experiências locais ao redor do mundo, com casos europeus, norte-americanos, latino-americanos, africanos e asiáticos, comparando as diversas formas de ativismo alimentar. Segundo as organizadoras da obra, a proposta da coletânea era delimitar fronteiras para esta noção analítica que pudessem ser flexíveis com vistas a compreender mobilizações individuais e coletivas, em sua variedade de formas, atores e estratégias em múltiplas localidades.

Para Counihan e Siniscalchi (2014), ativismo alimentar é um termo “guarda-chuva” que abarca uma ampla gama de formas de organização, compreendendo diferentes ideologias, escalas e níveis de comprometimento político. O ativismo alimentar compreende um conjunto de esforços mobilizados de forma individual ou coletiva, de maneira espontânea ou

²⁴ Os povos Sámi vivem nas regiões árticas da Finlândia, Noruega, Suécia e Rússia. Ver mais em Green (2018).

institucionalizada, em prol de transformações nos modos como os alimentos são produzidos, distribuídos e consumidos.

Outra coletânea sobre o tema é *The New Food Activism: Opposition, Cooperation, and Collective Action*, de Alkon e Guthman, publicada em 2017. A coleção oferece esforços teóricos e dados empíricos com vistas a “uma nova direção no ativismo alimentar, ou, mais precisamente, ao retorno a uma tradição de ativismo alimentar mais coletiva e orientada para a justiça social que nunca desapareceu, mas foi ofuscada pela ênfase na criação de alternativas orientadas para o mercado*” (ALKON; GUTHMAN, 2017, p. 44). Embora a obra se organize em torno de uma proposição audaciosa de um “novo ativismo alimentar”, como apresenta o título da coletânea, vale destacar que o material empírico mobilizado se restringe a experiências localizadas nos Estados Unidos e no Canadá.

Para autores como Alkon e Guthman (2017), o conjunto relativamente restrito de ferramentas dos movimentos alimentares contemporâneos, na maioria das vezes composto por alternativas orientadas para o mercado (tais como as campanhas do tipo “vote com o seu garfo” e o incentivo a projetos individuais de empreendedorismo alimentar), acaba por reproduzir os processos de despolitização da ação social que o neoliberalismo aspira e motiva e, por isso, podem ser considerados “velhos” e ultrapassados.

É neste contexto que as autoras defendem um “novo ativismo alimentar”, caracterizado por mobilizações coletivas de caráter ostensivamente transformador, cuja centralidade repousa inegociavelmente na justiça social. Para elas, ele se difere do “velho” ativismo alimentar, o qual baseia-se em “abordagens apolíticas e baseadas no mercado [que] continuam a impulsionar o desenvolvimento de produtos alimentares alternativos e espaços de comércio*” (ALKON; GUTHMAN, 2017, p. 536). Como afirma Guthman (2007, p. 263), em um trabalho anterior: “Eu não alimento a fantasia de que escolhas de consumo individuais em favor dos orgânico, *slow food*, etc. sejam os veículos para avançar em direção a uma forma mais justa e ecológica de produzir e consumir alimentos*”.

Todavia, dentro da arena política de contestação contemporânea, nos parece válido ponderar o fato de que projetos alternativos podem coexistir, e até mesmo coevoluir, com o sistema hegemônico (GOODMAN; DUPUIS; GOODMAN, 2012). Certamente, os grupos e os tipos de estratégias tidos como *mainstream* e alternativos são distintos. Porém, muitas vezes eles são também complementares. Na linguagem das cités, podemos pensar que diferentes mundos são capazes de conviver, não sendo modos de valoração exclusivos e excludentes. Atores e seus coletivos podem operar em seu ativismo, ao mesmo tempo e/ou em momentos diversos, as grandezas cívica, mercantil, verde, etc.

Com efeito, são inúmeras as iniciativas e reflexões que buscam impulsionar o desenvolvimento de espaços de comercialização de alimentos produzidos localmente, por pequenos agricultores e em pequena escala, além de políticas públicas de inclusão produtiva e acesso dos pequenos agricultores aos mercados (para citar apenas alguns estudos que documentam estas iniciativas e reflexões: BRUNORI; ROSSI; GUIDI, 20011; CRUZ; MATTE; SCHNEIDER, 2016; FONTE, 2006; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017; MUÑOZ; NIEDERLE, 2022; NIEDERLE, 2014; ROVER; DAROLT, 2021; SANTOS, 2021; TANAKA, 2019). A depender do contexto, estas iniciativas não podem ser consideradas categoricamente como apolíticas e/ou despolitizadoras. Ao contrário, configuram uma novidade, e até mesmo uma renovação, das formas convencionais de atuação política. Um bom exemplo é o consumo político, chamado por Stolle, Hooghe e Micheletti (2005) de “política nos supermercados”, e alguns dos processos de politização do consumo protagonizados por MST e *Slow Food* analisados por nós no último capítulo desta tese.

Dentro dos confins do universo dos casos de estudo selecionados para esta pesquisa, podemos observar que os próprios movimentos sociais não consideram as iniciativas direcionadas aos mercados como necessariamente apolíticas e/ou despolitizadoras. Para citar somente alguns exemplos, Fonte (2006) ilustra uma ação emblemática de comercialização de alimentos atrelados ao *Slow Food* em uma grande rede de supermercados na Itália. A autora mostra que a iniciativa de cooperação, desenvolvida no início dos anos 2000 e sumarizada na comercialização de produtos artesanais e locais para o mercado convencional, implicou em um deslocamento dos modos de valoração característicos da ordem doméstica, baseada em relações face a face, para aspectos mais fortemente relacionados aos princípios cívicos e mercantis, permitindo a comunicação com novos consumidores e um novo canal de comercialização. Este processo comportou, na avaliação de Fonte (2006, p. 203), “uma mudança substancial que implicou na reestruturação de toda a rede alimentar local”.

Um caso semelhante ocorreu no Brasil em 2012 quando cooperativas do MST forneceram arroz orgânico²⁵ para a rede de supermercados *Pão de Açúcar*, uma das principais redes varejistas nacionais voltadas para consumidores de renda média e alta. Na ocasião, Milton Formazieri, da Coordenação Nacional do MST, em entrevista veiculada no site do MST [2], comentou que o projeto pode “parece[r] contraditório, mas sentimos a necessidade de expor e divulgar mais sobre o movimento para a classe média, mostrar que nossa produção é social e ambientalmente sustentável”. Análises e problematizações mais específicas sobre o uso da estratégia do consumo político como parte do ativismo alimentar praticado por MST e *Slow Food* são tratadas no Capítulo IV, seção 4.4.

A despeito da proposta de Alkon e Guthman (2017) de substituição do que chamam de “velho” ativismo alimentar (alternativas orientadas para o mercado, campanhas do tipo “vote com o seu garfo” e incentivos a projetos individuais de empreendedorismo alimentar) em favor de uma “nova” versão (coletivista e orientada para a justiça social), consideramos que, do ponto de vista analítico, a ênfase em “alternativas de mercado” não é antiga, mas relativamente recente, especialmente se considerarmos o contexto dos países do Sul Global. Em nossa opinião, as reflexões sobre ativismo alimentar, como um todo, ainda merecem maior escrutínio, evitando visões dicotômicas e cisões apressadas entre o que venha ser velho ou novo, político ou apolítico. Pois, como o universo empírico demonstra é imprescindível considerar o que a noção de ativismo alimentar abarca em diferentes contextos para diferentes atores sociais.

Questões sobre identidade também são mencionadas por alguns autores como uma característica do ativismo alimentar contemporâneo (HAYES-CONROY; HAYES-CONROY, 2010; HAYES-CONROY; MARTIN, 2010; PARASECOLI, 2022), importantes também nos casos de estudo selecionados para nossa pesquisa, o MST e o *Slow Food*. Tais questões sobre identidade, junto a dinâmicas de identificação, quando relacionadas a temas alimentares são tidas literalmente como viscerais, ligadas a sensações e sentimentos corporais, compondo o quadro de fundamentações e motivações que levam à mobilização (HAYES-CONROY; HAYES-CONROY, 2010; HAYES-CONROY; MARTIN, 2010). No caso dos ativismos alimentares, tal compreensão é particularmente interessante, pois encara o comer como um processo tanto de incorporação literal de alimentos, quanto de seus significados, como descrito na reputada análise de Fischler (1995).

Seguindo a abordagem não dualística entre mente/corpo, proposta por autores como Hayes-Conroy e Hayes-Conroy (2010) e Hayes-Conroy e Martin (2010), podemos depreender que uma análise sobre os ativismos alimentares pode considerar não apenas como a mente dos

²⁵ Segundo informações divulgadas pelo MST em seu site [22], com base nas estimativas realizadas pelo Instituto Riograndense de Arroz (IRGA), há mais de dez anos o coletivo é o maior produtor de arroz orgânico da América Latina.

ativistas internaliza certos eventos cognitivamente, mas também como determinados eventos são sentidos diferentemente por diferentes corpos, dada as interconexões de forças biológicas e sociais.

Ainda que tenhamos examinado aqui somente pouco mais de uma dezena de estudos, fica nítido que os ativismos alimentares contemporâneos envolvem uma convergência de temas éticos e estéticos. Além disso, a variedade de definições disponíveis no universo acadêmico indica a presença de processos ainda em curso de delimitação e consolidação desta noção. No cenário brasileiro, o ativismo alimentar ainda não pode ser enquadrado como uma categoria nativa (MACHADO FILHO, 2023), em especial no contexto dos movimentos sociais do campo, que preferem estratégias mais convencionais de pressão política na esfera institucional do Estado e incorporam, de forma ambígua, os processos de politização da alimentação (PORTILHO, 2020; PORTILHO; MICHELETTI, 2018; TANAKA; PORTILHO, 2019). Segundo o apanhado de estudos analisados por Portilho e Micheletti (2018), pesquisadores brasileiros e latino-americanos, em geral, não costumam analisar ou mesmo considerar as ações de politização da alimentação como uma de suas estratégias, em uma clara limitação na forma como pensam este tipo de ação política²⁶. Aqui deixamos registrado outros autores e estudos, que não fizeram parte da amostra da nossa Revisão Bibliográfica Sistemática, mas apresentam contribuições relevantes para pensar os ativismos alimentares (AZEVEDO, 2017; COUNIHAN, 2019; 2020; 2021; HAYES-CONROY; HAYES-CONROY, 2010; HAYES-CONROY; MARTIN, 2010; LORENZINI, 2022; PARASECOLI, 2022; PORTILHO, 2020; SCHUBERT; PORTILHO, 2023; SINISCALCHI, 2020; 2023).

Por estas e outras características, alguns autores vêm ensaiando uma diferenciação entre os ativismos alimentares oriundos no Norte e no Sul Global. Brower (2013), por exemplo, reconhece que o foco da sua pesquisa foi limitado ao que denominou como ativismo alimentar *mainstream*, ou seja, aquele presente nos países afluentes. Em sua visão, trata-se de um tipo de ativismo particular e distinto, embora não o considere isento de influências das agendas de soberania alimentar lideradas por camponeses, principalmente os de países mais pobres. Em outra direção, pesquisadores do Sul Global identificam que as reivindicações por soberania alimentar, a maior ênfase no papel do Estado, os esforços de não secundarizar o aspecto ético e o protagonismo das lutas feministas são características dos ativismos alimentares latino-americanos (MOTTA, 2023; PORTILHO; MICHELETTI, 2018). A partir do foco nas contestações alimentares no MST no Brasil e no *Slow Food* na Itália, procuramos ao longo desta tese oferecer mais elementos para esta discussão.

Com efeito, Schubert e Portilho (2023) propõem uma definição de ativismo alimentar que nos parece promissora para pensar casos de estudos localizados tanto no Sul quanto Norte Global. Nas palavras dos autores, o ativismo alimentar pode ser caracterizado como

um fenômeno social amplo, cujo elemento motor e de mobilização social passa pela modificação de práticas agrícolas, comerciais e alimentares, pela construção de mercados e pela formulação e implementação de políticas públicas e regulatórias, visando a, em alguma medida, transformar o sistema alimentar, o ambiente alimentar e as práticas alimentares, a partir de amplos e conflituosos espectros políticos, em diferentes escalas e configurações sociais (SCHUBERT; PORTILHO 2023, p. 23).

²⁶ Uma exceção é o projeto de pesquisa, financiado pelo CNPq, “Ativismos alimentares e politização da alimentação: uma análise comparada das interações entre movimentos sociais, mercados e políticas públicas nas regiões metropolitanas brasileiras”, que reúne uma rede multidisciplinar de pesquisadores e propõe uma análise comparada das estratégias de ativismo alimentar nas regiões metropolitanas de capitais como Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Manaus, Natal, Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Luís e São Paulo. Ver mais em: <https://www.instagram.com/ativismos.alimentares> Acesso em: 1 dez. 2024.

Como nos indica o princípio da pluralidade presente na Teoria das Justificações, um ponto que merece ser salientado no ativismo alimentar contemporâneo é o amplo espectro político, incluindo pautas progressistas, mas também aquelas conservadoras, que as contestações têm assumido, o que pode ser observado tanto no âmbito empírico quanto nas elaborações teóricas (WILK, 2006; FORTCHTNER; TOMINC, 2017; PARASECOLI, 2022). Até mesmo Alkon e Guthman (2017) sinalizam que não é raro encontrar mobilizações em torno da alimentação saudável e sustentável que negligenciam questões de desigualdade, pobreza e democracia, e que muitas vezes propulsionam o aumento dos preços e a elitização de alguns alimentos. Autores como Parasecoli (2022), por exemplo, preferem categorizar os ativismos em, pelo menos, dois grupos: i) os excludentes (*exclusionary*, em inglês), que defendem os interesses de uma comunidade em detrimento da exclusão legal, física e ou metafórica daqueles considerados não pertencentes; e ii) não-excludentes (*non-exclusionary*, em inglês), os quais, apesar de também estabelecerem um tensionamento claro entre “nós” e “eles”, articulam suas reivindicações em termos da justiça e inclusão social, guiados pela ideia de um futuro melhor para todos.

Se mobilizações desse tipo existem, elas devem ser consideradas e analisadas. Situações ilustrativas deste tipo de ativismo seriam a valorização de alimentos tradicionais que adotam recortes nacionalistas, etnocêntricos e/ou xenofóbicos (LEKAKIS, 2019, PARASECOLI, 2022), as críticas à convencionalização dos orgânicos (GUTHMAN, 2004; VAN DAM; NIZET, 2014) e à endogeneização dos valores éticos e estéticos, na medida, por exemplo, que indústrias alimentícias criam departamentos de sustentabilidade e um conjunto de novos ingredientes, processos e atores ocupam cada vez mais espaço em nossas cozinhas (WILKINSON, 2023).

É importante considerar, como destacam Brower (2013) e Schubert e Portilho (2023), que ações de ativismo alimentar não estão necessariamente alinhadas a políticas progressistas. Para nós, parece ser mais apropriado assinalar, à semelhança de Parasecoli (2022, p. viii; 29), que a “comida possui papel central na política”, podendo ser utilizada por grupos e indivíduos como “arma ideológica” (*ideological weapon*) para refletir uma variedade de posições política.

Aqui citamos alguns casos que se tornaram paradigmáticos, emergentes em diferentes escalas e contextos, que colocam em xeque o estereótipo ativista, alguns já documentados na literatura: a defesa da “refeição em família”, que pode contribuir para uma visão normativa de “família tradicional”, onde o homem exerce poder sobre os demais membros (MURCOTT, 2019); e o estabelecimento de um coletivo vegano neonazista na Alemanha nas primeiras décadas dos anos 2000 (FORTCHTNER; TOMINC, 2017). Na grande imprensa, circularam nos últimos anos episódios sugestivos: em 2020, a participação do então presidente Jair Bolsonaro em uma campanha da Associação Brasileira dos Produtores de Leite (Abraleite), suscitou debates sobre o leite como símbolo dos extremistas de direita “*alt-right*” dos Estados Unidos; a campanha de Matteo Salvini, atual vice-premier italiano e ministro da Infraestrutura e Transportes, contra a introdução de proteínas alternativas (insetos e carnes sintéticas) evoca valores nacionalistas controversos resumidos na ideia do “*Made in Italy*”²⁷.

Com relação a este ponto, ponderamos que, apesar das críticas tecidas por Alkon e Guthman (2017) serem contundentes, elas são, em certa medida, idealizadas. As autoras pressupõem uma separação óbvia e nítida entre iniciativas em prol da justiça social e aquelas que se relacionam com os mercados, considerando, inclusive, que estas últimas não podem sequer ser consideradas ações políticas. Todavia, *a priori* de quaisquer formulações acadêmicas, os casos empíricos demonstram que as ações de ativismo alimentar não se dão em

²⁷ Ambos os episódios tiveram repercussões na grande mídia, para ver mais sobre o caso brasileiro e italiano, consultar, respectivamente, as matérias jornalísticas de Rocha (2020) e Becchi (2024).

limites circunscritos. Isto nos faz sugerir, guardada as devidas proporções, a existência de uma “armadilha do ativismo alimentar”, aos moldes, por exemplo, da noção de “armadilha do local” (*local trap*) que questiona o fato de que certos modos de produção e consumo sejam apreendidos, necessariamente e sem maiores problematizações, como mais ambientalmente sustentável e socialmente justo (BORN; PURCELL, 2006). Os ativismos alimentares não podem ser automaticamente associados a valores progressistas, como direitos humanos, democracia, equidade e sustentabilidade, e outras pautas progressistas.

Isto posto, compreendemos o anseio de Alkon e Guthman (2017, p. 31) em promover “um ativismo alimentar mais vibrante e diversificado que depende da compreensão das maneiras pelas quais o neoliberalismo restringe as possibilidades políticas” e os modos como “esse empreendimento teórico pode ajudar a criar espaço para que outras formas de política dos alimentos se desenvolvam*”. Contudo, sob a perspectiva da alimentação como uma arena de contestação política, nos parece importante seguir a provocação de Goodman, Dupuis e Goodman (2012) de manter distância das concepções perfeccionistas e românticas, do que poderia vir a ser o ativismo “ideal”.

A maior parte dos autores aqui citados compreendem o ativismo alimentar como um termo guarda-chuva com larga abrangência de agentes e pautas (AZEVEDO, 2017; COUNIHAN; SINISCALCHI, 2014; SCHUBERT; PORTILHO, 2023). Ao contrário da proposição de Alkon e Guthman (2017), a escolha de uma definição de ativismo alimentar com um “perímetro tão expandido” é vista por Counihan e Siniscalchi (2014) como uma manifestação “frutífera”, pois possibilita examinar, sob as mesmas lentes, uma diversidade de formas de dissenso e resistência que envolvem ativistas políticos, agricultores, gastrônomos e consumidores. O ativismo alimentar seria, portanto, uma vertente do ativismo político de características muito “porosas”, como descreve Azevedo (2017). Considerá-lo de forma abrangente permitiria a apreensão de casos limítrofes, isto é, situações marginais e antagônicas, que fogem de definições acadêmicas *a priori*, a partir das quais podemos inclusive refletir criticamente sobre as acepções e os limites do termo.

1.3.3 Movimentos alimentares

Nas sociedades contemporâneas, os movimentos sociais vêm ocupando uma posição central nas contestações e transformações do sistema alimentar hegemônico, sendo analisados por alguns autores a partir da categoria movimentos alimentares. Contudo, assim como vimos nos investimentos em definir os ativismos alimentares, a conceitualização do que constituem e do que diferencia os movimentos alimentares é um campo em construção e disputa.

O jornalista estadunidense e escritor *best-seller* Michael Pollan foi uma das figuras que impulsionou a divulgação do termo “movimentos alimentares”, declarando-os como um dos movimentos sociais mais interessantes que surgiram nos últimos anos. Para ele, os movimentos alimentares se unificam no reconhecimento da necessidade de uma reforma do sistema de produção industrial de alimentos frente aos custos sociais, ambientais, de saúde pública, de bem-estar animal e gastronômicos, demasiado elevados neste tipo de produção (POLLAN, 2010).

Na sua opinião, o uso no plural (ativismos e movimentos) busca dar conta de uma miríade de grupos e contestações, que se envolve com uma longa lista de temas e reivindicações, evidenciando o fato de que suas agendas são plurais e parecem movidas, sobretudo, pela criação de novos espaços sociais e econômicos para além das grandes corporações e da política dita convencional.

O que atrai tantas pessoas para o movimento hoje (e os jovens em particular) é um tipo de política muito menos convencional, que envolve algo mais do que comida. O movimento alimentar também tem a ver com comunidade, identidade, prazer e, mais notavelmente, com a criação de um novo espaço social e econômico afastado da influência das grandes corporações, por um lado, e do governo, por outro* (POLLAN, 2010, s.p.).

Curiosamente, embora Pollan (2010) defenda o uso do plural, ele faz uso do termo no singular (movimento). Além disso, na passagem acima, fica claro seu viés nortista. O autor considera que os movimentos alimentares se circunscrevem à criação de um novo espaço social e econômico distante dos governos, o que parece ser mais típico dos ativismos e movimentos do Norte Global, particularmente no contexto estadunidense. Em contrapartida, no Sul, pelo menos na América Latina, há uma grande valorização das ações estatais e, em especial, das políticas públicas (PORTILHO; MICHELETTI, 2018).

No Brasil, os exemplos são inúmeros. Algumas das políticas públicas com forte engajamento de movimentos alimentares são o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) e o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), dentre tantas outras. Dentro do universo dos dois estudos de caso aqui analisados, chama atenção, nos tempos mais recentes, a participação de lideranças e militantes do MST em candidaturas ao parlamento. Nas eleições de 2022, por exemplo, o MST lançou pela primeira vez candidaturas próprias, coordenadas por sua Direção Nacional. Foram 15 candidaturas em 12 estados, sendo que seis representantes do MST venceram as eleições para ocupar cargos de deputados estaduais e federais²⁸. Nas eleições de 2024, o MST apoiou mais de 700 pré-candidaturas de Sem Terras e aliados, e elegeu 43 militantes a cargos de vereador (CARVALHO, 2024; Site oficial do MST, 2024 [38]). Em entrevista ao site do MST, João Paulo Rodrigues, da Coordenação Nacional, avalia que esta é uma “oportunidade de organizar um time de militantes do MST com a capacidade de conduzir um importante debate com a sociedade nesse período eleitoral” (*Ibid.*, 2024, [37]).

No Norte Global, as contestações mobilizadas pelo *Slow Food* fornecem elementos que corroboram para questionar este suposto afastamento dos movimentos alimentares da esfera governamental. Diversas iniciativas do movimento contam com apoio e financiamento estatal, e figuras do governo constam frequentemente na lista de convidados de seus eventos²⁹.

Em direção semelhante à ênfase dada por Pollan (2010) à multiplicidade dos movimentos alimentares, todavia com uma visão que inclui experiências do Sul Global, Motta (2023, p. 8) descreve o que considera um “(imperfeito) termo guarda-chuva ‘movimentos alimentares’”. Por meio de uma abordagem interseccional, a autora reúne, sob este termo, movimentos camponeses, redes alimentares alternativas, alianças entre feministas e movimentos por soberania alimentar, movimentos por justiça alimentar, movimentos agroecológicos e veganismo. Vale notar que, de forma recorrente, estes movimentos são associados pela autora, teórica e empiricamente, a certas áreas geográficas e autores:

²⁸ Em 2022, o MST elegeu dois deputados federais: Valmir Assunção (BA) e Marcon (RS); e quatro deputados estaduais: Adrão Pretto (RS), Marina do MST (RJ), Missias (CE) e Rosa Amorim (PE). Todos filiados ao PT (Site oficial do MST, 2022 [20]).

²⁹ Apenas a título ilustrativo, o *Terra Madre* de 2024, organizado pelo *Slow Food* teve o patrocínio de quatro ministérios (da Agricultura, Soberania Alimentar e Florestas; do Turismo; do Ambiente e da Segurança Energética; e das Relações Externas). Ver mais em: *Press Kit Terra Madre Salone del Gusto* (2024).

Frequentemente, as diferentes pesquisas se vinculam a diferentes regiões do mundo, como os movimentos por justiça alimentar que emergem nos Estados Unidos (ALKON; AGYEMAN, 2011), movimentos de soberania alimentar mais fortes no Sul Global (MARTÍNEZ-TORRES; ROSSET, 2014), movimentos agrários feministas mais ativos na América Latina e Sudeste Asiático (AGARWAL, 1995; DEER; LEÓN, 2001), a agroecologia mais forte na América Latina (ALTIERI; TOLEDO, 2011) e movimentos alimentares locais mais comuns no Norte Global (GOODMAN; DUPUIS; GOODMAN, 2012) (MOTTA, 2023, p. 6).

Este elenco assinala as diferenças geopolíticas dos movimentos alimentares, e o fato de como, em cada região, os coletivos adotam e acentuam pautas e justificações diferenciadas. Motta (2023) sugere que as distintas temáticas abordadas pelos movimentos alimentares podem ser apreendidas a partir de uma estruturação indutiva em categorias de acordo com o eixo principal de desigualdade tematizado, cada eixo selecionado por ser considerado uma das faces mais visíveis da injustiça e do ativismo, a saber: i) classe; ii) gênero; iii) raça; iv) diferença colonial, urbano-rural e indigeneidade; e v) diferenças categóricas entre humanos e não humanos com ecologias e outras espécies.

Este guia de análise proposto por Motta (2023) enriquece o debate sobre os ativismos e movimentos alimentares e indica direções interessantes na análise dos estudos de caso aqui selecionados. O MST pode ser enquadrado como parte dos movimentos alimentares que atuam no Sul Global em defesa da soberania alimentar e, no caso da América Latina, em prol da agroecologia. Como veremos, no entanto, sua agenda abrange nos dias de hoje, outros eixos além das lutas de classes, indicando uma compreensão interseccional das desigualdades alimentares. Em específico sobre o MST, Motta (2023) destaca, para além da centralidade da reforma agrária, suas ações de solidariedade com trabalhadores urbanos e consumidores politizados por meio das redes alimentares e da agroecologia, e, pela sua sintonia com a Via Campesina, a integração entre as pautas feministas e ecológicas.

O *Slow Food*, por sua vez, é um dos movimentos alimentares tipicamente presentes e analisados no Norte Global. No âmbito acadêmico, não há consenso, porém, se este pode ser enquadrado na definição corrente de movimento social (GENTILE, 2016; OLIVEIRA, 2020), pois, como ressalta Gentile (2016, p. 31), este não é “um movimento voltado para ações demonstrativas, de protesto, de ativismo militante revolucionário ou reformista”. De fato, dos cinco eixos descritos acima para caracterizar os movimentos alimentares (MOTTA, 2023), não nos parece adequado classificar o *Slow Food* em nenhum destes. Aliás, estranhamente o *Slow Food* sequer é citado por Motta (2023) quando analisa os movimentos alimentares. Oliveira (2020, p. 11), por exemplo, propõe que “mais do que um movimento social ou uma nova ideologia alimentar, o *Slow Food* pode ser entendido como uma proposta de um novo estilo de vida”. Gentile (2016, p. 31), por sua vez, apesar de entender o *Slow Food* como um movimento social, pondera que este pode ser compreendido como “uma organização que atua por meio da difusão de seus princípios através de programas de educação, sensibilização, informação e através do apoio a pequenos e grandes projetos de produção e consumo “alternativos” e valorização das produções locais”. Como discutido adiante, o *Slow Food* é considerado pelos autores como um “fenômeno difícil de explicar” (SINISCALCHI, 2023, p. 1), sendo frequentemente apreendido como um coletivo híbrido, por exemplo (Ver seção 3.2.2).

De qualquer forma, se preciso fosse, algo que poderia diferenciar o *Slow Food* em relação ao MST seria seu engajamento com a pauta referente às relações interespecies. Embora esta não seja uma pauta central para o *Slow Food*, como o é para movimentos mais fortemente ligados às lutas pelos direitos dos animais, a organização italiana é engajada neste debate. A campanha *Slow Meat*, organizada sob o lema “comamos menos carne, mas de melhor qualidade” (no original, em italiano: *mangiamo meno carne, di migliore qualità*), trata das

discussões sobre sustentabilidade e bem-estar animal, repudiando, por exemplo, a produção e o consumo da carne cultivada em laboratório (Site oficial *Slow Food* [21]).

Imersas nesta seara de discussão, resta pensar como se relacionam as categorias “movimentos” e “ativismos”, e em que medida se interseccionam. Em um estudo ainda em fase de publicação, Portilho, Schubert e Motta (no prelo) ensaiam, em nível analítico, uma explicação sobre tais interfaces delimitando que no caso dos ativismos alimentares a unidade de análise está mais centrada nas práticas alimentares, enquanto nos movimentos alimentares, cuja unidade de análise está mais centrada na ação coletiva. Para os autores, ambos são apreendidos como fenômenos sociais e políticos, assumindo algumas vezes um olhar macro (estratégico), outras micro ou meso (mundanos).

Sob este prisma, o aspecto político é comum a ambos (ativismos e movimentos), compreendidos em perspectiva multiescalar e relacional. Os ativismos alimentares são propostos pelos autores, e assumidos aqui, como uma noção ampla, englobando tanto ações individuais (representadas pelo consumo alimentar politizado) quanto coletivas (movimentos sociais e ação coletiva em torno de temas alimentares), em diferentes escalas (macro, meso e micro). Deste modo, movimentos alimentares seria uma noção específica, um dos braços do guarda-chuva dos ativismos alimentares, sendo utilizada para descrever exclusivamente ações coletivistas.

Neste meio fluído de definição teórica e empírica, a categoria movimentos alimentares aponta para uma pluralidade de coletivos, bem como de contestações que estes grupos são capazes de elaborar e sustentar. Contudo, não são todas as experiências que fazem jus ao uso do plural quando nos referimos aos ativismos e aos movimentos alimentares. Alkon e Agyeman (2011) problematizam o fato das discussões sobre movimentos alimentares se concentrarem demasiadamente nas experiências de grupos com base social pouco diversa, compostos sobretudo por pessoas que compartilham certos valores e privilégios raciais e socioeconômicos, em sua maioria, consumidores brancos de classe média, o que se afasta do ensejo das autoras de compreender o “movimento alimentar como uma policultura”. Adicionaríamos ainda, o fato de serem valores e privilégios de pessoas dos países do Norte Global. Para Motta (2023, p. 35),

embora não pareça problemático que movimentos sociais tenham prioridades políticas e alianças estratégicas, é importante – de uma perspectiva analítica – discutir abertamente que critérios claros poderiam ser usados para mapear casos diversos e avaliar os potenciais emancipatórios e os limites dos movimentos sociais e redes alimentares alternativas como agentes de mudança. Sistemas alimentares alternativos e contra-hegemônicos exigirão a construção de solidariedades de classe, coalizões inter-raciais, estruturas de gênero renovadas e coalizões interespecies respeitadas (MOTTA, 2023, p. 35).

Apontando para alternativas e possíveis usos da noção “movimentos alimentares”, a autora estabelece como ponto de partida uma concepção não instrumentalizada dos alimentos, ou seja, como algo que servisse exclusivamente ao propósito de alimentar humanos. Para ela, ao contrário, os alimentos devem ser vistos como “teias de vida a serem apreciadas e preservadas” (MOTTA, 2023, p. 35). Apenas a partir daí, estes movimentos podem ser entendidos como agentes de mudança, capazes de combater as desigualdades alimentares interseccionais.

Para Alkon e Agyeman (2011), é imperativo se afastar das narrativas dominantes e normativas reproduzidas por círculos restritos e privilegiados, que reiteradamente excluem experiências e perspectivas de grupos subalternizados. Os movimentos alimentares podem ser

concebidos como uma policultura, na medida em que ultrapassem barreiras estruturais e passem a incluir e propor críticas mais profundas e representativas à agricultura industrial.

Com tudo isto posto, a categoria de movimentos alimentares se mostra especialmente propícia para analisar ações coletivas (ALKON; AGYEMAN, 2011; HOLT-GIMÉNEZ, 2011; MOTTA, 2023; POLLAN, 2010). Alguns guias para análises de suas experimentações sociais e políticas estão disponíveis na literatura, tal como aquele proposto por Motta (2023). Propomos nesta tese uma análise das particularidades dos movimentos alimentares com raízes no Sul e no Norte Global, por meio da qual exploramos suas repercussões para o panorama mais amplo dos ativismos alimentares. Com a perspectiva das cités, interessa captar, então, a multiplicidade destes movimentos e justificar seu uso no plural, como indicamos a seguir.

1.3.4 Definindo-os no plural: Por que ativismos alimentares?

A dificuldade para desenhar contornos sobre o que venha a ser (ou não) os ativismos e movimentos alimentares contemporâneos parece ser inerente também às diferentes avaliações feitas pelos atores sociais no momento de construir acordos, mais ou menos estáveis, o que, sob a perspectiva das justificações, pode ser compreendido sob o prisma da pluralidade e da constante transformação das contestações.

Tendo em consideração as possíveis diferenças entre as noções, optamos por circunscrever este estudo no eixo mais amplo dos ativismos alimentares, com estudos de caso de movimentos que podem ser compreendidos como movimentos alimentares. Com isto, buscaremos analisar e sistematizar, conforme sugerido por Portilho, Schubert e Motta (no prelo) as contestações alimentares centradas nas ações coletivistas (movimentos alimentares), mas também a incorporação de ações e discursos que estimulam determinadas práticas alimentares (tal como o consumo político).

No caso do *Slow Food*, ficará mais evidente ao longo da tese que “ativismo”, “ativista” e “movimento alimentar” são noções presentes nas suas narrativas contestatórias, bem como no universo acadêmico que os analisa. Já no caso do MST, demonstraremos que considerá-lo como movimento alimentar parece ser uma novidade do ponto de vista analítico. Neste sentido, nos somamos a um grupo seleto de reflexões recentes e pioneiras (PORTILHO, 2020; CARVALHO *et al*, 2022b; FERNANDES, 2022; MOTTA, 2023), que encaram o MST como um “movimento alimentar que promove a modernização sustentável da agricultura, sem uso de agrotóxicos, sem exploração do trabalho, garantida pela produção de alimentos e pela luta pela terra, pela territorialização dos Movimentos”, citando a descrição proposta por Fernandes (2022). Este é um esforço de enquadrar o MST para além de sua histórica agenda de luta de classes e pela redistribuição de terras, considerando-o como protagonista nos ativismos alimentares brasileiros. Em nossa avaliação, isto se tornou possível na medida em que, nas últimas décadas, os temas alimentares passaram a ser incorporados com visibilidade e relevância na agenda política dos movimentos sociais do campo de forma geral (TANAKA, 2019; TANAKA; PORTILHO, 2019).

Para nós, os ativismos são um campo fértil de experimentações, e por isso faz parte das intenções desta tese, no lugar de somente enquadrá-los sob um grande guarda-chuva conceitual, explorá-los e qualificá-los segundo suas singularidades, demonstrando que estes não são necessariamente semelhantes ou sequer coesos. Tal guarda-chuva, conforme indicaram os resultados da Revisão Bibliográfica supra apresentados, aparenta ser bastante amplo e genérico, porém é desproporcionalmente composto e descrito por experiências e intelectuais localizados no Norte Global (ALKON; GUTHMAN, 2017; COUNIHAN; SINISCALCHI, 2014). A sub-representatividade dos ativistas e das contestações pujantes no Sul Global apenas contribui para

ampliar a assimetria presente na construção do campo de conhecimentos, reforçando uma leitura a partir do centro e a suposta universalidade das experiências e análises do Norte Global, o que é tema do Capítulo II.

Sem desconsiderar que a generalidade de uma noção analítica pode implicar na aspiração de uma relevância universal (CONNELL, 2020), defini-los no plural, parece ser um caminho que, ao contrário, permite abranger e acentuar as diferentes expressões dos ativismos alimentares. Com a adoção desta categoria flexionada no plural, salientamos as inúmeras interfaces possíveis entre os variados tipos de grandeza, ao mesmo tempo em que colocamos luz nas discussões sobre as especificidades do contexto geopolítico onde as contestações se originam, são disseminadas e, inclusive, analisadas.

Estes são alguns dos elementos que informam a questão que estrutura o capítulo a seguir: “Como analisar movimentos sociais e a politização da alimentação em diferentes partes do mundo?”. A partir dos casos do MST e *Slow Food*, nosso interesse de pesquisa localiza-se justamente na possibilidade de captar a diversidade com que os temas alimentares são politicamente contestados, evidenciando as possibilidades de diálogo e eventuais particularidades das contestações alimentares mobilizadas no Norte e no Sul Global.

CAPÍTULO II – COMO ANALISAR MOVIMENTOS SOCIAIS E ATIVISMOS ALIMENTARES EM DIFERENTES PARTES DO MUNDO?

“A carne mais barata do mercado não tá mais de graça
O que não valia nada agora vale uma tonelada”
Elza Soares e Rafael Mike (2019)

Para Boltanski e Thévenot (2020), a fim de se tornar grande, isto é, digno de participar em uma disputa, os atores agenciam objetos e cenários de forma a criar equivalências cognoscíveis aos partícipes. Os modos como os sujeitos são capazes de encarnar determinados valores e princípios são analisados pelos autores não como parâmetros de ação política extrínsecos aos contextos investigados, mas, ao contrário, como relações tecidas pelos sujeitos em situações de desacordo e conflito. Os autores oferecem, assim, uma abordagem menos focada no ator humano em si e mais ligada às dinâmicas da relação entre este e seu meio. É através destas lentes que apresentamos os casos de estudos selecionados: MST e *Slow Food*.

A investigação aqui apresentada é direcionada movimentos sociais enquanto coletivos organizados. Esta escolha se dá por considerar que a luta destes coletivos em diferentes partes do globo tem sido cada vez mais reconhecida como propulsora de transformações do sistema alimentar hegemônico, examinada aqui sob a categoria analítica de ativismos e movimentos alimentares. A expansão de um estudo para além das fronteiras nacionais se mostra também como uma possibilidade de alargar, e quiçá problematizar, a compreensão sobre ativismos alimentares, cujo debate e literatura encontram-se atualmente concentrados na Europa e nos Estados Unidos, apesar da profusão de experiências e discussões acadêmicas situadas alhures.

Assim como descrito por Counihan e Siniscalchi (2014, p. 8), consideramos que estudos a partir de diferentes experiências “mostram como o ativismo ocorre em palcos estreitos ou amplos em diversos cenários com conexões locais, nacionais e internacionais e destacam a existência de uma migração de ideias e de modos de ação em contextos geográficos, sociais e culturais*”. Nesse sentido, nos atentamos à provocação de Boström, Micheletti e Oosterveer (2018b) que, ao tratar de processos politizadores, sugerem que as análises devem ser sensíveis a diferentes características estruturais e culturais. Afinal, os contextos regionais ou nacionais apresentam suas especificidades, tal como demonstram análises centradas nos ativismos alimentares na América Latina (PORTILHO; MICHELETTI, 2018; PORTILHO, 2020). Um dos intentos desta pesquisa é observar e captar semelhanças e particularidades por meio da análise das contestações alimentares de movimentos sociais brasileiros e italianos.

Este capítulo se divide em três partes. A primeira seção explora o debate da assimetria na construção de conhecimentos no Sul e no Norte Global dedicados aos estudos dos movimentos e ativismos alimentares. A segunda apresenta, em linhas gerais, o MST e o *Slow Food*, propondo diálogos teóricos sobre os ativismos alimentares de tais organizações. A terceira e última seção apresenta e discute a análise documental realizada por nós, caracterizando-a em termos de provas de grandeza, de acordo com a Teoria da Justificação.

2.1 Dois Pesos, Duas Medidas: Construção do Campo de Conhecimentos no Sul e no Norte Global

Como apontado por um conjunto heterogêneo de autores (ARIZTIA *et al*, 2016; AZEVEDO, 2015; MOTTA, 2023; PORTILHO; MICHELETTI, 2018; PORTILHO, 2020), a agenda de pesquisas acerca das contestações políticas dos temas alimentares é atualmente profícua entre pesquisadores localizados no Norte Global, com uma vasta produção acadêmica que analisa iniciativas dos Estados Unidos e Europa. Todavia, outras regiões, especialmente do Sul Global, se encontram representadas de forma parcial e em um menor número de trabalhos.

Ainda é comum encontrar abordagens acadêmicas que pormenorizam os países do Sul Global como produtores de bens que podem ser eticamente rotulados, como no caso dos produtos de comércio justo, enquanto a politização do consumo seria uma prática das nações do Norte Global (ARIZTIA *et al*, 2016; PORTILHO; MICHELETTI, 2018). Estas abordagens menosprezam a existência de um mercado consumidor amplo e diversos nos países do Sul, além de ativismos e movimentos que incitam processos que politizam a alimentação, a comida e o comer.

Segundo Connell (2020, p. 50), “a maioria dos textos teóricos das Ciências Sociais são escritos no Norte Global, e a maior parcela destes procedem do pressuposto que isto não importa*”. Em direção contrária, e como sugerido pela autora, nos parece primordial reconhecer, investigar e interagir com estas dinâmicas ditadas por forças dominantes. No caso particular deste estudo que procura interligar narrativas enraizadas em ambientes tão distintos, as quais, todavia, se entrecruzam repetidamente quando contestam o sistema alimentar hegemônico, uma reflexão sobre a construção do campo de conhecimento é, em nossa opinião, categoricamente imperativa.

Sul e Norte Global são acionados aqui como categorias não somente para associá-los, a determinados Estados e/ou sociedades, mas para enfatizar relações. Com estas categorias, buscamos dialogar com as perspectivas que abrangem as pautas contracoloniais, decoloniais e/ou pós-coloniais, acentuando relações de assimetria, autoridade, exclusão, hegemonia, alianças, e apropriações que se dão entre, por exemplo, movimentos, instituições, intelectuais e agendas de pesquisa da “metrópole” e da “periferia global”. Inspiradas pela pluralidade dos ativismos alimentares, propomos nos valer destas categorias para que ao passo que abrimos o leque da análise, mantenhamos em vista as influências dos contextos sociogeopolíticos nas narrativas analisadas, bem como as limitações analíticas dos quadros teóricos mobilizados, que em sua maioria são originados a partir de experiências dos Estados Unidos e Europa.

“Eu não estou interessada em representar uma nação [...] eu estou interessada em questionar o que é uma nação, sabendo que a nação vem de um processo colonial”, é uma provocação proposta por Grada Kilomba³⁰ que ressoa no fazer desta tese. No lugar de apenas reforçar representações e estereótipos nacionais e/ou regionais, procuramos, assim, problematizar e suscitar questões sobre as demarcações geopolíticas e as heranças dos processos coloniais. Apesar das possíveis ambiguidades e o caráter dual desta terminologia e de outras semelhantes, a intenção principal é acentuar a realidade e concretude da divisão geopolítica global em curso, expressa nos padrões persistentes de desigualdade de poder, recursos e influência cultural (CONNELL, 2020) que se propagam historicamente no imperialismo europeu e, mais recente, estadunidense.

Entre tantas possibilidades, optamos por investigar as especificidades do ativismo alimentar existentes no Sul e no Norte Global, tendo como pressupostos as críticas ao “nortismo

³⁰ Grada Kilomba em entrevista ao programa de televisão *Roda Vida* em 13 maio 2024. Disponível na íntegra em: <https://www.youtube.com/watch?v=up-F2Pzf0LY> Acesso em: 1 dez. 2024.

global” (“*the northerness*”), como descrito pela socióloga Raewyn Connell. O neologismo “nortismo”, a exemplo de outros “ismos” (contidos nas ideias em torno do eurocentrismo, etnocentrismo, etc.), procura destacar as relações de alteridade que se depreendem quando as visões, as perspectivas e os problemas das sociedades do Norte Global são reiteradamente apresentados como universais, excluindo experiências e reflexões sociais da maior parte da humanidade (CONNELL, 2012; 2020). A partir da análise de alguns textos teóricos, a autora identificou quatro mecanismos principais através dos quais o Norte Global sustenta sua localização geopolítica: i) a reivindicação de universalidade; ii) a leitura a partir do centro; iii) os gestos de exclusão; e iv) o grande apagamento. Para nós, tais mecanismos se mostram como instrumentos valiosos para refletir sobre a pergunta que é o fio condutor deste capítulo: “como analisar movimentos sociais e a politização da alimentação em diferentes partes do mundo?”.

O primeiro mecanismo, a reivindicação de universalidade, parte do pressuposto de que “a própria ideia de teoria envolve falar em universais. [E] se supõe que todas as sociedades são conhecíveis, e são conhecíveis da mesma maneira e do mesmo ponto de vista*” (CONNELL, 2020, p. 44). Uma diferença que marca a divisão entre Norte e Sul, do ponto de vista da produção de conhecimentos, é o fato de as perspectivas do Sul serem claramente consideradas locais e peculiares, e nunca universais. Intelectuais do Sul, desprovidos neste sistema de construção de conhecimento de legitimidade em elaborar teorias, têm suas contribuições frequentemente questionadas por aqueles do Norte, nos seguintes termos: “Até que ponto isso é relevante para outras situações?” Os trabalhos dos acadêmicos periféricos são imediatamente nomeados, rotulados e adjetivados pelas suas especificidades. Diferentemente do que ocorre no Norte, tais perspectivas são tidas como localizadas, sendo comumente denominadas pelas suas singularidades em termos de “filosofia africana”, “teoria da dependência latino-americana”, etc.

O segundo mecanismo é a leitura a partir do centro. As contribuições para a teoria geral são muitas vezes apresentadas como resoluções de alguma antinomia, problemática ou fraqueza na teoria anterior. Porque se trata da teoria geral, o eixo central são os problemas clássicos para as ciências sociais e culturais europeias; e não as questões importantes para, por exemplo, os intelectuais de países com um passado colonial. As teorias constroem mundos sociais lidos através da metrópole, e não lidos através da ação da metrópole sobre o resto do mundo.

Frequentemente, o tempo nestas teorias é abstrato, contínuo, *data-free*. A apreensão do tempo é uma característica da leitura a partir do centro. As grandes etnografias oferecem o tempo-mundo de uma sucessão histórica inteligível (pré-moderno, moderno, pré-capitalista, capitalista, etc.), regulado pelo tempo vivido na metrópole. Já nas sociedades nas quais o colonialismo exerceu influência, o tempo é marcado pelo encontro colonial e envolve descontinuidades, disjunções e rupturas de sucessão.

A bibliografia mobilizada pelos teóricos da metrópole documenta o terceiro mecanismo: os gestos de exclusão. Os teóricos do mundo colonizado são muito raramente citados nos textos de teoria geral produzidos no Norte. Às vezes, os textos de teoria geral incluem o que Connell (2020, p. 46) denomina como “itens exóticos do mundo não metropolitano”, mas sem incluir ideias da periferia que devam ser consideradas como parte do diálogo da teoria. As fórmulas criadas pelo Norte, tal como a distinção moderno/pré-moderno, ilustram como o pensamento social das culturas colonizadas é considerado irrelevante e ultrapassado.

O quarto e último mecanismo é o “grande apagamento”. A teoria social é construída em diálogo com o conhecimento empírico – às vezes derivado da própria pesquisa do teórico, mais frequentemente de outros pesquisadores. Quando esse conhecimento empírico deriva total ou principalmente da metrópole, o efeito é o apagamento da experiência de todos aqueles que não compartilham destes fundamentos do pensamento social, isto é, frequentemente a maioria numérica da humanidade.

Cientes de como os padrões e mecanismos nortistas podem impactar a construção do campo de conhecimentos, nós não podemos subestimar as dificuldades de análises mais inclusivas, tampouco podemos ignorá-los. Nesta situação, assumimos, assim, como compromisso de pesquisa nos mantermos vigilantes em relação à hegemonia do Norte Global, nos atentando a estes quatro mecanismos descritos por Connell (2020). Em alternativa, a complexidade das dialéticas de lugar e poder, e conseqüentemente, as especificidades dos contextos históricos e geopolíticos compuseram horizonte da nossa análise, que considerou, de modo particular, o que denominamos como “encontro colonial”. Inspiradas pelas contribuições de Connell (2020) sobre as influências do colonialismo na construção dos campos de conhecimentos no Sul e Norte Global, derivamos esta chave analítica que chamamos de “encontro colonial”, a partir da qual distinguimos os processos vividos e descritos por colonizados e colonizadores – aplicações desta chave analítica são discutidas na primeira seção do Capítulo IV.

De acordo com a autora, a cada tentativa de teorizar a formação de instituições e sistemas sociais a partir do zero, em um espaço em branco, é invocado o princípio da “*terra nullius*” (terra de ninguém, em tradução livre), sonho de todo colonizador e assustador para as Ciências Sociais. Em contrapartida, na opinião de Connell (2020) a pergunta a ser feita pela teoria social nestas situações seria: “Quem costumava ocupar esta terra?” Os passos sucessivos de pesquisa seguiriam a partir daí.

No caso específico desta tese, não parece trivial o fato de que reflexões e investigações empíricas sobre experiências de redes de produtores e consumidores, associações de compras coletivas, boicotes, *buycotts* e, ainda, das mobilizações de movimentos sociais em torno das pautas alimentares no Brasil e na América Latina se encontrem subordinadas às dinâmicas globais de construção de conhecimento. Com isso, acreditamos que seja válido um exercício heurístico de, pelo menos, reconhecimento dos vieses e da preponderância de abordagens teóricas do Norte que atravessam a nossa análise, traçando esforços para que este estudo comparativo componha o quadro de análises que se propõem a encarar, ainda que de forma inicial, o desafio das disparidades das relações entre Sul e Norte Global.

Os achados da nossa Revisão Bibliográfica Sistemática de artigos sobre ativismos alimentares, citada no Capítulo I, trazem elementos para pensar como as disparidades sociogeopolíticas entre o Norte e o Sul Global se traduzem na construção de conhecimentos e, mais especificamente, em como os ativismos alimentares destas regiões compõem a agenda de pesquisa global (Apêndice I).

Como vimos, do total de artigos analisados (n=14), a larga maioria analisa experiências localizadas no Norte Global (n=12; 86%), sendo um terço nos Estados Unidos (n=4; 29%) e os demais em países como Austrália, Brasil, Canadá, Egito, Grécia, Itália, Nova Zelândia e Suíça (n=8; 57%).

Apenas dois artigos abordavam experiências localizadas no Sul Global (n=2; 14%), o de Azevedo (2015) e o de Naguib (2013). O primeiro analisa o conceito de locavorismo (tradução literal do inglês *locavorism*), relacionado *grosso* modo aos *food miles* e à preferência por alimentos locais. De modo relativamente surpreendente, o estudo de Azevedo (2015) avalia que no contexto brasileiro a proposta do locavorismo não foi formalmente assumida “nem pelos grupos de ativismo alimentar e nem pelas instâncias governamentais, como já aparece em outros países do hemisfério norte” (p. 92), ademais a autora afirma que “no Brasil, não foram encontrados estudos específicos sobre os agricultores ou mercados locais” (p. 84). Ainda que, em nossa avaliação, particularmente nos dias mais atuais, haja um acúmulo consistente de reflexões sobre produção de alimentos e mercados locais no Brasil (CRUZ; MENASCHE, 2011; FORNAZIER; BELIK, 2013; GENTILE, 2016; SANTOS, 2021; MALUF, 1999; 2021;

NIEDERLE, 2014; SCHMITT; GRISA, 2013). Já o segundo estudo se dedica ao que Naguib (2013) denominou como “ativismo alimentar islâmico”, além de suas expressões específicas no Egito. Como denota Connell (2020), não é casual que as análises das experiências do Sul Global sejam adjetivadas por suas especificidades. Como sugere o mecanismo de reivindicação de universalidade identificado por Connell (2020) e mencionado acima, quando falamos de ativismo alimentar o entendemos, automaticamente, como aquele do Norte, enquanto os demais precisam ser adjetivados em sua peculiaridade, como em ativismo alimentar islâmico, latino-americano, etc.

Vale notar, ainda, que todos os artigos encontrados na revisão foram publicados em inglês, com exceção de um deles, publicado em português por uma pesquisadora brasileira (AZEVEDO, 2015). Em primeiro lugar, isto reflete as disparidades da construção do campo de conhecimentos, demonstrando a hegemonia da língua inglesa na literatura internacional, particularmente representada pelos requisitos de publicação de periódicos científicos e bases indexadoras. Como avaliado em pesquisas focadas em cientometria, a cobertura das bases indexadoras para o conjunto das humanidades é relativamente baixa (BRASIL JUNIOR; CARVALHO, 2020), o que, por sua vez, repercute nos resultados de revisões bibliográficas sistemáticas, acarretando em uma amostra parcial da produção científica desta área. Assim como sugerido por Brasil Jr. e Carvalho (2020), a apuração na base de dados de pós-graduação foram complementares, e sugerem um uso crescente desta categoria, em especial nos últimos anos. De todo modo, os resultados demonstram que a categoria ativismo alimentar é relativamente nova, sendo parte de uma agenda de pesquisa emergente no Brasil, que se apoia, como vimos, em referências teóricas e empíricas produzidas no Norte Global, salvo raras exceções³¹.

Com intuito de mapear e promover uma discussão sobre a dimensão geopolítica do conhecimento científico, compomos um quadro de obras que dedicaram suas análises aos processos de politização de temas alimentares, com diferentes enfoques, tais como ativismos, movimentos sociais e consumo político. Está longe de ser nossa pretensão considerar que um quadro composto por um número limitado de publicações, todas estas disponíveis exclusivamente em língua inglesa, possa refletir a totalidade e a abrangência de publicações existentes sobre o tema. Logo de partida, reconhecemos o viés e a limitação de uma seleção deliberada baseada em critérios arbitrários, pessoais e subjetivos. Todavia, acreditamos que esta seleção pode ser ilustrativa da dimensão geopolítica que queremos enfatizar³². Para nós, essa é uma oportunidade de autorrefletir sobre as referências disponíveis e acessadas nesta pesquisa. Aqui ressoamos com as provocações pertinentes feitas por Connell (2012), as quais problematizam:

Na Austrália ou no Brasil, nós não citamos Foucault, Bourdieu, Giddens, Beck, Habermas etc. porque eles conhecem algo mais profundo e poderoso sobre nossas sociedades. Eles não sabem nada sobre nossas sociedades. Nós os citamos repetidas vezes porque suas ideias e abordagens tornaram-se os paradigmas mais importantes nas instituições de conhecimento da metrópole – e porque nossas instituições de conhecimento são estruturadas para receber instruções da metrópole (CONNELL, 2012, p. 10).

³¹ Como vimos no Capítulo I, alguns dos estudos recentes publicados no Brasil citam a definição de ativismo alimentar de Schubert e Portilho (2023).

³² De todo modo, reiteramos que o esforço de um olhar mais atento para as referências que reúnem discussões sobre alimentação, política e ativismo seja necessário, considerando, em especial, o fato deste ser um exame de parte da bibliografia utilizada na elaboração desta tese com repercussões em nossas reflexões, ainda que seja parte da nossa intenção questionar a maior presença de referências oriundas do Norte Global.

A concentração de pesquisadores e estudos no Norte Global, como vimos, tem profundas repercussões para o debate acadêmico, bem como para a presente pesquisa. O ponto de partida desigual sinaliza um ponto de atenção, pois estamos diante do risco de cair em armadilhas e reproduzir certas hegemonias. Com efeito, muitas de nossas análises têm como referência estudos imbuídos de pressupostos progressistas, como aqueles acerca dos ativismos e das redes alternativas. No entanto, ao fim e ao cabo, atrás de sua pretensa universalidade, eles são baseados, em sua maioria, em abordagens teóricas e casos empíricos localizados, incapazes de contextualizar diferenças regionais e refletir a pluralidade de experiências.

Como pesquisadoras e pesquisadores do Sul Global nos encontramos frequentemente restritas ao que Connell (2012) denomina como “estrutura geopolítica do pensamento sociológico”. No entanto, somos também nós, pesquisadoras e pesquisadores, os atores que podem protagonizar e fomentar debates pela transformação desta geopolítica do pensamento, para construir e estimular gramáticas descentradas e menos assimétricas, mais inclusivas e que deem o merecido destaque a experiências sistematicamente negligenciadas.

Assim sendo, um dos critérios de inclusão para a amostra das referências citadas nesta tese foi a seleção de obras escritas por um conjunto relativamente amplo de autores, que variou entre 14 e 60 diferentes autores por coleção, e cuja proposta envolvesse o exame de uma variedade de iniciativas, distribuídas ao redor do globo, isto é, em pelo menos mais de um país. Dos conteúdos de acesso livre das obras, a saber, índice de capítulos e informações sobre a filiação institucional dos autores, extraímos os dados que compõem o Quadro 2.

Quadro 2. Coletâneas sobre processos de politização de temas alimentares, distribuídas em ordem cronológica, 2004-2018.

Obra	Ano (1ª ed.)	Editores e filiação institucional	Número de capítulos e autores	Países e/ou regiões citados no sumário ^a	Autores filiados a instituições latino-americanas
<i>Politics, products and markets</i>	2004	Michele Micheletti, <i>Stockholm University</i> /Suécia Andreas Follesdal, <i>University of Oslo</i> /Noruega Dietlind Stolle, <i>McGill University</i> /Canadá	17 capítulos, 21 autores	Canadá, Dinamarca, EUA, França, Reino Unido América do Norte, Europa	-
<i>The Politics of the Food</i>	2004	Marianne Elisabeth Lien, <i>University of Oslo</i> /Noruega Brigitte Nerlich, <i>University of Nottingham</i> /Inglaterra	11 capítulos, 11 autores	França, Japão, Palestina e República Tcheca.	-
<i>Food Activism: Agency, Democracy and Economy</i>	2014	Carole Counihan, <i>Millersville University</i> /EUA Valerie Siniscalchi, <i>École des Hautes Études en Sciences Sociales</i> /França	15 capítulos, 14 autores	Canadá, Colômbia , Cuba , Egito, EUA, França, Honduras , Itália, Japão, México e Sri Lanka	-
<i>The Oxford Handbook of Food, Politics, And Society</i>	2015	Ronald Herring, <i>Cornell University</i> /EUA	35 capítulos, 50 autores	EUA, França, Índia e Japão África	-
<i>The new food activism: opposition, cooperation, and collective action</i>	2017	Alison Hope Alkon, <i>University of the Pacific</i> /EUA Julie Guthman, <i>University of California</i> /EUA	13 capítulos, 15 autores	Canadá e EUA	-
<i>The Oxford Handbook of Political Consumerism</i>	2018	Magnus Boström, <i>Örebro University</i> /Suécia Michele Micheletti, <i>Stockholm University</i> /Suécia Peter Oosterveer, <i>Wageningen University</i> /Holanda	41 capítulos, 60 autores	África do Sul, Austrália, Canadá, China, EUA, Filipinas, Índia, Reino Unido e Tailândia África e Oriente Médio, América do Norte, América Latina , Europa Centro-Oriental, Europa Meridional e Noroeste da Europa	Fátima Portilho, UFRRJ/Brasil

Nota: a) Países e/ou região da América Latina destacados em negrito.

Fonte: Elaboração própria, a partir das informações disponíveis nas obras consultadas.

Apoiando-nos nas publicações e referências bibliográficas frequentemente citadas por nossos pares, arriscamos dizer que os editores das obras acima indicadas são pesquisadores reconhecidos, com produção relevante em seus respectivos campos de estudo, cujas obras em destaque pretendem oferecer uma perspectiva generalizante sobre as temáticas em questão, apesar de ser, na maioria das vezes, etnocêntrica. A massiva maioria dos editores é proveniente dos Estados Unidos, seguidos por Suécia e Noruega. Um trocadilho que nos permitimos é que são “obras de peso” que, justamente, transparecem o jogo de “dois pesos e duas medidas” quando se trata de um balanço das reflexões teóricas, dos casos empíricos e das redes de pesquisadores de acordo com o eixo do Norte e do Sul Global. Essas são evidências de como as relações entre centro-periferia incidem no campo dos conhecimentos que, segundo as

postulações de Connell (2012, p. 9), poderiam ser compreendidas em termos de uma “divisão social de trabalho relacionada à produção de conhecimento”.

Seguindo os passos de Connell (2012, p. 10, grifo da autora), um dos questionamentos que nos parece pertinente é: “Que experiência social está sendo reificada, e mais especificamente, experiência social **de quem?**”. A esta pergunta, adicionamos a seguinte interrogação: Quais são os sujeitos e as instituições considerados aptos a definir qual experiência vale (ou não) a pena ser analisada?

Para este mapeamento não tivemos acesso à nacionalidade e ao percurso acadêmico do conjunto dos editores e autores dos capítulos das obras mencionadas no Quadro 2. No entanto, consultamos, em cada coleção, a filiação institucional dos autores no momento de publicação das obras. Chegamos a um contingente composto por mais de uma centena de autores (n=171), os quais, em sua esmagadora maioria, são filiados a instituições localizadas no Norte Global, em particular nos Estados Unidos e alguns países da Europa. Vale dizer que alguns destes pesquisadores são filiados a departamentos de universidades do Norte dedicados a estudos sobre a América Latina. Apenas uma pesquisadora (n=1), Fátima Portilho (UFRRJ/Brasil), orientadora desta tese, autora de um capítulo presente em uma destas obras, faz parte do corpo docente de uma universidade localizada na América Latina, e que dedica suas pesquisas a reflexões em nível local, nacional e latino-americano.

A despeito das grandes eventuais diferenças entre os autores desta amostra, o contexto de publicação de seus trabalhos compartilha de um posicionamento teórico típico enraizado no Norte Global.

Alguns pesquisadores, por exemplo, justificam que a predominância do debate e dos estudos de caso no Norte Global e, por consequência, a ausência da produção teórica e empírica provenientes do Sul Global, se dá por uma série de razões, tais como: a inserção no campo em nível local, a participação restrita em determinadas redes de pesquisa e a notoriedade/relevância, identificada pelos próprios autores, da sua região e/ou campo de estudo. A colocação de Alkon e Guthman (2017, p. 44), em “*The New Food Activism*”, ilustra com clareza tais pontos:

Apesar da natureza nacional e até global do ativismo alimentar, nossos capítulos estão desproporcionalmente localizados na Califórnia. Isso reflete nossos próprios locais e as redes de acadêmicos com quem trabalhamos, bem como o papel de liderança da Califórnia no ativismo alimentar alternativo e nos estudos críticos de alimentos* (ALKON; GUTHMAN, 2017, p. 44).

Este parece ser o tipo de caso onde se expressa “a tendência explícita da literatura considerada relevante de inferir representatividade*”, conforme assinala Lockie (2013, p. 410), e/ou de “reificação da própria experiência social”, como sugere Connell (2012). Corroborando com os dados apresentados do Quadro 2 é notório que, embora os ativismos alimentares, o consumo político e a atuação de movimentos sociais sejam considerados como um fenômeno global e transnacional, o Norte Global é adotado repetidamente como um ponto de liderança e referência, e as demais perspectivas são propositalmente subordinadas e/ou omitidas. Isso indica, mais uma vez, a realização de uma leitura do mundo social a partir do centro (CONNELL, 2020). De forma bastante limitada, os estudiosos muitas vezes inferem e assumem que uma mesma estrutura teórica pode ser aplicada a todas as regiões.

Na coleção *The Oxford Handbook of Political Consumerism*, a seção dedicada a expansão geográfica do consumo político é um caso exemplar das especificidades atribuídas aos contextos do Sul Global, em comparação ao referencial da realidade do Norte Global.

Embora alguns dos capítulos sejam também dedicados às particularidades da Europa, chama atenção o fato de que existem três capítulos dedicados a descreverem este continente, subdivido em norte europeu, sul europeu e um último sobre a Europa central e o Leste-europeu. O escrutínio existente em relação a este continente se contrasta com o único capítulo dedicado a toda a extensão da América Latina, ou então ao único capítulo que versa simultaneamente sobre o consumo político na África e no Oriente Médio.

Entre as obras que abordam regiões do Sul Global e da América Latina, destacamos a coleção “*Food Activism: Agency, Democracy and Economy*” (2014), de Counihan e Siniscalchi, que apresenta, entre os casos analisados, capítulos dedicados a experiências na Colômbia, Cuba, Honduras e México, sem, contudo, possuir entre os seus autores sequer um pesquisador filiado a instituições latino-americanas. De um lado, o esforço de incluir evidências empíricas de países de regiões diversas deve ser reconhecido. De outro, é preciso também sublinhar a perda da oportunidade de promover o diálogo entre intelectuais e acadêmicos de instituições localizadas no Sul e no Norte Global e de trazer para o debate, ao mesmo tempo em que se coloca realmente em prática, as questões acerca da inclusão, representatividade e interseccionalidade.

Counihan e Siniscalchi (2014) inferem que o largo alcance geográfico da coletânea por elas organizada demonstra como o ativismo alimentar é um movimento global. Porém, as autoras não fogem dos gestos de exclusão e do grande apagamento característicos da literatura do Norte Global.

Como habilmente constata Portilho (2020, p. 413): “estranhamente, Counihan e Siniscalchi (2014), [...] numa abordagem claramente etnocêntrica, excluem do que chamam de ativismo alimentar, os movimentos de combate à fome, alegando tratar-se de tema muito vasto e que mereceria um livro a parte”. Portilho (2020) avalia ser mais apropriado não deixar as lutas contra a fome e suas transformações recentes de fora da análise, uma vez que elas são uma das pautas centrais do ativismo alimentar de uma expressiva parcela da população mundial.

Faz, assim, parte de nosso intuito nos esquivar da preferência que se consolidou no campo das Ciências Sociais de oferecer generalizações descontextualizadas, facilmente forjadas de universalismos, como acertadamente é identificado por Connell:

Prestígio especial é conferido à teoria que é tão abstrata que suas afirmações parecem universalmente verdadeiras – as curvas de indiferença da economia do consumo, os modelos estruturais de Lévi-Strauss, os modelos de prática de Bourdieu e Giddens – ou que parecem aplicáveis em toda parte, como os modelos de Foucault de poder e subjetividade* (CONNELL, 2020, p. 196).

Neste empreendimento, a autora alerta que as dificuldades da realização de projetos teóricos mais inclusivos não devem ser subestimadas, questionando: “mas resta alguma escolha?”. Para ela, muitos dos problemas sociológicos, em especial aqueles originados no Sul, não podem ser superados dentro da convenção de pensamento do Norte Global. E, assim, a autora responde a sua questão retórica: “Na verdade, não temos outra escolha senão enfrentar as dificuldades de fazer teoria de uma forma globalmente inclusiva*” (CONNELL, 2020, p. 48). Nesta direção, indicamos alguns caminhos que consideramos possíveis.

Em termos institucionais, as universidades, as redes de pesquisa e os pesquisadores que afirmam valorizar diálogos internacionais de pesquisa precisam reconhecer que não se trata apenas de reunir representantes de diversos países e algumas partes interessadas. Como aponta Hinrichs (2008), uma pesquisa genuinamente global e integrada, e quiçá interdisciplinar, requer um planejamento inicial considerável entre os diversos participantes, além de recursos

significativos para a reunião de equipes multilocalizadas, o aprendizado organizacional sobre a prática de pesquisa compartilhada e a abertura para diferentes formatos, quadros teóricos e experiências de pesquisa.

Dentro dos limites circunscritos de uma tese de doutorado, optamos por seguir a provocação de Boström, Micheletti e Oosterveer (2018b) de que reflexões analíticas devem ser sensíveis a diferentes características estruturais e culturais, em especial aquelas que se propõem a pensar processos politizadores. Partimos, assim, do pressuposto de que a teoria social e as análises tipicamente enraizados na metrópole “não escrevem a partir da experiência social de quem foi colonizado, ou se envolveu na colonização, ou ainda está imerso numa situação neocolonial. E, na verdade, suas imaginações teóricas não incorporam o colonialismo como um processo social significativo” (CONNELL, 2012, p. 10). Neste cenário, é imperativo que os pesquisadores considerem as diferenças entre as perspectivas teóricas hegemônicas e originadas no Norte, as quais reiteradamente secundarizam e/ou desconsideram os processos e efeitos coloniais, e a Teoria do Sul que fazem destes processos parte de suas abordagens teórico-metodológicas (CONNELL, 2012; 2020).

No nosso caso, as evidências científicas indicam que estamos diante de potenciais diferenças que modulam a compreensão dos nexos entre política e alimentação de acordo com os contextos regionais ou nacionais específicos.

No contexto da sociologia latino-americana, os movimentos sociais são vistos, por exemplo, como uma ferramenta heurística valiosa para entender as transformações sociais e as possibilidades e incertezas da mudança social, no lugar de um objeto de estudo estritamente definido, como tem sido amplamente percebido pelas teorias hegemônicas do Norte Global (BRINGEL, 2019).

Particularmente, da última década para cá, encontramos na literatura apontamentos sobre as trajetórias distintas dos processos de politização do consumo de acordo com região sociogeopolítica. Stolle e Micheletti (2015, p. 272), por exemplo, em sua obra “*Political Consumerism: Global Responsibility in Action*” indicam, de maneira inicial, a possibilidade de que “o Sul Global esteja desenvolvendo uma versão própria de consumo político”. Crépault (2015, p. 207), em um capítulo da obra supracitada (STOLLE; MICHELETTI, 2015), reconhece, inclusive, que, ao menos até o momento desta publicação, “o consumo político é um projeto do Norte com uma agenda do Norte*”.

No período mais recente, Portilho e Micheletti (2020) demonstraram como os processos de politização do consumo na América Latina possuem trajetórias ainda pouco conhecidas e retratadas na literatura. De forma pioneira, elas destacam o fato de que movimentos sociais latino-americanos consideram, em geral, a mobilização individual, como no caso do consumo político, como um tipo de ação secundária. Contudo, como demonstra a nossa reflexão sobre as principais definições ativismo alimentar difundidas em âmbito acadêmico, algumas ações relativas aos mercados também são secundarizadas por autores do Norte Global, o que é evidente nos argumentos de Alkon e Guthman (2017). Isto nos leva a pensar que, diversamente do que retratado até então na literatura, as dificuldades de incorporação do consumo político podem ser transversais, sendo vivenciadas tanto pelo MST no Brasil, quanto pelo *Slow Food* na Itália, como discutido em maiores detalhes no Capítulo IV.

No caso desta tese, o foco em um estudo de caso brasileiro oferece contribuições para pensar também sobre a diversidade de experiências e compreensões no Sul Global, contribuindo, ao mesmo tempo, para ampliar a discussão sobre as particularidades dos ativismos alimentares desta região comparado ao Norte Global. Cada vez mais, a pulsão dos processos de politização dos temas alimentares na América Latina tem sido refletida na construção do campo de conhecimento plural protagonizada por pesquisadores provenientes

desta região, acionados nesta pesquisa como parte do nosso referencial bibliográfico (ARIZTIA *et al*, 2016; AZEVEDO, 2015, 2017; LEANDRO, 2023; MACHADO FILHO, 2023; MARCANTE, 2023; MOTTA, 2023; NIEDERLE; MUÑOZ, 2022; OLIVEIRA, 2020; PORTILHO, 2020; PORTILHO; CASTAÑEDA; CASTRO, 2011; PORTILHO; MICHELETTI, 2018; SCHUBERT; PORTILHO, 2023; SANTOS, 2021; RIBEIRO, 2019; TANAKA, 2019). Pois, como indicam Ariztia *et al* (2014; 2016), não existe apenas uma perspectiva do Sul, mas muitas perspectivas do Sul.

Trazer a análise sociológica e as experiências sociais de grupos sistematicamente subalternizados para o primeiro plano, discutindo-as lado a lado das contribuições da metrópole é onde se circunscribe os nossos esforços de olhar para ativismos alimentares do Brasil e da Itália. Nesta tarefa reside, como nos alerta Connell (2012), o constante risco a ser superado dentro do campo das Ciências Sociais de não descrever o contexto brasileiro, por exemplo, como se fosse de uma metrópole, ou mesmo o descrever em termos comparativos, situando sua especificidade nos parâmetros da metrópole. Connell (2012, p. 17) acertadamente pondera: “Não se trata apenas de relocalizar esse trabalho no Sul Global, que, de qualquer modo, não é um ‘centro’. Trata-se de democratizar todo o processo dirigido pela teoria, isto é, a produção e a circulação de conhecimento social”.

Os diferentes pesos que Norte e Sul Global assumem na construção da agenda de pesquisa sobre ativismos alimentares se concretizam como um chamado para “sair da zona de conforto” da reflexão teórico-metodológica predominantemente baseada no Norte Global, e adentrar novos domínios onde ambos se encontram, interagem e debatem. Tal expansão exige certamente criatividade e receptividade a novos modelos de interação intelectual e empírica.

Nesta tese, isso se traduz em um trabalho de dedicação direcionado ao processo e à experiência de pesquisa que se dê de forma mais ampla, ao mesmo tempo que demanda o questionamento da pressuposição de interesses comuns entre atores que se encontram sob assimetrias substanciais, materiais e de poder. Ainda que o arcabouço teórico aqui adotado se concentre em uma teoria do Norte Global, acionamos a Teoria da Justificação por sua capacidade de agregar diversidade à análise, possibilitando captar a mobilização pelos atores sociais de justificativas diferentes daquelas hegemônicas, além das diferenças internas dentro do campo dos ativismos e movimentos alimentares. Um aspecto desta teoria importante para nós é a compreensão em termos de justificativas pertencentes a distintos mundos, que não se reduzem a esquemas previamente definidos, sendo constantemente modelados e acionados pelos atores sociais das mais variadas maneiras. De forma complementar, nos desafiamos, ainda, a pensar os achados desta pesquisa sob a perspectiva da Teoria do Sul.

Enfim, para nós, não restam dúvidas sobre a necessidade de descentralizar o debate, e de acentuar esforços para que certas disparidades não sejam reproduzidas, ainda que inadvertidamente. Inspiramo-nos na proposição de Connell (2012, p. 10), que diz: “Se teoria é o trabalho que o centro faz, então a mudança revolucionária é possível. Caso esse trabalho seja feito em outros lugares, o centro será fatalmente (re)localizado”. Assim, a pesquisa aqui apresentada é mais um degrau rumo a dinâmicas globais da construção de conhecimento em Ciências Sociais menos hegemônicas, e mais equitativas e plurais.

Parafraseando Hinrichs (2008), inovações e transformações no campo de pesquisa implicam que muito de nós, pesquisadores, precisaremos trazer não somente conhecimento acadêmico, mas novas reservas de civilidade e humildade para a agenda de pesquisa. Para Lockie (2013), como pesquisadores, podemos ir além das críticas aos modos como o conhecimento tem sido produzido, e nos inspirar nos arranjos mais inclusivos promovidos, por exemplo, pelos atores sociais em suas iniciativas. Sendo assim, discutiremos a seguir a

possibilidade de diálogos entre o MST e o *Slow Food*, movimentos sociais com raízes, respectivamente, no Sul e no Norte Global.

2.2 Estudo de Caso como Estratégia de Pesquisa: Diálogos Possíveis entre MST e *Slow Food*?

Diversos pesquisadores verificam que as críticas mobilizadas por ativistas e movimentos sociais criam tensões e muitas vezes disparam (*trigger*) processos de transformação em outras searas, como as universidades e as entidades regulatórias. Como explica Bringel (2019), os movimentos sociais, de modo geral, têm a capacidade de agir como “termômetros da sociedade”, dando visibilidade aos seus principais conflitos e preocupações, e expondo os limites das formas de dominação e dos vários tipos de acordos culturais e sociopolíticos. Eles disputam significados cognitivos e políticos por meio de batalhas reais e simbólicas, criando mitos e símbolos, construindo discursos e identidades, forjando visões de mundo e mobilizando recursos e energia social.

No caso específico do debate alimentar, os “movimentos sociais têm desafiado as compreensões dominantes [...] através de novos idiomas e expressões ativistas que denotam uma ontologia política da política dos alimentos (*food politics*)*”, tal como explica Motta (2021, p. 8). Eles são agentes de mudança que combatem de forma interseccional as desigualdades alimentares, ao passo que edificam os alimentos como “teias da vida” (MOTTA, 2023).

As reivindicações promovidas pelos movimentos sociais convergem com as principais pautas atualmente difundidas pela comunidade científica, apoiada e desenvolvida por políticas em torno de saúde pública e pelas preocupações com o clima, fato evidenciado pelo relatório da comissão internacional *Eat Lancet* (WILLET *et al*, 2019; WILKINSON, 2023). Tais agendas são também reafirmadas e animadas por mudanças nas práticas dos indivíduos, ilustradas pelo crescente interesse nas pautas em torno do veganismo, vegetarianismo, flexitarianismo e freeganismo, dentre outras (COLOMÉ, 2018). Além disso, é importante notar como os atores considerados *mainstream* encontram-se, cada vez mais, na defensiva, assimilando em maior ou menor grau tais críticas, conforme sugerem as elaborações de Boltanski e Chiapello (2020) sobre o novo espírito do capitalismo e as intersecções entre críticas éticas e estéticas (BARBOSA, 2016; WILKINSON, 2023).

Para operacionalizar este estudo, unimos, assim, o pressuposto da Teoria da Justificação sobre os seres de grande grandeza, com uma estratégia de pesquisa que pode ser empregada para investigar movimentos sociais e seus processos: os estudos de caso. Alguns autores, tal como Snow e Trom (2002), preferem não defini-los como um método em si, mas conceptualizá-los como uma estratégia de pesquisa associada a um conjunto de métodos e procedimentos de levantamento de dados, análise e discussão. Para eles, a pesquisa pode ser composta por um ou mais casos, sendo estes constituídos por ambas as dimensões, empírica e analítica.

Em uma obra dedicada aos métodos de pesquisa no estudo de movimentos sociais, Snow e Trom (2002) iniciam o texto com a seguinte questão: o que pode ser definido como um “caso de estudo”? Para os autores, um estudo de caso pode ser definido de acordo com o seu enquadramento em pelo menos uma destas quatro considerações, as quais são mais ou menos frequentes a depender da situação, são elas: i) os resultados da pesquisa contingenciados no tempo e espaço; ii) o fenômeno primordial investigado pode ser classificado como parte de um grupo maior e mais amplo; iii) o objeto de estudo ilustra um importante conceito ou processo teórico; e iv) o foco de investigação por si só apresenta dimensões históricas e/ou culturais intrinsecamente interessantes.

Definido o que é um caso de estudo, interessa pensar, de novo a partir das reflexões de Snow e Trom (2002), em alguns outros questionamentos: qual tipo de caso é este? Quantos são os casos analisados no estudo? Quais são as relações entre eles?

A presente pesquisa é composta por mais de um caso de estudo, cuja seleção considerou, dentro de uma dada categoria, a presença de atributos comuns e variáveis. Isto permite, de acordo com estes autores, um exame mais detalhado das nuances e variações entre os casos, o que não é possível em análises de processos e conceitos mais amplos.

Elegemos, assim, como casos de estudos, o que nós consideramos e também conforme aponta a literatura, dois movimentos sociais consolidados e reconhecidos mundialmente, a saber o MST no Brasil e o *Slow Food* na Itália. Como ponto comum, estabelecemos o fato destes dois movimentos defenderem, a sua maneira, a alimentação como pauta política. Certamente a nossa seleção de dois movimentos não é representativa da totalidade dos ativismos e movimentos alimentares, contudo nos pareceu um bom prelúdio de um debate sobre as particularidades dos ativismos do Sul Global, em comparação ao Norte. Enfim, tratamos-os como estudos de caso, e também como “seres de grande grandeza”, de acordo com os mundos com os quais eles se encontram mais fortemente associados, em diferentes momentos de sua trajetória – assim como demonstrado a seguir.

2.2.1 Seres de grande grandeza: Relevância dos movimentos estudados

Como demonstra a Teoria da Justificação, para cada mundo pode-se estabelecer uma lista ou um repertório de sujeitos de acordo com seus estados de grandeza. Nas palavras dos autores:

A grandeza é a maneira como se expressa o outro, como ele é encarnado, como ele é compreendido ou ainda como é representado (de acordo com modalidades dependentes do mundo considerado). Ela está, portanto, associada com uma capacidade para a expressão em termos gerais. A relação entre a grandeza das pessoas e seu domínio de formas generalizadas é colocada em cada mundo, especialmente sua capacidade de formular enunciados tratáveis como gerais, autênticos, verdadeiros, etc. Como formulado por Bossuet, “os grandes têm grandes pensamentos” e são os únicos a manifestarem plenamente essa capacidade cognitiva de generalização (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2020, p. 243-244).

Neste quadro, os seres de maior grandeza são a “régua” por meio da qual a importância de cada um pode ser medida. Parafraseando Boltanski e Thévenot (2020), eles são os “fiadores do princípio comum” de cada uma das cités, constituindo os pontos de referência que contribuem para a coordenação e as ações dos outros. Por contraste, os pequenos são aqueles mais distantes do que é considerado o bem comum de cada cité, são menos identificados com a natureza da situação do que os grandes, podendo inclusive se dissociar e deslizar para outra natureza. Admite-se, portanto, que um certo ator possa ser simultaneamente pequeno em um determinado mundo e grande noutro.

Indubitavelmente, MST e *Slow Food* são vastamente reconhecidos pelo grande porte de suas organizações e ações. Alguns dos números já mencionados na Introdução atestam uma abrangência que alcança a casa de milhões de participantes. Segundo as estimativas divulgadas pelo MST [40], mais de 1,5 milhões de pessoas já conquistaram terra no Brasil sob organização do movimento, o que Fernandes (2022) avalia como a expressão mais significativa da luta pela reforma agrária no mundo. A partir de sua organização na Itália, que hoje soma quase 20 mil sócios, o *Slow Food* está presente em uma centena de países com mais de 1 milhão de ativistas (*Relatório Social*, 2022). Os seus eventos públicos, realizados de forma periódica, reúnem

milhares de pessoas e movimentam centenas de toneladas de alimentos – apenas em 2023, o MST reuniu na Feira Nacional da Reforma Agrária realizada em São Paulo/SP mais de 300 mil pessoas, e a edição de 2016 do *Terra Madre* teve público recorde reunindo aproximadamente 1 milhão de pessoas na cidade de Turim na Itália (mais detalhes sobre os eventos são disponibilizados a seguir na seção 2.4).

O MST é um movimento social do campo fundado no sul do Brasil em 1984, cuja bandeira é a luta nacional dos Sem Terra pela reforma agrária (Figura 4).

Figura 4. Bandeira do MST, Brasil.



Fonte: Site oficial do MST [39]

Alguns autores consideram que no contexto brasileiro o MST foi responsável pelo surgimento de uma nova forma de relação entre movimentos sociais e Estado, atualmente reproduzida nos mais diversos espaços sociais, sejam eles rurais ou urbanos, podendo ser um grande da justiça cívica e um pequeno do mundo mercantil, por exemplo. Segundo Rosa (2010), as ações do MST contribuíram decisivamente para a estruturação de uma série de outros grupos cujo locus de ação não reside na reforma agrária, apresentando suas interfaces com o MPA, o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST).

Para além do contexto brasileiro, aos longos dos anos o MST conquistou apoio e reconhecimento de movimentos sociais em nível internacional, sendo considerado por alguns autores, como “o maior movimento social camponês da América Latina” (BRINGEL; FALERO, 2008, p. 281). Foi o primeiro movimento social brasileiro a filiar-se e também o primeiro encarregado da coordenação regional da Via Campesina³³ América do Sul (NIEMEYER, 2014), sendo nos dias de hoje um dos pilares deste movimento transnacional (BORRAS JUNIOR, 2008; LERRER; MEDEIROS, 2014; McMICHAEL, 2014).

A importância do MST e da luta camponês brasileira para a Via Campesina pode ser ilustrada pela escolha do dia 17 de abril para a celebração do “Dia Internacional da Luta Camponês”, data em que 19 camponês Sem Terra foram assassinados em Eldorado dos

³³ A Via Campesina, fundada em 1993, se autodefine como um “movimento de movimentos”. De caráter transnacional, é um movimento de base e de massa (*grassroots mass movement*), que no Brasil é composto por algumas organizações e movimentos sociais com perfis bastante diferenciados (NIEMEYER, 2014). Além do MST, fazem parte da rede o Movimento de Mulheres Camponês (MMC), o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), a Coordenação Nacional de Comunidades Quilombolas (CONAQ) e Pastoral de Juventude Rural (PJR). Ver mais em: <https://viacampesina.org/>

Carajás/PA em 1996. Como discutido ao longo desta tese, a relação entre MST e Via Campesina acarretou diversas repercussões na agenda política deste movimento brasileiro.

Nos últimos anos, o MST tem ampliado a sua base de apoio, incluindo para além de políticos (presidentes da República, ministros, secretários, etc), figuras religiosas e acadêmicos, que já marcavam presença desde a realização de seus primeiros eventos, também outros atores sociais, tais como celebridades, *chefs* de cozinhas, profissionais de saúde e consumidores urbanos³⁴. Em seus diversos eventos, por exemplo, o MST foi prestigiado com a presença de personagens internacionais ilustres, tal como a Aleida Guevara, filha de Che Guevara; Pepe Mujica, presidente do Uruguai (2010-2015); dentre outros. Alguns intelectuais apontam que os Sem Terras do Brasil formam o movimento social mais importante do mundo (CHOMSKY, 2003; PATEL, 2007; REID, 2009).

O *Slow Food* foi fundado na Itália em 1986, dois anos depois da fundação do MST, porém em um contexto bastante distinto. A escolha do nome da organização, em oposição ao *fast-food*, demonstra como seu surgimento foi marcado pela questão alimentar, o que se mantém como sua característica central até os dias de hoje. Na avaliação de Counihan (2021, p. 77), “a associação é um ator importante no panorama do ativismo alimentar da Itália*”. O lema “alimentação boa, limpa e justa”, cunhado pelo líder italiano Carlo Petrini, no início dos anos 2000, ficou mundialmente reconhecido, influenciando outros movimentos e ativistas ao redor do globo.

Nos dias atuais, o *Slow Food* se autodefine como uma organização de base (*grassroots organization*), de caráter internacional, sem fins lucrativos (Site *Slow Food* Internacional³⁵), sendo que desde o início o caracol³⁶ já aparecia como um símbolo do movimento que hoje compõe o logotipo oficial do movimento (Figura 5).

Figura 5. Logotipo *Slow Food*, Itália.



Fonte: Site oficial do *Slow Food* [18]

³⁴ Uma postagem nas redes sociais do MST, publicada em 18 mar. 2022, discorre, por exemplo, sobre os “Famosos que usam o Boné do MST!”. Nela, estão as fotos e as redes sociais de algumas celebridades endossando o boné do MST, a saber: Chico Buarque, Alinne Moraes, Lazaro Ramos, Gregório Duvivier, Paola Carosella, Ana Canas e Beth Carvalho. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CbQEgYOs48/?img_index=1 Acesso em: 1 dez. 2024.

³⁵ Disponível em: <https://www.slowfood.com/about-us/> Acesso em: 1 dez. 2024.

³⁶ [N.T.] Na versão original em italiano do *Manifesto Slow Food (1987)*, há a menção da “*lumaca*” como símbolo do movimento, o que seria traduzido em português como lesma, no entanto em anos mais recentes as menções falam do “movimento della Chiocciola”, isto é, do movimento do Caracol, assim como denominado pelo *Slow Food* Brasil e adotado nesta tese.

A associação nacional *Slow Food* Itália é uma entidade do terceiro setor que integra o movimento internacional. Segundo seu estatuto, a associação

visa promover o direito a uma alimentação boa, limpa e justa para todos, como parte da busca de prosperidade e felicidade para a humanidade atual e futura e para toda a rede de viventes. Alimentos bons, limpos e justos são alimentos cotidianos caracterizados pelos seus atributos organolépticos, pela sustentabilidade ecológica dos processos de produção, distribuição e consumo, pelo respeito pela justiça social e pela dignidade de todas as pessoas que ali trabalham* (*Estatuto Slow Food Itália*, 2022, p. 1).

O movimento global do *Slow Food* mantém fortes raízes em seu país de origem. A fala de Carlo Petrini, um de seus fundadores e principais líderes, durante a abertura do VI Congresso Nacional, que ocorreu em 2006, em Sanremo, demonstra a importância da atuação no solo italiano para este movimento que alcançou renome internacional: “Não nos esqueçamos que *Slow Food* Itália é o guia ideal do movimento, desta associação é propulsão para o nível internacional” (PETRINI; PADOVANI, 2017, p. 180). Como definia o estatuto em 2014, “o *Slow Food* Itália faz parte da Associação Internacional *Slow Food*, da qual é a sua fundadora, e trabalha para difundir a sua filosofia e promover o seu desenvolvimento*”.

Alguns pesquisadores denotam que o domínio da organização italiana é essencial para entender não somente as proposições do movimento, mas também suas formas de luta (ANDREWS, 2008; COUNIHAN, 2019; GARCIA-PARPET, 2023). Internacionalmente, o *Slow Food* atua como um “embaixador” e porta-voz das discussões sobre a qualidade dos alimentos e suas conexões com os modos de produção local artesanal (BRUNORI, 2006), e, posteriormente, da cozinha e do convívio à mesa ao estilo italiano, reverberando a sua italianidade (*italianità*, em italiano) (PARASECOLI, 2019). Como bem sumariza Andrews (2008, p. ix), “parte do apelo do *Slow Food* reside na admiração que muitos têm pela capacidade de caráter puro da ideia de “boa vida” relacionada à Itália*”. No contexto dos ativismos alimentares, podemos dizer que o *Slow Food* se estabelece como um grande do mundo conexionalista e inspiracional.

Além da sua expressiva extensão de atuação, o trabalho do *Slow Food* tem sido largamente ovacionado, em especial no nome do Carlo Petrini. Um líder carismático, que em sua figura catalisou diversos processos da organização e materializou um certo “personalismo” do *Slow Food* (OLIVEIRA, 2020). Em 2008, pelo seu trabalho no *Slow Food*, Petrini foi listado pelo jornal inglês *The Guardian* como uma das 50 pessoas que podem salvar o planeta. O único, aliás, que foi descrito pelo jornal como um “ativista alimentar” no elenco divulgado naquele ano. Por diversas vezes, a atuação do *Slow Food* e de Petrini foram reconhecidas por organizações internacionais, como a ONU. Em 2013, Petrini recebeu o prêmio ambiental da ONU “Campeões da Terra” pelo seu trabalho revolucionário a frente do *Slow Food*. Em 2013, o Papa Francisco enviou uma carta à Petrini com as suas bênçãos ao *Slow Food* e *Terra Madre* (ver mais em PETRINI; PADOVANI, 2016). Em 2016, foi nomeado Embaixador Especial da FAO na Europa pela estratégia Fome Zero, com intuito de garantir, nas palavras da própria organização, “uma melhor compreensão da visão da FAO de um mundo livre de fome e má nutrição, no qual a alimentação e a agricultura contribuam para melhorar os meios de subsistência, especialmente das pessoas pobres*” (FAO, 2016).

Aos longos dos anos, o *Slow Food* atraiu para personagens importantes, das mais diferentes áreas, para ocuparem cadeiras na associação internacional e como convidados seus eventos realizados na Itália. Vandana Shiva, cientista e ecofeminista indiana, e Alice Waters, chef de cozinha estadunidense, foram vice-presidentes do *Slow Food* Internacional.

Personalidades internacionais como o monarca inglês, Charles III e José Graziano da Silva, Diretor General da FAO (2012-2019) foram presenças ilustres durante diferentes edições do *Terra Madre*. Entre os convidados, participaram também do *Terra Madre* representantes do governo italiano de diferentes instâncias, dentre eles Presidentes da República; o Ministros das pastas relacionadas à alimentação e agricultura; Presidentes da Região Piemonte e Prefeitos da cidade de Turim.

Alguns autores o consideram como “um dos movimentos políticos mais significantes dos tempos modernos” (ANDREWS, 2008, p. 5). O próprio movimento se reivindica como “o” movimento alimentar, como proferiu a presidente do *Slow Food* Itália, Barbara Nappini, durante o X Congresso Nacional, realizado em 2021 em Genova. Ademais, como discutimos a seguir, é um dos coletivos mais frequentemente citados na literatura quando o assunto são os ativismos alimentares.

2.2.2 MST e *Slow Food* nas agendas de pesquisa acadêmica

Do ponto de vista acadêmico, observamos que as agendas de pesquisa acadêmica sobre estes dois movimentos são bastante distintas.

O MST é largamente estudado no contexto brasileiro, com publicações acadêmicas importantes já nos anos de 1990, como os trabalhos seminais de Fernandes (1992; 1994; 1999) e com o esforço de criação de agendas de pesquisa em colaboração entre pesquisadores e representantes do MST, desde 1998, quando foi realizado o I Encontro dos Pesquisadores do MST³⁷. Tivemos acesso, por exemplo, a uma dessas agendas de pesquisa em colaboração, elaborada nos anos 2000, que dispunha de sete áreas de concentração, a saber: i) educação e formação; ii) estratégias de construção do sistema cooperativista dos assentados; iii) direito e questão agrária; iv) organicidade do MST; v) desenvolvimento humano; vi) história e geografia camponesa e vii) cultura (*Agenda de Pesquisa do MST*, 2000). De acordo com Fernandes (2001), “as áreas de concentração delimitam a extensão máxima das questões que interessam ao MST” (p. 97), servindo “como referência para que o pesquisador escolha seu tema de pesquisa, atendendo a uma ou a mais demandas do Movimento” (p. 103). Como se pode notar, neste período, discussões focadas em alimentação não faziam parte desta agenda colaborativa.

Em 2005, foi criada a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF)³⁸, em Guararema/SP, um importante espaço para a formação de intelectuais e a organicidade do movimento (SILVA, 2005; HEMAIS; QUINTÃO; BARROS, 2024). Em 2013, em ocasião do 2º Encontro Nacional dos Professores Universitários, realizado na ENFF, foi idealizada a Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária (JURA). A partir da articulação entre o MST e diversas universidade e institutos de ensino, a Jornada acontece anualmente por todo o país, a partir do mês de abril, em memória do Massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido em 17 de abril de 1996. Para se ter ideia da magnitude do evento, a JURA de 2024, sob o lema “MST: 40 anos de Luta e Construção!”, reuniu mais de 50 instituições de ensino, centenas de professores universitários e milhares de alunos das cinco regiões do país (Site oficial do MST, 2024, [34]).

³⁷ O I Encontro de Pesquisadores do MST foi realizado no Alojamento Roseli Nunes, em São Paulo, entre 30 out. e 1 nov. 1998, e contou com a participação de pesquisadores e representantes dos diversos setores do MST. A agenda completa de pesquisa, em sua quarta versão, está disponível em Fernandes (2001).

³⁸ A ENFF foi construída pelos Sem Terras em 23 jan. 2005 e batizada em homenagem ao sociólogo e político brasileiro. Hoje, a ENFF é uma referência internacional por promover a união entre prática e teoria política, com convênios com outras instituições de ensino tais como a Universidade Estadual Paulista (Unesp), a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Ver mais: Site oficial do MST, 2020, [13].

Uma revisão integrativa do estado da arte, composta por mais de uma centena de artigos sobre o MST, disponíveis na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e no Banco de Periódicos CAPES, demonstrou que nos dias mais recentes o corpo de publicações sobre o movimento versa, especialmente, sobre a organização política, a reforma agrária, a saúde e a educação no campo (BARROS; TEIXEIRA, 2018).

Entre as obras de autoria de lideranças do movimento, vale citar a coleção ampla e longeva “Questão Agrária no Brasil”, que denota o foco do MST nesta questão. No total, são dez volumes organizados por João Pedro Stédile e publicados desde 2011 pela editora Expressão Popular³⁹. A única exceção é o volume de número 10, publicado em 2022, o mais recente até agora, organizado por Adalberto Floriano Greco Martins.

Algumas especificidades das pesquisas acadêmicas sobre o MST e os mundos da crítica em torno da alimentação merecem ser destacadas. Na maior parte das publicações acadêmicas, quando os temas alimentares aparecem, eles ficam frequentemente restritos as análises sobre as condições de vida e saúde dos Sem Terras (LANG; ALMEIDA; TADDEI, 2011; RUCKERT; GAIA, 2014), ou aos aspectos específicos da produção de alimentos (HOYOS, 2015; SILVA, 2015). De forma inusitada, parte das publicações emergentes que discutem as novas compreensões de reforma agrária defendidas pelo MST abordando a questão alimentar foram publicadas em língua inglesa por pesquisadores brasileiros, que são algumas das referências em estudos sobre o MST (LERRER; MEDEIROS, 2014; FERNANDES, 2022). De modo geral, pode-se dizer que noções como ativismos e movimentos alimentares não são parte das agendas de pesquisa, sejam elas colaborativas ou apenas acadêmicas, salvo raras e recentes exceções (CARVALHO *et al* 2022b; PORTILHO, 2020)⁴⁰. Nos últimos anos, chama a atenção também o acúmulo de estudos focados nas ações de solidariedade, mais especificamente de distribuição de alimentos, realizadas pelo MST e outros movimentos sociais durante a pandemia de covid-19 (CARVALHO *et al*, 2022a; LAURENTINO *et al*, 2022; JORGE; MACHADO, 2023; SILVEIRA, 2022).

No que se refere ao *Slow Food*, alguns autores consideram que a grande proeminência internacional deste movimento demorou a se refletir nas pesquisas acadêmicas. Sassateli e Davolio (2010, p. 207) apontam que, de forma geral, “depois de um longo silêncio na comunidade científica, o interesse pelo *Slow Food* surgiu nos últimos anos, especialmente entre geógrafos, sociólogos, economistas e cientistas políticos, em parte por causa de sua complexidade*”. Exemplo disso é que o estudo mais antigo que encontramos data do início dos anos 2000 (LEITCH, 2000), ou seja, quase uma década e meia após a fundação do *Slow Food*. Já no contexto da pós-graduação brasileira, pesquisas pioneiras sobre este movimento foram realizadas a partir de 2014 (OLIVEIRA, 2014; NASCIMENTO, 2014). Nesta cadeia de eventos, vale mencionar a criação da *Università di Scienze Gastronomiche* (UNISG), em 2004, responsável por fomentar a formação de intelectuais orgânicos, bem como o papel que a Editora *Slow Food* teve na difusão da mensagem do movimento. Criada em 1990, a editora possui, nos

³⁹ Fundada em 1999 por grupos engajados na campanha de construção da ENFF, a editora Expressão Popular é focada na formação de militantes. Hoje, se posiciona como uma facilitadora de acesso ao conhecimento, mantendo os livros a preços acessíveis e com forte relação com o MST e suas causas. Ver mais em: Site oficial do MST, 2024 [33].

⁴⁰ Uma destas exceções é o estudo de Portilho (2020) sobre ativismo alimentar e consumo político no Brasil, que analisa como um dos casos o MST. Além disso, o artigo recente de Carvalho *et al* (2022) reflete sobre as respostas dos movimentos sociais à pandemia covid-19, com foco no MST e em outros ativismos em torno da alimentação, citando as reflexões de Portilho (2020). Muñoz e Niederle (2022) analisam o MST, entre outros movimentos e iniciativas, em termos de “ativismo político” (sem citar a categoria ativismo alimentar) para a construção de novos mercados alimentares.

dias de hoje, um catálogo composto por mais de 450 obras, dentre elas publicações de autoria de lideranças do movimento, como Carlo Petrini e Barbara Nappini⁴¹.

No âmbito acadêmico, o *Slow Food* é reconhecido um ator importante na (re)modelação da política contemporânea dos alimentos (*contemporary food politics*) (DAVOLIO; SASSATELI, 2014). Ao contrário do MST, o *Slow Food* é um movimento que faz uso das noções de ativismo e movimento alimentar em suas narrativas e tem suas ações frequentemente discutidas nestes termos pela literatura acadêmica. Dentro da seara específica de estudos que se dedicam aos ativismos e movimentos alimentares, o *Slow Food* é um dos movimentos mais frequentemente citados e analisados, seja por pesquisadores no Brasil (AZEVEDO, 2017; BIROCHI *et al*, 2009; GENTILE, 2016; LEAL; RIEDMANN; TRUTA, 2023; MUÑOZ *et al*, 2024; NASCIMENTO, 2014; OLIVEIRA, 2014; 2020; PORTILHO, 2020; RIBEIRO, 2019), seja em outras partes do mundo (ANDREWS, 2008; ALKON; GUTHMAN, 2017; COUNIHAN, 2019; 2020; 2021; COUNIHAN; SINISCALCHI, 2014; DAVOLIO; SASSATELI, 2014; FONTE, 2006; LEITCH, 2000; 2003; MIELE; MURDOCH, 2003; MIGLIORINI *et al*, 2010; POLLAN, 2010; SINISCALCHI, 2013; 2014; 2019; 2020; 2023; dentre outros).

Como é possível apreender desta reflexão sobre as agendas de pesquisa que envolvem estes dois movimentos, eles não são casos de estudo quem em geral são analisados em conjunto, provavelmente pelos fatores distintos que motivaram a sua fundação em meados da década de 1980 e a definição das pautas que compuseram as suas agendas políticas em suas primeiras décadas de atuação (Capítulo III, seção 3.1). Por conta de suas especificidades, no escopo deste estudo sugerimos, então, que MST e *Slow Food* sejam apreendidos como casos críticos⁴² (SNOW; TROM, 2002), analisados lado a lado por compartilhar de uma familiaridade com um certo fenômeno social, porém com questões empíricas e teóricas relevantes que o tornam ideais para pensar suas particularidades. Neste estudo, os aproximamos considerando as contestações alimentares justificadas (Capítulo I, seção 1.2), que ocupam com destaque a agenda política de ambos os movimentos nos anos mais recentes.

Em cada um de seus contextos nacionais, estes movimentos são vozes eloquentes que disputam, ao seu modo, a arena dos ativismos alimentares. Como analisaremos nesta tese, o contexto histórico e as trajetórias de suas contestações se distinguem, com a presença, com maior ou menor intensidade, da questão da colonial (Capítulo IV, seção 4.1), e das críticas do tipo ético e/ou estético (Capítulo IV, seção 4.2).

Sendo assim, consideramos que promover um diálogo acadêmico entre MST e *Slow Food* no que se refere aos ativismos alimentares, além de possível, é necessário. Como certamente argumenta Connell (2020, p. viii), uma maior representatividade de experiências e reflexões do Sul na literatura acadêmica é essencial para que a comunidade científica passe a discutir “a partir do Sul”, e não apenas “sobre” ele (*to learn from, not just about*), o que parece ser primordial para o avanço das pesquisas dedicadas aos ativismos e movimentos alimentares.

⁴¹ <https://www.slowfoodeditore.it/it/> Acesso em: 1 dez. 2024.

⁴² Os demais tipos de casos de estudo compilados e sugeridos por Snow e Trom (2002) são os seguintes: i) casos representativos (unidos pela sua relativa tipicidade e normalidade); ii) casos desviantes (marcados pela exceção aos padrões), e iii) casos extremos/únicos (demarcados pela sua singularidade, não podendo ser facilmente comparados a outros casos).

2.2.3 A convivência dos mundos, o exercício comparativo e as novidades do ponto de vista analítico

Uma gama de estudos comparativos – alguns deles, inclusive, possuem como foco de análise um dos dois coletivos estudados nesta pesquisa, MST e *Slow Food* (GENTILE, 2016; MIELE; MURDOCH, 2003; MOTTA, 2023; ROSA, 2012; WILK, 2006)⁴³, mostram como o exercício comparativo é rico por não se restringir à compreensão de quadros culturais singulares, uma vez que a atenção é dirigida para as gramáticas que podem conviver em diferentes mundos e culturas de forma dinâmica e plural.

Estudos comparativos focados no *Slow Food* possuem temáticas variadas. Eles propõem contraposições entre *fast* e *slow food* (GRASSENI, 2005; GUTHMAN, 2003; MIELE; MURDOCH, 2003; MINTZ, 2006; OLIVEIRA, 2020; SINISCALCHI, 2013; WILK, 2006), examinam as transformações deste movimento após sua internacionalização, comparando, por exemplo, sua atuação na Itália e no Brasil (GENTILE, 2016) e o analisam face a outras redes focadas em circuitos curtos de comercialização, a saber comparando-o com os grupos italianos *Genuino Clandestino*⁴⁴ e *Coldiretti*⁴⁵ (MUÑOZ *et al*, 2024).

Algumas das análises comparadas que incluem o caso do MST propuseram diferenciações nos sentidos de ser um “sem-terra” entre diferentes movimentos sociais. Há estudos que confrontaram o MST no Brasil e o *Landless People’s Movement*⁴⁶ (LPM) da África do Sul (ROSA, 2012). Outros que analisaram os mercados alimentares, comparando MST com outras organizações das agriculturas familiares e camponesas no Chile (MUÑOZ, 2019). E ainda investigações sobre como os ativismos rurais no Brasil reagiram à pandemia da covid-19, reunindo ações realizadas por MST, MPA, Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag), e Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil (Contraf-Brasil) (CARVALHO *et al*, 2022b).

Uma análise das diversas vertentes ativistas ligadas às desigualdades alimentares evidencia como o estudo da heterogeneidade de movimentos sociais e iniciativas ao redor do globo relacionada à alimentação oferece uma perspectiva analítica produtiva para pensar as transformações sociais (MOTTA, 2023). Para Motta (2023), são os movimentos sociais, em sua diversidade, que identificam injustiças e dinâmicas de desigualdade no sistema alimentar e se engajam ativamente na sua transformação.

Estes são somente alguns exemplos de análises comparativas que apontam para o fato de que, parafraseando Rosa (2012), um olhar para as especificidades não serve apenas para afastar e diferenciar os objetos comparados, mas também para gerar obstáculos epistemológicos estimulantes para as Ciências Sociais.

⁴³ Alguns estudos comparativos que merecem ser citados tratam do consumo ético no Brasil e no Chile (ARIZTIA *et al*, 2013; 2016) e do consumo contestatório vegano no Brasil e no Canadá (COLOMÉ, 2018).

⁴⁴ Criado em 2010 na Itália, *Genuino Clandestino* se define como um movimento de identidade intencionalmente indefinida. O movimento reúne redes territoriais de agricultores, artesãos, estudantes, trabalhadores de comunidades rurais e cidades metropolitanas, *chefs*, ativistas políticos, pessoas e famílias que fazem compras em mercados clandestinos, lutando pela autodeterminação e soberania alimentar. Disponível em: <https://genuinoclandestino.it/> Acesso em: 1 dez. 2024.

⁴⁵ Fundada em 1944 na Itália, a *Confederazione Nazionale Coltivatori Diretti – Coldiretti* (Confederação Nacional de Produtores Diretos, em tradução livre) se autodenomina como a principal organização agrária da Itália e da Europa, reunindo mais de 1,5 milhão de membros do setor agrícola e de pesca. Disponível em: <https://www.coldiretti.it/> Acesso em: 1 dez. 2024.

⁴⁶ Constituído em 2001 na África do Sul, o LPM surge após o *apartheid* pela reivindicação da redistribuição terra agriculturável do país entre a população negra. Ver mais em Rosa (2008; 2012).

Nesta seara, para nós, as novidades e os desafios do ponto de vista analítico são principalmente dois. Em primeiro lugar, está a possibilidade de contribuir para as reflexões que analisem de forma simétrica os ativismos e movimentos alimentares do Sul e do Norte Global. E em segundo lugar, figura a possibilidade de contribuir para o incremento de estudos, em número ainda limitado, que consideram os temas alimentares como parte da agenda de lutas de movimentos sociais brasileiros, como o MST. Ainda que os movimentos sociais do Sul Global, bem como grande parte dos pesquisadores desta região, não se reportem à noção de ativismo alimentar e aos processos de politização do consumo, pesquisas indicam que este é um processo em curso e que merece ser mais visitado pelas Ciências Sociais (MICHELETTI; STOLLE, 2015), em especial no que tange às particularidades latino-americanas quando comparadas à expressiva porção de estudos centrados na Europa e nos Estados Unidos (PORTILHO, 2020).

Aqui a nossa pesquisa se limita a instância macro de análise (SNOW; TROM, 2002). Em linhas largas, a nossa proposta consiste em analisar e sistematizar as narrativas contestatórias que compõem a agenda política do MST no Brasil *vis-à-vis* aquelas do *Slow Food* na Itália, localizando-as de modo cronológico e sociogeopolítico, caracterizando, na medida do possível, as particularidades dos ativismos alimentares do Sul e do Norte Global. Por vezes, com intuito de explicar determinados fenômenos, recorreremos, de forma pontual, as análises de nível meso e micro. A escala macro é definida por Snow e Trom (2002) como aquela que inclui claramente espectros mais amplos, tal como acionada nos estudos focados na natureza da atividade de um movimento em uma determinada sociedade em um dado período de tempo. No nível meso, eles enquadram investigações que englobam as características gerais de um movimento, ou as conexões e/ou criação de entre coletivos. No micro são apontados, como exemplo, os estudos focados nas atividades e processos ligados ao recrutamento e assumpção de novos membros.

A seleção de dois casos de estudo com vistas a extrapolá-los e contextualizá-los em um panorama mais amplo dos ativismos alimentares em diversas partes do mundo pode ser vista, como sugere Snow e Trom (2002), sob a potencialidade de casos do tipo sinédoque ou reveladores. Nesta circunstância, um segmento de um movimento mais amplo é usado para conduzir uma avaliação de um todo. Ao mesmo tempo, os autores recordam que um dos estereótipos e fatores limitantes da estratégia de pesquisa dos estudos de caso é a possibilidade deste não permitir ou dificultar generalizações, a depender de suas variáveis.

Esta contingência dos limites e das potencialidades é definida como uma característica das pesquisas que fazem uso dos estudos de casos, sendo relativizada por Snow e Trom (2002, p. 164) da seguinte maneira: “a relação entre o estudo de caso e a generalização depende do tipo de generalização em questão e do tipo de estudo de caso”. Ciente das limitações aqui expostas, mas também vislumbrando o seu potencial, procuraremos ao longo desta tese por meio da seleção de dois casos críticos circunscritos captar a diversidade das contestações alimentares.

Nesse sentido, Boltanski e Thévenot (2020) enfatizam, em suas formulações sobre as justificações, que o estudo comparativo é capaz de tratar, em um mesmo quadro de análise, diferentes modos de valoração, abrangendo, por exemplo, desde o imperativo técnico, passando por argumentos de ordem estética, até o debate do ponto de vista moral. Comparar é compreendido aqui como uma forma de trazer para o centro da análise a pluralidade de princípios e justificações que atravessam atores, circunstâncias e objetos em ação: material *versus* simbólico, positivo *versus* normativo, realidade *versus* valores, subjetivo *versus* objetivo, singular *versus* coletivo e assim por diante. Este tipo de confrontação, apesar de ser aparentemente caótica, apresenta legitimações sólidas e converge para o cerne de uma mesma contestação, conforme explicam os autores:

Quando se presta atenção ao desenrolar das disputas, vê-se que elas não estão limitadas nem a uma expressão direta de interesses nem a uma confrontação caótica e infinita de visões de mundos heteróclitas competindo em um diálogo de surdos. O desenrolar das disputas, uma vez que elas se afastem da violência, faz, em vez disso, se manifestarem fortes imperativos de busca de argumentos fundamentados, apoiados em evidências sólidas, manifestando assim esforços de convergência no coração mesmo da controvérsia (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2020, p. 100).

Enfim, a comparação entre organizações diferentes, com distintas origens, abrangência e formas de ação, para nomear apenas alguns dos pontos peculiares, não se reduz a uma escolha casual. Para nós, um olhar aprofundado para essas organizações sob as lentes da Teoria da Justificação constitui-se como um esforço de identificação, seja de padrões, seja de diversidade, ou mesmo de interações dos ativismos alimentares enraizados no Sul e no Norte Global. Esta teoria se mostra oportunamente fecunda ao oferecer alguns parâmetros para análises que se desafiam a aproximar e colocar em paralelo realidades distintas, tal como proposto nesta tese. Boltanski e Thévenot (2020, p. 106) sugerem, justamente, que “uma das vantagens desse método é tornar possível uma comparação entre diferentes dispositivos de compromisso apresentados por diferentes organizações e, com isso, respeitar a singularidade de configurações locais ao mesmo tempo em que se enriquece o quadro geral”. Todavia, é preciso reconhecer os limites deste modelo teórico-metodológico, dada sua concentração nos postulados e no contexto do Norte Global, como já mencionado. A inserção de perspectivas do Sul Global, com suas cosmologias, singularidades e casos de estudos pode oferecer ganhos importantes para esta reflexão. Neste sentido, propomos este exercício comparativo e a análise da convivência dos mundos sob as lentes das relações de assimetria entre Sul e Norte Global, acentuando as particularidades geradas a partir destas dinâmicas.

2.2.4 Narrativas contestatórias como objeto de pesquisa

Inicialmente, as discussões sobre alimentação e nutrição se concentravam, e de certo modo se limitavam, em questões relacionadas ao Estado (circunscrita a um conjunto específico de temas, como direitos humanos, desigualdades sociais no acesso à comida, SAN, políticas nutricionais e agrícolas etc.). No entanto, a culminância de uma série de fatores, dentre eles os escândalos alimentares, as controvérsias científicas, a percepção e a publicização de riscos, as ideologias alimentares e os discursos e as práticas de consumo consciente, contribuiu, a partir de meados da década de 90⁴⁷, para deslocar, cada vez mais, o tema da alimentação para o centro dos debates públicos, em uma miríade de espaços para além daqueles institucionais.

Na avaliação de Portilho, Castañeda e Castro (2011, p. 103, grifo nosso) “para além de práticas relacionadas com a satisfação de necessidades nutricionais, modeladas pela cultura e imprescindíveis para a vida e a sobrevivência humanas, o *‘comer’ torna-se também um ato político e ideológico*”. Nos dias de hoje, o conjunto interdisciplinar de reflexões sobre a alimentação é tratado, assim, como campo político em processo de expansão, no qual a comida se constitui como “*um novo objeto político contemporâneo*, já que muitas relações constituídas por e através da sua mediação são também relações de poder, devendo ser analisadas como tal” (PORTILHO; CASTAÑEDA; CASTRO, 2011, p. 101, grifo nosso).

⁴⁷ Como caso paradigmático, é apontado na literatura o escândalo relacionado à doença encefalopatia bovina espongiforme (*Bovine Spongiform Encephalopathy – BSE*), popularmente designada como “doença da vaca louca”, ocorrido na Inglaterra em 1996, que posicionou a alimentação como um campo contestatório importante (LIEN; NERLICH, 2004; PORTILHO; CASTAÑEDA; CASTRO, 2011).

Com efeito, Motta (2023, p. 4) identifica que, no caso específico de análises centradas nas diferentes vertentes de ativismos e na diversidade de movimentos alimentares, “as inovações e mobilizações sociais em torno dos alimentos são um lócus privilegiado para a análise da mudança social, uma vez que os atores nelas envolvidos estão ativamente engajados na transformação das relações alimentares e do sistema alimentar”.

Em um texto mais recente, Portilho (2020, p. 414, grifo nosso) argumenta que as “coisas mundanas, como o arroz-com-feijão de todo dia, e práticas rotineiras, como o comer, tornam-se alvo de múltiplas contestações políticas, tornando-se *objeto de disputas*”.

Os movimentos sociais, por meio de suas narrativas (POLLETTA; GARDNER, 2014), são agentes construtores de uma nova ordem social, isto é, impulsionadores de inovações e mudanças sociais. De acordo com Motta (2023), a atuação dos movimentos sociais, em especial os movimentos alimentares, oferece uma lente analítica produtiva para observar a mudança social, já que identificam injustiças e dinâmicas de desigualdades no sistema alimentar, ao mesmo tempo em que se encontram ativamente engajados em transformá-los. Contudo, é essencial que eles não sejam compreendidos como unidades analíticas fechadas.

Uma possibilidade é analisá-los ontologicamente como coletivos que se constroem de modo contínuo, heterogêneo e instável, em resposta a condições contextuais. Rosa, Penna e Carvalho (2020, p. 510) partem, por exemplo, de uma definição ontológica de movimentos sociais, a qual compreende que sua “existência é marcada por contínuos agenciamentos de elementos heterogêneos e instáveis no fazer político”, pois quando observados de perto e ao longo do tempo, nota-se que eles que nem sempre são coesos e estáveis e não se restringem às categorias analíticas com as quais tentamos analisá-los.

Neste caso, caberia, então, às pesquisas observar as construções contínuas de coletivos contingentes às associações contextuais com as quais elas se formam. Como afirma Latour (2012, p. 44), “a tarefa de definir e ordenar o social deve ser deixadas aos próprios atores, não ao analista”. Neste quadro, a Teoria da Justificação possibilita rastrear as conexões entre as próprias controvérsias, não sendo parte dos objetivos da teoria resolvê-las. Este tipo de proposta se alicerça na compreensão de quais elementos, agenciados de forma específica e descritível, permitem que as coisas tomem os cursos que normalmente observamos e analisamos. Partindo das reflexões de Latour (2012), Rosa, Penna e Carvalho (2020) sugerem como uma das estratégias metodológicas o mapeamento de controvérsias:

Controvérsias ou disputas públicas são objetos de pesquisa interessantes porque nelas as pessoas e os coletivos buscam se situar, trazem argumentos e provas para justificar a sua posição, expõem posicionamentos que nem sempre estariam explícitos em situações estabilizadas ou pacificadas (ROSA; PENNA; CARVALHO, 2020, p. 504).

Seguir as narrativas das disputas é um caminho para o uso da Teoria da Justificação nas análises dedicadas aos movimentos sociais. Aqui fazemos uso de uma metáfora de Latour (2012) que nos parece deveras oportuna: esta pesquisa será alimentada pelas controvérsias. Segundo o autor, os pesquisadores que queiram rastrear “relações mais sólidas e descobrir padrões mais reveladores” imersos em um meio de “vínculos entre quadros de referências instáveis e mutáveis” terão que se submeter a uma “estranha dieta: irão se alimentar de controvérsias sobre a constituição do social” (LATOUR, 2012, p. 45, 47). Este tipo de análise possibilita também, de acordo com Rosa, Penna e Carvalho (2020), demonstrar que a atuação dos movimentos sociais no espaço público é proporcional aos elementos que as organizações dispõem para se associar as controvérsias (ROSA; PENNA; CARVALHO, 2020).

De modo abrangente, as narrativas podem ser apreendidas como formas de discurso, veículos de ideologia e/ou elementos dos enquadramentos de ação coletiva, mas, diferentes destes últimos, frequentemente as narrativas podem ser identificadas com facilidade num pedaço de texto ou de discurso (POLLETTA; GARDNER, 2014), lente que consideramos adequada para uma análise documental. Conforme argumentam Polletta e Gardner (2014, p. 18), as narrativas se diferenciam das noções dos enquadramentos (*frames*), ideologias e discursos, por ser além de um conceito acadêmico, um conceito popular (*folk concept*). Já a concepção de crítica e contestação alimentar é emprestada dos pressupostos da Teoria da Justificação. Consideramos que em situações de disputas e desacordos, os movimentos sociais sob análise mobilizam críticas e contestações justificadas, analisadas aqui enquanto equívocos, controvérsias e/ou ruídos (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2020) – como descrito em mais detalhes no Capítulo I.

Destarte, interessa mais especificamente identificar quais são as pluralidades de narrativas contestatórias em torno da alimentação que, ao longo dos anos, vêm ganhando tração nas agendas políticas do MST e do *Slow Food*, e que têm disputado espaço no debate alimentar no Brasil e na Itália.

As narrativas são um recurso crucial para os ativistas através das quais eles expressam e fazem ecoar suas reivindicações. As histórias transformam uma série de eventos distintos em um todo, este em contínua evolução. Elas ligam o passado, o presente e o futuro e conferem aos eventos um significado moral e uma carga emocional. Elas são, nesse sentido, estratégicas. Os ativistas se utilizam de histórias para mobilizar participantes, recrutar novos apoiadores e influenciar os tomadores de decisão (POLLETTA; GARDNER, 2014).

A efetividade das narrativas está relacionada à sua forma e conteúdo, e de igual forma ao contexto no qual as histórias se apresentam. Cada narrativa se encontra imersa em um pano de fundo cultural composto pelo conjunto de normas, crenças, suposições e emoções. As histórias de fundo ajudam a determinar se as afirmações dos ativistas são tratadas como plausíveis ou exageradas, como moralmente convincentes ou triviais, como coerentes ou absurdas. Estas histórias são importantes também porque, na medida em que sustentam a elaboração de políticas, geram vantagens para alguns grupos e não para outros. Mudar essas histórias mais profundas pode ser considerado como um objetivo e uma medida do sucesso da atuação de coletivos organizados (POLLETTA; GARDNER, 2014).

No entanto, a proposta de seguir as narrativas contestatórias de caráter público apresenta também limitações. Muitas vezes, as narrativas que veem a público são resultado de processos de longo prazo que podem ser controversos e polêmicos, cujas nuances não são necessariamente perceptíveis na versão final apresentada. Elas podem obscurecer as diferenças e desavenças internas aos grupos ativistas. Podem também amalgamar fatos que vieram antes e depois de um determinado desenvolvimento, não permitindo, por exemplo, identificar causas de efeitos (POLLETTA; GARDNER, 2014).

Rosa, Penna e Carvalho (2020, p. 507) sublinham, neste sentido, que “a compreensão da heterogeneidade do Estado e da sociedade civil é parte importante da literatura sobre ativismo político contemporâneo na América Latina”. Esta heterogeneidade pode ser compreendida para além da diversidade de perfis e de formatos interativos das organizações. Nos termos dos autores:

Nossas pesquisas entendem esse conceito [a heterogeneidade] para além da consequência empírica da pluralidade das interações, mas relacionado à formação e existência dos atores coletivos, à sua ontologia. Ela se refere à forma como entendemos a composição destes atores por meio das contínuas e desiguais

associações que estabelecem interna e externamente (ROSA; PENNA; CARVALHO, 2020, p. 507).

Entender a composição de autores por meio de associações contínuas e desiguais que eles estabelecem interna e externamente nos parece, assim, uma tarefa complementar à investigação sociológica centrada nas justificações e narrativas. Com efeito, admitir a impossibilidade de tomar os movimentos sociais como unidades analíticas fechadas, tendo como ponto de partida uma definição ontológica de movimentos como coletivos cuja existência é marcada por agenciamentos de elementos e narrativas heterogêneos e instáveis, se traduz no reconhecimento da parcialidade e do limite empírico de nossa pesquisa. Seguimos a provocação de Rosa, Penna e Carvalho (2020) que, apoiados nas considerações de Law (2004), nos advertem que, enquanto pesquisadores, somos capazes de descrever as articulações que foram possíveis traçar em nossas pesquisas, sendo preciso, ainda, admitir que nossos objetos de pesquisa não se reduzem somente àquilo. Nossas pesquisas e seus objetos são, assim, mais bem compreendidos como prescrições situadas nos efeitos políticos de conjuntos parciais de conexões limitadas no tempo e no espaço.

Nesse sentido, as narrativas em torno das contestações alimentares, permeadas e forjadas pela instabilidade e pela heterogeneidade vivenciadas pelo MST no Brasil e pelo *Slow Food* na Itália, foram elegidas como o objeto desta pesquisa, a ser examinada na análise documental descrita a seguir.

2.3 Análise Documental: Provas das Disputas Históricas e Públicas

De acordo com Snow e Trom (2002), os estudos de caso possibilitam a triangulação de múltiplos métodos e procedimentos que podem incluir, mas não se limitam, as técnicas qualitativas. Unir métodos e procedimentos leva a múltiplas fontes de evidências. Este compilado pode incluir o emprego de bases de dados, perspectivas teóricas, análises documentais, entre outros.

Nesta tese, somamos à Revisão Teórica e aos arcabouços teórico da Teoria da Justificação e da Teoria do Sul, a análise de uma seleção de documentos históricos e públicos, veiculados por e/ou sobre ambas as organizações.

Nossa preferência foi por documentos internos, ou “nativos”, o que Snow e Trom (2002, p. 151) descrevem como “documentos gerados de modo indígena” (*indigenously generated documents*). Os exemplos apontados pelos autores incluem cartazes, panfletos, revistas e jornais. Outro tipo de fonte, característico das sociedades contemporâneas, e utilizado de forma frequente nas últimas décadas pelos movimentos sob análise, são as narrativas dispostas em meio digital. Aqui levantamos informações preferencialmente em seus sites oficiais, tais como reportagens com trechos de entrevistas, discursos e/ou análises de suas lideranças, publicações sobre os eventos analisados e posicionamentos referentes a diferentes temas de interesse. De modo complementar, quando necessário recorreremos a dados secundários, tal como entrevistas com componentes de ambos os movimentos publicadas pela grande imprensa e/ou em trabalhos acadêmicos.

A seleção de documentos considerou que nossa pesquisa se limita à instância macro de análise, discutindo em linhas largas como, ao longo do tempo e no contexto de seus países de origem, MST e *Slow Food* mobilizam o tema da alimentação em narrativas contestatórias nas arenas públicas. Além disso, o trabalho lançou mão desta escala de análise com vistas a discutir características que possam associadas às particularidades dos ativismos alimentares do Sul e do Norte Global. Tendo como base a Teoria da Justificação, focalizamos a análises nas provas

acionadas por MST e *Slow Food* para associar suas narrativas a determinados mundos. Entretanto, cabe destacar que a adoção de multiperspectivas (*multiperspectival orientation*), como denominado por Snow e Trom (2002), apresenta limitações. Uma delas diz respeito ao fato de que este tipo de análise macroscópica, com incursões pontuais nos níveis meso e micro, é pouco sensível a perspectivas de outros atores e campos.

A seguir, estão dispostos em mais detalhes os documentos consultados e analisados, categorizados em dois grandes grupos. O primeiro agrupamento comporta uma seleção de publicações internas, que foram avaliadas de forma sistemática; já o segundo refere-se a uma seleção heterogênea de materiais disponibilizados nos canais de comunicação dos movimentos e/ou por outros pesquisadores, reunidos ao longo desta pesquisa:

1. Publicações internas e periódicas, em especial uma seleção de edições *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* (JST) e da revista *Slowfood* (SF); e
2. Compilado heterogêneo de materiais, como manifestos, cartas, posicionamentos, balanços, programas políticos, entrevistas, livros, etc.

Ambos os grupos reúnem documentos históricos que denotam o caráter longitudinal deste estudo, com um arco temporal de quatro décadas, abrangendo materiais referentes ao período de constituição dos movimentos em questão, em meados da década de 1980, até documentos recentes publicados durante a formulação desta tese. Conforme afirmam Snow e Trom (2002), a investigação situada no tempo e no espaço permite um monitoramento do processo social. Isto abre margem para pensarmos também nas transformações das agendas políticas destes movimentos, o que faz parte dos objetivos específicos desta pesquisa. Além disso, pesquisas baseadas em estudo(s) de caso(s) permitem “entender e iluminar como ações, eventos e/ou processos são produzidos e reproduzidos ou transformados, examinando as interações em curso com outros elementos, dado um contexto particular” (SNOW; ANDERSON, 1991, p. 153 *apud* SNOW; TROM, 2002).

A análise documental se concentrou em documentos referentes a diferentes edições de dois tipos de eventos organizados de forma periódica, em escala nacional e com grande abrangência de público: os congressos e as feiras de alimentos (Tabela 1).

Tabela 1. Distribuição de Congressos e Feiras Nacionais realizados pelo MST no Brasil e *Slow Food* na Itália, 1985-2024.

Movimento e seus eventos	Edições	Período	Público
MST (Brasil)			
Congressos Nacionais	6 edições	1985 a 2014	1.500 a 6.000 delegados
Feira Nacional da Reforma Agrária	3 edições	2015 a 2023	150 mil a 320 mil pessoas
<i>Slow Food</i> (Itália)			
Congressos Nacionais	10 edições	1986 a 2021	20 a 770 delegados
<i>Terra Madre Salone del Gusto</i>	6 edições	2012 a 2024	220 mil a 1 milhão de pessoas

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados disponibilizados pelas respectivas organizações.

Os congressos congregam, desde a década de 1980, participantes diretos da organização – os Sem Terras do MST e os sócios delegados do *Slow Food*. A “Feira Nacional da Reforma

Agrária” do MST, e o “*Terra Madre Salone del Gusto*” do *Slow Food*, são eventos abertos ao público, realizados em parques urbanos, dedicados, entre outras atividades, à comercialização de alimentos e refeições.

2.3.1 Congressos Nacionais

Após o período de gestação e formação, transcorrido em especial nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, entre o fim de 1970 até meados da década de 1980, o MST se consolidou paulatinamente em todas as regiões do país, assumindo-se, após o I Congresso Nacional, como uma organização de caráter nacional (FERNANDES, 2000).

A primeira edição do Congresso Nacional do MST ocorreu em Curitiba/PR, em 1985. De acordo com as informações divulgadas pelo o MST, o evento reuniu 1.500 trabalhadores rurais dos diferentes estados brasileiros⁴⁸, configurando-se, na época, como o maior congresso sobre o tema e um marco da luta pela terra no Brasil (Figura 6).

Figura 6. “O maior Congresso pela terra”, *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, MST, Brasil, 1985.



Fonte: JST, 1985, n. 42, p. 4.

Os Congressos Nacionais circunscreveram a história do MST. Elementos do primeiro evento estão ainda presentes nos dias atuais, tal como a ilustração do cartaz de divulgação da primeira edição (Figura 7), que posteriormente inspirou a imagem presente na bandeira do movimento (ver Figura 4). Conforme conta João Pedro Stédile, um dos dirigentes nacionais do MST: “no I Congresso Nacional, em 1985, aquele casal, com um facão erguido, impregnou na turma. É uma marca muito bonita” (STÉDILE; FERNANDES, 2012, p. 135).

⁴⁸ Caldart (2000) descreve a presença de trabalhadores de 16 estados brasileiros: RS, SC, PR, SP, MS, RJ, MG, ES, BA, SE, PB, PI, MA, PA, GO e RO. No final do I Congresso Nacional foi eleita a Coordenação Nacional, com representantes dos 12 estados, onde o MST já estava organizado ou em processo de organização: RS, SC, PR, SP, MS, MG, ES, RJ, BA, SE, MA e RO. Ver mais em: Caldart (2004) e Fernandes (2000).

Figura 7. Cartaz I Congresso Nacional do MST, Curitiba/PR, Brasil, 1985.



Fonte: JST, n. 42, 1985.

Se em 1985, por ocasião do I Congresso Nacional, o MST passou a se organizar nacionalmente, Fernandes (2013) explica que a segunda edição, que ocorreu em 1990 em Brasília, marcou o momento de institucionalização do coletivo. Foi nesse período que as estruturas organizacionais e representativas do MST se estabeleceram, consolidaram e expandiram, sem mudanças substanciais desde então.

Os Congressos Nacionais são a instância máxima de decisão do MST, como afirmado já em 1990, na edição 93 do JST publicada em 1990, e ainda retomado nos tempos mais recentes. Em 2024, em fase de organização e divulgação da sétima edição⁴⁹, Franqueline Terto, do Setor de Formação do MST, reafirmou que o Congresso Nacional é a “maior instância político-organizativa” do MST.

Sendo assim, os Congressos Nacionais estão para além de um mero evento. Eles são um momento de encontro para avaliar e estudar “a situação da agricultura, a conjuntura política e os desafios do povo brasileiro para construir uma nação socialmente justa e soberana” (JST, 2007, n. 273, p. 2). Sob a perspectiva da agenda política do MST, os Congressos Nacionais são “um importante momento de reflexão e análise de ações do Movimento nos últimos anos e também de traçar perspectivas e estratégias de luta para o próximo período” (JST, 2007, n. 269, p. 9), sendo o resultado de um processo mais amplo de formação política que envolve desde a preparação, passando pela sua realização, até a definição das linhas políticas e dos compromissos futuros. Para além desses objetivos, o movimento ressalta que cada Congresso Nacional foi e é uma oportunidade de confraternização entre seus milhares de militantes e de construção de diálogo com a sociedade sobre os pontos de luta defendidos pelo MST, como aponta o trecho a seguir, retirado do JST, sem autoria específica, publicado após o V Congresso Nacional:

⁴⁹ Divulgação do VII Congresso Nacional, 3 abr. 2024. Disponível em: https://www.instagram.com/mstalagoas/p/C5T5FnXp5ll/?img_index=1 Acesso em: 1 dez. 2024.

[O Congresso Nacional] também demonstra para a sociedade a importância da Reforma Agrária e da capacidade de organização do Movimento.

Mas o Congresso também é a hora em que a militância Sem Terra se confraterniza, troca experiências e recarrega suas energias para seguir firme na luta pela democratização da terra e por um modelo alternativo de sociedade (Matéria do *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, 2007, n. 269, p. 9).

Na *Carta de Balanço Político do III Congresso Nacional* (1995), João Pedro Stédile sumariza o escopo que norteou o MST e seus congressos em “cinco objetivos básicos”, reproduzidos na íntegra a seguir:

- Levar a reforma agrária para a opinião pública brasileira;
- Apresentar as nossas reivindicações ao governo federal;
- Definir nossas prioridades de ação;
- Ser um espaço de formação política massiva; e
- Ser um espaço de confraternização da militância de todo o Brasil.

A grandiosidade dos congressos nacionais do MST foi reafirmada ao longo dos anos. Em suas diferentes edições, o público aumentou em mais de 10 vezes, alargando-se em número de Sem Terras e representantes de outras organizações aliadas ao movimento⁵⁰, e passando a incluir crianças, os Sem Terrinha, os quias, a partir de 2007, com o V Congresso Nacional ganharam um espaço específico no evento⁵¹ (Tabela 2).

⁵⁰ Nas edições mais recentes, os Congressos Nacionais receberam mais de centenas de convidados internacionais. Em 2007, foram 181 convidados internacionais, representando 21 organizações camponesas de 31 países. Em 2014, foram mais de 250 convidados internacionais. Ver mais em: *Carta do V Congresso Nacional* (2007) e Site oficial do MST [4].

⁵¹ A título de curiosidade, em 2007, foi lançado também o *Jornal das Crianças Sem Terrinha*. Em 2018, foi realizado o I Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha, que reuniu mais de mil crianças em Brasília/DF. Para mais reflexões sobre os Sem Terrinhas, ver Barros (2013).

Tabela 2. Congressos Nacionais do MST, seus locais de realização, lemas e estimativas de público, Brasil, 1985-2014.

Edição	Data	Local	Lemas	Público
1ª	29 a 31 jan. 1985	Curitiba/PR	Terra para quem nela trabalha; Sem reforma agrária não há democracia; e Ocupação é a Única Solução ⁵²	1.500 delegados
2ª	3 a 5 abr. 1990	Brasília/DF	Ocupar, resistir e produzir	5.000 delegados
3ª	24 a 27 jul. 1995	Brasília/DF	Reforma agrária: Uma luta de todos!	5.000 delegados
4ª	7 a 11 ago. 2000	Brasília/DF	Por um Brasil sem latifúndio	11.000 delegados
5ª	11 a 15 jun. 2007	Brasília/DF	Reforma Agrária, por Justiça Social e Soberania Popular	18.000 delegados e 1.000 crianças
6ª	10 a 14 fev. 2014	Brasília/DF	Lutar, Construir Reforma Agrária Popular!	16.000 delegados e 1.000 crianças ⁵³

Fonte: JST, 2007, n. 269; JST, 2014, n. 323; Site oficial MST.

Em 2000, na *Carta aos Sem Terra do Brasil*, publicação dedicada a quem não pôde comparecer ao IV Congresso Nacional, o evento foi referido como “o maior congresso dos trabalhadores do campo da história de nosso país” (JST, 2000, n. 203, p. 20). No editorial do JST dedicado à cobertura da quinta edição, o congresso foi descrito “como o maior da história dos camponeses no Brasil”, ele “foi importante para a luta da classe trabalhadora brasileira, não apenas pelo seu número (cerca de 18 mil delegados e mais de mil crianças Sem Terrinha), mas também pela força do debate e da mobilização” (JST, 2007, n. 273, p. 2).

A reunião de milhares de pessoas de todos os cantos do Brasil em um evento para discutir reforma agrária na capital do país é visto também como uma estratégia para disputar espaços e narrativas. Stédile comentou, por exemplo, em entrevista a Bernardo Fernandes, publicada originalmente em 1999, que a passeata organizada em 1995, durante o III Congresso Nacional, corroborou para aumentar a visibilidade do movimento e colocá-lo no “mapa do governo”, que parecia desconsiderar a existência dos sem-terra até então.

Nosso III Congresso Nacional, em Brasília, com aquela passeata de 5 mil pessoas, nos recolocou na imprensa. “Olha, tem sem-terra aí, não vai dizer que esses caras não existem”, dizia a cobertura da imprensa na época. Não é qualquer movimentozinho que faz um Congresso com 5 mil pessoas durante cinco dias (João Pedro Stédile, em entrevista à Bernardo Fernandes, disponível em Stédile e Fernandes [1999]/(2012), p. 135).

Cada edição do evento é organizada em torno de um lema (ver Tabela 2), o qual é descrito como a “síntese das tarefas, desafios e do papel do Movimento no período histórico que se abre depois do congresso” (Site oficial do MST, 2023 [29]). Por este e outros motivos, os Congressos Nacionais são frequentemente apontados como marco em análises sobre o MST

⁵² O I Congresso Nacional não teve um único lema, como os demais. Nos documentos consultados foram encontrados os seguintes lemas: Terra para quem nela trabalha (Cartaz de divulgação, Figura 7); Sem reforma agrária não há democracia (JST, 1985, n. 42; 2007, n. 269); e Ocupação é a Única Solução (Site oficial MST [41]).

⁵³ Nos materiais analisados, foram encontradas estimativas diferentes sobre o público do VI Congresso Nacional, algumas fontes falam em 15 mil delegados e 250 convidados internacionais (*Ibid.* [4]) e outras em mais de 16 mil delegados e entre 700 a 1.000 crianças Sem Terrinha (*Ibid.* [41]). Optamos por reproduzir na Tabela 2 esta segunda informação, a qual inclui o número de Sem Terrinhas presentes.

e suas ações (BARCELLOS, 2010; BORGES, 2007; BORSATTO; SOUZA-ESQUERDO, 2019; COSTA NETO; CANAVASEI, 2002). Após um longo hiato, a sétima edição está programada para julho de 2025⁵⁴.

Do outro lado do Atlântico, o *Slow Food* também organiza Congressos Nacionais na Itália, os quais se constituem o “órgão máximo deliberativo e político”, conforme consta no *Balanco Social* divulgado pela organização em 2021 (Figura 8).

Figura 8. VIII Congresso Nacional *Slow Food*, Riva de Garda, Itália, 2014.



Fonte: Site oficial *Slow Food* [2]

Durante os congressos, realizados em média a cada quatro anos, ocorrem as definições da política associativa, da estratégia e do programa de atividades; as eleições da presidência e da gestão da associação nacional, com renovação dos cargos associativos (tais como, comissão executiva, conselho nacional, conselho de fiadores e conselho fiscal) e eventuais aprovações de alteração estatutária. De 1986 para cá, foram realizadas dez edições em diferentes províncias, a maioria delas transcorrida na região norte da Itália (Tabela 3).

Tabela 3. Congressos Nacionais do *Slow Food* e seus locais de realização (cidade e província), Itália, 1986-2021.

Edição	Data	Cidade e província
1	26 e 27 jul. 1986	Serralunga d'Alba/CN
2	13 a 16 jun. 1991	Perugia/PG
3	29 set. a 2 out. 1994	Terrasini/PA
4	19 a 21 jun. 1998	Rovereto/TN
5	7 a 9 jun. 2002	Riva del Garda/TN
6	9 a 11 jun. 2009	Sanremo/IM
7	14 a 16 maio 2010	Abano Terme/PD
8	9 a 11 maio 2014	Riva del Garda/TN
9	6 a 8 jul. de 2018	Montecatini Terme/PT
10	3 a 4 jul. de 2021	Genova/GE

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados disponíveis em SF (2006, n. 19); Petrini e Padovani (2017); Site oficial *Slow Food* [2; 5-6].

⁵⁴ Inicialmente, a data divulgada para a realização do VII Congresso Nacional era julho de 2024. Após as enchentes que assolaram o Rio Grande do Sul em abril de 2024, o MST decidiu adiar o evento para julho de 2025. Ver mais em: *Carta do MST sobre o adiamento do seu VII Congresso Nacional* (2024).

Os encontros nacionais possuem forte diálogo com os Congressos Internacionais do *Slow Food*, realizados desde 1989. Hoje, são no total oito congressos, a maioria deles ocorridos na Itália, com exceção das edições realizadas no México (6ª edição em Puebla) e na China (7ª edição em Chengdu). A mais recente foi realizada em 2022, na cidade de Pollenzo no norte da Itália, mesma localidade da UNISG. Eventualmente, e quando necessário, citamos, ao longo da nossa argumentação, as moções aprovadas nas edições internacionais.

Na Itália, cada edição, conta com a participação dos delegados nacionais. Em 2021, edição mais recente do evento reuniu 750 delegados, os quais representavam os mais de 20 mil sócios italianos (*Balanzo Social*, 2021 e Site oficial *Slow Food*, 2021 [5-6]).

Assim como para o MST, os Congressos Nacionais do *Slow Food* são o ápice de um processo de encontros e formações anteriores que acontecem ao longo do país. A preparação para o congresso inclui a realização de uma série de eventos locais e regionais, que contribuem para a definição das pautas nacionais.

Em 2021, antes do X Congresso Nacional, foram realizados 13 congressos regionais⁵⁵. e inúmeros encontros locais nas mais de 300 comunidades *Slow Food* da Itália. De acordo com o *Programa de Mandato 2018-2020*, resultado do IX Congresso Nacional, realizado em 2018, as comunidades são os grupos de pessoas que partilham objetivos e ações, e contribuem com a sua adesão como sócios da organização ou com uma ajuda monetária pontual. A título ilustrativo, alguns dos temas trabalhados, em tradução livre⁵⁶, nos últimos anos foram:

- Defenda a comida de verdade com os dentes, no VIII Congresso Nacional em 2014;
- Juntos para compartilhar um futuro melhor, no IX Congresso Nacional em 2018;
- O desafio de um destino comum, em X Congresso Nacional em 2021.

Ao final dos Congressos Nacionais, são apresentados os Programas de Mandatos. Um documento composto pela orientação política e pelo programa de trabalho contextualizado às questões nacionais emergentes no período, bem como a história e as perspectivas futuras do *Slow Food* Itália. Como diz o *Programa de Mandato 2021-2025*, resultado do X Congresso Nacional, sob autoria dos delegados Roberta Billitteri, Giacomo Miola, Barbara Nappini, Raoul Tiraboschi e Federico Varazio, o documento orienta “a operação do *Slow Food*, em termos de conteúdos, campanhas, estratégias políticas, diretrizes de projetos, comunicação, treinamento, ajuda e apoio para encontrar financiamento*”.

O I Congresso Nacional, em 1986, marcou a fundação do *Slow Food* (PETRINI; PADOVANI, 2017). Em 1994, durante o III Congresso Nacional, foi sancionada a sua atuação em nível internacional. Outros projetos importantes ao longo da sua história também tiveram aprovação em congressos nacionais. Alguns exemplos são a aprovação da estratégia de desenvolvimento do projeto Fortalezas, no IV Congresso Nacional, em 1998, e a decisão pela promoção da educação do gosto, e pela defesa da ecogastronomia e da biodiversidade durante o V Congresso Nacional, em 2002 (SF, 2006, n. 19). No *Programa de Mandato 2021-2025*, a organização reafirma a promoção das “redes das redes” representada pelas redes temáticas, que multiplicaram a ideia “slow” para diversos grupos de alimentos: *Slow Beans*, *Slow Mays*, *Slow Olive*, *Slow Bees*, *Slow Grain*, *Slow Cheese*, *Slow Fish*, e a campanha *Slow Meat*.

⁵⁵ Em 2021, os treze congressos regionais foram realizados nas seguintes regiões italianas: Lombardia, Piemonte e Valle d’Aosta, Abruzzo e Molise; Toscana; Basilicata; Emilia Romagna; Lazio; Marche; Friuli Venezia Giulia; Veneto; Calabria; Sicília; Campania; Puglia, Liguria e Umbria; e Sardegna (Site oficial *Slow Food*, 2021 [6]).

⁵⁶ [N.T.] Lemas em italiano: *Difendi il cibo vero coi denti* (2014), *Insieme per condividere un futuro migliore* (2018) e *La sfida di un destino comune* (2021).

A seguir, apresentamos os eventos abertos ao público organizados pelo MST e pelo *Slow Food*.

2.3.2 Feira Nacional da Reforma Agrária do MST e *Terra Madre Salone del Gusto* do *Slow Food*

Ao longo de sua história, o MST tem organizado feiras em centros urbanos de diferentes estados brasileiros, promovendo a venda de alimentos identificados como “da reforma agrária”. No entanto, foi em 2015, que o MST realizou a primeira edição da Feira Nacional da Reforma Agrária, no Parque da Água Branca, no município de São Paulo/SP, que reuniu mais de 800 feirantes Sem Terra de todas as regiões do Brasil, com visitação de cerca de 150 mil pessoas em três dias de evento. As edições subsequentes foram realizadas em 2017, 2018 e 2023, com crescimento de público, de feirantes e de quantidade de alimentos comercializado (Tabela 4).

Tabela 4. Feiras Nacionais da Reforma Agrária e seus números de feirantes, público e alimentos comercializados, São Paulo/SP, Brasil, 2015-2023.

Edição	Data	Feirantes	Público	Alimentos comercializados
1ª	22 a 25 out. 2015	800	150 mil	200 toneladas
2ª	4 a 7 maio de 2017	800	170 mil	280 toneladas
3ª	3 a 6 maio 2018	1.215	260 mil	420 toneladas
4ª	11 a 14 maio 2023	1.700	320 mil	560 toneladas

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados disponíveis no site oficial do MST [5; 7-9; 30]

Para além de ser um espaço de comercialização de alimentos *in natura* e beneficiados, produzidos em assentamentos de reforma agrária do MST, bem como pratos típicos disponíveis na seção “Culinária da Terra”, as Feiras Nacionais da Reforma Agrária contam com programação cultural, além de seminários, oficinas, debates, lançamentos de livros e conferências. Os dados divulgados pelo MST referente à edição mais recente da feira, realizada em 2023, indicam a larga escala e diversidade do evento. Entre os dias 11 e 14 de maio de 2023, foram mais de 320 mil visitantes e 1.700 feirantes de 191 cooperativas, entre os quais circularam mais de 1.730 tipos de produtos, 95 tipos de pratos típicos e 80 mil refeições (Figura 9).

Figura 9. “IV Feira Nacional da Reforma Agrária em números”, São Paulo/SP, Brasil, 2023.



Fonte: MST⁵⁷

Para o MST, as Feiras Nacionais da Reforma Agrária têm se consolidado como oportunidade expressiva de aproximar quem produz de quem consome, criando novos arranjos entre trabalhadores rurais e o meio urbano. Ana Chã, do Setor de Cultura do MST, em entrevista para o jornal *Brasil de Fato* (PAIXÃO, 2018), sobre a III Feira Nacional da Reforma Agrária, examinou:

A Feira da Reforma Agrária tem se caracterizado por ser esse grande espaço entre o mundo rural e o mundo urbano. Nesse sentido, tem a apresentação de uma proposta de reforma agrária que passa necessariamente pela produção de alimentos saudáveis, mas passa também pela construção de novas relações, do contato direto entre quem produz e quem consome (Ana Chã, em entrevista ao *Brasil de Fato*, em 2 abr. 2018).

A organização periódica de feiras em escala nacional em um parque público da maior metrópole do país se provou como um solo fértil para a construção de novas relações entre rural e urbano. Para além da comercialização de alimentos, a proposta do movimento tem sido a construção de um espaço para a realização de debates sobre a ideia de “alimentação saudável”. Para o MST, “a Feira Nacional da Reforma Agrária traz em cada produto, cada marcha, cada ocupação de terra que o Movimento realizou, com o objetivo de construir um modelo de vida digno no campo, com produção de alimentos saudáveis e mais renda para o trabalhador” (Site oficial MST, 2023 [43]).

De forma semelhante, o *Terra Madre Salone del Gusto*, chamado frequentemente apenas como *Terra Madre*, é um dos símbolos do *Slow Food*. Denominado por alguns autores como o “teatro político” da organização (PEACE, 2008), o evento é realizado, a cada dois anos, na cidade de Turim, na região Norte da Itália.

Em duas décadas, desde a sua primeira edição em 2004, o evento cresceu e sofreu diversas modificações, incluindo alterações de formato, lista de convidados, local de realização, volume de público⁵⁸, etc. Uma das transformações mais importantes foi a combinação em 2012

⁵⁷ Disponível em: https://twitter.com/MST_Oficial/status/1657875233175371777 Acesso em: 1 dez. 2024.

⁵⁸ Outras alterações que podem ser citadas são em relação ao local de realização e a gratuidade do evento. Todas as edições foram realizadas na cidade de Turim, porém em locais diferentes. Algumas edições foram realizadas no

do *Terra Madre* ao *Salone Internazionale del Gusto* (evento presente na agenda do movimento desde 1996) em um único evento, sob a nova chancela: *Terra Madre Salone del Gusto*.

A escolha de posicionar a expressão *Terra Madre* no começo do título do evento visou dar maior importância à rede mundial de comunidades dos alimentos do *Slow Food* (PETRINI, 2009). Segundo Roberto Burdese, na época presidente do *Slow Food* Itália⁵⁹, a fusão destes dois eventos exigiu “sobretudo que o *Salone del Gusto* mudasse de pele, para assumir os temas e desafios propostos pela rede mundial de *Terra Madre*” (SF, 2012, n. 53, p. 10). Petrini avalia que por esse motivo 2012 foi um ano de extrema importância para a história de *Slow Food*. Suas palavras resumem o que o *Terra Madre Salone del Gusto* representou para o movimento: “não se trata de uma mudança radical, mas é o cumprimento pleno de uma evolução iniciada no momento de concepção da rede *Terra Madre* e, portanto, se pode dizer, que estava no nosso gene desde o início” (SF, 2012, n. 53, p. 12).

A união desses dois eventos justifica a contagem das edições feita pela organização. No total, são contabilizadas, até o presente momento, 15 edições, incluindo a edição de 2024. As quatro primeiras edições se referem à realização de *Salone Internazionale del Gusto* (1996, 1998, 2000 e 2002); somadas às quatro edições subsequentes do *Terra Madre* (2004, 2006, 2008 e 2010), e, por fim, às edições do *Terra Madre Salone del Gusto*, estas últimas descritas na Tabela 5.

Tabela 5. *Terra Madre Salone del Gusto*, seus lemas, números de delegados, exibidores, público e países participantes, Turim, Itália, 2012-2024.

Edição	Data	Lemas ⁶⁰	Delegados	Exibidores	Público
9 ^a	25 a 29 out. 2012	Alimentos que mudam o mundo ^{a,b}	2.500	1.000	220 mil
10 ^a	23 a 27 out. 2014	Todos a bordo... na Arca do Gosto ^c	4.000	1.200	220 mil
11 ^a	22 a 26 set. 2016	Querer bem à terra ^{d,e}	7.000	1.300	1 milhão
12 ^a	20 a 24 set. 2018	Alimentos para a transformação ^f	7.000	1.000	220 mil
13 ^a	8 out. 2020 a 30 abr. 2021	Comida, planeta, futuro ^f	**	**	285 mil
14 ^a	26 a 30 set. 2022	Alimentos Regeneração ^g	3.000	650	350 mil
15 ^a	26 a 30 set. 2024	Somos natureza ^h	3.000	700	300 mil

Nota: As letras de “a-g” correspondem as referências consultadas, citadas em nota de rodapé⁶¹; **Evento híbrido, com atividades presenciais e digitais, devido à pandemia de covid-19.

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados disponibilizados pelo *Slow Food* e fontes complementares.

Centro de Convenções *Lingotto Fierre*, a antiga fábrica de automóveis da *Fiat* que foi convertida em um dos maiores centros comerciais da italiana, no Parque Valentino em 2016 e, mais recentemente, em 2024, no parque Dora. Em algumas edições, o ingresso de visitantes foi gratuito (dentre elas a edição de 2016, 2022 e 2024). Já em outras edições, (2014, 2018, por exemplo) houve a venda de ingressos, com preços que variavam entre 1 euro para estudantes chegando até a 20 euros para a participação de um dia de evento.

⁵⁹ Roberto Burdese foi presidente do *Slow Food* Itália entre junho de 2006 e maio de 2014 (PETRINI; PADOVANI, 2017, p. 20).

⁶⁰ [N.T.] Os lemas foram traduzidos por nós para o português, a partir das formulações originais, a saber: 9^a) *Cibi che cambiano il mondo*; 10^a) *Tutti a bordo... Sulla arca del gusto*; 11^a) *Voler bene alla terra*; 12^a) *Cibo per il cambiamento*; 13^a) *Cibo, pianeta, futuro*; 14^a) *Food RegenerAction*; e 15^a) *Siamo natura*.

⁶¹ Fontes consultadas: a) *Relatório de Impacto Ambiental Terra Madre Salone del Gusto* (2012); b) *Relatório Terra Madre* (2022); c) *Press Kit Terra Madre* (2014); d) *Relatório de Impacto Ambiental, Econômico e Social Terra Madre Salone del Gusto* (2016); e) *Salone* (2016); f) Site oficial *Slow Food* [4, 8]; g) *Press Kit Terra Madre Salone del Gusto* (2024); h) Site oficial *Terra Madre* 2024. Acesso em: 1 dez. 2024

Com duração média de cinco dias, o evento reúne uma série de delegados e exibidores de mais de uma centena de países, atraindo uma quantidade expressiva de público, que chegou a 1 milhão de pessoas na edição de 2016. A edição de 2020 foi realizada em formato híbrido, devido à pandemia de covid-19. Entre outubro de 2020 e abril de 2021, foram realizadas mais de mil ações, entre atividades remotas e presenciais. Estima-se o alcance de mais de 10 milhões de perfis digitais, 300 mil visitas ao site do evento, e 285 mil participantes nas diferentes atividades presenciais organizadas em 75 países (Site oficial *Slow Food*, 2022 [8]). A edição de 2024, organizada sob o lema “*Siamo Natura*” comemorou os 20 anos desde a primeira edição do *Terra Madre*.

Internamente, o evento é a “iniciativa mais relevante e ambiciosa” da organização, conforme descrito no *Documento Congressual: A Centralidade do Alimento* (2012). Hoje, para o movimento: “o *Slow Food* é o que somos, e o *Terra Madre* é o que fazemos” (Site oficial *Slow Food* [18]). Autores como Peace (2008, p. 31) reforçam esta ideia avaliando que, “o *Terra Madre* é o carro-chefe político do *Slow Food**”. Mais do que uma feira de comercialização de alimentos, a programação do *Terra Madre* é ampla, composta por conferências, *workshops*, fóruns, oficinas de degustações, jantares, etc. É um evento que assume diferentes facetas, sendo, ao mesmo tempo, uma festa popular entre pessoas do campo e da cidade, e uma oportunidade de criação de redes entre aqueles que produzem e salvaguardam alimentos nas mais diversas partes do mundo.

Barbara Nappini, presidente do *Slow Food* Itália, em entrevista veiculada no site oficial da organização, comenta os objetivos da 14ª edição do *Terra Madre*, realizada em 2022, no Parque Dora em Turim na Itália:

Durante cinco dias, se fez política no *Terra Madre*: alimentar, econômica, climática, social. [...] O *Terra Madre* é uma festa popular, uma demonstração de que a comida boa, limpa e justa é um elemento de alegria e uma ponte de paz entre os povos. Mas esta edição reafirma fortemente a consciência de que a produção alimentar é também uma ferramenta extraordinária para combater a crise climática e as desigualdades sociais⁶² (Barbara Nappini, em entrevista ao site oficial do *Terra Madre*, em 26 set. 2022).

Como descrito pelos próprios líderes de cada um dos coletivos, e reforçado na análise de alguns intelectuais, as diferentes edições do *Terra Madre Salone del Gusto (Slow Food)* edas Feiras Nacionais da Reforma Agrária (MST) apresentam relevância particular para os respectivos movimentos e, portanto, para a nossa investigação acerca das críticas e contestações dos temas alimentares. A partir da análise destes eventos, elegemos duas ações que nos pareceram propícias para discutir o consumo político: os Armazéns do Campo do MST e as Fortalezas do *Slow Food*. A rede Armazém do Campo surgiu como um desdobramento da I Feira Nacional da Reforma Agrária, realizada em 2015. Já as Fortalezas, ocupam o coração do salão de exposição e comercialização das edições do *Terra Madre Salone del Gusto*, realizados pelo *Slow Food* na Itália. As informações específicas sobre estas ações serão discutidas na seção final desta tese (Capítulo IV, seção 4.4.2).

A seguir, apresentamos a seleção de materiais que subsidiam a análise documental deste estudo. A maior fonte de levantamento dos materiais analisados foram os acervos das próprias

⁶² [N.T.] No original, em italiano: Per cinque giorni, a Terra Madre si è fatta politica: alimentare, economica, climatica, sociale [...] Terra Madre è una festa popolare, la dimostrazione che il cibo buono, pulito e giusto è un elemento di gioia e un ponte di pace tra i popoli. Ma questa edizione riafferma con forza la consapevolezza che la produzione alimentare è anche uno straordinario strumento di contrasto alla crisi climatica e alle ineguaglianze sociali. Disponível em: <https://2024.terramadresalonedelgusto.com/chiude-terra-madre-2022/> Acesso em: 10 set. 2024.

organizações. De forma mais específica, selecionamos para a análise editoriais e matérias de um conjunto de jornais e/ou revistas autorais destas organizações, a saber: *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, conhecido também como *Jornal Sem Terra* (JST), do MST e revista *Slowfood* (SF), publicada pelo *Slow Food* Itália.

2.3.3 Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (JST)

O *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* (comumente denominado *Jornal Sem Terra* e doravante pelo acrônimo JST) é definido pelo próprio MST, desde os seus primórdios, como um “importante instrumento de luta” (JST, 1985, n. 42, p. 18). É considerado como um órgão de divulgação das lutas dos trabalhadores rurais sem terra, compromissado com sua causa e com a luta por reforma agrária (JST, 1981, n. 38, p. 14).

Criado em 1984, em decisão tomada durante o I Encontro Nacional, realizado em janeiro de 1984, em Cascavel/PR, o JST nasce como uma publicação mensal, com uma tiragem média de 10 mil exemplares por edição (JST, 1984, n. 36).

Em anos mais recentes, João Pedro Stédile, em entrevista à Joana Cunha, jornalista que integrou o Setor de Comunicação do MST e atuou na edição do JST por um período, descreve que o propósito desta publicação era

divulgar [o MST] para a sociedade, sobretudo aliados, igreja, sindicatos. Me lembro que teve uma época que nós mandava para praticamente todos os sindicatos de trabalhadores rurais, mandava para todos os bispos, mandava para um grande número de paróquias. Era uma interlocução para fora do Movimento, mas com aliados. E devagarzinho ele começou a refluir, na medida que o próprio Movimento começou a crescer, para ser um instrumento de comunicação para a militância, que é o que acho que é hoje. Ele acaba sendo um instrumento muito mais interno (João Pedro Stédile, em entrevista à Joana Cunha, realizada em 2012, disponível em Cunha, 2013, p. 128).

Em seu site [40], o MST conta que com o passar do tempo o JST adquiriu um caráter mais interno, sendo “um dos principais instrumentos de articulação, de motivação da luta e de formação política a ser realizado nos trabalhos de base”.

Nesta pesquisa, analisamos algumas edições do JST, em versão digitalizada, disponíveis para consulta no site da Hemeroteca Luta pela Terra⁶³ (Figura 10). De forma complementar, analisamos também algumas edições do *Boletim Sem Terra*⁶⁴, publicação anterior ao *JST*.

⁶³ <https://armazemmemoria.com.br/crv-luta-pela-terra/> Acesso em: 1 dez. 2024.

⁶⁴ As primeiras edições do *Boletim Sem Terra* eram datilografadas, com tiragem média de 1.500 exemplares. Seu intuito era divulgar a situação dos acampados para a sociedade, apoiadores e a “opinião pública em geral”. A partir de 1984, o boletim foi transformado no *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* (JST), em formato tabloide, com tiragem inicial de 10 mil exemplares por edição. Ao longo desses 40 anos, o JST passou por diversas modificações, consolidando-se hoje como um instrumento de comunicação popular do MST. Ver mais em: Site oficial MST [44] e em Cunha (2013).

Figura 10. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (JST)*, edições subsequentes aos Congressos Nacionais do MST, Brasil, 1985-2014.



Fonte: Hemeroteca Luta pela Terra

O critério de seleção das edições do JST adotado para nossa análise foi a escolha das publicações subsequentes à realização dos seis Congressos Nacionais do MST, realizados entre 1985 e 2014, todas elas com conteúdo dedicado à cobertura do evento (Quadro 3).

Quadro 3. *Edições Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (JST)* consultadas, MST, Brasil, 1985-2014.

n	Edição	Data de publicação (mês, ano)	Número de páginas
1	42	Fevereiro, 1985	19
2	93	Maio, 1990	24
3	150	Julho e agosto, 1995	15
4	203	Agosto, 2000	22
5	273	Junho, 2007	15
6	323	Fevereiro, 2014	15

Fonte: Elaboração própria

Vale dizer que, a publicação especial de número 42 do JST, de fevereiro de 1985, dedicada à cobertura do Congresso Nacional, marcou a transição do periódico de uma publicação da Regional Sul para uma publicação mensal do MST⁶⁵.

⁶⁵ Conforme analisa Cunha (2013), foi a partir de fevereiro de 1985, após a realização do I Congresso Nacional, que o expediente do JST é identificado como uma publicação do MST, não mais dos cinco estados da região Sul. É a partir deste momento também que alguns textos de opinião passam a ser assinados pela Executiva Nacional do MST.

2.3.4 Revista *Slowfood* (SF)

Criada em 2004, a revista *Slowfood* (doravante denominada por nós como SF) nasce como uma publicação mensal destinada aos sócios italianos (Figura 11). Em uma das matérias de sua primeira edição, em abril de 2004, narra-se que a revista surge como uma “evolução”. Alessandro Monchiero, na época um dos editores-chefes do periódico, explica que a revista *Slowfood* é uma publicação sobre as “novas Fortalezas, as tendências da enologia mundial, os locais de tradição gastronômica, as crônicas militantes da luta pela defesa da biodiversidade, as incursões no mundo da produção e as histórias dos restaurantes das províncias italianas” (SF, n. 1, 2004, p. 14).

Figura 11. Seleção revistas *Slowfood*, Itália, 2004-2012.



Fonte: Acervo pessoal

Por conta de condições materiais restritas, não tivemos acesso ao acervo completo da revista *Slowfood*. A partir de contatos com uma antiga sócia da organização italiana, chegamos a um compilado casual de 27 revistas, publicadas entre 2004 e 2012 (Quadro 4).

Quadro 4. Edições da revista *Slowfood* consultadas, Itália, 2004-2012.

n	Edição	Data de publicação
1	1	Abril, 2004
2	8	Fevereiro, 2005
3	9	Março, 2005
4	10	Abril, 2005
5	11	Junho, 2005
6	12	Setembro, 2005
7	13	Outubro, 2005
8	14	Novembro, 2005
9	15	Dezembro, 2005
10	18	Maio, 2006
11	19	Junho, 2006
12	20	Setembro, 2006
13	22	Novembro, 2006
14	24	Março, 2007
15	26	Maio, 2007
16	27	Junho, 2007
17	28	Setembro, 2007
18	29	Outubro, 2007
19	35	Agosto, 2008
20	36	Outubro, 2008
21	38	Fevereiro, 2009
22	39	Abril, 2009
23	49	Março, 2011
24	51	Setembro, 2011
25	52	Dezembro, 2011
26	53	Março, 2012
27	54	Junho, 2012

Fonte: Elaboração própria

As revistas *Slowfood* são publicações relativamente longas, com uma média de 200 páginas por fascículo. Sendo assim, a seleção das matérias que compuseram a nossa análise documental foi realizada a partir da leitura dos sumários das publicações. A escolha das matérias ocorreu segundo os seus títulos, considerando aquelas relacionadas aos Congressos Nacionais e às edições *Terra Madre Salone del Gusto*, além dos editoriais de cada uma das revistas, em geral textos de uma página escritos por Carlo Petrini.

2.3.5 Outros materiais consultados: Documentos, livros, sites oficiais e entrevistas

Partindo dos referidos eventos e publicações internas, reunimos, de forma não sistemática, uma série de documentos disponíveis para consulta pública cujo conteúdo se mostrou relevante para as discussões propostas nesta tese. Os documentos consultados foram organizados, por ordem cronológica de publicação, em dois quadros, apresentados nos apêndices. O apêndice C apresenta os materiais do MST no Brasil, e o apêndice D os materiais do *Slow Food* na Itália. Quando citados, os nomes dos documentos são apresentados no corpo do texto em itálico seguido da sua data de publicação (por ex. *Manifesto Slow Food*, 1987).

A pesquisa lançou mão também de fontes digitais. Porque os sites tendem a compreender um arco temporal mais abrangente e um volume mais conciso de publicações comparado às redes sociais⁶⁶, concentramos nossos esforços de busca de materiais complementares neste tipo de plataforma. O site oficial do MST, por exemplo, reúne uma diversidade de reportagens, em sua maioria, acompanhada por entrevistas com as suas lideranças. Uma fonte de dados também utilizada por outros pesquisadores (BUSCIOLI, 2024; CARVALHO *et al*, 2022b; MAZZA, 2023). Neste site, consultamos 45 *links* publicados entre 2011 e 2024 (Apêndice E). Já o site oficial do *Slow Food* Itália possui uma ampla gama de seções dedicadas às suas diferentes iniciativas, e menor enfoque em matérias jornalísticas. As páginas e publicações consultadas neste site estão disponíveis no Apêndice F. Para facilitar a citação das páginas consultadas, indicamos ao longo do texto o site mencionado seguido do ano de publicação e do número de referência utilizado nos Apêndices entre colchetes (por ex. Site oficial do MST, 2009 [1]).

Outras fontes de dados usadas em nossa pesquisa foram os livros que se dedicaram a narrar os percursos históricos e as iniciativas destes movimentos, alguns deles de autoria ou coautoria de suas lideranças (Apêndice G), bem como dados secundários oriundos de outros estudos acadêmicos e de entrevistas com figuras públicas dos movimentos em questão veiculados pela grande imprensa.

No capítulo a seguir, discutimos, a partir deste conjunto de dados coletados por meio da análise documental, as narrativas contestatórias mobilizadas por MST e *Slow Food* ao longo dos anos, enfatizando a emergência de novas bandeiras relacionadas à alimentação.

⁶⁶ A título de curiosidade, apenas no *Instagram* o perfil do MST no (@movimentosemterra), para além dos inúmeros conteúdos de vídeo, possui mais de 28 mil postagens, e o perfil do *Slow Food* Itália (@slow_food_italia) um total superior a 2.500 postagens. Acesso em: 1 dez. 2024.

CAPÍTULO III – NARRATIVAS CONTESTATÓRIAS AO LONGO DO TEMPO: AS NOVAS BANDEIRAS DO MST E *SLOW FOOD*

“São tantas lutas inglórias,
são histórias que a história qualquer dia contará”
Luiz Gonzaga e Gonzaguinha (1981)

MST e *Slow Food* são movimentos sociais envolvidos, no Brasil e na Itália, em diferentes graus, com a causa alimentar. Neste capítulo, a nossa análise se circunscreve aos modos como as pautas e as grandezas defendidas por MST e *Slow Food* ao longo do tempo compõem o quadro mais geral de narrativas contestatórias em torno da alimentação. Contextualizamos-os como casos críticos situados, respectivamente, no Sul e no Norte Global. Tendo como base a Teoria da Justificação, buscamos lidar com a continuidade, a modulação e a passagem entre estas operações e posições, que pode ser característico de agendas políticas construídas ao longo de décadas, como é o caso do MST e *Slow Food*.

Para nós, estes dois movimentos reúnem condições privilegiadas para uma análise sobre ativismos alimentares. Com efeito, algumas das indagações que nos movem neste empreendimento são as seguintes: dos anos 80 para cá, como o MST e o *Slow Food* têm compreendido e acionado politicamente o tema da alimentação? O que uma análise documental pode revelar sobre as continuidades e as transformações das narrativas contestatórias destes dois movimentos ao longo do tempo? Em que medida, as particularidades de suas trajetórias se relacionam às suas origens no Sul e no Norte Global? De que modo a agenda política destes movimentos sociais influencia e é influenciada por outros movimentos e ativistas alimentares? Existem caminhos comuns ou itinerários particulares?

O capítulo está organizado em duas partes principais, que apresentam uma análise cronológica e uma proposta de recorte temporal do conjunto de críticas em torno da alimentação difundidas pelos dois movimentos em questão. A primeira seção destaca as contestações dos primeiros anos de atuação dos dois movimentos sob análise, abrangendo desde a década de 1980 até a virada do século. A segunda parte narra as mudanças ideológicas e as novas bandeiras içadas a partir dos anos 2000 até os dias de hoje.

3.1 Um Pouco de Contexto: Da década de 1980 até os Anos 2000

Em um estudo sobre o papel das narrativas na constituição de atores coletivos, Polletta e Gardner (2014) compartilham algumas questões interessantes para pensar e analisar a fundação e o período inicial de atuação de movimentos sociais, tais como: por que os movimentos sociais surgem quando surgem? Sob quais condições os coletivos organizados são capazes de mobilizar participação e apoio? Quando os movimentos são bem-sucedidos e o que conta como sucesso? A estas interrogações, nós adicionariamos ainda: quais são as contestações e justificações mobilizadas durante os processos de fundação e consolidação de um movimento social?

Polletta e Gardner (2014) explicam que, mais recentemente, os estudiosos dedicados aos movimentos sociais têm procurado ir além de um relato da emergência do movimento centrado nas chamadas oportunidades políticas, descritas por autores como Tilly (1978). Certamente, mudanças expressivas nos alinhamentos da esfera política institucional são sinais para os atores de que há uma brecha para que a mobilização coletiva possa assegurar concessões do poder público. Além disso, os ativistas se apoiam em outras formas retóricas, como argumentos e explicações lógicas para justificar suas demandas por transformação. Porém, os autores argumentam que prestar atenção às histórias que as pessoas contam pode ser mais útil para entender porque os movimentos sociais surgem quando surgem, isto é, as narrativas tem o potencial de explicar como as pessoas passam a se ver como um grupo de interesses e reivindicações compartilhadas.

Com efeito, as narrativas ecoadas por MST e *Slow Food* em seus primórdios demonstram as grandezas que sustentaram os pilares da construção de suas agendas políticas, e evidenciam o conjunto de discussões em torno do tema da alimentação que ganharam tração durante a fundação e as primeiras décadas de atuação destas organizações. A seguir apresentamos, em um primeiro momento, duas seções separadas focadas cada uma na gênese destes movimentos. Na sequência, propomos uma seção dedicada a uma comparação temática das agendas políticas dos movimentos no século XX. De acordo com os recortes documentais que estabelecemos, o período em questão abrange, no caso do MST as suas primeiras ocupações de terra na região sul do Brasil, na década de 1980, passando pelos Encontros Nacionais dos Trabalhadores Sem Terra, até a realização dos três primeiros Congressos Nacionais (1985, 1990 e 1995). Para o *Slow Food*, o recorte compreende o período entre os protestos contra a abertura da primeira filial do *McDonald's* em Roma, a publicação do *Manifesto Slow Food* (1987) e as quatro edições iniciais do *Salone Internazionale del Gusto* (1996, 1998, 2000 e 2002).

3.1.1 As palavras de ordem que consolidaram a formação do MST: os valores cívicos e industriais

O MST foi oficialmente fundado em janeiro de 1984, durante o I Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra⁶⁷, realizado no município de Cascavel no Paraná (Figura 12).

⁶⁷ O I Encontro Nacional dos Trabalhadores Sem Terra ocorreu de 20 a 24 jan. 1984, em Cascavel/PR, sendo que o dia 22 de janeiro de 1984 foi eleito como data oficial de fundação do MST. Análises sobre a fundação do MST podem ser encontradas em Carter (2010), Fernandes (2000; 2010), Lerrer (2021), Lerrer e Medeiros (2014); Morissawa (2001) e Stédile e Fernandes (2012),

Figura 12. I Encontro Nacional dos Sem Terra, MST, Cascavel/PR, Brasil, 1984.



Fonte: Site oficial do MST [36]

Neste período formativo, as expressões de seu projeto político e atuação foram difundidas através de algumas palavras de ordem, a saber:

- “Terra para quem nela trabalha” – em destaque na *Carta dos Colonos Acampados em Ronda Alta*, que estampou a capa do primeiro *Boletim Sem Terra*, publicado em 1981, bem como presente como o primeiro ponto de exigência do *Documento Final I Congresso Nacional do MST*, publicado em 1985;
- “Terra não se ganha, terra se conquista” – lema do I Encontro Nacional dos Trabalhadores Sem Terra em 1984, retomado no I Congresso Nacional em 1985; e
- “Ocupação é a única solução” e “Sem reforma agrária não há democracia” – lemas do I Congresso Nacional, realizado em 1985.

Palavras de ordens e *slogans* são provas que caracterizam a grandeza cívica. Eles são interpretações das vontades coletivas, expressas de forma clara em fórmulas prontas que permitem sua repetição por múltiplas vozes sem grandes alterações ou desvios (CHEYNS; PONTES, 2018). Como informa uma matéria publicada em seu site, para o MST os lemas são a “síntese das tarefas, desafios e do papel do Movimento” (Site oficial do MST, 2023 [29]). Em específico, as palavras de ordem entoadas em meados da década de 80 chamavam a atenção para os sujeitos que deviam lutar pela terra, a fim de conquistá-la, como resposta aos problemas sociais e como contribuição para a reconstrução da democracia no Brasil.

Na cité cívica, a valoração não repousa nos indivíduos em si, mas nos entes coletivos, existentes pela união destes indivíduos. De acordo com Boltanski e Thévenot (2020, p. 306, grifo dos autores), no mundo cívico, “as pessoas são todas guiadas por uma mesma justiça porque contam com uma consciência feita à imagem da **consciência coletiva** e porque são suscetíveis, ao ouvirem sua voz, a subordinar sua vontade a **vontade geral**”. Neste mundo, os seres grandes são as massas e as coletividades que as organizam e reúnem, nesse caso, os Sem Terra. Como indicam um dos objetivos gerais estabelecidos pelo MST em 1984, durante o I Encontro Nacional dos Trabalhadores Sem Terra, desde o início a busca do movimento era integrar à categoria Sem Terra: trabalhadores rurais, arrendatários, meeiros, pequenos proprietários (FERNANDES, 2000).

Sob a ótica das justificações, este conjunto de bordões demonstra como a defesa por certos valores pode ser expressa indiretamente pela crítica a outras grandezas. As narrativas resumidas nestas palavras de ordem evidenciam a estreita relação do MST com a justificação do mundo cívico, ao mesmo tempo que impõe um distanciamento das grandezas mercantil e doméstica.

A tensão permanente com a grandeza mercantil se dá pela crítica à sua orientação ao desejo individual e à primazia de bens que servem como base de transações comerciais, questionando a equivalência dos bens vendáveis como objetos de maior grandeza e fonte de riquezas. Nos lemas “Terra não se ganha, terra se conquista”, bem como “Terra para quem nela trabalha”, usado já pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) neste período, encontra-se implícita a ideia de que a terra não pode se reduzir apenas a um bem passível de ser vendido e comercializado. A narrativa alternativa proposta pelo MST prevê que a terra deve ser compreendida e, sobretudo, empregada como o território daqueles que nela trabalham, como parte de um projeto mais amplo de uma sociedade mais democrática e justa.

Estão em disputa, por um ângulo, a apreensão de um mundo mercantil povoado por indivíduos em busca de satisfazer seus desejos como compradores e vendedores e, de outro, a evocação de um mundo habitado por camponeses que “trabalham”, “pertencem” e “amam a terra”. Isso fica claro no relato de uma das acampadas da Encruzilhada Natalino, a Irmã Maria Izabel, freira da Congregação Jesus Crucificado, publicado em 1981 na quarta edição do *Boletim Sem Terra*, onde são acionados o que Boltanski e Thévenot (2020) chamariam de “provas”. Neste caso, provas do trabalho, bem como de demanda, merecimento e pertencimento à terra:

A terra é para os colonos⁶⁸ assim como a água é para o peixe. Este é o duro e cruel sofrimento de nossos irmãos – não ter a terra para trabalhar, sabendo e conhecendo na região grandes latifúndios que pouco ou nada produzem. Quem são os acampados? Não importa o lugar de onde vieram, os calos de suas mãos, a pele queimada, o seu jeito de falar e seus assuntos preferidos denunciam: são todos colonos. E para provar que amam a terra existem alguns canteiros de alface, radiche... ao lado das barracas (Irmã Maria Izabel, em matéria do *Boletim Sem Terra*, 1981, n. 4, p. 2).

O conjunto de palavras de ordem em questão (“terra para quem nela trabalha”, “sem terra não há democracia” e “ocupação é a única solução”) nega, de forma similar, a grandeza construída a partir de uma posição hierárquica em uma cadeia de pertencimentos, títulos hereditários e dependências pessoais, elementos comuns ao mundo doméstico. Não se admite que a terra aja como um elo na grande cadeia de seres, denunciando a concentração das terras como símbolo de um território no qual se inscreve a relação de dependência doméstica com raízes no passado colonial. O latifúndio é designado como um objeto que permite exercer poder e dominação sobre os outros. Por conseguinte, neste mundo os latifundiários são os seres superiores, enquanto os seres pequenos são seres subordinados, representados nos meeiros, posseiros, colonos e/ou naqueles que sequer têm terra.

Chama atenção também a articulação nas narrativas do MST dos princípios comuns que guiam a cité industrial. Ainda que este movimento não esteja diretamente envolvido com o trabalho operário típico do que seria a cité industrial, é relevante notar que o mérito de uma

⁶⁸ Na região Sul do Brasil, historicamente o termo “colonos”, muitas vezes, era utilizado para se referir aos pequenos agricultores. De acordo com o estudo de Grando e Mertz (2010) focado no Rio Grande do Sul, os termos empregados têm se alterado ao longo dos anos, sendo que a expressão colono era bastante prevalente na década de 1980, já nas décadas subsequentes termos como pequeno produtor e agricultor familiar se tornaram mais frequentes.

dada propriedade é colocado em debate, destacando a atividade dos trabalhadores rurais. A luta por “um pedacinho de terra para plantar alimentos para nossas famílias e para os da cidade”, como descreve a *Carta dos Colonos Acampados em Ronda Alta* (1981), um documento embrionário do período de gestação do MST, denota inclinações ao princípio superior comum da utilidade e da satisfação das necessidades gerais, característico do mundo industrial, uma vez que a terra serve para o trabalho de plantar. Como nos indicam Boltanski e Thévenot (2020, p. 230), os grandes da cité industrial “trabalham para descobrir e coordenar os fatos gerais próprios para servir de base para todas as combinações de cultura, de comércio e de fabricação”.

Para Souza e Schneider (2022, p. 281), especialmente nos primeiros anos de atuação, a ênfase na organização, na especialização do trabalho e na crítica ao modelo da Revolução Verde, credenciava um “discurso produtivista” do MST. Porém, este viés produtivista, resumido em palavras de ordem como “Ocupar, resistir e produzir”, que circularam até pelo menos a década de 1990, quando foi realizado o II Congresso Nacional, não deixa claro se na concepção do próprio movimento, os Sem Terras poderiam ser enquadrados, necessariamente, como os seres grandes da cité industrial, uma vez que, na mesma época, argumentos com menção a elementos característicos do mundo industrial eram também acionados para identificar seus antagonistas.

Com efeito, observamos nos documentos analisados como a “máquina” é identificada como uma das causas que expulsa e impede muitas pessoas de continuarem trabalhando na terra. Ainda no período gestacional do MST, uma das matérias do *Boletim Sem Terra* de 1981, narra a oposição entre a “máquina” e os “arrendatários, parceiros, meeiros, agregados, peões, filhos de pequenos agricultores”, os quais, posteriormente, passaram a compor a base social do MST:

Arrendatários, parceiros, meeiros, agregados, peões de granja e filhos de pequenos agricultores perderam a possibilidade de continuar na terra, expulsos pela **máquina**, pela ganância dos grandes proprietários, pela falta de trabalho, enfim, pela política agrícola do governo (*Boletim Sem Terra*, 1981, p. 4, grifos nossos).

Nestas circunstâncias, a luta pela terra procura contestar, reagir e conter esta máquina, bem como combater a ganância dos grandes proprietários, o desemprego e a própria política agrícola dominante. A posteriori, João Pedro Stédile, uma importante liderança do MST, em entrevista a Bernardo Fernandes publicada originalmente em 1999, avalia que, ainda neste período o MST identificasse a expulsão dos camponeses pela “máquina”, ele também possuía uma “visão romântica da produção”:

Na primeira etapa do movimento, que vai desde as primeiras ocupações de 1979 até 1985, havia uma visão romântica da produção [...]. A família foi expulsa pela máquina, mas o seu memorial técnico era do boi e da enxada. Ela sonhava: “Bom, fui expulsa pela máquina. Agora, se eu reconquistar minha terra, vou conseguir criar meus filhos e progredir na vida com o boi e com a minha enxada. Na década de 1960, nossos pais conseguiram criar a gente dessa maneira”. Essa era a memória técnico-produtiva do povo (João Pedro Stédile, em entrevista à Bernardo Fernandes, disponível em Stédile e Fernandes [1999]/(2012), p. 97).

Os modos de organização do MST sofreram alterações substanciais ao longo dos anos Segundo Lerrer e Medeiros (2014), após as primeiras ocupações, alguns temas se mostraram especialmente importantes para a gestão do movimento, um deles rondava o questionamento se os indivíduos que foram assentados e conseguiram garantir o acesso à terra permaneceriam membros do MST. Outras questões que pairavam no ar eram: Como os assentamentos poderiam

ser organizados de forma a contribuir para a continuidade da luta pela reforma agrária no Brasil? Como os assentamentos poderiam demonstrar que a reforma agrária é uma alternativa econômica?

Foram as respostas à perguntas como estas que deram origem a uma das mais importantes inovações do MST, tanto em termos de organização política quanto de produção agrícola. Em meados de 1980, o MST decidiu manter acampados e assentados como uma única unidade política, durante o I Encontro Nacional de Assentados, celebrado em Cascavel/PR em 1986, o que foi considerado por alguns autores um dos legado históricos mais significativos do MST (CALDART, 2000; CARTER; CARVALHO, 2010). Para Carter e Carvalho (2010, p. 303), “essa definição estratégica deu coesão às mobilizações pela terra e na terra, reforçando-as mutuamente, ao tempo de fomentar os laços de solidariedade entre as diversas gerações que militam no MST”. Segundo os autores, dado o contexto adverso das lutas pela reforma agrária no Brasil, este é um dos momentos chave para entender a grande complexidade organizacional e a durabilidade desse movimento social.

A partir deste período, se consolidou a percepção, que se mantém até os dias de hoje, de que a conquista da terra consistia somente no primeiro passo para a realização da reforma agrária. Conforme definido em seu site,

os latifúndios desapropriados para assentamentos normalmente possuem poucas benfeitorias e infraestrutura, como saneamento, energia elétrica, acesso à cultura, educação e lazer. Por isso, as famílias assentadas seguem organizadas e realizam novas lutas para conquistarem um conjunto de direitos básicos. Essa se tornou uma forma para aqueles que já eram assentados de permanecerem organizados e manterem uma ligação com o MST, nesse caso com foco em políticas que pudessem fortalecer sua posição social recém-conquistada (Site oficial MST [39]).

Deste modo, desde meados da década de 1980, e apesar de não ser a única organização do campo a erguer a bandeira da reforma agrária no país⁶⁹, o MST popularizou no Brasil o termo “sem terra” (ROSA, 2010; LERRER; MEDEIROS, 2014), complexificando-a e fazendo com que assumir a identidade de “Sem Terra⁷⁰” passasse a significar não apenas o fato de um determinado grupo de pessoas não possuírem literalmente um pedaço de terra, mas descrever o processo de luta de pessoas que se colocam politicamente como demandantes de acesso a ela, bem como de condições de vida para viver nesta (MEDEIROS, 2021). Como veremos a seguir, este é um elemento importante para entender a visibilidade e o protagonismo que os temas alimentares assumiram na agenda política do MST em tempos mais recentes.

⁶⁹ Como movimentos defensores da reforma agrária, Lerrer e Medeiros (2014) citam o trabalho da Contag, por exemplo. Fernandes (2000), por sua vez, elenca uma série diversos movimentos sociais envolvidos na reforma agrária ao longo dos anos, com atuação mais ou menos localizadas, dentre eles: CPT, Movimento de Luta pela Terra (MLT), Federação dos Trabalhadores da Agricultura - Pernambuco (FETAPE), Federação dos Trabalhadores da Agricultura do estado do MS (Fetagri), Movimento da Terra (MT), Movimento Camponês de Corumbiara (MCC), Movimento da Libertação dos Sem-Terra (MLST), Movimento Brasileiro dos Sem Terra (MBST), Movimento dos Agricultores Sem Terra (MAST) e o Movimento Unificado dos Sem Terra (MUST).

⁷⁰ De acordo com diferentes fontes, a expressão “sem terra” pode ser grafada com ou sem hífen e/ou letra maiúscula. Neste estudo, com exceção das citações diretas, nas quais mantivemos as versões escolhidas pelos respectivos autores, optamos pela grafia sem hífen como utilizada pelo MST em suas comunicações, reservando o uso em com letras maiúsculas como nome próprio para se referir aos militantes do MST (Sem Terra), e o uso do hífen para designação genérica do trabalhador rural desprovido de terra (sem-terra).

3.1.2 O manifesto fundador do *Slow Food*: a lentidão como alternativa à velocidade da civilização industrial

Durante o I Congresso Nacional, ocorrido em julho de 1986, na região de Piemonte, no norte da Itália, foi fundado oficialmente o *Slow Food*⁷¹ (*Ato Constitutivo da Associação Arci Gola*, 1986). Em meio a um efervescente ambiente político e social da Itália⁷², entusiastas da gastronomia se uniram com o propósito fomentar a filosofia do gosto, o prazer e a convivialidade à mesa, e a salvaguarda de patrimônios agroalimentares (PETRINI; PADOVANI, 2017). Seus fundadores e simpatizantes vieram da intelectualidade da esquerda italiana, que estavam à procura de novas formas e espaços de engajamento político (ANDREWS, 2008; SINISCALCHI, 2014). Na presidência da organização, estava Carlo Petrini, sociólogo e apaixonado por comida que se tornou o mais importante porta-voz do *Slow Food* na Itália e no mundo⁷³.

Um dos principais eventos que marcaram a fundação do *Slow Food* foram os protestos que aconteceram em ocasião da abertura da primeira filial da rede estadunidense de *fast-food* *McDonald's* na *piazza di Spagna*, no coração da cidade de Roma, em 1985⁷⁴. O episódio explica em grande medida o nome da organização (MIELE; MURDOCH, 2003; PETRINI, 2001).

Denominada pelo jornal italiano de esquerda *La Repubblica* como a “*guerra no-hamburger*”, a reportagem avalia que a chegada da rede de *fast-food* à capital italiana “foi considerada uma afronta à nossa cultura, à comida tradicional mediterrânea” (PASOLINI, 2016). Alice Waters, *chef* de cozinha estadunidense que já ocupou a cadeira de vice-presidente do *Slow Food Internacional*, compartilha suas lembranças deste episódio:

Lembro-me de quando, em 1986, Carlo Petrini organizou um protesto contra a construção de um *McDonald's* na *piazza di Spagna*, em Roma. Os manifestantes, que Carlo armou com tigelas de *penne*, declararam de forma desafiadora e deliciosa a sua posição contra a padronização global da alimentação mundial. Com este ato simbólico, Carlo inspirou seguidores e desencadeou o movimento *Slow Food* (Alice Waters, disponível em Petrini (2001), p. 27).

No protesto mencionado, os manifestantes, com pratos de macarrão em mãos, apresentavam suas críticas contra o que consideravam uma tentativa de padronização global da comida e homogeneização de gosto. Entre as poucas imagens que encontramos deste evento, destacamos o registro abaixo, que dispõe Claudio Villa, cantor italiano, de *toque blanche*

⁷¹ Embora o manifesto publicado em 1987 já trouxesse a expressão *Slow Food*, neste período, legalmente a associação chamava-se *Arci Gola*. Em 1991, o nome legal da associação foi alterado para *ArciGola Slow Food*. Finalmente, em 2002, durante o V Congresso Nacional, o nome da associação mudou oficialmente para *Slow Food Itália* (SF, 2006, n. 19, p. 62).

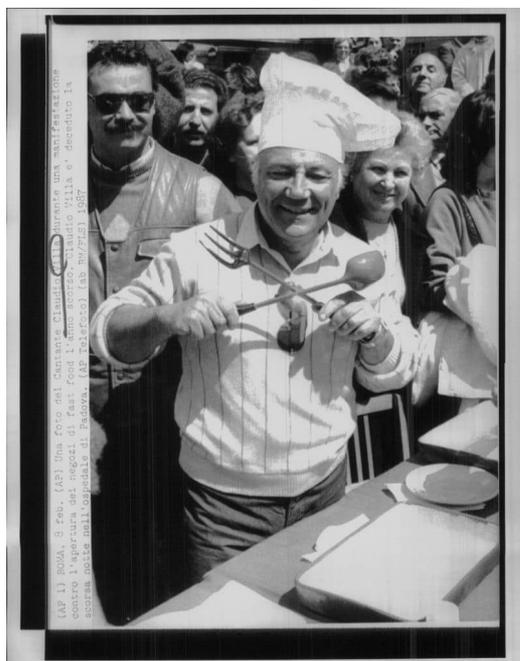
⁷² Análises mais específicas sobre o *Slow Food*, suas origens e a esquerda italiana podem ser encontradas em Leitch (2003), Nascimento (2014) e Thompson e Kumar (2021).

⁷³ Carlo Petrini se manteve na presidência do *Slow Food* Itália por 20 anos (desde a sua fundação em 1986 até o VI Congresso Nacional de 2006). Foi, ainda, presidente do *Slow Food* Internacional por mais de 30 anos (desde a sua fundação em 1989 até o VIII Congresso Internacional de 2022). Para análises sobre a liderança carismática de Petrini, ver Oliveira (2020).

⁷⁴ Esta era a primeira franquía a ser aberta na cidade e a segunda da Itália (a primeira foi aberta em 1985 na região de Trentino Alto Adige, no norte do país). Ver mais em Andrews (2008), Miele e Murdoch (2002), Petrini (2001) e Waters (2001).

(chapéu de cozinheiro) e talheres na mão, participando, junto com outras celebridades, artistas e intelectuais⁷⁵, dos protestos contra o *McDonald's* em Roma, em março de 1986 (Figura 13).

Figura 13. Claudio Villa em protestos contra a abertura da primeira filial do *McDonald's* em Roma, Itália, 1986.



Fonte: Redes sociais⁷⁶

Com seus 450 lugares, a escolha da Itália nesta época como palco o lançamento da maior filial do *McDonald's* do mundo não podia passar inobservada, refletem Petrini e Padovani (2016). Francesco Bazzucchi, na época diretor da franquia do *McDonald's* de Roma, em entrevista concedida na mesma matéria supracitada ao jornal *La Repubblica*, ponderou que apesar dos protestos faziam frente à até então “maior franquia do mundo, com 450 lugares”, a abertura do primeiro *McDonald's* de Roma foi um grande sucesso, reunindo mais de “4 mil pessoas que já pela manhã de inauguração estavam prontas para se acotovelar por um hambúguer” (PASOLINI, 2016).

Neste período que antecedeu à criação formal da organização, ocorreu também o que ficou conhecido como o “escândalo do metanol no vinho”, que se somou às motivações para a criação de um movimento que trouxesse para o centro do debate a questão da qualidade dos alimentos e da cultura alimentar⁷⁷ (PETRINI, 2013). Uma fraude alimentar trouxe consequências profundas para a indústria italiana de vinho. O acréscimo ilegal de álcool metílico aos vinhos produzidos na região do Piemonte, empregado para pular etapas e alterar a

⁷⁵ Renzo Arbore (apresentador de televisão, cantor, ator e diretor de cinema), Giorgio Bracardi (ator, compositor e comediante), Renato Nicolini (arquiteto, político e dramaturgo) e Valentino (estilista) foram algumas das celebridades italianas presentes no protesto (ver mais MANISCO, 2016; PASOLINI, 2016; SURO, 1986).

⁷⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/photo?fbid=4590134544349169&set=pcb.10159219815173745> Acesso em: 1 dez. 2024.

⁷⁷ Vale lembrar que neste mesmo ano, em 1986, aconteceu o desastre de Chernobyl. A explosão de um dos reatores da usina nuclear teve implicações importantes para o aumento em geral da percepção dos riscos e das preocupações com contaminação.

concentração de álcool na bebida, envenenou várias de pessoas, e dezenas foram a óbito em março de 1986⁷⁸ (BARBERA; AUDIFREDI, 2012; VETTORI, 2016).

A gravidade desta adulteração criminoso disparou uma queda vertiginosa de vendas e exportação de vinhos italianos (BARBERA; AUDIFREDI, 2012), o que pode ser compreendido em termos de boicote destes produtos. Entre os que vieram a ser posteriormente os fundadores do *Slow Food*, os resultados catastróficos deste escândalo impulsionaram uma discussão em termos econômicos e políticos acerca da necessidade de apostar na qualidade dos alimentos (SINISCALCHI, 2014). Carlo Petrini, um dos fundadores do movimento *Slow Food*, em retrospectiva, comenta:

O verão de 1986 vivido nas adegas foi um dos motores que nos levou a dizer basta, porque queríamos começar a considerar tudo sobre os alimentos, desde as pessoas até os lugares, dos processos às implicações culturais, olhar a 360 graus sem exclusões. Queríamos trabalhar a qualidade, cultivando-a junto com os produtores que fizeram dela uma bandeira e um estilo de vida* (PETRINI, 2013a, p. 10).

O vinho já muito presente na tradição da região de Piemonte, e especificamente da província de Cuneo, uma área famosa pela sua produção vinícola, dentre eles o vinho *Barolo*, inscreve também a sua importância na gênese do *Slow Food*, sendo um produto que se fez presente ao longo de sua história⁷⁹. Foi neste contexto, entre hambúrgueres, pratos de macarrão e cálices de vinho que surgiu o *Slow Food*. Em três de novembro de 1987, foi publicado um manifesto com os princípios fundadores da organização. Ele ocupou a primeira página do *Gambero Rosso*, um suplemento do jornal *Il Manifesto*, uma publicação considerada de esquerda na Itália, com o título, “*Slow Food*: uma proposta a todos aqueles que querem viver melhor” (Figura 14).

⁷⁸ No início de 1986, o escândalo do metanol no vinho provocou 23 mortes e dezenas de enfermos, segundo informações divulgadas pelo jornal italiano *La Repubblica*. Entre os sobreviventes, as sequelas mais graves estão casos de cegueira e paralisia (VETTORI, 2016).

⁷⁹ Como diz uma das páginas de seu site: “*Slow Food* e vinho: um amor que dura mais de 40 anos. Entre publicações, eventos, documentos constitutivos e trabalho em contato próximo com os produtores, para consolidar uma rede viva e proativa” (Site oficial *Slow Food* [22]).

Figura 14. Manifesto *Slow Food*, Jornal *Il Manifesto*, Itália, 1987.



Fonte: Site oficial *Slow Food* [20]

O texto foi assinado por Carlo Petrini e uma lista de figuras políticas e culturais da esquerda italiana, incluindo o dramaturgo, vencedor do Prêmio Nobel de Literatura, Dario Fo⁸⁰. Para alguns autores, esta publicação teve grande contribuição para o debate sobre alimentação e, em particular, para a difusão da agenda política defendida pelo *Slow Food* para além das fronteiras da Itália (ANDREWS, 2008; MURDOCH, MIELE, 2004).

O convite propositivo do *Slow Food* era uma chamada para uma oposição radical às invenções do século XX, isto é, da “civilização industrial”, das “máquinas” e da “aceleração” do mundo. O manifesto começa da seguinte maneira:

Este século nasceu, a partir de uma falsa interpretação da civilização industrial, sob o signo do dinamismo e da aceleração: mimeticamente, o homem inventa a máquina que o deve aliviar do cansaço, mas, ao mesmo tempo, adota e eleva a máquina ao modelo ideal e comportamental de vida* (*Manifesto Slow Food*, 1987).

Estas são as primeiras linhas de uma proposta àqueles que buscavam viver melhor (*vivere meglio*), com clara negação e resistência ao “estilo sintético” e à “velocidade” da “*fast-life*” típicos da civilização industrial, fazendo aqui referência aos termos usados neste documento.

Em oposição as ideias do *Manifesto Futurista*, publicado por Filippo Tommaso Marinetti em 1909, de que “a magnitude do mundo foi enriquecida de uma beleza nova: a beleza

⁸⁰ Os autores do *Manifesto Slow Food* (1987), em ordem de citação apresentada no referido documento, são: Folco Portinari, Carlo Petrini, Stefano Bonilli, Valentino Parlato, Gerardo Chiaromonte, Dario Fo, Francesco Guccini, Gina Lagorio, Enrico Menduni, Antonio Porta, Ermete Realacci, Gianni Sassi e Sergio Staino.

da velocidade”⁸¹, a concepção *slow* e *slowness*, sintetizada no símbolo do caracol, foi uma contribuição original tanto para o contexto italiano, quanto para o internacional, que colocava em xeque o frenesi e o entusiasmo pela modernidade e pelo futurismo (SINISCALCHI, 2013; 2019). Para o coletivo italiano, a beleza não reside na velocidade. De acordo como manifesto *slow*, uma vida melhor é pautada pela “vagarosidade”, pela “verdadeira cultura”, pela “riqueza e pelos aromas das cozinhas locais”. Um tipo de declaração que reforça a particularidade das justificações do mundo da inspiração, subsidiada pela negação dos demais mundos, os quais, por sua vez, são considerados inferiores, movidos a interesses terrenos e banais.

Como avaliou Petrini, décadas após a publicação do *Manifesto Slow Food* (1987), a proposta de uma alimentação e uma vida mais *slow* foi tão relevante, que acabou sendo adotada como reivindicação por outros campos e em outras localidades para além da Itália⁸².

Não era óbvio em 1986 refletir sobre as falhas da velocidade. [...] Não é à toa que hoje, décadas depois do Manifesto *Slow Food*, sobram os elogios à lentidão, e nos jornais fala-se de *slow life*, *slow cinema*, *slow book*, *slow money*, *slow school*, e até mesmo em *slow fit* para os frequentadores da academia! A lentidão hoje é um valor, uma exigência que a sociedade começa a considerar urgente: a sua defesa é inquestionável* (PETRINI, 2016, p. 168).

Assim como identificado por alguns autores (PIETRYKOWSKI, 2004; LEAL; RIEDMANN; TRUTA, 2023), é possível relacionar o adjetivo *slow* a uma resposta à “compressão tempo-espço” descrita por David Harvey alguns anos mais tarde – em 1989, que também foi o ano da internacionalização do *Slow Food* (HARVEY, [1989]/(1992)). Na atualidade, poder-se-ia problematizar sobre como uma *vida slow* e as rotas de fuga da velocidade imposta pelo capitalismo são condições privilegiadas reservadas aos indivíduos mais afluentes. No contexto extraordinário da pandemia de covid-19 que impôs drasticamente novos ritmos e novas compressões do tempo-espço, Freire-Medeiros e Lages (2020), por exemplo, problematizam o privilégio dos super-ricos de desacelerar e até mesmo permanecer imóveis enquanto outros foram obrigados a se deslocar pelas vias poluídas, em transportes coletivos infectados, enfrentando altos riscos de contaminação para servi-los.

Retornando à gênese da concepção proposta pelo *Slow Food* em tempo anterior, em meados da década de 1980, a noção de mundos de Boltanski e Thévenot (2020) nos é proveitosa para mostrar o modo como as pessoas encaram a incerteza, apoiando-se sobre objetos para confeccionar ordens e, inversamente, consolidando os objetos ao associá-los às ordens construídas. Neste momento inicial, o *fast-food* foi acionado neste período como a personificação do mundo industrial e, por conseguinte, como o antagonista à proposta de uma vida *slow*, relaxada e feliz⁸³. Como narrado em um trecho do documento:

É preciso prevenir o vírus do *fast* e todos os seus efeitos colaterais. Portanto, contra a vida acelerada defendemos a vida relaxada. Contra aqueles, que são a maioria, que confundem eficiência com frenesi, propomos uma vacina de uma porção adequada e garantida de prazeres sensoriais, a serem praticados em deleite lento e prolongado. A

⁸¹ Para mais análises sobre o manifesto do *Slow Food* e o manifesto Futurista, ver Petrini (2017) e Siniscalchi (2019).

⁸² Dentre tantos desdobramentos, podemos citar, por exemplo, as obras “*Faster: The Acceleration of Just about Everything*” de James Gleick publicada em 1999; “*In Praise of Slow: How a Worldwide Movement Is Challenging the Cult of Speed*” de Carl Honoré de 2004; “*Slow Living*” de Wendy Parkins e Geoffrey Craig de 2006; e “*Une autre science est possible! Manifeste pour un ralentissement des sciences*” de Isabelle Stengers de 2013.

⁸³ Análises interessantes sobre as fronteiras entre *fast* e *slow food* podem ser encontradas na coleção organizada por Wilk (2006), sendo o capítulo de Mintz (2006), sobre uma alimentação em velocidade moderada, particularmente interessante.

partir de hoje, **o fast-food será evitado e substituído pelo slow-food**, isto é, por centros de satisfação e prazer. Em outros termos, se traz de volta o gosto, o prazer do paladar à mesa* (*Manifesto Slow Food*, 1987, grifos nossos).

Do ponto de vista teórico, as críticas à civilização industrial concatenadas na oposição ao *fast-food* foram pioneiramente discutidas pelo sociólogo George Ritzer, tendo como foco o processo de expansão da cultura estadunidense alhures. As reflexões vanguardistas de Ritzer descreviam a ascensão de um novo modelo de racionalização entre as décadas de 1980 e 1990, baseado nos princípios da eficiência, calculabilidade, previsibilidade e controle, cuja expressão máxima, à época, eram os restaurantes *McDonald's* (RITZER, 1983; [1992]/2019). A oferta de bens em larga escala, a baixo custo, produzidos em ritmo acelerado deflagrou o fenômeno que ele denominou de “*McDonalização* da sociedade”. O nome possivelmente partiu de ideias entoadas por alguns ativistas deste período, tal como o agricultor Jim Hightower que, em meados da década de 1970, denunciava o processo de “*McDonalização* da América” (caso citado por Schlosser, 2002).

Neste sentido, o surgimento do *Slow Food* foi marcado pelos protestos contra a imposição dos valores industriais, os quais posicionavam os alimentos como parte central de sua objeção, como ilustrado na fala de Petrini apresentada a seguir:

O *Slow Food* não é contra o *McDonald's* só porque odeia hambúrgueres e batatas fritas e considera obrigatório passar muito tempo em volta da mesa de jantar. [...] Não se trata apenas de opor o lento ao rápido, mas sim de dar ênfase a dicotomias mais importantes, como cuidado e descuido, ou atenção e pressa: atenção à seleção dos ingredientes e à construção de sabores, à forma como a comida é preparada e aos estímulos sensoriais que ela dá ao ser consumida, à forma como é apresentada e a companhia com a qual o compartilhamos* (PETRINI, 2011, p. 3).

A comensalidade, termo derivado do latim *mensa* que significa conviver à mesa, é eleito pelo *Slow Food* como um tema central, relacionando-o ao tempo dedicado à alimentação (fazendo referência ao *slow versus fast*). Para além deste, outros aspectos são considerados igualmente importantes. As contestações alimentares que tinham como ponto de partida o debate acerca da sustentabilidade social e econômica da produção local (impulsionadas pelos casos da vinicultura do Norte da Itália e dos restaurantes populares da região central de Roma, mencionados anteriormente) passaram a compor agendas mais amplas, englobando a defesa e a educação do gosto, onde os prazeres sensoriais da alimentação, o hedonismo, o deleite, o relaxamento e a satisfação pessoal em volta da mesa eram algumas das qualificações do mundo inspiracional usadas para definir o que é justo. Aqui é interessante notar que a crítica aos princípios básicos da *McDonalização*, mobilizada pelo *Slow Food* na década de 1980, já congregava aspectos tanto da produção quanto do consumo alimentar, ainda que com ênfases diferenciadas.

Com efeito, Niederle e Wesz Junior (2018) argumentam que, especialmente, a partir da segunda metade do século XX a grandeza industrial foi uma das justificativas que, de forma preponderante, organizou as sociedades contemporâneas, orientando também a produção, a distribuição e o consumo alimentar. Inicialmente, a ordem industrial foi amparada por um amplo conjunto de artefatos técnicos e institucionais, ilustrado por tratores, agrotóxicos, sementes híbridas, crédito rural, cooperativas, extensão rural e pesquisa agropecuária, construídos, inclusive, com forte protagonismo do Estado (NIEDERLE; WESZ JUNIOR, 2018). A partir do nosso estudo de caso sobre o *Slow Food*, acrescentaríamos também as cadeias de *fast-food* e os aparatos industriais subsidiaram transformações drásticas nos modos de preparar, servir e consumir refeições em restaurantes, sem falar naqueles que impulsionaram

crescimento dos serviços de entrega em domicílio, interpretada recentemente na literatura como parte dos processos de “conveniencialização da comida e do comer” (SCHUBERT, 2023). Estes fenômenos tiveram repercussões profundas para o comer fora e dentro de casa, mas também para outros setores da sociedade, com transformações dos setores da indústria em geral, bem como da medicina, turismo, moda, arquitetura e *e-commerce*, dentre outros (RITZER, 2019).

Este tipo de crítica à *McDonalização* da sociedade, presente nas reflexões de Ritzer (1983; [1992]/2019) no contexto estadunidense, e na fundação do *Slow Food* na Itália, em 1986, se espalharam para novos horizontes. Em 1989, ocorreu em Paris a fundação oficial do *Slow Food* como um movimento internacional, englobando inicialmente representantes de 15 países. Nessa ocasião, o Manifesto de 1987 foi reescrito, adaptado, simplificado e traduzido para vários idiomas. No *Manifesto Slow Food* de 1989⁸⁴, de autoria do poeta e intelectual Folco Portinari, a organização se autodefine como um “movimento internacional pela tutela e pelo direito do prazer”, mantendo sua clara oposição à civilização industrial, à máquina e à vida *fast*.

Com este novo perfil global, o *Slow Food* tornou-se rapidamente um ator importante na promoção de alimentos e culturas locais e, mais especificamente na luta pelo direito ao prazer, tema que aprofundaremos nas seções a seguir.

3.1.3 Em um hemisfério “o povo passa fome”, no outro se luta pela “devolução do gosto à mesa, e do prazer à boca”

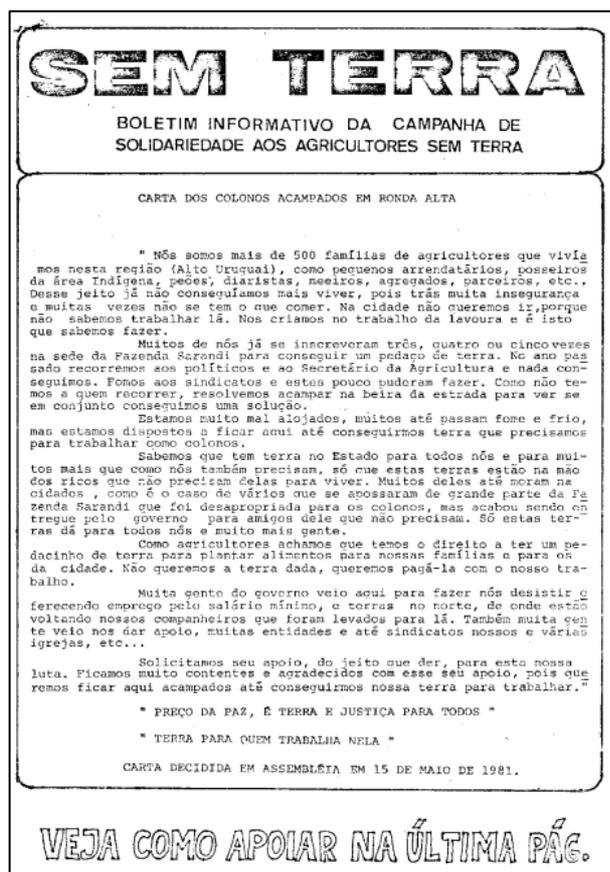
Quando pensamos sobre as condições sob as quais MST e *Slow Food* foram capazes de mobilizar participação e apoio popular em suas primeiras décadas de atuação, chamam atenção as justificações mobilizadas durante os processos de fundação e consolidação destas organizações. Em específico, uma análise sobre as narrativas contestatórias, entre anos 1980 até os nos 2000, assim como apresentado no início deste capítulo (ver seções 3.1.1 e 3.1.2), revelam diferenças marcantes entre ambos os movimentos, possivelmente representativas de seus contextos geopolíticos nacionais e regionais.

Neste arco temporal, as reivindicações em torno do prazer à mesa, da valorização do gosto e da redescoberta dos sabores e aromas das cozinhas regionais repercutiram em diversas das ações do *Slow Food*. Já o MST ecoou, ainda que de forma coadjuvante, a luta pelo combate à fome, conectando a ocupação de terras à produção de alimentos para a subsistência dos trabalhadores rurais. O combate à fome era característica central do Sul Global naquela época e presente até os dias hoje, com novas perspectivas, conceitos e discussões. A seguir, analisamos documentos produzidos por essas duas organizações que ilustram com mais detalhes estas reivindicações, as quais consideramos emblemáticas para pensar, dada a magnitude destes movimentos, as particularidades históricas dos ativismos no Brasil e na Itália, contextualizando-as respectivamente aos contextos do Sul e do Norte Global.

Um dos primeiros documentos associados ao que, alguns anos depois, se concretizaria na fundação do MST é a *Carta dos Colonos Acampados em Ronda Alta*, escrita em maio de 1981 e publicada na capa da primeira edição do *Boletim Sem Terra* (Figura 15).

⁸⁴ O *Manifesto Slow Food* (1989) está disponível em italiano, inglês, português, alemão, francês, espanhol, russo, japonês e persa em: <https://www.slowfood.com/resources/> Acesso em: 1 dez. 2024.

Figura 15. Carta dos Colonos Acampados em Ronda Alta, *Boletim Sem Terra* (1º ed.), Porto Alegre/RS, Brasil, 1981.



Fonte: Boletim Sem Terra, 1981, n. 1, p.1.

A carta é uma declaração embrionária em nome de mais de 500 famílias de agricultores do Alto Uruguai/RS, anterior à fundação oficial do MST, em que se faz notar, em primeiro lugar, a ausência do termo “reforma agrária”, que anos mais tarde se consolidaria como a tônica primordial do movimento. Em segundo lugar, é ali que encontramos as primeiras menções à reivindicação pelo combate à fome, bem como o intuito de acessar o direito à terra para a produção de autoconsumo.

O documento elaborado e assinado em uma assembleia dos acampados denunciava a insustentabilidade para os trabalhadores rurais em continuar na posição de arrendatários, posseiros, peões, diaristas, meeiros, agregados e parceiros, dada a falta de condições mínimas que não permitiam sequer a estes “ter o que comer”. Um dos parágrafos da carta dizia: “Como agricultores achamos que temos o direito a ter um pedacinho de terra para plantar alimentos para nossas famílias e para os da cidade” (*Carta dos Colonos Acampados em Ronda Alta*, 1981).

Assim, ao longo dos primeiros anos de formação do MST, observamos que quando a pauta da alimentação aparecia era de forma pontual, relacionando-se, em especial, às reivindicações acerca da pobreza, da fome e das condições de vida dos trabalhadores rurais, que começavam a se organizar principalmente sob a bandeira dos Sem Terras. Para além desta menção de 1981, anterior à fundação formal do MST, destacamos a seguir outras menções à questão alimentar e da fome presentes em declarações feitas durante o I Encontro Nacional dos Sem Terra, de 1984, quando foi fundado oficialmente o MST, e durante o I Congresso Nacional do MST, em 1985.

Em um balanço sobre a situação da época, o *Documento Final: I Encontro Nacional dos Sem Terra*, de 1984, traz a seguinte declaração: “no relato das experiências de lutas feitas pelos companheiros dos diferentes estados, representados de Norte a Sul do país, constatamos com muito tristeza que os problemas aumentaram: cresceu o número de conflitos, a fome, a miséria, desemprego, mortes, assassinatos brutais de companheiros”. A fome é nomeada ao lado de outras questões centrais para o movimento. No ano seguinte, em ocasião do I Congresso Nacional dos Trabalhadores Sem Terra, este assunto foi retomado (Figura 16).

Figura 16. I Congresso Nacional do MST, MST, Curitiba/PR, Brasil, 1985.



Fonte: Site oficial MST [40]

Santina Gracielle, Sem Terra do Mato Grosso do Sul, durante o ato de abertura do I Congresso Nacional, convidada para falar em nome das mulheres Sem Terra, afirmou: “Enquanto o país exporta, o povo passa fome” (JST, 1985, n. 42, p. 4). Segundo a cobertura feita pelo JST, ela chamou a atenção para o paradoxo entre a larga produção nacional de alimentos, voltada especialmente para a exportação, e a presença da fome no país, que se alastrava entre os Sem Terras.

Em uma entrevista à mesma edição do JST, José Fernandes, trabalhador rural do Vale do Ribeira/SP, analisou as ocupações desenvolvidas na região Sudeste, onde de acordo com o MST se encontrava na época o maior contingente de boias-frias do Brasil, e discutiu sobre a fome: “as ocupações valem a pena, porque tinha muita gente aí passando fome: eram boias-frias, não tinham segurança no emprego e agora vários deles já estão tirando a primeira lavoura, já têm o que comer, e isto já é alguma coisa” (JST, 1985, n. 42, p. 6).

Apesar de ter sido citada por militantes ao longo do evento, como disposto acima, vale enfatizar que não encontramos menções à alimentação no compilado de exigências apresentado pelo MST no *Documento Final: I Congresso Nacional* (1985). Já nas resoluções do segundo e terceiro Congresso Nacional, realizados respectivamente em 1990 e 1995, as temáticas da fome e da alimentação foram mencionadas nas demandas por melhorias das condições de vida dos acampados e assentados do movimento feitos às autoridades, em particular em forma de pedidos de assistência sanitária, alimentar, social e/ou escolar. Em 1990, algumas das medidas de emergência de atendimento aos acampamentos encaminhadas pelo MST aos governos federais, estaduais e municipais eram o fornecimento de “assistência médica, alimentação e

escolas para todas as famílias” (JST, 1990, n. 93, p. 11). Em 1995, o MST reafirmou este pedido (JST, 1995, n. 150, p. 2).

No ano seguinte, o *Manifesto dos Sem Terras ao Povo Brasileiro* (1996) versava sobre a importância da luta pela reforma agrária para “**garantir comida farta na mesa** de todos os brasileiros”, já que o “**povo precisa de comida barata**, melhores salários, educação, moradia e saúde” (grifos nossos).

O fato de que durante as décadas de 1980 e 1990 a alimentação aparecesse ligada à questão da fome dos trabalhadores rurais dialoga com o cenário político da época e coincide com o período de consolidação do MST como movimento nacional, durante o qual a ocupação de terras era identificada como o principal foco e forma de luta do movimento. Palavras de ordem como “Ocupação é a única solução”, lemas do I Congresso Nacional, ocorrido em 1985, ilustram com clareza os ideais que norteavam as ações do MST em seus primeiros anos de atuação.

Sendo assim, consideramos que, durante a década de 1990, na agenda política do MST os temas alimentares eram uma questão complementar às demais. Neste período, as discussões se encontravam mais restritas à ideia da terra como lugar de trabalho e do acesso ao alimento como aspecto literal e fundamental à garantia da subsistência, salvo raras exceções. Uma delas é uma menção que encontramos à saudabilidade dos alimentos no fim do século XX quando em uma matéria do JST dedicada a uma experiência bem sucedida de produção agroecológica em um assentamento do MST no litoral norte de Santa Catarina, se avaliava que “essa pequena experiência é uma grande demonstração de que é possível utilizar os produtos da natureza para **produzir alimentos saudáveis**” (JST, 1997, p. 10, n. 174, grifos nossos). Um tema que, como veremos mais adiante, apenas na período mais recente ganhou preponderância nos programas políticos do MST.

As afirmações em torno da ideia de que “o povo passa fome” denunciavam a falta das condições mínimas de vida e revelavam um dos motores da mobilização dos trabalhadores rurais sem terra, aparentemente articulando tais questões as reflexões pioneiras de Josué de Castro dos anos 1940, que compreendiam a fome como um fenômeno social e político⁸⁵. Aos poucos, esta questão conquistou espaço dentro da agenda política do MST.

Foi no início dos anos 1990 que a questão da produção agrícola começou a se apresentar com maior destaque, o que pode ser observado no lema do II Congresso Nacional: “Ocupar, resistir e produzir” (Figura 17).

⁸⁵ Vale dizer que, no período subsequente, esta questão ganhou tração no contexto de outros coletivos e suas mobilizações, tal como a “Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida”, organizada desde 1993 pelo sociólogo Herbet de Souza, o Betinho, e que existe até os dias atuais. Ver mais em: <https://www.acaodacidadania.com.br> Acesso em: 1 dez. 2024.

Figura 17. II Congresso Nacional do MST, Brasília, Brasil, 1990.



Foto: Carlos Carvalho / Fonte: Site oficial do MST [16]

Ao lado da defesa da pauta da ocupação de terras (que fundamentava o programa político do MST desde o início) foi alocada a reivindicação pela produção, como forma de trabalho, articulando-a ao combate à miséria e à geração de subsistência para as famílias presentes nas ocupações e assentamentos. Uma matéria veiculada no site do MST sintetiza algumas reflexões sobre as primeiras edições dos Congressos Nacionais:

Ocupar já era uma decisão tomada desde o I Congresso, a definição política de Resistir [vinha] com o objetivo de pressionar o governo a desapropriar terras, e Produzir para os trabalhadores rurais melhorarem suas condições de vida no campo e saírem da condição de miséria imposta pelo sistema (Site oficial MST, 2013 [3]).

Para o MST, o congresso de 1990 “reafirmou a necessidade dos Sem Terra resistirem nos latifúndios ocupados e permanecer nessas terras, produzindo a subsistência das famílias e garantindo a existência de novas comunidades rurais”, estabelecendo que o objetivo do movimento era “incentivar a produção nos assentamentos, mas para isso era preciso equipamento, infraestrutura, além de uma política agrícola governamental voltada para assuntos de reforma agrária”, conforme constam em declarações disponíveis em seu site [15; 37].

Cabe destacar que, nestas declarações, o termo “produção” não é seguido de nenhuma adjetivação, isto é, sem menção explícita à produção de alimentos ou produção alimentar. Em nossa avaliação, o foco encontrava-se, sobretudo, no trabalho agrícola, onde a terra era tida pelo MST como um meio de subsistência e local de trabalho, o qual possibilitaria o acesso de alimentos para o autoconsumo e a geração de renda por meio da produção agrícola que poderia ou não ser focada em alimentos.

Nos anos posteriores, os temas alimentares são citados no *Programa de Reforma Agrária*, que subsidiou as discussões do III Congresso Nacional, ocorrido em julho de 1995. Há uma menção direta à fome e SAN, e outras referências alusivas a produção alimentar (tais como: “produção da agropecuária” e “agroindústria”). Dentre os objetivos elencados, destacamos dois de um total de oito pontos de luta:

3 - Garantir que a **produção da agropecuária esteja votada para a segurança alimentar, a eliminação da fome** e ao desenvolvimento econômico social dos trabalhadores [...]

5 - Levar a **agroindústria** e a industrialização ao interior do país, buscando o desenvolvimento harmônico das regiões e garantindo geração de empregos especialmente para a juventude (*Programa de Reforma Agrária*, 1995, grifos nossos)

O conteúdo do documento, que representava, segundo a Direção do MST, a síntese da visão do movimento “sobre que tipo de reforma agrária, que tipo de transformações sociais” eram desejadas para o meio rural brasileiro (*Caderno de Formação*, n. 23, 1995, p. 6), demonstra como, nas primeiras duas décadas de atuação do MST, os temas alimentares eram expressos de forma implícita e indireta, restritos às reivindicações em torno do trabalho e da produção agrícola para subsistência e suas articulações na garantia da segurança alimentar e na eliminação da fome. Autores como Souza e Schneider (2022, p. 281) avaliam que, neste interim, o modo de organização do MST se baseava em um “paradigma produtivista”, voltado para a consolidação e permanência das famílias assentadas.

Com a virada do século, o MST passa a mobilizar os temas alimentares de forma explícita e com maior ênfase. Dos anos 2000 em diante, as reivindicações acerca da necessidade de alimentos em quantidade adequada e do combate à fome são acrescidas do debate sobre a qualidade específica dos alimentos produzidos em assentamento da reforma agrária, conforme analisamos na segunda seção deste capítulo (seção 3.2).

No outro hemisfério, isto é, no caso do *Slow Food* Itália, não encontramos menções claras à fome nos documentos examinados referente ao período de criação e consolidação do movimento, o que evidencia as características sociogeopolíticas das áreas de origem de cada um dos movimentos aqui analisados. Como descrito por Hayes-Conroy e Martin (2010), ainda que sua fundação seja ligada a pessoas e grupos da esquerda italiana, envolvidos a sua maneira com a política local, desde sindicatos até associação culturais, a abordagem do *Slow Food* desde o início era centrada na alimentação. A ênfase nas críticas estéticas o difere de outros movimentos sociais que predominantemente mobilizam críticas éticas, tais como movimentos de trabalhadores, por justiça social, ligados à partidos políticos, etc.

Diferente do MST, o *Slow Food*, como o próprio nome indica tem a sua fundação fortemente ligada às discussões em torno da alimentação. A educação do gosto, os prazeres da mesa, a sociabilidade das refeições, a valorização de ingredientes e receitas regionais são alguns dos elementos reivindicados como uma forma de resistência aos alimentos industriais, padronizados e produzidos em massa (PIETRYKOWSKI, 2004), como é possível observar desde as primeiras versões do Manifesto, 1987 e 1989, assinadas por um grupo misto de poetas, escritores e intelectuais da esquerda italiana, os quais anunciavam:

A partir de hoje, os *fast-foods* serão evitados e substituídos pelo *slow-food*, isto é, os centros verdadeiros de prazer. Em outros termos, devolve-se o gosto à mesa, e o prazer à boca* (*Manifesto Slow Food*, 1987).

Nossa defesa deveria começar à mesa com o *Slow Food*. Redescubramos os sabores e aromas da cozinha regional e eliminemos os efeitos degradantes do *Fast-Food* (*Manifesto Slow Food*, 1989).

O sabor, o gosto e o prazer são mobilizados pelo movimento de forma enfática e bastante particular. Hayes-Conroy e Hayes-Conroy (2010) avaliam que, de forma geral, não é imperativo para o *Slow Food* que os participantes e entusiastas se autodenominem enquanto atores políticos, a menos que estes considerem prazeroso tal imaginário. As experiências de ordem

prática, onde as pessoas colocam literalmente as mãos na massa, se consolidaram como um elemento chave para o *Slow Food* gerar mobilização, participação e apoio a suas pautas.

Uma linha do tempo disponível no site do *Slow Food* [18] elenca os marcos de seus primeiros anos de atuação que contribuem para pensar, conforme afirma Siniscalchi (2019), como o “gosto pela boa cozinha” se consolidou enquanto instrumento para a difusão da organização e de seus princípios pelo território nacional.

Aqui destacamos, o lançamento da coleção “*Osterie d’Italia, sussidiario del mangiare all’Italiana*”, em 1990, que marcou a inauguração da *Editore Slow Food*. A partir de uma lista seleta de *osterie*⁸⁶, divulgada anualmente⁸⁷, o guia tem como objetivo de “a representação da sociabilidade, da identidade e da convivialidade à mesa”, conforme explicou Carlo Petrini, em entrevista (Site oficial do *Slow Food*, 2009 [1]).

Comparado à proposta de outros guias, como o notório *Guia Michelin* cujas origens remontam o início dos 1900, o a publicação organizada pelo *Slow Food* “subverteu o setor de restauração, ao inserir palavras como território, tradição, simplicidade, acolhimento, preços moderados” à discussão (PETRINI, 2011). Ao longo dos anos, consagrou-se como um *best seller* e um dos guias mais vendidos na Itália (Site oficial *Slow Food*, 2024 [17]) com uma tiragem superior a 100 mil cópias por ano (ANDREWS, 2008). Posteriormente, o formato de guia foi replicado em diversas publicações temáticas dentre eles, podemos citar as diferentes edições disponíveis na Itália das seguintes coletâneas (respectivamente dedicados a vinhos, queijos, azeites de oliva e cervejas): *Guida ai vitigni d’Italia*, *Guida ai formaggi d’Italia*, *Guida agli extravergini* e *Guida alle birre d’Italia*⁸⁸.

A publicação em 1990 de um guia de restaurantes dialoga com as inquietações primordiais de seus fundadores presentes desde os protestos contra a abertura do *McDonald’s* em Roma em 1986. A oposição basilar ao *fast-food* possuía naquela altura, pela menos, duas frentes. Em primeiro lugar, abrangia um escopo mais amplo de crítica à padronização, homogeneização (RITZER, 2019) e “mundialização” da alimentação (*mondializzazione*, no original disponível em Petrini, 2013b). Em segundo lugar, possuía um caráter mais específico, versando sobre como o estabelecimento de uma rede de restaurantes de comida rápida e relativamente barata como o *McDonald’s* ameaçava não só o mercado em ascensão de restaurantes de luxo, frequentados pela classe média e alta, mas especialmente os pequenos negócios, as *trattorie* e as *osterie* locais, frequentadas por pessoas de todas as classes sociais (MIELE; MURDOCH, 2003). Nesse sentido, o guia de restaurantes do *Slow Food* procurava promover uma discussão em nível nacional sobre as culturas alimentares locais e os dispositivos de tutela deste mundo. Os *restarateurs* se tornaram, para além de proprietário de estabelecimentos mencionados em um guia culinário, embaixadores das mensagens e propostas do movimento, e suas *osterie* se transformaram em pontos de encontro e de realização de eventos dos sócios e simpatizantes do movimento (SINISCALCHI, 2019).

Ainda sobre os marcos da linha do tempo do *Slow Food*, os primeiros *Laboratórios do Gosto* (*Laboratori del Gusto*, em italiano) foram realizados em 1994⁸⁹. Uma fórmula

⁸⁶ [N.T.] “*Osterie*” e “*trattorie*” são designações em italiano para restaurantes relativamente populares. De acordo com o Dicionário *Slow Food*, as *osterie* são locais simbólicos de cozinha tradicional, serviço simples, acolhimento hospitaleiro e sem frescuras, oferta de vinhos de qualidade e preços razoáveis (RUFFA; MONCHIERO, 2002 *apud* SINISCALCHI, 2014, p. 74).

⁸⁷ Em 2024, o guia *Slow Food* chegou a sua 35ª edição, apresentando 1.900 recomendações, dentre tabernas, fazendas, bares de vinho com culinária e restaurantes, e mais de 320 endereços reconhecidos e premiados pelo *Slow Food Itália* (MASTROVITO; SIGNORONI, 2024).

⁸⁸ Ver mais em: <https://www.slowfoodeditore.it> Acesso em: 1 dez. 2024.

⁸⁹ Os primeiros *Laboratórios do Gosto* ocorreram durante alguns eventos gastronômicos, tais como o *Vinitaly* em Verona em 1994 (PETRINI, 2013b) e continuam a ser realizados até hoje. De acordo com as estimativas

vanguardista para a época que, diferentemente dos momentos centrados no compartilhamento de uma refeição ou um menu, unia consumidores e produtores para a degustação crítica e formativa de um alimento ou uma bebida em específico (PETRINI, 2013b).

Durante estes laboratórios os “vinicultores, queijeiros, açougueiros, confeitores, donos de restaurantes... assumem as cátedras, derrubando os papéis tradicionais impostos por uma ideologia que sempre colocou o corpo e suas instâncias em segundo plano, em relação ao conhecimento abstrato*” (PETRINI, 2013b). De um lado, os artesões dos alimentos passam a ocupar o palco na posição de protagonista para compartilhar seus conhecimentos tácitos. De outro, os participantes dos laboratórios são provocados a retomar os seus sentidos (observar, cheirar, degustar) e usar, no lugar da autoridade dos livros e dos manuais industriais, suas habilidades pessoais no exame meticuloso das características organolépticas do alimento em questão. A prática de degustação é concebida como um ritual, no qual os alimentos desempenham um papel de conexão e comunicação, possibilitando a produção de novas formas de sociabilidade e conexão entre produtores, consumidores e gastrônomos.

A dimensão do gosto foi reforçada nos anos subsequentes em outras atividades, cujos desdobramentos estão presentes ainda hoje. Em 1996, no aniversário de 10 anos do *Slow Food*, ocorreu a primeira edição do *Salone del Gusto*, em Turim, em colaboração com as autoridades região do Piemonte. Nas palavras de Pettrini (2009, p. 21), o evento nascia como a maior *showcase* de alimentos do mundo⁹⁰, isto é, “uma grande quermesse internacional” que servia de “vitrine onde os convidados eram o melhor da produção alimentar italiana e internacional, em consonância ao cânone da filosofia de *Slow Food*”.

O *Manifesto da Arca do Gosto* (*Manifesto dell'Arca del Gusto*, em italiano) foi publicado no ano seguinte, em 1997. “Uma arca para conservar os sabores perdidos”, como narram Pettrini e Padovani (2017). A metáfora bíblica evocava a Arca de Noé, na criação de um inventário mundial para a salvaguarda da biodiversidade e, em particular, de uma gama de alimentos produzidos artesanalmente e em pequena escala. Um dos seus principais objetivos era protegê-los do “dilúvio” da homogeneização alimentar, que colocava em risco um patrimônio de sabores e competências extraordinários.

Serena Milano, uma das porta-vozes da Fundação *Slow Food* para a Biodiversidade, em entrevista citada por Pettrini e Padovani (2017), explica que o diferencial da Arca do Gosto foi dar uma nova interpretação ao tema da biodiversidade, que ia além do foco exclusivo dos animais silvestres, os quais já eram ícones de outras organizações ambientais. O trabalho de catalogação da Arca do Gosto focava, de maneira inédita, em raças de animais de criação doméstica, variedades vegetais locais selecionadas para o consumo humano, e saberes e modos de fazer transmitidos através das gerações na feitura de queijos, embutidos, doces, pães, etc⁹¹. A bandeira da biodiversidade, presente desde o fim dos anos de 1990 até os dias de hoje, ilustra os contornos específicos dados pelo *Slow Food* aos modos de valorização da cité verde. Há uma intersecção dos princípios comuns ecológicos (biodiversidade), com aqueles domésticos (criação doméstica, tradições) e inspiracionais (gosto, prazer).

A Arca do Gosto nasceu, assim, com a missão proteger o direito ao prazer e promover a educação do gosto, tendo como alguns de seus objetivos específicos:

divulgadas no site oficial do *Terra Madre*, em 2024, apenas durante o *Terra Madre* foram realizados 68 Laboratórios do Gosto.

⁹⁰ Em seu *Discurso de Abertura do Terra Madre*, 2004, Pettrini declarou: the Salone del Gusto [is] arguably the world's largest showcase of agricultural and food products.

⁹¹ Segundo a Fundação *Slow Food*, hoje mais 6.400 produtos compõem a Arca do Gosto, sendo cerca de 1.200 destes provenientes da Itália. Disponível em: <https://www.fondazione Slow Food.com/it/nazioni-arca/italia-it/> Acesso em: 1 dez. 2024.

preservar a produção agroalimentar de qualidade, em pequena escala e feita de forma artesanal, do dilúvio da homologação industrial; evitar que a velocidade devore e leve à extinção centenas de raças animais, carnes curadas, queijos, plantas comestíveis silvestres ou cultivadas, cereais, frutas [...]; combater o higienismo exagerado, que mata a singularidade de diversas produções* (*Manifesto da Arca do Gosto*, 1997).

No ano seguinte, durante o III Congresso Nacional, em 1998, foi aprovada a estratégia de desenvolvimento do projeto Fortalezas, um dos desdobramentos da Arca do Gosto (SF, 2006, n. 19). Diferente do trabalho de catalogação de produtos da Arca do Gosto, cujos produtores poderiam não ser conhecidos do relator, a característica fundamental das Fortalezas, definidos como *Presìdi* em língua italiana, era o relacionamento do *Slow Food* com os produtores e a implementação de iniciativas concretas para apoiá-los (Para discussões específicas sobre as Fortalezas, ver Capítulo IV, seção 4.4).

Estes dois projetos, Arca do Gosto e Fortalezas, ilustram com clareza as razões pelas quais autores, como Andrews (2008), consideram a filosofia do *Slow Food* única. Uma filosofia que amalgamou, de forma pioneira, dois conceitos: gastronomia e ecologia, promovida em termos de “eco-gastronomia”. De fato, com criação oficializada em 1999, as Fortalezas passaram a envolver a educação do gosto, mobilizando não somente as questões relacionadas ao prazer, mas também à biodiversidade. Siniscalchi (2013) sistematiza a relação entre as Fortalezas e o gosto em três dimensões:

O sabor é o passo mais importante que permite que os produtos se tornem *Fortalezas* em primeira instância. Em segundo lugar, o gosto é uma forma de educar os consumidores, os educadores, os líderes e os responsáveis locais. Em terceiro lugar, o gosto torna-se um instrumento político e econômico* (SINISCALCHI, 2013, p. 301).

Cabe notar que, nestas diferentes experiências, o gosto também é um instrumento que delimita barreiras e cria hierarquias, podendo excluir os produtores cujo alimento não é considerado “bom”, bem como os consumidores que não sabem reconhecer e apreciar a “boa” comida (SINISCALCHI, 2021).

Este tipo de crítica pode ser percebida no certo “desdém” expresso pelo *Slow Food* pelos “gostos comuns”. Um exemplo emblemático são as duras críticas dirigidas àqueles que optam por realizar suas refeições em restaurantes das cadeias de *fast-food*. Como explica Andrews (2008, p. 45), “parte disso se deve à ênfase estética no sabor, onde o *Slow Food*, ao enfatizar a qualidade da comida, também está, na verdade, julgando gostos inferiores*”. De modo suplementar, Parasecoli (2022, p. 69) assinala que “essas posições sobre o que é gostoso, apropriado, saudável, autêntico e, acima de tudo, acessível podem ser julgadas como elitistas e contrárias ao *ethos* e aos interesses da comunidade”, uma vez que quem define o que é “bom” são, sobretudo, membros das elites cosmopolitas, geralmente das áreas urbanas, com amplo acesso à educação e com poder de compra notável, os quais “podem ser cegos aos seus próprios vieses, que excluem ou ignoram grandes partes da população*”.

Por um lado, estas críticas parecem se basear na construção social do gosto pela qual diferentes escolhas estéticas são “distinções” e articuladas para manter e afirmar a posição dominante das classes mais abastadas, nos termos de Pierre Bourdieu, por exemplo. Por outro, a ênfase dada pelo *Slow Food* ao gosto como manifestação da cultura e da sociedade sugere uma perspectiva diferente. Nesta ótica, o gosto é algo passível de ser ensinado, estimulado e desenvolvido, em nível individual e coletivo, e, sob a chancela das discussões sobre o “direito ao prazer”, o gosto é também político.

Em uma análise sobre o *Slow Food* na Itália, Counihan (2021) propõe a noção de “ativismo do gosto” (*taste activism*). Já os estudos de Hayes-Conroy e Hayes-Conroy (2010) e Hayes-Conroy e Martin (2010) discutem como o gosto é capaz de estimular simultaneamente corpo, mente e emoções, e, portanto, ser utilizado pelo *Slow Food* como uma estratégia para recrutar e engajar membros, valorizar seus sentidos corporais e modificar hábitos.

Como sumariza Siniscalchi (2013, p. 302), ações como o *Salone del Gusto*, os Laboratórios do Gosto e as Fortalezas fomentam “rituais nos quais a comida se torna um conector, um meio de comunicação que produz diferentes formas de sociabilidade, vinculando produtores e consumidores a certos ambientes físicos e de conhecimento, mas também a imaginar novos tipos de economia*”. O gosto se institui como um mediador de relações entres humanos, bem como entre humanos e não-humanos. Neste cenário, o gosto se consolida como um “instrumento de batalhas políticas”, nas quais “práticas individuais e coletivas de gosto são utilizadas nas ações e políticas do *Slow Food* para contrariar a lógica do mercado” (SINISCALCHI, 2013, p. 302). Outras reflexões sobre o direito ao prazer (abordadas no Capítulo IV, seção 4.2), bem como sobre o gosto como atributo de qualidade (seção 4.4), no caso das Fortalezas, são tratadas mais adiante.

Enfim, esses são alguns pontos críticos e de tensão que paulatinamente levaram o *Slow Food* a “dar um passo a mais”, a partir do reposicionamento do seu programa político e da defesa de novas bandeiras, o que é o foco de análise da seção a seguir.

3.2 “Dar um Passo a Mais”: Novas Bandeiras do Século XXI

Assim como para a Teoria da Justificação as ordens de grandeza são historicamente construídas, a agenda política e as bandeiras defendidas pelos movimentos sociais também o são. Uma das características dos movimentos sociais de longa data é justamente acompanhar as mudanças das conjunturas e disputas políticas no decorrer do tempo. Nesta seção, analisamos os processos que impulsionaram mudanças ideológicas e políticas nas contestações do MST e do *Slow Food*, que envolvem os temas alimentares.

No caso do MST, o foco recai sobre uma nova narrativa de reforma agrária que abrange, com notoriedade, a produção de alimentos saudáveis e de qualidade. Já o enfoque do *Slow Food* é a reivindicação por alimentos que sejam simultaneamente bons, limpos e justos para todas e todos.

Como vimos, deter o foco no constante processo de constituição dos coletivos marcados pela sua diversidade e transformações é uma forma de analisá-los ontologicamente, no lugar de tomá-los como unidades analíticas fechadas, como sugerem Rosa, Penna e Carvalho (2020).

A instabilidade destes coletivos pode ser observada na medida em que se reúnem materiais e narrativas sobre a longa duração dos objetos. Em uma observação de longo espectro, é possível verificar que as fronteiras que demarcam os diversos atores e coletivos são cambiantes e sujeitas a um constante processo de constituição. Rosa, Penna e Carvalho (2020, p. 507) consideram que tal instabilidade “pode ser observada nos períodos de maior ou menor atividade – na organização interna e nas expressões públicas –, e também no engajamento em novas controvérsias que podem ser consideradas como contraditórias em relação ao passado”.

A sugestão dos autores é trabalhar com essa instabilidade, tratando-a não como possível ruído, mas como dado de pesquisa relevante. A ausência de um padrão identificável e mais ou menos permanente que impossibilita trabalhar os dados por meio de uma classificação simples, demanda, por sua vez, uma explicação na forma de descrição densa para dar conta da heterogeneidade característica da interação entre atores e coletivos entre si e com diversos

outros actantes. Sendo assim, a instabilidade aqui é vista não como um problema da atuação dos movimentos sociais, mas, ao contrário, como um dos elementos que permite que a luta destes coletivos perdure ao longo do tempo (ROSA; PENNA; CARVALHO, 2020). As configurações marcadas pela instabilidade estão na raiz das ações dos coletivos, em momentos e contextos diversos (LATOURE, 2012). A efetividade das narrativas depende das histórias que compõem o pano de fundo cultural de um determinado contexto em um determinado momento histórico (POLLETTA; GARDNER, 2014). Como salienta o próprio MST, é preciso se desviar do risco “de ser mais um Movimento que nasceu, cresceu e aos poucos foi enferrujando até ser superado por outras organizações mais eficazes” (JST, 2014, n. 323, p. 2).

Dito isso, começamos a acompanhar especialmente após a virada para o século XXI, narrativas públicas e análises acadêmicas que apontam uma renovação das contestações alimentares protagonizadas por estes dois movimentos. No caso do MST, estas novas narrativas podem ser observadas com clareza especialmente após o IV Congresso Nacional, realizado em 2000. Enquanto no contexto italiano, é especialmente a partir de 2004 que o *Slow Food* começa a se envolver em novas contestações alimentares frente a uma série de marcos, dentre eles a realização da primeira edição do evento *Terra Madre*, realizado neste mesmo ano. Em contextos e situações diferentes, e movidos por interesses e críticas distintos, ambos os coletivos aqui analisados identificaram a necessidade de dar “um passo a mais”. A seguir, evidenciamos como a produção de alimentos saudáveis e de qualidade se tornou o novo paradigma do MST no contexto brasileiro, e como a formulação e difusão da tríade “bom, limpo e justo” se consolidou como a bandeira do *Slow Food* na Itália e no mundo.

3.2.1 O novo paradigma do MST: Produção de alimentos saudáveis de qualidade

A partir dos anos 2000, a abordagem do MST acerca da alimentação adquiriu novos contornos e ganhou centralidade. O desafio do movimento de se reinventar parece dialogar com uma das “característica[s] da modernidade do MST [que] é saber acompanhar as mudanças das conjunturas políticas”, como afirmou Fernandes (2008, p. 77). Este desafio pode ser contextualizado com o fato, identificado pelo próprio MST, de que “os inimigos da Reforma Agrária se modificaram ao longo dos anos” (JST, 2014, n. 323, p. 2) com repercussões para as suas propostas políticas.

Em uma análise temporal, o MST avalia que nas décadas de 80 e 90 lutar pela terra significava enfrentar fundamentalmente os latifúndios improdutivos e os órgãos de repressão do Estado, enquanto no início do século XXI a luta se deslocou para o enfrentamento direto ao capital e à aliança do agronegócio com o Estado (JST, 2014, n. 323). Em um primeiro momento, a questão alimentar aparecia de forma pontual no programa político do MST, sendo relacionada especialmente à fome e aos pedidos de assistência e recursos às autoridades para melhorar as condições de vida de seus integrantes. Como analisamos a seguir, a virada para o século XXI pode ser entendida como um marco temporal, a partir do qual os temas alimentares passam a ocupar novos espaços dentro da estratégia do MST, sendo evidenciada, com maior ou menor enfoque, no discurso de algumas de suas lideranças, bem como na análise de alguns pesquisadores, especialistas no assunto, tais como Fernandes (2013; 2017; 2019; 2022), Lerrer e Medeiros (2014) e Medeiros (2021). Com efeito, tais atualizações estão na base das discussões que levaram a mudanças na compreensão dos sentidos da reforma agrária.

Aqui concordamos com Pollan (2010) e Barbosa (2016) sobre o caráter elusivo que os temas alimentares possuíam no debate público até muito recentemente. Pollan (2010) reflete que, politicamente falando, a alimentação era uma pauta praticamente invisível. Para o autor, os movimentos alimentares foram um dos grandes responsáveis para dar visibilidade a este tema. Barbosa (2016, p. 97) discute que, embora seja possível argumentar que a alimentação

sempre foi central e visível na vida de qualquer sociedade em qualquer época, na contemporaneidade o protagonismo e a visibilidade da alimentação deixaram de ser “implícitos, silenciosos e arguidos em contextos específicos” para se tornarem “explícitos e estridentes”, se concretizando como um fenômeno evidente e ubíquo. De fato, nas sociedades contemporâneas, a alimentação ostenta protagonismo como um ponto de convergência de questões políticas, ambientais, éticas, estéticas, morais, ideológicas, simbólicas, identitárias, filosóficas e sociais, entre outras, para além de preferências individuais e/ou de determinados grupos.

A análise documental conduzida por nós corrobora com evidências nesta mesma direção. Este movimento campestino inicialmente focado na luta contra os latifúndios, com menções pontuais aos temas alimentares, reposicionou suas pautas políticas e incorporou em sua linha de frente a defesa de uma alimentação, não apenas barata, mas saudável, agroecológica e isenta de agrotóxicos, dotando a questão da reforma agrária de novos significados (FERNANDES, 2008; 2013; 2022; LERRER; MEDEIROS, 2014; MEDEIROS, 2021). Após a virada do milênio, a construção de uma “aliança com a cidade” através da pauta da alimentação ganha fôlego na agenda e na estratégia política de movimentos sociais do campo (TANAKA, 2019; TANAKA; PORTILHO, 2019), tal como MST. Os temas alimentares adquiriram maior destaque, e termos como soberania alimentar, entoados pela Via Campesina desde meados da década de 1990, passam a ter maior visibilidade e ênfase deste período em diante.

A centralidade dos temas alimentares pode ser contextualizada na formulação de uma série de arranjos que tinham como intuito a extrapolação da luta pela reforma agrária para além dos confins rurais. Segundo Kelli Mafort, da Direção Nacional do MST, um dos marcos desta transposição foi o lema vocalizado em 1995, durante o III Congresso Nacional, que anunciava: “Reforma agrária: Uma luta de todos!”. Em entrevista, publicada no site do MST, Mafort identifica o período de surgimento deste debate dentro do movimento:

Ali [em 1995, após o 3º Congresso Nacional do MST], nós avançamos na consciência de que a luta pela terra nós fazemos no campo através das ocupações de terra. Mas que precisávamos ganhar essa luta politicamente também nas cidades (Kelli Mafort, em entrevista ao site oficial do MST [18], em 8 mar. 2022).

A ênfase da reforma agrária como “uma luta de todos” demarca um transbordamento das reivindicações do MST englobando, para além dos trabalhadores rurais, os sujeitos das cidades, tal como ressaltado por uma das dirigentes nacionais na citação acima.

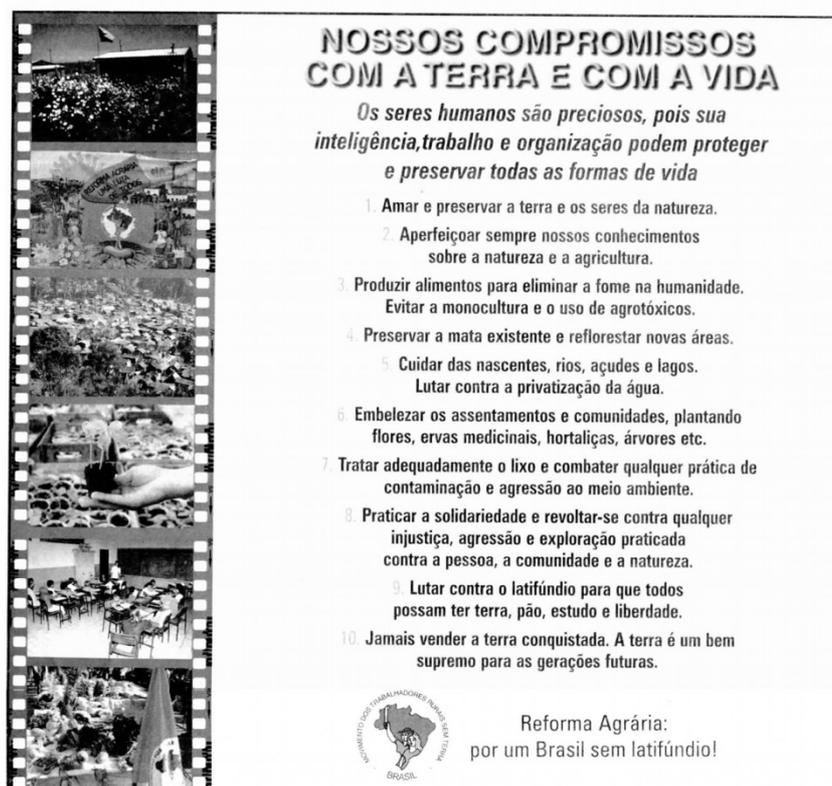
Alguns autores que examinam a expansão do território discursivo e de ação do MST para as cidades mostram que esta é uma estratégia tanto para recrutar novos militantes, discutido por Andrade Neto (2013) como uma virada do MST para o urbano, quanto para projetar suas pautas para outros públicos, para além dos Sem Terras, como exemplifica a sua participação na “Campanha por um Brasil Livre de Transgênicos”, criada em 1999, junto a diversos movimentos ambientalistas e de consumidores (FREITAS, 2011; MOTTA, 2016). Neste sentido, Comparato (2001) ao analisar a ação política do MST sublinha que,

no que diz respeito à opinião pública nacional, é preciso considerar que, numa sociedade majoritariamente urbana como a sociedade brasileira contemporânea, as lutas do campo só conseguem se projetar nacionalmente se tiverem o respaldo e o reconhecimento da população das cidades (COMPARATO, 2001, p. 115).

Para Borges (2006, p. 129), os compromissos ligados à questão ambiental firmados no IV Congresso Nacional marcaram os anos 2000 como um momento da “mudança do paradigma

de produção, adotado pelo MST desde a sua criação”. O autor faz menção à lista de dez compromissos que versavam sobre a “proteção e preservação de todas as formas de vida” (Figura 18).

Figura 18. “Nossos Compromissos com a Terra e com a Vida”, MST, Brasil, 2000.



Fonte: JST, 2000, n. 203, p. 24.

Esta lista de compromissos denota também adoção explícita dos temas alimentares, ainda que circunscritos à temática da fome. Destacamos o terceiro ponto em relação à “produção de alimentos para eliminar a fome na humanidade” e o oitavo que estabelecia a “luta para que todos tenham terra, pão, estudo e liberdade”.

Neste mesmo ano, foi lançado o *Manifesto do MST ao Povo Brasileiro (2000)*, publicado no JST após a realização do IV Congresso Nacional, no qual a questão alimentar é mencionada algumas vezes. Neste documento, o MST trata do abastecimento e do estoque reguladores de alimentos, da biotecnologia e das mudanças genéticas de plantas e alimentos, bem como do “acesso à alimentação para todos os brasileiros”. O controle das multinacionais, as modificações genéticas e a baixa regulação dos estoques de alimentos são alvos de contestações e controvérsias alimentares identificadas pelo MST. De outro lado, os alimentos, sob a perspectiva da reforma agrária, são apreendidos como meios para a garantia do abastecimento alimentar e da alimentação para todos os brasileiros, e consequentemente do combate à fome.

Como apontam alguns autores (ALIAGA; MARANHO, 2021; BARCELLOS, 2010; BORGES, 2007; BORSATTO; SOUZA-ESQUERDO, 2019; COSTA NETO; CANAVASI, 2002), na história do MST, a primeira década dos anos 2000, tendo como marco o IV Congresso Nacional, pode ser identificada como o momento de adoção dos princípios da agroecologia

como diretriz norteadora do movimento. Nesta época, o modelo de assentamento foi reavaliado. Costa Neto e Canavesi (2002, p. 207) avaliam que o discurso político-produtivo do MST vinha “se afunilando rapidamente no sentido de incorporar preocupações com a sustentabilidade nos assentamentos sob sua responsabilidade”, permitindo começar a discutir novos rumos de uma “reforma agrária agroecológica”. Deste período em diante, as referências à citê verde se tornam contundentes e frequentes, oferecendo legitimidade à causa e gerando diversos tipos de apoio ao movimento (MORUZZI MARQUES *et al*, 2021), dentre eles apoio à causa alimentar.

Borsatto e Souza-Esquerdo (2019) explicam que, no lugar de um foco exclusivo nas dimensões relacionadas ao trabalho e à produção,

a diretriz passou a ser que a produção dos assentados deveria estar voltada **prioritariamente para garantir alimentos de qualidade e em abundância para as famílias**. Em consonância com a discussão promovida pela Via Campesina, o discurso agroecológico ganhou força dentro do MST, não apenas como uma prática agrícola menos agressiva ao meio ambiente, mas conjugado a um intenso questionamento político sobre as políticas agrícolas adotadas pelo Estado brasileiro (BORSATTO; SOUZA-ESQUERDO, 2019, p. 919, grifos nossos).

Sendo assim, a inclusão dos princípios da agroecologia levou a priorização da produção de alimentos, e não de quaisquer alimentos, mas de “alimentos de qualidade”. Nos anos subsequentes, tal como mostra o editorial do JST de 2004, intitulado “Por uma agricultura saudável, sustentável e camponesa”, assinado pela Direção Nacional do MST, chama a atenção a menção à saudabilidade dos alimentos. Nota-se, assim, que sob a bandeira da agroecologia, as pautas acerca do consumo alimentar passaram a ser colocadas lado a lado daquelas da produção, as quais reproduziam os ideias marxistas e já era presentes desde pelo menos a década de 90 simbolizada no lema “Ocupar, resistir e produzir” do II Congresso Nacional. Neste editorial, os alimentos sadios são qualificados em contraposição ao agronegócio, a partir de referências à justiça ecológica (policultura, sem uso de agrotóxicos ou transgênicos) e doméstica (agricultura familiar, mercado interno):

A agricultura brasileira vive um processo de disputa de projetos sobre seu futuro. De um lado, o chamado agronegócio [...] De outro lado, temos a proposta de um **modelo de agricultura camponesa. Ela é baseada no trabalho familiar e cooperativo, que direciona sua produção para alimentos sadios praticando a policultura, não usando agrotóxicos ou transgênicos e produzindo para o mercado interno** (Direção Nacional do MST, no editorial do *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, 2004, p. 2, n. 241).

Em período sucessivo, em 2007, o *Programa Agrário* foi definido, no *Balanço Político do V Congresso Nacional*, como “um conjunto de medidas que consideramos necessárias para transformar a estrutura fundiária e garantir uma agricultura que permita a segurança e a soberania alimentar”. Esta definição adotada no *Programa Agrário do MST (2007)* testemunha como os temas alimentares passaram a ocupar espaço cada vez mais central na agenda política do MST, sendo articulados em conjunto com a ideia de um projeto popular para os trabalhadores rurais e urbanos. No referido documento, o MST declarou:

reafirmamos que não é possível construir um futuro digno nas cidades sem uma **Reforma Agrária que produza alimentos sadios e de qualidade para a população urbana**, interrompa e reverta o êxodo rural e fortaleça o mercado interno. Não apenas insistimos na aliança entre trabalhadores rurais e urbanos para a realização da Reforma Agrária, como sabemos que sem esta unidade não será possível construir um

Projeto Popular para o Brasil (*Balanço Político do V Congresso Nacional*, 2007, grifos nossos).

Em entrevista para uma das edições do JST, Fátima Ribeiro, da Coordenação Nacional do MST, explicou que o *Programa Agrário* de 2007 compartilhava o entendimento do movimento neste período de que a distribuição de terra por si não seria capaz de garantir a transformação real da sociedade.

Nós precisamos de uma reforma agrária que reflita os anseios da população brasileira, que garanta desenvolvimento humano, combinando distribuição de terras com um amplo programa de acesso à educação, à saúde, a uma **alimentação saudável** (Fátima Ribeiro, em entrevista ao *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, 2007, n. 273, p. 11, grifos nossos).

Após o V Congresso Nacional do MST o agronegócio, mais uma vez, era nomeado como o “grande entrave à reforma agrária”. De um lado, identificava-se um campo que “se transformou em um território de produção de matéria-prima para a exportação, produção essa, fundamentada no monocultivo em grande escala, no uso intensivo de máquinas e agrotóxicos – que expulsam mão-de-obra e agridem o meio ambiente – e, bancada pelo capital financeiro internacional” (*Balanço Político do V Congresso Nacional do MST*, 2007) . De outro lado, estaria um campo fruto da luta pela reforma agrária, com propostas de democratizar a propriedade de terra, e “difundir as práticas de agroecologia e técnicas agrícolas em equilíbrio com o meio ambiente”, e “produzir prioritariamente alimentos sem agrotóxicos para o mercado interno” (*Carta do V Congresso Nacional do MST*, 2007).

Nota-se, assim, que a partir do V Congresso, realizado em 2007, junto à agroecologia, não apenas a quantidade, mas a qualidade dos alimentos produzidos nos assentamentos da reforma agrária se concretiza como um ponto importante de pauta para o programa político do movimento. Os compromissos firmados pelo MST neste período acionam qualificações específicas, posicionando, como parte de sua luta, a defesa de uma alimentação saudável, associada a uma produção agroecológica, livre de agrotóxicos e transgênicos, destinada ao mercado interno.

Esta posição se manteve e se expandiu ao longo dos anos. Em 2010, João Pedro Stédile, uma das principais lideranças do MST, em entrevista à *Agência Brasil* (KONCHINSKI, 2010), enfatizava, por exemplo, a necessidade do MST dar “um passo a mais”, referenciando a premência de aliar-se ao “povo da cidade” para enfrentar os agrotóxicos:

Agora, queremos dar um passo a mais. Temos que nos aliar ao povo da cidade. Veja a situação dos agrotóxicos: **quem come os produtos cheios de venenos?** O povo pobre da cidade. Então, quando nós vamos resolver isso? Quando as massas da cidade tomarem consciência desse problema e resolverem se mobilizar (João Pedro Stédile, em entrevista à *Agência Brasil*, em 29 abr. 2010, grifos nossos).

Nesta entrevista, Stédile qualificou os agrotóxicos dizendo que “os venenos destroem a fertilidade do solo, contaminam a água, ou então ficam nos alimentos que vão para o nosso estômago”. Ao ser questionado sobre a receptividade que a temática dos agrotóxicos tinha internamente, Stédile compartilhou que esta se fortaleceu como uma política de ampla maioria, sendo, inclusive, uma das pautas centrais para alguns militantes.

Essa política que eu expressei aqui é da ampla maioria. Evidentemente, por causa da natureza da nossa luta, em cada região há um grupo que prioriza um aspecto. Se um

sujeito está acampado, ele tem que lutar para conquistar terra o quanto antes. Se ele já está assentado há vinte anos e está enfrentando o problema do agrotóxico, é claro que o agrotóxico é o centro da luta dele (João Pedro Stédile, em entrevista à *Agência Brasil*, em 29 abr. 2010).

Com efeito, Freitas (2010) identifica esta entrevista como um momento de inflexão em que o MST incorpora lado a lado das críticas éticas (associadas às suas lutas por redistribuição de riquezas e de terra, relacionadas às bandeiras do mundo cívico, nos termos da Teoria da Justificação) as críticas estéticas (relacionadas à saudabilidade, sustentabilidade e valorização da origem dos alimentos). Contudo, a partir da nossa análise documental, argumentamos que é possível identificar processos de estetização da ética pelo MST desde a década anterior. Já nos compromissos firmados nos anos 2000 constava como ponto de comprometimento “lutar contra o latifúndio pra que todos possam ter terra, pão, estudo e liberdade”, denotando a justaposição entre ética e estética (ver acima Figura 18). Neste mesmo documento, o movimento propõe como parte de seu tratado “amar e preservar a terra e os seres da natureza” e “embelezar os assentamentos”, com referências sobrepostas à justiça inspiracional e ecológica.

Em 2011, em entrevista à *Carta Capital*, Stédile apontou que, em sua leitura, para além da luta contra o latifúndio, era preciso tratar também do enfrentamento ao modelo do agronegócio. Stédile foi claro em identificar a necessidade de uma nova organização por um “novo tipo de reforma agrária”: a reforma agrária popular.

O MST manteve a mesma média de 250 ocupações de fazendas por ano. Nós continuamos lutando. E aumentamos a nossa base. Mas agora mudou a correlação de forças políticas. Temos um inimigo mais poderoso. Agora, além do latifundiário temos de enfrentar o modelo do agronegócio que representa uma aliança entre os grandes proprietários de terra, o capital estrangeiro e o capital financeiro [...]. Cabe aos movimentos sociais do campo se organizarem e lutarem agora, por **um novo tipo de reforma agrária. Chamamos de reforma agrária popular**. Além da desapropriação de grandes latifúndios improdutivos é preciso reorganizar a produção agrícola, com um novo modelo. Nós defendemos políticas que priorizem a produção de alimentos. **Alimentos saudáveis, sem agrotóxicos** (João Pedro Stédile, em entrevista à *Carta Capital*, em 21 jul. 2011, grifos nossos).

A concepção de uma reforma agrária de caráter popular foi uma inovação na plataforma política do MST. Em contraposição ao modelo de reforma agrária de mercado, promovido pelo Banco Mundial em nível global e pelo governo de Fernando Henrique Cardoso a partir de meados dos anos 1990, que buscava maximizar as relações de compra e venda de terras como meio preferencial de acesso à mesma pelo campesinato (PEREIRA, 2009; SAUER, 2010), o MST reafirma seu compromisso com caráter desapropriacionista e redistributivo da reforma agrária. Com este reposicionamento, é marcante como a produção de alimentos saudáveis e sem agrotóxicos se eleva para o primeiro plano da retórica. Conforme explica Stédile ao longo desta entrevista, a aposta de uma reforma agrária popular é a produção agroecológica de alimentos saudáveis para o mercado interno, se opondo ao modelo do capital e do agronegócio exportador.

Medeiros (2021), neste sentido, contextualiza as mudanças nas formas de organização dos trabalhadores do campo no Brasil, e discute os novos significados da questão agrária. Para a autora,

no que diz respeito à questão fundiária, de luta contra o “latifúndio atrasado” que marcou os anos 50/60, passou-se progressivamente à crítica ao agronegócio, à progressiva incorporação da dimensão ambiental, e da defesa de uma alimentação

saudável, isenta de agroquímicos, dotando a questão agrária de novos significados. São novos enquadramentos que reorganizam os atores (MEDEIROS, 2021, p. 9).

Segundo Medeiros (2021), no início dos anos 1980 as ocupações e os eram a forma mais visível de luta por terra. A valorização de práticas agroecológicas de produção, que ocorreu a partir do final dos anos 90, estimulou o MST a resgatar técnicas tradicionais e produtos locais, alinhados com formas cooperativas de gestão da produção, uso de equipamentos ou venda de produtos. Foi neste período, que

ia se gestando um debate sobre qualidade do alimento, sobre alianças com consumidores que levaram a um modelo de reforma agrária que vai além da distribuição de terra e está profundamente alinhada com a discussão dos riscos ambientais, adotando a agroecologia como modelo produtivo. São esses elementos que passam a compor o que o MST chama hoje de “reforma agrária popular” (MEDEIROS, 2021, p. 11).

O VI Congresso Nacional de 2014, quando se comemorou o aniversário de 30 anos do movimento, é identificado por Ferreira (2015) como uma ocasião na qual o MST vivenciou a transformação de seu programa político, passando a incorporar em suas pautas o debate sobre os temas da alimentação saudável, da agroecologia e da importância do consumidor.

No contexto desta ampliação da agenda política, Ferreira (2015) reporta uma fala emblemática de Stédile, proferida em 2014, durante o VI Congresso Nacional, que apresentava a “produção de alimentos saudáveis para todo o povo” como o novo propósito do MST. Stédile oferece um resumo do que foi este deslocamento de pautas, que posicionou segundo nossa análise, junto à luta pela terra os ativismos alimentares.

Agora, **a reforma que nós defendemos tem que ser pautada por outros pilares além da terra, como por exemplo, a produção de alimentos saudáveis.** Notem a mudança ideológica: durante o século XX os camponeses diziam: “eu quero terra para poder trabalhar”. Agora nós temos que dizer: “quero terra para produzir alimentos saudáveis para todo o povo” (João Pedro Stédile, no VI Congresso Nacional do MST, fev. 2014, grifos nossos).

Os efeitos dessas transformações foram também registrados na edição do JST dedicada à cobertura deste evento. Ali se encontra um bom resumo das reflexões realizadas durante o VI Congresso Nacional, que identificaram a defesa simultânea da reforma agrária popular e da alimentação saudável como o grande desafio do MST em “se reinventar”:

Com a compreensão de que a reforma agrária clássica, distributivista de terra, não está colocada na realidade brasileira. Ao completar 30 anos e se tornar o mais antigo movimento camponês do Brasil, o MST afirma em seu lema: “Lutar, construir Reforma Agrária Popular!” **a necessidade de lutar por uma Reforma Agrária ampla, baseada fundamentalmente na produção de alimentos saudáveis e de qualidade** (Matéria do *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, 2014, n. 323, p. 4, grifos nossos).

De forma específica, define-se que o caráter popular diz respeito à “realização da reforma agrária que o movimento defende [que] perpassa pela libertação das terras para produzir alimentos [...] [para] garantir que todos os brasileiros possam se alimentar com qualidade diariamente”, o que exige “um novo tipo de reforma agrária” (JST, 2014, n. 323, p. 5-6). Em outras palavras, a Direção Nacional do MST, em uma matéria na mesma edição do

JST, explicou que “garantir que o povo brasileiro tenha o direito de decidir o que produzir e o que comer, que as nossas terras sejam destinadas para a produção de alimentos e não de celulose ou etanol [...], tudo isso só é possível com uma Reforma Agrária Popular” (JST, 2014, n. 323, p. 2).

Neste período, o MST enfatizava a necessidade de uma reestruturação do processo de distribuição de terras no Brasil *vis-à-vis* à produção agrícola, tendo como unidade de referência a qualidade dos alimentos. Na seção de seu site destinada à divulgação da cronologia e dos seus marcos históricos, intitulada “Nossa História”, que versa sobre anos de 2005 e 2014, consta:

Uma reestruturação não só da concentração da propriedade da terra no Brasil, mas do jeito de produzir. O que estava em jogo é a disputa entre dois modelos de sociedade e produção agrícola, ou seja, a disputa entre os projetos da pequena agricultura, voltada para a produção de alimentos para o consumo interno, e do agronegócio, baseado em monocultivo e voltado à exportação (Site oficial MST [40]).

Observamos, assim, a consolidação da proposta de uma reforma agrária popular a partir do VI Congresso Nacional do MST, realizado em 2014 (Figura 19), que apresenta repercussões até os dias atuais.

Figura 19. Manifestação pela Reforma Agrária Popular, VI Congresso Nacional do MST, Brasília/DF, Brasil, 2014.



Fonte: Site oficial MST [23]

Em consulta realizada ao site do MST em 2024, na seção dedicada aos dias de “hoje”, o movimento declara seu compromisso à luta pela reforma agrária popular e pela produção de alimentos saudáveis:

Ao longo do último período [desde 2014 até os dias de hoje], os Sem Terra aprofundaram o debate em torno da questão agrária, e **a luta pela Reforma Agrária ganhou um novo adjetivo: Popular.** (...) Uma Reforma Agrária que deve começar com a democratização da propriedade da terra, mas que organize a produção de forma diferente. **Priorizando a produção de alimentos saudáveis para o mercado interno,** combinada com um modelo econômico que distribua renda e respeite o meio ambiente (Site oficial MST [40], grifos nossos).

A reivindicação de uma reforma agrária popular e, especialmente, a priorização da produção de alimentos saudáveis apresentam implicações importantes nos discursos e nas práticas do MST, evidenciado pela recomposição das bandeiras defendidas pelo movimento.

Ainda em seu site, o MST apresenta uma seção chamada “Nossa produção”. Nela, o movimento declara que: “uma das nossas principais contribuições para a sociedade brasileira é cumprir nosso compromisso em produzir **alimentos saudáveis para o povo brasileiro**” (Site oficial MST [42], grifos nossos). Defende-se que em terras antes improdutivas, griladas ou que serviam de cenário para crimes ambientais e/ou trabalhistas, por meio da reforma agrária é possível produzir alimentos saudáveis.

Assentamentos são territórios conquistados pelas famílias trabalhadoras Sem Terra. Eram latifúndios improdutivos, grilados, com crimes ambientais e/ou trabalhistas que, pela luta, foram transformados em território de reprodução social das famílias camponesas. **As famílias assentadas vivem, trabalham e produzem principalmente alimentos, como objetivo principal a soberania alimentar, ou seja, garantir a produção de alimentos saudáveis, acessíveis ao povo brasileiro,** seja em nível municipal, estadual ou mesmo nacional (Site oficial MST [42], grifos nossos).

O compromisso com a alimentação saudável possui efeitos tanto no âmbito interno do movimento, voltado para as articulações junto a sua base popular, quanto no âmbito externo, na construção de sua imagem junto à opinião pública. Rosset e Martínez-Torres (2012) oferecem boas contribuições para pensar a reformulação das narrativas contestatórias do MST, em especial daquelas que habitam a arena pública, estabelecendo alguns marcos temporais. De acordo com os autores, em seus primórdios, o MST apelava à opinião pública para apoiar as ocupações de latifúndios ociosos. Nos anos seguintes, a capitalização do agronegócio, marcada pela expansão áreas das monoculturas para terras antes ociosas, levou a um reposicionamento de sua estratégia política. As ocupações avançaram para terra produtivas do agronegócio, e com esta alteração, as pautas da defesa da agroecologia e da produção de alimentos saudáveis para os mercados domésticos passaram a ser fortemente impulsionadas de modo a legitimar a angariar apoio às suas ações. Conforme explicam os autores,

o movimento teve de reformular os seus argumentos à medida que procuravam o apoio da opinião pública. Agora suas reivindicações contrastam o deserto ecológico e social das plantações do agronegócio (os chamados desertos verdes) com a agroecologia, a partir dos quais as terras camponesas são cultivadas, conservando a biodiversidade, mantendo as famílias no campo e produzindo alimentos saudáveis para os mercados locais (soberania alimentar)* (ROSSET; MARTÍNEZ-TORRES, 2012, p. 4).

Como sugerido por Rosa, Penna e Carvalho (2020), os movimentos sociais de longa data adaptam suas contestações às mudanças conjecturais. Em 2024, o MST completou 40 anos de atuação, e como era de se esperar seu programa político atual reflete as questões do seu tempo. De forma geral, foram diversas as inovações neste último período. Como discutido mais profundamente adiante, no período mais recente, o MST aproximou críticas éticas e estéticas (ver mais no Capítulo IV, seção 4.2), se inseriu o debate mais amplo sobre a virada para a qualidade (seção 4.3) e tem articulado esforço para diminuir as distâncias entre as esferas da produção e do consumo de alimentos (seção 4.4).

Podemos dizer que, em linhas gerais, de um lado da disputa são alocadas as pautas relativas à luta de classes, à reforma agrária e à função social da terra (preponderantemente de

caráter produtivo e ético), agora acrescidas de valores da agroecologia, alimentação saudável e de qualidade, e soberania alimentar (ligados ao consumo e à crítica estética), promovendo um envelhecimento particular dos dispositivos dos mundos cívico, industrial e ecológico. O agronegócio, os desertos ecológicos e os agrotóxicos são posicionados pelo MST do outro lado do espectro.

A articulação destes temas pode ser observada, por exemplo, em duas iniciativas lançadas em 2020. A primeira delas é o Plano Nacional “Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis”. A meta de plantar 100 milhões de árvores em dez anos articula os valores da reforma agrária, da soberania alimentar, da agroecologia e do cuidado com os bens comuns, resumidos no bordão: “Floresta em pé, povo vivo, comida no prato!” usado em algumas ações locais do MST⁹². As estimativas parciais divulgadas pelo movimento, em seu site oficial [45], apontam que entre 2020 e 2024, foram plantadas 25 milhões de árvores em 15 mil hectares de terra. A segunda é a participação do MST no mercado financeiro, por meio do programa de Financiamento Popular de Alimentos Saudáveis (Finapop) (BRUCH, 2023; MORONI; PEREIRA JUNIOR, 2022). O programa criado em 2020 se apresenta uma possibilidade de acesso ao financiamento e ao crédito às organizações de famílias assentadas “para a implementação de projetos para a produção de alimentos saudáveis, em assentamentos de reforma agrária em todo território nacional” (*Resultados de Impacto Finapop*, 2023).

Mais recentemente, Stédile, em entrevista a Moraes e Ferreira (2023), ratifica a produção de alimentos saudáveis como “o novo paradigma do MST”:

A reforma agrária popular não é somente para resolver um problema do campesinato, dos sem-terra, agora é, também, para produzir comida, alimentos. Essa é a função da agricultura, produzir alimentos de qualidade para todo o povo [...]. Então, **produzir alimentos de qualidades é o novo paradigma da reforma agrária**. Outro paradigma é que não pode ser qualquer alimento, tem de ser saudável, logo é preciso difundir a agroecologia, ou seja, a agroecologia tem de estar colada no processo de reforma agrária (João Pedro Stédile em entrevista à Isaias Moraes e Gustavo Ferreira, realizada em ago. 2021, disponível em Moraes e Ferreira, 2023, p. 229, grifos nossos)

Este posicionamento presente na fala de Stédile foi reafirmado de forma ampla pelo movimento em inúmeros momentos. Dentre eles, podemos citar os compromissos apresentados na *Carta de Luziânia: Mensagem ao Povo Brasileiro* (2023), assinada pela Coordenação Nacional, contendo a síntese das análises e horizontes para o próximo período. O documento lançado logo após a posse presidencial de Luíz Inácio Lula da Silva (PT), considerada como uma “vitória das forças populares” contra “o avanço da extrema direita, a tutela militar e o projeto fascista”, estampava como um dos seis compromissos fixados: “Defender a Reforma Agrária Popular como indispensável para a **produção de alimentos saudáveis e superação da fome**” (grifos nossos). Uma mensagem que foi reforçada também durante os eventos públicos, como consta na declaração de Débora Nunes, da Coordenação Nacional do MST, realizada durante a IV Feira Nacional da Reforma Agrária de 2023, a qual afirmou que: “o Movimento Sem Terra se reinventa e mostra para a sociedade uma nova Reforma Agrária, a Reforma Agrária Popular!” (Site oficial do MST, 2023 [26]).

Com o posicionamento categórico da alimentação saudável como seu novo paradigma de luta, o MST tem paulatinamente conquistado protagonismo na cena dos ativismos alimentares no Brasil, no campo e na cidade. Quando perguntado, em uma entrevista recente

⁹² “Floresta de pé, povo vivo e comida no prato” foi o lema exposto no viveiro, parte do Plano Nacional “Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis”, durante a 23ª Feira da Reforma Agrária em Maceió/AL realizada entre 4 a 7 set. 2024.

ao *Jornal da Unesp* (NOGUEIRA; JORGE, 2024), sobre as outras iniciativas que o MST vem desenvolvendo ao longo do tempo, além da luta pela terra, Bernardo Mançano Fernandes fez um balanço, do ponto de vista teórico, do deslocamento da agenda política do MST, que hoje inclui de forma clara a “luta pela comida”. Pela relevância deste pesquisador nas reflexões sobre o MST, o qual, inclusive, declara ter exercido “ativismo acadêmico” em prol do MST desde meados dos anos 1980 (FERNANDES, 2022) e publicou análises em co-autoria com lideranças do movimento (STÉDILE; FERNANDES, 2012), decidimos reproduzir um trecho relativamente longo de sua percepção, que apresenta, em nossa opinião, um ótimo resumo sobre como este coletivo vem incorporando a pauta da alimentação à sua agenda política:

o que nos chamou a atenção recentemente é a **informação inédita** de que, **no espaço urbano, o movimento mais ativo que temos hoje também é o MST**. Ele tem praticado mais ações de comercialização, de solidariedade, de debate político, de relação com outros movimentos na cidade. O MST oferece Armazéns do Campo, feiras agroecológicas e cestas de alimento em todo o Brasil, além de participar do mercado institucional com prefeituras, governo estadual e federal. E o mais interessante é que tudo isso tem uma base territorial, que é a reforma agrária. As pessoas que participam desse processo conquistaram a própria terra que produz o alimento. **A luta do MST hoje não é só a luta pela terra, mas também a luta pela comida**, e por isso ele está no campo e na cidade com uma presença intensa (Bernardo Mançano Fernandes, em entrevista ao *Jornal da Unesp*, em 1 mar. 2024, grifos nossos).

Observamos, assim, um processo de mudança ideológica, no qual o MST posiciona, de forma explícita, a alimentação como um novo paradigma da luta da reforma agrária. Se antes poderia ser difícil enquadrar teoricamente o MST como um movimento alimentar, autores como Fernandes (2022, p. 280), afirmam de forma contundente que hoje não é mais “possível separar a luta pela terra da luta pelos alimentos saudáveis, pois são parte de um mesmo processo de luta por justiça social”.

Nos parece que mais do que nunca, hoje os temas alimentares são centrais na agenda do MST, o que é particularmente evidenciado com o hasteamento da bandeira da reforma agrária popular e na difusão de palavras de ordem do tipo “se o campo não planta, a cidade não janta”, que se popularizou entre diversos movimentos camponeses, sendo o MST um destes (Site oficial do MST, 2020 [16]). Como é analisado a seguir, um fenômeno semelhante de virada política ocorreu na trajetória do *Slow Food*, guardada as devidas particularidades, com transformações acentuadas que podem ser particularmente observadas após a virada para o século XXI.

3.2.2 Virada política do *Slow Food*: Bom, limpo e justo

Ao longo dos anos, a reivindicação do prazer alimentar, da sociabilidade em torno da mesa e das tradições culinárias foram elementos constantes dos processos de politização mobilizados pelo *Slow Food*. Não obstante, na virada do século, o movimento tenha expresso a percepção de um “novo início” do *Slow Food*, ligado especialmente à realização do *Terra Madre* em 2004, e a propagação do lema “bom, limpo e justo” a partir de 2005.

Conforme narra Carlo Petrini, em matéria para a revista *Slowfood*, publicada em 2006, trata-se de um “novo início do *Slow Food*” (SF, 2006, n. 20, p. 17). Segundo o líder italiano, inicialmente o foco do movimento se concentrava no conceito da sociabilidade em torno da comida, com discussões ligadas à felicidade e ao prazer. Posteriormente, a pauta da biodiversidade passou a se constituir como um dos pilares centrais do movimento, representada,

especialmente, pela defesa da diversidade culinária. Neste novo cenário, o prazer continua a ser objetivo do *Slow Food*, porém formatado de forma mais abrangente, fixando como pressuposto primordial a necessidade desta ser uma reivindicação e, eventual, conquista compartilhada por todos.

Esta renovação vivida pela organização é analisada por diversos intelectuais (BOMMEL; SPICER, 2011; GENTILE, 2016; MEULEN, 2008; OLIVEIRA, 2020; SASSATELI; DAVOLIO, 2010; SINISCALCHI, 2013; 2014; 2019; 2023), sendo descrita por alguns autores como uma “evolução de filosofia” (SINISCALCHI, 2013), bem como uma “virada política” do movimento (GENTILE, 2016).

A primeira edição do *Terra Madre*, realizada em 2004, na cidade de Turim, é identificada como um dos principais propulsores deste recomeço. O evento que, na época, em uma edição fechada ao público, reuniu em sua primeira edição 5 mil delegados de mais de 130 países⁹³, foi a culminância de diversos processos em curso naquele período. Dentre eles, destacamos a criação da Fundação *Slow Food* para a Biodiversidade em 2003, que estabeleceu acordos com a FAO, e com governos e organizações não-governamentais (ONGs), em especial, na África e América Latina. O lançamento da revista *Slowfood*, destinada aos sócios italianos, em abril de 2004. A abertura *Università di Scienze Gastronomiche* (UNISG) em outubro de 2004, em cooperação com os governos das regiões italianas do Piemonte e da Emília-Romanha⁹⁴.

Diferente dos eventos organizados anteriormente, o *Terra Madre* garantiu espaço e visibilidade para atores de diversas partes do mundo, especialmente aqueles do Sul Global (ANDREWS, 2008; GENTILE, 2016; SINISCALCHI, 2013; OLIVEIRA, 2020). Em uma das matérias da revista *Slowfood*, publicada durante o período preparatório da primeira edição do evento, Petrini explicou:

Se o *Salone del Gusto* atingiu as suas expectativas, de propor uma vitrine imponente para as produções alimentares de qualidade e sustentáveis realizadas em pequena escala – focando, assim, atenção na importância das características dos produtos – por outro lado, o *Terra Madre* levará à região de Piemonte a humanidade que está por trás destes produtos, a sua sabedoria, as dificuldades que eles encontram cotidianamente e também as alternativas que eles têm proposto (Carlo Petrini, em *Slowfood*, 2004, n. 1, p. 16).

As expectativas para o *Terra Madre* se confirmaram. Após este evento, Petrini chegou a dizer que o *Slow Food* “não era mais o mesmo” (SF, 2006, n. 19, p. 16). Uma percepção reiterada por alguns pesquisadores, tal como Andrews (2008, p. 49), o qual considera que o “*Terra Madre* transformou a política do *Slow Food*”.

Em 2012, a relevância deste evento foi, mais uma vez, ratificada, na escolha organizativa de fundir *Terra Madre* e *Salone Internazionale del Gusto*. No lugar de duas programações e audiências paralelas, foi criado um único evento, sob a chancela *Terra Madre Salone del Gusto*. Com o passar do tempo, a comunhão destas milhares de comunidades por ocasião do *Terra Madre* deu origem à “rede *Terra Madre*”, que se tornou o fulcro organizador da organização. De acordo com os dados divulgados por Petrini e Padovani (2017, p. 15), hoje a rede *Terra Madre* abrange desde as “hortas comunitárias e escolares, a Aliança

⁹³ O *Terra Madre* foi idealizado durante o IV Congresso Internacional, que aconteceu em Nápoles em 2003, e ocorreu alguns dias depois da V *Salone Internazionale del Gusto*, que também ocorreu em outubro de 2004 (SF, n. 1). Maiores detalhes sobre a primeira edição podem ser encontrados em Andrews (2008) e Petrini (2009).

⁹⁴ Ver mais em: <https://www.unisg.it/en/> Acesso em: 1 dez. 2024.

de Cozinheiros *Slow Food* (iniciativa que compreende 700 restaurantes em 18 países) e as feiras de produtores Mercados da Terra, somando entre 600 mil e 1 milhão de pessoas, distribuídas nas 2.500 comunidades dos alimentos” (PETRINI; PADOVANI, 2017, p. 15).

Esta multiplicidade de facetas e projetos, não necessariamente coesos, sob o guarda-chuva do *Terra Madre* é uma demonstração da “política ecumênica” do movimento, para usar os termos de Andrews (2008). Para nós, é importante destacar o caráter precursor deste tipo de política. Estas iniciativas foram capazes de reunir em um mesmo espaço agricultores, consumidores, *chefs*, celebridades, membros da igreja e do governo, um agrupamento de atores que há algumas décadas atrás seria difícil de imaginar como parte de uma mesma mesa de debates, sendo ainda mais especial o fato destes se reunirem para discutir um tema como a alimentação. Nestes diversos espaços e ações, o coletivo estimulou e continua a estimular a união de atores da macropolítica (presidente, ministros, prefeitos, deputados, etc.), com atores que, como denomina Barbosa (2016), desempenham os micropoderes da esfera doméstica e cotidiana. Ademais, conforme avalia Siniscalchi (2023), o *Slow Food* se distingue como um mediador capaz de negociar e criar relações entre atores de um largo espectro político.

Diante desta amplitude de ações, públicos e interesses, Valerie Siniscalchi, antropóloga filiada a *École des Hautes Études en Sciences Sociales* na França, uma das mais importantes pesquisadoras sobre a atuação do *Slow Food* na Itália e no mundo, em seu livro “*Slow Food: The economy and politics of global movement*”, abre o seu texto dizendo que o “*Slow Food* é um fenômeno difícil de explicar” (SINISCALCHI, 2023, p. 1). Em um primeiro plano, o *Slow Food* é um movimento social e político com diversos apoiadores na Itália e ao redor do mundo. Nos confins da burocracia italiana, legalmente, ele é uma associação organizada por estatutos e composta por sócios filiados mediante pagamento de cotas. Entretanto, parte importante de seus empreendimentos são entes privados, tais como: o departamento responsável pela organização de seus eventos, a editora *Slow Food* e a instituição educacional UNISG. Quando se trata das ações desenvolvidas particularmente no Sul Global, seu funcionamento se assemelha a de uma organização do terceiro setor, tendo boa parte de seus modos de ação atrelados ao trabalho de voluntários.

Neste contexto, fica mais fácil entender a apreciação de Sassateli e Davolio (2010, p. 205) de que “de fato, o próprio *Slow Food* mal pode ser colocado como uma entidade coerente”. Para as autoras, o coletivo é uma “criatura peculiarmente híbrida”, isto é, um ator coletivo de multicamadas (local, nacional, internacional) e multivocal (econômico, cultural, ético e político) (DAVOLIO; SASSATELI, 2014, p. 84), podendo ser mais bem compreendido, do ponto de vista teórico, como um “objeto social multifacetado”, isto é, uma organização diversa e dispersa, de atuação híbrida, que está constantemente se ajustando às circunstâncias (SASSATELI; DAVOLIO, 2010, p. 203).

De maneira similar àquilo que ocorre entre os “mundos” (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2020), os atores e artefatos também se movimentam entre as ordens sociais, criando interconexões complexas e híbridas. Se, até aqui, indicamos diversas contestações e qualificações do que é justo para o *Slow Food*, baseadas, sobretudo, no princípio superior da inspiração, com intersecções com as grandezas doméstica e da opinião, e uma oposição radical aos princípios industriais, a sugestão de encarar o *Slow Food* como objeto social multifacetado e híbrido exige que a simplicidade defendida pelo movimento não seja confundida com uma simplicidade de sua atuação. Na linguagem das justificações, este tipo de aceção nos faz pensar nos grandes do mundo por projetos. Ao invés de ficar ligado a um ofício ou preso a uma qualificação, o grande deste mundo se revela “**adaptável, flexível**, capaz de oscilar de uma situação para outra muito diferente e ajusta-se a ela; mostra se **polivalente**” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2020, p. 144, grifos dos autores).

A sucessão de projetos é a marca do mundo conexcionista. Pessoas de diferentes contextos, instituições e disciplinas trabalham juntas. A dimensão de rede é imperativa, a medida que os elos poucos prováveis são valorizados mais do que as ligações prováveis. Esta *cité* guarda aproximações também com a *cité* inspirada, sendo a justaposição destes modos de valoração expressa na importância dada à criatividade, à inovação e à singularidade dos seres e das coisas.

O lema “*World meeting of food communities*” usado na primeira edição do *Terra Madre* em 2004 é sugestivo da ênfase nas conexões. As comunidades *Slow Food*, de acordo com o léxico adotado pela organização, são grupos heterogêneos de atores que se unem em torno de um objetivo específico, tal como proteger e promover um alimento local específico. Globalmente, são mais de 1.200 comunidades registradas, sendo aproximadamente 330 destas na Itália (*Balanço Social*, 2023; *Relatório Anual Fundação Slow Food*, 2023).

Como definido em seu site [18], o “*Slow Food* é o que somos, e o *Terra Madre* é o que fazemos”. Uma ação, um evento e uma rede polivalente, que o Petrini concorda que seja algo difícil de explicar:

Terra Madre é representativo do movimento: uma complexidade difícil de conter e narrar, que apenas nas vidas das pessoas de carne e osso pode ser apreendido completamente, no simples ato de contar suas histórias pessoais e comunitárias (Carlo Petrini em *Slowfood*, 2012, n. 53, p. 12).

Sendo assim, em nossa avaliação, o caráter rizomático e polivalente dos dispositivos do mundo conexcionista se fazem presentes nas bandeiras alçadas pelo *Slow Food*. Os elos improváveis, mencionados acima, não são vistos como símbolo de incoerência. Ao contrário, são desejados, pois expandem a rede ao mesmo tempo em que aportam singularidades, autenticidade e autonomia. Sob a égide desta *cité*, “a ampliação da rede é a própria vida” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2020, p. 143).

Neste sentido, o ano de 2005 é lembrado pela organização pelo lançamento do livro “*Buono, pulito e giusto: Principi di nuova gastronomia*”⁹⁵, de autoria Carlo Petrini (Figura 20). Este livro se autointitula como uma das obras “cardinais” desta nova filosofia *Slow Food* a partir da proposição de uma “nova perspectiva gastronômica”, que comunga a célebre tríade do movimento (PETRINI, [2005]/2016).

⁹⁵ No Brasil, a versão em português é intitulada “*Slow Food: princípios da nova gastronomia*” e foi publicada em 2009 pela Editora Senac. Daqui em diante, citaremos tal obra apenas como Petrini (2016), uma vez que a versão consultada foi aquela publicada em italiano em 2016.

Figura 20. Capa do livro *Buono, pulito e giusto: Princìpi di nuova gastronomia*, (1º ed.), Itália, 2005.



Fonte: Editora Einaudi⁹⁶

No lugar de elaborações teóricas, racionalizações e leituras de outros livros, as proposições desta obra derivam de materializações de conhecimentos tácitos. As transformações ocorridas no período do pós-guerra e as preocupações sobre o futuro alimentar do mundo são discutidas através de relatos de experiências pessoais de Petrini. Estas reflexões são sintetizadas na filosofia do bom, limpo e justo. Três condições essenciais, indispensáveis e interdependentes. Respectivamente, elas dizem respeito à qualidade organoléptica (bom), à sustentabilidade ambiental (limpo) e à consideração dos produtores de alimentos (justo). Com base nas elaborações de Petrini (2016), elas podem ser descritas, de forma breve, da seguinte maneira:

- **Bom:** está relacionado a dois fatores subjetivos: o sabor – um fator pessoal, ligado à esfera sensorial e as características organolépticas superiores, e o saber – um fator cultural, ligado ao ambiente, à história das comunidades, ao *savoir faire*. O alimento deve ser bom para o paladar e também para a mente.
- **Limpo:** não está ligado aos atributos intrínsecos de um produto, mas sim aos métodos de produção e transporte. O produto limpo respeita a terra e o ambiente, não polui, não desperdiça ou utiliza excessivamente os recursos naturais durante sua jornada do campo à mesa.
- **Justo:** diz respeito à justiça social, sendo centrado especialmente na figura dos agricultores e produtores de alimentos. O alimento justo respeita os trabalhadores e o seu *savoir faire*, a ruralidade e a vida no campo, os salários adequados para o trabalho, a gratificação em produzir o bom e o limpo.

⁹⁶ Disponível em: <https://www.einaudi.it/catalogo-libri/scienze/scienze-della-terra/buono-pulito-e-giusto-carlo-petrini-9788806178284/> Acesso em: 1 dez. 2024.

Siniscalchi (2013) sugere que tais atribuições podem, inclusive, ser interpretadas cronologicamente. O bom foi o ponto de partida. Inicialmente, o alimento foi classificado segundo suas características sensoriais, sua identidade territorial e sua relação com a culinária local, o que se circunscreve de forma mais ampla com o debate sobre a virada para qualidade (*quality turn*) (GOODMAN, 2003), e mais especificamente as discussões sobre boa comida (*il buon cibo*) no contexto italiano (SASSATELI, 2019; MUÑOZ *et al*, 2024). O passo sucessivo, em seguida ao “bom”, foi a inclusão de preocupações com as questões ambientais e com os modos de produção e, por fim, o destaque para os agricultores, seus modos de vida e condições de trabalho. Esta conjugação dos termos determinou mudanças significativas no movimento.

Se, após os movimentos contraculturais da década de 1960, o capitalismo concentrou-se na endogeneização das críticas estéticas (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2020), abriu-se espaço, posteriormente, para a endogeneização das críticas éticas. No conjunto dessas transformações, conforme destaca Wilkinson (2006), o movimento *Slow Food* demonstrou a capacidade de conciliar ética e estética em formatos radicalmente novos, reconectando o consumo à produção e colocando as práticas alimentares em relação direta com o prazer, a sociabilidade, a justiça social e a sustentabilidade. Propomos uma análise mais específica sobre as críticas éticas e estéticas no Capítulo III.

Oliveira (2020) atribui este processo de incorporação de novos valores às duras críticas que o *Slow Food* recebeu de outros movimentos sociais e ativistas. O “elitismo” do bom gosto gastronômico (GUTHMAN, 2003) esbarrou nos ideais de justiça social e ambiental já defendidos por outros grupos. Com isso, o movimento teria procurado resolver dois problemas de uma vez só: responder às acusações de elitismo e realizar a tradução de diversos interesses.

Segundo Oliveira (2020, p. 123), a junção “fez com que o mesmo [*Slow Food*] saísse de suas raízes predominantemente gastronômicas do “bom gosto” e convergisse na direção do espaço rural e dos movimentos sociais associados a este”. A avaliação de Siniscalchi (2013, p. 303) é complementar: “os três termos ‘Bom, Limpo e Justo’ funcionam bem juntos para o *Slow Food*, porque permitem esboçar as características de um novo compromisso político, e imaginar formas de economia onde os produtores camponeses e artesanais ocupariam um lugar cada vez mais central*”.

Nos anos subsequentes, o *Slow Food* reafirmou a posição central que os temas alimentares ocupam dentro da sua agenda política, tanto em nível nacional quanto internacional. Um dos marcos foi a publicação do documento intitulado “A centralidade da comida”, (*La centralità del cibo*”, em italiano), como resultado do VI Congresso Internacional, realizado em 2012, em Turim, na Itália. Uma das passagens do documento afirmava:

Aquela que no início parecia apenas uma intuição genial, acabou se tornando uma certeza compartilhada: **a centralidade do alimento é um ponto de partida extraordinário para uma nova política**, uma nova economia, uma nova sociabilidade. Esta certeza foi amadurecendo ao longo do tempo, não apenas dentro do *Slow Food*, mas no mundo inteiro, com milhões de pessoas cada vez mais conscientizadas (*Documento Congressional 2012-2016: A centralidade do Alimento*, 2012, p. 4, grifos nossos).

O documento descreve a transformação dos ideais, da estrutura e da organização, que se expandiram para além dos interesses iniciais circunscritos ao mundo gastronômico. O alimento se mantém como foco do movimento, contudo, compondo um posicionamento eminentemente político. Algo simbolizado também na nova formulação de seu icônico *slogan* que passa a ser “alimentos bons, limpos e justos **para todos**”, explicando neste documento que “não poderemos nos sentir “à vontade”, no nosso direito ao alimento garantido até que o mesmo

direito não seja garantido para todos” (*Documento Congressional 2012-2016: A centralidade do Alimento*, 2012, p. 4; 21, grifos nossos).

As evoluções, as mudanças e as adaptações realizadas pelo movimento ao longo do tempo encontram-se bem sumarizadas no discurso de Petrini durante o IX Congresso Nacional, ocorrido em 2018 na região da Toscana. Para ele, o *Slow Food*

é um movimento que tem conseguido evoluir, mudar e se adaptar constantemente ao longo do tempo. Ainda que tenhamos passado por momentos considerados por muitos de nós quase traumáticos em alguns aspectos, devido às mudanças estruturais, organizativas e de alguns ideais. Porém, isso não deve nos assustar. [...] Daquele pequeno núcleo que se reuniu primeiro em torno de *Arci Gola* e depois em torno do *Slow Food*, e que desenvolveu as primeiras reflexões sobre a cultura alimentar com um enfoque muito gastronômico, ainda à moda antiga; conseguimos nos transformar, com o passar do tempo, em uma realidade global e internacional capaz de dialogar com o mundo da política* (Carlo Petrini, no IX Congresso Nacional do *Slow Food* Itália, em 6 jul. 2018).

Na avaliação de Petrini, este não foi um processo necessariamente fácil. As mudanças estruturais, organizativas e de ideias foram permeadas por preocupações, tensões e divergências. De um núcleo “à moda antiga”, focado em gastronomia, o *Slow Food* hoje se estabeleceu como um dos participantes do “mundo da política”.

Neste ínterim, algo o diferencia é o uso nativo da categoria “ativismo”. Na maior parte das vezes, encontramos a categoria ativismo/ativista sem nenhum tipo de adjetivação, ou no mais composta na combinação “ativista *Slow Food*”. Nos documentos publicados pelo coletivo italiano, não encontramos a locução “ativismo alimentar”. Curiosamente, Counihan (2014a, p. 220) pondera que no contexto italiano a categoria “*attivismo alimentare*” é comumente relacionada a conotações extremistas, fazendo com que ela, pessoalmente, prefira outras noções para se comunicar com seus interlocutores neste país, ela explica: “Em italiano, não usei a tradução literal de ativismo alimentar, “*attivismo alimentare*” [...] Em vez disso, disse às pessoas que estudava “*l'alimentazione alternativa*” - práticas alimentares alternativas que desafiam o modelo agroindustrial e visam a democracia alimentar*”. Sendo assim, mesmo que em nível internacional, na difusão do seu trabalho para a língua inglesa, a autora se utilize da categoria, dando, inclusive, título a obra “*Food Activism: Agency, democracy and economy*”, na Itália outras categorias são consideradas mais adequadas. Barbara Nappini, então presidente do *Slow Food* Itália, no documento *Balanzo Social* (2022), se direcionou aos “ativistas *Slow Food*”. Segundo Nappini, “aquilo que [uma pessoa] faz enquanto ativista do *Slow Food* não é um sacrifício, mas uma oportunidade para uma vida plena e significativa*” (*Balanzo Social*, 2022, p. 9). “Ativismo” (*attivismo*, em italiano) também foi a expressão usada para nomear um dos espaços do *Terra Madre Salone del Gusto* em 2022 (Figura 21), bem como utilizada nas comunicações do *Slow Food* Internacional (Figura 22).

Figura 21. 14ª edição *Terra Madre Salone del Gusto, Slow Food*, Turim, Itália, 2022.



Fonte: Site oficial *Slow Food* [7]

Figura 22. “*I’m a Slow Food Activist*”, *Slow Food* Internacional, 2024.



Fonte: Site *Slow Food* Internacional⁹⁷

A seguir, a Figura 23 reproduz uma parte da página de acesso do site do *Slow Food* Internacional, intitulada “O que você pode fazer: Faça parte da mudança”, sob a qual se organizam outras seis subseções: i) sou um indivíduo, ii) sou um produtor de alimentos iii) sou um cozinheiro; iv) sou um ativista *Slow Food*; v) sou o representante de uma companhia; vi) sou um representante de uma instituição. A captura de tela reproduzida abaixo mostra a organização da seção supracitada:

⁹⁷ Disponível em: <https://www.slowfood.com/be-part-of-the-change/im-a-slow-food-activist/> Acesso em: 1 dez. 2024.

Figura 23. “What you can do: be part of the change”, Site *Slow Food* Internacional, 2024



Fonte: Site *Slow Food* Internacional⁹⁸

O modo como o *Slow Food*, em sua atuação internacional, dispõe os grupos de atores sugere uma segmentação, na qual os “ativistas *Slow Food*” não é óbvio ou trivial. Neste caso, os ativistas não são necessariamente os produtores, os cozinheiros e/ou os representantes de outras organizações. Em outros momentos, no entanto, o *Slow Food* se define como uma “rede global de comunidades locais”, que reúne “160 países e 1 milhão de ativistas na garantir do direito a alimentos bons, limpos e justos para todos*”, conforme consta em seu site [19], sugerindo que todos os diferentes atores envolvidos com a organização são ativistas.

No *Programa de Mandato 2021-2025*, publicado após o X Congresso Nacional, é declarado o objetivo específico do *Slow Food* para o período: “ser “O Movimento Alimentar” (“*The Food Movement*”, ênfase em letras maiúsculas no original), o movimento reconhecido como líder mundial na mudança do sistema alimentar, é o nosso desafio para o futuro próximo: um desafio de primordial importância, mas também um dever profundamente sentido*” (p. 6). Uma visão reforçada pela presidente do *Slow Food* Itália, Barbara Nappini, que afirma no programa político da organização para 2024, o *Slow Food* como “o” movimento alimentar mundial (“*il*” movimento del cibo nel mondo, ênfase no original) pela sua capacidade de abarcar uma multitude de atores (Site oficial *Slow Food*, 2024 [14]). Tendo a frente a primeira presidente mulher, se faz notar uma novidade apresentada pelo *Slow Food* Itália a inclusão da flexão de gênero, incluindo a modulação no feminino, ao seu consolidado slogan: alimentos bons, limpos e justos para todas e todos (em italiano: *cibo buono, pulito e giusto per tutte e tutti*) (vide a chamada presente na Figura 26, p. 203).

3.2.3 A soberania alimentar faz com que todos concordem?

Em um arco temporal de quatro décadas, os processos marcantes de “mudança ideológica” e “virada política”, que coincidiram com a virada para o século XXI, levaram ao reposicionamento das agendas políticas tanto do MST, quanto do *Slow Food*. Isso certamente foi possível em virtude do panorama mais amplo das discussões acerca da dimensão política e politizadora da alimentação, da comida e do comer que acometeram não só os contextos analisados, do Brasil e da Itália, mas sim o mundo como um todo, conforme nos recordam Sassatelli e Davolio (2010). As disputas e os acordos que emergem frente às reivindicações sobre o que comer (ou não) evidenciam o transbordamento dos processos de politização, os quais se expandem e alcançam outras esferas da vida social. Frente a uma miríade de

⁹⁸ *Ibid*, 2024.

transformações, optamos por destacar e analisar aquelas que nos pareceram mais significativas para o campo dos estudos alimentares, e mais especificamente para os movimentos e os contextos analisados.

No caso do MST, a compreensão de um modelo de reforma agrária para além da distribuição de terras implicou na adoção de novos arranjos, com ganho de centralidade para os temas alimentares e com influências mútuas dos e para os ativismos alimentares brasileiros e latino-americanos. A fome, por exemplo, foi um tema que se fez presente nas contestações do MST desde seu surgimento até os dias atuais. Antes, era especialmente relacionada à garantia de subsistência e ao autoconsumo, hoje é especialmente relacionada às diversas ações de solidariedade, tal como aquelas realizadas durante a pandemia de covid-19 (CARVALHO *et al*, 2022a; LAURENTINO *et al*, 2022; JORGE; MACHADO, 2023; SILVEIRA, 2022). A incorporação da pauta da soberania alimentar veio em um segundo momento, estando ligada, especialmente, à filiação do MST à Via Campesina, ocorrida em 1993⁹⁹ (LERRER; MEDEIROS, 2014; MORUZZI MARQUES; DORIA, 2021; NIEMEYER, 2014; SOUZA; SCHNEIDER, 2022), integra princípios emergentes de justiça ecológica (RETIÈRE; MORUZZI MARQUES, 2019; VAN DAM; NIZET, 2012) e se constitui como um dos catalisadores das novas bandeiras adotadas pelo MST no século XXI, que acabaram por reposicionar a produção de alimentos saudáveis como o novo paradigma do movimento.

Outrossim, não parece ser por acaso que a segurança alimentar tenha sido um tema presente nas narrativas do MST e praticamente ausente ao longo da história do *Slow Food* na Itália, conforme discutido na seção 3.1.3. Se as disparidades geopolíticas se faziam sentir no fim do século passado, as estatísticas epidemiológicas atuais confirmam que a fome continua a ser uma questão persistente e urgente para boa parte da população do Sul Global. O retorno do Brasil ao Mapa da Fome, os resultados pesquisas nacionais, que apontam para mais da metade da população brasileira em algum grau de insegurança alimentar (REDE PENSSAN, 2022), e os episódios tristemente icônicos registrados no interior do país das filas nas doações de ossos (FANTÁSTICO, 2021) são evidências que, embora tratem apenas do cenário brasileiro, indicam a magnitude da questão para as populações do Sul Global. Não por acaso, esta conjuntura ocupa com destaque as recomendações globais, expressa nos dois primeiros ODS da ONU focalizados na “erradicação da pobreza” e na “fome zero e agricultura sustentável”.

Enquanto a fome é uma questão transversal para o MST, do outro lado do oceano o *Slow Food* se forjou na luta pela “devolução do gosto à mesa, e do prazer à boca” (*Manifesto Slow Food*, 1987). Como contraponto, uma menção recente à “fome” feita pela organização italiana é oportuna para realçar que, mesmo quando o termo é acionado estenão é associado aos debates sobre SAN. Em suas proposições para o ano de 2024, Barbara Nappini, então presidente do *Slow Food* Itália, iniciou sua declaração dizendo: “Todos nós temos uma fome. Fome de justiça. Fome de saber. De paz, cores e beleza. Fome de alimento bom, limpo e justo*” (Site oficial *Slow Food*, 2024 [14]). É sábio que internacionalmente, e, em especial, na sua atuação no Sul Global o *Slow Food* realiza ações de combate à fome e promoção de segurança alimentar¹⁰⁰, todavia este não é um tema central para a sua atuação na Itália, onde a fome não é usualmente associada à privação de alimentos.

⁹⁹ A despeito da centralidade do MST na articulação nacional e internacional em torno da luta camponesa e da soberania alimentar no mundo, cabe salientar que outros movimentos sociais do campo, com as suas interpretações próprias do conceito e as suas estratégias particulares de construção de conhecimento, também têm contribuído no processo constitutivo da soberania alimentar no Brasil. Ver mais em Niemeyer (2014).

¹⁰⁰ Um exemplo é o projeto *10 mil hortas na África*, que tem como objetivo garantir soberania e segurança alimentar. Ver mais em: “*Slow Food Gardens in Africa*” de Dotta et al (2022).

Sem dúvida, o espraiamento do *Slow Food* para o Sul Global¹⁰¹ implicou em grande parte das mudanças ocorridas no movimento nos planos nacional e internacional¹⁰². Para o *Slow Food*, a ampliação de seus princípios levou à construção e consolidação da ideia do “bom, limpo e justo para todos”, complexificando os ideais defendidos inicialmente em torno do gosto e do prazer e conferindo espaço e visibilidade para temas que estavam de fora de sua agenda em suas primeiras décadas de atuação, tal como a questão ambiental e da justiça social. Como bem resumiu Silvio Barbero, na condição de Secretário Nacional do *Slow Food* Itália, em uma das matérias publicadas na revista *Slowfood* em 2006, a organização “não se contenta em fazer parte de um ‘clube enogastronômico’, mas quer afirmar a sua capacidade de provocar mudanças sociais nos campos agrícola e alimentar*” (SF, 2006, n. 19, p. 17).

Com efeito, o estudo dos ativismos alimentares na Itália com foco no *Slow Food* faz pensar sobre como a bandeira da soberania alimentar, defendida pela Via Campesina desde meados da década de 1990, sopra para além dos confins da periferia global. Pois, para além da soberania alimentar ter se tornado tema da agenda de pesquisa de intelectuais do Norte Global, os quais são expoentes, inclusive, nos debates acerca de suas origens e processos históricos (McMICHAEL, 2014; WITTMAN; DESMARAIS; WIEBE, 2010), ela foi também incorporada por movimentos sociais¹⁰³ e governos situados neste hemisfério, em particular, destacamos alguns dos processos que se desenrolaram no contexto italiano, envolvendo o coletivo em questão.

Em meados dos anos 2000, na obra na qual a formulação do alimento bom, limpo e justo foi cunhada, Petrini propôs também as incursões iniciais do tema para dentro da agenda do movimento:

o mundo ocidental deve lidar com o resto do planeta: não podemos pensar em despejar os excedentes de um dos nossos modelos (que já não funciona) nos chamados países em desenvolvimento. É uma escolha insustentável sob qualquer ponto de vista. **O Sul do mundo deve encontrar o seu próprio caminho, procurando a sua própria soberania alimentar:** o máximo que podemos fazer é ajudá-lo, renunciando à perspectiva eurocêntrica dos conquistadores que “descobriram a América”* (PETRINI, [2005]/2016, p. 133, grifos nossos).

Em período posterior, a noção fez parte, com maior ou menor destaque, de outras discussões propostas pelo movimento (PETRINI, 2009; AMO, 2023). Até mais recentemente ser um dos fulcros de debates protagonizados por seus líderes, Carlo Petrini e Barbara Nappini, e ratificado no *Balanzo Social* (2022), em oposição à cooptação desta pauta pelo governo de extrema direita na Itália, simbolizada na criação do Ministério da Agricultura, da Soberania Alimentar e das Florestas¹⁰⁴.

¹⁰¹ O *Slow Food* Internacional conta um total de 16 associações nacionais, quatro destas no Sul Global (Brasil, Chile, Uganda e Quênia). As demais estão localizadas, em ordem alfabética, nos seguintes países: Alemanha, Austria, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, Holanda, Itália, Japão, Macedônia do Norte, Reino Unido, Rússia e Suíça (*Relatório Anual*, 2022).

¹⁰² Em 2022, Edward Mukiibi, educador e agrônomo ugandês, foi eleito presidente do *Slow Food* Internacional durante o VIII Congresso Internacional do *Slow Food*, assumindo o posto ocupado por Carlo Petrini durante 33 anos, desde a fundação da organização internacional em 1989.

¹⁰³ A título de curiosidade, na Itália, o *Genuíno Clandestino* é um coletivo que se autorreivindica como “uma comunidade em luta pela autodeterminação e soberania alimentar”, sendo identificado em algumas pesquisas como um dos expoentes do ativismo em soberania alimentar e um dos maiores movimentos neorurais do país. Ver mais em: <https://genuinoclandestino.it/> (acesso em: 1 dez. 2024) e em Koensler (2018; 2020).

¹⁰⁴ O Decreto de Lei n. 173 del 11/11/2022, alterou a denominação do outrora *Ministero delle Politiche Agricole Alimentari e Forestali* para: *Ministero dell'agricoltura, della sovranità alimentare e delle foreste (MASAF)*.

Em novembro de 2022, como uma das primeiras ações após a eleição do governo de extrema direita, liderado pela premiê Giorgia Meloni, foi orquestrada a introdução do termo “soberania alimentar”, no antes Ministério das Políticas Alimentares e Florestais. Os valores nacionalistas deste governo são bem resumidos no *slogan* do partido *Fratelli d'Italia*, que abriga a premiê e o ministro desta pasta: “antes de tudo, sempre e em qualquer lugar: ITALIANOS¹⁰⁵” (ênfase em letras maiúsculas no original), conforme consta nas campanhas e no site oficial do partido. Francesco Lollobrigida, na condição de ministro das Políticas Alimentares e Florestais explica os intentos da pasta, em entrevista para um veículo de mídia local: “com o conceito de soberania alimentar queremos afirmar o *Made in Italy*” (BECHI, 2023).

O episódio controverso atraiu a atenção da mídia e de organizações da sociedade civil. Uma das manchetes do jornal italiano *Il Sole 24 Ore*, publicada no fim de 2022, discutia se este tipo de visão pode dar a entender que atores situados em polos opostos estão sendo levados a conciliações: “A soberania alimentar faz com que todos concordem: Do Ministro Lollobrigida ao *Slow Food*, FAO, *Coldiretti* e *Confagricoltura*, um acordo para estabelecer ‘o direito de um povo estabelecer o seu próprio nível e método de produção no setor agroalimentar’” (MARZIALETTI, 2022).

Em seguida da promulgação do referido decreto de lei, o *Slow Food* se posicionou. Em sua coluna no jornal *La Stampa*, Petrini (2022) sublinhou a importância de ter clara a gênese e o “significado profundo” da soberania alimentar fortemente relacionada à autodeterminação dos povos. O ativista italiano declarou: este “é um conceito importante, essencial para o futuro da humanidade e que não deve ser confundido nem com soberanismo”, e completou “é fundamental compreender o verdadeiro significado das palavras, caso contrário será muito difícil prender quem conscientemente consegue utilizá-las de forma diferente” (PETRINI, 2022). Contemporaneamente, Barbara Nappini, presidente do *Slow Food* Itália, ratificou a posição do movimento, salientando, em entrevista ao jornal *Il Manifesto*, que a soberania alimentar “não é uma opinião, nem algo que deva ser subestimado ou explorado: a soberania alimentar é um direito dos povos, definido e promovido por convenções e organizações internacionais”, neste caso nomeando ao longo do seu texto o pioneirismo da Via Campesina na introdução deste termo ainda na década de 1990 (NAPPINI, 2022).

Em sua publicação de balanço anual, o movimento, então, deixou registrado a denúncia de uma confusão deliberada entre dois conceitos: soberania e soberanismo (a seção em italiano foi intitulada: “*Sovranità, non soberanismo*”).

O significado destas duas palavras pode ser mal compreendido, em parte porque se assemelha a outro termo muito popular no jargão midiático – soberanismo, em parte porque parece ignorar a autarquia [...] a soberania alimentar, na verdade, nada tem a ver com soberanismo* (*Balanço Social*, 2022, p. 72).

De fato, o *Slow Food*, ainda que situado no Norte Global, denuncia o fato de uma agenda progressista reivindicada por atores do Sul Global estar sendo aliada a valores nacionalistas e até xenófobos da metrópole. Como nos lembra Parasecoli (2022), ao mesmo tempo que os temas alimentares são um terreno fértil de resistência, também são utilizados como instrumentos de dominação e hegemonia.

Os ativismos alimentares são atravessados por dinâmicas ambíguas, instáveis e múltiplas, como bem ilustra este caso. Embora o *Slow Food* e seus líderes tenham questionado publicamente à criação deste ministério e à cooptação da pauta da soberania alimentar, hoje o

¹⁰⁵ “Prima di tutto, sempre e ovunque ITALIANI”, ver mais em: <https://www.fratelli-italia.it/> Acesso em: 1 dez. 2024.

Ministério da Agricultura, da Soberania Alimentar e das Florestas é uma das instituições públicas que apoia e patrocina uma parcela importante de suas iniciativas, dentre estas o *Terra Madre*, e os festivais *Cheese* e *Slow Fish*, que agregam milhares de pequenos produtores e consumidores em diferentes partes do país. Na edição de 2024, o *Terra Madre Salone del Gusto*, por exemplo, contou não apenas com o patrocínio deste e outros ministérios, mas também com a presença polêmica do Ministro das Políticas Alimentares e Florestais, Francesco Lollobrigida. Filiado ao partido de extrema direita *Fratelli d'Italia*, Lollobrigida caminhou pelos pavilhões do *Terra Madre* na companhia de outros políticos e da presidente do *Slow Food* Itália, Barbara Nappini. Sua declaração em prol dos intentos de “desenvolver a segurança alimentar, [e de] dar boa alimentação a todos” (*Site oficial Terra Madre*, 2024) não o poupou dos ataques feitos por alguns visitantes do evento, que o acusavam de ser fascista, como reportou a cobertura do jornal *La Stampa* (JOLY, 2024).

Episódios como estes alimentam a discussão sobre se a pauta do “*Made in Italy*” aproxima de forma pouco previsível atores à esquerda e à direita do espectro político. Como vimos, de um lado, esta pauta é defendida ferrenhamente por figuras do governo de partidos de extrema direita, como *Fratelli d'Italia* e *Lega*, associados a valores nacionalistas e xenofóbicos. De outro, coletivos como o *Slow Food* propagam e reiteram iniciativas e discursos em favor da eco-gastronomia italiana, promovendo, por vezes, visões romantizadas das cozinhas regionais e de ingredientes locais. A ideia de cozinha nacional tem sido questionada na Itália, de forma eloquente, por Alberto Grandi, o qual afirma, nos títulos de suas obras, sem rodeios, que a cozinha italiana sequer existe (GRANDI; SOFFIATI, 2024). , Grandi faz trocadilhos com a certificação de origem conhecida pela sigla *DOP – Denominazione di Origine Protetta*, propondo de forma irônica, a sigla *DOI – Denoninazione di Origine Inventata*¹⁰⁶ (GRANDI, 2018). Todavia, uma diferença que nos parece marcante e digna de nota entre estes polos políticos é a posição adotada frente ao debate acalorada na Itália sobre imigração. Por trás da ideia do “*Made in Italy*” e das confusões deliberadas entre soberania e soberanismo alimentar defendidas pelos governantes de extrema direita no país, residem ideais protecionistas e de oposição à imigração. Enquanto isso, Petrini, como um dos líderes do *Slow Food*, proclama claras boas-vindas aos imigrantes e os coloca como atores chaves da agricultura nacional, como pode ser observado em uma declaração recente a um jornal italiano:

Sejam bem-vindos os imigrantes que são, em todos os aspectos, agricultores italianos. Você acredita que o *Parmigiano Reggiano* seja feito pelos *padani*¹⁰⁷? Eles são todos indianos. Que o queijo Fontina seja feito pelos *valdostani*? [...] Ali estão norte-africanos e poloneses. Que o vinho piemontês seja feito pelos piemonteses? Existem 20 mil macedônios. Todos esses são agricultores italianos (Carlo Petrini, em entrevista à *La Repubblica*, em 28 ago. 2024).

Estes são apenas alguns exemplos que ilustram os ruídos que as contestações alimentares são capazes de gerar, e os modos como as mesmas grandezas (neste caso, cívica e doméstica) podem ser acionadas para projetos políticos e visões de mundo distintas.

De todo modo, cabe também a nós, pesquisadores do Sul, problematizar em nossos estudos, para além das questões do mundo social, as análises acadêmicas correntes que reproduzem o mesmo tipo de equívoco de misturar valores emancipatórios defendidos pelo Sul

¹⁰⁶ Alberto Grandi é professor de História da Alimentação na Universidade de Parma, além de ser autor das obras “*Denominazione di origine inventata: Le bugie del marketing sui prodotti tipici italiani*” (2018) e “*La cucina italiana non esiste*” (2024) e também um dos âncoras do podcast “*DOI - Denominazione di Origine Inventata*”, com mais de 70 episódios (acesso em: 1 dez. 2024).

¹⁰⁷ [N.T.] *Padani* e *valdostani* são gentílicos referentes a determinadas regiões da Itália, neste caso, respectivamente os habitantes do vale do Pó (*Pianura Padana*) e vale de Aosta (*Vale d'Aosta*).

Global com a agenda nortista. Saltam aos olhos e são dignas de escrutínio as afirmações idealizadas no âmbito acadêmico de como o *Slow Food* supostamente apresentaria “uma **interpretação original** de soberania alimentar*”, a qual “não é baseada em uma ideologia anticapitalista clara, mas na inclusão de uma grande variedade de atores envolvidos no nosso sistema alimentar*” (AMO, 2023, p. 656, grifos nossos). Quando, por exemplo, Paul Nicholson, uma das lideranças da Via Campesina, defende a soberania alimentar como uma proposta radical em contraposição clara às políticas neoliberais (NICHOLSON; BORRAS JUNIOR, 2023).

Neste caso, nos parece patente por meio de uma análise com pontos focais no Sul e Norte Global demonstrar que os ativismos alimentares não tem como pressuposto fazer com que todos concordem, ao contrário o que a concepção no plural agrega é a multiplicidade de vozes, agendas e narrativas contestatórias. Como observamos nestes ecos controversos em torno da fome (tratado na seção 3.1.3) e da soberania alimentar tratados aqui, sugerimos que aproximar regiões geopolíticas tão diversas pode ser um caminho auspicioso, desde que este esforço não se reduza a uma mera referência **sobre** as contribuições do Sul Global, mas realizada a **partir e com** os atores desta região. Os achados desta pesquisa se mostram contundentes para nós, e esperamos que também para o leitor, em relação à necessidade de garantir representatividade de ativistas e acadêmicos do Sul Global na arena da política dos alimentos para disputar espaços, narrativas e noções, dialogando e, se preciso for, se contrapondo às ideias difundidas no Norte, o que é tema do capítulo a seguir.

CAPÍTULO IV – ATIVISMOS ALIMENTARES DO NORTE E DO SUL GLOBAL

*“Você deve lutar pela xepa da feira
e dizer que está recompensado
Você deve estampar sempre um ar de alegria
e dizer: Tudo tem melhorado”
Gonzaguinha (1973)*

Para Carlo Petrini, líder do *Slow Food*, quando se trata de alimentos e alimentação a “qualidade é um direito de todos*” (em seu *Discurso de Abertura Terra Madre*, 2008). A partir da Teoria da Justificação, MST e *Slow Food* podem ser associados analiticamente com os diferentes mundos em virtude das provas que acionam ao valorizar determinados alimentos, de acordo com as suas qualificações.

A possibilidade de analisar mais de perto estes movimentos suscita algumas questões: Quais justificações são mobilizadas por eles para contestar o sistema alimentar hegemônico? Quais justificativas são utilizadas para sustentar seus interesses? De que modo os alimentos são qualificados e ressignificados? Para dar cabo a tais indagações, examinamos, através da perspectiva das cités, as principais contestações e disputas políticas que envolvem o ativismo alimentar praticado pelo MST no Brasil e pelo *Slow Food* na Itália. Aqui concordamos com as colocações de Niederle e Wesz Junior (2018) de que

a demarcação dessas ordens é um exercício heurístico e normativo. A realidade social é muito mais complexa e contraditória. No entanto, assim como os próprios atores sociais são obrigados a classificar o mundo para ter alguma segurança ontológica e dar sentido às suas vidas, os cientistas sociais são forçados a criar modelos que lhes permitam analisá-lo (NIEDERLE; WESZ JUNIOR; 2018, p. 23).

Para Boltanski e Thévenot (2020), as operações qualificadoras participam elas próprias de um processo de reificação estabelecido por um julgamento e mediado por objetos. As coisas qualificadas, sem as quais as justificações não poderiam ter lugar, compõem dispositivos sedimentados nos ambientes sociais. Através deste olhar, é possível captar também as mudanças no sentido de justiça, na medida em que comprovações, apesar de antigas e fora de uso, deixam depósitos e sedimentos constituídos por coisas já anteriormente qualificadas. A concentração desta pesquisa sobre o eixo das contestações é uma maneira de “ajustar o foco” para observar como os princípios de justiça e os mundos se encontram imbricados em determinadas situações.

Com efeito, por meio da Teoria da Justificação e apoiados na Teoria do Sul, analisamos e sistematizamos a pluralidade das contestações alimentares e as particularidades dos ativismos alimentares de ambos os movimentos, contextualizando as características históricas e regionais que estes processos politizadores apresentam.

O capítulo está organizado em quatro partes principais. Na primeira seção, tendo como referencial a Teoria do Sul, voltamos nosso olhar ao sentidos e significados que o termo “terra”

evoca para os movimentos sob análise, propondo uma reflexão sobre suas interfaces com os ativismos alimentares. Em um segundo momento, focamos nas reivindicações por direitos assumidas por cada um dos movimentos sociais sob análise, dentre eles o direito à terra, à alimentação e ao prazer, observando os processos de mobilização de críticas éticas e/ou estéticas. A terceira seção é dedicada às qualificações dos alimentos sob a perspectiva das cités e dos processos de desfeticização da mercadoria. Por fim, a quarta parte discute as potencialidades e os limites do consumo político, analisando em particular as experiências dos Armazéns do Campo organizados pelo MST e das Fortalezas (*Presìdi*, em italiano) promovidas pelo *Slow Food*.

4.1 Marcas do Encontro Colonial: Diferentes Compreensões de “Terra”

O contato com os diversos documentos selecionados para esta tese conduziu nossa reflexão a uma aparente casualidade das agendas políticas do MST e do *Slow Food*: **terra**, uma palavra comum a ambos os movimentos. Curiosamente, a grafia é idêntica em língua portuguesa e italiana dada a etimologia compartilhada com o latim. A coincidência entre os idiomas também ocorre no uso da letra maiúscula para distinguir a enunciação referente ao planeta Terra¹⁰⁸. Porém, como é de se imaginar, a concomitância do termo nas narrativas promovidas por estas duas organizações não pode e nem deve ser traduzida em equivalências instantâneas.

Os enquadramentos que a questão da terra ocupa nos ativismos alimentares do MST e do *Slow Food* se mostram valiosos do ponto de vista analítico. Como afirma Connell (2020), em sua obra *Southern Theory*, em tradução livre Teoria do Sul, posicionar o foco no papel da terra na estrutura e nas dinâmicas sociais é uma forma de contextualizar a análise perante as disparidades geopolíticas compreendidas em termos das diferenças entre Norte e Sul Global. Com efeito, é um modo de se afastar dos universalismos característicos de inúmeras teorias prestigiadas, as quais frequentemente compartilham da pretensão de uma aplicabilidade transversal de suas postulações. Sob a ótica particular dos ativismos alimentares, Kerseen e Brent (2017, p. 479) argumentam que “a terra é a base do nosso sistema alimentar – uma fonte de nutrição e identidade cultural, e a base da própria vida. Tal como a alimentação, é um terreno de luta, um reflexo das relações de poder e uma alavanca potencial para a transformação social*”.

De acordo com Connell (2020, p. 202), “para leitores imersos em ideias metropolitanas do social e familiarizados com conceitos como classe, cultura ou alienação, ‘direitos à terra’ pode parecer um conceito exótico ou marginal*”, porém eles são centrais para entender as dinâmicas territoriais em contextos nos quais o colonialismo exerceu influência. Da relação com a terra se desdobram dinâmicas ligadas a aspectos sociais, culturais, espirituais, etc. Para as sociedades contemporâneas, ainda que imersas em um mundo dito globalizado, a terra continua a apresentar relevância. Nas palavras da autora,

a terra [*land*], assim, não é irrelevante, mesmo nas cidadelas da globalização. Temos que entender seu significado social em uma complexa dialética de lugar e poder, da qual a história da colonização e as consequentes lutas dos povos indígenas pelo direito à terra são peças-chave. Essas lutas, as experiências que as fundamentam e os

¹⁰⁸ Vale notar que em idiomas que não compartilham raízes com o latim, a casualidade entre os termos não é necessariamente presente. Em inglês, por exemplo, as traduções para o vocábulo terra, seja em português ou em italiano, podem variar muito, abrangendo, dentre outros, termos como *land*, *Earth*, *territory*, *ground* e *soil*. Então, como estratégia e quando for necessário demarcaremos algumas das diferenças de seu uso lançando mão de alguns termos em língua inglesa.

argumentos nelas apresentados são nos dias de hoje questões estratégicas de justiça social globalmente. Levá-los a sério e aprender com eles é necessário para regenerar a ciência social em escala mundial* (CONNELL, 2020, p. 209).

À semelhança de Connell (2020), pesquisadores latino-americanos também reivindicam a terra como questão central e estratégica para apreender analiticamente o campo dos movimentos sociais no contexto particular das sociedades do Sul Global.

As categorias como terra não são um “equivalente universal”, sendo mais bem compreendidas como “pistas deixadas pelas agências dos próprios movimentos no espaço público”, afirma Rosa (2012). A terra possui sentido e significado político particulares a cada movimento e contexto histórico e geopolítico, como evidenciou o seu estudo que comparou o MST do Brasil com o *Landless Peoples' Movement* (LPM) da África do Sul (ROSA, 2012).

Bringel (2019), por sua vez, discorre sobre a necessidade de nomear e preencher os silêncios provenientes das feridas coloniais, bem como da violência epistêmica gerada pelo eurocentrismo. Em diálogo com as proposições de Svampa (2010), o autor propõe a compreensão da ação coletiva e da política contenciosa dos movimentos sociais por meio de matrizes político-ideológicas relacionadas a afiliações políticas e discursivas¹⁰⁹, sendo uma das matrizes fortemente relacionadas ao tema da terra: o agrarismo (*agrarianism*). O período colonial, caracterizado pelos processos de expropriação, exploração e concentração de terras, está na base desta matriz, conglomerando com diferentes ênfases os conflitos que envolvem a mineração, o neoextrativismo, o desmatamento e a proteção da biodiversidade, da água e dos direitos de povos indígenas e comunidades tradicionais. Segundo o autor,

se olharmos para a região [América Latina] como um todo durante o último século, esta matriz [o agrarismo] sustenta fortemente todas as demandas por reforma agrária, lutas pela terra e referências agrárias que orientam os movimentos sociais em toda a América Latina, muitos deles articulados regionalmente em torno da Via Campesina e fortemente influenciados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil (BRINGEL, 2019, p. 341).

Como sugerido até aqui, compartilhamos da ideia de que a terra, presente na matriz do agrarismo, é um tema de suma importância para os movimentos sociais. Não obstante, avaliamos a necessidade de cautela e moderação para evitar generalizações que acabem por ofuscar a diversidade dos movimentos sociais da América Latina. Questionamos se é possível afirmar que a totalidade dos movimentos desta região tenha suas contestações sustentadas pelo agrarismo, nos parecendo mais adequado e ponderado reconhecer a particularidade que a temática possui no contexto dos movimentos do Sul Global, buscando qualificá-la, tal como estamos fazendo neste estudo para o caso do MST.

Afinal, a compreensão dos movimentos sociais a partir de matrizes político-ideológicas admite que estas podem se fundir, se dividir ou até mesmo dar origem a novas matrizes (BRINGEL, 2019). Os temas alimentares, por sua transversalidade, colocam este pressuposto à prova, como evidencia a colocação de Bringel (2019, p. 347): “o direito à alimentação e à soberania alimentar redefine o papel do agrarismo, transversalizando as matrizes clássicas”.

Em síntese, apesar de sermos reticentes às suas generalizações, concordamos com a provocação de Bringel (2019) de que um olhar não apenas *para*, mas também *a partir da* América Latina, é auspicioso, pois possibilita, ao contrário dos estudos concentrados e

¹⁰⁹ Bringel (2019) descreve seis tipos de matrizes político-ideológicas, sendo elas: i) a matriz comunidades indígenas; ii) a matriz de resistência negra e antirracista; iii) nacionalismo periférico; iv) agrarismo; v) socialismo; e vi) feminismo.

limitados às experiências europeias e norte-americanas, considerar as repercussões contemporâneas do período colonial e a posição periférica desta região. Para nós, este caminho permite levar a sério as particularidades dos movimentos sociais latino-americanos e de suas reivindicações na composição de narrativas contestatórias, no desenvolvimento de práticas de resistências, na criação de alternativas e imaginários para a região e, no caso específico de interesse desta deste, na mobilização de formas próprias de ativismo alimentar.

Visões disruptivas sobre a terra

Como vimos, Connell (2020) é contundente ao afirmar que, ao longo da história, a terra evocou e imputou diferentes significados para diferentes grupos. Como visões dominantes acerca da terra, citamos, dentre tantas possíveis, duas perspectivas históricas cujas repercussões se perpetuam até os dias de hoje: o modelo de *plantation* empregado, principalmente, nas colônias europeias nas Américas entre os séculos XV e XIX; e os ideais liberais vinculadas à propriedade da terra que circularam entre o fim do século XVIII e o início do XIX.

Grada Kilomba (2019), artista, escritora e teórica, tendo como referência o trabalho de intelectuais como Frantz Fanon e bell hooks, atualiza e problematiza os debates acerca da *plantation*, mostrando que certas compreensões de terra perseveraram ao longo do tempo. No modelo da *plantation*, a terra era importante em vastas extensões. Os latifúndios (do latim *latus* – largo, extenso, vasto; *fundus* – propriedade, terra), combinados à monocultura, trabalho escravizado e exportação para a metrópole, caracterizaram o sistema de exploração¹¹⁰. Esta estrutura social de dominação era centrada na figura do proprietário do latifúndio, o Senhor de Terras, que controlava não apenas a terra, mas todos ao seu redor, cujo os desdobramentos, argumentam alguns autores, são atemporais.

Com raízes nos séculos XV e XVI, as concepções do modelo da *plantation* engendraram e continuam a engendrar posturas racistas que impactam não somente no racismo cotidiano, mas também os sistemas de produção de conhecimento acadêmico, os quais são ainda estruturados para resistir a “descolonização do conhecimento”, dificultando a produção e conhecimento emancipatório e alternativo (KILOMBA, 2019, p. 59).

Outra gama de significados que repercutem até os dias atuais se relaciona ao período de expansão do capitalismo, que forçou a saída de muitas pessoas da terra, transformando os “comuns” – terras e recursos geridos coletivamente para benefício comunitário – em propriedade privada. Ligadas especialmente a pensadores como Adam Smith e David Ricardo, essas são elaborações forjadas a partir dos pressupostos colonizadores da “*terra nullius*” – terra de ninguém, tão bem traduzidos na ideia de “descobrimento” dos territórios posteriormente colonizados.

Nesta perspectiva, se havia terra é porque deveria haver um Senhor de Terras (*landlord*), isto é, um proprietário de uma superfície específica de terreno passível de ser explorado por maquinários e trabalhadores e/ou capitalizado. Tal imaginário se mostra atemporal e seus vestígios podem ser observados, nas elites rurais brasileiras, denominadas por Bruno (1997), por exemplo, como os “senhores da terra, senhores da guerra”; na formação de milícias privadas

¹¹⁰ [N.T.] Em algumas ocasiões, o termo *plantation* é traduzido para o português como “plantação”. Um exemplo é a versão brasileira da obra *Memórias da Plantação* de Grada Kilomba, publicada pela editora Cobogó em 2019, traduzida da publicação original em inglês, de 2008, *Plantation Memories*. No entanto, dada a difusão do termo em inglês e nas formas de como este é retomado por outros autores, tal como no neologismo *Plantationoceno* (HARAWAY *et al* 2015; HARAWAY, 2016; 2023), optamos por empregar a formulação em inglês: *plantation*.

para proteção dos latifúndios¹¹¹; ou mesmo na difusão de teses como aquela do marco temporal (Projeto de Leis 490/2007 e 2903/2023), que segundo a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), em declaração veiculada em seu site¹¹², tem como objetivo “colocar o colonizador como dono da terra e o indígena como invasor”.

Por outro viés, acentuamos também algumas visões disruptivas sobre a terra. Povos indígenas e comunidades tradicionais do Sul Global, por exemplo, reivindicam uma relação própria com a terra, com origens anteriores aos processos de colonização. Entre tantas possibilidades, destacamos as elaborações compartilhadas por dois pensadores atuais e eloquentes no contexto brasileiro: Ailton Krenak, ambientalista, filósofo, poeta, escritor, indígena krenak do Médio Rio Doce/MG; e Antônio Bispo dos Santos, o Nêgo Bispo, lavrador, filósofo, poeta, escritor, professor e ativista político do Quilombo Saco-Curtume no vale do rio Berlingas/PI, falecido em dezembro de 2023. Ambos experienciam e apresentam visões disruptivas sobre a terra, que inclusive se distinguem, pela sua radicalidade, daquelas defendidas pelos movimentos sociais em questão, conforme analisamos adiante.

Para Ailton Krenak, os humanos e a Terra são um só:

Muitos povos, de diferentes matrizes culturais, têm a compreensão de que nós e a Terra somos uma mesma entidade, respiramos e sonhamos com ela. Alguns atribuem a esse organismo as mesmas suscetibilidades do nosso corpo: dizem que esse organismo está com febre. Faz sentido: nós não somos constituídos de dois terços de água e depois vem o material sólido, nossos ossos, músculos, a carcaça? Somos microcosmos do organismo Terra, só precisamos nos lembrar disso (KRENAK, 2020, p. 41).

Nesta cosmovisão apresentada a “Terra é um organismo vivo”, palco das relações de comunhão da teia da vida (KRENAK, 2020, p. 39). Uma concepção que possui diferenças primordiais comparada com aquelas das sociedades ocidentais, as quais, segundo o autor, se divorciaram da terra, sob o imperativo de dominá-la e explorá-la.

Nêgo Bispo, por sua vez, reflete sobre o que chama de sabedoria cosmológica e linguagem cósmica. Sobre a relação de reciprocidade de seu povo com a terra, Bispo (2023) explica: “O nosso povo também dizia que a terra dá e a terra quer” (p. 91), e continua: “Nossa geração avó dizia que a gente planta o que a gente quer, e o que a gente precisa e o que a gente gosta, e a terra dá o que ela pode e o que merece [...]. Só de olhar para a terra já sabíamos o que plantar. É a linguagem cósmica. É simples” (p. 92). Em concepções como estas, fica evidente que não são as pessoas que possuem a terra, mas é um determinado território que possui um grupo de pessoas. A terra é parte da ordem social, integrando cultura, linguagem, espiritualidade, alimentação, etc.

No outro hemisfério, antropólogos do Norte do Global, a partir de uma leitura histórica, recuperam a noção de *plantation* e cunham, de forma provocativa, a noção de *Plantationoceno*¹¹³, em oposição à noção de antropoceno (HARAWAY *et al*, 2015;

¹¹¹ Em 2024, por exemplo, a Polícia Federal (PF) abriu investigação sobre as atividades realizadas pelo “Invasão Zero”, “um movimento dos produtores rurais brasileiros em defesa das propriedades rurais e urbanas”, conforme descrição em suas redes sociais (@invasao_zero), que possui mais de 16 mil seguidores (acesso em: 1 dez. 2024). O grupo foi criado em 2023 na Bahia e tem se espalhado pelo país para expulsar indígenas e sem-terra de terras recém ocupadas. Na *Carta Aberta do Compromisso do MST com a Luta e o Povo Brasileiro (2024)*, o MST avalia que “iniciativas como “Invasão Zero” estimulam a escalada de violência das milícias de Latifundiários e setores do Agronegócio em defesa do atraso e de um dos maiores índices de concentração de terras no mundo”.

¹¹² Disponível em: <https://apiboficial.org/marco-temporal/> Acesso em: 1 dez. 2024.

¹¹³ A noção *plantationoceno* foi uma cunhada pelos participantes de um seminário realizado na Universidade de Aarhus, Dinamarca, em outubro de 2014, sendo eles: Noboru Ishikawa (Antropologia, *Kyoto University*); Anna

HARRAWAY, 2016; 2023). Na opinião destes autores, este termo ajuda a evidenciar a *plantation* baseada no trabalho escravo como o modelo e o motor dos sistemas de produção à base de máquinas ávidas pelo consumo de carbono. Na arena de debates sobre como compreender e descrever a emergência de uma possível nova era geológica, a noção de *plantationceno* destaca o controle de terras e corpos como elemento que facilitou a centralização do poder político e econômico nas mãos de um número reduzido de homens, brancos, europeus e cristãos.

No contexto das sociedades ocidentais contemporâneas, a terra deixou de ser apenas um recurso produtivo, e se tornou também um recurso financeiro. Descrita por autores como Fairbairn (2014), a partir dos estudos sobre “financeirização da terra”, ela ocupa posição central também nas lutas globais que denunciam a especulação, a apropriação e a estrangeirização de terras (*land grabbing*) no Sul Global. No Brasil, as estimativas mais conservadoras indicam que o capital estrangeiro já apropriou mais 40 milhões de hectares (STÉDILE; MARTINS, 2011). A oposição à concentração de terras e a defesa da ampliação do acesso à terra são motores para a mobilização feita por diversos movimentos sociais, em especial aqueles do campo, em nível local, nacional e/ou internacional.

Dentro dos limites deste estudo, o vocábulo terra qualifica no caso do MST o nome da organização e a identidade de sua base popular. Como explica Caldeira (2008), a luta pela terra enquadra a ação coletiva do MST e legitima a sua *raison d’être* como movimento social. “Sem terra”, traduzido para o inglês como *landless*, é uma expressão presente nos inúmeros desdobramentos da organização, desde protestos, lemas, eventos, mídias sociais, etc.

Já no contexto dos ativismos do *Slow Food*, a palavra terra é usada frequentemente na locução mãe-Terra (*Terra Madre*, em italiano; *mother Earth* em inglês¹¹⁴), fazendo referência à esfera planetária e também, em alguma medida, à ideia de natureza, elementos naturais e seres vivos. A expressão em italiano dá nome ao evento bianual, que a partir de 2004 se consolidou como a ágora nacional e internacional do movimento, bem como a uma rede internacional que congrega um enorme contingente e pluralidade de atores¹¹⁵. Além disso, anualmente, no dia 10 de dezembro, data que celebra sua institucionalização internacional do movimento, é realizado o “*Terra Madre Day*”¹¹⁶ com uma ampla variedade de eventos locais realizados simultaneamente ao redor do mundo. Outra atividade que leva o termo em seu nome são os Mercados da Terra (*Mercati della Terra*, em italiano; ou *Earth Markets* em inglês) realizados periodicamente na Itália e em outras localidades, desde 2008, envolvendo hoje mais de 2.400 agricultores¹¹⁷ (*Balanço Social*, 2023).

Tsing (Antropologia, *University of California*); Donna Haraway (História da Consciência, *University of California*); Scott F. Gilbert (Biologia, *Swarthmore College*); Nils Bubandt (Departamento de Cultura e Sociedade, *Aarhus University*); e Kenneth Olwig (Arquitetura e Paisagismo, *Swedish University of Agricultural Sciences*). A transcrição do encontro está documentada em Haraway *et al* (2015).

¹¹⁴ [N.T.] No contexto do *Slow Food*, a tradução mais corrente para o inglês do termo é *Mother Earth* (ver Andrews, 2008 e Siniscalchi, 2013)

¹¹⁵ Segundo Petri e Padovani (2017, p. 15), “a rede Terra Madre abrange também hortas comunitárias e escolares, a Aliança de Cozinheiros *Slow Food* (iniciativa que compreende 700 restaurantes em 18 países) e as feiras de produtores Mercados da Terra, somando entre 600 mil e 1 milhão de pessoas, distribuídas nas 2.500 comunidades dos alimentos – o que supera os 100 mil oficialmente inscritos e organizados segundo a lógica oitocentista de partidos e sindicatos”.

¹¹⁶ O primeiro *Terra Madre Day* foi realizado em 10 dez. 2009, coincidindo com o aniversário de 20 anos da institucionalização internacional do movimento realizada em Paris e do lançamento do *Manifesto Slow Food (1989)*.

¹¹⁷ A rede Mercados da Terra possui 95 pontos de comercialização espalhados em aproximadamente 20 países, mais de metade destes, 49, são realizados na Itália, cuja periodicidade e dimensão variam de acordo com cada uma das localidades (*Balanço Social Slow Food*, 2023).

Nesta breve avaliação dos dois casos de estudo, fica já evidente o amplo espectro de contestações existentes pela (re)territorialização de determinados espaços, movidas por diferentes grupos e interesses. Sob a égide do sistema alimentar hegemônico, os territórios são apreendidos de forma mais restrita e objetiva. Para o agronegócio, por exemplo, eles são ativos para a extração máxima de lucros, em uma lógica que retoma as estratégias, valores e práticas fundantes dos processos de colonização. Por outro lado, os movimentos aqui estudados se propõem a operar uma pluralidade de equivalências de sentidos e significados para o termo terra, em consonância com suas visões de mundos, programas políticos, contextos sociais, formação de alianças, etc.

A partir da Teoria do Sul, procuramos, então, complexificar nossa análise e demonstrar, de modo inovador, como a temática da terra, e por consequência das questões coloniais, pode contribuir para as reflexões sobre os ativismos alimentares contemporâneos. Aqui, no lugar de questão marginal, posicionamos a terra como eixo organizador da análise. Tal escolha analítica, segundo Connell (2020), contribui para a regeneração das Ciências Sociais num contexto epistemológico mais específico, visando à promoção da justiça social global no panorama mais geral.

Para discutir os significados que o tema da terra pode assumir quando contextualizado a esta complexa dialética de lugar e poder, propomos a ideia de “encontro colonial” como chave analítica, referindo-nos, *grosso modo*, às distintas consequências que o processo de colonização inflige e continua a infligir diferentes grupos envolvidos no empreendimento colonizador, sejam colonizados, ou colonizadores.

Outros autores lançaram mão de formulações parecidas, tal como Asad [1973]/(2017), que abordou a ideia de encontro colonial para discutir a história da antropologia britânica. Com a proposição e emprego desta chave analítica, procuramos incorporar as questões relativas tanto às disparidades geopolíticas, quanto à divisão social de trabalho relacionada à produção de conhecimento, como apontado por Connell (2020) na Teoria do Sul, ao debate sobre os ativismos alimentares em diferentes partes do mundo.

A seguir, a partir dos dados coletados na análise documental, destacaremos, entre tantas possibilidades, alguns dos sentidos e significados que o termo terra possui para ambos os coletivos, contextualizando-os às particularidades dos ativismos alimentares do Sul e do Norte Global. Como veremos, a terra é compreendida pelo MST e pelo *Slow Food* em uma diversidade de acepções, como sinônimo de democracia e vida digna, em sua esfera planetária e/ou como parte de uma identidade.

4.1.1 Reforma agrária, democratização e terra para uma vida digna

Sob as lentes da Teoria do Sul, não podemos deixar de compreender a história e a atuação do MST dentro de um contexto de um país com passado colonial, escravagista e historicamente concentrador de terra, propriedade e poder, cuja repercussões são presentes até os dias atuais. Não por acaso, as lutas pela terra e as reivindicações por reforma agrária são particularmente presentes nos movimentos sociais desta região (BRINGEL, 2019; PENNA, 2015), muitos deles articulados regionalmente em torno da Via Campesina, e fortemente influenciados pelo o MST (BRINGEL; VIEIRA, 2015; FERNANDES, 2008; NIEMEYER; 2014; ROSA, 2012).

Embora, nos dias de hoje, circulem afirmações propagadas por figuras política do campo político conservador de que no Brasil não haja mais latifúndios – como ilustra as inusitadas declarações de Kátia Abreu em 2015 como ministra da Agricultura, que dizia “Latifúndio não existe mais” – a concentração de terras continua a ser uma realidade no país (BERGAMO,

2015). Conforme apontam os inquéritos nacionais recentes, parte expressiva da terra agrícola do país pertence a uma parcela extremamente pequena de proprietários. Em números, um estudo do Imaflora demonstra, a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que um quarto da área agrícola nacional é ocupada por ínfima quantidade de imóveis – mais precisamente 0,3% do total de imóveis, representados pelos 15 mil maiores imóveis rurais do país. Ademais, o estrato dos 10% maiores imóveis ocupa 73% da área de uso privado do Brasil (PINTO *et al*, 2020).

Fernandes (2022) avalia que a reforma agrária tem ocupado o debate político brasileiro por, pelo menos, 40 anos, o que assinala, ao mesmo tempo, a ineficiência dos governos e a persistência de movimentos sociais como o MST. Segundo o levantamento divulgado pelo MST no início de 2024 [32], mais de 70 mil famílias seguem acampadas próximas a grandes latifúndios, usando da organização coletiva, para demandar a democratização da terra e a reforma agrária.

Vale notar que as demandas seminais pela democratização da terra e pela reforma agrária refletiam a conjuntura política da época. O período de fundação do MST, após as primeiras ocupações no Rio Grande do Sul no início dos anos 1980, coincidiu com a promulgação da Constituição de 1988, que marcou o período de redemocratização no Brasil posterior à ditadura militar.

Neste cenário, a Constituição de 1988 e os ideais democráticos legitimaram e estruturaram as ocupações de terra como principal instrumento de luta do movimento. Em específico, os artigos 184 e 186 da Constituição¹¹⁸ estabeleceram a função social da terra, e a possibilidade de desapropriação de imóveis rurais em desacordo com estes pressupostos legais para fins de interesse social e reforma agrária. Informado por este arcabouço legal, o MST propõe uma diferenciação clara entre ocupação e invasão de terras, definida nos dias mais recentes da seguinte forma:

ocupação não é o mesmo que invasão, pois a Constituição define o conceito de uso social da terra, que deve ser destinada para fins de produção, ou seja, ser produtiva, e não ociosa, sendo usada como estoque para a especulação imobiliária; bem como não pode degradar o meio ambiente, nem usar trabalho escravo ou análogo. Portanto, a ocupação de terra tem sido utilizada pelo MST, da mesma forma que historicamente pelos movimentos camponeses, como a reivindicação de direitos, chamando atenção para o compromisso dos direitos fundamentais, como o acesso à terra para produção de alimentos, e da necessidade de que a propriedade compra sua função social (Site oficial do MST [32], 22 jan. 2024, grifos do autor).

Inicialmente, as ocupações foram uma das formas de denunciar a concentração de terras, indicando no mapa a existência de grandes extensões de terras improdutivas, isto é, de latifúndios que podiam ser desapropriados e destinados à reforma agrária, para que a terra pudesse cumprir sua função social, conforme estabelecido na Constituição brasileira. Como

¹¹⁸ O Artigo 184 da Constituição de 1988 estabelece: “Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei”. O Artigo 186 define que “a função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores” (BRASIL, 1988).

explica o próprio MST em seu site [39], “a ocupação gera o fato político, que demanda uma resposta do governo em relação à concentração de terras no Brasil”.

Sendo assim, para muitas famílias a conquista de “um pedaço de terra” é uma forma de garantir sua subsistência (LOERA, 2004; SIGAUD, 2000). Em nossa análise documental, encontramos referências de associação literal e material entre a terra e os alimentos em algumas das publicações referentes ao período de fundação do MST:

Este ano, os lavradores realizam a primeira colheita na **terra conquistada**: 3 mil sacas de arroz e milho e muita abóbora. Essa produção reverte a situação dos primeiros meses de acampamento, quando os lavradores dependiam das doações das comunidades e organizações populares da região (Matéria do *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, 1981, n. 93, p. 17, grifos nossos).

A conquista da terra, além de garantir subsistência através da produção de alimentos, é vista também, sob uma ótica mais ampla, como forma de garantir autonomia, liberdade e melhoria das condições de vida. Como examina Fernandes (2000, p. 84), “na constituição do MST, foi-se aprendendo que a luta não era apenas por um pedaço de terra, era uma luta permanente pela dignidade e pela vida”. Desde sua fundação para cá, o MST organizou mais de 2.300 ocupações de terra, estima Fernandes (2022).

Ao longo de sua história, ficou claro para o MST, que a conquista da terra não deve ser compreendida como o fim da luta, mas sim como ponto de partida para outras reivindicações, como ilustra um dos pontos da declaração *Nossos compromissos com a terra e com a vida* (2000), no qual se discorre sobre a necessidade de “lutar contra o latifúndio para que todos possam ter terra, pão, estudo e liberdade” (documento supracitado, ver Figura 18, p. 123). Com o decorrer do tempo, a luta pela terra foi ampliada para a reivindicação de outros direitos, tal como educação, política agrícola, saúde, alimentação, etc.

A *Carta Aberta do Compromisso do MST com a Luta e o Povo Brasileiro*, publicada no início de 2024 ilustra este tipo de intersecção proposta pelo MST, em específico, entre terra, democracia, alimentação saudável e meio ambiente, conforme consta na referida carta: “a terra deve ser democratizada para cumprir sua função social de produzir vida digna à população camponesa, alimentos saudáveis e preservar a natureza”.

Em síntese, percebemos que para o MST demarcar a oposição os processos de concentração e monopolização de terras simbolizados pelos latifúndios, e as lutas por um pedaço de terra em prol da produção de alimentos para as famílias rurais e o mercado interno, e por consequência da soberania alimentar é imprescindível.

No caso do *Slow Food*, são raras as menções à terra pertencentes ao mesmo campo semântico dos excertos MST aqui citados. Uma delas é um trecho do Discurso de Abertura da primeira edição do *Terra Madre* de 2004, proferido por Carlo Petrini: “o direito à terra e às sementes é um direito sacrossanto para todos os agricultores do mundo*”. A ideia do direito à terra como um direito sacrossanto apela a uma linguagem religiosa, no caso cristã, e à dimensão do sagrado para descrever um direito inviolável. Como vimos, frequentemente o *Slow Food* acentua os modos de valoração da cité inspiracional, enfatizando o divino, a dádiva. Este ponto será mais explorado nas seções a seguir, quando refletiremos sobre o uso que o *Slow Food* faz da ideia de mãe-Terra.

4.1.2 Terra Madre, pachamama e casa comum

Na edição de novembro de 2006 da revista *Slowfood*, foi publicada uma matéria intitulada, “Terra de inteligências afetivas” (*Terra di intelligenze affettive*, em italiano), de autoria de Carlo Petrini. Nesta matéria, as “inteligências afetivas” são abordadas como um tipo de inteligência desassociado do acúmulo de pesquisas e estudos, e/ou de habilidades cognitivas extraordinárias, mas ligado a uma sabedoria intrínseca de “saber ser” (*saper essere*), uma sabedoria ancestral fortemente imbricada na relação das pessoas com a terra:

Um modo de existir que é filho do estar em **contato com a terra, com seus ritmos, com o frutificar-se e regenerar-se**, que não se reduz apenas ao saber fazer o seu trabalho cotidiano, mas se torna um estado existencial de uma potência extrema no contexto de um mundo em apuros (Carlo Petrini em *Slowfood*, 2006, n. 22, p. 19, grifos nossos).

As ideias propagadas pelo *Slow Food* acerca do tema da terra inferem universalidade, ao descrever uma sabedoria de tipo intrínseco compartilhada supostamente por todos, porém percebida e/ou exercida em especial por aqueles que participam do movimento. De fato, nesta mesma matéria, Petrini enfatiza que a rede construída durante as diversas edições de *Terra Madre* é vista como um “símbolo tangível do fato dessas pessoas terem uma coisa especial que deriva de sua ‘cidadania terrestre’” (SF, 2006, n. 22, p. 19). Em momentos como estes, a terra é associada aos construtos do mundo conexcionista, com menção à rede de pessoas, bem como do mundo cívico, notadamente na ideia de cidadania.

Parte importante dos referenciais adotados para o tema da terra partilham dos valores do mundo doméstico, vinculando à perspectiva da “casa comum”, bem como as relações de cunho familiar, em particular na figura da mãe.

Os construtos em torno da “casa comum” aparecem sobretudo a partir dos diálogos entre Petrini e o Papa Francisco. O contato partiu de Petrini em 2013, logo após a nomeação do pontífice. Na ocasião, o líder do *Slow Food* enviou uma encomenda para o Papa, contendo, uma carta pessoal, o texto da sua coluna de jornal na *La Repubblica* que comentava a eleição a Papa de um argentino filho de imigrantes italianos, e um livro sobre o *Terra Madre* (GIRAUD; PETRINI, 2023; PETRINI, 2013c; PETRINI; PADOVANI, 2017). Neste primeiro contato, falou sobre terra, ecologia, comida, religião e sobre memórias da região do Piemonte no Norte da Itália¹¹⁹. Como resposta, o Papa Francisco escreveu uma carta ao líder italiano, com bençãos a ele e à organização: “As atividades do *Slow Food* e *Terra Madre* visam promover métodos de produção alimentar em harmonia com a natureza e despertam na minha alma sentimentos de sincero apreço. Por isso, encorajo-vos a continuar este significativo trabalho¹²⁰”, dizia um trecho da carta publicada por Petrini e Padovani (2017, p. 30).

Em 2015, a relação entre os líderes da Igreja Católica e do *Slow Food* foi reforçada após a redação de Petrini de um guia de leitura à encíclica “*Laudato Si: a encíclica sobre a cura da casa comum*”, de autoria de Papa Francisco, esta última mundialmente reconhecida por seus valores espirituais, éticos, ambientais, políticos e até mesmo na proposição de novas percepções

¹¹⁹ Ambos possuem ligações familiares com a região do Piemonte no Norte da Itália, onde Petrini nasceu, cresceu e hoje hospeda a sede de *Slow Food*, além de ser a localidade originária dos avós do Papa Francisco, onde viveram antes de emigrarem para a Argentina no final da década de 1920. Ver mais em: Petrini e Padovani (2017).

¹²⁰ [N.T.] No original, em italiano: L'attività di Slow Food e Terra Madre, volta a promuovere metodi di produzione alimentare in armonia con la natura, suscita nel mio animo sentimenti di sincero apprezzamento. Incoraggio pertanto a proseguire in tale significativa opera (*Carta de Papa Francisco a Calo Petrini*, disponível em Petrini e Padovani (2017, p. 30)).

sobre a comida (ver Vivero-Pol, 2017b). Em uma das passagens desta espécie de prefácio que acompanha a versão italiana, Petrini (2015, p. 6) assinala que, em sua visão, “a encíclica, é de fato, antes de tudo, um duro, mas objetivo, despertar de consciência da realidade da nossa casa comum, a terra com a sua Criação*”.

A compreensão da terra enquanto casa comum continua presente no período mais recente¹²¹. Em uma publicação sobre a história do *Slow Food*, em colaboração com Padovani, o líder italiano explica: “Quando dizemos que se deve **querer bem à Terra**, reafirmamos a exigência de assumir, cada um de nós em primeira pessoa, também no nosso cotidiano, **a tarefa de cuidar da nossa casa comum**” (PETRINI; PADOVANI, 2017, p. 11, grifos nossos). Em 2024, o Papa escreveu outra carta ao *Slow Food*, desta vez direcionada aos participantes do *Terra Madre Salone del Gusto*. Na carta de duas páginas, lida durante a abertura de cerimônia do evento, o pontífice dialoga com o lema da edição “somos natureza” e diz “manifestar todo o seu apoio a quem interpreta de forma saudável a **relação entre a comida e a terra**” (Carta do Papa Francisco aos participantes do 15º *Terra Madre Salone del Gusto*, 2024, grifos nossos).

Estes elos aparentemente improváveis, e seus desdobramentos na construção de narrativas contestatórias, tal como analisamos aqui na formulação sobre terra enquanto casa comum, são marcantes na história do *Slow Food*. Segundo o modelo das justificações, o grande do mundo conexcionista não apenas identifica conexões, mas age, se engaja e esbanja simpatia. Com um exemplo coincidentemente análogo à situação descrita, Boltanski e Chiapello (2020, p. 145) descrevem que o grande da cité por projetos “escreve a outras pessoas para manifestar-lhes sua admiração e pedir conselho ou um encontro”, pois considera que “todo contato é possível e natural”. Apesar de agnóstico declarado, Petrini escreve sobre, para e com o Papa, criando novos pontos de interface para o *Slow Food*, e agregando os frutos desta conexão às suas narrativas contestatórias. Neste caso, a apreensão da terra como casa “comum”, para além de suas aproximações nítidas com os dispositivos do mundo doméstico, se insere também na lógica conexcionista, onde o mundo “é uma rede de conexões potenciais” e “em termos de elos, tudo se equivale” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2020, p. 146).

E como não deixa dúvidas o nome escolhido para o maior evento organizado pelo movimento – *Terra Madre* – a terra é frequentemente ligada à representação da mãe-Terra. Em uma obra dedicada ao *Terra Madre*, Petrini (2009) explica como se deu a escolha do nome: “Encontramos o nome imediatamente: *Terra Madre*, em homenagem à *Pachamama*, a mãe terra como os *indígenas* [*índios*, no original em italiano] sul-americanos a chamam e que é literalmente venerada por milhões de camponeses em todo o mundo*” (PETRINI, 2009, p. 19, grifos do autor).

Embora o uso do termo terra e suas respectivas apreensões e interlocuções seja uma forma de supostamente homenagear grupos e visões sul-americanas, evidenciamos como o *Slow Food*, a partir destas noções, explicita narrativas próprias, que não necessariamente espelham as cosmovisões de povos indígenas do Sul Global.

Por exemplo, para o movimento, a questão ambiental está relacionada a uma crise do modelo atual de desenvolvimento e seu estilo de vida, sendo primordial neste contexto “proteger e valorizar aqueles que lutam com o seu conhecimento e trabalham pela salvaguarda da mãe-terra*”, conforme consta no documento veiculado em preparação de um de seus

¹²¹ Estas ideias deram origem a, pelo menos, duas obras que também abordam a questão da terra. A primeira delas é a coleção de diálogos, organizada por Petrini, “Terrafutura: diálogos com o Papa Francisco sobre ecologia integral”, publicada na Itália em 2020 e no Brasil em 2022. Em 2023, foi publicado em parceria entre a editora *Slow Food* e a *Libreria Editrice Vaticana*, o livro “*Il gusto di cambiare: la transizione ecologica come via per la felicità*” com coautoria de Petrini e Gaël Giraud – jesuíta, economista, matemático e teólogo, acompanhada na versão italiana de 2023 de um prefácio de autoria de Papa Francisco.

congressos, intitulado *O desafio de um destino comum: Rumo ao X Congresso Slow Food Itália* (2021, p. 2).

Apesar da grafia da palavra terra não ser padronizada nos diferentes documentos publicados pela organização, por vezes grafada com a letra inicial maiúscula e outras em minúsculo, seu uso parece ser, na maioria dos casos, direcionado à esfera planetária, com interpretações amplas ligadas à mãe-Terra, a uma natureza “supranacional”:

a nossa Terra é extraordinariamente rica em si mesmo, até nos lugares considerados mais inóspitos, pois não existem países pobres, mas sim empobrecidos, uma vez que foram as categorias de desenvolvimento e subdesenvolvimento que difundiram essas visões a partir da suposta superioridade do modelo econômico e social do Ocidente. E, finalmente, que a figura real dos processos globais vai muito além da divisão do mundo em Estados nacionais e exige respostas de natureza supranacional e territorial* (*O desafio de um destino comum: Rumo ao X Congresso Slow Food Itália*, 2021, p. 2).

Investigar o tema da terra permite identificar, mais uma vez, as facetas eurocêntricas do *Slow Food*, e possivelmente de outros movimentos similares. Uma crítica que não é nova, sendo assinalada, de forma mais ou menos enfática, há pelo menos duas décadas por outros autores (HAYES-CONROY; MARTIN, 2010; LEITCH, 2003; MINTZ, 2006).

Ainda que os esforços de crítica às visões hegemônicas sejam valorosos, interpretações como essas não escapam dos dois mecanismos típicos dos sujeitos do Norte Global descritos por Connell (2020): a reivindicação de universalidade e a leitura a partir do centro. A tentativa de visibilizar questões além do Norte é desarticulada das agendas políticas de autoria e relevância para os sujeitos do Sul Global, e regulada pelo vocabulário característico da metrópole (“lugares inóspitos”, “países pobres”, “desenvolvimento e subdesenvolvimento”, “superioridade econômica”, para citar somente alguns dos termos presentes no excerto supracitado).

Os ideais que circundam as eventuais soluções de caráter supranacional induzem à universalização de uma gama complexa de questões de teor ambiental, socioeconômico e cultural. Embora a noção mãe-terra articulada pelo *Slow Food* tenha suas origens nas cosmovisões dos povos originários da América do Sul, como mencionado acima, os processos globais estabilizados pelas dinâmicas de poder do colonialismo, por exemplo, parecem ser apressadamente minimizados. Com uma leitura a partir do centro, partindo da prerrogativa o “desafio de um destino comum”, questões centrais para os países do Sul Global, como a pobreza, são relativizadas de forma rasa, sendo colocadas como consequência trivial e esperada dos modelos econômicos ocidentais e de supostas separações entre nações desenvolvidas e subdesenvolvidas. Induções como estas deixam de considerar que grande parte das iniciativas promovidas pelos ativismos e movimentos alimentares, incluindo o *Slow Food*, está vinculada a contextos econômicos específicos, frequentemente promovidas por grupos de pessoas abastadas e associadas, em algum grau, a iniciativas acerca da ideia de “votar com o seu garfo”, por exemplo.

Os enunciados de soluções de tipo supranacional e a identificação do desafio um destino comum em um primeiro olhar podem parecer inclusivos. Porém, em sua suposta abrangência, eles acabam por ocultar questões significativas para as populações do Sul Global. Alguns exemplos são os direitos à livre determinação, autogoverno e autonomia como consta no Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas de 2016, ou ainda a luta por soberania alimentar que institui o direito dos povos de definir seus próprios alimentos e modos de produção, liderada pelo movimento transnacional da Via Campesina.

No que tange ao desenvolvimento econômico, tais discussões podem ser justapostas às ressalvas relativas a iniciativas que buscam equilibrar tais disparidades, como o Comércio Justo (*Fair Trade*) (RAYNOLDS; MURRAY; WILKINSON, 2007) e, no caso específico do *Slow Food*, a mudança de significados que ações projetadas no Norte sofrem quando adaptadas para o contexto do Sul Global. Siniscalchi (2013) enfatiza, por exemplo, as discrepâncias contextuais dos objetivos estabelecidos para o projeto *Fortalezas*. O presidente da Fundação *Slow Food* para a Biodiversidade¹²², em 2009, em uma entrevista conduzida por Siniscalchi (2013), ponderou, por exemplo as seguintes diferenças:

Há uma mudança de significado entre o Sul e o Norte. No mundo do Sul, onde existem produtos interessantes, o nosso objetivo é ativar as *Fortalezas*, criar pontos de venda, reavivar a confiança dos produtores, mostrar-lhes a importância do seu trabalho, reativar redes locais, alocar esperanças nas redes (...). No mundo Norte prevalece o valor simbólico e cultural: as *Fortalezas* permitem-nos enviar sinais fortes sobre o tema da biodiversidade doméstica, de forma a garantir a excelência gastronômica *vis-à-vis* a uma agricultura cada vez mais quantitativa¹²³ (Presidente da Fundação *Slow Food* para a Biodiversidade, em entrevista à Valeria Siniscalchi realizada em set. 2009, disponível em Siniscalchi, 2013, p. 297).

A concepção de terra (ou Terra) como casa comum, vocalizada pelo *Slow Food*, revela fragilidades das críticas deste movimento aos modelos econômicos hegemônicos. Como bem observa Siniscalchi (2013), ainda que a iniciativa das Fortalezas seja a mesma em diferentes partes do globo, as concepções de desenvolvimento econômico e o *status* das iniciativas de países do Sul não são, muitas vezes, comparáveis com àqueles dos países europeus.

De fato, como declarou o presidente da Fundação *Slow Food* para a Biodiversidade, nesta entrevista em 2009 à Siniscalchi, no Norte os objetivos das Fortalezas são tratados em termos mais amplos e universais em prol da biodiversidade e da excelência gastronômica. No Sul, o projeto Fortalezas busca “reavivar a confiança dos produtores” e “alocar esperanças nas redes”. Sem desmerecer a magnitude e a relevância das ações promovidas no Sul Global¹²⁴, não se pode deixar de notar que declarações como esta evidenciam, mais uma vez, os valores paternalistas e etnocêntricos arraigados neste tipo de narrativa. Elas reforçam os estereótipos do “outro distante” (*distant others*), como retrata Ariztia *et al* (2016, p. 5), parte-se da concepção de um “produtor icônico, frequente imaginado como um sofredor”, o qual frequentemente encontra-se localizado nos países pobres do Sul Global.

¹²² A Fundação é um dos entes relacionados ao *Slow Food Itália* e *Slow Food Internacional*, com estatuto próprio e autonomia econômica e administrativa. Foi constituída em Florença em 2003 com o apoio governamental da região Toscana. Atualmente, a fundação financia os projetos relacionados com a proteção da biodiversidade, tais como: Arca do Gosto, Fortalezas e os Mercados da Terra. Ver mais em: <https://www.fondazioneSlowFood.com/it/> Acesso em: 1 dez. 2024.

¹²³ [N.T.] No original, em inglês: There is a shift of meaning between the South and the North. In the Southern world, where there are interesting products, our goal is to activate Presidia, to create commercial outlets, revive producers' confidence, show them the importance of their work, reactivate local networks, places hope in a network [...]. In the Northern world the symbolic and cultural value prevails: Presidia allow us to send strong signals on the theme of domestic biodiversity, in order to guarantee gastronomic excellence vis-à-vis an agriculture that is becoming increasingly quantitative (Presidente da Slow Food Foundation for Biodiversity, em entrevista em 13 set. 2009, a Siniscalchi, 2013, p. 297).

¹²⁴ Em 2018, por exemplo, os 250 mil euros arrecadados com a bilheteria do *Terra Madre*, para além de cobrir parcialmente os custos de participação de alguns delegados, foram destinados ao *Slow Food África*. Segundo a organização, a intenção foi fortalecer os numerosos projetos neste continente (tais como: 10 mil Hortas na África, Fortalezas, Arca do Gosto e Mercados da Terra), espalhados por 45 países africanos, abrangendo cerca de 60 mil pessoas, entre produtores, *chefs*, agrônomos, veterinários, jovens ativistas, etc (Site oficial *Slow Food*, 2019 [4]).

Mais recentemente, o tema da terra é articulado como um dos fulcros relacionais, o que o coloca sob perspectiva do mundo por projetos, com a qual mais relacionamos as narrativas contestatórias alimentares do *Slow Food*. A comunicação veiculada durante o 14º *Terra Madre*, realizado em 2022, retoma o ideal de transpor barreiras, dando continuidade ao percurso iniciado na edição anterior, e menciona a terra como um dos elementos de ligação a permitir um processo de regeneração.

No *Terra Madre* 2020 propusemos deixar de lado as fronteiras e bandeiras políticas, pensando em novas geografias, ecossistemas, para melhor compreender a sua complexidade, relações e conexões. No *Terra Madre* 2022 afirmamos que a sustentabilidade já não é suficiente, mas é necessário um processo de regeneração, primeiro da linguagem e do pensamento e depois de todo o resto: **regeneração das relações sociais, das relações entre os seres humanos, da terra, das plantas e dos animais, biodiversidade, fertilidade do solo...** Propusemos a transição de uma cultura altamente extrativista para uma cultura finalmente regenerativa (*Press kit: Terra Madre Salone del Gusto*, 2024, grifos nossos).

Na visão conexcionista adotada pelo *Slow Food*, a alimentação é um dos modos de (re)construir estes elos e relações regenerativas com a terra e outros elementos é por meio da alimentação. “**A comida é o elemento mais poderoso que nos leva de volta à terra**, ao solo, à água, mas é também cultura, partilha, prazer. É o elo perfeito entre natureza e cultura*” (grifos nossos), conforme consta no *Press kit Terra Madre* (2024, p. 5).

O ativismo alimentar do Norte Global, representado aqui pelo *Slow Food*, assume discursos que, de forma superficial e pouco diligente, buscam enraizar – ou como diria Latour (2020) aterrissar, no sentido de tornar literalmente terrestre – processos globalizados situando-os em lugares sem fronteiras e bandeiras políticas. Embora parte de suas ações sejam intencionalmente localizadas e focadas em grupos específicos, como no caso das Fortalezas, é comum encontrar nas narrativas contestatórias promovidas pelo *Slow Food* a ideia de terra articulada a sua dimensão “terrestre” e/ou planetária, tratando de questões consideradas inerentemente genéricas, comuns a todos. Exemplo disso é a visão de que a atuação do *Slow Food* se fundamenta no fato de que “cotidianamente, os sócios [do *Slow Food*] buscam o melhor alimento para si e para a Terra*” (PETRINI, 2009, p. 25).

De outro modo, Connell (2020, p. 206) sugere que uma análise a partir do Sul Global deva ser uma forma de “*to ground*”, isto é, fundamental¹²⁵ “um caminho para rejeitar o hábito mental profundamente arraigado, [...] pelo qual a teoria nas ciências sociais é admirada exatamente no grau em que escapa de configurações específicas e fala em universais abstratos*”.

4.1.3 O protagonista ausente: “sem terra” como identidade e “*senza terra*” como sinalizador das novas tecnologias do sistema alimentar global

Os processos de descontinuidades, disjunções e rupturas que acometem as mais diversas esferas da vida dos atores são algumas das marcas do período colonial (CONNELL, 2020). Elas apresentam repercussões importantes nas relações com a terra. Em particular, os processos de desapropriação, expulsão e/ou grilagem são estratégias de manutenção do capitalismo que geram e mantêm uma massa de trabalhadores socioeconomicamente vulneráveis (KERSSEN;

¹²⁵ [N.T.] Aqui utilizamos em português “fundamental” para traduzir “*to ground*” em inglês, em referência à tradução corrente entre estes dois idiomas de “*Grounded Theory*” para Teoria Fundamentada.

BRENT, 2017), além de minorias sociais ou de grupos sociais minorizados de acordo com atributos como raça, gênero, nacionalidade, religião, etc.

Como resposta, a retomada e a luta por acesso à terra se consolidaram como bandeiras sociais transversais e centrais para uma variedade de grupos sociais do Sul Global, tais como os movimentos camponeses, os movimentos indígenas e os de povos e comunidades tradicionais.

Como declarou João Pedro Stédile, da Direção Nacional do MST, durante seu discurso de abertura do IV Congresso Nacional em 2000, no contexto brasileiro a questão da terra carrega consigo as marcas do passado colonial:

Chegamos aqui, dos mais longe rincões do país, que deslizam incontroláveis rumo ao mar, construindo sonhos e consciência, contribuindo para um intenso movimento popular de massa, forte e inquebrável, que possa romper de vez com grilhões que há 500 anos acorrentam nosso povo (João Pedro Stédile, na mesa de abertura do IV Congresso Nacional em 2000, disponível em JST, 2000, n. 203, p. 10).

A narrativa sobre a falta de terra promovida pelo MST conecta as demandas pela reforma agrária, iniciadas em meados dos anos 1980, com as lutas de resistência ao colonialismo, realizadas desde a chegada dos europeus nas Américas no século XVI. Este fato é retomado pelo movimento nos dias mais recentes, tal como na declaração de Janailson Santos de Almeida, assentado e militante do MST, e João Paulo Rodrigues, assentado e Dirigente Nacional do MST, em uma matéria publicada em maio de 2023:

Enquanto não é possível fazer uma Revolução Agrária no Brasil, caracterizada por uma política estrutural de Reforma Agrária, o MST luta pela implementação da “lei de terras”, representada na Constituição Cidadã de 1988 pelos Artigos 184 e 186, que declara a terra improdutiva passível de desapropriação [...] **Não é obra do MST a luta pela terra e pela Reforma Agrária no Brasil.** Historicamente, o processo colonizatório provocou diversas lutas pela libertação da terra. Primeiro, com os povos originários, depois com os povos africanos escravizados e depois com os camponeses. O Brasil ainda carrega um problema germinal, que é a falta de regularização fundiária e redistribuição de terras para quem nela trabalha por meio da Reforma Agrária. **Esse é um problema de 500 anos** (Janailson Santos de Almeida e João Paulo Rodrigues, em matéria para o site oficial do MST [25], 8 maio 2023, grifos nossos).

A contextualização da defesa do direito à terra a luz do período colonial e da Constituição de 1988 complexifica a compreensão das contestações denunciadas pelo MST, demonstrando que essas lutas são específicas de um movimento de massa inserido na geopolítica do Sul Global, cujas demandas requerem ações que favoreçam a reparação histórica e a democracia. Aqui concordamos com Fernandes (2022, p. 2), o qual afirma que “o movimento [MST] apresenta um argumento jurídico sofisticado em prol da distribuição de terras e uma análise teórica rica do papel que a propriedade desigual da terra desempenhou na geração de injustiças e violência no país*”.

Em diferentes ocasiões, a luta pela reforma agrária é articulada pelo MST junto às lutas de outros movimentos, camponeses, indígenas, quilombolas, dentre outros. Na *Carta V Congresso Nacional*, de 2007, que reunia as táticas e as prioridades de luta, um dos compromissos declarados pelo movimento era: “Lutar por um limite máximo do tamanho da propriedade da terra. Pela demarcação de todas as terras indígenas e dos remanescentes quilombolas. A terra é um bem da natureza e deve estar condicionada aos interesses do povo”. Mais recentemente, em comemoração dos seus 40 anos, o MST reafirmou este tipo de

compromisso, conectando de maneira histórica suas reivindicações com as de outros movimentos: “somos herdeiros das lutas históricas dos povos indígenas e dos negros que criaram seus quilombos. Somos herdeiros de movimentos camponeses, especialmente dos que se tornaram verdadeiras epopeias, como Canudos, Contestado, Caldeirão, Ligas Camponesas” (Site oficial MST, 2024 [36]). Na *Carta Aberta do Compromisso do MST com a Luta e o Povo Brasileiro (2024)*, lançada nesta ocasião, o movimento declarou: “nos reunimos para celebrar nossa ancestralidade indígena, africana e camponesa de tantas lutas históricas do povo brasileiro e para celebrar a longevidade da nossa organização. Nos reunimos para celebrar a conquista da terra”.

Em mais detalhes, em consulta ao site oficial em 2024, a “reforma agrária popular” é defendida como um estandarte de luta de todos que trabalham na terra:

É preciso realizar uma ampla Reforma Agrária, com caráter popular, para garantir acesso à terra para todos os que nela trabalham. Garantir a posse e uso da terra para todas as comunidades originárias, dos povos indígenas, ribeirinhos, seringueiros, geraizeiros e quilombolas. Estabelecer um limite máximo quanto ao tamanho da propriedade de terra, como forma de garantir sua utilização social e racional. É preciso organizar a produção agrícola nacional tendo como objetivo principal a produção de alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos e organismos geneticamente modificados (transgênicos) para toda a população, aplicando assim, o princípio da soberania alimentar (Site oficial MST [40], grifos nossos).

Por este prisma, os discursos do MST caminham em direção oposta ao “nortismo” típico das análises hegemônicas – “*the northerness*” na expressão original de Connell (2012, 2020). O MST ao contextualizar localmente suas contestações, nega uma leitura a partir do centro cadenciado pelo tempo imposto pela metrópole. Suas contestações desviam também do mecanismo de “grande apagamento”, como definido por Connell (2020), ao dialogar com os empreendimentos protagonizados pelos povos originários e da diáspora africana, bem como de outras organizações camponesas.

O MST e a identidade sem terra se forjam e consolidam, portanto, na luta pelo direito à terra e pela justiça social global informada pelas influências coloniais específicas da formação do território que hoje chamamos Brasil. Ainda que a expressão “sem terra” tenha sido cunhada anteriormente à fundação do MST¹²⁶, ela ganhou força com a atuação deste movimento. Sobre os ombros de outros movimentos sociais e suas reivindicações, o MST é visto, por alguns autores, tal como Rosa (2012), como o responsável pelo estabelecimento da categoria social “sem terra”.

O emprego da expressão “sem terra” pelo MST extrapola sua acepção literal. Com esta expressão, o movimento procura colocar em evidência, de forma mais ampla, o problema social “de existir terra sem gente e gente sem terra”, que, em sua visão, deve ir além dos confins das áreas rurais, o que pode ser observado na fala de Debora Nunes, da Coordenação Nacional do MST:

¹²⁶ Vale notar que alguns autores apontam limites para a associação direta entre a expressão genérica “sem terra” e o MST. A denominação “sem-terra” não necessariamente corresponde a uma identificação com o MST. Sigaud (2000), em seu estudo etnográfico, demonstrou, por exemplo, que nos acampamentos organizados por movimentos e entidades sindicais de trabalhadores rurais na década de 90 na região da mata pernambucana, os “sem-terra” eram todos aqueles que se viam como candidatos à reforma agrária, e até mesmo os que já tinham se beneficiado dela.

Convocamos a todos a se somarem a essa luta, compreendendo que a reforma agrária extrapola os limites do campo. Enquanto **existir terra sem gente, e gente sem-terra, nós seguiremos construindo a reforma agrária popular, produzindo alimento saudável** e uma nova sociabilidade. Porque o povo nasceu para ser feliz, e nós merecemos (Debora Nunes, em entrevista ao site do MST [27], em 14 maio 2023, grifos nossos).

Em tempos mais recentes, a ideia de “sem terra” é justaposta à ideia de reforma agrária popular, bem como à produção de alimentos saudáveis. Os sentidos atribuídos a locução “sem terra” não são estáveis e homogêneos, mas, ao contrário, estão em contínuo processo de transformação, sendo modificado no decorrer do tempo. Como sugere Rosa (2012), as transformações dos sentidos e significados atribuídos a expressões como “terra” e “sem terra” podem ser reconstituídos pelas pistas deixadas pelas agências dos próprios movimentos no espaço público.

Em nossa análise, a ideia da ausência de terra, tal como expressa no termo “sem terra”, apareceu algumas vezes também nos documentos do *Slow Food*. Curiosamente, as menções são associadas a sentidos bastante diferentes daqueles utilizados pelo MST, sem relação, por exemplo, com as contestações ligadas ao período colonial, aos valores democráticos e/ou à reforma agrária. Kerssen e Brent (2017) avaliam que os movimentos sociais do Sul Global, destacando, inclusive, a atuação do MST, foram e são vanguardistas nas lutas pela terra.

“Sem terra não há vida” (em italiano: *senza terra non c'è vita*) foi um lema acionado pelo *Slow Food* em ocasião do Dia Internacional do Solo, em 2023, em uma matéria dedicada ao tema veiculada em seu site [13]. Nesta publicação, o coletivo declara que “a química e o excesso de construção são uma ameaça à sua (e à nossa) salubridade e biodiversidade*”. Aqui a expressão terra é usada como sinônimo de solo, recuperando ideias difundidas anteriormente pelo movimento. Em 2019, em sua coluna para o jornal italiano *La Repubblica*, Petrini declarou que “sem solo saudável no qual e a partir do qual possamos viver, não há futuro*” (disponível no Site oficial *Slow Food*, 2019 [3]). Alguns anos depois, em 2021, esta perspectiva foi retomada em um documento relacionado ao X Congresso *Slow Food* Itália, no qual se falava em “alimentos sem terra”:

A forma tecnológica para superar o problema do impacto ambiental da agricultura e agropecuária intensiva já está pronta. As multinacionais estão investindo milhões em carne *in vitro*, na agricultura celular. **Estão investindo para produzir alimentos sem terra (*cibi senza terra*)**, sem animais, sem agricultores, sem criadores* (*O desafio de um destino comum: Rumo ao X Congresso Slow Food Itália*, 2021, p. 6, grifos nossos).

A expressão “sem terra” é usada, no texto acima, para qualificar os alimentos cultivados *in vitro*, ou seja, em laboratórios, a partir de técnicas de reprodução celular, literalmente sem uso de solo, de terra. Nesta ocasião, o *Slow Food* demarca sua oposição a estes modos de produção e a estes alimentos. Como indica o documento supracitado, para o movimento, “não são suficientes soluções tecnológicas daqueles que, depois de terem contribuído largamente para o aprofundamento das crises, hoje percebem subitamente que estamos à beira do abismo*” (p. 2). Pelo contrário, essas são evidências das razões pelas quais “é necessário insistir na alimentação como um fato social, que envolve a esfera individual e coletiva. Na alimentação como expressão do território, da cultura e da biodiversidade*” (*O desafio de um destino comum: Rumo ao X Congresso Slow Food Itália*, 2021, p. 6).

Quando se trata de carne cultivada, a questão da terra enquanto solo é emergente. Recentemente, um texto de “Posição do *Slow Food* em relação à carne (mesmo daquela cultivada)” foi publicado em seu site [21]. Neste posicionamento, a organização italiana avalia

que “o aumento da produção está ligado a uma profunda transformação da pecuária, que se especializou, desconectou-se da terra e transformou-se em indústria*”.

Em 2022, durante o *Terra Madre*, o *Slow Food* reafirmou a centralidade da questão do solo na agenda política do movimento. Em um balanço publicado pela organização após a realização do evento, o solo é associado à ideia de comida de verdade: “O *Terra Madre* colocou a importância do solo no centro: é aí, e não nas fazendas industriais ou nos laboratórios onde se faz a engenharia genética, onde nasce o verdadeiro alimento*” (Site oficial *Slow Food*, 2022 [9]).

Em suma, a expressão “sem terra” para o MST se circunscreve especialmente ao campo da luta por direitos à terra com referência ao acesso desigual à terra. Já para o *Slow Food*, a expressão é utilizada para acentuar suas objeções às transformações industriais e tecnológicas do sistema alimentar moderno. Neste caso, a expressão descreve a produção de alimentos na ausência literal de terra e solo, bem como a desconexão simbólica e material da produção de alimentos com a terra, assumindo conotações arcadistas e idílicas.

4.1.4 Reposicionando o período colonial da “pré-história” para a atualidade

Como vimos, os sentidos atribuídos à terra não são necessariamente estáveis. A onipresença do termo sob uma miríade de acepções e, inclusive sobreposições, indica o largo espectro de sentidos e significados que as reivindicações em torno da terra possuem para distintos movimentos sociais, com variações que podem ser associadas aos seus contextos temporais, socioculturais e geopolíticos. Como acertadamente sugere Rosa, Penna e Carvalho (2020), a identificação de controvérsias pelos movimentos sociais é um processo contínuo marcado pela instabilidade e heterogeneidade das pautas levantadas. Neste processo, destacam-se os coletivos de longa data, como é o caso do MST e do *Slow Food*, cuja longevidade de 40 anos de atuação pode ser associada à sua capacidade de acompanhar e criar respostas para as transformações conjecturais ao longo do tempo.

De forma transversal, a ideia da terra oferece um nexos ímpar entre os processos de crise, resistência e transformação, assim como discutem Kerssen e Brent (2017). O foco na terra, para estes autores, tem o potencial de criar convergências e fomentar alianças importantes entre os diferentes ativismos e movimentos alimentares, podendo servir como uma alavanca poderosa rumo a mudanças estruturais do sistema alimentar global.

Kerssen e Brent (2017, p. 478) ponderam com precisão: “as apropriações de terras provocam mais do que a desapropriação e a perda de meios de subsistência – elas devastam as pessoas cultural e espiritualmente, arrancando-as do lugar que as define*”. Voltar a atenção para a terra radicaliza o trabalho de pesquisa ao ampliar o debate, permitindo agregar, de forma interseccional, a discussão de temas como raça, classe e gênero em relação à desapropriação e controle no sistema alimentar (KESSERN; BRENT, 2017). Ademais, acreditamos que a introdução do tema da terra, e, por conseguinte, da questão colonial, nas análises e reflexões sobre ativismos alimentares é uma contribuição original deste estudo, a qual foi possível somente pela inclusão de experiências e referências do Sul Global.

Como evidencia a Teoria do Sul (CONNELL, 2020), é comum que o período da colonização fique de fora das proposições teóricas que partem da metrópole. Mesmo as postulações que objetivam explicitar as dinâmicas impostas pelas lógicas do império, por meio de uma análise histórica relativamente de amplo espectro, falham em representar este período. Um exemplo é a Teoria dos Regimes Alimentares, cuja pretensão é investigar “desde o colonialismo até o capitalismo verde”, como explicita o título do artigo de Friedmann (2005), porém não engloba no arco temporal de sua genealogia (McMICHAEL, 2009) o período da

colonização ibérica das Américas entre os séculos XVI e XVIII, estabelecendo o primeiro regime alimentar apenas partir dos anos de 1870. Tudo o que acontece antes disso fica circunscrito, como denomina Fernandes (2019), à “pré-história dos regimes alimentares”.

O caso do MST analisado aqui demonstra que, assim como outros movimentos camponeses da América Latina, a acepção da questão terra é imbricada pelo contexto histórico e social desta região. Como explica Fernandes (2019), suas reivindicações são forjadas em territórios dominados por colonizadores e pela experiência da escravização, enfrentando ainda hoje as dinâmicas de concentração fundiária herdadas da colonização.

De fato, a demanda por reparação histórica é uma tônica do movimento. Em uma análise inicial de algumas matérias disponíveis em seu site, e interessante para investigações futuras, percebemos a abolição da escravidão é abordada em concomitância com a defesa da reforma agrária, com vistas à reparação histórica de populações escravizadas (Site oficial do MST, 2023 [28]). Em outros momentos, observamos declarações críticas à concorrência desleal de seus produtos com aqueles produzidos em condição de trabalho análogas à escravidão (*Ibid.*, 2023 [24]). Durante a IV Feira Nacional da Reforma Agrária, de 2023, um dos seminários teve como tema “135 anos de abolição: Latifúndio, fome e trabalho escravo” (*Programação IV Feira Nacional da Reforma Agrária*, 2023). Em paralelo, o *Slow Food* parece tratar do termo por uma perspectiva menos histórica, mas sim de forma figurada e alegórica. O *Manifesto Slow Food*, publicado em 1989, denunciava, por exemplo, o fato de que nós “somos escravizados pela rapidez e sucumbimos todos ao mesmo vírus insidioso: a *Fast Life*”.

Enfim, entre os dois movimentos estudados, o MST, possivelmente por seu contexto geopolítico, é aquele com maior proeminência de discursos e ações centrados na terra que revelam as marcas do encontro colonial, seja voltado para sua base social, ou para a opinião pública. Não nos parece casual que, em comparação, o movimento brasileiro, ainda que com limitações, seja aquele que dá maior destaque às pautas identitárias, o que pode ser observado por meio da criação interna de coletivos específicos destinados a mulheres (GONÇALVES, 2009; LOPES; BUTTO, 2008; SANTOS, 2019; SILVA, 2015) e a pessoas LGBTQIA+ (DUARTE; DOULA; SILVA, 2019; MELO, 2023).

De forma geral, o *Slow Food* também tem se mobilizado nesta direção. Como mencionado anteriormente, destacamos, no contexto italiano, a inclusão da flexão de gênero no seu popular *slogan*: alimentos bons, limpos e justos para todas e todos, o que coincidiu com a eleição da primeira presidenta do *Slow Food* Itália. No plano internacional, por exemplo, existe a Rede dos Povos Indígenas *Slow Food* com objetivo de mobilizar defensores dos sistemas alimentares dos povos indígenas e aumentar a conscientização pública sobre seus direitos e sistemas alimentares. “Como defensores da diversidade, não podemos simplesmente ficar sentados e observar. É por isso que o *Slow Food* oferece aos povos indígenas uma plataforma para fazer ouvir as suas vozes¹²⁷”, declara o movimento em site oficial em nível internacional. Hoje, a rede comporta 200 delegados de diferentes partes do globo (*Relatório Final Terra Madre*, 2022) e cerca de 700 produtos indígenas na Arca do Gosto e 50 Fortalezas administradas por comunidades indígenas, segundo as estimativas consultadas em seu site em 2024¹²⁸. No entanto, como dito anteriormente, não é do nosso conhecimento, nem foi descrito nos documentos analisados nesta tese, desdobramentos específicos da criação desta rede na atuação do movimento em contexto italiano.

¹²⁷ [N.T.] No original, em inglês: As defenders of diversity, we cannot just sit by and watch. This is why Slow Food provides Indigenous peoples with a platform to make their voices heard. Disponível em: <https://www.slowfood.com/thematic-network/indigenous-peoples-network/#> Acesso em: 10 set. 2024.

¹²⁸ *Ibid.*, 2024.

Por outro lado, possivelmente por sua inserção no Norte Global, o *Slow Food* tem acompanhado mais de perto as inovações tecnológicas que envolvem (ou não) o uso da terra (mais próximas da ideia de *land, soil*) dentro do contexto do sistema alimentar global. A produção de alimentos em laboratório, sem uso do solo e de outras condições “naturais”, impõe transposições de novas barreiras, nas mais diferentes esferas, sejam elas de caráter ambiental, ético, social, cultural, religioso, etc. Recentemente, o *Slow Food* tem divulgado posicionamentos incisivos contra as carnes cultivadas em laboratório¹²⁹. Curiosamente, esta é pauta, ao menos no contexto italiano, aproxima grupos e indivíduos que estão à direita e à esquerda do espectro político (em 2023, por exemplo, após o pedido de votação comandado por figuras políticas da extrema direita, em defesa do “*Made in Italy*”, foi votada a proibição da produção, da venda ou da importação de carne cultivada ou ração animal no território italiano¹³⁰).

Este tipo de análise de ativismos e movimentos alimentares com foco na terra aponta para a importância de considerar os arranjos em constante transformação em torno dos mundos da alimentação e, por consequência, de novas formas de pensar equidade, soberania e território, buscando refletir e honrar a história dos mais diversos grupos sociais. Neste contexto, são, no mínimo, intrigantes as transformações recentes das contestações do MST, que reposicionam a luta pelo direito à terra lado a lado das contestações pelo direito à alimentação saudável e de qualidade. Este é um dos processos que analisamos a seguir, sob a perspectiva das críticas éticas e estéticas.

4.2 Ética e Estética: Lutas por Direitos

Se, por algumas vezes, chegamos a nos questionar se seria possível promover diálogos entre MST e *Slow Food*, este estudo apontou para diversos pontos comuns entre estes dois movimentos, que, em um primeiro momento, aparentavam ser tão diferentes. Ambos os movimentos foram constituídos durante a década de 1980, imbuídos por valores progressistas, identificados no espectro político de esquerda. O programa político do MST, apresentado em 1984, nasceu em contraposição a “burguesia latifundiária”¹³¹ e circundado pelos ideais socialistas (STÉDILE; MANÇANO, 2012). No ato de constituição da organização, em 1986, parte dos fundadores do que veio a ser o *Slow Food* eram integrantes de partidos da esquerda italiana e emanaram estes valores para dentro da organização (PETRINI; PADOVANI, 2017).

Ambos possuem uma ampla base social e apresentam uma organização interna pautada por Congressos Nacionais, reunindo, no caso do MST, milhares de Sem Terra desde 1985 e, no caso do *Slow Food*, centenas de sócios delegados desde 1986. Hoje, o MST é composto por mais de 1,5 milhão de Sem Terra, sendo um dos movimentos sociais mais proeminentes no Brasil e na América Latina. Com quase 20 mil sócios, o *Slow Food* Itália é considerado, pelo movimento em nível internacional, como o precursor de novos desafios e novas fronteiras da vida associativa, este último reunindo 1 milhão de apoiadores, além de 100 mil membros ao redor do mundo.

Outra semelhança entre eles é a realização periódica de eventos de grande porte, em parques urbanos, destinados ao público em geral, como estratégia de disseminação de seus valores e produtos. As diferentes edições da “Feira Nacional da Reforma Agrária”, que

¹²⁹ Ver, por exemplo, o relatório “*On Meat Substitutes*”, publicado por Audino e colaboradores (2020), sob a chancela de *Slow Food* e da Fundação *Slow Food* para a Biodiversidade, bem como os materiais da campanha *Slow Meat* disponíveis no site oficial da organização [21].

¹³⁰ O caso teve cobertura internacional com matérias publicadas por veículos de imprensa como a *BBC* (ver KIRBY, 2023) e o *The Guardian* (GIUFFRIDA, 2023).

¹³¹ Ver mais em *Documento Final: I Encontro Nacional dos Sem Terra* (1984).

aconteceram na cidade de São Paulo/SP (em 2015, 2017, 2018 e 2023), e do “*Terra Madre Salone del Gusto*”, na cidade de Turim/Itália (em 2012, 2014, 2016, 2018, 2020 e 2022), reuniram milhares de pessoas, promovendo encontros entre produtores e consumidores, e a comercialização de centenas de toneladas de alimentos. Entre os três e cinco dias de sua duração, estes dois movimentos ocupam o espaço público, disputando a atenção de transeuntes e abrindo brechas no tecido urbano para outros bens alimentares e narrativas para além daquelas associadas ao sistema alimentar dominante.

Com a virada do milênio e a chegada dos anos 2000, houve um descolamento substancial das temáticas que estruturavam as agendas políticas dos dois movimentos. Conforme indicou a análise documental, um enunciado comum a ambos neste período girava em torno da ideia de “dar um passo a mais”. Perante estas transformações, propomos uma divisão temporal *a grosso modo*, identificando ao menos dois conjuntos de bandeiras importantes, aquelas do século XX e o novo conjunto que emergiu no início do século XXI.

Não por acaso, de acordo com Wilkinson (2023), as transformações do sistema agroalimentar das últimas décadas apresentam novas características. Diferentemente do período anterior, elas estão menos relacionadas às biotecnologias, às concentrações em oligopólios globais das empresas líderes e à globalização e financeirização das suas atividades, sendo mais associadas às críticas éticas e estéticas propagadas pelos movimentos sociais a partir dos anos 70 com diferenças acentuadas de acordo com seu contexto de origem.

Através das lentes da Teoria da Justificação, entendemos que as críticas éticas e estéticas não são lineares e/ou excludentes, mas são processos convergentes de contestação autorais e estratégicos, desenvolvidos para disputar narrativas em determinados contextos temporais e nacionais (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2020; BOLTANSKI; THÉVENOT, 2020). Após os movimentos contraculturais dos anos 1960, o capitalismo incorporou as críticas estéticas (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2020), sendo que no caso da qualificação os alimentos, estas críticas sofreram influências mútuas, deflagrando processos tanto de eticização da estética, quanto de esteticização da ética (BARBOSA, 2016).

Em sua gênese, as ocupações de terra foram os temas prioritários para o MST, como bem sumarizou o lema do I Congresso Nacional (1985): “Ocupação é a única solução”. Em período posterior, o novo desafio era o de criar condições para manter suas famílias nestes territórios. Com isso, os esforços foram redirecionados para a promoção da agroecologia, da soberania alimentar e de uma alimentação saudável e de qualidade para todos os brasileiros. “Se o campo não planta, a cidade não janta” é uma das palavras de ordem entoadas pelo MST e outros movimentos sociais que sintetiza com clareza a emergência deste novo leque de pautas políticas. Neste mesmo ínterim, o *Slow Food* também se reestruturou. Em respostas à diversas críticas relacionadas ao caráter eurocêntrico e elitista de suas ações e contestações iniciais, a organização passou a incorporar novos valores sumarizados na tríade “bom, limpo e justo para todas e todos”.

Uma ampla variedade de temas, ideologias, estratégias e atores passaram a fazer parte das bandeiras içadas por estes dois movimentos no século XXI. Uma novidade compartilhada por ambos foi, em consonância com o aumento das preocupações contemporâneas com o colapso climático, o incremento das referências à justiça ecológica nas suas agendas políticas. Contudo, assim como observado em outros contextos (RETIÈRE, MORUZZI MARQUES, 2019), os contornos desta nova ordem de justiça nem sempre são bem definidos, e o referencial ecológico não é homogêneo. No caso do MST, assistimos à consolidação da bandeira da agroecologia. No contexto do *Slow Food*, a biodiversidade se estabeleceu como uma questão transversal, enfatizada nos projetos Arca do Gosto e Fortalezas, além de encapsulada na ideia de “limpo” presente no famoso *slogan* do movimento.

Para analisar e comparar esta miríades de dinâmicas, selecionamos, a título ilustrativo, as contestações articuladas à ideia de “direitos”, que são construções comuns a ambos os movimentos. Como analisamos a seguir, o direito ao prazer, é uma das principais tônicas do *Slow Food* Itália. Já o direito à terra e à alimentação saudável são duas frentes compõem de forma central os programas políticos atuais do MST no Brasil.

4.2.1 *Slow Food* e o direito ao prazer

Em sua gênese, o *Slow Food* foi responsável por introduzir em meados da década de 1980 pautas importantes que constantemente ficavam de fora das discussões políticas e sociais, um dos maiores exemplos é a defesa pelo prazer. Como afirmam Petrini e Padovani (2017, p. 12), a ideia deste coletivo era “a afirmação do direito ao prazer culinário até para quem estava à esquerda” do espectro político.

Não por acaso, diversos pesquisadores, tanto italianos quanto de outros países, constataam que as pautas estéticas são os pilares dos princípios e ações do *Slow Food*, e refletem o vanguardismo deste movimento na Itália e no mundo (DAVOLIO; SASSATELI, 2014; OLIVEIRA; 2020; PORTILHO, 2020; ROSSI; BRUNORI, 2010; SINISCALCHI, 2014; WILKINSON, 2022). As influências principais deste pioneirismo, segundo as avaliações de Siniscalchi (2023), estão atreladas aos valores propagados pelos movimentos relacionados ao maio de 1968, os quais moviam de forma particular parte dos fundadores do movimento, inseridos nesta época nos círculos da esquerda italiana. De lá para cá, o movimento tem atuado, de maneira distintiva, como um mediador e comunicador social que desenvolveu e continua a desenvolver, por meio de críticas estéticas ao sistema alimentar hegemônico, representações sobre os valores de consumo e sobre a qualidade dos alimentos – as quais podem contextualizados respectivamente à virada para o consumo (GOODMAN; DUPUIS, 2002) e para a qualidade (GOODMAN, 2003).

Com efeito, a reivindicação “direito ao prazer” é um dos pilares de sua filosofia, presente desde a década de 1980, quando em seu manifesto fundador o coletivo se autodefinia como o “movimento internacional pela tutela e pelo direito do prazer”, até os dias atuais, tal como disposto no *Estatuto Slow Food Itália*, especificamente no artigo 2, da edição publicada em 2022.

O prazer é apreendido, de acordo com Petrini (2001), no conjunto de ações que envolvem a contemplação da diversidade de receitas e sabores, a valorização dos locais onde a comida é produzida e das pessoas que a produzem, o apreço pelo ritmo das estações do ano e dos encontros entre pares. O direito ao prazer é visto como um direito fundamental da humanidade. “O direito ao prazer é um direito natural, fisiológico” afirma Petrini (2016), porque uma pessoa não pode deixar de sentir prazer ao comer algo saboroso. De outra parte, a negligência ao direito ao prazer alimentar, em contextos onde, por exemplo, o alimento é visto como um simples veículo de nutrientes a ser consumido de forma apressada e acelerada, favorece significativamente as dinâmicas hegemônicas globais atuais (PETRINI, 2016). Estas dinâmicas estão na base dos sistemas *McDonalizados*, os quais como proposto por Ritzer (2019), passaram a englobar para além das cadeias de *fast-food*, as multinacionais varejista e de *e-commerce* (tipo *Walmart* e *Amazon*). Adicionaríamos também à esta lista, frente à conveniencialização da comida e do comer (SCHUBERT, 2023), os conglomerados de logística e entregas (tipo *UberEats* em nível internacional, *JustEat* no Norte Global, e o *iFood* no contexto da América do Sul).

Entendemos, assim, que a oposição à padronização, homogeneização e massificação do gosto, nos termos de Ritzer (2019), é articulada pelo *Slow Food* por meio de críticas estéticas, de modo análogo ao descrito por Murdoch e Miele (2004):

O *Slow Food* vê a comida como uma característica importante da qualidade de vida, já que **o prazer que ela proporciona é a sua característica mais importante**. Tal como afirma o manifesto do *Slow Food*, o objetivo é promulgar uma nova “filosofia do sabor”, cujo princípio orientador é a “convivialidade e o direito ao sabor e ao prazer”. O prazer dos alimentos decorre dos aspectos estéticos da produção, processamento e consumo. Todas estas atividades são consideradas “artísticas”: elas requerem habilidade e cuidado, e evoluem com base nos conhecimentos do passado para satisfazer as novas necessidades sociais dos consumidores contemporâneos* (MURDORCH; MIELE, 2004, p. 165, grifos nossos).

Na linguagem das cités, a dimensão artística e a valorização dos conhecimentos tradicionais se relacionam, respectivamente, com as grandezas inspiracional e doméstica, as quais neste caso são colocadas em oposição às grandezas econômica e industrial. Este arranjo múltiplo de mundos está no cerne do que é o alimento bom, limpo e justo para o *Slow Food*.

Tendo em vista que, no geral, as críticas estéticas costumam ser pouco exploradas em detrimento daquelas éticas, o *Slow Food* e seus participantes, em resposta, frisam a importância de aspectos como o prazer, a comensalidade e a convivialidade, considerando que estes aspectos são tão importantes, ou até mais, do que as qualidades éticas (SASSATELI; DAVOLIO, 2010; SINISCALCHI, 2014), típicas da grandeza cívica. Extrapolando as conexões entre os hemisférios, cabe notar como a pauta da comensalidade defendida pelo *Slow Food* na Itália desde o manifesto fundador dos anos 80 é um dos elementos inéditos defendidos no Guia Alimentar para a População Brasileira de 2014 que versa em prol da comensalidade e do ato de comer em companhia (BRASIL, 2014).

De acordo com Sassateli e Davolio (2010, p. 226, grifos das autoras), o *Slow Food* “encoraja a adoção de comportamentos ecossustentáveis, **em primeiro lugar** pela esfera do prazer (o sabor da comida e o convívio descontraído) e, **em segundo lugar**, pelas suas qualidades éticas (da sobriedade à justiça), na medida em que estas questões parecem condições necessárias para promover e proteger a boa alimentação*”. As práticas sustentáveis são compreendidas aqui como frutos de críticas simultaneamente estética e ética.

De fato, a equivalência entre bom e limpo não é algo óbvio, nem mesmo para o *Slow Food*. A oferta de produtos orgânicos que são inaceitáveis do ponto de vista gustativo é categorizada como um paradoxo por Petrini (2016). Na opinião do líder do *Slow Food*, as características organolépticas dos alimentos, por exemplo, são e devem ser consideradas igualmente valiosas, a qualquer outro atributo.

Como movimento precursor de críticas estéticas, em particular por sua defesa do prazer, o *Slow Food* enfrentou e ainda enfrenta desafios e críticas. Mintz (2006), por exemplo, pondera o alcance limitado do movimento do movimento, o qual se concentra em um grupo seleto de pessoas, em geral de realidades abastadas e, adicionaríamos, do Norte Global. Guthman (2003) condena esta postura moral do *Slow Food* que equivale o *fast-food* a uma comida ruim (*bad food*). Pois, este tipo de percepção desconsidera, de um lado, as disparidades sociais que levam os grupos minorizados, atualmente, a serem seus principais consumidores e, por outro lado, a agência que tais grupos podem exercer ao ativamente preferir e escolher este tipo de alimentos. A autora problematiza, deste modo, o binarismo que separa *fast-food* como o representante da indulgência, e os alimentos *slow* e orgânicos como uma escolha altruísta e estética. Para Guthman (2003, p. 55), é fundamental considerar que são as desigualdades imbuídas nos

processos de produção e consumo que nos permite discutir a dimensão “estética dos alimentos” (*aesthetic of food*), uma vez que o *slow* só existe em contraposição ao *fast*.

Nesta direção, as considerações de Leitch (2003) trazem mais elementos para a discussão. O autor assinala, a partir de um estudo de caso na Itália, como, em diversas ocasiões, apesar do *Slow Food* promover uma ideia de diversidade cultural que seja acessível para todos, seus produtos altamente nichados. Segundo Leitch (2003, p. 456), muitas de suas ações são imbuídas por uma certa romantização, onde ingredientes locais populares passam a ser vistos como “itens exóticos” destinados a “consumidores de classe média”, promovendo uma “comoditização” do rural e das ruralidades. Este fenômeno de gentrificação relacionados aos alimentos tem sido discutido na literatura sob o neologismo em inglês *foodification*, que une as palavras *food* e *gentrification* (LODA; BONATI; PUTTILI, 2020; JOASSART-MARCELLI; BOSCO, 2020).

Embora a noção de “direito ao prazer” promovida pelo *Slow Food* seja articulada em termos humanistas, e não em termos elitistas (DAVOLIO; SASSATELI, 2014), este tipo de reivindicação tem sido, muitas vezes, alvo de controvérsias, sendo considerado um “tabu”, um tema “espinhoso”. Como explica o próprio Petrini (2001)

o prazer era, e ainda é, um assunto espinhoso: as pessoas moralistas sentem coceira apenas ao ouvir esta palavra; se você estiver envolvido em qualquer tipo de causa ou movimento social, seus companheiros te repreendem por mencioná-la; [...] e quase todo mundo considera o interesse pelo prazer como um sinal de superficialidade* (PETRINI, 2011, p. 20).

As tensões suscitadas pelas proclamações de defesa ao “direito ao prazer” pressupõem o prazer como algo “superficial”, como descrito no trecho supracitado, sendo “considerado incongruente enquanto compromisso e “coisa séria”” (PETRINI, 2009, p. 62). De acordo com o modelo das cités, poderíamos dizer esta incongruência relaciona-se a sobreposição das ordens cívica e inspiracional. De um lado, temos a luta por direitos fundada nos princípios cívicos, que tem como base a priorização do coletivo. De outro, estão os valores específicos do mundo inspiracional – a educação do gosto e defesa do “bom”, por exemplo – que colocam em primeiro plano as singularidades, as diferenças e os prazeres. Nesta ótica particular, o prazer, sintetizado na concepção do bom, é visto como um compromisso político, pois se a política serve para garantir melhores condições de vida, o bom, na concepção defendida pelo *Slow Food*, tem exatamente esta função. Petrini (2016, p. 102) reafirma: “aos que se sentem tentados a responder que a política é um assunto sério, que não diz respeito a estas discussões, digamos com serenidade que o ‘bom’ é uma coisa muito séria. Não é heresia, não há nada do que se envergonhar*”.

As colocações de Pollan (2010, s.p.) são complementares, neste sentido. Sobre o direito ao prazer, defendido pelo *Slow Food*, o jornalista estadunidense comenta que “a boa comida é potencialmente um dos prazeres mais democráticos que uma sociedade pode oferecer e é um daqueles assuntos, como os esportes, sobre os quais as pessoas podem falar atravessando as barreiras de classe, etnia e raça*”.

De outro modo, a Teoria da Justificação propõe a problematização da reificação de estruturas e identidades sociais em favor de um esquema situacional, deslocando a atenção às competências declaradas pelos autores para identificar a natureza da situação. É neste contexto que enquadrámos as ressalvas feitas pelo líder italiano, em entrevista à um jornal *La Stampa* (PETRINI; SCHUTTER, 2022), sobre como o *Slow Food* compreende e defende o prazer como direito, e não um privilégio:

Temos que sair de uma lógica de pensamento equivocada que rotula o alimento bom, limpo e justo como um privilégio e não como um direito humano. Uma crítica que há anos fazem contra o *Slow Food* é o fato de pregarmos uma alimentação para *gourmands* que têm dinheiro. Isso porque eles nos acostumaram a aceitar passivamente que o alimento deva ser o mais econômico possível* (Carlo Petrini, em entrevista à *La Stampa*, em 18 ago. 2022).

Para justificar o prazer como direito universal, o movimento se apega a uma prerrogativa fisiológica, praticamente metafísica. Como podemos observar nas próprias palavras de Petrini durante o *Discurso de Abertura no Terra Madre* (2004), “trata-se de um prazer que nunca foi e nunca será privilégio de poucos. Esta é uma das prerrogativas fisiológicas de todos nós, um sinal da relação harmoniosa da humanidade com a natureza e a vida*”.

O modo como o *Slow Food* aborda os nexos entre alimentação, prazer e direito problematizam o senso comum e as visões estereotipadas que equivalem o alimento, bom e justo a um privilégio, de forma semelhante a ideia do “direito ao brilho” defendido por Pinheiro-Machado e Scalco (2022). Embora as autoras não tratem diretamente do consumo de alimentos, uma das expressões usadas por elas para discutir o julgamento moral que os pobres sofrem quando consomem é deveras oportuna para as discussões desta tese: aos pobres não é permitido “abocanhar mais do que eles podem mastigar” (*bite off more than you can chew*, na expressão em inglês). Em um processo do tipo *top-down*, as elites definem “o lugar” e o que os pobres devem consumir, e são as mesmas elites que negam-lhes suas aspirações com vistas a manter o monopólio do hedonismo, do consumo conspícuo e dos bens de prestígio (PINHEIRO-MACHADO; SCALCO, 2022). Um dos argumentos apresentados por Petrini (2016, p. 99) capta com clareza este processo: “é como dizer que só quem tem condições financeiras tem direito ao prazer, enquanto os outros, os pobres, estão destinados a alimentar-se apenas para não morrer de fome e não podem tirar nenhum prazer disso*”.

Propomos, assim, a compreensão do direito ao prazer defendido pelo *Slow Food* a partir da noção de direito ao brilho proposto pelas autoras. Os processos de politização do prazer têm o potencial, ainda que sutil e limitado, de gerar empoderamento, agência, autoestima, resiliência, autocuidado, etc., especialmente entre populações periféricas, minorizadas e de menor poder aquisitivo. Na contramão do elitismo, o gosto é compreendido aqui não como privilégio, mas como parte do direito ao prazer, defendido como algo transversal a todas camadas sociais.

Nos dias de hoje, o caráter indissociável da tríade bom, limpo e justo e, como vimos, a defesa do direito ao prazer ilustram as intersecções de críticas éticas e estéticas realizadas pelo *Slow Food* do início do século para cá (OLIVEIRA, 2020), podendo ser caracterizados em termos de processos de eticização da estética (BARBOSA, 2016). Os materiais, os discursos e os posicionamentos que fizeram parte da nossa análise demonstram que estas são noções presentes, inclusive, nos debates promovidos pelo próprio *Slow Food*, como indica as reflexões do seu líder, tendo a iniciativa do *Terra Madre* como exemplo:

Comida é política [...]. E não é menosprezo se esta política for colorida com cores que também podem criar poesia, se o belo e o nobre se misturam com o sério e o tangível: **é hora de a ética e a estética não serem mais separadas**, que a poética e a política do *Terra Madre* ensinem o mundo a não se tornar ainda mais feio, a não continuar um processo de homologação global que rebaixa toda gente e lhes tira todo o poder de decisão* (PETRINI, 2009, p. 29, grifos nossos).

Ética e estética são, portanto, noções articuladas nas narrativas contestatórias desta organização. Nas palavras de Gentile (2016, p. 46) de uma “associação, que antes corria o risco

de ser assimilada a um “clube” para *gourmets* e consumidores de excelências gastronômicas, passou a se caracterizar mais claramente como movimento também político”. Bommel e Spicer (2011) avaliam que o coletivo italiano foi responsável por criar um campo dinâmico de contestação de atores que hoje são mais facilmente compreendidos como partes integrantes da arena de contestação alimentar, porém que, quando inicialmente proposto pelo *Slow Food*, o contato e o diálogo entre eles não eram nem um pouco óbvios. De uma associação de *gourmets* atentos à qualidade e ao tempo, o *Slow Food* se transformou em uma entidade que defende novos valores e temporalidades para a gastronomia e para a comida, envolvendo uma rede ampla, de milhares de pequenos produtores, donos de restaurantes, *chefs*, governos, instituições acadêmicas, tomadores de decisão, ambientalistas, ativistas e consumidores ao redor do mundo.

Em ocasião da 14ª edição do *Terra Madre*, que ocorreu em 2022, Petrini afirmou, em matéria disponibilizado no site do evento, por exemplo, o fato deste evento não se resumir a simples “feira de comida”, mas sim ser um encontro com finalidade política: este “não é apenas um evento que enriquece a cena do turismo enogastronômico da região do Piemonte na Itália, mas um encontro para dar origem a uma reflexão política, durante a qual trabalhamos pelo bem comum e pelas tradições que temos deixado para trás¹³²”. Esta percepção já estava presente no movimento, pelo menos, desde 2017, quando Petrini e Padovani (2017, p. 8), em sua obra “*Slow Food: storia di un’utopia possibile*”, declararam que o *Terra Madre* “não era mais uma feira para *gourmets*, ele é um evento social, político e econômico”.

Em suma, a incorporação da crítica ética faz parte do esforço do *Slow Food* em adotar uma “visão mais complexa”, segundo Petrini e Padovani (2017). Nesta visão, “a abordagem em direção à ética é um sinal do contexto temporal” (PETRINI; PADOVANI, 2017, p. 12). Roberto Burdese, presidente do *Slow Food* Itália entre 2006 e 2014, considera, assim, que a organização

“abriu o terreno”, onde posteriormente tantos outros semearam. Nós lançamos o desafio de “popularizar” o tema da alimentação, de modo que não restasse apenas o recorte da elite gastronômica e social [...]. Somos como um vírus benigno que contaminou tantas situações e atores (Roberto Burdese, em entrevista citada em Petrini e Padovani, 2017, p. 20).

Efetivamente, o posicionamento do *Slow Food* em relação a questões que transbordam a esfera dos temas alimentares demonstra como a organização expandiu o foco gastronômico, para uma faceta cada vez mais política na Itália (SINISCALCHI, 2013), e conexões mais fortes entre estética e ética. Dentre eles, podemos destacar os debates que o *Slow Food* se propõe em relação à eliminação da energia nuclear (com assinatura de Carlo Petrini em 2009 a uma proposta de lei regional pela exclusão deste tipo de energia), à imigração (*Programa de Mandato 2021-2025*), à luta contra a violência às mulheres no Irã (*Balanco Social*, 2022), ao suporte ao povo palestino em Gaza (com publicação de uma nota do Conselho Diretor do *Slow Food* Itália em março de 2024, em seu site [15]), bem como aproximações com diversos setores, tal como a Igreja Católica, simbolizada pelo guia à leitura escrito por Carlo Petrini à versão italiana da encíclica emblemática *Laudato Si* de Papa Francisco, publicada em 2015.

¹³² [N.T.] No original, em italiano: Non solo un evento che arricchisce il cartellone del turismo enogastronomico piemontese, ma un appuntamento per far nascere una riflessione politica, durante il quale si lavora per i beni comuni e per le tradizioni che abbiamo dimenticato. Disponível em: <https://2022.terramadresalonedelgusto.com/appuntamento-politico/> Acesso em: 20 jul. 2023.

4.2.2 MST, direito à terra e direito à alimentação saudável

Fundado em 1984, hoje o MST acumula quatro décadas de ações centradas na defesa do direito à terra. Em parte expressiva de sua história, o movimento atuou contra a concentração de terras, por meio de ocupações e da criação de assentamentos rurais. Nos dias de hoje, tem reposicionado seu programa político para refletir as mudanças conjunturais da questão agrária e suas novas conflitualidades, dando maior ênfase, por exemplo, as questões ambientais e alimentares.

No caso brasileiro, o enfoque no MST, apontou para, como vimos, um movimento social rural que, em um primeiro momento, não relacionava de forma explícita e notória as pautas alimentares em sua agenda política. No entanto, em tempos mais recentes, uma série de evidências – tal como indica o nosso levantamento e análise documental demonstram que as discussões em torno da produção e promoção de alimentos saudáveis e sustentáveis têm ganhado notoriedade em suas propostas e programas políticos.

Nesta nova plataforma de luta pela terra, organizada sob a ideia da “reforma agrária popular”, o termo terra é continuamente disputado. Como explica Pereira (2009), no caso de uma reforma agrária de caráter popular, como a defendida pelo MST, a terra assume um caráter multidimensional (político, econômico e cultural), razão pela qual o controle e os direitos de propriedade sobre ela expressam, antes de mais nada, relações de poder entre grupos e classes sociais. No modelo de reforma agrária de mercado, ao contrário, “a terra é vista como um mero fator de produção, uma *commodity*, transacionável como qualquer outra mercadoria” (PEREIRA, 2009, p. 282). Foi neste contexto que o debate sobre a qualidade dos alimentos e a construção de alianças com os consumidores ganhou protagonismo nas discussões dos novos sentidos da luta pela terra e pela reforma agrária.

Os anos 2000 são, assim, considerados um marco para a tomada de decisão coletiva pela adoção da agroecologia em resposta ao fortalecimento do agronegócio. Este deslocamento do foco contestatório do MST é muito bem sintetizado nas palavras de Fernandes (2013, p. 3), afirmando que se hoje o escopo do movimento “não é apenas uma luta pela terra, mas também uma luta pela produção de alimentos de qualidade*”.

De forma complementar, Lerrer e Medeiros (2014) observam que esses novos enquadramentos levaram a um rearranjo dos atores e suas pautas, com uma aproximação clara entre as pautas da reforma agrária e da alimentação saudável:

Partindo da premissa de que a alimentação é um direito humano básico, o movimento afirma que todos os povos têm o direito de produzir seus próprios alimentos em seu próprio território, “de forma que valorize o meio ambiente e os valores culturais dos povos”. Visto como um direito humano básico, o conceito engloba tanto a noção de que, em termos políticos, a produção local deve ser priorizada para o consumo local, quanto a noção, que não é apenas anterior ao capitalismo, mas também anticapitalista, de que apenas o excedente deve ser comercializado* (LERRER; MEDEIROS, 2014, p. 129).

A reorganização e o reposicionamento da agenda política do MST neste período aglutinaram um novo conjunto de contestações, dentre elas aquelas acerca da alimentação. A compreensão de um modelo de reforma agrária para além da distribuição de terra, sob a bandeira de uma reforma agrária popular, implicou na adoção de arranjos inovadores, com aproximação, por exemplo, das reivindicações do direito pela terra às lutas pelo direito humano à alimentação adequada. De acordo com Bringel (2019, p. 347), ao analisar “as lutas numa perspectiva transversal, vemos surgir novos tipos de direitos, como, por exemplo, o direito à alimentação e à soberania alimentar, que redefine o papel do agrarismo, transversalizando as

matrizes clássicas*”, possibilitando a união das matrizes ideológico-políticas relacionadas ao agrarismo (*agrarianism*) às lutas antirracistas, feministas, etc.

Entretanto, para além da dimensão de direitos característica do mundo cívico, o tema da alimentação passa a ser mobilizado também sob a égide das críticas estéticas, sendo associado a aspectos como as culturas alimentares locais, a prática social do cozinhar, a tipicidade, o prazer e o gosto.

Neste mesmo período, a partir dos anos 2000, a realização de feiras com produtos da reforma agrária adquiriu espaço no programa político do MST, atingindo seu auge de visibilidade e protagonismo com a realização das Feiras Nacionais da Reforma Agrária a partir de 2015.

Em 2000, as linhas políticas afirmadas no IV Congresso enalteciam a meta de “implementar a propaganda do projeto e da reforma agrária com o povo da cidade”, especificando a necessidade de “realizar feiras de Reforma Agrária com nossos produtos” com um dos pontos desta tarefa (JST, 2000, n. 203, p. 19). Como dito também em 2007, por Joelma Gomes de Queiroz, militante do Paraná e coordenadora da Feira do V Congresso, “a proposta é mostrar para a sociedade que nós estamos produzindo” (JST, 2007, n. 273, p. 6).

A cobertura feita pelo JST (2000, n. 203) sobre a Feira dos Estados, que fez parte da programação do IV Congresso Nacional, evidencia a gama de termos relacionados à alimentação, ligados especialmente às críticas estéticas, que foram introduzidos ao vocabulário usado pelo movimento: culinária, cardápio, saborosas refeições, sabor, ingredientes típicos, pratos, tempero, fartura. Neste período, ainda sem menção a termos relacionados à saudabilidade dos alimentos.

Esta edição da Feira dos Estados foi, nas palavras do MST, um espaço que cumpriu o papel de mostrar que o movimento reúne, para além de diversidade de pessoas, uma diversidade composta por de artesanatos, música e culinárias (JST, 2000, n. 203). Em 2007, durante o V Congresso, o evento se repetiu, sob o nome de Feira da Reforma Agrária, representando os 24 estados onde o MST encontrava-se organizado, trazendo “o cheiro, o sabor e som do trabalho e da vida dos Sem Terra” (JST, 2007, n. 273, p. 6).

Carla Cobalchini e Marcus Pedroso de Souza, responsáveis pela cobertura da Feira da Reforma Agrária de 2007 para o JST, explicaram, na ocasião, que

a preocupação com a diversidade está relacionada diretamente à questão da soberania alimentar [...] e além da diversidade, os alimentos trazidos à Feira tinham outra finalidade: mostrar que é possível produzir, nos assentamentos e acampamentos, alimentos com qualidade através da agroecologia, sem transgênicos, sem agroquímicos e que são, acima de tudo, fruto do trabalho coletivo (Carla Cobalchini e Marcus Pedroso de Souza, em *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, 2007, n. 273, p. 6-7).

Anos mais tarde, em 2015, esses processos deram vazão às Feiras Nacionais da Reforma Agrária, com programação independente dos Congressos Nacionais. Em um total de quatro edições, as feiras nacionais somaram um público superior a 800 milhões de visitantes (para dados sobre a IV Feira Nacional da Reforma Agrária, consultar Figura 9, p. 91).

As conferências realizadas durante as Feiras Nacionais da Reforma Agrária evidenciam o caráter ecumênico das contestações mobilizadas pelo MST, especialmente na última década. A composição da mesa da principal conferência realizada durante as diferentes edições da Feira Nacional da Reforma Agrária congregou uma pluralidade de atores: Sem Terras, representantes do governo e da Igreja, acadêmicos, nutricionistas, *chefs*, culinharistas, artistas, etc. A

composição da mesa de debate durante a conferência “Alimentação saudável – um direito de todas e todos”, realizada a partir da segunda edição¹³³, contou com João Pedro Stédile, da Direção Nacional do MST, e os seguintes convidados:

- 2017 - 2ª ed.: José Pepe Mujica (presidente do Uruguai entre 2010-2015), Alexandre Padilha (médico, ministro da Saúde entre 2011 e 2014 e deputado federal eleito em 2019); Bela Gil¹³⁴ (culinarista, apresentadora e escritora), Letícia Sabatella (atriz);
- 2019 - 3ª ed.: Patrícia Jaime (nutricionista, professora da USP e ex-coordenadora da Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde, entre 2011 e 2014) e Dom Maurício Andrade (bispo da igreja anglicana)¹³⁵;
- 2023 - 4ª ed.: Ana Estela Haddad (na condição de Secretária de Informação e Saúde Digital), Bela Gil, e Adriana Salay (historiadora, professora e pesquisadora especializada em alimentação e fome).

Trata-se não apenas do agrupamento de uma miríade de atores, mas de sua mobilização para além de suas “áreas de atuação” e/ou “zonas de conforto” outrora estabelecidas. Estas são mudanças estratégicas deflagram novas convergências e alianças, bem como novos modos de contestar, conforme discutimos a seguir.

4.2.3 Convergências, alianças e novos modos de contestar

Como vimos, a “luta por direitos” foi um denominador comum encontrado nos dois coletivos, movida, contudo, por temáticas e críticas singulares a cada movimento, que atrelamos nesta seção às críticas éticas e estéticas. Para nós, cada um dos movimentos aqui apresentados ilustra com clareza as tendências de influências mútuas destas agenda, o MST a partir da esteticização da ética, e o *Slow Food* pela eticização da estética.

No caso do *Slow Food*, a crítica estética ocupa, desde os seus primórdios, espaço prioritário nas alternativas para os modos de produzir e consumir alimentos. Entre tantas, a declaração a seguir de Petrini (2009) sobre o *Terra Madre* ilustra as narrativas mobilizadas pelo *Slow Food* nesse sentido:

O sabor, a beleza, a cultura que *Terra Madre* traz consigo são um milagre no limite do incompreensível, que não pode ser explicado: deve ser escutado, dar voz, é necessário que este possa fazer o seu percurso. São a demonstração do fato que uma outra humanidade ainda existe, e que os males de um certo modo de produção e consumo ainda não contaminaram a todos, e por isso, há esperança (Carlo Petrini, em matéria da revista *Slowfood*, 2009, n. 38, p. 19).

O *Slow Food* mobiliza, aos moldes do mundo inspiracional, aspectos como a beleza, os milagres, a esperança e o intangível para tecer suas críticas ao sistema alimentar hegemônico. Neste sentido, a defesa do “direito ao prazer” é uma contestação que distingue o *Slow Food* de

¹³³ Alguns dos temas debatidos dos diferentes seminários realizados durante a I Feira Nacional da Reforma Agrária em 2015 foram: os agrotóxicos, os transgênicos, a agroecologia, a função social da terra, o SUS e as políticas públicas culturais e de comercialização para o campo (*Programação I Feira Nacional da Reforma Agrária*, 2015).

¹³⁴ Bela Gil representa um dos pontos de intersecção entre o MST e o *Slow Food*. Para além de ter participado de diversas edições da Feira Nacional da Reforma Agrária do MST, a culinarista estudou na UNISG e participou de diferentes edições do *Terra Madre* na Itália (dentre elas, as edições de 2018 e 2022, ver mais em: <https://www.slowfood.com/> Acesso em: 1 dez. 2024).

¹³⁵ A *chef* Bel Coelho também foi convidada, mas por motivos pessoais não pôde participar da conferência.

outros movimentos sociais, cujo pioneirismo repercutiu e se espalhou para os mais diversos campos e ativismos.

Rossi e Brunori (2010) avaliam que o *Slow Food* é uma das principais iniciativas que, em um período de tempo relativamente curto, trouxe uma grande “mudança cultural” no que tange à cultura alimentar e aos sistemas alimentares, demonstrando a importância da criação de novas narrativas. Segundo os autores, o *Slow Food* “tem conseguido reposicionar a alimentação como fonte de prazer e, ao mesmo tempo, mostrar as maiores implicações das práticas alimentares para a qualidade de vida no planeta, exigindo um compromisso moral com a mudança de atitude de consumo*” (ROSSI; BRUNORI, 2010, p. 1925).

Em direção semelhante, Sassateli e Davolio (2010, p. 203) explicitam que “o protesto por meio da comida, por sua vez, pode não implicar simplesmente ascetismo e renúncia, mas pode ocorrer pela busca de visões alternativas de prazer e satisfação*”. Já Wilkinson (2022, p. 11) afirma que “a crítica estética assumiu uma importância fundamental no desenvolvimento de mercados alternativos [...] onde é a busca de qualidade no consumo que promove a qualidade na produção”, destacando, inclusive, as experiências geradas em torno do movimento *Slow Food*.

No campo interdisciplinar que reúne áreas como a Nutrição, a Saúde, a Cultura, a Sociologia e a Economia, a defesa do prazer está na base das críticas contemporâneas ao nutricionismo (SCRINIS, 2021) e nas concepções mais vanguardistas de alimentação saudável, como aquela apresentada no *Guia Alimentar para a População Brasileira*¹³⁶ (BRASIL, 2014). O modo de contestar do *Slow Food* foi um grande impulsionador das críticas estéticas, em particular, de ativismo do gosto (COUNIHAN, 2021) e da tendência da gastronomização da alimentação contemporânea (BARBOSA, 2016).

Porém, frente a uma série de críticas do caráter elitista, a luta pelo direito ao prazer também foi reposicionada, sendo acrescida dos referenciais dos mundos ecológicos e cívicos, encapsulados na tríade “bom, limpo e justo para todas e todos”. Oliveira (2020, p. 122) pondera que “ao enfatizar o limpo e o justo, são proporcionados prazeres regulados, situação que pode deixar em segundo plano o valor do “bom” alimento, busca-se estabelecer um relação horizontal entre diferentes atributos, onde o “bom” não deve sobressair os demais, como proposto nos primeiros anos de atuação do movimento. Com estas mudanças, o autor avalia que a organização respondeu à parte das críticas recebidas, ao passo que incorporou questões e valores presentes em outros movimentos sociais, promovendo um novo rol de redes e entrecruzamento de interesses: “quando se fala de ‘limpo’, temos o mercado orgânico; quando se fala de ‘justo’, temos o *Fair Trade*”. Nos dias mais atuais, o acréscimo à oração da expressão “para todas e todos” busca abranger não apenas as contestações situadas para além daquelas concentradas no Norte Global, mas também as pautas de gênero. Contudo, cabe destacar que, comparado a outros movimentos, até mesmo com o MST, a questão da saudabilidade e as discussões sobre a saúde pouco aparecem nas narrativas contestatórias do *Slow Food* na Itália.

Do outro lado do Atlântico, no contexto brasileiro do fim da ditadura militar e do ressurgimento da democracia, os movimentos éticos, abrangiam a reivindicação de direitos sobre a terra e sobre os territórios, visando à produção alimentar para consumo próprio e para os mercados domésticos (WILKINSON, 2023). Isto ficou expresso claramente na trajetória do MST aqui analisada. A conquista de terras de praticamente meio milhão de famílias por meio

¹³⁶ No *Guia Alimentar para a População Brasileira*, a alimentação adequada e saudável é definida como um “direito humano básico que envolve a garantia ao acesso permanente e regular, de forma socialmente justa, a uma prática alimentar adequada aos aspectos biológicos e sociais do indivíduo [...], atendendo aos princípios da variedade, equilíbrio, moderação e **prazer**; e baseada em práticas produtivas adequadas e sustentáveis” (BRASIL, 2014, p. 8, grifo nosso).

da organização dos trabalhadores rurais e o reconhecimento de territórios de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais são resultados expressivos destas reivindicações e lutas, que denotam a influência dos movimentos sociais junto ao Estado e às políticas públicas (PENNA, 2015).

Nas últimas décadas, no entanto, movimentos sociais que se amparavam em reivindicações de caráter ético passaram paulatinamente a incorporar aspectos da crítica estética, como a promoção de produtos orgânicos e ecológicos, a valorização da sustentabilidade e a aproximação entre produtores e consumidores em circuitos curtos de comercialização (BARBOSA, 2016; PORTILHO, 2020; WILKINSON, 2022; 2023). A convergência entre temas éticos e estéticos e a incorporação dos temas alimentares por parte do MST são ilustrativas da segunda geração de ativismo alimentar do Brasil, descrita por Portilho (2020).

Um caso icônico deste processo de estetização da ética ocorreu no fim de 2023 durante a Bienal de Arte de São Paulo¹³⁷. João Pedro Stédile e Ademar Ludwig, lideranças do MST, foram convidados pela cozinha comunitária da Ocupação 9 de Julho do MTST em São Paulo/SP para pilotarem os fogões e servir um cardápio rotativo para o público da exposição (Figura 24)¹³⁸. Para a ocasião, Stédile conta ter escolhido preparar “arroz carreteiro tradicional de sua família” (Site oficial do MST, 2023 [30]).

Figura 24. João Pedro Stédile cozinha na comedoria da 35ª Bienal de Arte de São Paulo, São Paulo/SP, Brasil, 2023.



Fonte: Site oficial MST [30]

¹³⁷ A 35ª Bienal de Artes de São Paulo, com o tema “Coreografias do Impossível”, aconteceu entre set. e dez. de 2023, com curadoria de Diane Lima, Grada Kilomba, Hélio Menezes e Manuel Borja-Villel (em sequência alfabética). Ver mais em: <https://35.bienal.org.br/>

¹³⁸ A programação da comedoria contou com a presença de *chefs* badalados da cena gastronômica paulistana, tal como Rodrigo Oliveira (do restaurante *Mocotó e Balaio*, e jurado convidado do programa de televisão *Masterchef*), Ieda de Matos (do restaurante *Casa de Ieda*, participante do *reality show Iron Chef*) e Edson Leite (fundador da *Gastronomia Periférica*). Discussões interessantes sobre artevismo alimentar estão disponíveis em Azevedo e Peled (2015).

O processo de expansão dos sentidos e significados em relação à qualidade dos alimentos vai ao encontro da tendência de gastronomização da alimentação contemporânea (BARBOSA, 2016). Barbosa (2016) explica que, neste contexto, é estabelecido um igualitarismo, tanto simbólico quanto material, entre os diferentes tipos de expressões culinárias. O termo gastronomia, historicamente restrito a uma forma de comer exclusiva, sofisticada, cara e associada a pessoas mais afluentes, é estendido a culinárias dos mais diferentes estilos, origens étnicas e classes socioeconômicas, isto, segundo a nossa análise, muito influenciado pelo tipo de contestação promovido pelo *Slow Food* desde o fim do século XX.

No caso do MST, observamos um processo de esteticização da ética, em que para além da ampliação da noção de gastronomia para todos, é reforçado o enobrecimento de práticas e saberes culinários artesanais, tradicionais, autênticos e, nesse caso, rurais, “da terra”, campesino. Porém, em comparação com *Slow Food*, podemos dizer que as dimensões do gosto e do sabor são menos exploradas pelo MST.

Sendo assim, ainda que na literatura brasileira o uso da noção de ativismo alimentar para a atuação de movimentos sociais do campo não seja, do ponto de vista analítico, usual e sem problematizações, alguns estudos recentes começam a adotar esta terminologia (CARVALHO *et al*, 2022a,b; MOTTA, 2023; PORTILHO, 2020) e casos como este explicitam o papel que o MST tem assumido no contextos dos ativismos alimentares no Brasil. Para Medeiros (2021), o alinhamento de movimentos sociais como o MST com as contestações alimentares sinaliza para as situações de disputa que marcarão os próximos anos. Nas palavras da autora,

o crescente alinhamento [das lutas dos trabalhadores rurais brasileiros] com os temas ambientais, o debate em torno da alimentação saudável, trazendo ao centro da discussão novas formas de produzir, ressignificando tradições, alimentos locais, circuitos curtos de comercialização de alimentos, valorização de sementes tradicionais, negando o uso de agrotóxicos e transgênicos e impondo o debate sobre a produção agroecológica, bem como a afirmação dos territórios num momento em que a financeirização da terra avança e em que ela se coloca cada vez mais como mercadoria, anunciam embates futuros (MEDEIROS, 2021, p. 14).

Em linhas gerais, fundado em meados da década de 80 por trabalhadores rurais sulistas que se organizam em torno de lemas como “Terra para Quem nela Trabalha” e “Ocupação é a Única Solução”, o MST se consolidou como um movimento social de escala nacional e agregou ao seu repertório lemas como a “reforma agrária popular”, “por terra, arte e pão” e “alimentação saudável um direito de todos”. Com isso, o MST passou a adentrar novos espaços, envolver novos atores e disputar novas narrativas e propostas. Hoje, ocupa-se não apenas terras, mas também os espaços da cozinha, das artes. Os aliados incluem outros militantes, sindicalistas, políticos, acadêmicos, mas também nutricionistas, *chefs*, consumidores, críticos gastronômicos, artistas, entre outros. A assimilação do aspecto estético se concretiza como uma forma de construção de alianças com novos atores que podem oferecer apoio às pautas de sua agenda política. Na opinião de Comparato (2001), as manifestações do MST nas cidades têm como objetivo principal fazer conhecer as suas reivindicações e conseguir o apoio das populações urbanas para a causa da reforma agrária. Como veremos adiante, atender ao gosto e às exigências dos consumidores são motivações presentes nas narrativas e contestações do MST, expressas de forma exemplar na iniciativa da rede Armazéns do Campo.

De todo modo, vale destacar que frente à virada para a qualidade, as qualificações dos alimentos elaboradas por cada um dos movimentos sugerem que este tipo de interação é

limitado, continuando a ser associada e direcionada, com maior intensidade, a uma destas esferas (ou à produção ou ao consumo), secundarizando a outra. No caso do MST, a “produção de alimentos de qualidade é o novo paradigma da reforma agrária”, e tais alimentos são distribuídos para o povo das cidades, os consumidores urbanos, em espaços como as Feiras da Reforma Agrária e os Armazéns do Campo – analisados mais adiante (ver seção 4.4.1). Contudo, a ênfase no âmbito da produção leva a concepções lineares, reproduzida no entendimento de certos pesquisadores e estudos, para quem “a comercialização dos produtos da reforma agrária é a última etapa de uma ampla cadeia produtiva que precisa ser organizada nos assentamentos” (MACHADO, 2024, p. 203), desconsiderando de forma nítida a dimensão do consumo. Já no caso do *Slow Food*, ainda que alguns autores argumentem que este “não é apenas um movimento de consumidores que atua em nome de, ou meramente em aliança com, produtores”, mas, ao contrário, “um movimento que está comprometido com a libertação do produtor” (ANDREWS, 2008, p. 88), muitas vezes a qualidade dos alimentos seja definida, sobretudo, por consumidores urbanos, representado por uma equipe de funcionários e *experts*, e não pelos produtores em si – como analisaremos no caso das Fortalezas (seção 4.4.2).

4.3 A Qualidade dos Alimentos: Desfetichização da Mercadoria

Moruzzi Marques (2013, p. 42), a partir da Teoria da Justificação, sugere “examinar diferentes lógicas de discursos e práticas fabricados em contexto de recomposição dos princípios de justificação no âmbito agroalimentar”. De fato, tem se tornado cada vez mais evidente que os ativismos e movimentos alimentares disputam os processos de qualificação dos alimentos. Estes processos foram desencadeados, especialmente, a partir da virada para a qualidade (GOODMAN, 2003), que aumentou a preocupação com os riscos alimentares no fim do século XX e conferiram novos *status* aos alimentos locais e saudáveis.

Para o MST e o *Slow Food*, a crise alimentar atual está diretamente associada à fetichização da mercadoria e ao processo de comoditização dos alimentos. Nestes casos, os alimentos são identificados como bens primários produzidos em larga escala, caracterizados pela sua alta capacidade de estocagem e alto nível de comercialização, cuja cotação internacional é definida nas bolsas de mercadorias e futuros. Em contraposição, estes movimentos clamam por alternativas, que compreendam e interajam com os alimentos não apenas como meras mercadorias. Petrini (2009, p. 78, grifos nossos), um dos principais porta-vozes do *Slow Food*, oferece um bom resumo das críticas destes movimentos à lógica hegemônica: “no sistema alimentar agroindustrial global, **os alimentos tornaram-se uma mercadoria como qualquer outra**, nem mais nem menos que o petróleo, a madeira ou outros bens a serem comercializados, cujo preço é definido em todo o mundo pelas bolsas de valores internacionais*”.

De acordo com a revisão sistemática de estudos que se dedicaram às temáticas da comoditização dos alimentos e dos alimentos como comuns realizada por Vivero-Pol (2017a), composta por mais de 50 mil artigos acadêmicos publicados entre 1900 e 2016, as narrativas que equivalem os alimentos à *commodities* se estabeleceram particularmente a partir da década de 1980 com a ascensão das doutrinas neoliberais. Nas décadas seguintes, em especial, a partir da virada do século e da virada para a qualidade, instaurou-se dentro e fora da academia um processo lento, porém consistente, de contestação desta visão, como explica o autor:

“Comida não é *commodity*”. Esta declaração parece estar cada vez mais sendo utilizada para dissimular uma compreensão comum de constituintes e líderes políticos muito diferentes, a começar pela encíclica do Papa Francisco “*Laudato si*” com pensamentos dignos de nota proferidos em discursos recentes na FAO (2014) e em

ocasião do Programa Alimentar Mundial da ONU¹³⁹ (2016), seguido pelos representantes da Via Campesina em centenas de suas conferências, bem como pela declaração dada em 2008 por Clinton, ex-presidente dos Estados Unidos: “A comida não é uma *commodity* como as outras... é loucura de nossa parte pensar que podemos desenvolver muitos desses países tratando comida como se fosse um aparelho de televisão em cores” (citada por Philip McMichael¹⁴⁰) e terminando com um número expressivo de pesquisadores das mais variadas disciplinas* (VIVERO-POL, 2017b, p. 1).

No lugar de uma visão monodimensional dos alimentos enquanto *commodities*, discute-se que os alimentos podem ser mais bem compreendidos em sua multiplicidade¹⁴¹, considerando-os como um direito básico e uma construção social e política (VIVERO-POL, 2017a, b). Nas palavras de Vivero-Pol (2017a, p. 182), “num mundo onde o sistema alimentar industrial provou claramente a sua incapacidade para nos alimentar adequadamente e de forma sustentável, a necessidade de a academia explorar outras valorizações alimentares parece mais urgente do que nunca*”.

Com efeito, MST e *Slow Food* compartilham da visão de que o alimento e a comida não podem ser resumidos às relações de produção e à divisão social do trabalho, escondidos pelo “véu do fetichismo da mercadoria” descrito por Marx. Para eles, os alimentos são mais bem compreendidos como mediadores capazes de construir pontes entre quem produz e quem consome. As relações de produção por trás dos alimentos passam a ser parte integrante dos mesmos, na medida que as relações de produção são valorizadas pelos consumidores e apoiadores de suas causas. Neste caso, as relações de produção são “reveladas”, invertendo o fetichismo da mercadoria em um processo de desfeticização (BARBOSA; CAMPBELL, 2006; COCHOY, 2004; MILLER, 2007; PORTILHO; BARBOSA, 2016). Como veremos a seguir, no âmbito destes dois movimentos e dos respectivos contextos nacionais (MST no Brasil e *Slow Food* na Itália), a qualidade dos alimentos é disputada nas suas mais diversas esferas, considerando aspectos como saúde, acesso, justiça social, meio ambiente, prazer e sabor.

4.3.1 Dos banqueiros à indústria de alimentos: Ultraprocessado é mercadoria

De meados da década de 1980 para cá, as contestações do MST passaram por diversas transformações, mantendo como pilar a bandeira da reforma agrária e a estratégia de polarização de suas demandas com a de outros atores envolvidos nas dinâmicas agrárias e agrícolas. A crítica ao processo de comoditização também é transversal à história do movimento, sendo que seu foco contestatório se deslocou ao longo dos anos. Inicialmente, se destacava a oposição do MST à comoditização da terra. Os antagonistas incluíam o Estado, os banqueiros, os latifundiários e as multinacionais. No período mais recente, chama atenção a eclosão das críticas contestatórias em relação à visão hegemônica que trata os alimentos como *commodities*. Estas críticas se articulam a defesa de um novo paradigma de reforma agrária, de caráter popular, voltada para a produção de alimentos agroecológicos e saudáveis para o

¹³⁹¹³⁹ [N.T.] No original, foi utilizado a sigla WFP para a referência em inglês ao *World Food Programme* da ONU.

¹⁴⁰ A referida declaração de Bill Clinton, presidente dos Estados Unidos entre 1993 e 2001, foi proferida durante a cerimônia organizada pela FAO/ONU em comemoração ao Dia Mundial da Alimentação, em outubro de 2008, em Nova Iorque/EUA. Ver mais em: FAO (2008), McMichael (2014) e Patel (2010).

¹⁴¹ No lugar da visão monodimensional dos alimentos como *commodities*, Vivero-Pol (2017b) propõe uma compreensão multidimensional dos alimentos como bens comuns, em seis dimensões, a saber: essencial para humanos, direito humano, bem público, determinante cultural, recurso renovável e bem comercializável. Ver mais em Vivero-Pol (2017a,b).

mercado interno, a qual se opõe fortemente ao agronegócio e, em suas formulações mais recentes, a indústria de alimentos é introduzida ao rol de antagonistas.

Em linhas gerais, especialmente a partir dos anos 2000, o movimento passou a propor uma distinção entre o modo de produção agroecológico e o modelo de produção do agronegócio passível de ser observada nas diferentes qualificações dadas aos alimentos, como no seu recente balanço, publicado em seu site oficial em janeiro de 2024 [32], na ocasião da comemoração de seus 40 anos de existência:

A partir dos anos 2000, com o avanço do capital no campo e o fortalecimento do agronegócio, com seu modelo de monoculturas, concentrando grandes extensões de terras, uso massivo de agrotóxicos e destruição dos bens comuns na produção de *commodities* para exportação, ou seja, o agronegócio não produz alimentos. Diante disso, o MST decide coletivamente, após diversos debates e experiências produtivas, pela adoção do modelo de produção agroecológico, em equilíbrio com a natureza e os seres vivos, sem o uso de agrotóxicos e livre de transgênicos (Matéria publicada no site oficial MST [32], em 22 jan. 2024).

Com a sobreposição das críticas éticas e estéticas, a luta do MT pela reforma agrária é acrescida da luta por “alimentos de qualidade”. Por um lado, o alimento produzido pelo “modelo do capital” é visto como *commodity*, mercadoria, exaltando especialmente os modos de valoração típicos do mundo econômico. Por outro, o alimento proveniente da agricultura de base familiar camponesa cultivado de forma agroecológica é reivindicado como sustentável, saudável e nutritivo. A fala proferida por João Pedro Stédile, em nome da Direção Nacional do MST, durante a III Feira Nacional da Reforma Agrária de 2018, demonstra com clareza este posicionamento recente do MST:

[Eu queria] compartilhar com vocês a leitura que nós temos feito desse período histórico na luta por alimentos saudáveis. [...] O modelo do capital não quer produzir alimentos, ele quer produzir lucro. É outra lógica. [...] **Eles querem produzir uma commodity, uma mercadoria. Do nosso lado, nós temos outra proposta.** É um modelo de produção de alimentos, e não de lucro. [...] **O modelo de agricultura que nós defendemos como paradigma de uma nova reforma agrária é para produzir alimento saudável.** Ele só é produzido de forma saudável, se ele for produzido através das famílias, através dos camponeses (João Pedro Stédile, durante a Grande Conferência da III Feira Nacional da Reforma Agrária, em 5 maio 2018, transcrição e grifos nossos).

A tendência alimentar contemporânea da saudabilidade pode ser compreendida, segundo Barbosa (2009), como uma perspectiva mais holista da alimentação, que inclui as preocupações com a nutrição e o bem-estar (*wellness*), bem como as questões relacionadas à produção do alimentos e ao meio ambiente. Com efeito, a tendência da saudabilidade tem uma ligação íntima com a agricultura orgânica, com a agricultura familiar e com determinadas ideologias alimentares, pois “um dos objetivos centrais da saudabilidade é restaurar a pureza do planeta e dos nossos corpos dos resíduos que incorporamos através de uma alimentação industrializada, cheia de preservativos e edulcorantes, e de uma agricultura de alta produtividade baseada em defensivos agrícolas” (BARBOSA, 2009, p. 30)

Uma novidade do ponto de vista teórico é o uso da narrativa que explora a ideia de que os produtos da reforma agrária, além de serem livres de transgenia e agrotóxicos, também não são “ultraprocessados”, isto é, submetidos a diversas etapas e técnicas de processamento e adição de ingredientes, em geral, em indústria de grandes porte. Os ultraprocessados, à

semelhança das contestações supracitadas, são iguados a mercadorias, como indica a declaração de Stédile em entrevista ao *Brasil de Fato* (GIMENES, 2020):

Tem muita gente que come, porém não se alimenta com os nutrientes necessários para ter uma saúde, uma vida boa. Temos que romper com a opressão dos alimentos ultraprocessados, que não são alimentos, são apenas mercadorias (João Pedro Stédile, em entrevista ao *Brasil de Fato*, em 12 out. 2020).

Com a adoção do léxico do *Guia Alimentar para a População Brasileira*, o valor nutricional e o grau de industrialização dos alimentos são introduzidos nas narrativas contestatórias do MST. As metáforas presentes em seus discursos sustentam a argumentação a favor da produção de alimentos *in natura*, ou minimamente processados e, portanto, da promoção da alimentação saudável (MAZZA, 2023). A regra de ouro do Guia Alimentar – “prefira sempre alimentos *in natura* ou minimamente processados e preparações culinárias a alimentos ultraprocessados” (BRASIL, 2014, p. 47) – é usada de modo a favorecer o novo paradigma do MST, isto é, a “produção de alimentos saudáveis de qualidade” (ver Capítulo III, seção 3.2.2).

Em um processo de retroalimentação entre academia, política pública e ativismo alimentar, os conteúdos do Guia Alimentar o qual associa os ultraprocessados às monoculturas, às grandes extensões de terra, à mecanização, ao alto consumo de água, combustíveis, fertilizantes químicos, sementes transgênicas, agrotóxicos e antibióticos (BRASIL, 2014), são apropriados nas narrativas do MST para descrever uma clara oposição a estes tipos de alimentos. A contestação aos alimentos ultraprocessados e, portanto, à indústria de alimentos soma-se às críticas do MST que ao longo dos anos foram personificadas e direcionadas aos banqueiros, à burguesia latifundiária, às grandes multinacionais e ao agronegócio.

4.3.2 Preços justos e acessíveis: seria esta uma nova pauta de luta para o MST?

Em 2020, com a grande alta do preço do arroz no Brasil, em meio à pandemia de covid-19, o MST promoveu debates públicos denunciando a especulação financeira, a fragilidade das políticas públicas de abastecimento e a baixa dos estoques públicos em detrimento dos interesses de exportação.

Nesta época, tivemos a oportunidade de conduzir uma discussão sobre o assunto acompanhada de João Paulo Rodrigues, da Direção do MST, em um encontro *on-line* promovido pela *Mídia Ninja*¹⁴². O debate concentrou-se em duas frentes: na importância do arroz no sistema de refeições dos brasileiros (BARBOSA, 2007) e na necessidade de garantia de seu acesso, pois, de alimento básico este tinha se tornado o vilão da inflação. Na ocasião, Rodrigues reforçou o posicionamento do MST em resistir às manobras de especulação, neste caso, garantindo os mesmos preços, praticados antes da alta, para o arroz orgânico produzido em suas cooperativas e comercializado em espaços como os Armazéns do Campo. Fernandes (2022, p. 288-289), analisando este mesmo episódio, se questiona: seria este um marco do surgimento de uma nova luta para o MST? O autor continua: “em quatro décadas estudando o MST, nós investigamos diferentes tipos de lutas: por terra, por políticas agrárias e pecuárias,

¹⁴² O bate-papo “Por que o preço do arroz está nas alturas?”, promovido pela *Mídia Ninja*, aconteceu em 18 set. 2020 e contou com a participação de João Paulo Rodrigues, da Direção do MST, Jennifer Tanaka, autora desta tese, e mediação da cientista política Maureen Santos. O registro audiovisual do encontro está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZGcgVG4BBps> Acesso em: 1 dez. 2024.

por educação, saúde, moradia, infraestrutura e serviços, por modelos de desenvolvimento, mas nunca a luta por um preço justo acessível”.

Com efeito, em períodos anteriores, a defesa de um preço justo aparecia de forma pontual. Quando, por exemplo, o MST indicava como premissa o fato de que “a luta por Reforma Agrária deve caminhar junto com a luta em defesa da natureza, da água, da biodiversidade e da **produção de alimentos baratos** e livres de agrotóxicos e transgênicos para a população”, conforme o editorial de 2006 assinado pela Direção Nacional do movimento (JST, 2006, n. 262, p. 2, grifos nossos). Nos últimos anos, no entanto, o debate acerca do preço dos alimentos da reforma agrária ganhou destaque na agenda política do movimento.

A inserção do MST neste debate dialoga com as questões já postas e discutidas pelos movimentos de economia solidária (SINGER, 2018), neste caso, enfatizando que, além dos alimentos não serem meras *commodities*, os produtos básicos da dieta brasileira, como o arroz e o feijão, devem ser produzidos, distribuídos e comercializados levando em consideração a agroecologia e a soberania alimentar. No lugar da primazia da grandeza mercantil típica do comércio internacional de *commodities*, os referências mercantis são justapostos aos valores ecológicos (cité verde) e em torno do interesse coletivo (cité cívica).

Os alimentos da reforma agrária devem ser, entre outros atributos, simultaneamente, acessíveis e livres de especulação. Para o MST, o preço é justo quando ele é suficiente para manter os alimentos acessíveis aos consumidores, cobrir os custos de produção e sustentar uma vida digna aos produtores. O transbordamento das reivindicações da reforma agrária popular para as discussões sobre os preços dos alimentos parece estar relacionado, especialmente, à possibilidade de comercializá-los de forma massiva e de fomentar, de forma pioneira, o consumo político de massas. A discussão sobre a qualidade dos alimentos se entrelaça aos processos de politização do consumo, conforme discutimos em maiores detalhes no fim deste capítulo (ver seção 4.4).

4.3.3 Complexo industrial: o carrasco dos prazeres, saberes e sabores

A qualificação dos alimentos em torno de seus atributos gastronômicos e hedônicos (seus sabores, perfumes, cores e texturas) é sem dúvida uma das marcas do *Slow Food*, um coletivo que, como vimos, foi pioneiro na mobilização de críticas de caráter estético. Conforme declarou Carlo Petrini durante seu discurso de abertura do *Terra Madre* em 2008, quando se trata de alimentos e alimentação a “qualidade é um direito de todos*”.

Em meados dos anos 2000, nos escritos canônicos nos quais foi cunhada a formulação mais conhecida do *Slow Food* em torno dos “alimentos bons, limpos e justos”, Petrini foi categórico ao sublinhar sua oposição ao complexo industrial, um ator que, em sua opinião, desempenha o papel de carrasco dos prazeres, saberes e sabores:

Carrasco porque os métodos insustentáveis da agroindústria decretaram o desaparecimento de muitas culturas produtivas sustentáveis, que ofereciam elementos de identidade às comunidades que as praticavam e grande prazer aos gastrônomos que buscavam saberes e sabores valiosos* (PETRINI, [2005]/(2016, p. 28).

O desaparecimento de determinados alimentos, modos de fazer e símbolos da cultura alimentar e, de igual modo, à displicência com a dimensão dos prazeres são atrelados aos modos de produção industrial. Na avaliação do líder do *Slow Food*, estes são indícios irrefutáveis de um rompimento com uma “ordem natural”, frente à escalada de uma ordem industrial governada pela lógica de uma cadeia de montagem e pela primazia da técnica:

A ideia absurda (porque é uma contradição em termos!) de agricultura industrial, isto é, conduzida de acordo com os princípios da indústria, é dominante: uma agricultura que considera os frutos da natureza como matérias-primas a serem consumidas e transformadas utilizando verdadeiras linhas de montagem. A subversão da ordem natural acabou, de fato, por envolver todo o sistema de produção alimentar. A agroindústria alimentar tornou-se o modelo de desenvolvimento num mundo onde a técnica reina de forma suprema* (PETRINI, [2005]/2016, p. 31).

Observamos aqui que, diferentemente a contestação do MST que equivale o alimento à mercadoria direcionando sua crítica à predominância da grandeza mercantil, o *Slow Food* operacionaliza sua crítica em contraposição aos dispositivos do mundo industrial, exaltando, em seu lugar, os valores inspiracionais e ecológicos representados neste trecho citado pelos ciclos ditos naturais de produção de alimentos. Na trajetória do movimento italiano, alguns exemplos são emblemáticos. Um deles é a participação do *Slow Food* nos debates envolvendo os temas da segurança dos alimentos, das regulações sanitárias e dos processos de (i)legalização de certos alimentos, tendo como caso símbolo a discussão em torno dos queijos produzidos a base de leite cru.

Na Itália, diversas campanhas foram organizadas ao longo dos anos, como a de 2001, que recolheu mais de 20 mil assinaturas em apoio ao *Manifesto Slow Food em Defesa do Queijo de Leite Cru*. Em 2015, a petição “Queijo é feito com leite!” recolheu mais de 150 mil assinaturas e contribuiu para evitar uma alteração na legislação italiana, solicitada pela Comissão Europeia, para permitir o uso de leite em pó, leite concentrado e leite reconstituído para a produção de queijos e iogurtes. Hoje, o movimento segue mobilizado pela ideia de que “comer queijo é um ato político¹⁴³”, título de uma das matérias publicadas em preparação para a edição de 2023 do festival bianual *Cheese*, organizado pelo *Slow Food* no norte Itália desde 1997, e se constitui como uma proposição que inspira debates e ações nacional e internacionalmente¹⁴⁴.

Outro caso que traz boas reflexões sobre os modos particulares de qualificar os alimentos, propostos pelo *Slow Food*, em oposição às *commodities*, é um dos eventos chaves que se encontram nos bastidores da elaboração da tríade “bom, limpo e justo”, cunhada por Carlo Petrini em meados dos anos 2000. Através de uma história pessoal e específica sobre um prato típico da sua região de origem na Itália, Petrini [2005]/(2016) contesta a hegemonia das *commodities*:

Não se usa mais a mesma matéria-prima com que se fazia aquela *peperonata* que ecoava na minha memória gustativo-olfativa: a variedade local de pimentões Asti - *peperoni quadrati d'Asti*, variedade carnuda, perfumada e saborosa, quase não era mais produzida nesta área. Em seu lugar se usa, assim, os pimentões importados da Holanda, mais baratos, cultivados intensivamente a partir de variedades híbridas para obter um excelente resultado visual, com as suas cores vivas, perfeitas para exportação (“são trinta e dois numa caixa, nem um a mais, nem um a menos, e são todos lindos, sempre iguais”, eles me disseram), mas dramaticamente insípidos* (PETRINI, [2005]/2016, p. 16).

¹⁴³ *Mangiare un formaggio è un atto politico* (Publicado em: 15 jul. 2023). Disponível em: <https://cheese.slowfood.it/mangiare-un-formaggio-e-un-atto-politico/> Acesso em: 1 dez. 2024.

¹⁴⁴ Cintrão (2016), por exemplo, apresenta uma discussão sobre as controvérsias em torno das regulações sanitárias e dos processos de (i)legalização de certos alimentos no Brasil, incluindo análises sobre as influências do *Slow Food* neste processo.

A narrativa deste caso ilustrativo se concentra na perda de espaço de ingredientes locais, carnosos, perfumados e saborosos, em favorecimento de alimentos importados, de variedade híbrida, cultivados em larga escala, de forma intensiva, padronizados, mais baratos e insípidos. De forma genérica, o episódio ilustra as possíveis consequências desta união entre complexo agroindustrial e globalização, que levaram, na avaliação do líder italiano, ao incremento da emissão de gases de efeito estufa e ao risco de desaparecimento de variedades alimentícias locais e receitas tradicionais. Para Petrini [2005]/(2016, p. 17), “a matéria-prima deve ser cultivada e produzida de forma sustentável, a biodiversidade e as tradições alimentares e produtivas locais devem ser salvaguardadas a todo custo”, diferentemente da “inaturalidade” (*innaturalità*, no neologismo em italiano) da agroindústria.

Contudo, autores como Simonetti (2012), que apresentam críticas ao *Slow Food*, sublinham as controvérsias e os ruídos presentes na ampla gama de narrativas proferidas pelo movimento, analisando e problematizando, inclusive, este episódio alegórico narrado por Petrini sobre os pimentões. O autor destaca que “Petrini e *Slow Food* estão chocados com o fato de que hoje os pimentões quadrados de Asti estão sendo substituídos por uma variedade holandesa*” e condenam o complexo agroindustrial como o carrasco dos prazeres, saberes e sabores (SIMONETTI, 2012, p. 175). No entanto, não faz parte das suas narrativas o fato de que os pimentões chegaram à Europa vindos da América no século XVI. Neste caso, estranhamente, não é nomeada “nenhuma “perturbação” da tradição agrícola*” (SIMONETTI, 2012, p. 175, ênfase do autor).

Simonetti (2012) salienta, assim, que o ponto de partida estabelecido pelo *Slow Food* na elaboração de suas críticas é a Revolução Verde. Aqui chama atenção a desconsideração do contexto histórico e geopolítico do período precedente, o qual também apresenta grandes influências na formatação do sistema alimentar hegemônico contemporâneo, com consequências substanciais para as populações colonizadas. Em seus próprios termos, “é difícil ver por que introduzir uma nova variedade era algo bom no século XVI, mas um “paradoxo” hoje. Se houvesse um *Slow Food* no século XVI, ele poderia ter impedido, entre outras coisas, a criação da famosa preparação com pimentões de Asti*” (SIMONETTI, 2012, p. 175).

Se hoje o complexo industrial global é visto por movimentos alimentares como o *Slow Food* como um carrasco, esta é uma das reverberações das lógicas de dominação propagadas e impostas ainda no século XVI. Como nos sugere Connell (2020), um olhar a partir do Sul Global fornece a sensibilidade de verificar como o tempo para o Norte Global é regulado pelo tempo vivido na metrópole.

O eurocentrismo das narrativas do *Slow Food* na Itália é evidenciado na crítica parcial aos efeitos da globalização, materializada na defesa de produtos definidos pelo movimento como “naturais” e “tradicionais”. Afinal, como problematizam Grandi e Soffiati (2024, p. 44), a cozinha italiana sequer existe, como indica o nome da obra lançada recentemente pelos autores, na qual afirmam que “é verdade que os produtos italianos são deliciosos, muitas vezes os melhores do mundo, mas é falso que tenham origens lendárias, perdidas nas brumas do tempo”. Os autores, neste sentido, são categóricos: “a cozinha italiana é uma invenção recente e uma mentira do *marketing*” (GRANDI; SOFFIATI, 2024, p. 41).

Neste caso, a preocupação de Petrini (2016, p. 16-17) com o desaparecimento de uma variedade italiana de pimentões que faz parte dos “hábitos agrícolas que os tornaram típicos e, evidentemente, bem integrados nos ecossistemas originais”, e que hoje o coloca frente ao paradoxo de que “uma receita tradicional completamente distorcida” pode ser enquadrada como uma contestação particular aos ativismos alimentares do Norte Global. Torna-se notório o fato de que as narrativas contestatórias apontam para modos de valoração plurais relacionados aos contextos geopolíticos nos quais os seus emissores se encontram inseridos. Ademais, as

ambiguidades são características dos ativismos alimentares e, como nos processos de qualificação do alimento, podem desafiar e/ou mesmo reforçar valores hegemônicos.

4.3.4 Do *McDonald's* à *Amazon*: uma atualização da agenda política do *Slow Food* na Itália?

Nas mais diversas análises sobre o *Slow Food*, o *McDonald's* figura como seu antagonista principal e de longa data, um personagem importante desde a sua gênese, ilustrada nos protestos contra a abertura da primeira franquia *McDonald's* na cidade Roma na década de 1980 e nos conflitos entre *slow* e *fast*, que se repetiram ao longo do tempo.

Como antecipou o movimento *Slow Food* desde sua fundação, a emergência das cadeias de *fast food* transformou radicalmente o modo como as sociedades contemporâneas se alimentam. A reverberação mundial deflagrada a partir da criação da primeira franquia do *McDonald's* nos Estados Unidos em meados de 1950, adquirida posteriormente por Ray Kroc¹⁴⁵ no início da década de 1960, é um exemplo palpável de como um fenômeno local se globaliza e, de forma mais específica, dos impactos da modernização e da “americanização” difundida ao redor do globo no período pós-guerra. O *McDonald's* soma mais de 36 mil franquias e um milhão de funcionários ao redor do mundo¹⁴⁶. Na Itália, são cerca de 700 franquias e 1,2 milhão de clientes diários (McDONALD'S, 2024).

Parafraseando Schlosser (2002), é mais provável encontrar o modo de preparo dos *menus* disponíveis em restaurantes *fast food* em revistas científicas da área de Tecnologia de Alimentos do que em livros de receitas. De fato, a maior parte das opções servidas neste tipo de restaurante é composta por ingredientes processados industrialmente, em versões congeladas, enlatadas, desidratadas e/ou liofilizadas. Neste quadro, não podemos deixar de destacar a correlação entre o consumo de alimentos ultraprocessados com os impactos negativos na saúde, tal como o aumento da obesidade e das doenças crônicas não transmissíveis. Um dos ícones desta crítica foi, talvez, o filme *Super Size Me*, dirigido por Michael Moore e lançado em 2004.

Os princípios básicos dos sistemas *McDonalizados* acabaram adentrando também as cozinhas domésticas. Alguns exemplos são a terceirização de tarefas domésticas, em diferentes níveis, para a indústria de alimentos. As compras realizadas via *drive-thru*, que ganharam espaço em especial na década de 1970 e hoje são alvo de investimentos em maior automatização por meio do uso de Inteligência Artificial (IA)¹⁴⁷, são exemplares para pensar as transformações da comensalidade denunciadas de forma pioneira pelo *Slow Food* ainda nos anos 80. Neste caso, abandona-se a ritualização das refeições, as regras de etiqueta e a sociabilidade à mesa, que Fischler (1995) analisa a partir do conceito de gastro-anomia, com consequências ulteriores que podem levar à homogeneização do gosto e à perda de conhecimentos e habilidades

¹⁴⁵ Ray Kroc é o empreendedor estadunidense creditado pela expansão global do *McDonald's*, após a sua aquisição dos irmãos Richard e Maurice McDonald em 1961. O filme “Fome de Poder” (*The Founder*, no original em inglês), dirigido por John Lee Hancock e lançado em 2016, retrata sua história, além da criação e do crescimento desta rede de *fast food*.

¹⁴⁶ <https://www.mcdonalds.com> Acesso em: 1 dez. 2024.

¹⁴⁷ No serviço de *drive-thru*, através da janela do restaurante e do automóvel, é possível realizar o pedido, pagar e receber a refeição, deixando o estabelecimento antes mesmo de consumir os itens escolhidos, os quais serão possivelmente consumidos com o carro em movimento. Apesar do avanço dos pedidos de tele-entrega após a pandemia de covid-19, mais da metade das franquias do *McDonald's* em todo o mundo (cerca de 27 mil) possuem o serviço de *drive-thru*, e alguns deles começam a passar por testes de automação dos pedidos com uso de IA (CERULLO, 2024).

culinárias. Hoje, ampliando o escopo da “comida de conveniência” e da ascensão dos serviços de entrega em domicílio, por meio de plataformas digitais e aplicativos (SCHUBERT, 2023).

Com efeito, não parece tão inusitado o fato de que o embate entre *Slow Food* e *McDonald's* tenha persistido na Itália. Alguns episódios, retratados tanto pela mídia italiana quanto por alguns estudos acadêmicos, que podem ser citados são: a oposição à criação do hambúrguer *McItaly* em 2010, capitaneada pelo na época Ministro da Agricultura da extrema direita, Luca Zaia, do partido *Lega* (FONTANELLI; LONARDI, 2011), ou mais recentemente as controvérsias sobre a participação simultânea do *Slow Food* e do *McDonald's* na Expo 2015, que ocorreu em Milão e teve como lema “Alimentar o planeta, energia para a vida” (BERNARDO, 2017; PARASECOLI, 2022). Neste contexto, “embora a imagem do *fast food* tenha sofrido muitos arranhões no decorrer das décadas, culminando com uma série de críticas de nutricionistas, gastrônomos e ativistas alimentares”, como analisa Tonon (2021), salta aos olhos sua capacidade de reação e adaptação, caracterizada pelos processos de endogeneização da crítica. Na Itália, o país da “boa comida” (*buon cibo*), os menus do *McDonald's* contam com boa parte de matérias-primas nacionais e ingredientes com Indicação Geográfica¹⁴⁸, e com um investimento anual em produtos agroalimentares locais na casa dos 450 milhões de euros (McDONALD'S, 2024).

Contudo, novos tempos clamam também por novos desafios. Em uma recente entrevista ao jornal italiano *La Stampa* (CRESCI, 2022), Carlo Petrini declarou: “Se eu estivesse começando o *Slow Food* do zero agora, estaria lutando contra a *Amazon*”. Nesta entrevista, fornecida durante o *Terra Madre* de 2022, o líder italiano nomeou o paradoxo entre a produção de pequena escala e o alcance da gigante multinacional:

Existem 500 milhões de pequenos empreendimentos no mundo que fornecem alimentos para 75% dos seres vivos. No entanto, eles não são nada comparadas às multinacionais. E vocês sabem qual é o paradoxo? Que os produtos feitos pelos agricultores pobres dão excelência às mesas dos ricos e os produtos hiperprocessados das indústrias acabam ficando com os mais pobres (Carlo Petrini, em entrevista à *La Stampa*, em 26 set. 2022).

O deslocamento do alvo da crítica do *McDonald's* para a *Amazon* perpassa os debates dentro e fora da academia. Na nona edição da obra *McDonalization of Society*, Ritzer [1992]/(2019, p. 66) afirma que nos dias atuais “pode-se argumentar que a *Amazon.com* é muito mais *McDonaldizada* do que o próprio *McDonald's*”. Na era digital, a ideia de *McDonalização* é atualizada para expressar a expansão da lógica *fast* para os setores do *big data* e dos expoentes dos mercados digitais que direcionam as tendências de consumo, representado agora pela *Amazon* (RITZER, [1992]/2019).

Neste ponto, vislumbramos interlocução com as propostas de Wilkinson (2022; 2023) sobre o surgimento de uma nova fronteira tecnológica sob a égide da digitalização, cujas características proeminentes são a orientação à demanda, com alta capacidade de se adaptar e potencializar as novas demandas alimentares. Neste cenário, os atores e o modelo que impulsionam a inovação e as transformações alimentares, paulatinamente, estão deixando de ser aqueles provenientes do setor agroalimentar e/ou do setor público: “a inovação hoje [...]

¹⁴⁸ No site do *McDonald's Itália*, por exemplo, consta: “Para os nossos hambúrgueres, usamos apenas 100% de carne bovina proveniente de mais de 15 mil fazendas italianas. [...] Nos últimos 15 anos, a nossa oferta foi enriquecida com 20 ingredientes DOP e IGP, como Vinagre Balsâmico de Modena IGP, Parmigiano Reggiano DOP [...] e muitos outros. [...] Isso nos fez entender que nossos clientes também querem receitas do *McDonald's* mais próximas do gosto e da tradição culinária italiana” (tradução nossa). Disponível em: <https://www.mcdonalds.it/> Acesso em: 1 dez. 2024.

parte de empresas de tipo *start-ups* financiadas por capital de risco e cujas agendas são os desafios da alimentação e não necessariamente da agricultura” (WILKINSON, 2022, p. 3). Na opinião do autor, o varejo foi o setor mais revolucionado pela difusão da internet, simbolizado pela centralidade dos grandes *players* de vendas, como a *Amazon*, no abastecimento alimentar *on-line*. Tal redirecionamento acentua mais o alimento do que a agricultura, tanto no universo empírico, quanto no campo teórico nas Ciências Sociais (ESCHER, 2021; WILKINSON, 2022; 2023)¹⁴⁹.

O direcionamento da crítica de Petrini à *Amazon* parece, portanto, atualizar os argumentos que estavam na gênese do *Slow Food*, mantendo a crítica ao fato dos alimentos serem reduzidos a meras mercadorias que, tal como o petróleo e a lenha, servem apenas como combustível para os corpos, esvaziando os alimentos de seus valores. Há mais de uma década atrás, Petrini declarava (2009, p. 92): “a velocidade da nossa sociedade: um turbilhão de frenesi de produção e consumo que nos faz perder a percepção da realidade em que vivemos [...]. Nessa velocidade, o valor dos alimentos se perde e vira mero combustível sem qualidade*”.

A industrialização e a velocidade impõem, desse modo, uma lógica tecnocrática em que a produtividade e o lucro prevalecem sobre a política e a economia sobre a cultura, sendo a quantidade o principal, se não o único, parâmetro para as atividades humanas. Nesse sentido, Petrini (2016, p. 29) afirma: “na verdade, já há algum tempo que a questão não é mais a quantidade de alimentos produzidos, mas sim a sua qualidade, que vai do sabor à variedade, do respeito pelo ambiente, pelos ecossistemas e pelos ritmos da natureza em geral, passando também pela dignidade humana*”.

Em suas ações, ao contrário, o *Slow Food* visa não só a produtividade e o lucro, como evidenciado pelo caso das *Fortalezas* (Capítulo IV, seção 4.4) e do *Mercados da Terra*. Estes últimos, conforme explica um dos materiais publicados pelo próprio movimento sobre a referida iniciativa, “não são apenas lugares onde se vende e se compra um produto de qualidade” (*Mercados da Terra*, 2020, p. 4), pois os mercados promovidos pelo *Slow Food* não são “mercados quaisquer, mas espaços para conhecer, comprar e vender alimentos bons, limpos e justos” (*Ibid.*, 2020, p. 1).

4.3.5 Pluralidade nos modos de qualificar e valorar objetos

Embora tenhamos analisado um número limitado de casos e temáticas, com destaque para as narrativas que se ancoram nas bandeiras defendidas mais recentemente por ambos os movimentos, procuramos evidenciar como a disputa de significados do alimento, da comida e da prática de se alimentar está na base das contestações denunciadas tanto pelo MST quanto pelo *Slow Food*.

Estes dois movimentos trazem exemplos emblemáticos que permitem refletir sobre a oferta e a procura por alimentos denominados como bens de crença, ou seja, aqueles que, para além de suas qualidades intrínsecas, possuem características visivelmente ocultas e que não podem ser apreciadas no momento da compra, sendo por isso considerados como agregadores de qualidade (GOODMAN, 2003). Se até então, a orientação econômica centrada no absoluto ontológico da “comida como um bem privado” foi a narrativa dominante do sistema alimentar

¹⁴⁹ Paralelamente, Escher (2021), em um estudo focado nos países BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), mostra que se, por um lado, foi a “questão agrária” que orientou parte das reflexões das Ciências Sociais sobre as grandes transformações que deram origem e definiram os rumos do mundo moderno, por outro, nas sociedades crescentemente urbanizadas do século XXI, a “questão agrária” adquiriu novos significados e tornou-se, de fato, uma “questão agroalimentar”. O autor corrobora com a argumentação acerca da centralidade que vem sendo atribuída aos temas alimentares nas mais diversas análises sobre as sociedades contemporâneas.

hegemônico que ofuscou outras valorações dos alimentos de cunho cultural, político ou histórico, ou ainda de epistemologias consideradas não científicas, as contestações protagonizadas por MST e *Slow Food* enaltecem a natureza política distinta dos alimentos, comparada a outras *commodities* (HERRING, 2015) e demonstram a pluralidade nos modos de qualificar e valorar objetos (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2020), neste caso os alimentos. Os ativismos alimentares estimulam que novas ordens, para além daquela mercantil, passem a ser mobilizadas para arbitrar desavenças no campo agroalimentar.

MST e *Slow Food* fazem parte, assim, de uma constelação de ativismos e movimentos alimentares que criticam a legitimidade do sistema alimentar hegemônico, disputando as qualificações dos alimentos. No contexto de cada um destes movimentos, procuramos, nesta seção, problematizar as narrativas acionadas pelos movimentos sociais em questão para qualificar suas contestações. Buscamos entender, ainda, como estas narrativas são contextualizadas e quais delas aportam legitimidade para qualificar os alimentos.

Se um denominador comum a ambos é a crítica à equiparação dos alimentos a mercadorias, a fundamentação desta crítica é particular a cada um deles. A crítica principal do MST é o direcionamento exclusivo dos mercados ao lucro, símbolo da *cité* mercantil, negligenciando todos os outros aspectos envolvidos na produção de alimentos. Já o *Slow Food* questiona de modo central a primazia do mundo industrial que, em sua avaliação, reduz os alimentos ao resultado de uma linha de montagem.

No caso do MST, observamos a adoção do léxico das políticas públicas, em especial o do *Guia Alimentar para a População Brasileira* (BRASIL, 2014), como uma das formas de legitimar suas narrativas contestatórias. Dos anos 2000 para cá, em especial, a questão da saúde vem compondo o eixo central das narrativas contestatórias alimentares do MST, o que não foi observado no caso do *Slow Food* na Itália.

Ademais, no cenário brasileiro, o ambiente de crises, tal como aquele vivido durante a pandemia de covid-19, se mostrou especialmente propício para dar legitimidade à oferta de alimentos que sejam, simultaneamente, justos e acessíveis e que, por sua vez, garantam a SAN do povo brasileiro. Foi neste contexto que o preço justo se tornou um ponto de pauta da agenda política do MST, inédito até então na história deste movimento, na avaliação de Fernandes (2022). Com a justaposição da luta pelo direito à terra e da luta pelo direito à alimentação, o preço é debatido não apenas sobre o prisma da ordem mercantil, mas de valores típicos dos mundos cívico e ecológico, discutindo a viabilidade econômica tanto da produção quanto do consumo, bem como seus impactos ambientais e ilustrando como os movimentos operacionalizam o enovelamento de diferentes grandeza.

No caso do *Slow Food*, a oposição ao mundo industrial é sintetizada, principalmente, no risco eminente de desaparecimento de certas variedades alimentícias e/ou de certos modos de preparo. A dimensão inspiracional é acionada de modo preponderante para qualificar os alimentos, exaltando os sabores, os prazeres e as memórias. De modo complementar, são acopladas referências às grandezas doméstica, da opinião e ecológica, sumarizadas, respectivamente, na defesa da preservação da biodiversidade, com destaque ao caráter célebre das tradições e especialidades culinárias locais em risco de extinção.

Embora o enaltecimento dos valores da “tradição” dê legitimidade à agenda política do *Slow Food* no contexto italiano, denota também o eurocentrismo de suas contestações. Muitas vezes, as narrativas contestatórias revelaram demarcações temporais sugestivas do “nortismo” (CONNELL, 2020) da agenda do *Slow Food*, além de uma grande diferença em relação à articulação das marcas do encontro colonial na agenda política dos ativismos alimentares do Sul e do Norte Global, conforme apresentado e discutido no início deste capítulo (ver seção 4.1). Como sintetizado nas acertadas palavras de Parasecoli (2022, p. 95), “pratos ou

ingredientes não podem ser identificados de maneira unívoca com posições políticas”. Contextualizar as narrativas ao contexto geopolítico de seus emissores possibilita estabelecer algumas particularidades dos ativismos alimentares originados no Norte e no Sul Global.

De forma bastante intrigante, a consciência dos consumidores em relação a estes processos de qualificação é também trazida à tona. Parafraseando Petrini (2016), quando a agricultura é entendida como um instrumento de lucro, as pessoas são aniquiladas e aqueles que compram esses produtos tornam-se cúmplices desses abusos e crimes. De forma ilustrativa, João Pedro Stédile, em uma entrevista à *Agência Brasil* (KONCHINSKI, 2010), também acredita que a problemática do uso dos agrotóxicos que acomete em especial “o povo pobre da cidade” apenas poderá ser superada “quando as massas da cidade tomarem consciência desse problema e resolverem se mobilizar”. Por um ângulo, os consumidores, conscientes ou não, são tidos como cúmplices dos abusos e crimes dos processos de comoditização focados no lucro. Por outro, o povo pobre da cidade configura-se como as vítimas das lógicas hegemônicas, com a possibilidade de que a tomada de consciência os leve a se mobilizar na disputa pelos “alimentos saudáveis de qualidade”, como defendido recentemente pelo MST. Nesse ensejo, uma discussão sobre o consumo político como forma de engajar outros atores nos processos de qualificação dos alimentos é o tema da seção a seguir.

4.4 Consumo Político: os Armazéns do Campo e as Fortalezas (*Presidi*)

O consumo político pode ser entendido, de forma ampla, como “a escolha do consumidor por produtores e produtos com o objetivo de mudar práticas institucionais e de mercado condenáveis*” (MICHELETTI; FOLLESDAL; STOLLE, 2004, p. xiv). Algumas reflexões recentes colocam em interlocução analítica as noções de ativismo alimentar e de consumo político alimentar¹⁵⁰ (AZEVEDO, 2017; LORENZINI, 2022; PORTILHO, 2020; SCHUBERT; PORTILHO, 2023). Isto porque, em grande parte dos casos, o consumo político se dá na esfera alimentar (HALKIER, 2019) e, de forma complementar, boa parte do ativismo alimentar aborda mudanças no consumo (PORTILHO, 2020).

O escopo político deste tipo de discursos e ações é variado, sendo a heterogeneidade uma de suas principais características. O consumo político pode assumir desde pautas radicais de reivindicação por grandes transformações sociais até posicionamentos mais moderados com abertura a negociação e colaboração com corporações. As reivindicações podem ter um caráter mais pontual, como aquelas orientadas a um supermercado específico, ou até mesmo abarcar enfoques abrangentes direcionados a questões internacionais (STOLLE; HOOGHE; MICHELETTI, 2005). O consumo político não demanda nenhum tipo de filiação formal, podendo ser mobilizado por consumidores individuais e/ou organizados em coletivos, de forma espontânea e irregular ou de maneira mais estruturada e cadenciada (STOLLE; MICHELETTI, 2015).

A literatura que tem se dedicado ao estudo dessas práticas identifica e classifica quatro modalidades principais, a partir das quais o consumo político pode ser colocado em prática, sendo elas: i) boicote – recusa planejada e organizada de consumir determinados produtos e/ou serviços de determinadas empresas, lojas ou países, com intuito de pressionar e provocar mudanças na esfera política ou nos modos de produção; ii) *buycott* – opção deliberada e intencional de aquisição de produtos e serviços associados positivamente a atributos sociais, éticos e ambientais; iii) ações discursivas – veiculação de mensagens negativas sobre

¹⁵⁰ O consumo político abrange também outras searas, tais como a indústria de mineração, energia e combustíveis, vestuário, brinquedos, eletrônicos, etc. Para uma discussão específica sobre consumo político relacionado a estes diferentes setores industriais, ver Boström, Micheletti e Oosterveer (2018b).

determinados produtos e marcas; e iv) políticas de estilo de vida – transformações nas práticas cotidianas com vistas ao confronto das estruturas sociais estabelecidas (BOSTRÖM, MICHELETTI; OOSTERVEER, 2018b; STOLLE; MICHELETTI, 2015). Essas modalidades têm como traço comum o uso do consumo como um meio de pressão política e expressão de interesses e valores, sendo muitas vezes articuladas em conjunto.

Para Brunori, Rossi e Guidi (2011), as redes alimentares alternativas são impulsionadoras (*drivers*) de inovação do sistema alimentar, sendo as iniciativas centradas no consumo o epicentro desta inovação. A organização em rede propõe alternativas concretas e desafia valores dominantes e normas comportamentais. Elas se situam na base da formação e da consolidação de “espaços políticos inovadores” (*new political spaces*), como definido pelos autores, onde novos significados e sentidos para a produção e o consumo alimentar podem ser criados.

Stolle, Hooghe e Micheletti (2005, p. 251) examinam que, do ponto de vista acadêmico, a importância do “estudo do consumo político e outros repertórios de ação desse tipo está em nos forçar a expandir a compreensão do número e dos tipos de alvos políticos que os cidadãos escolhem para seu engajamento*”. A expansão do foco analítico em direção a um olhar que vai além das formas convencionais de participação política, ou seja, daquelas que se direcionam exclusivamente ao sistema político *per se*, nos torna, enquanto pesquisadores, capazes de captar ações inovadoras que vêm ampliando o repertório de ação dos cidadãos, porém ainda tendem a permanecer desconhecidas.

De acordo com Forno e Grasseni (2018), ações na esfera do consumo, ao mobilizar aspectos econômicos, sociais e políticos, têm a capacidade de reestabelecer a economia como um instrumento para alcançar objetivos coletivos e progressistas. Segundo Brunori, Rossi e Guidi (2011, p. 5), é imperativo não considerar tais redes como “minorias heroicas”, mas sim apreendê-las como “laboratórios para experimentar novas soluções para os problemas emergentes na sociedade*”. Sendo assim, frequentemente, o mercado se concretiza como o meio pelo qual se trava a batalha contra os seus próprios abusos, criando novas relações movidas por valores éticos, ambientais e de justiça social (GOODMAN; DUPUIS, GOODMAN, 2012; NIEDERLE, 2014; PORTILHO, 2009). Parafraseando Micheletti, Follesdal e Stolle (2004), o mercado é uma arena política potente.

As evidências revelam que, cada vez mais, movimentos sociais, inclusive aqueles ligados ao meio rural, têm discutido os nexos entre política, mercados e alimentação, incorporando as estratégias de politização do consumo (LORENZINI, 2019; PORTILHO; MICHELETTI, 2018; SANTOS, 2021; TANAKA; PORTILHO, 2019). Contudo, como discutido em estudos anteriores, a apreensão do consumo político pode ser ambígua, em especial na América Latina, e seu uso pode ser permeado por tensões e negociações (PORTILHO; MICHELETTI, 2018; TANAKA; PORTILHO, 2019).

De fato, um ponto em comum entre os movimentos analisados é a realização de feiras voltadas à comercialização de seus produtos, com maior ou menor periodicidade a depender da iniciativa. Apenas em 2017, por exemplo, o MST organizou feiras estaduais e/ou regionais em 22 estados (Site oficial do MST, 2017 [8]). Já o *Slow Food Itália* organizou, em 2023, 45 feiras periódicas, os Mercados da Terra (*Mercati della Terra*, em italiano) de norte a sul do país¹⁵¹.

A seguir, sob a perspectiva do consumo político, analisamos as narrativas contestatórias relacionadas, entre tantas possíveis, a duas experiências particulares dos movimentos em questão, a saber a rede Armazém do Campo do MST, e o projeto Fortalezas no contexto do

¹⁵¹ Para consultar os diferentes Mercados da Terra realizados na Itália, ver: <https://www.fondazione Slow Food.com/it/mercati-della-terra-slow-food/> Acesso em: 1 dez. 2024.

Slow Food Itália. Posteriormente, investigamos, a partir do exame destes casos, em que medida tais movimentos sociais reconhecem a esfera do consumo como uma arena política e os consumidores como atores políticos.

4.4.1 Armazéns do Campo e o consumo político alimentar para as massas

Em estudo recente, Muñoz e Niederle (2022, p. 7) avaliam que o MST tem deixado de acionar o “discurso antimercado”, no qual associava, de forma exclusiva, o mercado a valores capitalistas e a fontes das mazelas sociais, vislumbrando, mais recentemente, outras visões, nas quais os mercados são assimilados como “um mecanismo de distribuição que abastece a classe trabalhadora com alimentos saudáveis, produzidos agroecologicamente, de forma cooperativa e com lastro social da reforma agrária”.

Efetivamente, o MST, que já tinha em seu histórico experiências pontuais de comercialização de alimentos produzidos em seus assentamentos, passou, a partir da I Feira Nacional da Reforma Agrária, realizada em 2015, a intensificar tais atividades com a inauguração, a partir de 2016, de uma série de lojas denominadas *Armazém do Campo* (Figura 25). Os Armazéns compõem uma rede de espaços permanentes de comercialização priorizam a venda de alimentos produzidos em assentamentos, cooperativas e agroindústrias da reforma agrária. Parte das unidades trabalha com o serviço de entrega periódica de cestas agroecológicas. Além disso, algumas das lojas possuem cozinha e oferecem preparações no local, tais como cafés, salgados, bebidas e petiscos, e/ou almoços aos fins de semana e em eventos especiais.

Figura 25. Armazém do Campo, Rio de Janeiro/RJ, MST, Brasil, 2018.



Foto: Pablo Vergara / Fonte: Site oficial do MST [11]

Em seu conjunto, estas lojas são denominadas como “a maior rede de produtos da Reforma Agrária Popular do Brasil” (Site oficial MST, 2021 [17]), se consolidando com uma importante operação nacional de varejo.

De 2016 para cá, o número de lojas Armazém do Campo se multiplicou, em especial após a pandemia de covid-19. Vale dizer que, no início de 2018, quando realizamos um primeiro levantamento para a redação do projeto desta pesquisa, eram apenas duas as unidades de Armazém do Campo em funcionamento, uma na cidade de São Paulo/SP e outra em Belo Horizonte/MG. Hoje, a rede totaliza mais de 20 unidades *Armazém do Campo*, distribuídas em capitais e outras cidades de 10 estados brasileiros, além do Distrito Federal (Quadro 5).

Quadro 5. Distribuição de quantidade de lojas *Armazém do Campo* do MST por estado, cidade e ano de abertura, Brasil, 2016-2024.

n	Estado	Quantidade	Cidades (ano de abertura)
1	Bahia	1	Salvador (2022)
2	Distrito Federal	1	Brasília (2022)
3	Maranhão	1	São Luís (2019)
4	Mato Grosso do Sul	1	Campo Grande (2021)
5	Minas Gerais	6	Belo Horizonte (2017) Almenara (2023) Juiz de Fora (2022) Montes Claros (2021) Teófilo Otoni (2021) Uberlândia (2021)
6	Pará	1	Belém (2024)
7	Paraná	3	Cascavel (2020) Londrina (2021) Ortigueira (2021)
8	Pernambuco	1	Recife (2019)
9	Rio de Janeiro	1	Rio de Janeiro (2018)
10	Rio Grande do Sul	3	Porto Alegre (2021) Pelotas (2023) Nova Santa Rita (2023)
11	São Paulo	4	São Paulo (2016) Bauru (2022) Campinas (2022) São José dos Campos (2023)
Total		23	

Nota: Capitais brasileiras em negrito.

Fonte: Elaboração própria com base no site do *Armazém do Campo*¹⁵² e em Machado (2024)

Cabe ressaltar que os planos de expansão dessa rede são de longo prazo e ainda mais grandiosos. Ademar Ludwig, Coordenador da Rede Armazém do Campo, em entrevista ao site do MST [17], em 2021, afirmou que “é possível num prazo entre 15 e 20 anos abrir mil lojas no país”, justificando que “como o MST é um movimento de massa, então todas as nossas atividades também têm que ser massivas, inclusive as lojas”.

Este tipo de retórica entoada pelo MST acentua, à semelhança de outras experiências (tais como acampamentos, ocupações e marchas), o objetivo de massificar este tipo de ação, tornando-a mais acessível e resiliente. Em entrevista a Fernandes, Stédile elucida que a: “luta

¹⁵² <https://armazemdocampo.com.br/> Acesso em: 1 dez. 2024.

pela terra e pela reforma agrária só avançará se houver luta de massas” (STÉDILE; FERNANDES, 2012, p. 45). Na opinião do Dirigente Nacional, é importante que o MST jamais se contente a ser uma “organização de fachada, sem poder de mobilização”, pois “o direito assegurado na lei não garante nenhuma conquista para o povo. Ele só é atendido quando há pressão popular” (*Ibid.*, 2012, p. 45). Extrapolando este tipo de raciocínio para o tema da alimentação, a rede Armazém do Campo se configura como uma ação de massa que permite realizar pressão popular, por meio da mobilização de Sem Terras na comercialização de alimentos da reforma agrária nas cidades, bem como de consumidores urbanos no *buycott* destes produtos.

Não obstante, é interessante notar como a ideia de massificação de alimentos saudáveis, defendida pelo MST se distingue dos processos de homogeneização e massificação do gosto. Seja no senso comum, ou na academia (RITZER, 2019), frequentemente a produção e o consumo de massas são entendidos como símbolos do sistema alimentar hegemônico, das cadeias de *fast-food* e dos alimentos ultraprocessados. A comercialização massiva de produtos da reforma agrária via Armazéns do Campo escapa dos pressupostos mais comuns de escala reduzida e localismos das redes alimentares alternativas, balançando, de forma interessante, estas dicotomias. De forma inusitada, o MST propõe o consumo político alimentar de massas. Uma escolha estratégica para contornar eventuais acusações de elitismo e gentrificação, comumente enfrentadas por outras experiências e movimentos sociais, dentre estes, o *Slow Food*.

Ademais, o amplo alcance da Feira Nacional da Reforma Agrária e dos Armazéns do Campo sinaliza novidades importantes nas estratégias políticas do MST. Inicialmente, a atuação do MST localizava-se principalmente nas regiões em disputa por terra (por meio da organização de acampamentos, ocupações, protestos e marchas) e em áreas urbanas que materializam e simbolizam o poder governamental (através da chamada de atos, ocupações de prédios públicos, participação em audiências, mobilização de marchas e vigílias). Porém, desde a virada do século, já circulavam proposições de dar um “passo a mais” em direção às cidades e aos seus mercados, como afirmou Stédile em entrevista a Fernandes em 1999:

Temos que dar um passo a mais. Ou seja: nós mesmos transformarmos a matéria-prima produzida pela terra, para não sermos explorados pelas multinacionais da agroindústria, **para podermos agregar valor e vender o produto mais barato, com maior acesso ao mercado de massas da cidade** (João Pedro Stédile, em entrevista à Bernardo Fernandes, disponível em Stédile e Fernandes [1999]/(2012), p. 79, grifos nossos).

Nos últimos anos, as Feiras Nacionais da Reforma Agrária e a rede Armazém do Campo constituem ações concretas e de caráter nacional, que, ao acionar a seara da alimentação, abarcam o espaço “da porteira para fora”, isto é, o MST não apenas reivindica a produção de alimentos saudáveis, mas também outras etapas da cadeia, como o beneficiamento, a distribuição, a comercialização, o consumo e até mesmo o ato de cozinhar esses alimentos, modificando sua relação com o tema. Com isso, o MST expandiu a estratégia de massificação de suas ações para a esfera do consumo político, e dos ativismos alimentares.

Ao longo da história do MST, a venda direta de alimentos acontecia de forma local e pontual. No fim da década de 1990, se ensaiavam proposições sobre o papel dos mercados em seu programa agrário. Porém, foi nos últimos anos que os esforços de encurtamento das cadeias agroalimentares e de contato com a esfera do consumo foram posicionados no centro de sua estratégia nacional. Hoje, as diferentes unidades do Armazém do Campo estão presentes em mais da metade de todos os estados brasileiros, movimentando um expressivo volume de

alimentos. De acordo com os dados disponibilizados pelo MST, apenas a unidade do município de São Paulo/SP, a mais antiga da rede e com maior volume de vendas, movimentou mais de 1,8 milhão de reais em produtos vindos de cooperativas de todo o país nos primeiros dois anos de funcionamento, entre 2016 e 2018 (Site oficial do MST, 2018 [10]). Aos poucos, o movimento consolida sua presença também com a venda *on-line* de produtos. Somente em São Paulo, anualmente, são mais 40 mil atendimentos *on-line*, e meio milhão de itens vendidos via *e-commerce*, o que representa entre 20 e 25% do faturamento total da loja (*Ibid.*, 2023 [21]).

Em entrevista publicada em 2019 no site do MST, Ludwig enfatizou quatro pontos principais da estratégia de comercialização adotada pelo MST:

Os pilares que nortearam essa criação se mantêm até hoje: fazer a propaganda da Reforma Agrária Popular, fortalecer a comercialização de produtos vindos da agricultura camponesa, familiar, indígena, quilombola e ribeirinha, oferecer alimentos orgânicos para população urbana e, por último, mas não menos importante, apresentar a cultura que nasce com a comida na luta pela terra. Comer é um ato político, por isso, é importante que as pessoas que compram os produtos do MST entendam essa dimensão (Ademar Ludwig, em entrevista ao site oficial do MST [12], em 5 set. 2019).

Tudo isso parece corroborar com a consolidação de uma nova arena política, onde o MST, através de seus discursos e ações, faz parte “do amplo projeto social de empoderamento e de mudanças progressivas [...] que por meio de críticas aos sistemas convencionais ou *mainstream* vêm criando uma nova política dos alimentos*” (GOODMAN; DUPUIS; GOODMAN, 2012, p. 4).

Como observado em estudos anteriores, quando investigamos um ponto de comercialização do MPA na cidade do Rio de Janeiro/RJ (TANAKA, 2019), uma das características marcantes da rede Armazém dos Campos é a sua multifuncionalidade. Ao mesmo tempo em que cada uma das lojas funciona como uma base do movimento nas cidades e um espaço de comercialização direta de alimentos da reforma agrária para consumidores urbanos, este é palco para almoços, feiras agroecológicas, atividades de formação política, debates, festas, coletivas de imprensa, apresentações culturais, concertos musicais, lançamentos de livros e ponto de arrecadação de doações e ações de solidariedade, dentre tantas outras atividades. Podemos dizer que os Armazéns do Campo representam um ponto de encontro, escolhas, responsabilidades e utopias.

Do ponto do modelo das cités, ações e discursos como estes relacionados aos Armazéns do Campo e, em específico, a comercialização de alimentos da reforma agrária em larga escala indicam a sobreposição das grandezas cívica (propagação dos valores e dos frutos reforma agrária), industrial (ações em larga escala) e mercantil (comercialização). Com este arranjo múltiplo de grandezas, o MST passa a acionar o mercado como espaço político, estimulando ações de *buycott*. As Feiras Nacionais da Reforma Agrária e a rede Armazém do Campo se configuram como espaço de ativismo pelo direito à terra e à alimentação saudável de qualidade. Contudo, como problematizaremos mais adiante, a postura do MST é ambígua em face aos mercados, em especial no que concerne à incorporação do consumo político.

4.4.2 Fortalezas: a filosofia (e as controvérsias) do *Slow Food* em forma de produtos

Até o início dos anos 2000, o *Slow Food* foi repetidamente denominado como um “movimento de consumidores”, de caráter eminentemente urbano (LEITCH, 2003; MURDOCH; MIELE, 2003). Em anos mais recentes, Siniscalchi (2023) discorre que este

coletivo, no passado entendido como uma associação de consumidores, hoje organiza uma rede múltipla de atores composta por consumidores, pequenos produtores, *chefs* de cozinha, donos de restaurantes (*restaurateurs*), etc.

Para Siniscalchi (2013), ainda que com o tempo todas as ações do *Slow Food* passaram a ser consideradas pelo movimento como essencialmente políticas, as Fortalezas (*Presidio* no singular e *Presidi* no plural nas formulações originais em italiano) constituem um projeto presente desde o final dos anos 1990, e que provavelmente, mais do que as demais, teve e tem um caráter decididamente “político”. De acordo com a autora, as Fortalezas são um caso ilustrativo do nexo proposto pelo *Slow Food* entre alimentação e política pela sua capacidade de transformar a filosofia do movimento em algo concreto.

As Fortalezas integram e sintetizam a tensão existente no movimento entre uma dimensão ideal e uma ação concreta, entre economia e ecologia e entre mercado e utopia. Trata-se de um projeto com uma forte dimensão econômica e política. Este duplo caráter de **fazer o bem economicamente** e de ser um **modelo de ação política** confere-lhes um papel intermediário entre os diferentes aspectos do movimento. Permitem também que o *Slow Food* defina espaços políticos, normativos e econômicos, que o coloque “dentro” da política alimentar* (SINISCALCHI, 2013, p. 303, grifos da autora).

Em uma perspectiva histórica, Petrini e Padovani (2017) relatam que a escolha do nome *Presidi* (traduzido pela associação no Brasil como Fortalezas), com raízes no mundo militar, inicialmente suscitou ressalvas, porém, ao longo do tempo, a ideia de *presidiare*, no sentido de subsidiar, proteger e fortalecer, se mostrou adequada para descrever os propósitos da iniciativa, a qual atrai, nos dias de hoje, a atenção de uma série de pesquisadores dentro e fora da Itália (FONTE, 2006; GARCIA-PARPET, 2023; GENTILE, 2016; LEITCH, 2000; 2003; LOTTI, 2010; MIGLIORINI *et al*, 2010; OLIVEIRA, 2020; PIATTI, 2015; PIETRYKOWSKI, 2004; RIBEIRO, 2019; SILVA *et al*, 2019; SINISCALCHI, 2013).

O objetivo do projeto Fortalezas, desenvolvido em conjunto a Arca do Gosto, é a salvaguarda da biodiversidade, por meio da proteção de: i) produtos; ii) técnicas ou práticas (pesca, criação, cultivo); e iii) paisagens rurais ou ecossistemas, em risco de extinção (*Fortalezas Slow Food*, 2020). Como explica um grupo de pesquisadoras ligadas ao *Slow Food* e à UNISG, enquanto a Arca do Gosto reconhece e dissemina a relevância cultural de determinados alimentos, mas não requer nenhum tipo de ação ou intervenção particular por parte do movimento, “o programa das Fortalezas é a ferramenta que o *Slow Food* se utiliza para dar assistência direta a produtores nas áreas de *marketing*, preservação e promoção de produtos que foram listados como parte do catálogo da Arca do Gosto*” (MIGLIORINI *et al*, 2010, p. 2).

Em oposição à tendência de uniformização e da grande escala do mercado global, o projeto oferece uma alternativa para os pequenos produtores que enfrentam dificuldades para acessar os mercados convencionais. O programa preconiza que “para salvar a biodiversidade alimentar em perigo é essencial criar um novo mercado, mais atento às razões de proteção ambiental e às tradições” (*Fortalezas Slow Food*, 2020, p. 22). A organização, seus sócios e membros desempenham o papel de uma “caixa de ressonância, mas também como um mercado potencial para produtos das Fortalezas” (*Ibid.*, 2020, p. 22). Os produtos são promovidos nos meios de comunicação da organização (site, revistas, redes sociais, e guias publicados pela

Editora *Slow Food*) e durante seus eventos, dentre eles o *Terra Madre* e outras feiras gastronômicas periódicas realizadas pelo *Slow Food* na Itália¹⁵³.

No entanto, como é possível imaginar, este tipo de iniciativa é interpretado em diversas maneiras, suscitando controvérsias, tensões e negociações. Para Davolio e Sassateli (2014), por exemplo, os projetos voltados para a criação de mercados têm como base a economia de mercado capitalista, representando uma das “ambivalências peculiares” do *Slow Food*, uma vez que o movimento

visa criar alternativas aos mecanismos e distorções da globalização alimentar neoliberal, confiando parcialmente nas mesmas ferramentas (do *marketing* de produtos à grande distribuição), com resultados que são, na melhor das hipóteses, paralelos e, na pior, atravessados pela mesma estrutura econômica que o *Slow Food* pretende combater* (DAVOLIO; SASSATELI, 2014, p. 93).

Inúmeras ressalvas foram apontadas, ao longo dos anos, em relação ao caráter limitado e excludente desta iniciativa. O inventário criado pelo *Slow Food* de produtos enraizados em territórios específicos e segundo técnicas tradicionais circunscreve as Fortalezas em um rol de produtos raros, únicos e exclusivos, reforçando as interfaces entre as grandezas da opinião e mercantil. O catálogo de Fortalezas se aproxima da ideia de uma série limitada, diferenciando-se dos bens produzidos em escala industrial, ao mesmo tempo que contribui para valorizá-las socioeconomicamente. De fato, as pesquisas indicam uma importante elevação de preço dos produtos após seu reconhecimento como Fortaleza¹⁵⁴, o que é, inclusive, um impacto desejado pela iniciativa (MIGLIORINI *et al*, 2010), ainda que este aumento faça com que estes alimentos fiquem fora do alcance da população de menor poder aquisitivo.

Não por acaso, alguns autores as classificam como produtos de luxo destinados a grupos sociais economicamente favorecidos, à medida que o estatuto de Fortaleza possibilita o incremento dos preços de alimentos outrora tradicionais e populares, e promove o surgimento de mercados de nicho (LAUDAN, 2004; LOTTI, 2010; SIMONETTI, 2012). Alguns autores, tal como Grasseni (2005), chegam a enquadrar a iniciativa das Fortalezas como um processo de comoditização do patrimônio local (*commodification of local heritage*). Este tipo de crítica fica evidente, nas provocativas colocações de Laudan (2004), a qual afirma que “como *marketing*, as estratégias do *Slow Food* são excelentes” (p. 140), e continua: “mas aí, há o paradoxo sonoro, porém, oco de Petrini (do qual ele tem muitos) de que o *Slow Food* “cria uma elite sem excluir ninguém”” (p. 143).

Como resposta, em diversas oportunidades, o movimento ratifica os objetivos das Fortalezas em garantir acesso aos consumidores de produtos genuínos com preço transparente e justo, mas também a viabilidade financeira dos produtores, por meio da comercialização de produtos a um preço considerado rentável. O movimento pondera que “o mercado muitas vezes não reconhece o valor justo das produções artesanais e as condena às leis de mercado, onde elas devem competir com produtos industriais de qualidade inferior” (*Fortalezas Slow Food*, 2020,

¹⁵³ Alguns exemplos são o festival *Cheese*, evento bianual dedicado ao mundo dos queijos, realizado desde 1997 em Bra/Itália, que, em suas últimas edições, reuniu mais de 300 mil visitantes, 300 expositores e 50 Fortalezas italianas e internacionais (<https://cheese.slowfood.it>); e o *Slow Fish*, evento bianual com foco nos ecossistemas aquáticos, realizado desde 2004 na zona litorânea de Genova/Itália, que celebrou, em suas últimas edições, mais de 30 Fortalezas ao redor do mundo, metade destas identificadas na costa italiana (<https://slowfish.slowfood.it>). Acesso em: 1 dez. 2024.

¹⁵⁴ O queijo *Farindola Pecorino*, produzido na região de Abruzzo na porção central da Itália, após o seu reconhecimento como Fortaleza, sofreu o incremento em seis vezes em seu valor absoluto, entre 2001 e 2008 (MIGLIORINI *et al*, 2010). Os preços dos pêssegos de *Leonforte*, produzidos na Sicília, quase triplicaram durante os primeiros cinco anos como Fortaleza, entre 1998 e 2004 (FONTE, 2006).

p. 10). Em alternativa, pesquisadoras relacionadas ao *Slow Food* e à UNISG, associam o reconhecimento de um produto como Fortaleza ao fomento do orgulho regional, do turismo local, da revitalização econômica de áreas rurais e da preservação de ecossistemas (MIGLIORINI *et al*, 2010). O que se encontra sintetizado no *Relatório Anual* (2022), no qual as Fortalezas são definidas como “uma oportunidade real de reestabelecimento econômico e social de comunidades e territórios” (p. 44).

Dentre diversas ações relacionadas a este projeto, uma das iniciativas documentada na literatura discute a magnitude e o impacto que este tipo de iniciativa atingiu na Itália, ainda nos seus primeiros anos de desenvolvimento. Em 2001, um acordo de cooperação firmado entre o *Slow Food* e a rede italiana de supermercados *Coop*, adotou onze Fortalezas para comercialização em seus pontos de venda. No total, a ação envolveu cerca de 300 produtores e gerou um faturamento superior a 775 mil euros (FONTE, 2006). Nos dias mais atuais, periodicamente, parte das Fortalezas se agrupa durante as edições bianuais do *Terra Madre*. Em 2022, mais de uma centena de Fortalezas italianas marcaram presença no evento (*Relatório Final Terra Madre Salone del Gusto*, 2022), o que representa mais de um quarto do total de Fortalezas reconhecidas nacionalmente.

No entanto, ainda que o reconhecimento enquanto Fortaleza seja estimulado para que os agricultores recuperem algum poder e controle sobre suas dimensões produtivas e econômicas, Laudan (2004) e Siniscalchi (2019) advertem que, a qualidade dos alimentos, especificamente o gosto é um atributo que pode implicar na exclusão tanto de produtores que não fazem um “bom” trabalho, quanto de consumidores desprovidos da habilidade de degustar e reconhecer uma “boa” comida. Em um estudo específico sobre este projeto, Migliorini *et al* (2010, p. 5), pesquisadoras do *Slow Food* e da UNISG, justificam que “a qualidade do sabor é o aspecto principal e mais importante, pois distingue o *Slow Food* de várias outras organizações (ambientais e humanitárias)”, e, portanto, “para ser uma Fortaleza, o produto deve ter um sabor excelente*”.

Em primeiro lugar, aqui se observa uma tensão entre as ideias expressas na tríade de valores interdependentes “bom, limpo e justo”, e as narrativas usadas para qualificar as Fortalezas que estabelecem o sabor – isto é, o fato de o alimento ser “bom” – como um aspecto prioritário em relação aos demais. Em segundo lugar, descortinam-se dinâmicas de hierarquização dos conhecimentos e processos de tomada de decisão de cima para baixo (*top-down*), quando são os painéis de *experts* do *Slow Food*, e não os agricultores, os responsáveis por deferir um parecer sobre a qualidade, e, portanto, do gosto, e eventualmente conferir a um produto o estatuto de Fortalezas. Neste tipo de relação, não é sequer questionada a subjetividade intrínseca a ideia do bom gosto (LAUDAN, 2004; OLIVEIRA, 2020). Tampouco, é problematizada a falta de protagonismo dos produtores, os quais, justamente, chegam a ser descritos por alguns pesquisadores como “participantes indiretos” do projeto Fortalezas (SINISCALCHI, 2013, p. 301).

Algumas questões emergem de situações como esta. Nos questionamos, por exemplo: quem tem legitimidade para definir o que é um produto de qualidade? Quais são os princípios comuns que guiam este processo de tomada de decisão? Vale, assim, notar que nem sempre os esforços de reconhecimento da qualidade levam à promoção de relações horizontais entre os atores, o que, não obstante, parece implícito na proposição de que os alimentos bons, limpos e justos sejam “para todos” e nas ideias propagadas por Petrini (2009, p. 37) de que um dos diferenciais da rede *Terra Madre* reside no reconhecimento de que “as comunidades sabem o que fazer”.

Autores como Leitch (2003, p. 447) avaliam que a retórica usada pelo *Slow Food* em sua criação, buscava, justamente, distanciá-lo deste tipo de acusações associadas a um “elitismo

gourmet” e demonstrar a amplitude das atividades da organização. Conforme consta no *Regulamento de Fortalezas Slow Food*, publicado em 2020, o projeto possui um objetivo abrangente, não podendo ser resumido a apenas uma dimensão:

A promoção da Fortaleza não é o único objetivo, mas sim o veículo mais eficaz para a realização de um projeto local, que envolve uma comunidade local e que prossegue os objetivos do *Slow Food*: promover a produção e distribuição sustentável de alimentos, salvar a biodiversidade, proteger os ecossistemas e os recursos naturais, proteger a saúde dos consumidores, difundir a educação do gosto, promover cadeias socialmente justas* (*Regulamento de Fortalezas Slow Food*, 2020, p. 3).

A artesanania e a tipicidade são valores agregados aos bens, garantindo a viabilidade financeira da produção de alimentos em vias de desaparecimento. Além disso, o reconhecimento de um produto, de uma prática tradicional e/ou de um ecossistema como Fortaleza do *Slow Food* (re)significa saberes específicos de produtores de uma certa área, bem como as particularidades presentes em um dado território. Isto é semelhante ao que ocorre na promoção do capital simbólico do *terroir*, que expressa uma mistura de atributos ambientais, culturais e sociais altamente específicos de um lugar, e transmite aos observadores externos significados de notoriedade, reputação e confiança (BRUNORI, 2006). Embora a marca registrada “Fortaleza *Slow Food*®” não garanta legalmente a exclusividade de denominação destes produtos, o projeto também se assemelha em alguma medida a outras iniciativas largamente difundidas na Europa, tal como as certificações de Denominação de Origem Protegida (DOP) e Indicação Geográfica Protegida (IGP).

Ademais, as Fortalezas se apresentam como estratégia contra a modernização, industrialização e globalização da alimentação. Não obstante, o próprio projeto seja baseado em protocolos rigorosos, com descrição minuciosa de raças, espécies, áreas, técnicas de produção e sazonalidade, bem como o estabelecimento de limites da área de produção e quantidade produzida, conforme explica as especificações do *Regulamento das Fortalezas Slow Food* (2020). Com as Fortalezas, o *Slow Food* procura enviar uma mensagem clara de oposição aos princípios da *McDonalização* – eficiência, calculabilidade, previsibilidade e controle (RITZER, 2019), por exemplo, os quais são regulados e promovidos pela definição de *standards* nacionais, regionais e globais.

Com efeito, boa parte das Fortalezas lida com produtos e/ou técnicas de preparo atravessados por controvérsias. Dentre elas, a imposição de padrões e normas de segurança dos alimentos (*food safety*), que pode ser discutida em termos teóricos sob a perspectiva da sociedade de riscos (BECK, 2011), se destaca como um dos elementos que conduz certos alimentos e seus modos artesanais e tradicionais de produção ao desaparecimento¹⁵⁵.

Leitch (2003) avalia que, a partir da mobilização de pequenos produtores em torno de alimentos inicialmente tidos como populares, mas que nos dias atuais encontram-se em risco de extinção, o *Slow Food* se colocou como um agente e aliado contra as hierarquias normalizadoras do conhecimento científico especializado, representado nos entes regulatórios e fiscalizadores, criando novas narrativas contestatórias. “Neste tipo de inversão simbólica estratégica, o artesão alimentar (*food artisan*) é visto não como um conservador retrógrado que impede o progresso, mas antes como um sujeito moderno por excelência, um detentor por excelência do patrimônio nacional*”, pondera Leitch (2003, p. 447). As relações de poder se entrelaçam em direções não necessariamente lineares e coesas, ora o projeto de Fortalezas é

¹⁵⁵ Um caso exemplar é a luta pela produção em pequena escala de queijo de leite cru. Mais informações podem ser consultadas no *Manifesto em Defesa dos Queijos de Leite Cru* (2001).

situado como uma maneira de questionar as hierarquias, ora é ele mesmo palco para tomadas de decisão de cima para baixo.

De todo modo, aqui vale notar que, enquanto o MST objetiva a massificação de sua produção e comercialização, as Fortalezas demonstram que o *Slow Food* percorre uma direção diferente. Um dos propósitos deste tipo de ação é singularizar determinados alimentos artesanais produzidos localmente e em pequena escala.

De acordo com Migliorini *et al* (2010, p. 4), “os sistemas de garantia envolvidos na pequena escala das Fortalezas (poucos produtores e quantidade reduzida de produtos) é o que assegura um forte controle social para as comunidades dos alimentos*”, uma característica que claramente os diferencia dos bens de natureza industrial. Cada uma das Fortalezas na Itália é formada por um grupo relativamente pequeno de produtores, composto em média por um pouco menos de uma dezena de pessoas, alguns compostos inicialmente por um único produtor (MIGLIORINI *et al*, 2010). Outros grupos maiores podem chegar a cerca de 130 produtores (FONTE, 2006). Dada a sua pequena escala, o projeto apresenta uma boa capilaridade, abrangendo apenas na Itália cerca de 2.500 pequenos produtores (*Balanço Social*, 2023). De todo modo, alguns autores chamam atenção para a concentração da catalogação de um determinado grupo de alimentos, os quais não compõem necessariamente a base alimentar de uma dieta, citando o enfoque desproporcional em vinhos, queijos e embutidos. Laudan (2004), por exemplo, é incisiva neste ponto:

Mesmo os membros do *Slow Food* não vivem apenas de vinho, queijo, embutidos e verduras (os alimentos preferidos da organização). O mundo certamente não. Estes produtos podem até revitalizar as economias de pequenas regiões de Itália ou de áreas próximas dos mercados urbanos de outros países. Mas não constituem a questão central de uma agricultura global sustentável (LAUNDAN, 2004, p. 142).

Em consulta realizada em 2024 no site da organização, o total de Fortalezas supera a marca de 680 produtos distribuídos em mais de 70 países, sendo em sua grande maioria (cerca de 390 deles) de origem italiana. De fato, mesmo após quase uma década da publicação de Laudan (2004), praticamente metade do total das Fortalezas italianas é classificada, segundo a própria segmentação proposta pelo *Slow Food*, entre vinhos e variedades de videira, queijos e laticínios, embutidos e derivados de carne¹⁵⁶. De todo modo, como nos indica os percursos teórico-metodológicos da Justificação, nossa intenção aqui é rastrear as conexões entre as próprias controvérsias, não sendo parte dos objetivos da teoria resolvê-las. As controvérsias são interessantes porque nelas, conforme nos indicam Rosa, Penna, Carvalho (2020) os coletivos buscam se situar, trazer argumentos e provas para justificar a sua posição, e expor posicionamentos que nem sempre estariam explícitos em situações estabilizadas ou pacificadas. Por um lado, uma porção não indiferente das Fortalezas se concentra em poucos alimentos, comumente relacionados à uma elite *gourmet* e consumidores afluentes. De outro, figura também o mérito do *Slow Food* na Itália e no cenário mundial na promoção destes alimentos, seus produtores e seus modos de fazer, sendo, por exemplo, a defesa dos queijos de leite cru uma campanha emblemática do movimento¹⁵⁷, bem como o trabalho de mapeamento de

¹⁵⁶ As Fortalezas classificadas nas seguintes categorias totalizam 194 mundiais, sendo 121 italianas, distribuídas da seguinte forma (no mundo/na Itália): vinhos e variedades de videira (21; 10), queijos e laticínios (118; 68), embutidos e derivados de carne (55; 43). Disponível em: <https://www.fondazione Slow Food.com> Acesso em: 1 dez. 2024).

¹⁵⁷ Para saber mais, indicamos o *Manifesto em Defesa dos Queijos de Leite Cru* (2001), bem como a tese de Cintrão (2016) que descreve os impactos desta campanha na região queijeira de Minas Gerais/Brasil.

vinicultores na Itália¹⁵⁸. Duas décadas após à crítica tecida por Laudan (2004), o catálogo mundial continua a ser ampliado¹⁵⁹, acompanhado da expansão do portfólio de projetos, que se interseccionam ao das Fortalezas, com campanhas temáticas, tais como: *Slow Beans*, *Slow Grains*, *Slow Bee*, etc.

Assim como observado no caso do MST, notamos como o *Slow Food* por meio das Fortalezas aciona o mercado como campo de disputa política e de proposição de novas narrativas contestatórias. Porém, em direção semelhante ao caso brasileiro, a organização italiana também apresenta ressalvas quanto ao reconhecimento do caráter político do consumo e do consumidor, como analisado a seguir.

4.4.3 Consumidor: um ator elusivo

Nos documentos e materiais analisados, nos chamou atenção a menção clara aos consumidores no *Manifesto do MST ao Povo Brasileiro*, publicado em 2000, cujo trecho é reproduzido a seguir:

Agora, este mesmo governo, está entregando toda a pesquisa da biotecnologia para controle das multinacionais, que vão fazer mudanças genéticas nas plantas e alimentos, sem nenhum controle, visando apenas aumentar seus lucros, colocando em risco o meio ambiente, **a saúde dos agricultores e dos consumidores**.

O mais grave: **para favorecer a exploração e especulação sobre os pequenos produtores e consumidores**, o governo acabou com os estoques reguladores de alimentos. [...]

Não há nenhuma razão econômica ou social que impeça nosso povo a ter acesso a terra, trabalho, moradia digna, escola pública de qualidade e **alimentação para todos os brasileiros** (Manifesto do MST ao Povo Brasileiro, em JST, 2000, n. 203, p. 2, grifos nossos).

Os trechos grifados demonstram a flutuação das categorias usadas pelo MST. Ora são acionadas as designações produtor e consumidor, ora o conjunto formado por estes dois atores é descrito sob a expressão “*todos os brasileiros*”. Em parte dos documentos analisados, contudo, observamos não apenas a flutuação das categorias, mas a hesitação do uso do termo “consumidor”, expressa na preferência frequente por outras noções. Em diversas matérias veiculadas no site do MST sobre os Armazéns do Campo, líderes do MST relatam, por exemplo, como estes espaços e os produtos comercializados ali contribuem para que “os trabalhadores urbanos tenham contato com a produção” (Ademar Ludwig, Coordenação da rede Armazém do Campo, em 2018 [11]), possibilitando a construção de “diálogo com a sociedade” (Jane Cabral, Direção Nacional do MST, em 2024 [31]) e “diálogo direto entre a classe trabalhadora do campo e da cidade” (Ludwig, em 2022 [19]).

O consumidor, raramente mencionado, figura como um ator elusivo (GOODMAN; DUPUIS, 2002). No lugar, são empregados outros termos (“trabalhadores urbanos”, “classe trabalhadora do campo e da cidade”), os quais em geral reforçam a esfera da produção, negligenciando a do consumo. Assim como observado e discutido por Portilho e Micheletti (2019, p. 554), “a forte tradição regional de movimentos sociais que buscam mobilizar trabalhadores e cidadãos em vez de consumidores implica que a ação individualizada do

¹⁵⁸ Anualmente, o *Slow Food* publica um guia de vinhos, videiras e vinhas na Itália. A edição de 2024 do *Slow Food Wine* mapeou, por exemplo, mais de 2 mil cantinas e 25 mil vinhos de norte a sul do país.

¹⁵⁹ O crescimento do número de Fortalezas é constante, tendo duplicado nos últimos 15 anos. Por exemplo, em 2010, o catálogo contava com 306 Fortalezas mundiais, 177 delas italianas (MIGLIORINI *et al*, 2010). Hoje, estão registradas 674 Fortalezas no mundo, 386 italianas (*Balanco Social*, 2023).

consumidor não receba muita ênfase”, pois “não há uma tradição ou crença clara sobre a eficácia do mercado como uma arena para a política”, o que significa por fim que “os consumidores não são facilmente vistos como uma categoria política na América Latina”. Algo que verificamos também em estudos anteriores sobre o MPA no Brasil (TANAKA, 2019; TANAKA; PORTILHO, 2019).

No caso italiano, este fenômeno de alusão ao consumidor se repete, somado à negação veemente da categoria “consumidor”. Como movimento, o *Slow Food* adotou, em detrimento desta noção, o termo coprodutor (*co-produttore*, em italiano). No contexto italiano, esta é uma denominação difundida também por outros coletivos, tal como o movimento internacional da *Community Supported Agriculture* – conhecida pela sigla CSA, que no Brasil tem sido traduzida como Comunidades que Sustentam a Agricultura¹⁶⁰ (MEDICI; CANAVARI; CASTELLINI, 2021) e por grupos italianos, tal como o *Gruppi di Acquisto Solidale* (GAS) (ROSSI; BRUNORI, 2010; GRASSEN, 2014b). Na literatura, é uma noção presente desde, pelo menos, a década de 1980¹⁶¹ (TOFFLER, [1983]/1984).

Alguns autores ponderam que para o *Slow Food* esta é uma noção performativa. Siniscalchi (2013, p. 297), por exemplo, afirma que “coprodutor é um termo performativo: os membros do *Slow Food* são encorajados a se engajarem ao lado dos produtores, que são reconhecidos e considerados de forma cada vez mais central para os interesses do movimento*”. Os achados da nossa análise documental testemunham que apesar do movimento encorajar o engajamento de seus membros com os produtores, ele preconiza a substituição do termo “consumidor” por “coprodutor”. Petrini explica esta opção narrativa, no editorial da revista *Slowfood*, publicada em 2005, intitulado “Consumir sem explorar” (no original *Consumare senza sfruttare*):

Não é claro para todos porque há algum tempo estamos insistindo para superar o conceito de ‘consumidor’ para, no lugar, introduzir aquele de coprodutor [...]. Em palavras um pouco mais simples, se trata de transformar o consumidor “rústico” em coprodutor, uma pessoa capaz de reconhecer a qualidade e favorecê-la com um comportamento atento e racional (Carlo Petrini, em *Slowfood*, 2005, n. 11, p. 14).

Em diferentes ocasiões, como disposto a seguir, podem ser encontradas declarações de Petrini sobre esta decisão do movimento:

A realização de uma rede física, entre produtores e apaixonados, entre quem faz e quem – comprando, se interessando, aprendendo – ajuda a fazer. Note que propositalmente eu não falo entre ‘quem faz e quem consome’. Porque quem não produz diretamente, neste caso, demonstra **ser mais do que um simples consumidor: é um coprodutor** (Carlo Petrini, em *Slowfood*, 2005, n. 14, p. 16, grifos nossos).

Entendemos que, **mais do que simplesmente ser consumidores responsáveis, é preciso dar um passo a mais e tornar-nos coprodutor**, junto daqueles que produzem alimentos bons, limpos e justos. Ser coprodutor significa assumir por completo a causa do futuro dos alimentos provenientes das comunidades de produtores* (Carlo Petrini, em *Slowfood*, 2006, n. 19, p. 16, grifos nossos).

¹⁶⁰ <https://csabrasil.org/csa/> Acesso em: 1 dez. 2024.

¹⁶¹ Toffler [1983]/(1984) descreve a coprodução como o processo onde o consumidor apresenta um papel nos processos produtivos. Na época, o autor ilustrava este fenômeno citando o serviço de *self-service* nos postos de combustíveis, uma prática comum nos países europeus e norte-americanos. A ato de abastecer um veículo deixa de ser de competência de um funcionário, para se tornar uma ação realizada pelo consumidor, neste caso, mais bem descrito e compreendido como coprodutor.

A base argumentativa da proposta de coprodução se concentra dissolução das fronteiras entre produção e consumo, com vistas a torna-las cada vez mais difíceis de distinguir (TOFFLER, 1984). Não obstante, nos parece importante destacar a relação de alteridade que se estabelece entre os coprodutores *Slow Food*, os quais, diferentemente dos “simples consumidores rústicos”, são “consumidores responsáveis” que ousaram “dar um passo a mais”.

O deslocamento de nomenclaturas, aparentemente sutil, não pode ser reduzido às suas nuances lexicais. Cabe ressaltar que em italiano, assim como em português, o verbo consumir (*consumare*) pode significar também explorar, exaurir, desgastar, reduzir, danificar. Neste cenário, como vimos, o termo consumidor é negado de forma veemente, sendo substituído pela expressão “coprodutor”. A negação de termos consumo e consumidor, somada à predileção e substituição por terminologias focadas na coprodução, suscita questões sobre os limites e as potencialidades que os processos de politização do consumo possuem para movimentos como o *Slow Food*.

Ainda que a preferência pelas categorias ligadas ao mundo produtivo, seja mais frequentemente associada a movimentos da América Latina, tal como o MST (PORTILHO; MICHELETTI, 2018; TANAKA; PORTILHO, 2019), observamos a partir da nossa análise documental que fenômeno semelhante ocorre também nas narrativas contestatórias mobilizadas pelo *Slow Food*. Neste caso, as categorias relacionadas ao consumidor e consumo não são apenas preteridas, mas negadas de forma enfática, e substituídas por outras noções. Com efeito, compreendemos que uma análise sobre os posicionamentos que direcionam a agenda de lutas e as estratégias do MST e do *Slow Food* em seus contextos nacionais pode contribuir mais especificamente para discutir como a categoria analítica “consumidor” tem sido percebida e em como ela é operacionalizada nas contestações alimentares dos movimentos sociais sob análise, assim como proposto a seguir.

4.4.4 O consumo é assunto político para MST e *Slow Food*?

Para pensar se e como para o MST e o *Slow Food* o consumo é um fenômeno político, bem como em que medida os consumidores são apreendidos (ou não) enquanto atores, as proposições de Trentmann (2005) se mostram profícuas. Segundo o autor, o primeiro passo necessário para qualquer debate sobre a mudança do lugar do consumo e dos consumidores nas sociedades contemporâneas é analisar as práticas políticas dos indivíduos enquanto consumidores, e a interação entre as diferentes tradições. Seja no senso comum, ou no meio acadêmico, é habitual encontrar uma visão dicotômica do consumidor. De um lado, alguns quadros teóricos alegam que o consumidor está envolto por um “manto positivo de interesses e identidades”. De outro, circulam concepções que ficaram restritas a “uma imagem negativa do ‘consumidor’ que era facilmente invocada nos debates sobre o luxo: os consumidores ‘improdutivos’, que eram vistos como prejudiciais à economia nacional por meio de sua busca egoísta e improdutiva de novidades” (TRENTMANN, 2005, p. 7).

Sendo assim, ainda que alguns pesquisadores venham identificando que movimentos como o MST estejam deixando de lado o “discurso antimercado” (MUÑOZ; NIEDERLE, 2022), e que o *Slow Food* tenha sido examinado enquanto um “movimento de consumidores” (LEITCH, 2003; MURDOCH; MIELE, 2003), assinalamos que as referências ao consumo e ao consumidor nos documentos analisados de ambos os movimentos se limitam e retomam, em grande escala, a visão da economia neoclássica, que os relaciona de forma praticamente exclusiva com a vida privada, o individualismo, o materialismo e o mercado. Um dos exemplos, nas palavras do líder do *Slow Food*, é a compreensão do consumo como algo “superficial” (PETRINI, 2005, p. 14), “impessoal, fonte de desperdícios” (PETRINI, 2009, p. 142),

Em diversas ocasiões, Petrini incita críticas categóricas de Petrini ao consumo, o qual é igualado e reduzido ao consumismo e à sociedade de consumo. Alguns trechos de obras relevantes publicadas pelo líder italiano, relativamente extensos, mas profundamente intrigantes, são reproduzidos a seguir:

O consumidor nasce com a sociedade de consumo, o consumidor consome. Mas ele não consome apenas os bens que compra: consome a terra, o ar, a água. Este consumo, se mantido com as características atuais, levará à destruição. [...] Aqui não queremos chegar à simples negação do sistema capitalista em si, nem a enfurecer-nos contra o “dinheiro vil”, mas por trás da palavra “consumidor”, existem modelos errados, uma abordagem errada. **A própria palavra demonstra-o: o “consumo”, que entrou na linguagem comum, já não consegue mais esconder o seu verdadeiro significado, que é o desgaste, a destruição, o esgotamento progressivo*** (PETRINI, [2005]/2016, p. 152, grifos nossos).

As causas da fome e da subnutrição no mundo de hoje são mais ou menos evidentes para todos, estas dependem de uma distribuição perversa e injusta dos recursos, da depredação de algumas sociedades e nações em detrimento de outras, das guerras, de uma falta generalizada de fraternidade entre homens e mulheres, e se tornam cegas frente a ilusão de dominar tanto a natureza quanto os mais fracos, perseguindo uma forma de bem-estar material que foi reduzida ao que se chama de **consumismo com a sua ideologia consumista*** (PETRINI, 2015, p. 16, grifos nossos).

Chama atenção como uma visão taxativa sobre o consumo é reforçada. O consumo é equiparado, por Petrini [2005]/2016 na obra “*Buono, pulito e giusto: Principi di nuova gastronomia*¹⁶²”, uma das publicações cardinais da filosofia *Slow Food*, ao desgaste, à destruição, ao esgotamento progressivo. No prefácio à da versão italiana da encíclica “*Laudato Si: a encíclica sobre a cura da casa comum*”, de Papa Francisco, Petrini (2015) identifica o consumismo e a ideologia consumista como uma das fontes de mazelas das sociedades contemporâneas. É neste contexto que se enquadra a negação enfática do *Slow Food* às categorias consumo e consumidor, em detrimento das noções de “coprodução” e “coprodutor”, analisada anteriormente.

Esta renúncia das categorias relacionadas ao consumo e ao consumidor, demarcada, pelo menos, desde o início dos anos 2000 na voz de Carlo Petrini, se faz ainda presente nas narrativas contestatórias mobilizadas nos dias de hoje pelas novas lideranças do *Slow Food* na Itália. Barbara Nappini, presidente do *Slow Food* Itália, pontua, na divulgação de seu plano anual, que em 2024 a organização, “ao invés do consumismo compulsivo, prefere escolhas conscientes, a qual a partir do alimento aprende, narra e constrói novos significados” (Site oficial *Slow Food*, 2024 [14]). Com isso, a presidente afirma, assim como apresentado na Figura 26: que “nós **não** consumimos, nós escolhemos, nós somos *Slow Food*” (grifos do original).

¹⁶² No Brasil, a versão em português é intitulada “*Slow Food: princípios da nova gastronomia*” e foi publicada em 2009 pela Editora Senac.

Figura 26. “*Noi non consumiamo, noi scegliamo, noi siamo Slow Food*”, Itália, 2024.



Fonte: Site *Slow Food* [14]

Consumir, nesta frase, é contraposto a escolher. Neste posicionamento do *Slow Food* para o ano de 2024, consumir e ser “consumido” significa ser rapidamente “engolido, digerido e expelido”. Nas palavras de Nappini:

um alimento, uma roupa, uma notícia, um relacionamento, um momento de lazer ou um novo conhecimento não devem ser “consumidos” – engolidos, digeridos e expelidos para imediatamente passar para outra coisa – mas escolhidos, vivenciados, passando a fazer parte de nós [...]. Podemos escolher a nossa alimentação e, com ela, podemos escolher uma forma de estar no mundo e o mundo que queremos para as gerações futuras* (Barbara Nappini, em declaração publicada no site oficial *Slow Food*, 2024 [14]).

Este tipo de narrativa contestatória promovido pelo *Slow Food* parece desconsiderar, o processo de “reconfiguração da participação política”, apontado por estudiosos do consumo político, no qual frente ao declínio da confiança nas instituições públicas contemporâneas, assiste-se ao aumento do envolvimento direto da sociedade civil na mobilização de grupos e indivíduos em seu papel de consumidores. Por meio do consumo político, os consumidores podem usar do mercado como uma arena política com vistas a promover práticas éticas, sustentáveis e/ou políticas, por exemplo (STOLLE; MICHELETTI, 2015).

Observamos, assim, que consumo e consumidor são categorias negociadas, cujo seu uso é permeado por tensões e ambiguidades. De acordo com Siniscalchi (2023), ambiguidades e contradições são constitutivas dos ativismos alimentares. Nos casos estudados, os processos específicos de politização do consumo são menos apreendidos pelas suas potencialidades e mais enfatizados pelos seus limites. Na literatura, as críticas predominantes ao consumo político podem ser sintetizadas em quatro grandes linhas: i) acesso desigual, em caso de iniciativas cuja participação seja vinculada ao poder de compra; ii) o esvaziamento de outras formas de participação em detrimento de formas consideradas mais “fáceis” ou “leves” de ação política, tal como o consumo político; iii) a mercantilização dos valores políticos e iv) o recuo e/ou a perda de centralidade do Estado (LORENZINI, 2022).

De fato, as limitações inerentes à politização do consumo fornecem subsídios para compreender algumas das razões pelas quais movimentos sociais em determinados contextos, tal como o MST no Brasil e o *Slow Food* na Itália, não abraçam o consumo político de forma

enfática. Aqui, o caso do MST faz jus as particularidades e os limites do consumo político observados de forma mais ampla da América Latina. Em suas contestações alimentares, o MST hesita em utilizar as categorias relacionadas ao consumo, optando, reiteradamente, categorias consideradas mais coletivas (PORTILHO; MICHELETTI, 2018). Já o caso do *Slow Food* na Itália aparece, até onde sabemos, e de acordo com a literatura que tivemos acesso, como uma novidade do ponto de vista analítico. O *Slow Food* é costumeiramente nomeado como um dos exemplos de organização que se utiliza do mercado (BRUNORI, 2006; PORTILHO, 2009; NIEDERLE, 2014) e/ou da esfera do consumo (FORNO, 2019; HALKIER, 2019; PIETRYKOWSKI, 2004; 2009; SASSATELI; DAVOLIO, 2010) como palco de suas narrativas contestatórias, porém nosso estudo evidencia que este fenômeno não pode ser associado aos processos de politização do consumo sem ressalvas e problematizações. Afinal, enquanto categoria, o consumidor se mantém como um ator elusivo, sendo, inclusive, ativamente rejeitado em favor de outras denominações.

Como apontam os diferentes tipos de crítica ao consumo político (LORENZINI, 2022), é importante não deixar de reconhecer que a inserção de movimentos sociais na esfera do mercado pode limitar suas opções estratégicas e seu espaço de manobras (GOODMAN; DUPUIS; GOODMAN, 2012; LORENZINI, 2019; 2022). No entanto, em nossa avaliação, tais críticas devem ter em conta o fato que as tentativas de democratização do sistema alimentar por meio da política institucional e de protesto se encontram igualmente circunscritas, e muitas vezes subordinadas, à lógica de mercado (LORENZINI, 2019), nesse sentido este não é um limite exclusivo do consumo político.

Tendo como base a Teoria da Justificação, a compreensão do consumo, assim como de qualquer outro fenômeno social, deve ir além das visões simplistas e dualistas, que descrevem suas práticas como boas ou ruins, simbólicas ou utilitárias. Sob a perspectiva das cités, MST e *Slow Food* aproximam o consumo e o consumidor de modo acentuado, e muitas vezes restrita à grandeza mercantil. Em suas narrativas contestatórias, MST e *Slow Food* praticamente desconsideram que consumir representa muito mais do que comprar (CAMPBELL, 2005; MILLER, 2005; STOLLE; MICHELETTI, 2015; TRENTMANN, 2005). A exclusão e/ou alusão ao consumidor podem ser consideradas uma investida de cunho idealista, moralista e utópico. Como afirma de forma contundente Goodman (2004, p. 13), “imaginar uma mudança radical na produção alimentar, nos sistemas de provisão e nas diferentes escalas espaciais que estão imbuídos os alimentos cotidianos, sem a agência dos consumidores é puro idealismo*”.

Visões moralistas sobre o consumo oferecem uma interpretação parcial e limitada do mundo social, omitindo experiências e reflexões que apontam para a redescoberta de seus elementos cívicos, as quais podem contribuir para o entendimento do consumidor enquanto ator político e aliado de movimentos e causas sociais. Isso demonstra as dificuldades de expandir o conceito de política para outras esferas, especialmente o mercado, e acaba por enfraquecer a politização do processo de consumo (PORTILHO; MICHELETTI, 2019).

Por outros prismas, o consumo pode ser visto como o uso de bens ou serviços que são ao mesmo tempo uma prática no mundo e uma forma os atores constroem o entendimento sobre eles mesmos no mundo (MILLER, 2005), possibilitando intersecções entre alimentação, política e consumo. Segundo Goodman e Dupuis (2002, p. 13), “o ativismo de consumo pode nunca derrubar o sistema capitalista, mas como ação política, exerce poder para moldar o sistema alimentar*”. Para Sassatelli (2004), é imperativo considerar que “o consumo de alimentos é uma forma pela qual as pessoas começam a imaginar um mundo diferente*” (p. 177), e oferece-lhes um meio de fazer escolhas públicas, políticas e morais é uma forma de torná-las “capazes de fazer a diferença” (p. 189).

Embora muitas vezes negligenciados (tanto por intelectuais, quanto por ativistas), o consumo político e outras formas emergentes de participação política se configuram como elementos essenciais para o debate atual sobre o declínio da participação cívica. Assim como ocorre nos ativismos e movimentos alimentares em geral, uma expressiva parte da população, em especial mulheres e jovens, prefere participar de grupos e redes informais e menos hierárquicas (COUNIHAN, 2014b; POLLAN, 2010), se engajando, cada vez mais, em mobilizações relacionadas ao consumo e ao estilo de vida (STOLLE; HOOGHE; MICHELETTI, 2005), o que é observado, inclusive, entre jovens brasileiros (BARBOSA *et al.*, 2014). Ademais, os processos de politização do consumo constituem “uma das formas mais inovadoras e polêmicas de pressão política”, permitindo refletir sobre como as pessoas materializam valores e objetivos políticos na vida cotidiana para atingir empresas, governos, organizações internacionais ou simplesmente a atenção do público (PORTILHO, 2020, p. 418).

Com efeito, procuramos evidenciar como a organização de acampamentos, ocupações de terra e/ou de prédios públicos, marchas, vigílias, atos públicos, jejuns e greves de fome, por exemplo (MORISSAWA, 2000), deixaram de ser as únicas estratégias do MST. Estratégias de ação política, consideradas *a priori* mais ou menos convencionais, foram combinadas, expandindo seu repertório de ação para incorporar o consumo político. Em nossa análise, a magnitude das Feiras Nacionais da Reforma Agrária e da rede Armazém do Campo demonstram a posição central que a comercialização de alimentos e a construção de alianças, compromissos e solidariedades com atores da cidade, sejam eles artistas, *chefs* ou consumidores passaram a ocupar na estratégia política do MST nestes últimos anos, e como estas se constituem como expressões plurais de ativismo alimentar.

De forma semelhante, para o *Slow Food*, o *Terra Madre* “não é mais uma feira para *gourmets*: é um evento social, político, econômico” (PETRINI; PADOVANI, 2017, p. 8), e as Fortalezas são um exemplo de como o mercado é mobilizado como campo de disputa política e de novas narrativas contestatórias. Ainda que “normalmente, a posição do *Slow Food* seja defender e proteger produtos artesanais em risco de extinção, em vez de desafiar ou confrontar abertamente grandes corporações” (ANDREWS, 2008, p. 88), por meio do *buycott* de produtos assim como observado nos espaços de comercialização do *Terra Madre* e no projeto das Fortalezas, o movimento, pontualmente, promove ações de boicote. Os protestos emblemáticos à abertura da primeira filial do *McDonald's* na cidade de Roma na década de 80 e o chamado de Petrini de “boicote” à multinacional *Amazon* nos anos recentes (como discutido anteriormente, seção 4.3.4) são ilustrativos da diversidade de ações na esfera do mercado e do consumo.

Nas contestações alimentares do MST e do *Slow Food*, portanto, o consumo político é uma estratégia de uso consistente. Identificamos ações de grande magnitude que encurtam cadeias, ocupam os mercados e estimulam o *buycott* de certos alimentos, cujo impactos, indicados pelos próprios movimentos, são múltiplos, de ordem social-cultural, econômico e ambiental. Algumas destas iniciativas apresentam o acúmulo de décadas, outras almejam se multiplicar aos milhares. Na Itália, de modo distintivo, as Fortalezas se assemelham a uma linha de produtos própria de um movimento social, sendo, inclusive, identificadas como uma marca registrada do *Slow Food*¹⁶³. No Brasil, os Armazéns do Campo inauguraram uma rede de pontos fixos de comercialização, o que é inexistente no caso do *Slow Food* na Itália. No entanto, como vimos, este é um fenômeno permeado por tensões, negociações e ambiguidades. A esfera do consumo é associada à grandeza mercantil, frequentemente, de forma única e exclusiva. Na

¹⁶³ Os alimentos produzidos nos assentamentos e cooperativas do MST não possuem uma marca própria. Todavia, algumas cooperativa associadas ao MST possuem marcas próprias, tal como “Terra Livre”, “Terra Conquistada”, “Terra Justa”, “Produtos da Terra”, dentre outras.

maior parte das vezes, o consumidor permanece como um ator elusivo, com preferência por outras categorias ligadas à esfera produtiva.

4.5 Ativismos alimentares de Sul a Norte entre presente, passado e futuro

A ubiquidade dos temas alimentares se provou uma marca dos mundos da crítica contemporâneos, sendo esta especialmente presente nas constatações feitas pelo MST no Brasil e pelo *Slow Food* na Itália. Estudar a alimentação abriu caminhos para interpretar como as dinâmicas locais e globais geram inquietações tangíveis em pessoas e grupos organizados, durante gerações, nas mais diversas esferas.

Nos valem de um arco temporal relativamente longo com a intenção clara de captar e contextualizar historicamente as expressões mais recentes dos ativismos alimentares, atentas também ao risco de generalizar e negligenciar processos que esta escolha implica. De fato, embora não tenhamos dúvida de sua importância, não foi parte central das discussões desta tese o período embrionário anterior à fundação formal destes movimentos. O recorte longitudinal que abarcou os 40 anos de história acumulada por cada um dos movimentos foi analisado considerando os “contínuos agenciamentos de elementos heterogêneos e instáveis no fazer político” (ROSA; PENNA; CARVALHO, 2020, p. 510), como sugere a definição ontológica de movimentos sociais acionada nesta tese. Identificamos e sugerimos, assim, marcos históricos que, em nossa avaliação, se mostraram mais relevantes para os fins analíticos propostos, estabelecendo o período posterior a virada do milênio como de grande relevância para pensar as bandeiras defendidas por estes dois movimentos. Sabemos, então, que esta é apenas uma análise parcial das questões que envolvem o MST e o *Slow Food*, e que não tem a intenção de refletir uma suposta totalidade de informações e posicionamentos sobre estes coletivos, suas lideranças, militantes e ativistas. Com isso, deixamos registrados apontamentos que podem ser frutíferos para pensar, para além das articulações entre Sul e Norte, as interfaces que unem passado e presente a perspectivas futuras.

Neste quase meio século de atuação, alguns nomes se consolidaram como lideranças importantes dos dois movimentos, os quais foram, inúmeras vezes, os principais porta-vozes das suas narrativas contestatórias. Entretanto, os próprios movimentos ensaiam uma renovação interna, acentuando a importância de renovar os personagens, as narrativas, os meios de comunicação e os espaços de disputa, os quais devem dialogar com as pautas dos novos tempos, com especial destaque para as pautas interseccionais e aquelas direcionadas à juventude. De fato, a literatura dedicada ao consumo político, por exemplo, aponta para o maior envolvimento de mulheres (MICHELETTI, 2004) e jovens (BARBOSA *et al*, 2013; TSUI, 2012).

No caso do *Slow Food*, em 2021, durante o X Congresso Nacional, pela primeira vez uma mulher foi eleita ao cargo de presidente do *Slow Food* Itália, a toscana Barbara Nappini. Em 2022, durante o VIII Congresso Internacional, Petrini, aos 73 anos, passou a presidência da associação para o, até então vice-presidente, Edward Mukiini, jovem ugandense nascido em 1986, no mesmo ano de fundação do *Slow Food* Itália.

Sobre esta eleição inédita, depois de mais de três décadas como o único presidente do *Slow Food* Internacional, Petrini declarou, em entrevista ao jornal italiano *La Repubblica* (LONGUIN, 2022), a necessidade de “intervir com uma forma de ativismo mais forte, mais incisiva, ligada às exigências do mundo jovem”. Ainda que com uma rede ativa de jovens em nível nacional e internacional, denominada *Slow Food Youth Network*, as informações do Balanço Social (2022) revelam que na Itália metade dos sócios possui mais de 50 anos, e apenas 10% tem idade inferior a 30 anos.

No caso do MST, uma inovação é a participação das crianças, os Sem Terrinhas, e por consequência a inclusão das discussões que relacionam a infância e o direito à educação no campo (BARROS, 2013; RAMOS, 2021), expandindo a ideia para pensar eventuais narrativas contestatórias focalizadas no tema da alimentação infantil e/ou escolar¹⁶⁴. Como vimos, as crianças marcaram presença nas edições mais recentes dos Congressos Nacionais, agrupando o contingente de mil crianças em cada uma das edições de 2007 e 2014. Em 2018, foi realizado o I Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha, que reuniu mais de mil crianças em Brasília. De forma semelhante, o *Slow Food* Itália direciona parte de suas atividades à crianças e adolescentes nas escolas. Durante o *Terra Madre* de 2024, por exemplo, mais de 300 estudantes participaram de atividades educativas durante o evento (Site oficial do *Slow Food*, 2024 [16]).

Sob a égide de novos atores, identifimos também de novos antagonistas e novos aliados. O adentrar do MST na política partidária, com candidaturas próprias filiadas em sua maioria ao PT, abre um novo capítulo de sua história. Em 2022, por exemplo, foi eleita a “primeira mulher Sem Terra na Alerj”, como diziam os estandartes que acompanhavam a posse da deputada estadual pelo Rio de Janeiro, Marina dos Santos (RODRIGUES, 2023)¹⁶⁵. Dirigente nacional e envolvida na linha de frente do movimento desde os seus 16 anos, mais conhecida como “Marina do MST”, a deputada traz em seu vocativo político o nome da organização, efetivando novas inscrições do nome do MST em espaços da política legislativa, governamental e partidária¹⁶⁶. Esta é uma estratégia em expansão, que apoiou e lançou mais de 700 pré-candidaturas para as eleições municipais de 2024 e elegeu 43 militantes ao cargo de vereador (CARVALHO, 2024; PIRES, 2024; Site oficial do MST, 2024 [38]). A candidatura e a eleição de lideranças e militantes do MST a cargos parlamentares levantam questionamentos sobre os limites entre autonomia e subalternidade, e o risco de neutralização da luta pela terra dado os vínculos entre o MST e os partidos políticos (ALIAGA; MARAHO, 2021). Nesta nova toada, emergem questões teóricas e políticas que podem alicerçar discussões importantes sobre os seus desdobramentos para os ativismos alimentares.

O *Slow Food* preanuncia, ao menos no campo discursivo, atualizações de seu programa político frente à égide da era digital. Em entrevistas públicas, Carlo Petrini tem refletido sobre as grandes multinacionais simbolizadas pela *Amazon*, ampliando o enfoque inicial nas redes de *fast-foods*. Problematizações, que como discutido anteriormente, se fazem presentes no trabalho de alguns teóricos, tal como nas formulações recentes de Ritzer (2019), as quais aproximam o gigantismo da *Amazon* aos processos de McDonalização (ver seção 4.3.4).

Nos tempos atuais, a transposição de novas fronteiras tecnológicas é uma realidade entre as dinâmicas que regem o sistema alimentar hegemônico, apresentando-se ao mesmo tempo como desafio e oportunidade futura para os movimentos sociais em questão. Nesta vasta arena, alguns episódios podem ser destacados.

¹⁶⁴ Nas diferentes edições da Feira Nacional da Reforma Agrária foram organizados seminários dedicados ao tema da alimentação escolar. O seminário intitulado “Desafios da alimentação saudável e nutrição na educação escolar” foi realizado nas edições de 2018 e 2023, por exemplo (*Programação da Feira Nacional da Reforma Agrária*, 2018 e 2023).

¹⁶⁵ A posse de Marina do MST, em 1 fev. 2023, como deputada estadual foi acompanhada de uma marcha com centenas de participantes que partiu da unidade do Armazém do Campo da cidade do Rio de Janeiro/RJ até a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) (RODRIGUES, 2023). Alguns dos projetos de lei de autoria da parlamentar declararam o Raízes do Brasil do MPA (Projeto de Lei n. 1289-A/2023) e a Feira Estadual da Reforma Agrária Cícero Guedes do MST (Projeto de Lei n. 2023/2027) como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado do Rio de Janeiro.

¹⁶⁶ Nas eleições de 2024, outros candidatos a vereadora/a com vocativo político em referência ao MST foram eleitos. Dentre eles, podemos citar: Edilson do MST (Caruaru/PE), Lucy do MST (Iguaí/BA), Maíra do MST (Rio de Janeiro/RJ), Tiãozinho do Sindicato MST (Campo do Meio/MG), Tito do MST (Parauapebas/PA), Zé Neto do MST (Piranhas/AL) e Gerson do MST (Ceará-Mirim/RN) (PIRES, 2024).

Recentemente, o *Slow Food* divulgou um posicionamento incisivo contrário às carnes cultivadas em laboratório (Site oficial *Slow Food* [21]). Já no caso do MST, chama a atenção como a distribuição de alimentos tem adentrado o debate dos mercados digitais. Como vimos nos dados referentes ao Armazém do Campo da cidade de São Paulo/SP, as vendas via *e-commerce* representaram um quarto do faturamento total da loja em 2023 (Site oficial MST [21]).

O ativismo alimentar digital, compreendido como esforço organizado e baseado na internet para mudar o sistema alimentar ou partes dele (SCHNEIDER *et al*, 2018), bem como as culturas alimentares digitais (LUPTON; FELDMAN, 2020), são também temas emergentes. A capacidade de ambos os movimentos de reunir milhares de pessoas no ambiente *on-line* é expressiva e digna de nota. Nos últimos anos, os perfis oficiais do MST apresentaram um crescimento vertiginoso de seguidores. De 2018 para cá, apenas no *Instagram* registramos um aumento superior a 22x, passando de 45 mil para 1 milhão de seguidores¹⁶⁷. O *Slow Food* também demonstrou capilaridade no meio digital. A edição híbrida do *Terra Madre*, realizada entre outubro de 2020 e abril de 2021, em caráter especial devido à pandemia covid-19, atingiu mais de 10 milhões de perfis digitais (Site oficial *Slow Food*, 2022 [8]).

Na esteira do maior destaque dado à justiça ecológica, encontram-se também os debates sobre as relações outras-que-humanas. Como sugere Motta (2023), algumas vertentes do ativismo alimentar direcionam seu enfoque às relações interespecies. Em um estudo preliminar, apontamos que, de modo geral, até o presente momento, os movimentos sociais do campo no Brasil não se engajam de maneira enfática com as discussões sobre a produção e consumo de alimentos de origem animal, e tampouco com as pautas do vegetarianismo e veganismo (TANAKA, 2023). Nesta seara, o *Slow Food* Itália se mostra mais articulado às pautas do bem-estar e dos direitos dos animais, com um braço de atuação chamado *Slow Meat* e a emissão de posicionamentos sobre a criação sustentável de animais para consumo humano (GORACCI *et al*, 2022)¹⁶⁸. Em um panorama mais amplo, seria interessante avaliar as narrativas contestatórias relacionadas à produção e ao consumo de carne destes dois movimentos, considerando, por exemplo, as desigualdades alimentares presentes no Sul e no Norte Global. Como avaliado em outros estudos (UETA *et al*, 2023), em países do Sul Global, como o Brasil, nem sempre a redução e/ou a exclusão da carne das dietas são intencionais, podendo estar associadas à restrição de acesso e poder de compra.

Alguns diriam que vivemos em tempos solastálgicos. O neologismo, criado em 2005 pelo filósofo australiano Glenn Albrecht para designar uma forma específica de melancolia ligada à falta de consolo e à desolação intensa, é frequentemente utilizado para descrever o sentimento de angústia causado pelas mudanças ambientais e climáticas. Quase duas décadas depois, o termo parece estar mais em voga do que nunca. No entanto, as narrativas tecidas pelo MST no Brasil e pelo *Slow Food* na Itália, ao menos em nossa leitura, são germes de esperanças, que auspiciam discussões futuras sobre os ativismos alimentares. Como afirma sabiamente Ailton Krenak (2019, p. 13), uma “provocação sobre adiar o fim do mundo é exatamente sempre poder contar mais uma história. Se pudermos fazer isso, estaremos adiando o fim”.

Nos encaminhamos para as considerações finais, salientando os principais achados discutidos nesta tese, ao passo que deixamos as portas abertas para as discussões porvir.

¹⁶⁷ Um primeiro levantamento foi realizado na fase da apresentação do projeto desta pesquisa, em ago. de 2018, quando o MST possuía 45 mil seguidores no *Instagram*. Dados recentes podem ser consultados em: <https://www.instagram.com/movimentosenterra/> Acesso em: 1 dez. 2024.

¹⁶⁸ Em 2022, o *Slow Food* emitiu um posicionamento sobre a criação de animais para consumo humano, em cooperação com a associação *Veterinari Senza Frontiere*, intitulado *Para além do bem-estar: Os animais de criação merecem respeito* (GORACCI *et al*, 2022).

CONCLUSÕES

Tomando como ponto de partida as críticas entoadas por movimentos sociais com origens, identidades, formas de engajamento, escalas e agendas políticas diferentes, esta tese buscou analisar e sistematizar características que possam descrever os ativismos alimentares do Sul e do Norte Global. Sob o prisma da Teoria da Justificação e da Teoria do Sul, voltamos nossa atenção para as narrativas que os atores elaboram quando se dedicam a “produzir o comum” (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2020) em distintos contextos geopolíticos (CONNELL, 2020). Isto foi analisado neste trabalho através das narrativas alimentares contestatórias justificadas e mobilizadas pelo MST no Brasil e pelo *Slow Food* na Itália.

Nosso foco se direcionou a um tema ainda pouco debatido na literatura: as particularidades dos ativismos alimentares do Sul Global, em comparação com aqueles do Norte Global. As narrativas que emergem das hortas e dos pomares dos assentamentos dos Sem Terras no Brasil, bem como das mesas fartas dos membros do *Slow Food* na Itália serviram como portas de entrada para acessar esta teia complexa de ativismos alimentares, nos permitindo adentrar um campo fértil de experimentações, cujo potencial de fomentar novos caminhos para a política dos alimentos se mostrou particular a cada contexto.

Neste trabalho, demonstramos como os ativismos alimentares podem ser explorados em suas especificidades, para além de serem enquadrados sob um grande guarda-chuva conceitual que aparenta ser amplo e genérico, porém é desproporcionalmente composto e descrito por experiências e intelectuais localizados no Norte Global¹⁶⁹ (ALKON; GUTHMAN, 2017; COUNIHAN; SINISCALCHI, 2014). Ainda que a origem no Norte não seja comumente ostentada pelos autores, como adverte acertadamente Connell (2020), este gesto de omissão nos parece estratégico e tático, uma vez que a ação de explicitá-lo poderia colocar em discussão a relevância de suas pesquisas. Intencionais ou não, estas lacunas implicam uma sub-representatividade dos ativistas, dos pesquisadores e das reflexões originadas no Sul, reforçando uma leitura a partir do centro e a manutenção do cânone de uma suposta universalidade.

Como enfatizado ao longo deste trabalho, Sul e Norte Global foram termos acionados não apenas para associá-los a determinados Estados e/ou sociedades, mas para enfatizar relações. Apesar das possíveis ambiguidades e do caráter dual desta terminologia, a intenção foi acentuar a realidade e a concretude da divisão geopolítica global em voga, expressa nos persistentes padrões de desigualdade de poder, recursos e influência cultural. Com estas categorias, buscamos dialogar com as perspectivas denominadas contracoloniais, decoloniais e/ou pós-coloniais, e salientar as relações de assimetria, autoridade, exclusão e hegemonia, além das apropriações que se dão entre a “metrópole” e a “periferia global”, as quais, como demonstramos, se propagam, inclusive, no campo acadêmico sobre os ativismos alimentares. Neste empreendimento analítico, nos mantivemos vigilantes, no melhor das nossas capacidades, a alguns mecanismos típicos através dos quais o Norte Global sustenta sua hegemonia geopolítica, a saber: i) a reivindicação de universalidade; ii) a leitura a partir do centro; iii) os gestos de exclusão; e iv) o grande apagamento (CONNELL, 2020).

Um denominador comum que uniu MST e *Slow Food* nesta tese foi a defesa da alimentação como pauta política, ainda que com diferenças de contexto, cronologia e

¹⁶⁹ Mais informações e reflexões estão disponíveis na apresentação dos resultados e das discussões da Revisão Bibliográfica Sistemática conduzida por nós, consultar Capítulo I, seção 1.3.1.

justificações. Tendo estas questões em vista, acreditamos que a principal contribuição deste estudo foi a introdução do tema da terra e, por consequência, das questões coloniais como parte da análise e das reflexões sobre ativismos e movimentos alimentares.

A Teoria da Justificação nos permitiu evidenciar, contextualizar e complexificar, nos documentos analisados, as narrativas contestatórias justificadas que compõem, nos dias mais recentes, a defesa pelo MST de uma alimentação saudável de qualidade, fruto de uma reforma agrária popular, e o popular bordão do *Slow Food*: alimentos bom, limpo e justos para todas e todos. No que se refere à validade desta teoria para os estudos dos ativismos alimentares, consideramos que a perspectiva das cités nos ajudou a conduzir uma comparação dos dois coletivos, desviando-nos de anacronismos e essencialismos, para, em seu lugar, perceber o “enovelamento” de diversas grandezas e, assim, elucidar similaridades, particularidades, multiplicidades e potencialidades de suas contestações. Como vimos, foi possível evidenciar como os modos de valoração dos ativismos alimentares estão além dos princípios cívicos – os quais, muitas vezes, são considerados o único modo de valoração válido para se contrapor ao sistema alimentar hegemônico (ALKON; GUTHMAN, 2017).

No empreendimento de comparar duas experiências tão diferentes, notamos, porém, algumas limitações da Teoria da Justificação, expressas, por exemplo, no “nortismo” desta perspectiva teórica dada a sua fundamentação nos clássicos da filosofia ocidental. Como enfatizado pela Teoria do Sul (CONNELL, 2020), é comum que o período da colonização fique de fora das proposições teóricas que partem da metrópole. De fato, o modelo das cités, como apontam e reconhecem Boltanski e Thévenot (2020), prevê os princípios superiores emergentes de sociedades contemporâneas democráticas e, por isso, se mostra insuficiente para dar conta de particularidades das narrativas que resgatam e dialogam com as marcas do passado colonial, tal como aquelas mobilizadas pelo MST.

Por exemplo, em um primeiro olhar, a oposição enfatizada pelo MST entre si e o agronegócio parece poder ser reduzida a uma crítica ao princípio superior da cité mercantil. Porém, tais contestações, como adverte o próprio MST, estão arraigadas à história de um país com passado colonial, escravagista e historicamente concentrador de terra, riqueza e poder, e portanto, colocam em questão justamente as estratégias, valores e práticas fundantes dos processos de colonização. Neste cenário, surge a impossibilidade de analisar tais contestações de acordo com o modelo das cités, o qual foi elaborado para pensar, exclusivamente, as dinâmicas de sociedades ocidentais democráticas.

De forma suplementar, então, direcionamos nossa análise aos sentidos e significados que o termo terra possui para os dois coletivos em foco a partir da Teoria do Sul, e propomos como chave analítica o “encontro colonial”. Partindo da coincidência da palavra terra, constatamos que, embora este seja um termo largamente presente nas narrativas do MST no Brasil e do *Slow Food* na Itália, a profusão de significados e sentidos atribuídos a este diferem entre si.

A luta pela terra enquadra a ação coletiva do MST e legitima sua razão de ser, estando presente no nome da organização e nas suas inúmeras atividades, como protestos, lemas, eventos, mídias sociais etc. O MST concebe a terra de maneira histórica, interpretando-a em relação a um contexto mais amplo. Como vimos, a compreensão da terra a luz do período colonial da América do Sul e da Constituição de 1988 indicou as singularidades das contestações denunciadas pelo MST, demonstrando que essas lutas são específicas de um movimento social inserido na geopolítica do Sul Global, cujas demandas requerem ações em prol da reparação histórica e da democracia. De forma geral, pode-se dizer que sua agenda política foi e continua a ser marcada de forma preponderante pelos valores da cité cívica, com associações, de maior ou menor intensidade, a diferentes grandezas ao longo de sua história.

Do outro lado do oceano, imbuído pelas críticas estéticas entoadas no contexto europeu a partir do Maio de 1968, o *Slow Food* nasceu em oposição ao “vírus do *fast*”, relacionando as pautas da terra com a apreciação lenta do sabor e do prazer. O *Terra Madre* é a ágora nacional e internacional do *Slow Food*, sendo apreendido pelo movimento sob o lema “*Slow Food* é o que somos, e o *Terra Madre* é o que fazemos”. A locução mãe-Terra é usada para nomear tanto o evento bianual realizado na Itália, quanto para a rede *Terra Madre*, que reúne uma multitude de atores, cujas estimativas internas perfazem um milhão de pessoas (PETRINI; PADOVANI, 2017).

Em repetidas ocasiões, as contestações protagonizadas na Itália pelo *Slow Food* remetem a um preceito de universalidade, propondo equivalências superficiais e apressadas das desigualdades e assimetrias que demarcam as diferenças entre Sul e Norte Global. Como evidenciado nos documentos analisados, na visão deste coletivo, a “nossa terra”, a “mãe-Terra” e a “casa comum” da humanidade e de outros seres exige cuidados de caráter “supranacional”. Neste tipo de narrativa, a posição de privilégio e o favorecimento que estas dinâmicas trazem para o Norte Global são convenientemente ignoradas, ao mesmo tempo em que pautas como a autodeterminação dos povos e a soberania alimentar, defendidas de forma central por alguns atores do Sul Global, podem até estar presentes, mas em segundo plano.

Para apontar outras especificidades, destacamos que, no caso brasileiro, os alimentos produzidos pelos Sem Terras simbolizam a luta pela reforma agrária. No caso analisado do *Slow Food*, entretanto, a expressão alimentos sem terra (“*cibi senza terra*”, em italiano), curiosamente, é utilizada para qualificar os alimentos cultivados *in vitro*, isto é, em laboratórios, a partir de técnicas de reprodução celular, literalmente sem uso de solo, de terra.

A nosso ver, a proposição da inclusão do tema da terra e do colonialismo como processo social significativo nos debates sobre ativismo alimentar, construída a partir do e em diálogo com o Sul Global (*from and with the Global South*), onde os pés de quem vos fala se fincam, se somam a outras temáticas emergentes em contextos semelhantes. Dentre elas, destacamos as questões em torno do combate à fome e da soberania alimentar, cujas repercussões e reflexões diferem tanto no contexto dos movimentos estudados, quanto entre acadêmicos. Nesta tese, exploramos como tais diferenças estão relacionadas em larga medida aos seus contextos geopolíticos, muitas vezes catalisadas sob o manto nortista, levando à cooptação destas pautas e ao esvaziamento e deturpação de seus significados.

Não nos parece irrelevante ressaltar que as discrepâncias geopolíticas também se manifestam nas proposições acadêmicas, as quais refletem, de forma consciente ou não, os mundos sociais que os circundam. De fato, a escolha deliberada de autores do Norte pela exclusão do debate sobre a fome das discussões teóricas sobre ativismo alimentar, alegando sua complexidade, evidencia o “nortismo” destes quadros teóricos, ainda que estes se reivindicuem inclusivos e plurais¹⁷⁰. Ademais, somos reticentes à visão de outros pesquisadores que, na tentativa de evidenciar as inovações das agendas “globais”, acabam por repetir os padrões de reificação da experiência social do Norte (CONNELL, 2020). Nos referimos, por exemplo, à argumentação presente em alguns estudos internacionais de que o *Slow Food*, apesar de não ter uma ideologia anticapitalista clara, possa ostentar uma interpretação original de soberania

¹⁷⁰ Como apontou Portilho (2020), as organizadoras da coletânea “*Food Activism: Agency, Democracy and Economy*” alegam terem optado por não incluir os movimentos de combate à fome por tratar-se de um tema muito vasto e que “mereceria um livro a parte” (COUNIHAN; SINISCALCHI, 2014). Esta abordagem pode ser considerada etnocêntrica, pois exclui da análise uma pauta central do ativismo alimentar de uma expressiva parcela da população mundial. Além disso, e apesar de trazer capítulos dedicados a experiências em países da América Latina (Colômbia, Cuba, Honduras e México), a coletânea não tem entre seus autores nenhum pesquisador filiado a instituições desta região. Ver mais na seção “Dois Pesos, Duas Medidas: Construção do Campo de Conhecimentos no Sul e Norte Global” do Capítulo II desta tese.

alimentar (AMO, 2023), o que, em nossa análise, é uma interpretação equivocada que desconsidera abertamente os valores emancipatórios preconizados pelos atores do Sul Global.

Foi nossa intenção, assim, demonstrar que as contestações alimentares não são coesas e lineares, tampouco estáveis, sendo regidas por ambiguidades, contingências e negociações. Com o arcabouço teórico acionado, foi possível trazer para o primeiro plano da análise as pluralidades de contestações mobilizadas por eles (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2020; CONNELL, 2020), permitindo caracterizá-las para além das marcas do “encontro colonial”, discutido acima (CONNELL, 2020), em termos das críticas éticas e estéticas (BARBOSA, 2016; BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2020) e dos processos de politização do consumo (STOLLE; MICHELETTI, 2015).

Na comparação entre MST e *Slow Food* pode-se dizer que os fluxos temáticos de suas narrativas contestatórias se retroalimentaram, porém por vias distintas. No Sul Global, o símbolo clássico da bandeira vermelha com trabalhadores rurais empunhando facões foi incorporado às contestações dedicadas à alimentação e à seara do consumo. O MST mesclou suas críticas éticas com as estéticas, em um processo de estetização da ética. Já o movimento do caracol, fundado no Norte Global em oposição ao *fast-food* e inicialmente focalizado na esfera do consumo, passou a abarcar as discussões e os atores da esfera da produção. Em tendência contrária a do MST, as narrativas contestatórias mobilizadas pelo *Slow Food*, tanto na Itália quanto no mundo, passaram por um processo de eticização da estética.

Os achados desta pesquisa corroboram a avaliação, presente em outras publicações (DAVOLIO; SASSATELI, 2014; MURDORCH; MIELE, 2004; PETRINI, 2011; SINISCALCHI, 2023), de que a organização italiana foi responsável por introduzir temas e atores que ficavam de fora das discussões políticas, inclusive do campo da esquerda. Um dos principais exemplos é a defesa do prazer, fortemente associado à grandeza da inspiração, parte central da filosofia *Slow Food*. Além dele, destaca-se o agrupamento de diferentes atores ao redor do tema da alimentação, uma das manifestações dos princípios conexionistas característicos da filosofia do movimento. Em 1986, o *Manifesto Slow Food* foi assinado por poetas, escritores, gastrônomos e intelectuais da esquerda italiana. Nos dias mais recentes, rede é uma palavra-chave para o *Slow Food* (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2020). A comunhão dos princípios do mundo conexionista e inspiracional se expressa, no caso da organização italiana, nos arranjos compostos de inúmeros elos, na sucessão de projetos e na valorização da singularidade dos seres e das coisas.

O palco e a rede *Terra Madre* reúnem em um mesmo espaço agricultores, consumidores, cozinheiros, celebridades, acadêmicos, membros da igreja e do governo. Relações transversais são tecidas entre figuras representantes da macropolítica (presidente, ministros, prefeitos, deputados, etc.), com atores que, como denomina Barbosa (2016), desempenham os micropoderes da esfera doméstica e cotidiana. Trata-se de um tipo de contestação ecumênica que influenciou outros movimentos sociais, inspirando-os não apenas a agregar uma miríade de atores, mas também de mobilizá-los para além de suas “áreas de atuação” e/ou “zonas de conforto” outrora estabelecidas. Dentre eles, o próprio MST, que hoje ocupa não apenas terras, mas também os espaços da cozinha e das artes, construindo alianças com nutricionistas, *chefs*, consumidores, críticos gastronômicos, artistas, entre outros.

Embora partindo de identidades sociais e formas de luta distintas, demonstramos como MST e *Slow Food* se engajam com os processos de politização do consumo. No entanto, a contradição dialética inerente ao consumo é latente neste processo (MILLER, 2005). Ora o consumo é identificado como “o problema” contemporâneo, ora é visto como o lócus de qualquer “solução” futura global. Ainda que atravessados por estas ambiguidades, apresentamos e analisamos iniciativas robustas e importantes voltadas para a comercialização

de alimentos. Hoje, são dezenas de Armazéns do Campo distribuídos por quase metade dos estados brasileiros, com planos de multiplicá-los aos milhares, enquanto o *Slow Food* continua a catalogar centenas de Fortalezas, com o propósito de fomentar produtos locais de nicho, movimentando na Itália milhares de euros com esta iniciativa.

Foi interessante notar como a magnitude destas operações é encarada diferentemente por cada um destes movimentos, oportunizando respostas distintas ao desafio de produzir alimentos saudáveis, sustentáveis e justos em quantidade suficiente para combater a fome e garantir a SSAN.

Os Armazéns do Campo são espaços autônomos e autogerenciados que conectam, sem a mediação de outros intermediários, o MST aos consumidores urbanos. Com esta rede, o MST intenciona a massificação dos alimentos saudáveis da reforma agrária, onde os planos de ganho de escala são sugestivos das aproximações com o mundo industrial. De forma inusitada, e divergindo tanto do senso comum quanto das críticas mais correntes aos processos de massificação da produção e do consumo de alimentos (RITZER, 2019), o MST propõe o que denominamos como consumo político alimentar de massas. Uma estratégia que nos parece ter como objetivo contornar e/ou mitigar as eventuais acusações de elitismo e gentrificação, frequentemente associadas à politização do consumo, e enfrentadas por outros movimentos sociais (dentre estes, o *Slow Food*).

O *Slow Food*, por outro viés, se estabeleceu na Itália a partir da cisão com a civilização industrial e seus valores (identificada pelo coletivo em elementos como a velocidade, o consumo de massas e a homogeneização do gosto), e promove as Fortalezas em termos de outras grandezas. O gosto é um dos atributos distintivos destes produtos, suscitando debates específicos sobre o ativismo do gosto, nos moldes propostos por Counihan (2021). Os alimentos antes tidos como populares e locais, quando reconhecidos como Fortaleza podem alcançar consumidores afluentes de outros territórios, entusiastas de produtos raros, exclusivos e/ou com atributos sociais. A comercialização antes focada em nível local, ganha escala regional, nacional e até mesmo internacional, no caso de exportações, acionando também intermediários, tais como redes de supermercados (FONTE, 2006). Há um certo grau de preterimento das relações face-a-face (mundo doméstico), em detrimento dos modos de valoração mais preponderantemente ligados ao renome (mundo da opinião) e do gosto (mundo inspiracional), permeados por valores como solidariedade (mundo cívico) e viabilização financeira (mundo mercantil).

Independentemente da gama de justificativas mobilizadas, a politização do consumo, por meio de estímulos às ações de *buycott*, figurou como um fenômeno consistente nos dois contextos estudados. Não obstante, foi também foco desta análise as narrativas que mantiveram o consumidor elusivo e/ou negaram explicitamente seu papel como ator político. A recusa e/ou a alusão a categorias analíticas como “consumo” e “consumidor” (GOODMAN; DUPUIS, 2002), operada tanto pelo MST no Brasil, quanto pelo *Slow Food* na Itália, nos faz questionar, como observado em estudos anteriores (TANAKA, 2019; TANAKA; PORTILHO, 2019), em que medida os processos de politização do consumo podem ser minimizados ou até mesmo inibidos. Percebemos a reticência destes movimentos sociais em reconhecer a multiplicidade que o consumo e o consumidor podem assumir, com especial desconforto frente à emergência dos valores mercantis, recusando-se, de certo modo, a encará-los como expressões híbridas da nova política dos alimentos (GOODMAN; DUPUIS; GOODMAN, 2012).

Sem a intenção de reivindicar níveis de abrangência ou representação, possivelmente inalcançáveis por quaisquer estudos, a esta altura deve ter ficado claro que foi nossa intenção explorar os achados relacionados ao MST e ao *Slow Food* em uma malha complexa de relações com lentes mais amplas, contextualizando-os aos cenários do Brasil e da Itália, mas também da

América Latina e da Europa, do Sul e do Norte Global. Dito isso, nos parece oportuno reconhecer algumas das limitações das reflexões e conclusões aqui apresentadas.

Em primeiro lugar, não foi objetivo deste estudo inferir tipologias ou induzir o leitor ao equívoco de que nossas conclusões possam refletir a integralidade das narrativas contestadas por MST e *Slow Food*, ou mesmo por outros grupos no Brasil ou na Itália. Embora a tese se limite a análise de dois casos de estudo, estes foram analisados lado a lado como casos críticos, de acordo com as proposições teórico-metodológicas de Snow e Trom (2002). Consideramos que estes suscitaram questões empíricas e teóricas relevantes, e por isso se constituíram como casos promissores para pensar as particularidades dos contextos em que se encontram inseridos.

Em segundo lugar, destacamos que a opção pela análise das narrativas contestatórias limitada aos documentos públicos (manifestos, cartas abertas, posicionamentos, balanços, obras, entrevistas, etc.), nos possibilitou apreender o que os movimentos optaram por fazer ver. Conforme sugere a Teoria da Justificação, os documentos foram caracterizados em termos de provas de grandeza. As eventuais divergências internas, por exemplo, não puderam ser captadas no escopo deste estudo. Nossas conclusões se limitam, portanto, às contestações de caráter nacional, sendo interessante, em análises futuras, pensar, por exemplo, nas especificidades regionais (dentro de cada país) e nas dinâmicas localizadas que os grupos, suas lideranças e seus participantes possam apresentar.

Em terceiro lugar, nos valem de um arco temporal relativamente longo, atentas ao risco de generalizar e negligenciar processos que esta escolha implica. A partir do percurso teórico-metodológico selecionado, nossa intenção foi captar e contextualizar, de modo panorâmico e histórico, as expressões mais recentes dos ativismos alimentares. Outras abordagens podem ser aplicadas para diferentes escalas de análise, sendo possível lançar mão de estratégias etnográficas, observação-participante, entrevistas semiestruturadas, etc.

Uma vez que esta é uma análise parcial das questões que envolvem o MST e o *Slow Food*, deixamos registrados apontamentos que podem ser frutíferos para pesquisas futuras:

- Quais são os respectivos diálogos do MST e do *Slow Food* com outros ativismos e movimentos alimentares latino-americanos e europeus? Como estes coletivos têm impactado as práticas alimentares nos campos e nas cidades do Brasil e da Itália? Como eles se expressam nas diferentes regiões brasileiras e italianas?
- Como os diferentes atores envolvidos, tais como produtores e consumidores, percebem e se engajam com estes movimentos? Como o engajamento destes atores é modulado de acordo com questões identitárias, segundo gênero, raça, classe, idade, cidadania, por exemplo?
- Como se dá a relação destes movimentos com o sistema alimentar hegemônico? De um lado, qual é a capacidade que estes movimentos têm de pressionar ações governamentais e empresariais rumo a uma nova política dos alimentos? De outro, em que medida suas pautas são contestadas, legitimadas, cooptadas e/ou convencionalizadas?
- Quais desdobramentos podemos esperar nas narrativas contestatórias protagonizadas por estes grupos, considerando os contextos atuais de ascensão da extrema direita, de novas fronteiras tecnológicas e da ascensão dos ativismos alimentares na esfera digital, entre outros? Quais são as diferenças de expressão dos ativismos nos ambientes *on-line* e *off-line*, por exemplo?

As reflexões aqui apresentadas mostraram que “ativismo”, “ativista”, “movimento alimentar” são noções que fazem parte do léxico do *Slow Food*, bem como do vocabulário dos intelectuais que o estudaram (COUNIHAN; SINISCALCHI, 2014; HAYES-CONROY;

MARTIN, 2010; MURDOCH; MIELE, 2004; POLLAN, 2010; RIBEIRO, 2019; SINISCALCHI, 2023). Já no caso do MST, estas noções não são nativas, e considerá-lo como parte dos ativismos e movimentos alimentares foi uma novidade do ponto de vista analítico, discutida em um seleto número de investigações recentes e pioneiras (PORTILHO; MICHELETTI, 2018; PORTILHO, 2020; CARVALHO *et al*, 2022; MOTTA, 2023). Assim sendo, registramos nosso esforço de enquadrar o MST, para além da sua agenda central da reforma agrária, como um protagonista das contestações e ativismos alimentares no Brasil. A partir desta interface, destacamos expressões singulares do ativismo alimentar no Sul Global, as quais, apesar de profusas, são ainda pouco retratadas pela literatura.

Partindo da perspectiva dos debates sobre terra e território, concordamos com a afirmação de Fernandes (2022, p. 294) de que “no século XXI, a questão agrária é global, e a luta por terra não pode mais ser analisada separadamente da luta por comida”. Neste estudo procuramos demonstrar e fundamentar que o inverso também é válido: as reflexões dos ativismos alimentares também se beneficiam quando analisadas *vis-à-vis* a questão da terra. O caso do estudo do MST foi de grande relevância para este tipo de constatação.

As questões da terra e a reboque das questões coloniais não representam a totalidade dos elementos para pensar as particularidades dos ativismos alimentares do Sul Global, mas são proposições que, em nossa opinião, inserem novas nuances ao debate. Nesse caso, elas evidenciaram limitações de quadros teóricos originados no Norte Global, tal como a Teoria da Justificação, o qual apesar de prever a criação de novas *cités*, tem a sua argumentação teórica engendrada nos cânones da filosofia clássica europeia.

Sendo assim, os casos de estudo selecionados compuseram um campo privilegiado de cruzamento não só em um plano sociogeopolítico, mas também disciplinar, capaz de combinar interesses acadêmicos dos Estudos Alimentares (*Food Studies*), da Sociologia Pragmática, das Teorias do Sul e dos Estudos do Consumo (*Consumption Studies*). Transitamos, de maneira pouco convencional, pelas proposições de autores como Luc Boltanski, Laurent Thévenot e Raewyn Connell. As articulações, ainda que propedêuticas, com a abordagem de pensadores que defendem os interesses do Sul nos serviram de fonte de motivação e inspiração. As concepções de terra de Ailton Krenak, Nego Bispo e Grada Kilomba, junto àquelas proferidas pelo MST, foram uma fonte de inspiração para transpor novas searas e provocar reflexões.

Em tempos da ascensão de regimes autoritários e de ataques ao Estado de direito, nos questionamos sobre em que medida as perspectivas teóricas que têm como ponto de partida a condição da humanidade comum e os valores democráticos das sociedades contemporâneas, como é o caso da Teoria da Justificação, darão conta de captar as novas dinâmicas do mundo social. Para além do tema da terra aqui abordado, antecipamos que outras temáticas também possam se constituir como desafio para o emprego do modelo das *cités* na análise dos ativismos alimentares.

O estudo de Motta (2023), por exemplo, sistematizou as contestações dos movimentos alimentares em cinco eixos, a saber: i) classe; ii) gênero; iii) raça; iv) diferença colonial, urbano-rural e indigeneidade; e v) diferenças categóricas entre humanos e não humanos com ecologias e outras espécies. Para nós, as lutas em torno das pautas identitárias, antiespecistas e em torno de disparidades coloniais são contestações regidas por gramáticas que não podem ser facilmente aproximadas aos mundos descritos até então na literatura da justificação (inspirado, doméstico, da opinião, cívico, industrial, mercantil, conexcionista e verde). Para além destas, outras contestações que habitam os mundos das críticas em torno da alimentação, e que poderiam ser nomeadas, são aquelas em torno da ancestralidade e de outras cosmologias que não as ocidentais. Sendo assim, tendo como modelo outros estudos (BOLTANSKI; CHIAPELLO,

[1999]/2020; COLOMÉ, 2018¹⁷¹; LAFAYE; THÉVENOT, 1993; LATOUR [1995]/1998), esta tese abre margem e contribuições para discutir a emergência de novas cités, haja vista a especificidade destas contestações e justificações que escapam das ordens de grandeza já estabilizadas.

Em suma, esta tese utilizou caminhos teórico-metodológicos que possibilitaram investigar narrativas constituídas e difundidas no Sul Global lado a lado daquelas oriundas e reproduzidas no Norte. Um dos intentos foi extrapolar as divisões sólidas e fronteiras temáticas entre os ditos Sul e Norte Global, e desencadear, no lugar de apenas conclusões específicas a cada região, trocas e colaborações mais simétricas para uma compreensão mais ampla dessa e de outras temáticas.

Como um lembrete assertivo das discussões propostas nesta tese, defendemos o uso da noção ativismos alimentares, flexionada no plural. Para nós, esta é uma opção analítica que sustenta a premissa da existência de diferentes lógicas coexistentes, que podem cooperar, concorrer, se misturar. Esta é uma declaração veemente para disputar as constantes alusões, pretensamente inadvertidas, ao Sul Global, regionalizando e localizando o debate. Parafraseando Connell (2020), em *Teoria do Sul*, se este trabalho pôde convencer o leitor e a leitora de que tais conclusões compõem ao menos o prelúdio de uma questão que merece ser debatida, então a tese já está cumprindo seu propósito.

¹⁷¹ Em seu estudo sobre o veganismo, Colomé (2018) ensaia, por exemplo, a modelização de uma grandeza animalista. Tendo em vista a ascensão de um novo sistema de valores e modos de vida relacionados com a causa dos direitos animais, o autor sugere, a diferença das cités citadas nesta tese, a senciência enquanto um princípio superior comum, que engloba o estatuto de todos os animais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBRECHT, Glenn. 'Solastalgia'. A new concept in health and identity. **PAN - Philosophy Activism Nature**, n. 3, p. 41-55, 2005.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. As políticas do Governo Bolsonaro para o campo: a contra-reforma em marcha acelerada. **Revista da ANPEGE**, v. 16. n. 29, p. 353-392, 2020.
- ALIAGA, Luciana; MARANHO, Fernanda. O MST e a agroecologia: entre autonomia e subalternidade. **Revista Katálysis**, v. 24, n. 3, p. 576-584, 2021.
- ALKON, Alison Hope; AGYEMAN, Julian. Introduction: The Food Movement as Polyculture. In: ALKON, A. H.; AGYEMAN, J. **Cultivating Food Justice: Race, Class, and Sustainability**. Massachusetts: The MIT Press, 2011.
- ALKON, Alison Hope; GUTHMAN, Julie (Org.). **The new food activism: opposition, cooperation, and collective action**. Oakland: University of California Press, 2017.
- ANDRADE, Marina Lazarotto de; MILHORANCE, Carolina; PARNES, Hannah Ribeiro. Policy Dismantling and Resilience: a Proposal for an Analytical Framework Based on the Case of the Food and Nutritional Security Policy in Brazil. **Brazilian Political Science Review**, v. 18, n. 2, p. 1-37, 2024.
- ANDRADE NETO, João Augusto de. **Cooperação e Organização em Assentamentos Rurais: A proposta das Comunas da Terra e a virada do MST para os “urbanos”**. 2013. 314 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- ANDREWS, Geoff. **The Slow Food Story: Politics and Pleasure**. London: Pluto Press, 2008.
- ARIZTIA, Tomas et al. Beyond the “deficit discourse”: Mapping ethical consumption discourses in Chile and Brazil. **Environment and Planning**, v. 48, n. 15, p. 1-19, 2016.
- ARIZTIA, Tomas et al. Ethical consumption in Brazil and Chile: institutional contexts and development trajectories. **Journal of Cleaner Production**, v. 63, p. 84-92, 2014.
- ASAD, Talal. Introdução à Anthropology and the Colonial Encounter. **Ilha**, v. 19, n. 2, p. 313-327, 2017.
- AUDINO, Annalisa et al. **On Meat Substitutes**. Slow Food, 2020. Disponível em: https://www.fondazione Slow Food.com/wp-content/uploads/2021/01/EN_Meat_substitutes.pdf Acesso em: 1 dez. 2024.
- AZEVEDO, Elaine de. O ativismo alimentar na perspectiva do locavorismo. **Ambiente & Sociedade**, v. 18, n. 3, p. 81-98, 2015.
- _____. Alimentação, sociedade e cultura: Temas contemporâneos. **Sociologias**, v. 19, n. 44, p. 276-307, 2017.
- AZEVEDO, Elaine; PELED, Yiftah. “Artevismo” Alimentar. **Contemporânea-Revista de sociologia da UFSCAR**, v. 5, n. 2, p. 495, 2015.

- BARBERA, Filippo; AUDIFREDI, Stefano. In Pursuit of Quality. The Institutional Change of Wine Production Market in Piedmont. **Sociologia Ruralis**, v. 52, n. 3, p. 311-331, 2012.
- BARBOSA, Livia. Feijão com arroz e arroz com feijão: o Brasil no prato dos brasileiros. **Horizontes antropológicos**, v. 13, p. 87-116, 2007.
- _____. A ética e a estética da alimentação contemporânea. In: CRUZ, F.T.; MATTE, A.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Produção, consumo e abastecimento de alimentos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 95-123.
- BARBOSA, Livia; CAMPBELL, Colin. O estudo do consumo nas ciências sociais contemporâneas. In: BARBOSA, L., CAMPBELL, C. (Org). **Cultura, consumo e identidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 21-44.
- BARBOSA, Livia et al. Trust, participation and political consumerism among Brazilian youth. **Journal of Cleaner Production**, v. 63, p. 93-101, 2014.
- BARCELLOS, Sérgio Botton. **A formação do discurso da agroecologia no MST**. 2010. 139 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- BARROS, Larissa Daiane Vieira; TEIXEIRA, Carmen Fontes. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e saúde do campo: revisão integrativa do estado da arte. **Saúde em Debate**, v. 42, p. 394-406, 2018.
- BARROS, Monyse Ravenna de Sousa. **Os Sem Terrinha: Uma História da Luta Social no Brasil (1981-2012)**. 2013. 227 f. Dissertação (Mestrado em História Social)- Universidade Federal Rural do Ceará, Ceará, 2013.
- BECHI, Gabriella. L'intervista, Lollobrigida: "La sovranità alimentare passa dalla tutela del Made in Italy". **Confagricoltura**, 3 jan. 2023. Disponível em: <https://www.confagricoltura.it/ita/dal-mondo/news/l-intervista-lollobrigida-la-sovranit%C3%A0-alimentare-passa-dalla-tutela-del-made-in-italy> Acesso em: 1 dez. 2024.
- BECK, Ulrich. **Sociedade de Risco: Rumo a uma Outra Modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2011.
- BERGAMO, Monica. Não existe mais latifúndio no Brasil, diz nova ministra da Agricultura. **Folha de São Paulo**, 5 jan. 2015. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/01/1570557-nao-existe-mais-latifundio-no-brasil-diz-nova-ministra-da-agricultura.shtml> Acesso em: 1 dez. 2024.
- BERNARDO, Angela. "Solo chi è in tutto il mondo può portarti il mondo". Il caso McDonald's e la pubblicità degli Expo Limited Edition menu. In: MOTTA, G. (Org.). **Food and Culture. History Society Communication**. Roma: Edizioni Nuova Cultura, 2017. p. 295-316.
- BIROCHI, Renê; ROVER, Oscar José; SCHULTZ, Glauco. **Alimentos bons, limpos e justos da Agricultura Familiar Brasileira**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2019.
- BISPO, Antônio. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora, 2023.
- BLOCK, Daniel R et al. Food sovereignty, urban food access, and food activism: contemplating the connections through examples from Chicago. **Agric Hum Values**, v. 29, p. 203-215, 2012.

- BOLTANSKI, Luc. Un nuevo régimen de justificación: la ciudad por proyecto. **Revista de la Carrera de Sociología**, v. 7, n. 7, p. 179-209, 2017.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2020.
- BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. **A justificação**: sobre as economias da grandeza. Rio de Janeiro: UFRJ, 2020.
- BOMMEL, Koen van; SPICER, André. Hail the Snail: Hegemonic Struggles in the Slow Food Movement. **Organization Studies**, v. 32, n. 12, p. 1717-1744, 2011.
- BORGES, Juliano Luis. **A transição do MST para a agroecologia**. 2007. 166 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)- Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.
- BORN, Branden; PURCELL, Mark. Avoiding the local trap: Scale and food systems in planning research. **Journal of Planning Education and Research**, v. 26, n. 2, p. 195-207, 2006.
- BORRAS JUNIOR, Saturnino M. La Vía Campesina and its Global Campaign for Agrarian Reform. **Journal of Agrarian Change**, v. 8, n. 2-3, p. 258-289, 2008.
- BORSATTO, Ricardo Serra; SOUZA-ESQUERDO, Vanilde F. MST's experience in leveraging agroecology in rural settlements: lessons, achievements, and challenges. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, V. 43, n. 7-8, p. 915-935, 2019.
- BOSTRÖM, Magnus; MICHELETTI, Michele; OOSTERVEER, Peter (Org.). **The Oxford Handbook of Political Consumerism**. Oxford: Oxford University Press, 2018. (a)
- BOSTRÖM, Magnus; MICHELETTI, Michele; OOSTERVEER, Peter. Studying Political Consumerism. In: _____. (Org.). **The Oxford Handbook of Political Consumerism**. Oxford: Oxford University Press, 2018. p. 1-26. (b)
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 1 dez. 2024.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.
- _____. **Projeto de Lei nº 490/2007**. Altera a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio. NOVA EMENTA: Regulamenta o art. 231 da Constituição Federal, para dispor sobre o reconhecimento, a demarcação, o uso e a gestão de terras indígenas; e altera as Leis nºs 11.460, de 21 de março de 2007, 4.132, de 10 de setembro de 1962, e 6.001, de 19 de dezembro de 1973. DF: Congresso Nacional. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/materias-bicameras/-/ver/pl-490-2007> Acesso em: 1 dez. 2024.
- _____. **Projeto de Lei nº 2903, de 2023**. Regulamenta o art. 231 da Constituição Federal, para dispor sobre o reconhecimento, a demarcação, o uso e a gestão de terras indígenas; e altera as Leis nºs 11.460, de 21 de março de 2007, 4.132, de 10 de setembro de 1962, e 6.001, de 19 de dezembro de 1973. DF: Senado Federal. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/157888> Acesso em: 1 dez. 2024.
- BRASIL JUNIOR, Antonio da Silveira; CARVALHO, Lucas Correia. O impacto da sociologia: cultura de citações e modelos científicos. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 8, n. 20, p. 248-269, 2020.

- BRINGEL, Breno. Latin American perspectives on social movements research. In: BEIGEL, F. (Org.). **Key texts for Latin American sociology**. Los Angeles: Sage, 2019. p. 273-289.
- BRINGEL, Breno; FALERO, Alfredo. Redes transnacionais de movimentos sociais na América Latina e o desafio de uma nova construção socioterritorial. **Caderno CRH**, v. 21, n. 53, p. 269-288, 2008.
- BRINGEL, Breno; VIEIRA, Flávia B. Movimientos internacionalistas y prácticas de cooperación Sur-Sur: brigadas y experiencias formativas del Movimiento de los Sin Tierra de Brasil y La Vía Campesina. **Revista española de desarrollo y cooperación**, n. 36, p. 65-79, 2015.
- BROWER, Andrea. Agri-food activism and the imagination of the possible. **New Zealand Sociology**, v. 28, n. 4, p. 80-100, 2013.
- BRUCH, Christian Alan. **MST e a criação do Finapop: a experiência da cooperativa COOPAN do assentamento Capela/RS**. 2023. 145 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável)- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2023.
- BRUNO, Regina. **Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- BRUNORI, Gianluca. Post-rural processes in wealthy rural areas: hybrid networks and symbolic capital. In: MARSDEN, T.; MURDOCH, J. (Org.) **Between the Local and the Global: Confronting Complexity in the Contemporary Agri-Food Sector**. Leeds: Emerald Group Publishing Limited, 2006. v. 12, p. 125-152.
- BRUNORI, Gianluca; ROSSI, Adanella; GUIDI, Francesca. On the New Social Relations around and beyond Food. Analysing Consumers' Role and Action in Gruppi di Acquisto Solidale (Solidarity Purchasing Groups). **Sociologia Ruralis**, v. 52, n. 1, p. 1-30, 2011.
- BUQUERA, Rodrigo Brezolin. **Consumidores de alimentos orgânicos, suas motivações e relações com o mercado na região de Sorocaba/SP**. 2021. 184 f. Tese (Doutorado em Ecologia Aplicada)- Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2021.
- BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Paradigmas e estratégias do MST para o desenvolvimento de territórios agroecológicos**. 2024. 363 f. Tese (Doutorado em Geografia)- Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2024.
- CALDART, Roseli Salette. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CALDEIRA, Rute. 'My land, your social transformation': Conflicts within the landless people movement (MST), Rio de Janeiro, Brazil. **Journal of Rural Studies**, v. 24, n. 2, p. 150-160, 2008.
- CALLON, Michael. Eléments pour une sociologie de la traduction. La domestication des coquilles Saint-Jacques et des marins pêcheurs en baie de Saint-Brieuc. **L'année sociologique**, v. 36, p. 169-208, 1986.
- CAMPBELL, Colin. The sociology of consumption In: MILLER, D. **Acknowledging consumption: a review of new studies**. Nova Iorque: Routledge, 2005. p. 1-57.
- CARTER, Miguel. O movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST) e a democracia no Brasil. **Biblioteca Escolar Em Revista**, n. 4, p. 124-164, 2006.

- CARTER, Miguel; CARVALHO, Horacio Martins de. A luta na terra: fonte de crescimento, inovação e desafio constante ao MST. In: CARTER, M. (Org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 287-330.
- CARVALHO, Cleide. MST elege 43 militantes e 90 políticos comprometidos com o movimento. **O Globo**, 8 out. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2024/10/08/mst-elege-43-militantes-e-90-politicos-comprometidos-com-o-movimento.ghtml> Acesso em: 1 dez. 2024.
- CARVALHO, Priscila Delgado et al. Estudando as ações dos movimentos rurais na pandemia: escolhas metodológicas. **Rev. Bras. Ci. Soc.**, p. 0-16, 2022. (a)
- CARVALHO, Priscila Delgado et al. Sistemas Alimentares em Disputa: respostas dos movimentos sociais à pandemia Covid-19. **Rev. Bras. Ci. Soc.**, v. 37, n. 108, p. 1-18, 2022. (b)
- CASTRO, Josué. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. São Paulo: Todavia, 2022.
- CERULLO, Megan. McDonald's ends AI drive-thru orders — for now. **CBC News**, 17 jun. 2024. Disponível em: <https://www.cbcnews.com/news/mcdonalds-ends-ai-drive-thru-ordering/> Acesso em: 1 dez. 2024.
- CHENNAULT, Carrie. Relational Life: Lessons from Black Feminism on Whiteness and Engaging New Food Activism. **Antipode**, v. 54, n. 2, p. 357-377, 2022.
- CHEYNS, Emmanuelle; PONTE, Stefano. Convention theory in Anglophone agri-food studies: French legacies, circulation and new perspectives. In: ALLAIRE, G. DAVIRON, B. (Org.). **Ecology, Capitalism and the New Agricultural Economy: The Second Great Transformation**. Londres, Routledge, 2018. p. 87-110.
- CHOMSKY, Noam. Para Chomsky, sem-terra tem o movimento mais animador do mundo. [Entrevista concedida a Agência Estado]. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, jan. 2003. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/para-chomsky-sem-terra-tem-o-movimento-mais-animador-do-mundo/> Acesso em: 1 dez. 2024.
- CLICK, Melissa A.; RIDBERG, Ronit. Saving Food: Food Preservation as Alternative Food Activism. **Environmental Communication**, v. 4, n. 3, p. 301-317, 2010.
- COCHOY, Franck. Por uma sociologia da embalagem. **Antropolítica**, n. 17, p. 69-98, 2004.
- COLOMÉ, Felipe da Luz. **Consumo, política e engajamento: uma análise sociológica do consumo contestatário vegano no Brasil e Canadá**. 2018. 300 f. Tese (Doutorado em Sociologia)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.
- COLOMÉ, Felipe da Luz; MAYER, Ricardo. Gramáticas da ação na economia solidária e a justificação das práticas de consumo. **Análise Social**, n. 220, v. 3, p. 566-597, 2016.
- COMPARATO, Bruno Konder. A ação política do MST. **São Paulo em perspectiva**, v. 15, n. 4, p. 105-118, 2001.
- CONNELL, Raewyn. A iminente revolução na teoria social. **Rev. Bras. Ci. Soc.**, v. 27, n. 80, p. 9-20, 2012.
- _____. **Southern theory: the global dynamics of knowledge in social science**. Nova Iorque: Routledge, 2020.
- COSTA NETO, Canrobert; CANAVESI, Flaviane. Sustentabilidade em assentamentos rurais: o MST rumo à reforma agrária agroecológica no Brasil. In: ALIMONDA, H. (Org.),

- Ecología Política. Naturaleza, sociedad y utopia.** Buenos Aires: CLACSO, 2002. p. 203-215
- COUNIHAN, Carole. Cultural heritage in food activism: local and global tensions. In: BRULOTTE, R. L.; GIOVINE, M. A. **Edible Identities: Food as Cultural Heritage.** Farnham: Ashgate, 2014. p. 219-229. (a)
- _____. Women, gender and agency in Italian food activism. In: COUNIHAN, C.; SINISCALCHI, V. (Org.). **Food activism: agency, democracy and economy.** Londres: Bloomsbury Academic, 2014. p. 225-242. (b)
- _____. Food consumption and food activism in Italy. In: SASSATELLI, R. (Org.). **Italians and Food.** Cham: Palgrave Macmillan, 2019. p. 101-127.
- _____. Food activism and language in a slow food Italy restaurant menu. **Gastronomica: The Journal of Food and Culture**, v. 21, n. 4, p. 76-87, 2021.
- COUNIHAN, Carole; SINISCALCHI, Valeria (Org.). **Food Activism: Agency, democracy and economy.** Londres: Bloomsbury Academic, 2014.
- CRÉPAULT, Jean-François. Does political consumerism matter? Effectiveness and limits of political consumer action repertoires. In: STOLLE, D.; MICHELETTI, M. **Political consumerism: Global responsibility in action.** Nova Iorque: Cambridge University Press, 2015. p. 204-243.
- CRESCI, Lorenzo. Carlo Petrini: Boicottate Amazon, condanna piccoli agricoltori e produttori: Da Terra Madre il fondatore di Slow Food invita i giovani a combattere il gigante del web. **La Stampa**, 26 set. 2022. Disponível em: https://www.lastampa.it/economia/2022/09/26/news/carlo_petrini_boicottate_amazon_condannapiccoli_agricoltorie_produuttori-9567188/ Acesso em: 1 dez. 2024.
- CRUTZEN, Paul Josef. The Anthropocene: the current human-dominated geological era. **Pontifical Academy of Sciences: Acta**, v. 18, p. 199-293, 2004.
- CRUZ, Fabiana Thomé da; MATTE, Alessandra; SCHNEIDER, Sergio. (Org.). **Produção, consumo e abastecimento de alimentos.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016..
- CRUZ, Fabiana Thomé; MENASCHE, Renata. Do consumo à produção: produtos locais, olhares cruzados. **IDeAS**, v. 5, n. 1, p. 91-114, 2011.
- CUNHA, Joana Tavares Pinto da. **De Boletim a Jornal Sem Terra: história, práticas e papel na constituição do MST.** 2013. 159 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- DANOWSKI, Déborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Há mundo por vir?: ensaio sobre os medos e os fins. Florianópolis: Desterro, 2017.
- DAVOLIO, Federica; SASSATELLI, Roberta. Polite transgressions? Pleasure as economic device and ethical stance in Slow Food. In: GOODMAN, M.K.; SAGE, C. (Org.). **Food transgressions: making sense of contemporary food politics.** Surrey: Ashgate, 2014. p. 83-108.
- DELIND, Laura B. Critical Reflection and Civic Discourse within and across the Alternative Food Movement. **Int. J. of Soc. of Agr. & Food**, v. 20, n. 3, p. 391-396, 2013.
- DOTTA, Davide et al. **Slow Food Gardens in Africa.** 2022.
- DUARTE, Bruno Monteiro; DOULA, Sheila Maria; DA SILVA, Douglas Mansur. Do vermelho ao arco-íris: as representações sobre o movimento LGBT nas mídias do

- MST. **Antropolítica-Revista Contemporânea de Antropologia**, n. 49, v. 2, p. 246-271, 2020.
- DUPUIS, Melanie E.; GOODMAN, David; HARRISON, Jill. Just values or just value? Remaking the local in agro-food studies. In: MARSDEN, T.; MURDOCH, J. (Org.). **Between the local and the global: confronting complexity in the contemporary agri-food sector**. Oxford: Elsevier, 2006. p. 241-268.
- ESCHER, Fabiano. Variedades de capitalismo nos BRICS: uma perspectiva agroalimentar. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 9, n. 22, p. 75-110, 2021.
- FAIRBAIRN, Madeleine. Farmland Meets Finance: Is Land the New Economic Bubble. **Land & Sovereignty in the Americas**, v. 5, 2014.
- FANTÁSTICO. Fila para conseguir doação de ossos é flagrante da luta de famílias brasileiras contra a fome: Dezenove milhões de brasileiros acordam atualmente sem saber se vão conseguir alguma refeição para o dia. Dois anos atrás, eram 10 milhões. **G1**, 25 jul. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2021/07/25/fila-para-conseguir-doacao-de-ossos-e-flagrante-da-luta-de-familias-brasileiras-contra-a-fome.ghtml> Acesso em: 1 dez. 2024.
- FASIO, Franco et al. **Il valore ambientale, economico e sociale di Terra Madre Salone del Gusto**. 2016.
- FAO. **Clinton at UN: food, energy, financial woes linked**. Roma, 24 out. 2008. Disponível em: <https://www.fao.org/newsroom/detail/Clinton-at-UN-food-energy-financial-woes-linked/en> Acesso em: 15 jan. 2022.
- FAO. **Slow Food's Carlo Petrini named FAO Special Ambassador Zero Hunger for Europe**. Roma, 26 maio 2016. Disponível em: <https://www.fao.org/newsroom/detail/Slow-Food's-Carlo-Petrini-named-FAO-Special-Ambassador-Zero-Hunger-for-Europe/en> Acesso em: 1 dez. 2024.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. O movimento dos trabalhadores rurais sem terra e a territorialização da luta pela terra no Brasil. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 14, p. 54-69, 1992.
- _____. **Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST-Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo**. 1994. 208 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.
- _____. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST (1979-1999)**. 1999. 318 f. Tese (Doutorado em Geografia)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- _____. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.
- _____. O MST e as reformas agrárias do Brasil. **OSAL**, n. 24, p. 73-85, 2008.
- _____. Re-peasantization, Resistance and Subordination: The Struggle for Land and Agrarian Reform in Brazil. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, v. 2, n. 3, p. 1-21, 2013.
- _____. Territorio y soberania alimentaria. **Revista Latinoamericana de Estudios Rurales**, v. 2, n. 3, p. 22-39, 2017.

- _____. Regimes alimentares, impérios alimentares, soberanias alimentares, movimentos alimentares. **Revista Latinoamericana de Estudios Rurales**, v. 4, n. 7, p. 188-209, 2019.
- _____. Land and Food: The New Struggles of the Landless Workers Movement (MST). In: GONZÁLEZ, R.C.L; MITIDIERO JUNIOR, M.A. **Brazilian Geography: In Theory and in the Streets**. Singapore: Springer Nature Singapore, 2022. p. 279-296.
- FERNANDES, Bernardo Mançano et al. A questão agrária no governo Bolsonaro: pós-fascismo e resistência. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 4, n. 42, p. 333-362, 2020.
- FERREIRA, Isis Leite. **Redes alternativas de produção e consumo de alimentos: estudo de caso do Movimento de Integração Campo-Cidade (MICC/SP)**. 2015. 157 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- _____. **El (h)omnívoro: El gusto, la cocina y el cuerpo**. Barcelona: Anagrama, 1995.
- _____. **Selective Eating: The Rise, the Meaning and Sense of “Personal Dietary Requirements”**. Paris: Odile Jacob, 2015.
- FLOWERS, Rick; SWAN, Elaine. Pedagogies of doing good: Problematisations, authorities, technologies and teleologies in food activism. **Australian Journal of Adult Learning**, v. 52, n. 3, p. 532-572, 2012.
- FONTANELLI, Renata; LONARDI, Giorgio. **McItalia: Il Bel Paese a tavola fuori casa**. Soveria Mannelli: Rubbettino, 2011.
- FONTE, Maria. Slow Food’s presidia: what do small producers do with big retailers?. In: MARSDEN, T.; MURDOCH, J. (Org.). **Between the local and the global: confronting complexity in the contemporary agri-food sector**. Oxford: Elsevier, 2006. p. 203-240.
- _____. Reflexive Localism: Toward a Theoretical Foundation of an Integrative Food Politics. **Int. Jrnl. of Soc. of Agr. & Food**, v. 20, n. 3, p. 397-402, 2013.
- FORNAZIER, Armando; BELIK, Walter. Produção e consumo local de alimentos: novas abordagens e perspectivas para as políticas públicas. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 20, n. 2, p. 204-218, 2013.
- FORNO, Francesca. Protest, Social Movements, and Spaces for Politically Oriented Consumerist Actions—Nationally, Transnationally, and Locally. In: BOSTRÖM, M.; MICHELETTI, M.; OOSTERVEER, P. (Org.). **The Oxford Handbook of Political Consumerism**. Oxford: Oxford University Press, 2018. p. 69-88.
- FORNO, Francesca; GRASSEN, Cristina. Cittadino Versus Consumatore. Una conciliazione possibile? **ARK/ECUMENE**, v. 26, p. 9-13, 2018.
- FORTCHTNER, Benhard; TOMINC, An. Kalashnikov and Cooking-spoon: Neo-Nazism, Veganism, and a Lifestyle Cooking Show on YouTube 2017. **Food, Culture & Society**, v. 2, n. 3, p. 414-441, 2017.
- FREIRE-MEDEIROS, Bianca; LAGES, Mauricio Piatti. A virada das mobilidades: fluxos, fixos e fricções. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 123, p. 121-142, 2020.
- FREITAS, Amauri. **Aliança entre movimentos ambientalistas e de consumidores: o caso da Campanha por um Brasil Livre de Transgênicos**. 2011. 128 f. Dissertação (Mestrado

em Ciências Sociais)- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

- FRIEDMANN, Harriet. From colonialism to green capitalism: Social movements and emergence of food regimes. In: Buttel, F.H.; McMichael, P. (Org.). **New Directions in the Sociology of Global Development**. Leeds: Emerald Group Publishing Limited, 2005. v. 11, p. 227-264.
- GARCIA-PARPET, Marie-France. Slow Food: A revolução pelo consumo? Sociologia de uma reclassificação de bens alimentares. **Sociologias**, v. 25, e-soc128095, p. 1-35, 2023.
- GAZOLLA, Márcio, SCHNEIDER, Sérgio. Introdução. In: _____. (Org.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: Negócios e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2017, p. 9-23.
- GENTILE, Chiara. **Slow Food na Itália e no Brasil: História, projetos e processos de valorização dos recursos locais**. 2016. 412 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável)- Universidade de Brasília, Brasília, 2016.
- GIMENES, Erick. Movimentos sociais se unem contra fome na abertura da Semana Nacional da Alimentação. **Brasil de Fato**, 12 out. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/10/12/movimentos-sociais-se-unem-contra-fome-na-abertura-da-semana-nacional-da-alimentacao> Acesso em: 1 dez. 2024.
- GIRAUD, Gaël; PETRINI, Carlo. **Il gusto di cambiare: La transizione ecologica come via per la felicità**. Bra: Slow Food Editore, 2023.
- GIUFFRIDA, Angela. Italian plan to ban lab-grown food criticised as misguided: Minister says aim is to ‘safeguard our nation’s heritage’ but campaigners say artificial meat holds promise. **The Guardian**, 29 mar. 2023. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2023/mar/29/italian-plan-to-ban-lab-grown-food-criticised-as-misguided> Acesso em: 1 dez. 2024.
- GLEICK, James. **Faster: The Acceleration of Just about Everything**. Nova Iorque: Pantheon Books, 1999.
- GONÇALVES, Renata. (Re) politizando o conceito de gênero: a participação política das mulheres no MST. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 14, n. 2, p. 198-216, 2009.
- GOODMAN, David. The quality ‘turn’ and alternative food practices: reflections and agenda. **Journal of Rural Studies**, v. 19, n. 1. p. 1-7, 2003.
- _____. Rural Europe Redux? Reflections on Alternative Agro-Food Networks and Paradigm Change. **Sociologia Ruralis**, v. 44, n. 1, p. 3-16, 2004.
- GOODMAN, David; DUPUIS, E. Melanie. Knowing food and growing food: beyond the production-consumption debate in the sociology of agriculture. **Sociologia Ruralis**, v. 42, n. 1, p. 5-22, 2002.
- GOODMAN, David; DUPUIS, E. Melanie; GOODMAN, Michael K. **Alternative Food Networks: Knowledge, practices, and politics**. Nova Iorque: Routledge, 2012.
- GOODMAN, David; DUPUIS, E. Melanie; GOODMAN, Michael K. Engaging Alternative Food Networks: Commentaries and Research Agendas. **Int. Jrnl. of Soc. of Agr. & Food**, v. 20, n. 3, p. 425-431, 2013.
- GORACCI, Jacopo et al. **Oltre il benessere: Gli animali d’allevamento meritano rispetto**. Slow Food, 2022.

- GRANDI, Alberto. **Denominazione di origine inventata: Le bugie del marketing sui prodotti tipici italiani**. Milão: Mondadori, 2018.
- GRANDI, Alberto; SOFFIATI, Daniele. **La cucina italiana non esiste**. Bugie e falsi miti sui prodotti e i piatti cosiddetti tipici. Milão: Mondadori, 2024.
- GRANDO, Marinês Zandavali; MERTZ, Marli M. De colonos a agricultores familiares: uma trajetória de resistência. **Três Décadas de Economia Gaúcha**, v.2, p. 103-130, 2010.
- GRASSENI, Cristina. Slow Food, Fast Genes: Timescapes of authenticity and innovation in the anthropology of food. **The Cambridge Journal of Anthropology**, v. 25, n. 2, p. 79-94, 2005.
- _____. Food activism in Italy as an anthropology of direct democracy. **Anthropological Journal of European Cultures**, v. 23, n. 1, p. 77-98, 2014. (a)
- _____. Seeds of Trust. Italy's Gruppi di Acquisto Solidale (Solidarity Purchase Groups). **Journal of Political Ecology**, v. 21, n. 1, p. 178-192, 2014. (b)
- GREEN, Amanda S. Indigenous reflexivity and resistance in global food activism: The case of Sápmi. **Food and Foodways**, v. 26, n. 3, p. 175-197, 2018.
- GRISA, Cátia et al. **A desestruturação das políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar**: mudanças institucionais, estratégias de desmonte e novas configurações. Rio de Janeiro: Fundação Heirich Böll, 2022.
- GUTHMAN, Julie. Fast food/organic food: Reflexive tastes and the making of 'yuppie chow'. **Social & Cultural Geography**, v. 4, n. 1, p. 45-58, 2003.
- GUTHMAN, Julie. The trouble with 'organic lite' in California: A rejoinder to the 'conventionalisation' debate. **Sociologia Ruralis**, v. 44, n. 3, p. 301-316, 2004.
- GUTHMAN, Julie. Commentary on teaching food: Why I am fed up with Michael Pollan et al. **Agriculture and Human Values**, v. 24, p. 261-264, 2007.
- HALKIER, Bente. Political Food Consumerism Between Mundane Routines and Organizational Alliance-Building. In: BOSTRÖM, M.; MICHELETTI, M.; OOSTERVEER, P. (Org.). **The Oxford Handbook of Political Consumerism**. Oxford: Oxford University Press, 2018. p. 275-292.
- HARAWAY, Donna et al. Anthropologists are talking-about the Anthropocene. **Ethnos**, v. 81, n. 3, p. 1-32, 2015.
- HARAWAY, Donna. Antropoceno, capitaloceno, plantationoceno, chthuluceno: fazendo parentes. **ClimaCom Cultura Científica**, v. 3, n. 5, p. 139-146, 2016.
- HARAWAY, Donna. **Ficar com o problema**: fazer parentes no Chthuluceno. São Paulo: N-1 Edições, 2023.
- HARVEY, David. **The condition of postmodernity**: An Enquiry Into the Origins of Cultural. Massachussets: Blackwell Publishers, 1992.
- HAYES-CONROY, Allison; HAYES-CONROY, Jessica. Visceral difference: Variations in feeling (slow) food. **Environment and Planning A**, v. 42, n. 12, p. 2956-2971, 2010.
- HAYES-CONROY, Allison; MARTIN, Deborah G. Mobilising bodies: visceral identification in the Slow Food movement. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 35, n. 2, p. 269-281, 2010.

- HEMAIS, Marcus Wilcox; QUINTÃO, Ronan Torres; BARROS, Denise Franca. Education by the Escola Nacional Florestan Fernandes as Transmodernization from Capitalist Consumerism. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 28, n. 2, e230270, p. 1-21, 2024.
- HERRING, Ronald J. (Org.). **The Oxford Handbook of Food, Politics, and Society**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2015. (a)
- _____. How Is Food Political? Market, State, and Knowledge. In: _____ (Org.). **The Oxford Handbook of Food, Politics, and Society**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2015. p. 3-40. (b)
- HINRICHS, C. Clare. Interdisciplinarity and boundary work: challenges and opportunities for agrifood studies. **Agric Hum Values**, v. 25, p. 209-213, 2008.
- HOLT-GIMÉNEZ, Eric. (Org.). **Food movements unite!:** Strategies to transform our food systems. Oakland: Food First Books, 2011.
- HONORÉ, Carl. **In Praise of Slow:** How a Worldwide Movement Is Challenging the Cult of Speed. Londres: Orion, 2004.
- HOYOS, Claudia Janet Cataño. **A formação política dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a produção coletiva de alimentos:** possibilidades e limites da proposta de Soberania Alimentar. 2015. 311f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.
- JOASSART-MARCELLI, Pascale; BOSCO, Fernando J. The taste of gentrification: Difference and exclusion at the urban frontier. In: ALKON, A.H.; KATO, Y.; SBICCA, J. (Org.). **A recipe for gentrification: Food, power, and resistance in the city**. Nova Iorque: NYU Press, 2020. p. 31-53.
- JOLLY, Andrea. Lollobrigida a Terra Madre striglia i giornalisti: “Via da qui se parlate del mio look”. Una contestatrice: “Sei fascista”. **La Stampa**, 30 set. 2024. Disponível em: https://www.lastampa.it/torino/2024/09/30/news/lollobrigida_terra_madre_contestazi-one-14676576/ Acesso em: 1 dez. 2024.
- JORGE, Aline Albuquerque; MACHADO, Angela dos Santos. Os movimentos socioterritoriais ea luta contra a fome durante a pandemia do novo coronavírus no Brasil. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**, v. 32, n. 2, p. 437-455, 2023.
- KEPKIEWICZ, Lauren. Pedagogy lost? Possibilities for adult learning and solidarity in food activism. **Studies in the Education of Adults**, v. 47, n. 2, p. 185-198, 2015.
- KERSSEN, Tanya M.; BRENT, Zoe W. Twelve Grounding the U.S. Food Movement: Bringing Land into Food Justice. In: ALKON, A. H.; GUTHMAN, J. (Org.). **The new food activism:** opposition, cooperation, and collective action. Oakland: University of California Press, 2017. p. 475-526.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação:** episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2020.
- KIRBY, Paul. Italy bans lab-grown meat in nod to farmers. **BBC**, 17 nov. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-67448116> Acesso em: 1 dez. 2024.
- KONCHINSKI, Vinicius. MST amplia foco e propõe aliança com a cidade por agricultura sustentável, diz Stédile. **Uol**, 29 abr. de 2010. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2010/04/29/mst-amplia-foco-e->

propoe-alianca-com-a-cidade-por-agricultura-sustentavel-diz-stedile.htm Acesso em: 1 dez. 2024.

- KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- _____. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- LAFAYE, Claudette; THÉVENOT, Laurent. Une justification écologique?: Conflits dans l'aménagement de la nature. **Revue Française de Sociologie**, v. 34, n. 4, p. 495-524, 1993.
- LAMINE, Claire. **Sustainable Agri-food Systems: Case Studies in Transitions Towards Sustainability from France and Brazil**. Londres: Bloomsbury Publishing, 2020.
- LANG, Regina Maria Ferreira; ALMEIDA, Cláudia Choma Bettega; TADDEI, José Augusto de Aguiar Carrazedo. Segurança alimentar e nutricional de crianças menores de dois anos de famílias de trabalhadores rurais Sem Terra. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n.7, p. 3111-3118, 2011.
- LANG, Tim; HEASMAN, Michael. **Food Wars: The Global Battle for Mouths, Minds and Markets**. Abingdon: Routledge Earthscan, 2009.
- LATOURE, Bruno. **Jamais fomos modernos**. São Paulo: Editora 34, 1994.
- _____. Moderniser ou écologiser. A la recherche de la septième Cité. **Ecologie politique**, v. 13, p. 5-27, 1995.
- _____. To modernize or to ecologize? That's the question. In: CASTREE, N.; WILLEMS-BRAUN B. (Org.). **Remaking Reality: Nature at the Millenium**, 1998. p. 221-242.
- _____. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede**. Salvador: Edufba, 2012.
- _____. **Diante de Gaia: oito conferências sobre a natureza no Antropoceno**. Ubu Editora, 2020. (a)
- _____. **Onde aterrizar? Como se orientar politicamente no Antropoceno**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. (b)
- LAUDAN, Rachel. Slow Food: The French Terroir Strategy, and Culinary Modernism. **Food, Culture & Society**, v. 7, n. 2, p. 133-144, 2004.
- LAURENTINO, Jackson Silva Lima et al. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e suas contribuições para a Segurança Alimentar e Nutricional durante a pandemia de covid-19 no Brasil. **Saúde e Sociedade**, v. 31, n. 4, p. 1-11, 2022.
- LAW, John. **After method: Mess in social science research**. Londres: Routledge, 2004.
- LEAL, Giuliana Franco; RIEDMANN, Luane do Nascimento; TRUTA, João Pedro Galdino. Potenciais e limites de movimentos sociais com foco em ativismo alimentar: reflexões a partir do estudo de caso do Slow Food Brasil. **Oikos: Família e Sociedade em Debate**, v. 34, n. 1, p. 1-22, 2023.
- LEANDRO, Rebeca Rose dos Santos. **Ativismo Alimentar no Brasil: Os Movimentos em torno das Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC)**. 2023. 125 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.
- LEITCH, Alison. The social life of lardo: slow food in fast times. **The Asia Pacific Journal of Anthropology**, v. 1, n. 1, p. 103-118, 2000.

- _____. Slow food and the politics of pork fat: Italian food and European identity. *Ethnos*, v. 68, n. 4, p. 437-462, 2003.
- LEKAKIS, Eleftheria J. Political Consumerism and Nationalist Struggles in Europe. In: BOSTR.M, M.; MICHELETTI, M.; OOSTERVEER, P. (Org.). **The Oxford Handbook of Political Consumerism**. Oxford: Oxford University Press, 2019. p. 457-478.
- LERRER, Débora Franco. **MST: como um movimento de "gaúchos" se enraizou no Nordeste**. Editora Appris, 2021.
- LERRER, Débora Franco; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Food Sovereignty and Struggle for Land: The Experience of the MST in Brazil. In: CONSTANCE, D.H.; RENARD, M.C.; RIVERA-FERRE, M.G. (Org.). **Alternative Agrifood Movements: Patterns of Convergence and Divergence**. Bingley: Emerald Group Publishing Limited, 2014. p. 111-135.
- LIEN, E, Marianne E.; NERLICH, Brigitte (Org.). **The politics of food**. Oxford: Berg; 2004.
- LIMA, Cristiane Cavalcante. **Ativismo alimentar e empreendedorismo de políticas públicas na agenda governamental do estado do Amazonas: análise dos casos da Comissão de Alimentos Tradicionais dos Povos no Amazonas (CATRAPOA) da Rede Maniva de Agroecologia (REMA)**. 2023. 223 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.
- LIMA NETO, Evaristo José. **A implantação de normas sanitárias e a disputa entre diferentes convenções de qualidade no mercado de leite na microrregião de Imperatriz-MA**. 2017. 247 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)- Universidade Federal do Maranhão, 2011.
- LOCKIE, Stewart. Bastions of White Privilege? Reflections on the Racialization of Alternative Food Networks. *Int. Jrnl. of Soc. of Agr. & Food*, v. 20, n. 3, p. 409-418, 2013.
- LODA, Mirella; BONATI, Sara; PUTTILLI, Matteo. History to eat. The foodification of the historic centre of Florence. *Cities*, v. 103, n. 102746, p. 1-11, 2020.
- LOERA, Nashieli Cecilia Rangel. **A Busca do Território: Uma Aproximação à Diversidade do seu Significado entre os Sem-Terra**. 2004. 153 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia)- Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.
- LONGHIN, Diego. Carlin Petrini dopo 32 anni lascia la presidenza di Slow Food. Il testimone passa al 36enne Edward Mukiini. *La Repubblica*, 16 jul. 2022. Disponível em: https://torino.repubblica.it/cronaca/2022/07/16/news/carlin_petrini_dopo_32_anni_la_scia_la_presidenza_di_slow_food_il_testimone_passa_al_36enne_edward_mukiini-358066980/ Acesso em: 1 dez. 2024.
- LOPES, Adriana L.; BUTTO, Andrea. (Org.). **Mulheres na Reforma Agrária a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2008.
- LORENZINI, Jasmine. Food Activism and Citizens' Democratic Engagements: What Can We Learn from Market-Based Political Participation? *Politics and Governance*, v. 7, n. 4, p. 131-141, 2019.
- _____. Political consumerism and food activism. In: GRASSO, M.; GIUGNI, M. (Org.). *The Routledge Handbook of Environmental Movements*. Londres: Routledge, 2022. p. 215-228.

- LOTTI, Ariane. The commoditization of products and taste: Slow Food and the conservation of agrobiodiversity. **Agriculture and Human Values**, v. 27, p. 71-83, 2010.
- MACHADO, Angela dos Santos. **A Formação dos Mercados da Reforma Agrária Popular pelo MST No Brasil (2003-2023)**. 2024. 246 f. Tese (Doutorado em Geografia)- Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2024.
- MACHADO FILHO, Onaldo Luis Brancante. **Cozinhar É Um Ato Político? O Cozinhar Doméstico Como Ativismo Alimentar**. 2023. 167 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.
- MALAFIA, Guilherme. **As convenções sociais de qualidade como suporte à configuração de sistemas agroalimentares locais competitivos: um estudo cross country na pecuária de corte**. 2007. 174 f. Tese (Doutorado em Agronegócios)- Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul, 2007.
- MALUF, Renato Sérgio. **Ações públicas locais de apoio à produção de alimentos e à segurança alimentar**. São Paulo: Pólis Assessoria, 1999.
- _____. Decentralized food systems and eating in localities: a multi-scale approach. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 59, n. 4, p. 1-19, 2021.
- MALUF, Renato Sérgio; BURLANDY, Luciene. **Sistemas alimentares, desigualdades e saúde no Brasil: desafios para a transição rumo à sustentabilidade e promoção da alimentação adequada e saudável**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2022.
- MANISCO, Elisa. Pro e contro McDonald's: la battaglia di Piazza di Spagna. **La Repubblica**, 8 dez. 2016. Disponível em: https://www.repubblica.it/venerdi/articoli/2016/12/08/news/la_battaglia_di_piazza_d_i_spagna-153700910/ Acesso em: 1 dez. 2024.
- MARCANTE, Giovanna. **Como, logo resisto: compreendendo o conceito de alimentação saudável pelo ativismo alimentar**. 2023. 96 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia)- Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2023.
- MARZIALETTI, Silvia. La sovranità alimentare mette tutti d'accordo: Dal ministro Lollobrigida a Slow Food, Fao, Coldiretti e Confagricoltura, sintonia nel sancire «il diritto di un popolo a stabilire il proprio livello e metodo di produzione nell'ambito agroalimentare». **Il Sole 24 Ore**, 19 dez. 2022. Disponível em: <https://www.ilsole24ore.com/art/la-sovranita-alimentare-mette-tutti-d-accordo-AE6vtRQC> Acesso em: 1 dez. 2024.
- MASTROVITO, Francesca; SIGNORONI, Eugenio (Org.). **Osterie d'Italia 2025: Sussidiario del mangiarbere all'italiana**. Bra: Slow Food, 2024.
- MATTE, Alessandra. **Convenções e mercados da pecuária familiar no sul do Rio Grande do Sul, Brasil**. 2017. 294 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural)- Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul, 2017.
- MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: _____. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003. p. 183-314.
- MAZZA, Amanda Guedes. Fome também é o que se come: as metáforas nos discursos do MST como construtoras de polêmica argumentativa sobre alimentos ultraprocessados. **Linha D'Água**, v. 37, n. 1, p. 25-46, 2024.

- McDONALD'S. Crescere insieme: McDonald's e l'Italia. 2024. Disponível em: <https://www.mcdonalds.it/sites/default/files/html/documents/2024-03/mcd-brochure-2024-03.pdf> Acesso em: 1 dez. 2024.
- McMICHAEL, Philip. A food regime genealogy. **Journal of Peasant Studies**, v. 36, n. 1, p. 139-169, 2009.
- _____. Historicizing food sovereignty. **Journal of Peasant Studies**, v. 41, n. 6, p. 933-957, 2014.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo. Atores, conflitos e políticas públicas para o campo no Brasil contemporâneo. **Caderno CRH**, v. 34, 1-16, 2021.
- MEDICI, Marco; CANAVARI, Maurizio; CASTELLINI, Alessandra. Exploring the economic, social, and environmental dimensions of community-supported agriculture in Italy. **Journal of Cleaner Production**, v. 316, n. 128233, p. 1-9, 2021.
- MELO, José G. The rise of LGBT representation in the Landless Workers' movement in Brazil. **Gender, Place & Culture**, p. 1-21, 2023.
- MEULEN, Hielke S. van der. The Emergence of Slow Food: Social entrepreneurship, local foods, and the Piedmont gastronomy cluster. In: HULSINK, W.; DONS, H. (Org.), **Pathways to High-Tech Valleys and Research Triangles: Innovative Entrepreneurship, Knowledge Transfer and Cluster Formation in Europe and the United States**. Nova Iorque: Springer, 2008. p. 225-247.
- MICHELETTI, Michele; FOLLESDAL, Andreas; STOLLE, Dietlind. **Politics, products, and markets: Exploring political consumerism past and present**. Nova Iorque: Transaction publishers, 2004.
- MIELE, Mara; MURDOCH, Jonathan. Fast food/Slow food: Standardizing and differentiating cultures of food. In: LAWRENCE, G.; ALMAS, R. (Org.). **Globalisation, localisation and sustainable livelihoods**. Farnham: Ashgate, 2003. p. 25-41.
- MIGLIORINI, Paola et al. Slow food Presidia: a sustainable agro-food systems?. EUROPEAN IFSA SYMPOSIUM, 9., 2010, Viena, **Anais...**, Viena: Universität für Bodenkultur, 2010. p. 1-13.
- MILANO, Serena; PONZIO, Rafaella; SARDO, Piero. **I Presidi Slow Food: Come avviare un Presidio, stabilire relazioni con i produttori, organizzare le attività del progetto**. Bra: Slow Food, 2020.
- MILANO, Serena; SANDRONE, Elena. **Mercati della Terra: Non sono mercati qualunque, ma spazi dove conoscere, acquistare e vendere cibo buono pulito e giusto**. Bra: Slow Food, 2020.
- MILLER, Daniel. Consumption studies as the transformation of anthropology. In: _____. **Acknowledging Consumption**. Londres: Routledge, 1995.
- _____. Consumption as the vanguard of history: a polemic by way of an introduction. In: _____. **Acknowledging consumption: A review of new studies**. Nova Iorque: Routledge, 2005. p. 1-57.
- _____. Consumo como cultura material. **Horizontes Antropológicos**, v. 13, n. 28, p. 33-64, 2007.
- MINTZ, Sidney. Food moderate speeds. In: WILK, R. (Org.). **Fast Food/Slow Food: The Cultural Economy of the Global Food System**. Lanham: Altamira Press, 2006. p. 3-12.

- MONTEIRO, Carlos Augusto et al. A new classification of foods based on the extent and purpose of their processing. **Cadernos de Saúde pública**, v. 26, n. 11, p. 2039-2049, 2010.
- MORAES, Isaías Albertin; FERREIRA, Gustavo Henrique Cepolini. Entrevista-Caminhos e desafios do MST para reforma agrária e a produção de alimentos saudáveis: entrevista com João Pedro Stédile. **Argumentos-Revista do Departamento de Ciências Sociais da Unimontes**, v. 20, n. 1, p. 222-236, 2023.
- MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.
- MORONI, Juliana; PEREIRA JUNIOR, Alfredo. A Intuição Ecológica Criativa na Tomada de Decisão Econômica na Democracia: o caso do Banco Finapop. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, v. 44, n. 1, 2022.
- MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo. **Críticas e justificações em torno de alternativas agrícolas no estado São Paulo**. 2013. 167 f. Tese de livre docência (Departamento de Economia Administração e Sociologia)- Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2013.
- MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo et al. Justificações em torno de assentamento periurbano da modalidade projetos de desenvolvimento sustentável no estado de São Paulo: uma justiça ecológica em questão. **Retratos De Assentamentos**, v. 19, n. 1, p. 21-41, 2016.
- MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo; DE GASPARI, Luciane; ALMEIDA, Bruna. Organização de Controle Social (OCS) e engajamento agroecológico das famílias do assentamento Milton Santos no estado de São Paulo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 25, n. 3, p. 545-560, 2017.
- MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo; DORIA, Natália Gebrim. A integração da noção de soberania na concepção predominante de segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Raízes**, v. 41, n. 2, p. 246-291, 2021.
- MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo et al. Justiça ecológica como bússola para ações em favor da agricultura urbana e periurbana. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 59, n. 4, p. 1-18, 2021.
- MOTTA, Renata. **Social mobilization, global capitalism and struggles over food: A comparative study of social movements**. Londres: Routledge, 2016.
- _____. Food for Justice: Power, Politics and Food Inequalities in a Bioeconomy. Preliminary Research Program. **Food for Justice Working Paper Series**, n. 1, p. 1-47, 2021.
- _____. Movimentos sociais como agentes de mudança: combatendo as desigualdades alimentares interseccionais, fazendo dos alimentos teias de vida. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 69, n. 3, p. 1-41, 2023.
- MST. **Quem Somos**: Apresentação. Disponível em: <https://mst.org.br/quem-somos/> Acesso em: 1 dez. 2024.
- _____. **Sem Terra em Cartaz**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- MUÑOZ, Estevan Felipe Pizarro. **Mercados das agriculturas familiares e camponesas: uma análise institucional comparada entre Brasil e Chile**. 2019. 269 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

- MUÑOZ, Estevan Felipe Pizarro et al. Agri-Food Markets towards Agroecology: Tensions and Compromises Faced by Small-Scale Farmers in Brazil and Chile. **Sustainability**, v. 13, n. 3096, p. 1-20, 2021.
- MUÑOZ, Estevan Felipe Pizarro et al. An institutional analysis of the role of three Italian organizational networks: Coldiretti, Slow Food and Genuíno Clandestino. **Redes**, v. 29, n. 1, p. 1-17, 2024.
- MUÑOZ, Estevan Felipe Pizarro; NIEDERLE, Paulo. Ativismo político para a construção de novos mercados alimentares: uma análise institucional comparada entre Brasil e Chile. **Agrociencia Uruguay**, v. 26, n. NE3, p. 1-8, 2022.
- MURDOCH, Jonathan; MIELE, Mara. A new aesthetic of food? Relational reflexivity in the ‘alternative’ food movement. In: HARVEY, M., MCMEEKIN, A., WARDE, A. (Org.). **Qualities of food**. Nova Iorque: Manchester University Press, 2004. p. 156-175.
- NAGUIB, Nefissa. The Compassionate Brother: A Note on Islamic Food Activism. **Food, Culture & Society**, v. 16, n. 3, p. 348-353, 2013.
- NAPPINI, Barbara. La sovranità alimentare non è sinonimo di autarchia: È un concetto lanciato nel 1996 dal movimento contadino internazionale «Via Campesina». **Il Manifesto**, 23 out. 2022. <https://archiviopubblico.ilmanifesto.it/Articolo/2003281336> Acesso em: 1 dez. 2024.
- NASCIMENTO, Manuela Alvarenga. **As práticas alimentares na sociedade globalizada: o caso do movimento Slow Food**. 2014. 251 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas)- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.
- NICHOLSON, Paul; BORRAS JUNIOR, Saturnino M. It wasn’t an intellectual construction: The founding of La Via Campesina, achievements and challenges – a conversation. **Journal of Peasant Studies**, v. 50, n. 2, p. 1-17, 2023.
- NIEDERLE, Paulo Andre. **Compromissos para a qualidade: projetos de indicação geográfica para vinhos no Brasil e na França**. 2011. 264 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)- Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul, 2011.
- _____. Políticas de valor nos mercados alimentares: movimentos sociais econômicos e a reconstrução das trajetórias sociais dos alimentos agroecológicos. **Século XXI - Revista de Ciências Sociais**, v. 4, n. 1, p. 162-189, 2014.
- _____. Convention Theory in the Latin American Agro-Food Studies. In: Diaz-Bone, R.; Larquier, G. (Orgs.). **Handbook of Economics and Sociology of Conventions**. Cham: Springer, 2023. p. 1-21.
- NIEDERLE, Paulo André; WESZ JUNIOR, Valdemar João. **As novas ordens alimentares**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.
- NIEDERLE, Paulo André et al. Ruptures in the agroecological transitions: institutional change and policy dismantling in Brazil. **The Journal of Peasant Studies**, v. 50, n. 3, p. 931-953, 2023.
- NIEMEYER, Carolina Burle de. **Movimentos sociais como produtores de conhecimento: a soberania alimentar no Movimento de Pequenos Agricultores (MPA)**. 2014. 265 f. Tese (Doutorado em Sociologia)- Universidade Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

- NOGUEIRA, Pablo; JORGE, Marcos. A luta do MST hoje não é só pela terra. **Jornal da Unesp**, 1 mar. 2024. Disponível em: <https://jornal.unesp.br/2024/03/01/a-luta-do-mst-hoje-nao-e-so-pela-terra/> Acesso em: 1 dez. 2024.
- OLIVEIRA, Daniel Coelho de. **Comida, carisma e prazer: um estudo sobre a constituição do Slow Food no Brasil**. 2014. 226 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- _____. **Comida, carisma e prazer: Um estudo sobre a constituição do Slow Food no Brasil**. Seropédica: Edur, 2020.
- PAIXÃO, Mayara. Terceira edição da Feira Nacional da Reforma Agrária, do MST, chega a SP em maio: Evento irá reunir meios urbano e rural com alimentos orgânicos e cultura popular; lançamento acontece dia 6 de abril. **Brasil de Fato**, 2 abr. 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/04/02/terceira-edicao-da-feira-nacional-da-reforma-agraria-do-mst-chega-a-sp-em-maio> Acesso em: 1 dez. 2024.
- PALM, Juliano Luís. **Processos de transição agroecológica: ecologia de projetos - uma abordagem pragmática, sistêmica e territorial na Região Serrana Fluminense**. 2021. 285 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.
- PARASECOLI, Fabio. The invention of authentic Italian food: narratives, rhetoric and media. In: SASSATELLI, R. (Org.). **Italians and Food**. Cham: Palgrave Macmillan, 2019. p. 101-127.
- _____. **Gastronativism: Food, identity, politics**. Nova Iorque: Columbia Universtiy Press, 2022.
- PARKINS, Wendy; CRAIG, Geoffrey. **Slow Living**. Oxford/Nova Iorque: Berg, 2006.
- PASOLINI, Caterina. Quando in piazza di Spagna a Roma scoppiò la guerra no-hamburger: Il precedente: McDonald's aprì nel 1986 il primo negozio italiano e tanti si mobilitarono per protestare. **La Repubblica**, 28 jun. 2016. Disponível em: https://firenze.repubblica.it/cronaca/2016/06/28/news/quando_in_piazza_di_spagna_scoppio_la_guerra_no-hamburger-142947299/ Acesso em: 1 dez. 2024.
- PATEL, Raj. **Stuffed and starved: the hidden battle for the world food system**. Nova Iorque: Melville House Publishing, 2007.
- _____. Mozambique's food riots: the true face of global warming. **The Guardian**, Londres, 4 set 2010. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2010/sep/05/mozambique-food-riots-patel> Acesso em: 1 dez. 2024.
- PEACE, Adrian. Terra Madre 2006: Political theater and ritual rhetoric in the slow food movement. **Gastronomica**, v. 8, n. 2, p. 31-39, 2008.
- PENNA, Camila. A relação de parceria entre o INCRA e os movimentos sociais no processo de implementação das políticas de reforma agrária. **Interseções**, v. 17, n. 1, p. 165-188, 2015.
- PEREIRA, João Márcio Mendes. Neoliberalismo e lutas camponesas no Brasil: contestação e resistência à reforma agrária de mercado do Banco Mundial durante o governo FHC. In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S.; PAULILO, M. I. (Org.). **A diversidade das formas das lutas no campo**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 279-302.

- PETRINI, Carlo. **Slow Food: the case for taste**. Nova Iorque: Columbia University Press, 2001.
- _____. Consumare senza sfruttare. **Slowfood**, n. 11, jun. 2005, p. 14.
- _____. **Terra Madre: Come non Farci Mangiare dal Cibo**. Bra: Slow Food Editore, 2009.
- _____. **Cibo e libertà: Slow Food: storie di gastronomia per la liberazione**. Bra: Slow Food Editore, 2013. (a)
- _____. **Slow Food: Le ragioni del gusto**. Bari: Editora Laterza, 2013. (b)
- _____. Quando l'emigrante era Bergoglio: Il Papa è figlio di migranti in piemontesi in terra d'Argentina e ha memoria di un'epopea che orma il nostro paese ha dimenticato. **La Repubblica**, 10 jul. 2013. Disponível em: https://www.repubblica.it/la-repubblica-delle-idee/societa/2013/07/10/news/quando_1_emigrante_era_bergoglio-62745432/ Acesso em: 1 dez. 2024. (c)
- _____. Guida alla lettura di Carlo Petrini. In: Francesco, Papa. **Laudato si'**: enciclica sulla cura della casa comune. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2015. p. 5-23.
- _____. **Buono, pulito e giusto**. Bra: Slow Food Editore, 2016.
- _____. Carlo Petrini: facciamo chiarezza sul concetto di sovranità alimentare. **La Stampa**, 25 out. 2022. Disponível em: <https://www.slowfood.it/sovranita-alimentare-facciamo-chiarezza/> Acesso em: 1 dez. 2024.
- _____. **Terrafutura: Diálogos com o Papa Francisco sobre ecologia integral**. São Paulo: Editora Senac, 2024.
- PETRINI, Carlo; PADOVANI, Gigi. **Slow Food: Storia di un'utopia possibile**. Bra: Slow Food Editore, 2017.
- PETRINI, Carlo; SCHUTTER, Olivier de. Carlo Petrini e Olivier De Schutter: «La transizione ecologica pensi ad abolire la fame»: «Bisogna ideare un sistema di distribuzione del cibo che coinvolga la società civile globale». **La Stampa**, 18 ago. 2022. Disponível em: https://www.lastampa.it/cultura/2022/08/18/news/carlo_petrini_e_olivier_de_schutter_la_transizione_ecologica_pensi_ad_abolire_la_fame-6783129/ Acesso em: 1 dez. 2024.
- PIATTI, Cinzia. Slow Food Presidia: the nostalgic and the utopian. In: STOCK, P. V.; CAROLAN, M.; ROSIN, C. (Org.). **Food Utopias**. Abingdon: Routledge, 2015. p. 88-106.
- PIETRYKOWSKI, Bruce. You are what you eat: The social economy of the slow food movement. **Review of Social Economy**, v. 42, n. 3, p. 307-321, 2004.
- _____. **The political economy of consumer behavior: Contesting consumption**. Routledge, 2009.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SCALCO, Lucia Mury. The right to shine: Poverty, consumption and (de) politicization in neoliberal Brazil. **Journal of Consumer Culture**, v. 23, n. 2, p. 312-330, 2023.
- PINTO, Luís Fernando Guedes et al. Quem são os poucos donos das terras agrícolas no Brasil: o mapa da desigualdade: O mapa da desigualdade. **Sustentabilidade em Debate**, n. 10, p. 1-21, 2020.

- PIRES, Thalita. Conheça os candidatos apoiados pelo MST eleitos em todo o país; Maíra se elege no Rio de Janeiro. **Brasil de Fato**, 6 out. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/10/06/conheca-os-candidatos-apoiados-pelo-mst-eleitos-em-todo-o-pais> Acesso em: 1 dez. 2024.
- PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e Impérios Alimentares**. Porto Alegre: Editora da UFRGS; 2008.
- POLLAN, Michael. The food movement, rising. Nova Iorque: **The New York Review of Books**, 2010.
- POLLETTA, Francesca; GARDNER, Beth Gharrity. Narrative and Social Movements. In: DELLA PORTA, D.; DIANI, Mario. (Org). *The Oxford Handbook of Social Movements*. Oxford, Oxford University Press, 2015. (versão on-line). p. 1-18.
- POMPEIA, Caio; SCHNEIDER, Sergio. As diferentes narrativas alimentares do agronegócio. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 57, p. 175-198, 2021.
- PORTILHO, Fátima. Novos atores no mercado: movimentos sociais econômicos e consumidores politizados. *Revista Política e Sociedade*. **Dossiê Sociologia Econômica**, v. 8, n. 15, p. 199-224, 2009.
- _____. Ativismo alimentar e consumo político: Duas gerações de ativismo alimentar no Brasil. **Redes**, v. 25, n. 2, p. 411-432, 2020.
- PORTILHO, Fátima; BARBOSA, Livia. A adesão à “causa” rural e da agricultura familiar por consumidores e seus movimentos organizados. In: MARQUES, F.C.; CONTERATO, M.A.; SCHNEIDER, S. (Org). **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 251-273.
- PORTILHO, Fátima; CASTAÑEDA, Marcelo; CASTRO, Inês Rugani Ribeiro de. A alimentação no contexto contemporâneo: consumo, ação política e sustentabilidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 1, p. 99-106, 2011.
- PORTILHO, Fátima; MICHELETTI, Michele. Politicizing Consumption in Latin America. In: BOSTRÖM, M.; MICHELETTI, M.; OOSTERVEER, P. (Org.). **The Oxford Handbook of Political Consumerism**. Oxford: Oxford University Press, 2018. p. 539-557.
- PORTILHO, Fátima; SCHUBERT, Maycon N.; MOTTA, Renata. Ativismos Alimentares: diferentes faces e abordagens. In: Niederle, P. A. et al. **Ativismos Alimentares**. (no prelo).
- PRICE, Catherine. The online genetically modified food debate: Digital food activism, science and alternative knowledges. **Digital Geography and Society**, v. 2, p. 1-10, 2021.
- RAYNOLDS, Laura T.; MURRAY, Douglas; WILKINSON, John (Org.). **Fair trade: The challenges of transforming globalization**. Abingdon: Routledge, 2007.
- REDAÇÃO La Repubblica. Carlo Petrini: “Salviamo i contadini, sono loro la nostra identità. Serve più rispetto da GDO e consumatori”. **La Repubblica**, 24 ago. 2024. Disponível em: https://www.repubblica.it/il-gusto/2024/08/28/news/carlo_petrini_agricoltura_base_identita_italiana-423465388/ Acesso em: 1 dez. 2024.

- REDE PENSSAN. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil (II VIGISAN)**: Relatório final. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2022.
- REID, Michael. **Forgotten continent**: the battle for Latin America's. Londres: Yale University Press, 2017.
- RENTING, Henk; SCHERMER, Markus; ROSSI, Adanella. Building Food Democracy: Exploring Civic Food Networks and Newly Emerging Forms of Food Citizenship. **Int. J. of Soc. of Agr. & Food**, v. 19, n. 3, p. 289-307, 2012.
- RETIÈRE, Morgane; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. A justiça ecológica em processos de reconfiguração do rural: estudo de casos de neorrurais no estado de São Paulo. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, n. 3, p. 490-503, 2019.
- RIBEIRO, Maria João Alves. **Um alimento político e uma política que alimenta**: o ativismo do Slow Food no Brasil. 2019. 149 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social)- Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2019.
- RITZER, George. The McDonaldization of Society. **Journal of American Culture**, v. 6, n. 1, p. 100-107, 1983.
- _____. **The McDonaldization of Society**: Into the Digital Age. Los Angeles: Sage Publishing, 2019.
- RODRIGUES, Jéssica. Marina do MST toma posse como deputada estadual no Rio de Janeiro: A nova parlamentar caminhou com centenas de pessoas até o Palácio Tiradentes em ato simbólico de uma posse popular. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/02/01/marina-do-mst-toma-posse-como-deputada-estadual-no-rio-de-janeiro> Acesso em: 1 dez. 2024.
- ROSA, Marcelo Carvalho. Estado e ações coletivas na África do Sul e no Brasil: por uma sociologia contemporânea dos países não exemplares. **Sociologias**, v. 10, n. 20, p. 292-318, 2008.
- _____. Para além do MST: o impacto nos movimentos sociais brasileiros. In: CARTER, Miguel (Org). **Combatendo a desigualdade social**: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 461-478.
- _____. Reforma agrária e land reform: movimentos sociais e o sentido de ser um sem-terra no Brasil e na África do Sul. **Caderno CRH**, v. 25, n. 64, p. 99-114, 2012.
- ROSA, Marcelo C.; PENNA, Camila; CARVALHO, Priscila Delgado. Movimentos e estado como coletivos instáveis e heterogêneos: uma agenda teórico-metodológica a partir de três estudos de casos. **Civitas**, v. 20, n. 3, p. 499-512, 2020.
- ROSSET, Peter M.; MARTÍNEZ-TORRES, Maria Elena. Rural social movements and agroecology: context, theory, and process. **Ecology and Society**, v. 17, n. 3, p. 1012, 2012.
- ROSSI, Adanella; BRUNORI, Gianluca. Drivers of transformation in the agro-food system. GAS as co-production of Alternative Food Networks. EUROPEAN IFSA SYMPOSIUM, 9., 2010, Viena, **Anais...**, Viena: Universität für Bodenkultur, 2010. p. 1913-1931.
- ROVER, Oscar José; DAROLT, Moacir Roberto. Circuitos curtos de comercialização como inovação social que valoriza a agricultura familiar agroecológica. In: DAROLT, M.R.;

- ROVER, O.J. **Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social**. Florianópolis: Estúdio Semprelo, 2021. p. 19-44.
- RUCKERT, Bianca Ruckert; GAIA, Marília Carla Mello. Educação popular, saúde e segurança alimentar em áreas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Tempus-Actas de Saúde Coletiva**, v. 8, n. 2, p. 157-171, 2014.
- SABOURIN, Eric et al. The dismantling of the rural and environmental public policies in Brazil. **Cahiers Agricultures**, v. 29, n. 31, p. 1-8, 2020.
- SALONE del Gusto e Terra Madre 2016: il bilancio finale, un milione di visitatori. **La Repubblica**, 30 nov. 2016. Disponível em: https://torino.repubblica.it/cronaca/2016/11/30/news/salone_del_gusto_e_terra_madr_e_2016_il_bilancio_finale_un_milione_di_visitatori-153174755/ Acesso em: 1 dez. 2024.
- SANTOS, Iolanda Araujo Ferreira. **“Sem mulher a luta vai pela metade”**: Mulheres, feminismo e política no MST. 2019. 173 f. Tese (Doutorado em Extensão Rural)- Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019.
- SANTOS, Manuela Maluf. **Ativismo alimentar**: experiências locais de produção e consumo de alimentos. 2021. 102 f. Dissertação (Mestrado em Ciências)- Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2021.
- SASSATELLI, Roberta. L'alimentazione: gusti, pratiche e politiche. **Rassegna italiana di sociologia**, v. 45, n. 4, p. 475-492, 2004.
- _____. (Org.). **Italians and Food**. Cham: Palgrave Macmillan, 2019.
- SASSATELLI, Roberta; DAVOLIO, Federica. Consumption, Pleasure and Politics Slow Food and the politico-aesthetic problematization of food. **Journal of Consumer Culture**, v. 10, n. 2, p. 202-232, 2010.
- SAUER, Sérgio. “Reforma agrária de mercado” no Brasil: um sonho que se tornou dívida. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 18, n. 1, p. 98-126, 2010.
- SCHMITT, Claudia Job; GRISA, Catia. Agroecologia, mercados e políticas públicas: uma análise a partir dos instrumentos de ação governamental. In: NIEDERLE, P.A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F.M. **Agroecologia**: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós, 2013. p. 215-265.
- SCHNEIDER, Tanja et al. (Org.). **Digital food activism**. Londres: Routledge, 2018.
- SCHLOSSER, Eric. **Fast food nation**: what the all-american meal is doing to the world. Londres: Penguin Books, 2002.
- SCHUBERT, Maycon Noremberg. Conveniencialização da comida e do comer. **Confins - Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia**, n. 59, 2023.
- SCHUBERT, Maycon Noremberg; PORTILHO, Fátima. Ativismo alimentar e consumo político alimentar: uma análise a partir da Teoria das Práticas Sociais. In: SCHUBERT, M. N.; TONIN, J.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Desafios e tendências da alimentação contemporânea**: consumo, mercados e ação pública. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2023. p. 19-45.
- SCRINIS, Gyorgy. **Nutricionismo**: a ciência e a política do aconselhamento nutricional. São Paulo, Editora Elefante, 2021.

- SIGAUD, Lygia et al. A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana. **Novos estudos CEBRAP**, v. 58, p. 73-92, 2000.
- SIMONETTI, Luca. The ideology of slow food. **Journal of European Studies**, v. 42, n. 2, p. 168-189, 2012.
- SINGER, Paul. **Ensaio Sobre Economia Solidária**. Coimbra: Almedina, 2018.
- SILVA, Roberta Maria Lobo da Silva. **A Dialética do Trabalho no MST: A Construção da Escola Nacional Florestan Fernandes**. 2005. 319 f. Tese (Doutorado em Trabalho e Educação)- Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.
- SILVA, Sandra Procopio. **As mulheres do assentamento Émerson Rodrigues/MST: Os desafios na produção de alimentos e a construção da soberania alimentar**. 2015. 174 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia)- Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2015.
- SILVA, Pedro Xavier et al. As Fortalezas Slow Food no Brasil. In: BIROCHI, R.; ROVER, O.J.; SCHULTZ, G. **Alimentos bons, limpos e justos da Agricultura Familiar Brasileira**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2019. p. 55-74.
- SILVEIRA, Vicente Carvalho Azevedo. **Campanhas políticas de solidariedade: movimentos sociais e doação de alimentos na pandemia de Covid-19**. 2022. 238 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.
- SINISCALCHI, Valerie. Environment, regulation and the moral economy of food in the Slow Food movement. **Journal of Political Ecology**, v. 20, n. 1, p. 295-305, 2013.
- _____. Slow Food activism between politics and economy. In: COUNIHAN, C.; SINISCALCHI, V. (Org.). **Food activism: agency, democracy and economy**. Londres: Bloomsbury Academic, 2014. p. 225-242.
- _____. Il gusto politico del movimento Slow Food. **E/C**, v. 8, n. 26, p. 139-152, 2019.
- _____. **Slow Food: The economy and politics of a global movement**. Londres: Bloomsbury Academic, 2023.
- SINISCALCHI, Valerie; COUNIHAN, Carole. Ethnography of food activism. In: COUNIHAN, C.; SINISCALCHI, V. (Org.). **Food activism: agency, democracy and economy**. Londres: Bloomsbury Academic, 2014. p. 3-14.
- SNOW, David A; TROM, Danny. The case study and the study of social movements. In: KLANDERMANS, B.; STAGGENBORG, S. (Org.). **Methods of social movement research**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2002.
- SONNINO, Roberta; MARSDEN, Terry. Beyond the divide: rethinking relationships between alternative and conventional food networks in Europe. **Journal of Economic Geography**, v. 6, p. 181-199, 2006.
- SOUZA, Natália Almeida. “Por terra, arte e pão”: as Feiras Nacionais da Reforma Agrária e as novas narrativas de resistências camponesas a partir da Cultura Popular. **ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS**, 9., 2021, Rio de Janeiro, **Anais...**, Rio de Janeiro, 2021. p. 1-19.
- SOUZA, Andre Luiz; SCHNEIDER, Sergio. Internalização da soberania alimentar: desafios do MST em construir caminhos alternativos. **Retratos de Assentamentos**, v. 25, n. 2, p. 266-299, 2022.

- STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.** São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- STEDILE, João Pedro; CARVALHO, Horácio Martins de. Soberania Alimentar: uma necessidade dos povos. **Portal EcoDebate**, p. 5-27, 2011. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2011/03/25/soberania-alimentar-uma-necessidade-dos-povos-artigo-de-joao-pedro-stedile-e-horacio-martins-de-carvalho/> Acesso em: 1 dez. 2024.
- STENGERS, Isabelle. **Une autre science est possible!** Manifeste pour un ralentissement des sciences. Paris: La Découverte, 2013.
- STOLLE, Dietlind; HOOGHE, Marc; MICHELETTI, Michele. Politics in the supermarket: Political consumerism as a form of political participation. **International Political Science Review**, v. 26, n. 3, p. 245-269, 2005.
- STOLLE, Dietlind; MICHELETTI, Michele. Political consumerism: Global responsibility in action. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2015.
- SURO, Mary Davis. Romans Protest Mcdonald's. **The New York Times**, 5 maio 1986. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1986/05/05/style/romans-protest-mcdonald-s.html> Acesso em: 1 dez. 2024.
- SVAMPA, Maristella. Movimientos sociales, matrices socio-políticas y nuevos escenarios en América Latina. **OneWorld Perspectives**, n. 1, p. 1-26, 2010.
- TANAKA, Jennifer. **“Comer é um ato político”**: O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e a politização do consumo. 2019. 156 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- _____. Food activism and social movements in Brazil: Movimento do Trabalhadores Rurais SemTerra (MST) and Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) experiences. **NOVEL FOODS AND NOVEL FOOD PRODUCTION: A SOLUTION TO FOOD SYSTEMS SUSTAINABILITY?**, 2023, Roma: The American University of Rome. p. 1-3.
- TANAKA, Jennifer; PORTIILHO, Fátima. Ambiguidades da politização do consumo: o caso do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) na cidade do Rio de Janeiro. **Revista Raízes**, v. 39, n. 2, p. 344-358, 2019.
- TILLY, Charles. **From Mobilization to Revolution.** Nova Iorque: Random House, 1978.
- THOMPSON, Craig J.; KUMAR, Ankita. Beyond consumer responsabilization: Slow Food's actually existing neoliberalism. **Journal of Consumer Culture**, v. 21, n. 2, p. 317-336, 2021.
- TOFFLER, Alvin. **Previews and Premises.** Montreal: Black Rose Books, 1984.
- TONON, Rafael. **As revoluções da comida: o impacto de nossas escolhas à mesa.** São Pualo, Todavia, 2021.
- TRENTMANN, Frank. Beyond Consumerism: New Historical Perspectives on Consumption. **Journal of Contemporary History**, v. 39, n. 3, p. 373-401, 2004.
- _____. Knowing consumers - histories, identities, practices: an introduction. In: _____. **The making of the consumer: knowledge, power and identity in the modern world.** Oxford: Berg, 2005, p. 1-27.

- TSUI, Emma et al. Engaging Youth in Food Activism in New York City: Lessons Learned from a Youth Organization, Health Department, and University Partnership. **Journal of Urban Health: Bulletin of the New York Academy of Medicine**, v. 89, n. 5, 2012
- VAN DAM, Denise; NIZET, Jean. Organic farmers facing the processes of institutionalization and conventionalization. A longitudinal study in Belgium. **Revue d'Études en Agriculture et Environnement**, v. 95, n. 4, p. 415-436, 2014.
- VETTORI, Emilio. Trent'anni fa lo scandalo del vino al metanolo: nessun risarcimento ancora per le vittime: La Barbera adulterata dai Ciravegna causò 23 morti in tutta l'Italia. **La Repubblica**, 17 mar. 2016. Disponível em: https://torino.repubblica.it/cronaca/2016/03/17/news/trent_anni_fa_lo_scandalo_del_vino_al_metanolo_nessun_risarcimento_ancora_per_le_vittime-135671062/ Acesso em: 1 dez. 2024.
- VIEIRA, Fernanda Maria da Costa. **Presos em nome da lei?** Estado penal e criminalização do MST. São Geraldo: Editora Dom Quixote, 2006.
- VIVERO-POL, Jose Luis. The idea of food as commons or commodity in academia. A systematic review of English scholarly texts. **Journal of Rural Studies**, v. 53, p.182-201, 2017. (a)
- _____. Food as Commons or Commodity? Exploring the Links between Normative Valuations and Agency in Food Transition. **Sustainability**, v. 9, n. 442, p.1-23. 2017. (b)
- UETA, Mariana Hase et al. Food sustainability in a context of inequalities: meat consumption changes in Brazil (2008–2017). **Environment, Development and Sustainability**, v. 26, n. 3, p. 6377-6391, 2024.
- WARDLE, Jennifer et al. Unexpected effects of urban food activism on community and human wellbeing. **Local environment**, v. 29, n. 5, p. 647-662, 2024.
- WILLETT, Walter et al. Food in the Anthropocene: the EAT-Lancet Commission on healthy diets from sustainable food systems. **Lancet**, v. 393, n. 10170, p. 447-492, 2019.
- WILK, Richard (Org.). **Fast Food/Slow Food: The Cultural Economy of the Global Food System**. Lanham: Altamira Press, 2006
- WILKINSON, John. **The mingling of markets, movements and menus: the renegotiation of rural space by NGOs, social movements and traditional actors**. WORKSHOP INTERNACIONAL GLOBALISATION: SOCIAL AND CULTURAL DYNAMICS, 2006, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: MINDS/BNDES, 2006, p. 1-25.
- _____. **O sistema agroalimentar global e brasileiro face à nova fronteira tecnológica e às novas dinâmicas geopolíticas e de demanda**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2022.
- _____. **O Mundo dos Alimentos em Transformação**. Mesmos Pratos. Novos Ingredientes, Processos e Atores. Curitiba: Editora Appris, 2023.
- WITTMAN, Hannah; DESMARAIS, Annette; WIEBE, Nettie. The origins and potential of food sovereignty. In: _____. **Food sovereignty: Reconnecting food, nature and community**. Halifax: Fernwood Publishing, 2010. p. 1-14.

Apêndice A. Trechos originais de artigos e obras consultados, distribuídos por ordem alfabética (autor e data de publicação).

Alkon e Guthman (2017)

[...] a more vibrant, diverse food activism depends on understanding the ways that neoliberalism constrains political possibilities, and that this theoretical undertaking can help create space for other forms of food politics to develop” (p. 31).

[...] despite the national and even global nature of food activism, our chapters are disproportionately sited in California. This reflects our own locations and the networks of scholars with whom we work, as well as California’s leading role in alternative food activism and critical food studies (p. 44).

[...] a new direction in food activism, or, more accurately, a return to a more collective, social justice-oriented tradition of food activism that never went away but has been overshadowed by the emphasis on the creation of market-oriented alternatives (p. 44).

Apolitical and market-based approaches continue to drive the development of alternative food commodities and spaces of commerce (p. 536).

Amo (2023)

[...] an original interpretation of food sovereignty [...] one that is not based on a clear anti-capitalist ideology, but on the inclusion of a great variety of actors involved in our food system (p. 656).

Andrews (2008)

Slow Food’s appeal lies in the admiration many hold for the sheer capacity for ‘good living’ that is indicative of Italy (p. ix).

Part of this is due to the aesthetic emphasis on taste, where Slow Food, in emphasizing quality of food is also, in effect, passing judgment on inferior tastes (p. 45).

Slow Food has normally avoided boycotts and campaigns against supermarkets or fast food stores [...] Normally, the Slow Food position is to defend and protect artisan products at risk of extinction rather than to openly challenge or confront major corporations (p. 88).

Normally, the Slow Food position is to defend and protect artisan products at risk of extinction rather than to openly challenge or confront major corporations (p. 88). It is not solely a consumer movement which acts on behalf of, or merely in alliance with, producers. Rather it is a movement which is committed to the liberation of the producer (p. 88).

Bringel (2019)

If we take a look at the region as a whole during the last century, this matrix strongly underpins all demands for agrarian reform, land struggles and agrarian references guiding social movements throughout LA, many of them regionally articulated around La Via Campesina, and strongly influenced by Brazil’s Landless Workers’ Movement (p. 341)

Therefore, territory should be considered not only as a material basis where collective action unfolds, but also as a place laden with power/knowledge/resistance relationships that help shape senses of belonging and recreate social ties, and where territorialities are disputed (p. 343).

[...] struggles from a transversal perspective, we see new types of rights arising, such as, for example, the right to food and food sovereignty, which redefines the role of agrarianism, cross-cutting the classic matrices (p. 347).

Brunori, Rossi e Guidi (2011)

[...] laboratories for experimenting with new solutions to the problems emerging in Society (p. 5).

Connell (2020)

[...] the very idea of theory involves talking in universals. It is assumed that all societies are knowable, and they are knowable in the same way and from the same point of view (p. 44).

We really have no choice but to face the difficulties of doing theory in a globally inclusive way (p. 48).

Most theoretical texts in the social sciences are written in the global North, and most proceed on the assumption that this does not matter (p. 50).

Special prestige accrues to theory which is so abstracted that its statements seem universally true—the indifference curves of consumption economics, the structural models of Lévi-Strauss, the practice models of Bourdieu and Giddens—or which seems applicable everywhere, such as Foucault’s models of power and subjecthood (p. 196).

To readers steeped in metropolitan ideas of the social, and familiar with concepts such as class, culture or alienation, “land rights” may seem either an exotic or a marginal concept (p. 202).

To think in this way is to reject the deeply entrenched habit of mind, mentioned at the start of this chapter, by which theory in the social sciences is admired exactly in the degree to which it escapes specific settings and speaks in abstract universals (p. 206).

The land, therefore, is not irrelevant, even in the citadels of globalisation. We have to understand its social significance in a complex dialectic of place and power, of which the history of colonisation and the consequent land rights struggles of indigenous people are key parts. These struggles, the experiences that underlie them and the arguments advanced in them are now strategic matters of social justice globally. Taking them seriously, and learning from them, is necessary for regenerating social science on a world scale (p. 209).

Counihan (2014a)

In Italian, I did not use the literal translation of food activism, "*attivismo alimentare*" [...] Instead, I told people I was studying "*l'alimentazione alternativa*" – "alternative foodways" – those challenging the agro-industrial model and aiming for food democracy (p. 220).

Counihan (2021)

The association is an important player in Italy’s landscape of food activism (p. 77).

Counihan e Siniscalchi (2014)

[They] show how activism takes place on narrow or broad stages in diverse settings with local, national, and international connections and highlight the migration of ideas and modes of action across geographic, social and cultural contexts (p. 8).

Crépault (2013)

Political consumerism is a Northern Project with a Northern agenda (p. 207).

Davolio e Sassateli (2014)

it aims at creating alternatives to the mechanisms and distortions of neoliberal food globalisation partially relying on its same tools (from product marketing to large distribution) with results that are at best parallel, at worst encompassed by that economic mainframe that SF aims at fighting (p. 93).

FAO (2016)

Petrini will help ensure a better understanding of FAO's vision of a world free of hunger and malnutrition in which food and agriculture contribute towards improving livelihoods, particularly those of poor people.

Fernandes (2013)

It is not only a struggle for land but also a struggle for the production of quality food (p. 3).

Fernandes (2022)

The movement has a sophisticated legal argument for land distribution and a rich theoretical analysis of the role that unequal land ownership has played in the generation of broader injustices and violence in the country (p. 2).

Goodman (2004)

To imagine radical change in food production, systems of provision, and the spatial scaling of everyday foodways without the agency of consumers is simply quixotic (GOODMAN, 2004, p. 13).

Goodman e Dupuis (2002)

Consumer activism may never overturn the capitalist system, but as a political action, it does wield power to shape the food system (p. 13).

Goodman, Dupuis e Goodman (2012)

[...] broader project of social empowerment and progressive change [...] that [by] their critiques of conventional or mainstream systems have created a new politics of food (p. 4).

[...] we rearticulate food politics toward an understanding of the world **as relational and process-based rather than perfectionist**" (p. 6, grifo do autores).

We reject a politics that holds up an ideal utopian "romantic" model of society and then works to change society to meet that standard (GOODMAN; DUPUIS; GOODMAN, 2012, p. 14).

It is this "unfixedness" that makes it necessary to keep food systems in the larger ongoing civic conversation about making a better world, with the "better" defined differently and reflexively by different people" (p. 156).

Different ways of knowing can coexist without having to compete for dominance (p. 186).

We develop a critique of perfectionism and perfectionist food reform movements, arguing that these create new visions of the good life by constructing new categories of pure eating and living. But all social movements based on purity are intrinsically exclusionary, establishing strongly demarcated boundaries between the pure and the impure. The book therefore advocates an 'imperfect politics' that rejects notions of purity and their intrinsic dichotomies as the starting point of positive social action" (p. 428).

[Not to] miss larger questions about how to create a better world despite different ideas of that better world (p. 428).

Guthman (2007)

I don't harbor the fantasy that individual, yuppified, organic, slow food consumption choices are the vehicles to move toward a more just and ecological way of producing and consuming food (p. 263).

Kerssen e Brent (2017)

Landgrabs provoke more than homelessness and loss of livelihoods—they devastate people culturally and spiritually, wrenching them from the place that defines them (p. 478).

Land is the foundation of our food system—a source of nourishment and cultural identity, and the basis for life itself. Like food, it is a terrain of struggle, a reflection of power relations, and a potential lever for social transformation (p. 479).

Lafaye e Thévenot (1993)

[...] l'ébranlement le plus considerable que la question ecologique fait subir a la grammaire du sens commun du juste résulte de l'extension de la communauté de référence au-delà de l'humanité. L'invocation de la nature conduit en effet à un élargissement de la liste des êtres impliqués dans l'interrogation sur le juste. Dans les conflits, nous voyons fréquemment intervenir des associations qui ne défendent pas des personnes ou des collectifs mais qui se font les porte-parole d'animaux ou de plantes généralisés en espèces (p. 516).

Latour (1998)

There can be no "ecological regime" since it is very easy to show how any of the empirical sites tackled by green politics borrows its principle of justification to one of the six Cities already in place (p. 6).

Boltanski and Thévenot were content with the usual reading offered by the canonical commentators of political philosophy they chose to consider. They took for granted the detached human offered to them by the humanist tradition, the human whose ultimate risk would be to be confused with a human nature. But non-human is not inhuman. If ecology has nature as its goal and not humans, it follows that there can be no regime of ecology. But if the aim of ecology is to open up the question of humanity, it conversely follows that there is a 'seventh regime' (p. 16).

All the other regimes clearly belong to the world of political philosophy. They are all anthropocentric. Only the 'seventh regime' forces us to speak about science and to plunge human beings into what makes them humans (p. 21).

Leitch (2003)

In this kind of strategic symbolic reversal, the food artisan is envisaged not as a backward-thinking conservative standing in the way of progress, but rather, as a quintessential modern subject, a holder par excellence of national heritage (p. 447).

Lerrer e Medeiros (2014)

Setting off from the premise that food is a basic human right, the movement claims that all peoples have the right to produce their own food in their own territory, 'in ways that enhance the environment and peoples' cultural values'. Seen as a basic human right, the concept encompasses both the notion that in political terms, local production should be prioritized for local consumption, as well as the notion, which is not only prior to capitalism but also anti-capitalist, that only the surplus should be commercialized (p. 129).

Lockie (2013)

[...] there is a distinct tendency within the relevant literature to imply representativeness (p. 410).

Micheletti, Follesdal e Stolle (2004)

[...] consumer choice of producers and products with the goal of changing objectionable institutional and market practices (p. xiv).

Migliorini et al (2010)

The Ark recognizes the cultural relevance of a product, but does not require any particular action or intervention from Slow Food beyond the dissemination of the product information. [...] The Presidia program is the tool that Slow Food uses to assist directly producers in the marketing, protection and promotion of products that have been listed in the Ark catalogue (p. 2).

The guarantee systems over the small dimension of the Presidium (few producers and low product quantities) is assurance through food community that has a strong social control (p. 4).

Taste quality is the primary and most important aspect, as it distinguishes Slow Food from various other organizations (environmental and humanitarian), which have similar goal. In order to be a Presidium the product must taste excellence (p. 5).

Balance means harmony between the aromas and flavors typical to a product; Origin refers to the product's expression of particular taste qualities linked to its area of origin; Complexity refers to the positive development of the flavour of a product during the course of a tasting (p. 5).

Motta (2021)

[...] social movements have challenged dominant understandings of food [...] with new activist idioms and expressions to denote the political ontology of food politics” (p. 8).

Murdoch e Miele (2004)

Slow Food sees food as an important feature of the quality of life, the pleasure it gives is therefore its most important characteristic. As the Slow Food manifesto puts it, the aim is to promulgate a new ‘philosophy of taste’, the guiding principle of which is ‘conviviality and the right to taste and pleasure’. The pleasurability of food derives from the aesthetic aspects of production, processing and consumption. All such activities are considered ‘artful’: they require skill and care, and they evolve by building on the knowledges of the past to meet the new social needs of contemporary consumers (p. 165).

Parasecoli (2022)

Their positions about what is tasteful, appropriated, healthy, authentic, and above all, affordable may be resented as elitist and contrary to the community ethos and interests [...] they can be blind to their own biases, which exclude or ignore large parts of the population (p. 69).

Peace (2008)

Terra Madre is the political flagship of Slow Food (p. 31).

Petrini [2005]/(2016)

[...] non [se] utilizzava più la stessa materia prima con cui faceva quella peperonata che riecheggiava nella mia memoria gustoolfattiva: i peperoni quadrati d’Asti, una varietà carnosa, profumata e gustosa, non erano quasi più prodotti nella zona. Al loro posto impiegava perciò peperoni importati dall’Olanda, meno costosi, coltivati in maniera intensiva da varietà ibride per ottenere un risultato ottimo alla vista, con i loro colori sgargianti, perfetti per l’esportazione («in una cassetta ce ne stanno trentadue, non uno di più non uno di meno, e sono tutti belli, sempre uguali», mi disse), ma drammaticamente insapori (p. 16).

I consuetudini agricole che li hanno resi tipici e, evidentemente, ben inseriti negli ecosistemi originali; [...] una ricetta tradizionale completamente snaturata (p. 16-17).

La materia prima dev’essere coltivata e prodotta in maniera sostenibile, la biodiversità e le tradizioni alimentari e produttive locali vanno salvaguardate a tutti i costi (p. 17).

Carnefice perché gli insostenibili metodi dell’agro-industria hanno decretato la scomparsa di moltissime colture produttive sostenibili, che offrivano elementi identitari alle comunità che le praticavano e sommo piacere al gastronomo in cerca di saperi e sapori di valore (p. 28).

Il punto infatti, già da tempo, non è più la quantità di cibo prodotto, bensì la sua qualità complessa, che va dal gusto alla varietà, dal rispetto per l’ambiente, gli ecosistemi e i ritmi della natura in generale, a quello per la dignità umana (p. 29).

L’idea assurda (perché è una contraddizione in termini!) di un’agricoltura industriale, ovvero condotta secondo i principi dell’industria, è dunque dominante: un’agricoltura che considera i frutti della natura come materie prime da consumare e da trasformare usando quelle che sono vere e proprie catene di montaggio. Il sovvertimento dell’ordine naturale ha finito infatti per coinvolgere tutto il sistema di

produzione del cibo. L'agro-industria alimentare è diventata il modello di sviluppo in un mondo in cui regna sovrana la tecnica (p. 31).

Il cibo è il mezzo principale per interpretare la realtà, il mondo circostante (p. 41)

[...] è come dire che solo chi può permetterselo economicamente ha diritto al piacere, mentre gli altri, i poveri, sono destinati a nutrirsi solo per non morire di fame e non possono ricavarne alcun piacere (p. 99).

A chi fosse tentato di risponderci che la politica è cosa seria, che non riguarda queste discussioni, diciamo tranquillamente che il buono è cosa molto seria. Non è un'eresia, non c'è da vergognarsi (p. 102).

Tuttavia il mondo occidentale deve confrontarsi con il resto del pianeta: non si può pensare di riversare le eccedenze di un nostro modello (che non funziona più) nei cosiddetti Paesi in via di sviluppo. È una scelta non sostenibile sotto nessun punto di vista. Il Sud del mondo deve trovare la propria via cercando una propria sovranità alimentare: il massimo che possiamo fare è aiutarlo, rinunciando all'ottica eurocentrica dei conquistatori che "hanno scoperto l'America" (p. 133).

Il consumatore nasce con la società dei consumi, il consumatore consuma. Ma non consuma soltanto le merci che acquista: consuma la terra, l'aria, l'acqua. Questo consumo, se mantenuto con le caratteristiche attuali, porta alla distruzione. L'attività stessa di produzione comporta un consumo: spesso, calcolando tutti i tipi di costi possibili (anche quelli esterni al mero processo produttivo), non si può fare a meno di notare che il bilancio è in perdita. Non si vuole qui arrivare al rifiuto del sistema capitalistico in sé, o accanirsi contro il «vile denaro», ma dietro a questa parola, "consumatore", si nascondono purtroppo modelli sbagliati, un approccio sbagliato. La parola stessa lo dimostra: il "consumo", entrato nel linguaggio comune, non riesce più a celare il suo vero significato, che è logoramento, usura, distruzione, esaurimento progressivo (p. 152)

Non era scontato nel 1986 riflettere sui guasti della velocità. [...] Non è un caso che oggi, decenni dopo il Manifesto di Slow Food, gli elogi della lentezza si sprechino, e sui giornali si parli di slow life, slow cinema, slow book, slow money, slow school, addirittura di slow fit per chi va in palestra! La lentezza oggi è un valore, un'esigenza che la società comincia a giudicare improcrastinabile: la sua difesa non è da mettere in discussione (p. 168).

Petrini (2009)

Il nome lo trovammo subito: Terra Madre, in onore della Pachamama, la madre terra che gli indios sudamericani chiamano così e che è letteralmente venerata da Milione di contadini del mondo (p. 19).

[...] grande kermesse internazionale [...] una vetrina in cui invitiamo il meglio della produzione alimentare italiana e internazionale che risponde ai canoni della filosofia di Slow Food (p. 21).

[...] suoi soci che ricercano quotidianamente un cibo migliore per sé e per la Terra (p. 25).

Il cibo è politica [...] E non è sminuente se questa politica si colora di tinte che sanno fare anche poesia, se il bello e il nobile si mescolano al serio e al tangibile: è tempo che etica e estetica non siano più separate, che poetica e politica di Terra Madre insegnino al mondo a non abbruttirsi ancora di più, a non continuare un processo di omologazione globale che svilisce le genti e toglie loro ogni potere decisionale (p. 29).

Il piacere resta un tabù perché continua a essere negato, ritenuto incongruo con l'impegno e le "cose serie" (p. 62).

Nel sistema globale del cibo agro-industriale gli alimenti sono diventati merci come tutte le altre, né più né meno come il petrolio, il legname o altre merci da scambiare, il cui prezzo è stabilito in tutto il mondo dalle borse internazionali (p. 78).

La velocità della nostra società: un turbine di frenesia produttiva e di consumo che ci fa perdere la percezione della realtà nella quale viviamo [...] in questa velocità il valore del cibo si perde e diventa mero carburante senza qualità (p. 92).

Petrini (2011)

[...] pleasure was, and is, a thorny subject: moralistic people feel itchy at the sound of the word; if you are involved in any sort of social cause or movement, your fellows will rebuke you for mentioning it; [...] and almost anyone will regard an interest in pleasure as a sign of superficiality (PETRINI, 2011, p. 20).

Notwithstanding all this, Slow Food is not against McDonald's just because it hates hamburgers and French fries and regards spending a long time around the dinner table as compulsory [...] it is not just a question of opposing slow to fast, but rather of highlighting more important dichotomies, like carefulness and carelessness or attentiveness and haste: attentiveness to the selection of ingredients and the sequence of flavors, to how the food is prepared and the sensory stimuli it gives as it is consumed, to the way it is presented and the company with whom we share it (p. 3).

Petrini (2013a)

Quell'estate del 1986 vissuta nelle cantine fu una delle molle che ci spinse a dire basta, perché del cibo volevamo cominciare a considerare tutto, dalle persone ai luoghi, dai processi alle implicazioni culturali, a 360 gradi senza esclusioni. Volevamo lavorare sulla qualità, coltivandola insieme ai produttori che ne facevano una bandiera e uno stile di vita (p. 10).

Petrini (2013b)

vignaioli, casari, norcini, pasticceri, osti, ristoratori... salgono in cattedra, ribaltando per una volta i ruoli tradizionali imposti da una ideologia che da sempre ha messo il corpo e le sue istanze in secondo piano rispetto al sapere astratto (PETRINI, 2013b).

Petrini (2015)

Quest'Enciclica, infatti, è innanzi tutto una dura ma obiettiva presa di coscienza sulla realtà della nostra casa comune, la terra con il suo Creato (p. 6).

La causa della fame e malnutrizione nel mondo oggi sono più o meno evidente a tutti, esse dipendono da una scellerata e iniqua distribuzione delle risorse, dal depredamento effettuato da alcune società e nazioni a discapito di altre, delle guerre, da una generalizzata mancanza di fraternità tra gli uomini e le donne, accecati delusione di dominare tanto la natura quanto il più debole, inseguendo una forma di benessere materiale che si è ridotta in ciò che si chiama consumismo con la sua ideologia consumeristica (p. 16).

Petrini e Schutter (2022)

Dobbiamo uscire da una logica di pensiero sbagliata che etichetta il cibo buono, pulito e giusto come un privilegio, anziché un diritto umano. Una critica che da anni muovono a Slow Food è il fatto che predichiamo un'alimentazione per gourmands che hanno soldi. Questo perché ci hanno abituati a chiedere passivamente che il cibo sia il più economico possibile (s.p.).

Pollan (2010)

Good food is potentially one of the most democratic pleasures a society can offer, and is one of those subjects, like sports, that people can talk about across lines of class, ethnicity, and race (s.p).

What is attracting so many people to the movement today (and young people in particular) is a much less conventional kind of politics, one that is about something more than food. The food movement is also about community, identity, pleasure, and, most notably, about carving out a new social and economic space removed from the influence of big corporations on the one side and government on the other (s.p).

Rossi e Brunori (2010)

[...] it has been able to reposition food as a source of pleasure and, at the same time, to show the greater implications of food practices for the quality of life on the planet, so calling for a moral commitment to changing consumption attitude (p. 1925).

Ritzer (2019)

Arguably Amazon.com — as well as most other largely online sites — is far more McDonaldized than McDonald's itself (p. 16).

Rosset; Marínez-Torres (2012)

As a result, they have had to re-frame their arguments as they seek the support of public opinion. Now they do so by contrasting the ecological and social wasteland of agribusiness plantations (as green deserts) with a pastoral vision of agroecologically farmed peasant lands, conserving biodiversity, keeping families in the countryside, and producing healthy food for local markets (food sovereignty) (p. 4).

Sassateli (2004)

[...] food consumption is one way in which people start to imagine a different world (p. 177).

Sassateli e Davolio (2010)

Protests through food in its turn may not simply entail asceticism and renunciation, but it may occur via the pursuit of alternative visions of pleasure and satisfaction (p. 203).

[...] after a long silence in the scientific community, interest in SF has emerged in very recent years, especially among geographers, sociologists, economists and political scientists, partly because of its complexity (p. 207).

In general Slowfoodists are encouraged to adopt eco-sustainable behaviours firstly for their pleasantness (the taste of food and relaxed conviviality), and secondly for their ethical qualities (from sobriety to fairness), so far as these issues look like necessary conditions to promote and protect good food (p. 226)

Simonetti (2012)

Petrini and SF are shocked by the fact that today the square peppers of Asti are being replaced by a Dutch variety (p. 175).

There was neither any 'upsetting' of agricultural tradition (p. 175).

It is difficult to see why introducing a new variety was good in the sixteenth century but a 'paradox' today. A sixteenth-century SF would have prevented, among other things, the creation of the famous Asti pepper soup (p. 175).

Siniscalchi (2013)

Co-producer is a performative term: Slow Food members are encouraged to engage themselves alongside the producers, who are recognized and considered increasingly central to the movement's interests (p. 297).

Taste is the most important step that permits products to become presidia in the first instance. Secondly, taste is a way to educate consumers, educators, local chapter (convivia) leaders and those in charge of local presidia. Thirdly, taste becomes a political and economic instrument (p. 301).

[...] in which food becomes a connection, a means of communication producing different forms of sociability, linking producers and consumers to specific physical and knowledge environments but also imagining new kinds of economy (p. 302).

Presidia integrate and synthesize the existing tension in the movement between an ideal dimension and concrete action, between economy and ecology and between market and utopia. They are a project with a strong economic as well as a political dimension. This dual character of **doing economic good** and being a **model of political action** gives them an intermediary role between the different aspects of the movement. They also allow Slow Food to define political, normative and economic spaces and to place itself 'within' the politics of food (p. 303, grifos da autora).

The three terms 'Good, Clean and Fair' work well together for Slow Food, because they make it possible to sketch the features of a new political commitment, to imagine forms of economy where peasant and artisanal producers would occupy an increasingly central place (p. 303).

Stolle, Hooghe e Micheletti (2005)

The study of political consumerism and other such action repertoires therefore forces us to expand the number and types of political targets citizens choose for their engagement (p. 251).

Vivero-Pol (2017a)

In a world where the industrial food system has clearly proven its unfitness to feed us adequately in a sustainable way, the need for academia to explore other food valuations seems more urgent than ever (p. 182).

Vivero-Pol (2017b)

Food is not a commodity. This statement seems to be increasingly concealing agreement from very different constituencies and political leaders, starting from Pope Francisco's headlines-catching encyclical text "Laudato si" with noteworthy thoughts delivered in recent speeches at FAO (2014) and WFP (2016), followed by Via Campesina's representatives in hundreds of conferences, the U.S. President Clinton's statement delivered in 2008: 'Food is not a commodity like others... it is crazy of us to think we can develop a lot of these countries by treating food like it was a colour television set (quoted by Philip McMichael)) and ending with numerous researchers from different disciplines' (p. 1).

Apêndice B. Trechos originais dos documentos e páginas da internet consultados relacionados ao *Slow Food*, distribuídos por ordem cronológica (nome e data de publicação).

Manifesto Slow Food (1987)

Bisogna prevenire il virus del fast con tutti i suoi effetti collaterali. Perciò contro la vita dinamica propugniamo la vita comoda. Contro coloro, e sono i più, che confondono l'efficienza con la frenesia, proponiamo il vaccino di una adeguata porzione di piaceri sensuali assicurati, da praticarsi in lento e prolungato godimento. Da oggi i fast-food vengono evitati e sostituiti dagli slow-food, cioè da centri di goduto piacere. In altri termini, si riconsegna la tavola al gusto, al piacere della gola (s.p.).

Da oggi i fast-food vengono evitati e sostituiti dagli slow-food, cioè da centri di goduto piacere. In altri termini, si riconsegna la tavola al gusto, al piacere della gola (s.p.).

Questo secolo è nato, sul fondamento di una falsa interpretazione della civiltà industriale, sotto il segno del dinamismo e dell'accelerazione: mimeticamente, l'uomo inventa la macchina che deve sollevarlo dalla fatica ma, al tempo stesso, adotta ed eleva la macchina a modello ideale e comportamentale di vita. Ne è derivata una sorta di autofagia, che ha ridotto l'homo sapiens ad una specie in via di estinzione, in una mostruosa ingestione e digestione di sé (s.p.).

Manifesto Arca do Gosto (1997)

Per preservare la piccola produzione agroalimentare artigianale di qualità dal diluvio dell'omologazione industriale; per impedire che la velocità divori ed estingua centinaia di razze animali, di salumi di formaggi, di erbe commestibili spontanee o coltivate, di cereali, di frutta; [...] per combattere l'iperigenismo esasperato, che uccide la particolarità di molte produzioni (s.p.).

Discurso de Abertura Terra Madre: Carlo Petrini (2004)

This pleasure has never been and will never become the privilege of a few. It is one of the physiological prerogatives of all us, a sign of humankind's serene relationship with nature and life (s.p.).

The right to own land and seeds is a sacrosanct right for all the world's vegetable growers (s.p.).

Revista Slowfood – SF, número 19 (2006)

Abbiamo capito che, piuttosto che semplici consumatori responsabili, è necessario fare un passo ulteriore e diventare co-produttori di chi fa cibo buono, pulito e giusto. Essere co-produttori significa assumere in pieno la causa del futuro del cibo della comunità produttrici (p. 16).

Non se accontenta di essere parte di un 'club enogastronomico', ma ce vuole affermare la sua capacità di determinare cambiamenti sociali e produttivi in campo agricolo e alimentare (p. 17).

Discurso de Abertura Terra Madre: Carlo Petrini (2008)

La qualità è un diritto di tutti (s.p.).

Estatuto Slow Food Itália (2014)

Slow Food Italia è parte dell'Associazione internazionale Slow Food, di cui è fondatrice, e opera per diffonderne la filosofia e promuoverne lo sviluppo (s.p.).

Discurso IX Congresso Nacional do Slow Food Itália: Carlo Petrini (2018)

È un movimento che nel tempo ha saputo evolversi, cambiare, adattarsi in maniera costante. Ma viviamo un momento che molti di noi reputano quasi per certi aspetti traumatico, perché si vede un cambiamento strutturale, organizzativo, e di qualche ideale. Ma questo non deve farci paura. [...] Da quel piccolo nucleo che si raccoglieva prima intorno ad Arci Gola e poi a Slow Food, e che sviluppava le prime riflessioni

sulla cultura alimentare con una attenzione molto gastronomica nel vecchio stile, noi siamo riusciti nel tempo a diventare una realtà mondiale e internazionale a dialogare con il mondo della politica (s.p.).

Regolamento de Fortalezas Slow Food (2020)

La promozione del prodotto del Presidio non è l'unico obiettivo, ma è piuttosto il veicolo più efficace per portare avanti un progetto di territorio, che coinvolge una comunità locale e che persegue gli obiettivi di Slow Food: promuovere una produzione e distribuzione del cibo sostenibile, salvare la biodiversità, tutelare gli ecosistemi e le risorse naturali, tutelare la salute dei consumatori, diffondere l'educazione del gusto, promuovere filiere eque dal punto di vista sociale (p. 3).

O desafio de um destino comum: Rumo ao X Congresso Slow Food Itália (2021)

[...] [la] tutela e valorizzazione di chi con il proprio sapere e il proprio lavoro si batte per la salvaguardia della madre terra (p. 2).

La nostra Terra è straordinariamente ricca di suo anche nei luoghi considerati più inospitali, che non esistono paesi poveri ma semmai impoveriti, che le stesse categorie di sviluppo e sottosviluppo hanno rappresentato visioni che partivano dalla presunta superiorità del modello economico e sociale dell'Occidente. Ed infine, che la cifra reale dei processi globali va ben oltre la divisione del mondo in stati nazionali e richiede risposte insieme di natura sovranazionale e territoriale (p. 2).

Non bastano soluzioni tecnologiche di chi, dopo aver ampiamente contribuito ad approfondire le crisi, oggi improvvisamente si accorge che siamo sull'orlo del baratro (p. 2).

Anche per questo è necessario insistere sul cibo come fatto sociale, che coinvolge la sfera individuale e collettiva. Sul cibo come espressione del territorio, della cultura, della biodiversità (p. 6).

È già pronta la via tecnologica per superare il problema dell'impatto ambientale di allevamento e agricoltura intensivi. Le multinazionali stanno investendo milioni sulla carne in vitro, sull'agricoltura cellulare. Si sta investendo per produrre cibo senza terra, senza animali, senza contadini, senza allevatori (p. 6).

Programa de Mandato 2021-2025 (2021)

Il ruolo operativo di Slow Food, che deve concentrarsi su contenuti, campagne, strategie politiche, linee guida progettuali, comunicazione, formazione, aiuto e sostegno per trovare finanziamenti (p. 14).

Essere "The Food Movement", il movimento riconosciuto come leader mondiale nel cambiare il sistema alimentare, è la nostra sfida per il prossimo futuro: una sfida di primaria importanza, ma anche un dovere profondamente sentito (p. 6).

Estatuto Slow Food Itália (2022)

[...] si propone di promuovere il diritto al cibo buono, pulito e giusto per tutti, come parte della ricerca della prosperità e della felicità per l'umanità attuale e futura e per l'intera rete del vivente. Il cibo buono pulito e giusto è un cibo quotidiano caratterizzato da bontà organolettica, sostenibilità ecologica dei processi produttivi, distributivi e di consumo, rispetto della giustizia sociale e della dignità di tutte le persone che vi operano (p. 1).

Balanço Social (2022)

Quello che si fa come attivisti Slow food non è sacrificio ma l'opportunità di una vita piena e ricca di significato (p. 9).

Il significato di quelle due parole può essere equivocado, un po' perché assomiglia a un altro termine molto in voga nel gergo mediatico- il sovranismo, un po' perché sembra strizzare l'occhio all'autarchia. Sovranità alimentare, in verità, non ha nulla a che fare né con il sovranismo (p. 72)

Il concetto che sta alla base del lavoro di Slow Food da più di trent'anni (p. 72).

Documento de Apresentação Terra Madre (2024)

Il cibo è l'elemento più potente che ci riconduce alla terra, al suolo, all'acqua, ma è anche cultura, condivisione, piacere. È l'anello di congiunzione perfetto fra natura e cultura (p. 5)

Site oficial Slow Food Itália

[3] Senza un suolo sano sui cui e di cui poter vivere, non c'è futuro.

[9] Terra Madre ha messo al centro l'importanza del suolo: è lì, e non nelle stalle degli allevamenti industriali o nei laboratori dove si fa ingegneria genetica, che nasce il cibo vero.

[13] chimica e cementificazione sono una minaccia per la sua (e la nostra) salubrità e per la biodiversità.

[14] [...] un cibo, un vestito, una notizia, una relazione, un momento di svago o una nuova conoscenza non siano "consumati" – ingurgitati, digeriti ed espulsi per passare subito ad altro – ma scelti, vissuti, divenuti parte di noi. [...] Possiamo scegliere il nostro cibo, e con esso, possiamo scegliere un modo di stare al mondo e il mondo che vorremmo per le generazioni future.

[14] "Abbiamo tutti una fame". Fame di giustizia. Fame di sapere. Di pace, colori e bellezza. Fame di cibo buono, pulito e giusto.

[19] Slow Food è una rete globale di comunità locali che da oltre 30 anni promuovono l'educazione del gusto e la difesa della biodiversità. Oltre 10.000 progetti in 160 Paesi e 1 milione di attivisti per garantire il diritto al cibo buono, pulito e giusto per tutti.

[21] Questa impennata della produzione è legata a una profonda trasformazione dell'allevamento, che si è specializzato, slegato dalla terra e trasformato in industria.

Os números indicam os respectivos links elencados no Apêndice F.

A lista completa de documentos consultados está disponível no **Apêndice D**.

Apêndice C. Documentos e fontes consultadas referentes ao MST, Brasil, 1981-2024.

Documentos	Data de publicação	Fonte
Carta dos Colonos Acampados em Ronda Alta	15 maio 1981	Boletim Sem Terra, n.1
Documento Final: I Encontro Nacional dos Sem Terra	22 jan. 1984	Fernandes (2000)
Documento Final: I Congresso Nacional	31 jan. 1985	Site MST
Programa de Reforma Agrária	Julho, 1995	Morissawa (2000)
Caderno de Formação, n. 23	Julho, 1995	Site MST
Carta de Balanço Político do III Congresso Nacional	Agosto, 1995	JST, 1995, n. 50
Manifesto dos Sem Terra ao Povo Brasileiro	Setembro, 1996	MST, 2019
Nossos Compromissos com a Terra e com a Vida	Agosto, 2000	JST, 2000, n. 203
Carta aos Sem Terra do Brasil	Agosto, 2000	JST, 2000, n. 203
Manifesto do MST ao Povo Brasileiro	11 ago. 2000	Site MST
Agenda de Pesquisa do MST (4ª versão)	17 nov. 2000	Fernandes (2001)
Carta do V Congresso Nacional	15 jun. 2007	Site MST
Balanço Político do V Congresso Nacional	21 jun. 2007	Site MST
Programação I Feira Nacional da Reforma Agrária	16 out. 2015	Mídias sociais MST
Programação II Feira Nacional da Reforma Agrária	25 abr. 2017	Mídias sociais MST
Programação III Feira Nacional da Reforma Agrária	3 maio 2018	Mídias sociais MST
Resultados de Impacto Finapop	2023	Site Finapop
Carta de Luziânia: Mensagem ao Povo Brasileiro	23 a 27 jan. 2023	Site MST
Programação IV Feira Nacional da Reforma Agrária	16 maio 2023	Site MST
Carta sobre a CPI contra o MST e contra a Reforma Agrária	Junho, 2023	Site MST em Debate
Carta Aberta do Compromisso do MST com a Luta e o Povo Brasileiro	27 jan. 2024	Site MST
Carta do MST sobre o adiamento do seu VII Congresso Nacional	16 maio 2024	Site MST

Fonte: Elaboração própria

Apêndice D. Documentos e fontes consultadas referentes ao *Slow Food*, Itália, 1986-2024.

(Página 1/2)

Documentos		Data de publicação	Fonte
Nome traduzido	Nome original		
Ato Constitutivo da Associação <i>Arci Gola</i>	<i>Atto Costitutivo dell'Associazione Arci Gola</i>	26 jul. 1986	Petrini e Padovani (2017)
Manifesto <i>Slow Food</i> : Uma Proposta a Todos Aqueles que Querem Viver Melhor	<i>Manifesto Slow Food: Una proposta rivolta a tutti coloro che vogliono vivere meglio: Slow-food</i>	3 nov. 1987	Site <i>Slow Food</i> Itália
Manifesto <i>Slow Food</i>	<i>Il Manifesto dello Slow Food</i>	10 dez. 1989	Site <i>Slow Food</i> Itália ^a
Manifesto da Arca do Gosto	<i>Manifesto dell'Arca del Gusto,</i>	29 jun. 1997	Site <i>Fondazione Slow Food</i>
Manifesto em Defesa dos Queijos de Leite Cru	<i>Manifesto Slow Food in difesa del formaggio a latte crudo</i>	2001	Site <i>Slow Food</i> Itália
Discurso de Abertura <i>Terra Madre</i> : Carlo Petrini	**	20 out. 2004	Site <i>Slow Food</i> Internacional
Discurso de Abertura <i>Terra Madre</i> : Carlo Petrini	**	23 out. 2008	Petrini (2009)
Documento Congressional 2012-2016: A Centralidade do Alimento ^b	<i>La centralità del cibo: Documento congressuale 2012-2016</i>	2012	Site <i>Slow Food</i> Itália
Relatório de Impacto Ambiental <i>Terra Madre Salone del Gusto</i>	<i>Valutazione dell'impatto ambientale del Terra Madre Salone del Gusto</i>	2012	Site <i>Camera di Commercio di Torino</i>
<i>Press Kit: Terra Madre Salone del Gusto</i>	<i>Cartella Stampa: Terra Madre Salone del Gusto</i>	2014	Site <i>Slow Food</i> Itália
Relatório de Impacto Ambiental, Econômico e Social <i>Terra Madre Salone del Gusto</i>	<i>Il valore ambientale, economico e sociale di Terra Madre Salone del Gusto</i>	2016	Fasio <i>et al</i> (2016)
<i>Discurso IX Congresso Nacional do Slow Food</i> Itália: Carlo Petrini (2018)	**	2018	Site <i>Youtube</i> ^c
Programa de Mandato 2018-2020	<i>Programma di Mandato: Cantiere Slow Food dal 2018 al 2020</i>	Mai 2018	Site <i>Slow Food</i> Itália
Regulamento Fortalezas <i>Slow Food</i>	<i>Il regolamento dei Presidi Slow Food</i>	Set. 2020	Site <i>Fondazione Slow Food</i>
As Fortalezas <i>Slow Food</i>	<i>I Presidi Slow Food</i>	Out. 2020	Milano, Ponzio e Sardo (2020)

Mercados da Terra: Não são mercados quaisquer, mas espaços onde se conhece, comprar e vender bens bons e justos	<i>Mercati della Terra: Non sono mercati qualunque, ma spazi dove conoscere, acquistare e vendere cibo buono pulito e giusto, per tutti</i>	Nov. 2020	Milano e Sandrone (2020) (Página 2/2)
O desafio de um destino comum: rumo ao X Congresso Slow Food Itália	<i>La sfida di un destino comune: Verso il congresso di Slow Food Italia</i>	2021	Site Slow Food Itália
Programa de Mandato 2021-2025	<i>Programma di Mandato 2021-2025</i>	2021	Site Slow Food Itália
Para além do bem-estar: Os animais de criação merecem respeito	<i>Oltre il benessere: Gli animali d'allevamento meritano rispetto</i>	2022	Goracci et al (2022)
Hortas Slow Food na África	<i>Slow Food Gardens in Africa</i>	2022	Dotta et al (2022)
Relatório Final Terra Madre Salone del Gusto	<i>Report Chiusura Terra Madre Salone del Gusto</i>	2022	Site Terra Madre
Balanço Social 2021	<i>Bilancio Sociale 2021</i>	10 jun. 2022	Site Slow Food Itália
Balanço Social 2022	<i>Bilancio Sociale 2022</i>	11 maio 2023	Site Slow Food Itália
Relatório Anual 2022	<i>Annual Report 2022</i>	Maio 2023	Site Slow Food Internacional
Relatório Anual Fundação Slow Food 2023	<i>Annual Report Fondazione Slow Food E.T.S 2023</i>	Jun. 2024	Site Slow Food Internacional
Press Kit: Terra Madre Salone del Gusto	<i>Cartella Stampa: Terra Madre Salone del Gusto</i>	2024	Site Terra Madre
Balanço Social 2023	<i>Bilancio Sociale 2023</i>	Maio 2024	Site Terra Madre
Carta do Papa Francisco aos participantes do 15º Terra Madre Salone del Gusto, 2024	**	20 set. 2024	Site Terra Madre

Nota: a) Manifesto *Slow Food* em português em: <https://slowfoodbrasil.org.br/2007/07/manifesto-slow-food/> b) Documento Congressual 2012-2016: A Centralidade do Alimento em português em: https://slowfoodbrasil.org.br/wp-content/uploads/2012/10/documentos_a-centralidade-do-alimento-carlo-petrini.pdf c) Os trechos citados ao longo da tese do discurso de Carlo Petrini, durante o IX Congresso Nacional do *Slow Food* Itália, realizado em Montecatini Terme, em 6 de jul. 2018, foram transcritos e traduzidos por nós. Vídeo completo em: <https://www.youtube.com/watch?v=12aUCbRGcXY&list=PLKNjm5944ZLZID98mMCQsnh-ZNsxmWSka&index=2>

Fonte: Elaboração própria

Apêndice E. Páginas e matérias do site oficial do MST consultadas, distribuídas por ordem cronológica (data de publicação, título, autor e link), 2011-2024.

As páginas e as matérias são referidas ao longo do texto por seus respectivos números entre colchetes, por exemplo “Site oficial MST [1]”. Todos os links foram checados e acessados em: 1 dez. 2024.

(Página 1/4)

n	Data da publicação	Título	Autor / veículo de imprensa	Link consultado
1	21 jul. 2011	Organização e luta por uma outra reforma agrária	Soraya Aggege / <i>Carta Capital</i>	https://mst.org.br/2011/07/29/organizacao-e-luta-por-uma-outra-reforma-agraria/
2	20 jun. 2012	Cooperativas do MST vendem 15 toneladas de arroz para Pão de Açúcar	Daniel Santini / <i>Agência Repórter Brasil</i>	https://mst.org.br/2012/06/20/cooperativas-do-mst-vendem-15-toneladas-de-arroz-para-pao-de-acucar/
3	23 out. 2013	Fátima Ribeiro: “Todo processo foi feito com muita convicção na utopia de ver a terra livre”	Iris Pacheco	https://mst.org.br/2013/10/23/fatima-ribeiro-todo-processo-foi-feito-com-muita-conviccao-na-utopia-de-ver-a-terra-livre/
4	7 fev. 2014	Congresso reúne 15 mil camponeses em Brasília	Sem autoria	https://mst.org.br/2014/02/07/congresso-reune-15-mil-camponeses-em-brasilia/
5	21 out. 2015	1º Feira Nacional da Reforma Agrária comercializará mais de 200 toneladas de alimentos	Sem autoria	https://mst.org.br/2015/10/21/1o-feira-nacional-da-reforma-agraria-comercializara-mais-de-200-toneladas-de-alimentos/
6	11 out. 2016	Crianças do MST marcham por direito à alimentação saudável em Santa Maria	Sem autoria	https://mst.org.br/2016/10/11/criancas-do-mst-marcham-por-direito-a-alimentacao-saudavel-em-santa-maria/
7	4 fev. 2017	2º Feira Nacional da Reforma Agrária	Sem autoria	https://mst.org.br/2017/02/04/2-feira-nacional-da-reforma-agraria/
8	18 dez. 2017	Feiras da Reforma Agrária: alimentação saudável com o selo do MST	Maura Silva	https://mst.org.br/2017/12/18/feiras-da-reforma-agraria-alimentacao-saudavel-com-o-selo-do-mst/
9	6 maio 2018	Feira Nacional da Reforma Agrária atrai 260 mil pessoas em São Paulo	Catiana Medeiros / Iris Pacheco (Ed.)	https://mst.org.br/2018/05/06/feira-nacional-da-reforma-agraria-atrai-260-mil-pessoas-em-sao-paulo/
10	3 ago. 2018	Os frutos da Reforma Agrária no coração de São Paulo: dois anos de Armazém do Campo	Rafael Soriano (Ed.)	https://mst.org.br/2018/08/03/os-frutos-da-reforma-agraria-no-coracao-de-sao-paulo-dois-anos-de-armazem-do-campo/
11	15 set. 2018	Inauguração do Armazém do Campo reúne centenas de pessoas no Rio de Janeiro	Mariana Pitasse / <i>Brasil de Fato</i>	https://mst.org.br/2018/09/15/inauguracao-do-armazem-do-campo-reune-centenas-de-pessoas-no-rio-de-janeiro/
12	5 set. 2019	Armazém do Campo-SP completa três anos de luta e resistência	Fernanda Alcântara (Ed.)	https://mst.org.br/2019/09/05/armazem-do-campo-sp-completa-tres-anos-de-luta-e-resistencia/

13	24 jan. 2020	Conheça a Escola Nacional Florestan Fernandes, há 15 anos formando militantes	Vivian Fernandes (Ed.)	https://mst.org.br/2020/01/24/conheca-a-escola-nacional-florestan-fernandes-ha-15-anos-formando-militantes/
14	9 jul. 2020	Mais do que nunca, se o campo não planta, a cidade não janta	Mylena Melo / <i>O Joio e o Trigo</i>	https://mst.org.br/2020/07/09/mais-do-que-nunca-se-o-campo-nao-plantar-a-cidade-nao-janta/
15	19 out. 2020	Combater a fome e nutrir a resistência: União de movimentos doa 3 mil marmitas no PR	Setor de Comunicação e Cultura do MST-PR / Fernanda Alcântara (Ed.)	https://mst.org.br/2020/10/19/combater-a-fome-e-nutrir-a-resistencia-uniao-de-movimentos-doa-3-mil-marmitas-no-pr/
16	8 maio 2021	2º Congresso Nacional do MST reafirmou capacidade de resistência nos territórios ocupados, com unidade nacional	Solange Engelmann / Fernanda Alcântara (Ed.)	https://mst.org.br/2021/05/08/2-congresso-nacional-do-mst-reafirmou-capacidade-de-resistencia-nos-territorios-ocupados-com-unidade-nacional/
17	10 ago. 2021	Armazém do Campo: 5 anos da maior rede de produtos da Reforma Agrária Popular do Brasil	Lays Furtado / Solange Engelmann (Ed.)	https://mst.org.br/2021/08/10/armazem-do-campo-5-anos-da-maior-rede-de-produtos-da-reforma-agraria-popular-do-brasil/
18	8 mar. 2022	Polêmica no Twitter levanta debate sobre importância de usar os símbolos do MST	Lays Furtado / Solange Engelmann (Ed.)	https://mst.org.br/2022/03/08/polemica-no-twitter-levanta-o-debate-sobre-a-importancia-de-usar-os-simbolos-do-mst/
19	29 jul. 2022	Rede de Armazém do Campo do MST completa 6 anos com festividades em São Paulo	Lays Furtado (Ed.)	https://mst.org.br/2022/07/29/rede-de-armazem-do-campo-do-mst-completa-6-anos-com-festividades-em-sao-paulo/
20	3 out. 2022	MST elege seis candidaturas em cargos estaduais e federais	Sem autoria	https://mst.org.br/2022/10/03/mst-elege-seis-candidaturas-em-cargos-estaduais-e-federais/
21	3 fev. 2023	Armazém do Campo projeta ampliar comercialização de produtos orgânicos no país	Lara Sant'Anna / <i>IstoÉ Dinheiro</i>	https://mst.org.br/2023/02/03/armazem-do-campo-projeta-ampliar-comercializacao-de-produtos-organicos-no-pais/
22	17 mar. 2023	MST reúne 4 mil pessoas para celebrar a maior produção de arroz orgânico da América Latina	Catiana de Medeiros / Solange Engelmann (Ed.)	https://mst.org.br/2023/03/17/mst-reune-4-mil-pessoas-para-celebrar-a-maior-producao-de-arroz-organico-da-america-latina/
23	19 abr. 2023	Quem tem medo da Reforma Agrária?	Divina Lopes e Pablo Neri / <i>Mídia Ninja</i>	https://mst.org.br/2023/04/19/quem-tem-medo-da-reforma-agraria/
24	26 abr. 2023	Cooperativas cobram políticas contra a concorrência desleal de produtos do trabalho escravo	Rodrigo Durão Coelho (Ed.) / <i>Brasil de Fato</i>	https://mst.org.br/2023/04/26/cooperativas-cobram-politicas-contra-a-concorrenca-desleal-de-produtos-do-trabalho-escravo/
25	8 maio 2023	O MST é um contraponto ao agronegócio predatório no Brasil?	Janailson Santos de Almeida e João Paulo Rodrigues / Solange Engelmann (Ed.)	https://mst.org.br/2023/05/08/o-mst-e-um-contraponto-ao-agronegocio-predatorio-no-brasil/
26	13 maio 2023	Ato em Defesa da Reforma Agrária reúne organizações populares do campo e cidade, ministros, artistas e parlamentares	Solange Engelmann (Ed.)	https://mst.org.br/2023/05/13/ato-em-defesa-da-reforma-agraria-reune-organizacoes-populares-do-campo-e-cidade-ministros-artistas-e-parlamentares/

27	14 maio 2023	Reforma agrária é mais do que alimentos saudáveis, é democracia, diz líder do MST	Tiago Pereira / <i>Rede Brasil Atual</i>	https://mst.org.br/2023/05/14/reforma-agraria-e-mais-do-que-alimentos-saudaveis-e-democracia-diz-lider-do-mst/
28	14 maio 2023	Reforma agrária é reparação histórica: diz Sem Terra, aos 135 anos da abolição da escravidão	Gabriela Moncau / <i>Brasil de Fato</i>	https://mst.org.br/2023/05/14/reforma-agraria-e-reparacao-historica-diz-sem-terra-aos-135-anos-da-abolicao-da-escravidao/
29	27 ago. 2023	Lema do 6º Congresso do MST: “Lutar! Construir Reforma Agrária Popular!”	Sem autoria	https://mst.org.br/2013/08/27/lema-do-6o-congresso-do-mst-lutar-construir-reforma-agraria-popular
30	25 out. 2023	MST é convidado da Cozinha da Ocupação 9 de Julho na Bienal de Arte de São Paulo neste final de semana	Lays Furtado / Fernanda Alcântara (Ed.)	https://mst.org.br/2023/10/25/mst-ocupa-a-cozinha-9-de-julho-na-bienal-de-arte-de-sao-paulo-neste-final-de-semana/
31	19 jan. 2024	Armazém do Campo chega ao Pará com carimbó, orgânicos e muita festa	Mariana Castro / Solange Engelmann (Ed.)	https://mst.org.br/2024/01/19/armazem-do-campo-chega-ao-para-com-carimbo-organicos-e-muita-festa/
32	22 jan. 2024	MST 40 anos: conheça 7 curiosidades sobre a luta coletiva pela Reforma Agrária	Fernanda Alcântara (Ed.)	https://mst.org.br/2024/01/22/mst-40-anos-conheca-7-curiosidades-sobre-a-luta-coletiva-pela-reforma-agraria/
33	1 fev. 2024	Expressão Popular 25 anos: uma jornada de resistência editorial na batalha das ideias	Solange Engelmann (Ed.)	https://mst.org.br/2024/02/01/expressao-popular-25-anos-uma-jornada-na-resistencia-editorial-na-batalha-das-ideias/
34	18 mar. 2024	Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária celebra os 40 anos do MST	João Carlos (Ed.)	https://mst.org.br/2024/03/18/jornada-universitaria-em-defesa-da-reforma-agraria-celebra-os-40-anos-do-mst/
35	14 maio 2024	Pré-Inauguração de Armazém do Campo em João Pessoa tem festa, cultura e gastronomia	Andrea Carla Bezerra / Fernanda Alcântara (Ed.)	https://mst.org.br/2024/05/14/pre-inauguracao-de-armazem-do-campo-em-joao-pessoa-tem-festa-cultura-e-gastronomia/
36	29 jan. 2024	Viva os 40 anos do MST!	Edgar Jorge Kolling e Roseli Saete Caldart / Solange Engelmann (Ed.)	https://mst.org.br/2024/01/29/viva-os-40-anos-do-mst/
37	9 de jul. 2024	Reunindo mais de 250 pré-candidatos, MST inicia encontro de preparação para as eleições municipais	Gustavo Marinho	https://mst.org.br/2024/07/09/reunindo-mais-de-250-pre-candidatos-mst-inicia-encontro-de-preparacao-para-as-eleicoes-municipais/
38	12 jul. 2024	Brazil’s Landless Rural Workers’ Movement launches over 700 pre-candidates for 2024 elections	Igor Carvalho / <i>Brasil de Fato</i>	https://mst.org.br/2024/07/12/brazils-landless-rural-workers-movement-launches-over-700-pre-candidates-for-2024-elections/

Páginas principais (sem autoria e data de publicação)

39	Quem somos	https://mst.org.br/quem-somos/
40	Bandeiras	https://mst.org.br/quem-somos/#bandeiras
41	Nossa história	https://mst.org.br/nossa-historia/inicio/

42	Nossa produção	https://mst.org.br/nossa-producao/
43	IV Feira Nacional da Reforma Agrária	https://mst.org.br/especiais/feira-da-reforma-agraria-2023/
44	40 anos de Comunicação Popular do Boletim ao Jornal Sem Terra	https://mst.org.br/especiais/quarenta-anos-de-comunicacao-popular-do-boletim-ao-jornal-sem-terra/
45	Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis	https://mst.org.br/especiais/quarenta-anos-de-comunicacao-popular-do-boletim-ao-jornal-sem-terra/

Fonte: Elaboração própria

Apêndice F. Páginas e matérias do site oficial do *Slow Food* Itália consultadas, distribuídas por ordem cronológica (data de publicação, título e link), 2009-2024.

As páginas e as matérias são referidas ao longo do texto por seus respectivos números entre colchetes, por exemplo “Site oficial *Slow Food* [1]”. Todos os links foram checados e acessados em: 1 dez. 2024.

(Página 1/2)

n	Data de publicação	Título	Link consultado
1	23 nov. 2009	<i>20 anni di Osterie d'Italia – presentata oggi a Roma la nuova edizione</i>	https://www.slowfood.it/comunicati-stampa/20-anni-di-osterie-ditalia-presentata-oggi-a-roma-la-nuova-edizione/
2	2014	<i>VIII Congresso di Slow Food Italia</i>	https://www.slowfood.it/viii-congresso-di-slow-food-italia/
3	5 dez. 2019	<i>Senza suolo non c'è vita</i>	https://www.slowfood.it/senza-suolo-non-ce-vita/
4	6 dez. 2019	<i>Terra Madre Salone del Gusto 2020</i>	https://www.slowfood.it/comunicati-stampa/terra-madre-salone-dell-gusto-2020/
5	2021	<i>Slow Food Italia aps, Congresso nazionale 2021</i>	https://www.slowfood.it/chi-siamo/congresso-nazionale-2021-di-slow-food-italia/
6	4 jul. 2021	<i>X Congresso di Slow Food Italia: eletto il nuovo Consiglio direttivo. Barbara Nappini nuova presidente</i>	https://www.slowfood.it/comunicati-stampa/x-congresso-di-slow-food-italia-eletto-il-nuovo-consiglio-direttivo-barbara-nappini-eletta-presidente/
7	2022	<i>Terra Madre Salone del Gusto 2022 Best Of</i>	https://media.slowfood.it/Terra-Madre-Salone-del-Gusto-2024/Terra-Madre-Salone-del-Gusto-2022-Best-Of
8	14 mar. 2022	<i>Rigenerare. L'ambizioso obiettivo di Terra Madre Salone del Gusto 2022</i>	https://www.slowfood.it/comunicati-stampa/ritorna-terra-madre-salone-del-gusto/
9	26 set. 2022	<i>Chiude Terra Madre: oltre 350 mila passaggi a Parco Dora</i>	https://www.slowfood.it/comunicati-stampa/terra-madre-2022-oltre-350-passaggi-parco-dora/
10	24 out. 2022	<i>Barbara Nappini: la sovranità alimentare è un diritto dei popoli / Il Manifesto</i>	https://www.slowfood.it/barbara-nappini-sovranita-alimentare-diritto-dei-popoli/
11	24 out. 2022	<i>Carlo Petrini: facciamo chiarezza sul concetto di sovranità alimentare / La Stampa</i>	https://www.slowfood.it/sovranita-alimentare-facciamo-chiarezza/
12	23 maio 2023	<i>Carne coltivata? No grazie. Ridurre invece il consumo e abbandonare l'allevamento intensivo</i>	https://www.slowfood.it/comunicati-stampa/carne-coltivata-no-grazie-ridurre-invece-il-consumo-e-abbandonare-lallevamento-intensivo/
13	5 dez. 2023	<i>Slow Food: «Senza suolo non c'è sovranità agroalimentare. Senza terra non c'è vita»</i>	https://www.slowfood.it/lazio/slow-food-senza-suolo-non-ce-sovranita-agroalimentare-senza-terra-non-ce-vita/

14	2024	<i>Il 2024 di Slow Food Italia</i>	https://www.slowfood.it/chi-siamo/il-2024-di-slow-food-italia/
15	22 mar. 2024	<i>Non lasciamo spegnere una luce di speranza e verità</i>	https://www.slowfood.it/palestina-una-luce-di-speranza-e-verita/
16	24 set. 2024	<i>Volontari, studenti, aziende e istituzioni: dietro le quinte di Terra Madre</i>	https://www.slowfood.it/comunicati-stampa/volontari-studenti-aziende-e-istituzioni-dietro-le-quinte-di-terra-madre/
17	14 out. 2024	<i>Osterie d'Italia 2025: 35 anni dopo la prima Guida il modello dell'osteria originale rivive nelle nuove forme di ristorazione informale</i>	https://www.slowfood.it/comunicati-stampa/osterie-ditalia-2025/

Páginas principais (sem data de publicação)

18	<i>Chi siamo</i>	https://www.slowfood.it/chi-siamo/che-cose-slow-food/
19	<i>Unisciti a noi</i>	https://www.slowfood.it/soci/unisciti-a-noi/
20	<i>Il manifesto</i>	https://www.slowfood.it/chi-siamo/manifesto-dello-slow-food/
21	<i>Slow Meat</i>	https://www.slowfood.it/slow-meat-2/
22	<i>Slow Wine</i>	https://www.slowfood.it/slowine/

Fonte: Elaboração própria

Apêndice G. Obras consultadas sobre MST (Brasil) e *Slow Food* (Itália), 1999-2023.

Movimento e obras	Autoria
MST (Brasil)	
Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil [1999]/(2012) – 2ª ed.	João Pedro Stédile e Bernardo Maçano Fernandes
A formação do MST no Brasil (2000)	Bernardo Maçano Fernandes
A história da luta pela terra e o MST (2001)	Mitsue Morissawa
Sem Terra em Cartaz (2019)	MST
Slow Food (Itália)	
<i>Slow Food: the case for taste</i> (2001)	Carlo Petrini
<i>Buono, pulito e giusto</i> [2005]/2016 – 1ª ed. digital	Carlo Petrini
<i>Terra Madre: Come non farci mangiare del cibo</i> (2009)	Carlo Petrini
<i>Cibo e libertà: Slow Food - storie di gastronomia per la liberazione</i> (2013)	Carlo Petrini
<i>Guida alla lettura di Carlo Petrini - Laudato si': enciclica sulla cura della casa comune</i> (2015)	Carlo Petrini
<i>Slow Food. Storia di un'utopia possibile</i> (2017)	Carlo Petrini e Gigi Padovani
<i>Il gusto di cambiare</i> (2023)	Gaël Giraude e Carlo Petrini

Fonte: Elaboração própria

Apêndice H. Protocolo da Revisão Bibliográfica Sistemática

Questão principal	Como o ativismo alimentar é definido pelos acadêmicos, de acordo com as experiências analisadas e o lócus do trabalho de campo destes estudos?
Descritores	Ativismo alimentar, “ <i>food activism</i> ” e “ <i>attivismo alimentare</i> ”
Idiomas aceitos	Português, inglês e italiano
Formas de busca	Busca com descritores citados nas bases de dados
Bases de dados	<i>Scopus</i> , <i>Scielo</i> e Catálogo de Teses e Dissertações CAPES
Materiais aceitos	Artigos, dissertações e teses publicados
Crítérios de inclusão	Presença dos descritores selecionados no título
Crítérios de exclusão	Ausência dos descritores selecionados no título
Intervalo de tempo	Sem limite pré-estabelecido

Fonte: Elaboração própria

Apêndice I. Resultados da Revisão Bibliográfica Sistemática nas bases de dados *Scopus* e *Scielo* e no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, realizada em abril de 2024.

(Página 1/2)

n	Autores (Ano)	Lócus da pesquisa*	Título
Artigos			
1	Click; Ridberg (2010)	Estados Unidos	Saving food: Food preservation as alternative food activism
2	Tsui <i>et al</i> (2012)	Nova Iorque, Estados Unidos	Engaging youth in food activism in New York city: Lessons learned from a youth organization
3	Block <i>et al</i> (2012)	Chicago, Estados Unidos	Food sovereignty, urban food access, and food activism: Contemplating the connections through examples from Chicago
4	Flowers; Swan (2012)	Austrália	Pedagogies of doing good: Problematisations, authorities, technologies and teleologies in food activism
5	Brower (2013)	Nova Zelândia	Agri-food activism and the imagination of the possible
6	Naguib (2013)	Egito	The compassionate brother: A note on Islamic food activism
7	Grasseni (2014)	Itália	Food activism in Italy as an anthropology of direct democracy
8	Kepkiewicz (2015)	Canadá	Pedagogy lost? Possibilities for adult learning and solidarity in food activism
9	Azevedo (2015)	Brasil	Food activism: The Locavorism perspective
10	Green (2018)	Suécia	Indigenous reflexivity and resistance in global food activism: The case of Sápmi
11	Lorenzini (2019)	Suíça	Food activism and citizens' democratic engagements: What can we learn from market-based political participation?
12	Price (2021)	Reino Unido	The online genetically modified food debate: Digital food activism, science and alternative knowledges
13	Chennault (2022)	Dubuque, Estados Unidos	Relational Life: Lessons from Black Feminism on Whiteness and Engaging New Food Activism
14	Wardle <i>et al</i> (2024)	Aberdeen, Reino Unido	Unexpected effects of urban food activism on community and human wellbeing
Dissertações			
15	Ribeiro (2019)	Brasil	Um Alimento Político e Uma Política que Alimenta: O Ativismo do Slow Food no Brasil
16	Santos (2021)	São Paulo, Brasil	Ativismo alimentar: experiências locais de produção e consumo de alimentos em São Paulo

17	Leandro (2023)	Brasil	Ativismo alimentar e os movimentos em torno das Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC)
18	Machado Filho (2023)	Rio de Janeiro, Brasil	Cozinhar é um ato político? O cozinhar doméstico como ativismo alimentar
19	Marcante (2023)	Paraná, Brasil	Como, Logo Resisto: Compreendendo o Conceito de Alimentação Saudável pelo Ativismo Alimentar

Teses

20	Lima (2023)	Amazonas, Brasil	Ativismo Alimentar e Empreendedorismo de Políticas Públicas na Agenda Governamental do Estado do Amazonas: análise dos casos da Rede Maniva de Agroecologia (REMA) e da Comissão de Alimentos Tradicionais dos Povos do Amazonas (CATRAPOA)
----	-------------	------------------	---

Nota: *Loci* de pesquisa identificados nos resumos dos estudos.

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados disponíveis *Scopus*, *Scielo* e Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.